

MARIA
DE AZEVEDO
BRANDÃO

MUNDO E LUGAR

A URBANIDADE
DO PENSAMENTO DE
MARIA BRANDÃO

Angela Franco

Paulo Fábio Dantas Neto

ORGANIZADORES



EDUFBA

MARIA DE AZEVEDO BRANDÃO, nascida em 18 de maio de 1933, é filha do médico e professor Thales Olímpio Góes de Azevedo e de Mariá David de Azevedo, falecidos em 1995 e 2008, respectivamente. Tem sete irmãos: Sylvia de Azevedo Rabello Leite, Paulo Ormindio David de Azevedo, Isabel Maria de Azevedo Moreno, Augusta Maria de Azevedo Barnuevo, Thales Olympio Góes de Azevedo Filho, Firmo Augusto David de Azevedo e José Roberto David de Azevedo.

Em 1959, casa-se com Paulo Rebouças Brandão, também professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Faculdade de Economia, com quem teve três filhos: Marcos de Azevedo Brandão, Eduardo de Azevedo Brandão e André de Azevedo Brandão, que lhe deram os netos Lucas, André, Maria Clara, Mariana, Lara, Marcos Paulo e Gabriel.

Graduada em Ciências Sociais pela UFBA (1956), tem especializações em Antropologia Cultural pelo Museu do Índio (1955), em Antropologia pela Columbia University (1961) e em Sociologia pela London School of Economics and Political Science (1967); mestrado em Sociologia pela University of Pennsylvania (1969) e pós-doutorado pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris III (1983). Realizou atividades de ensino e seminários na Universidade Temple, na Filadélfia, nos Estados Unidos; na Universidade de Glasgow, na Escócia; no Institute Development Studies (IDS), em Sussex, Inglaterra; e na Universidade de Varsóvia, na Polônia.

MUNDO E LUGAR

A URBANIDADE
DO PENSAMENTO DE
MARIA BRANDÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

**MARIA
DE AZEVEDO
BRANDÃO**

MUNDO E LUGAR

A URBANIDADE
DO PENSAMENTO DE
MARIA BRANDÃO

Angela Franco

Paulo Fábio Dantas Neto

ORGANIZADORES

Salvador

Edufba

2021

2021, Maria Azevedo Brandão.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba. Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial
Susane Santos Barros

Coordenação Gráfica
Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Capa e projeto gráfico
Vânia Vidal

Imagem da capa
Roberto Huczek no Unsplash
(adaptada por Vânia Vidal)

Fotos de Maria Brandão
Acervo da família

Organização/sistematização
dos textos
Hilda Fausto

Revisão
Mariana Rios

Normalização
Sandra Batista

Sistemas de Bibliotecas – UFBA

B817 Brandão, Maria de Azevedo.

Mundo e lugar: a urbanidade do pensamento de Maria Brandão /
Maria de Azevedo Brandão, Angela Franco, Paulo Fábio Dantas Neto,
organizadores. - Salvador: EDUFBA, 2021.

491 p.

ISBN: 978-65-5630-174-7

I. Sociologia urbana. 2. Planejamento urbano – história – Brasil.
3. Sociologia - coletânea. 4. Antropólogos. I. Franco, Angela Maria
de Almeida. II. Dantas Neto, Paulo Fábio. III. Título.

CDU: 316.334.55/56(81)

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo

s/n – Campus de Ondina

40170-115 – Salvador – Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br



AGRADECIMENTO

Esta coletânea, ora publicada pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), com uma generosa apresentação do magnífico reitor João Carlos Salles, não teria acontecido sem a especial dedicação dos professores da UFBA Angela Franco e Paulo Fábio, que, além de organizarem uma verdadeira antologia por eles explicada na introdução, prepararam todos os artigos para a publicação, no que contaram com a colaboração de Hilda Fausto.

A todos que contribuíram para a realização do meu sonho – um sonho de reconhecimento a uma mulher que muito fez para criarmos e educarmos os nossos três filhos (Marcos, Eduardo e André), não obstante nossas obrigações acadêmicas, e que muito me estimulou na minha formação universitária –, os meus mais sinceros agradecimentos, extensivos à equipe da Edufba: Flávia Rosa, Mariana Rios e Sandra Batista.

Paulo Rebouças Brandão

Salvador, 22 de março de 2020



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A cidade de Maria Brandão 9

JOÃO CARLOS SALLES

INTRODUÇÃO

A urbanidade do pensamento de Maria Brandão 15

ANGELA FRANCO | PAULO FÁBIO DANTAS NETO

PARTE I

Tempo objeto: *relógio de sol* 41

BLOCO I | O URBANO: QUESTÕES, PROPOSIÇÕES E CATARSE

Planejar o núcleo histórico 45

Morrer de morar: *os caminhos da natureza nas cidades brasileiras* 53

Brasil: *uma urbanização sanguinária* 65

Habitar como questão de política pública 79

Um viário desurbano e sem espaços públicos 97

BLOCO II | PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: DUAS HISTÓRIAS

A miragem: *notas sobre a ideologia do planejamento urbano* 109

Meio século de propostas sobre o planejamento regional da Grande Salvador 119

A regionalização da grande indústria do Brasil: *Recife e Salvador na década de 1970* 191

BLOCO III | O URBANO DE SALVADOR EM TRÊS MOMENTOS

Origens da expansão periférica de Salvador 223

O último dia da criação: *mercado, propriedade e uso do solo em Salvador* 243

Salvador: da transformação do centro à elaboração de periferias diferenciadas	265
--	-----

PARTE II

BLOCO I | MEMÓRIA E PENSAMENTO SOBRE O RECÔNCAVO

Propriedade e uso da terra na periferia norte do Recôncavo açucareiro: <i>aspectos de história recente</i>	293
Itinerário do Recôncavo e Santo Amaro	325
Cidade contra Recôncavo	341

BLOCO II | CULTURA E RELAÇÕES RACIAIS

Conversa de branco: <i>questões e não questões da literatura sobre relações raciais</i>	353
Baiano nacional: <i>a força de uma “língua franca” do Brasil contemporâneo</i>	367
Carnaval, carnavais: <i>cultura e identidade nacional</i>	381
Brasil caipira	389

BLOCO III | REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE

A pós-graduação no Brasil: <i>definição e política governamental</i>	395
Notas para uma discussão sobre a universidade	417
Rumo a uma nova universidade	421

BLOCO IV | RESENHANDO PENSAMENTOS

Milton Santos: <i>poética e política</i>	431
Thales de Azevedo: <i>ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica</i>	465

APRESENTAÇÃO

A CIDADE DE MARIA BRANDÃO

JOÃO CARLOS SALLES

Maria Grandão. Era assim que, pequeno, meu filho chamava Maria. Lá em casa, ele ouvia seu nome, muitas vezes repetido, e traduzia assim a imagem forte que nossas falas lhe emprestavam. Maria, para ele, seria imensa. Com efeito, a escuta truncada e a gramática ferida estavam longe do erro. Maria de Azevedo Brandão é uma grande intelectual, e em boa hora esta coletânea nos recupera sua contribuição singular, sobretudo para pensar a cidade.

Uma intelectual pública, além de tudo. Formação sofisticada e arguta capacidade de interpretação nela se aliam, resultando em reflexão apaixonada. Poderíamos dizer que a cidade, o espaço público, em seu sentido pleno, é a sua principal paixão. Nos seus textos, na sua fala, na sua trajetória como professora, pesquisadora e gestora pública, sempre estiveram associados planejamento e intervenção, interpretação e ação, como expressão bem-acabada de uma crença na possibilidade de racionalização do espaço, da cidade, da sociedade.

Os trabalhos aqui reunidos são um rico exemplo da sua capacidade de apreender as tramas do cotidiano a partir de marcos teóricos que escapam a divisões mais canônicas do trabalho intelectual. Ela passeia, pois, com desenvoltura da teoria ao projeto, do projeto à poesia, articulando distintos recortes territoriais, da casa ao bairro, à cidade e à região – aspectos e dimensões de caráter estrutural, conjuntural, circunstancial, manifestos no âmbito da economia, da política e da cultura.

Seus escritos sobre as múltiplas funções do Centro Histórico de Salvador, por exemplo, trazem uma concepção de cidade pela qual a concentração de bens, símbolos e pessoas, territorialmente circunscrita, aparece como expressão de processos de produção e complexas relações de poder, de caráter regional e inter-regional. Um traço da geração de Maria, vale lembrar, está em nunca descurar da história de nossa região, refletindo sobre Salvador a partir do Recôncavo e das especificidades funcionais dos seus múltiplos tecidos. Seus textos falam, então, de Salvador a partir dos processos de formação da economia colonial e das funções dessa cidade na complexa divisão do trabalho regional.

Em seus trabalhos, Maria antecipa e aborda temas cuja atualidade nos desconcerta. Textos escritos na década de setenta mantêm, às vezes, uma inquietante atualidade. A cidade é, pois, lugar de produção de riqueza e concentração de poder, como em seu texto seminal sobre o centro histórico de Salvador, no qual salienta a especulação do solo urbano, do quanto custa o “chão”, como aspecto da acumulação capitalista, da produção capitalista da cidade. E como, de modo algo eclético, sobretudo para os padrões intelectuais da época, ousa recuperar noções durkheimianas de função e divisão do trabalho social, ao tempo que introduz conceitos de inspiração marxista, como valor de uso e valor de troca. A taxonomia não inibe a intelectual arguta. O “chão” e o “teto” são elementos fundamentais na produção do valor na “indústria imobiliária”, para onde converge o excedente de capital gerado nas distintas escalas territoriais. E, nesse caso, percebe Maria, a alocação de recursos públicos, como mecanismo de valorização da terra, é um elemento fundamental na produção da cidade mercadoria. Por isso, ela afirmava de forma enfática e tristemente atual: se não quisermos transformar o Centro Histórico de Salvador em um cenário de opereta, precisamos preservar a sua função residencial e assegurar a permanência da população local.

Pensando o Centro Histórico, Maria pensa também a periferia. Não por acaso, essa dualidade (centro e periferia) estruturou o pensamento e a ação de muitos que se debruçaram sobre a cidade. E Salvador é, nesse sentido, pródiga em diversidade e em desigualdade. Em “Morrer de morar”, Maria nos mostra como o risco, ao longo do tempo, “passeia” pela cidade. No começo, “as encostas caíam no centro da cidade”; depois, ao longo do Subúrbio Ferroviário e, em seguida, no Miolo. O risco urbano ambiental caminha, lado a lado, com o processo, predatório, de ocupação da terra. Quando e onde o desabamento ocorrerá não é exatamente

uma fatalidade natural, uma determinação de natureza física, mas sim uma construção social.

Em uma cidade de topografia acidentada, onde chove muito, a intensificação da ocupação (resultado da intensificação de processos migratórios e da expulsão da população das áreas centrais) produz, cotidianamente, situações de risco. Nossos bairros populares foram feitos “à mão”, diz Maria, “contra todos os obstáculos físicos e institucionais”. Somos uma cidade de encostas, cumeadas e vales. E, ainda que os desabamentos possam ser uma ameaça para todos, as principais vítimas, como sempre, são os mais pobres, os moradores da periferia e, sobretudo, a população pobre e preta. É preciso então, pensa a gestora, uma política de terras e uma orientação de investimentos públicos e de tecnologia capazes de disciplinar e racionalizar seus usos, valorização e formas de apropriação. Precisamos, portanto, de políticas públicas que fujam do convencional e que estejam associadas ao emprego e à geração de renda. Salvador é assim um claro exemplo do que Maria bem qualifica como um padrão de urbanização e modelo de desenvolvimento excludente, precário e concentrador. Ou seja, uma urbanização sanguinária.

A casa, o habitar, para Maria, é síntese da problemática urbana, como uma questão de política urbana, econômica, pública. Nos anos noventa, por sua feita, Maria já alertava para as consequências da redução de problemas estruturais da cidade à escala do lugar, do excessivo elogio ao poder local e dos riscos de privatização e despolitização de problemas estruturais do urbano. Seus textos tematizam a praça, a rua, a cultura, a política e a participação. Acompanhados pelo olhar de Maria, podemos refletir sobre o desenvolvimento, o urbano, a cidade, a casa e, logo, a cultura. Com vigor intelectual, tematiza questões raciais, o baiano nacional, o Carnaval, os carnavais e o Brasil caipira.

Se a cidade é sua paixão, o planejamento sempre foi uma obsessão. De moto próprio ou guiada por seus encantos, Maria é um exemplo de intelectual motivada pela capacidade de a razão, através da ação devidamente ordenada, transformar a realidade. Como se fora uma iluminista, associa universidade e planejamento. A razão, acredita, pode ordenar a cidade: a década de quarenta foi a década de criação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1946, do Escritório do Plano Urbanístico (Epucs), em 1943, e, na década seguinte, da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1955. Não seriam esses lídimos exemplos da

possibilidade de racionalização e intervenção qualificada na complexa realidade regional e brasileira?

A crença na capacidade de intervenção estatal fundada em uma racionalidade voltada para o bem comum – essa utopia percorre seus textos, assim como solicitou grande parte de sua energia. Por outro lado, sem qualquer ingenuidade, estrutura a sua reflexão a crítica, sempre mordaz, aos limites e fraqueza do poder público, que “faz do urbano brasileiro um espaço sem caráter”. Por fraqueza ou de modo deliberado, o fato é que essa sua crença, devemos convir, raramente se transforma em realidade. A regionalização da indústria no Brasil, o planejamento do território, as intervenções urbanísticas e viárias segregam, desunem e violentam. Com efeito, “a exclusão está no coração do urbanismo convencional dos governos”.

Nos seus textos e na vida de Maria, a universidade (e, mais do que isso, a pesquisa) sempre foi uma presença forte. É gratificante encontrar, em seus textos da década de setenta, uma reflexão madura sobre os desafios da construção da pós-graduação no país – lugar por excelência da pesquisa científica e tecnológica, mas, também, da formação dos nossos professores. E nos damos conta do seu papel na história mesma da pós-graduação na UFBA, sendo ela testemunha e personagem. Nesse cenário, que seus trabalhos ajudam a recompor, Maria destaca a proposta de criação de centros regionais de pós-graduação, uma preocupação que se associa às suas reflexões sobre a necessidade de criar condições para a qualificação do ensino e da pesquisa, qualquer a parte do Brasil.

Ainda refletindo sobre a universidade, suas notas de 1985 continuam atuais, ao chamar a atenção para a necessidade de a universidade trazer para o seu âmbito os problemas gerais da sociedade, sem o que sua aura pode facilmente dissolver-se. Para além das questões relativas ao financiamento ou aos salários; para além dos traços de autoritarismo ou acomodação, da burocracia ou do corporativismo, Maria enfatiza a liberdade de experimentação, de pensar e repensar a universidade, a partir da reflexão sobre o poder na sociedade e na universidade brasileira. O desafio continua atual. Trata-se (então, como hoje em dia) não apenas de questionar a composição do time, mas sim as próprias regras do jogo. Afinal, qual universidade queremos? – é o que devem primeiro indagar os que a defendem, voltando os olhos para os próprios fundamentos da universidade, sem temer colocar em questão sua própria identidade.

Nesse complexo cenário, permanece atual o imperativo de articular universidade aos interesses estratégicos do país. Continua atual, portanto, a defesa da universalização de todos níveis de ensino, da ampliação da pesquisa e democratização dos processos de produção da política de ensino e da pesquisa – hoje, ameaçadas como nunca o estiveram. Brincando com o passado e com o presente da universidade, ela afirma: “Não há por que exumar as bandeiras do passado; nem bandeiras nem as liturgias de combate. A luta é outra. A luta é nova. O tempo é outro e o Brasil contemporâneo está por ser descoberto por mil memórias e por mil questões de hoje”.

O livro nos convida ao trabalho do pensamento. Com seus textos, com seu olhar arguto para fora e para dentro da academia, Maria Brandão organiza mesmo nossa experiência de pensamento sobre a cidade. Ela nos ensina a ver, mas não como se estivéssemos em um museu; antes talvez como se visitássemos com ela uma feira, tendo acompanhado o caminho de seus produtos, o modo como foram produzidos, como chegaram até ali e, sobretudo, o que podemos fazer com eles ao tocá-los, ao ousar conferir-lhes um novo sentido. Por tudo isso, só podemos ficar encantados por essa experiência de pensar, de ver e tocar a cidade e a vida do pensamento. Deixemo-nos, então, surpreender por Maria Brandão, que ora nos guia, repetimos, com seu extraordinário e luminoso exemplo de intelectual pública.

INTRODUÇÃO

A URBANIDADE DO PENSAMENTO DE MARIA BRANDÃO

ANGELA FRANCO | PAULO FÁBIO DANTAS NETO

A ideia deste livro foi de Paulo Brandão. Nesse sentido, ele é um dos filhotes do seu amor e da sua admiração por Maria. A princípio, Paulo recorreu aos professores Ângela Gordilho Souza e Paulo Fábio Dantas Neto para o ajudarem a completar esse gesto. Ambos foram aos poucos percebendo a natureza complexa do trabalho. Viu-se que havia textos inéditos, outros publicados, porém de modo mais discreto que o apropriado. Outros ainda, embora publicados adequadamente a seu tempo, pedem republicação, pois o transcendem. Tudo isso precisava vir ou retornar à luz.

Mas o desafio de não deixar que se perca uma memória ia além da organização desta coletânea. A garimpagem de Ângela Gordilho localizou, ainda inédito, o resultado de um dos mais significativos empreendimentos da intelectual Maria de Azevedo Brandão: um *workshop* sobre o Recôncavo da Bahia – o segundo que promoveu –, do qual, mais do que idealizadora, promotora e realizadora, Maria fora a alma. Reconstruir aquele momento de reflexão coletiva da inteligência da Bahia sobre si mesma era uma tarefa que haveria de requisitar intensamente a capacidade intelectual e a diligência emocional da professora Ângela, uma diletta discípula de Maria, conhecedora da sua obra e do objeto em tela. Sem deixar de antes dar uma significativa ajuda nos passos iniciais desta coletânea, tanto na seleção dos textos como na orientação editorial, Ângela passou a se dedicar à

missão de fazer aquela oficina reviver em forma de outra publicação, através da qual poderá ser útil à reflexão das novas gerações.

Ficou, assim, a coletânea sob a batuta dos dois Paulos. Puseram-se, o companheiro – interlocutor de uma vida – e o receptor, leitor e admirador de vários momentos, a trabalhar sobre o material ao qual, sob orientação inicial de Ângela Gordilho, Hilda Fausto conseguira dar forma sistemática. Logo se viu que haveria de se recorrer a outra ex-orientanda, a também professora Angela Franco, para que o trabalho fosse o mais fiel possível ao pensamento de Maria a respeito dos variados temas de que se ocupam os textos coletados. Resolveu, então, Paulo, o Brandão, confiar aos presentes organizadores continuar a preparação e concluir a coletânea que o leitor recebe agora.

Uma primeira ressalva a ser feita com relação a esta coletânea é a de que o pensamento de Maria abrange um universo mais amplo e diverso do que aquele eventualmente sugerido pelo material selecionado para o livro. Suas inquietações intelectuais, políticas e existenciais a fizeram trabalhar e refletir em múltiplos espaços e linguagens, alternada ou simultaneamente. Assim, seu pensamento ora se desdobra em textos diversos no conteúdo e na forma – e aqui não constam todos eles –, ora substancia contribuições técnicas para o setor público – nem sempre apresentadas de modo autoral –, ou ainda se evidencia na ativação do ambiente intelectual e cultural baiano por meio de variadas iniciativas de organização de eventos e outras atividades agregadoras que, bem ao estilo da autora, deveriam ser também instigadoras.

Essa polivalência, refletindo a alma inquieta, tem, contudo, uma liga de fortes elementos comuns. O apreço à história dos fatos, das coisas e pessoas é um deles. Daí advêm o encantamento com o ritmo do cotidiano e a curiosidade guiando a observação arguta dos saberes, das práticas, das mazelas e bem feitos de todos os tempos, inclusive e, sobretudo, do tempo presente. A ideia de contemporaneidade aqui cai bem, num duplo sentido, como sugere o filósofo Agamben:¹ o de reconhecer e viver o coetâneo e, ao mesmo tempo, estar desconforme com ele. Senão, como compreender a preocupação – e antecipação – de muitas das questões que somente hoje constituem agenda a ocupar movimentos

1 AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

sociais e governos, como a problemática das encostas urbanas e seus escorregamentos, a desertificação/ecologia das cidades ou a preservação/tombamento das matas e terreiros do candomblé?

Não há como estranhar, também, o manuseio pouco ortodoxo da teoria sociológica e sua combinação com os métodos e olhares da antropologia que, se pode dizer, caracteriza em boa medida o trabalho de Maria. Provavelmente associada à herança afetiva e intelectual do pai, Thales de Azevedo, essa bagagem, atualizada por sua própria experiência – e irreverência – foi temperada com aportes teóricos ecléticos, do campo marxista, de teorias da modernização e sobre a condição periférica. O resultado são reflexões críticas dos fenômenos e processos em curso e também acuradas na percepção da complexidade das nuances históricas e culturais da formação brasileira e soteropolitana.

Um outro traço a assinalar diz respeito ao compromisso com a ideia e a realização do espaço público. Assim, adquirem importância fundamental o planejamento, a gestão da coisa pública e sua dimensão coletiva, na construção e no usufruto. Tal preocupação sempre aparece com forte caráter propositivo, caminhando entre diretrizes, princípios, políticas e programas regionais e urbanos e até entre esboços de natureza arquitetônica e urbanística. Não à toa, os assuntos relativos ao mobiliário e mobilidade urbanos sempre lhe despertaram interesse, talvez sob a inspiração lefebvriana, de mútua adequação entre forma e conteúdo libertário da cidade.

Como teria que ser, diante do que se comentou anteriormente, feita a seleção de textos que resultou nesta coletânea, as formas textuais variam. São artigos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa, textos técnicos, anotações avulsas. Variam também, como já dito, as linguagens, da científica à poética. Isso empresta ao conjunto certo aspecto contingente, até fragmentado, podendo sugerir aleatoriedade, mas isso não deve nos enganar. Em reunião de textos de Maria, não há hiato entre forma e substância. Cada fragmento é evidência do modo de pensar da autora, que recusa a sistematicidade dos esquemas, ainda que observe com notória qualidade as do raciocínio e da reflexão. Por isso, não se tratou apenas de selecionar textos, mas de detectar e procurar compreender liames entre eles, supondo-os correspondentes aos construídos por seu pensamento.

Um desses liames é o que se dá entre a forma acadêmica da maioria dos textos e o princípio motor de seus conteúdos, que é a responsabilidade pública da atividade e da pessoa intelectual. Por vezes, o leitor ou a leitora flagrará um discurso normativo no lugar onde se esperava um arremate descritivo de fatos e processos. Noutros momentos, a argumentação política encontrará um limite em alguma arquitetura cognitiva derivada de uma descoberta feita por uma atitude de pesquisa que se recusa a torturar os fatos para salvar uma prévia convicção.

Outros liames são temáticos e/ou metodológicos. Entre a sociologia urbana como parte de uma ciência e um mergulho empírico no urbano soteropolitano; entre Salvador e Recôncavo como nomes de uma mesma coisa em si e como termos de uma dualidade construída contra si; entre tudo isso e a Bahia como nome de um modo de ser e estar que, no entanto, não se contrapõe ao mundo e ao país, sem os quais ela, a Bahia, não seria possível; entre universidade, cultura e país, em textos tematicamente recortados numa trilha de vaivém entre o universal e o particular.

A coletânea inclui alguns trabalhos supostamente inéditos – ao menos até onde sabem os organizadores –, mas não foi esse um critério absoluto, sequer principal. Trabalhos consagrados estavam a merecer reedição, até porque quase nada está digitalizado e disponível na *web*, mesmo quando se localizam os acervos e as referências. Muitas vezes, edições anteriores não integram publicações autorais. Estão em coletâneas, revistas e outros periódicos – alguns já não existentes –, além de anais. Textos incluídos nessas situações reclamaram e obtiveram lugar na coletânea a partir do que os organizadores consideraram mais relevante na obra da autora. Foram igualmente incluídos trabalhos publicados, mas não tão difundidos, e que, no entanto, foram considerados importantes para demonstrar ênfases da autora em determinada área temática, independentemente da referência de tempo e espaço. Além disso, nos arquivos de Maria, foram encontrados textos cujo destaque provém não apenas do conteúdo ou do estilo, mas decorre de ser exemplo de algum interesse em temas que não foram os seus mais frequentes.

De um modo geral, pode-se dizer que a seleção buscou que o conjunto dos textos demonstrasse três dimensões do perfil intelectual de Maria Brandão: uma usina de *insights*, uma analista de mão cheia, dona de um estilo personalíssimo de escrever, e uma autora comprometida com o sentido publicístico do que escreve.

A coletânea foi organizada em duas partes, na intenção de fazê-la corresponder ao caráter multifacetado da produção de Maria, já comentado. Essa divisão – de natureza sobretudo temática – deu-se na tentativa de organizar e, simultaneamente, explicitar aquela diversidade. A autora foi capaz de ter uma produção continuada em torno de temas que podem testemunhar um foco no urbano – entendido como algo abrangente quanto à sua dinâmica regional e com perspectiva diagnóstica, interpretativa e de ação pública –, justificando uma primeira parte inteiramente dedicada a essa dimensão. Mas não se deve tomá-la como uma especialista da área, ainda que revele gosto e substância para tanto. Para além da problemática urbana, sua sociologia e sua publicística inquietam-se com outros temas, oriundos de inspirações diversas, mas não excludentes, que compõem a segunda parte da coletânea. Uns têm a ver com a dimensão dos seus afetos, como demonstram os escritos sobre o Recôncavo, ambiente de muitas de suas incursões pelos meandros culturais baianos, numa espécie de rito de iniciação incentivada pelo pai e que se desdobrou em abordagens contundentes sobre a transformação experimentada pela região e seus resultados – para o bem e para o mal –, no bojo do processo de modernização baiano.

Outros advêm de sua sensibilidade cultural, inspiradora das reflexões em torno das relações raciais, das especificidades culturais de cada lugar e de cada tempo e, paralelamente, da constituição desses corpos de cultura próprios num país já unificado pela lógica da modernização capitalista. Cultura e universidade insinuam também outro *continuum*, a segunda como parte da primeira, não havendo tema de uma que seja estranho à outra. A parte é porta-bandeira do todo, que lhe fornece o enredo. Por fim, a incursão de Maria em comentários sobre vida, obra e pensamento de personalidades intelectuais que referenciaram o amplo universo temático pelo qual a sua curiosidade e a sua inteligência transitaram.

Entre as duas partes da coletânea, há uma diferença relevante. Na primeira, a articulação dos temas e textos é explícita e permite que se apresentem aqui os liames proporcionados pela disciplina sociológica e mais aqueles que o pensamento de Maria construiu para articular várias facetas, tempos históricos e modos de abordar o que se pode genericamente – e pouco rigorosamente – chamar de “o urbano” e seus correlatos. Já na segunda parte, ficará evidente que se está diante de um quebra-cabeças que fica longe de uma sistematização. Embora o termo

“cultura” seja candidato a, de modo vago, servir de síntese, a inexatidão e a margem para controvérsia são maiores do que as que podem suscitar o termo “urbano”, no caso da primeira parte. Na segunda, há janelas abertas, mas vislumbrar para onde se abrem é um exercício interpretativo a ser feito por quem lê.

A Parte I abre-se com um poema de Maria, dedicado a Marçal Ribeiro da Fonseca, autor da escultura “Relógio do Sol”, que marcou a inauguração da Praça Ibero-Americana em 16 de julho de 1993, uma homenagem da Prefeitura Municipal de Salvador à III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, então realizada. Sem dúvida, uma bela e apropriada abertura para o conjunto de reflexões aqui trazidas através de 11 textos, distribuídos em três blocos. Esta arrumação não foi guiada pela cronologia – mas nela presta atenção –, nem pela natureza dos trabalhos, cuja variedade, como vimos, muito nos informa sobre a produção de Maria. Antes, tal divisão visa demarcar campos de força atrativos de suas formulações sobre o urbano, o planejamento e o regional.

Do bloco “O urbano: questões, proposições e catarse”, o mais remoto dos textos (1975), “Planejar o núcleo histórico”, foi elaborado para o I Seminário de Cultura da Cidade de Salvador, promovido pela sua prefeitura. Associando a mudança de funções da cidade a transformações econômico-sociais em relações intra e inter-regionais, a autora recua aos anos 1930, ocasião de grande interesse pelo urbano e seu correlato de então, o centro da cidade; identifica sua desvalorização lá pelos anos 1950 até seu esvaziamento nos 1960/1970, com a conversão do espaço urbano em indústria urbana. Mais que esvaziado, o centro experimenta a “perda de sentido”. Os termos “solo intensivo” e “massa extensiva” sinalizam possibilidades da articulação entre a realidade inexorável da produção imobiliária capitalista, com suas potencialidades excludentes, e as iniciativas acionadas pelo trabalho da população local e dirigidas a clientelas populares.

Três outros textos desse bloco foram produzidos nos anos 1990, época em que Maria foi presidente do Centro de Planejamento Municipal (CPM) da Prefeitura Municipal de Salvador (1993-1995). Aí, o laboratório é Salvador, mas não só.

Em “Morrer de morar: os caminhos da natureza nas cidades brasileiras”, de 1996, a expressão do título é uma referência aos perigos da urbanização de riscos, sobretudo para os mais pobres cidadãos. Partindo de um trabalho técnico

da Prefeitura Municipal sobre encostas, que acabou por traçar uma “geografia social” dos acidentes em encostas de Salvador, o artigo identifica o agravamento e a generalização de acidentes a partir dos anos 1970 pelo processo de valorização e utilização intensiva do solo urbano. As soluções urbanísticas e técnicas apontadas pressupunham uma política habitacional inteira, comportando uma política de terras; a gestão articulada entre Prefeitura Municipal e órgãos responsáveis pelos serviços coletivos e uma política de informações e tecnologias apropriadas ao enfrentamento do risco de morrer morando. A cidade concreta, empiricamente estudada, é ponte para uma reflexão sobre o urbano brasileiro.

“Brasil: uma urbanização sanguínea”, de 1994, é a atualização, no início da década dos 1990, de um trabalho apresentado em 1989, na XI Reunião Internacional da Latin American Studies Association (Lasa), realizada em Miami. Já considera as lógicas da flexibilidade formatando os processos da economia e das cidades e chama a atenção para as transformações daí decorrentes, particularmente quanto à evolução do mercado de trabalho e à acentuação da heterogeneidade urbana no Brasil. Potencializa-se o que é visto como perversidade da “cidade corporativa”, conceito de Milton Santos, muito a propósito referido nessa formulação sobre a natureza da urbanização brasileira. O adjetivo do título não deixa dúvida sobre como a avalia a autora.

“Habitar como questão de política pública”, de 1997, é um trabalho pós-Habitat II – Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Istambul, 1996). Flagra, pois, habitação e cidade em nova perspectiva, do deslocamento “da casa própria ao bom lugar”, enfática nas questões da gestão pública e da participação democrática. Crítica, Maria alerta para a persistência da desarticulação entre políticas e ações governamentais locais, nos planos intra e intersetorial e do problema sempre pendente do financiamento público. Avanços institucionais da política urbana, reconhecidos, não se concretizam ou são subutilizados porque apartados de uma “política macroscópica de qualificação urbana”, associada às dimensões da produção habitacional, do emprego e da renda. A acentuação, daí derivada, de padrões urbanísticos mais precários para áreas da pobreza tem o enfrentamento comprometido com as novas tendências de transferência das responsabilidades para a área privada, comunidades e governos locais, retirando as questões urbanas da esfera das políticas públicas nacionais.

“Um viário desurbano e sem espaços públicos”, de 2007, é, não por acaso, o último texto desse bloco. Contém, simultaneamente, uma agenda da problemática das cidades na atualidade – da urbanização que julga equivocada e da desurbanidade, sobretudo referenciadas pelas questões do espaço público e da mobilidade – e uma catarse. Evidentemente, tem como base empírica a cidade de Salvador. Sua paixão e indignação parecem apontar que, nos anos 2000, os diagnósticos se exauriram e os avisos também. Alguns “verbetes” que compõem esse texto, publicado em *Veracidade*, revista da Prefeitura Municipal de Salvador, testemunham a agenda catártica: “cidades autofágicas”; “o viário que desune e violenta”; “Salvador – metrópole autista e esquizoide”; “a usinagem da exclusão”; “a opacidade dos bairros da pobreza”. O conteúdo abrigado neste último título dá uma ideia do diapasão discursivo dos demais: a ameaça de violência estaria ligada à segregação dos bairros populares e sua opacidade interna, significando “quebra da cibernética social de resistência à entropia”.

Chegando-se ao segundo bloco da Parte I, a catarse politizada sobre a empiria urbana brasileira cede lugar ao resgate histórico do pensamento prospectador e planejador do urbano que se forjou na Bahia. Intitulado “Planejamento urbano e regional: duas histórias”, o bloco define-se em dois textos. O primeiro, “A miragem: notas sobre a ideologia do planejamento urbano”, foi publicado em 1978, como introdução do volume especial da revista *Planejamento*, editada pela Fundação de Pesquisas (CPE), em dois números: Habitação e Urbanismo I e II, cujas apresentações são ambas assinadas por Maria Brandão. O segundo texto é “Meio século de propostas sobre o planejamento regional da Grande Salvador”, publicado em 2001, em formato CD-ROM, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

A compilação histórica à qual o texto “A miragem” se reporta é, em si mesma, importante, pois envolve documentos fundamentais sobre o planejamento urbano de Salvador – e do estado – das décadas de 1940, 1950 e início de 1960. No primeiro volume daquela publicação, estão preciosidades como o *Código de Urbanismo* de 1948; os trabalhos da Subcomissão de Habitação e Favelas da Comissão de Bem Estar Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; as propostas (1952-1961) da Comissão de Planejamento (CPE), entre as quais, no que se refere a Salvador, destacam-se as bases de criação de inúmeras instituições nas áreas de melhoramento urbano, habitação e urbanismo. Já no segundo

volume, há textos autorais de reflexão e proposição de Pinto de Aguiar, Mário Leal Ferreira, Admar Guimarães, Diógenes Rebouças, Américo Simas, além de um da própria Maria Brandão que, sob o título “Origens da expansão periférica de Salvador”, integra também a presente coletânea.

Em “A miragem”, Maria faz bem mais do que uma resenha apresentadora do conteúdo dos dois volumes daquela significativa publicação da CPE que ela própria coordenou. Trata-se de uma análise que reconhece, em Salvador, uma base privilegiada para o entendimento “do processo de elaboração da ideologia e da prática governamentais quanto à questão urbana”. Trabalhando com uma sucessão de ideias, imagens, medidas e tentativas de intervenção governamental, associadas a diferentes episódios anteriores a 1964, ela mostra como vinham sendo “progressivamente definidos os pressupostos de uma política urbana consentânea com o padrão hoje [década dos 1970] estabelecido de integração do espaço nacional e de concentração urbano-industrial”. Sobretudo, adverte – refugando reducionismos deterministas – que a ideologia de manejo do crescimento urbano então vigente não derivaria da evolução linear do ideário anterior. Contudo, enquanto elaboração da prática governamental, refletiria, sim, articulações de interesses finalmente explicitados, mas que antes provavelmente já se ensaiavam. Identifica ainda uma marca carismática nessas iniciativas baianas, seja pelo caráter “surpreendente” das soluções, seja por sua legitimação através de estudos empíricos sistemáticos, ou ainda pela “arbitrariedade” – esse é o termo que usa – diante dos jogos políticos de cada momento, provocando ressentimentos em grupos dirigentes locais.

O segundo texto “Meio século de propostas sobre o planejamento regional da Grande Salvador”, de 2001, tem o mesmo sentido de resgate histórico da formulação de um pensamento forjado na Bahia sobre – mas não só – o urbano e as ações que esse pensamento suscitou, só que abrangendo o período dos anos 1950 à década de 1990. Há, portanto, intersecção e extrapolação temporal em relação ao material analisado em “A miragem”, assim como há intersecção (o urbano) e extrapolação (o planejamento econômico da região) do ponto de vista temático e disciplinar. Nesse texto, Maria resgata as principais experiências do planejamento regional na Bahia, precisando, conforme avisa, circunscrever a compilação aos documentos encontrados, deixando de fora outros também relevantes e conhecidos. O principal, porém, é a demarcação feita pela autora das mudanças ocorridas na relação de Salvador com sua ambiência macrorregional,

seja do ponto de vista da concepção territorial, seja quanto ao próprio escopo do planejamento. Isso desde a criação do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, em 1967, até sua extinção e recriação, como Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador, em 1973.² Mais que a conversão de um órgão, o confronto entre dois modos de pensar e agir sobre a região. Da compreensão original do Recôncavo como região de Salvador – que levava a combinar o resgate de suas “características ecológicas e históricas, esforços pela neutralização da crise de seu complexo agroindustrial e as oportunidades oferecidas à Bahia com a redefinição de sua inserção na economia nacional” – até o progressivo desprezo pela relação Salvador-Recôncavo, estreita-se a própria noção de intervenção sobre o espaço regional. Com a ênfase excludente, ou quase, na industrialização, perdeu-se, conforme mostra Maria Brandão, o caráter multidimensional da intervenção. As implicações desse processo sobre o Recôncavo em si foram mais analisadas em outros textos de Maria, que constituirão o primeiro bloco da Parte II desta coletânea.

Antecedendo o terceiro e último bloco da Parte I, oferece-se, como *intermezzo*, o texto “A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 1970”, publicado pela primeira vez em 1984. Vale observar que, se para organizar os textos dentro de cada bloco reparou-se na cronologia, a sequência dos blocos a desafia, pois são sobre Salvador os primeiros textos da autora, enquanto a ordem dos blocos pode sugerir que o seu pensamento sobre o urbano e seus correlatos terá viajado do Brasil a Salvador, passando pela Bahia e a Baía (de Todos os Santos) e seu Recôncavo. Mas talvez se possa dizer que “A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 1970” é um trabalho no qual o nacional e o regional/local imbricam-se de tal modo que não se pode, a partir de suas ênfases, “encaixá-lo” em algum dos blocos (ou momentos) aqui arrumados. Além disso, é um texto de passagem obrigatória quando se trata de entender, na dinâmica capitalista no Brasil, a articulação entre o capital, o Estado e a região.

O texto centra-se na análise dos desdobramentos da expansão do grande capital sobre as regiões “atrasadas”, sob o comando do Estado, nos anos 1970. Desse Brasil “de depois” – modo como a autora se refere ao retardo da incorporação do Nordeste à dinâmica industrial brasileira –, são tomados os casos de Recife

2 Com a Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, a Conder passou a designar a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, após incorporar a Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (Urbis).

e Salvador, correspondentes a dois padrões de desenvolvimento industrial então exemplares: a industrialização com pauta diversificada e a introdução abrupta de conjuntos especializados, dos grandes complexos oligopólicos em expansão, sobre os novos espaços. Esses processos teriam a região da Bahia como caso-limite, cuja análise, comparativamente à sua quase sempre rival nordestina, permitiria problematizar o alcance das transformações ocorridas *vis-à-vis* as condições regionais internas, os imensos investimentos estatais em infraestrutura de produção; as “caixas-pretas” dos arranjos políticos-institucionais. Essas reflexões seriam, por fim e “sem fantasias de salvação, nem a paranoia de um pesadelo de fim do mundo”, uma tentativa de avaliação das “limitadas alternativas imediatas abertas a esse Brasil que ficou pra depois”.

Essa reflexão, na qual Salvador é comparada como um caso exemplar, guarda, além do próprio valor da análise comparativa, uma coerência impressionante com a igualmente marcante reflexão que Maria Brandão fazia, bem antes e também nessa mesma época, sobre o urbano de Salvador, visto em sua configuração histórico-social peculiar. Essa outra reflexão está no terceiro e último bloco da Parte I, cujo título é “O urbano de Salvador em três momentos”. Ele é composto por três textos com imensa afinidade entre si: tratam do processo de expansão urbana de Salvador, em diferentes contextos.

O primeiro deles é “Origens da expansão periférica de Salvador”, publicado em 1978, mas obra de muito antes. Sua trajetória é, em si, elucidativa do itinerário acadêmico e institucional nada convencional do pensamento de Maria Brandão sobre o urbano de Salvador. Com base nas próprias informações da autora, tudo começa com um diagnóstico da situação habitacional de Salvador, apresentado ao Governo do Estado da Bahia pelo escritório Diógenes Rebouças, em 1961. Em verdade, resume o relatório *O problema de habitação na Cidade do Salvador*, de 1959, elaborado por Maria como parte dos trabalhos do Grupo sobre Habitação da CPE, criado em 1958. Foi parcialmente divulgado em publicação da CPE, sob o título “Uma política de habitação para Salvador”, em 1960. Posteriormente, o texto do Anteprojeto de Recuperação dos Alagados – ponto de partida do diagnóstico de 1961 – foi apresentado como uma comunicação ao Seminário sobre Desenvolvimento e Organização de Comunidade, promovido pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) e Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, em 1963. O texto republicado em 1978 e presente nesta coletânea

corresponde a esta última versão. Portanto, a análise estende-se ao início dos anos 1960, quando a expansão periférica de Salvador estava centrada na dinâmica do crescimento horizontal da cidade que, à época, experimentava forte pressão migratória e grave crise habitacional. O texto se detém nas “invasões”, envolvendo processos dos quais destaca a complexidade – ao mesmo tempo, resposta à necessidade de habitação e de trabalho – e o caráter revolucionário da “empresa” de invadir. Seu caráter propositivo é evidenciado num conjunto multissetorial de propostas que vão do “estabelecimento de um plano diretor realístico e elástico face ao crescimento urbano e à crescente complexidade da vida regional”, implicando a revisão do plano do Escritório do Plano Urbanístico da Cidade (Epucs), até o “fomento à ação reivindicatória dos grupos mais prejudicados e à clara consciência social do problema por parte de toda a população”.

“O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador”, de 1981, talvez seja o texto mais conhecido de Maria, um clássico do pensamento sobre o urbano de Salvador. Fundamenta-se no mesmo arcabouço analítico do processo de expansão urbana formulado para períodos precedentes e o atualiza para dar conta da dinâmica que se estabelece a partir da segunda metade dos anos 1960, quando os requisitos de um mercado imobiliário plenamente desenvolvido se tornam cada vez mais incompatíveis com a “desordem” das ocupações espontâneas e, no caso de Salvador, com o regime vigente de posse do solo urbano. Nesse sentido, Salvador é tomada como paradigmática ao ter no Estado o agente especial na ruptura desse padrão fundiário baseado na enfiteuse, na inversão em infraestrutura urbana e na deslegitimação das iniciativas informais de produção habitacional. O artigo ocupa-se justamente desses “atos finais, do último dia da criação de um espaço para o capital, em Salvador”.

“Salvador: da transformação do centro à elaboração de periferias diferenciadas”, de 2001, é o texto de fechamento da Parte I desta coletânea. Foi elaborado para o evento Quem Faz Salvador? Ciclos de Palestras, realizado nesse mesmo ano e promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente. Para discutir o “fazer a cidade”, Maria assinala “alguns processos e características vindos do passado e imagens quanto ao futuro”, a fim de contribuir para esclarecer o padrão socio-territorial atual de Salvador. Estabelece os pressupostos da cidade como construção histórica de múltiplos atores – a população, o capital, o poder público local,

as determinações do mercado político e atores extralocais –, “tudo isso envolto num ambiente simbólico e normativo, historicamente produzido, muitas vezes mistificador, autoritário, legitimador de privilégios, frequentemente explorado ideologicamente, que se chama cultura”.

Pronto, estão dadas as linhas mestras do artigo e também o *link* para com o aqui suposto tema-síntese dos textos da Parte II. Reiterando reflexões amadurecidas nos trabalhos precedentes sobre a dinâmica de crescimento de Salvador, Maria Brandão, quando pensa sobre a cidade do futuro imediato, denuncia uma certa “cultura” que a desagrade e conclui com a catarse que parece marcar o seu pensamento nos anos de 2000: “um centro espetáculo quase vazio de moradores, pelo menos por agora, cercado de uma coroa de bairros decadentes, cada vez menos servidos de espaços públicos e cada vez mais congestionados de veículos, comércio sem teto e moradores sem casa; [...] e, sobretudo, uma periferia diversa, composta de bairros precários que correspondem a 60% das áreas residenciais da cidade, alternados por terrenos baldios à engorda e ilhas de bem-estar trancadas a sete chaves frente ao medo dos vizinhos e ao incômodo de quem não consegue evitar a visão quotidiana do espetáculo da pobreza”.

O terceiro bloco da Parte I termina assim, revisitando o primeiro. Volta-se à catarse, o ponto de chegada do pensamento de Maria sobre o urbano e seus correlatos, pelo qual a coletânea iniciou. Discutir se se trata de visão política ou ideológica transcende o objetivo desta coletânea, que é o resgate dos textos. O que esse resgate permite ver com nitidez é o seu mal-estar perante um presente que briga simultaneamente com um passado afetivo e um futuro desejado.

A Parte II da presente coletânea registra algo mais próximo a um livre pensar. Daí não ter sentido tentar seguir um fio de raciocínio da autora sobre um objeto e, em vez disso, ser possível e talvez preciso especular, também livremente, sobre um sentido para esse conjunto de 12 textos, dispostos em 4 blocos. Nos títulos dos blocos, a palavra “cultura” surge explicitamente apenas no segundo. Mas cultura é ideia de presença notória em todos eles.

A visão dos organizadores é a de que, embora livre, esse pensar nada tem de arbitrário. Impactam-no, além da experiência vivida pela autora no mundo sobre o qual escreve, duas influências intelectuais poderosas, alvos dos dois textos do

bloco que encerra esta coletânea. Ao resenhar as trajetórias de Thales de Azevedo e Milton Santos, Maria Brandão ofertou uma chave a quem resenhe seus temas e o seu próprio modo de pensar.

O primeiro bloco, “Memória e pensamento sobre o Recôncavo”, é composto por três textos que detalham mais uma perspectiva existencial que conceitual, embora esta última se faça explicitamente presente. Esse viés seria problemático se houvesse a pretensão de apresentar de modo rigoroso a visão intelectual de Maria Brandão sobre o Recôncavo como região. Mas isso será cumprido na outra publicação já mencionada, que a professora Ângela Gordilho organiza. Ali estará certamente refletido o conjunto das contribuições da própria Maria, como autora e como ativa articuladora do mundo intelectual baiano em torno desse tema-universo que lhe é tão caro. Aqui se trata apenas de, justamente, dar uma notícia sobre essa relevância existencial do tema na sua obra.

Os textos selecionados para esse bloco cumprem essa intenção. O primeiro deles, “Propriedade e uso da terra na periferia norte do Recôncavo açucareiro: aspectos de história recente”, embora apresentado num encontro acadêmico em 1975, baseia-se em pesquisa realizada entre 1956 e 1963. Sua inclusão tem o sentido de mostrar que a preocupação da autora com mudanças sociais na região vem de longe e a levava, para entendê-las, a enfrentar, inclusive, o estudo da economia. Ficaria como um estudo isolado, sem maior conexão com seu labor posterior, quase como algo diletante, não fosse a sugestão que o segundo texto do bloco nos faz sobre o aqui salientado móvel existencial. A poesia em prosa do belíssimo “Itinerário do Recôncavo e Santo Amaro”, publicado em 1985, em coletânea organizada por Maria Mirabeau Sampaio, não deixa dúvida nos organizadores sobre o estatuto existencial do lugar que esse tema recorrente tem no pensamento de Maria Brandão. Embora apareça em segundo lugar na sequência adotada, seu significado equivale, na Parte II, ao que tem “Relógio de Sol”, na Parte I.

Mas é no terceiro e último texto do primeiro bloco, “Cidade contra Recôncavo”, que a tese intelectual se junta ao sentimento. Esse texto deve ser visto como um marco na interpretação de Maria sobre uma fratura entre Salvador e Recôncavo. Além de revelar, mais uma vez, o estímulo existencial que a região exercia sobre seu intelecto, ele demonstra que a autora estava atenta a processos que podemos considerar – sem certeza, mas ao menos com a suspeita da sua concordância – politicamente cegos. Processos antigos, ou da passagem lenta e tímida da Bahia

do antigo ao moderno, antes do advento da proativa modernização orientada pelo Estado, a partir da década dos 1950, através de intervenções, planejadas e/ou pragmáticas. Pela ótica de Maria, em vez de inventar e fundar a fratura, a ação governamental da elite dirigente nos anos 1970 teria acelerado e aprofundado o que se insinuava há muito, como fato da economia, da sociologia e da cultura em mutação. Nesse sentido, alterou-se a lógica do planejamento anterior que, ao criar a Conder para o Recôncavo, tentara retomar o fio da imaginação planejadora dos anos 1940/1950, voltado a harmonizar uma utopia modernizante com uma identidade cultural abrigada na tradição. Recusando essa utopia, a intervenção pragmática recorreu ao carisma para promover um moderno possível, centrado na economia e que, mais tarde, seria convertido num urbano regional que o juízo crítico de Maria perceberia como uma realidade distópica. O conteúdo substantivo desse texto foi difundido e aprofundado, oralmente, em debates intelectuais sobre o tema a partir da década dos 1990 e em trabalhos posteriores seus, como “Adendum sobre o Recôncavo”, no qual desdobra, analiticamente, a tese desenhada no texto ora publicado.

O segundo bloco da Parte II desta coletânea recebeu o título “Cultura e relações raciais”. Dos quatro textos que a compõem, os dois primeiros, vistos em conjunto, permitem entender como Maria Brandão trata o enlace conceitual e empírico dos dois termos que dão título a bloco. Em “Conversa de branco: questões e não questões da literatura sobre relações raciais”, de 1979, comenta criticamente a referida literatura à luz das implicações que, a seu ver, ela teve no Brasil sobre a ideologia da democracia racial, abordada como um fato de cultura, com implicações políticas. Já em “Baiano nacional: a força de uma ‘língua franca’ do Brasil contemporâneo” – trabalho cuja veiculação se processa, por três versões e títulos distintos, de 1986 a 1994, data da publicação da versão aqui utilizada –, o foco são estratégias ideológicas de afirmação de uma cultura baiana (discursos sobre baianidade) e brasileira (adoção de “línguas francas” para lidar com sua diversidade regional). Nessas estratégias, a autora detecta uma dimensão racial, dialogando, para demonstrá-lo, com episódios da história de movimentos negros, seus discursos de afirmação e negação.

A sugestão é que se leiam esses dois textos como um par. Neles, cultura e raça revezam-se nos papéis de foco e pano de fundo, mas tecem o fio uno de um pensamento. Em ambos, há achados ou *insights* que, sem anteciparem ou guiarem

a leitura, merecem menção. Em “Conversa de branco”, há uma reflexão, em linha com a abordagem de Florestan Fernandes, sobre como tentativas acadêmicas e científicas de desconstrução do mito de democracia racial, relativamente bem-sucedidas nessa empreitada, acabaram presas na armadilha do próprio mito. Isso teria ocorrido na medida em que o estudo das “relações” raciais iluminou criticamente a atitude dos brancos, mas manteve invisível o negro como ser social e agente político. A interpelação dessa lacuna intelectual seria feita, de um lado, por uma sociologia que visse o que a negação erudita da democracia racial não viu: o negro se inserindo de modos novos na sociedade em processo de modernização; de outro lado, pela atenção não só à afirmação cultural, mas à empiria de movimentos políticos negros, cuja invisibilidade atestaria o quanto a ideologia ainda resiste, como (e pela) cultura, à sua desmistificação por discursos políticos. Casamento tenso da sociologia de Florestan Fernandes com o ativismo político de Abdias do Nascimento. Após quatro décadas passadas, ao se reparar na cena atual, vê-se que as inclusões vistas como *insights* da autora a partir do problema posto no texto – a da perspectiva de classe na análise sociológica e a do tema da raça na pauta política – tiveram fortunas distintas.

Em “Baiano nacional”, inexistente a busca de soluções sintéticas. O argumento circula em torno da ideia da contemporaneidade do não coetâneo. Essa ideia – de largo uso no tempo de teorias da modernização e recorrente em distintas visões interpretativas sobre a formação brasileira, âncoras de também distintas formulações sobre a revolução brasileira – paira sobre o texto, ainda que a expressão seja citada só uma vez. E paira a ponto de sugerir afinidade com o uso que dela fizeram Guerreiro Ramos e – para entender a Bahia – Thales de Azevedo. Texto conciliado com a ambiguidade baiana e brasileira, reconhece o poder que fatos de cultura têm de pautarem a política sem ver nisso uma lacuna, muito menos patologia a ser curada com mais ciência e/ou com mais política.

Chegada a década de 1990, para Maria, o ponto de partida é: “A ‘cultura baiana’ tem se mantido em alta na bolsa”. Sua gramática seguia vigorando, para legitimação da tradição hierárquica no mundo local, mas servia de língua franca para mediar um Brasil que se tornava economicamente mais moderno e politicamente mais liberal, conservando, contudo, suas diversas almas culturais. Isso em si não seria nem bom nem mau, só precisaria ser compreendido, se não pudesse ser explicado. Aqui também surge afinidade com o argumento de, por exemplo,

Chico de Oliveira, citado pela autora: vigência de novos conteúdos sob antigas formas. Mas, ao contrário dele, ela não vê mera estratégia local de ocultamento do moderno. A presença negra é que garante, na Bahia, a vigência da “contemporaneidade do não coetâneo”. A percepção enviesada desse fato pelo senso comum bahiano – da Bahia com H – desdobra-se em estratégias de combate ao chamado “racismo às avessas” dos afoxés, e nisso a autora vê “retórica de classe”. Sua hipótese é serem “não o resultado de uma intenção perversa de categorias sociais organicamente ligadas a estruturas sociais viciadas pelo incompleto de uma ordem [...] [e sim] expressão da realidade dinâmica de um Brasil composto por mil tessituras socioestruturais particulares”. Nota-se contraponto – não assumido pela autora, que não se ocupa dessa controvérsia – à visão política de que há elo perdido. Sem negar a tese do ocultamento, despe-a da premissa subliminar que a enrijece: a subestimação da vigência real – moderna – da contemporaneidade do não coetâneo.

Uma comparação entre “Conversa de branco” e “Baiano nacional” pode sugerir replicação de dissensos entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. Mas o contraste atitudinal entre os dois textos não deve enganar. Enquanto preserva o tom de Thales ao tratar da Bahia com H, no mais, perspectiva de classe e ativismo político negro também se compõem no segundo texto. No fim das contas, a alma sociológica de Guerreiro Ramos acaba penando solteira no anonimato, como se parada na estação da cultura, enquanto a autora, sempre preocupada com o que fazer, busca outras paisagens políticas. Uma pista, ou outra especulação sobre o que poderia se passar na sua cabeça, naquele instante, virá na sua resenha sobre Milton Santos. A consciência de uma situação periférica, menos universal e menos baiana, talvez já não lhe fosse estranha em “Baiano nacional”. Haveria aí, quem sabe, nova chance para Guerreiro Ramos, caso a autora prosseguisse no tema. Porém, a função pública no planejamento urbano na Prefeitura de Salvador a tomaria inteira em meados daquela década. O tema da cidade a deixou no diálogo com Milton, outra percepção do que seja uma consciência periférica.

Nos dois outros textos do segundo bloco o que mais importa é ver como Maria Brandão contextualizava seus temas e os expunha, sem cerimônias, à força dos contextos. “Carnaval, carnavais: cultura e identidade nacional”, de 1999, retoma o tema de “Baiano nacional” em contexto de animado e controverso debate na UFBA. Faz o tema de mote (pretexto?) para desenvolver um argumento interpellador da iniciativa da universidade em conceder título de Doutor *Honoris Causa* a

Caetano Veloso na rua, em pleno Carnaval. Traz importante reflexão sobre papéis institucionais e relações dentro e fora de instituições universitárias. Ficou no segundo bloco, não no terceiro, porque, na arrumação, o tema teve primazia sobre o endereço do texto, aqui salientado.

O último texto do bloco é “Brasil caipira”, publicado em *A Tarde*, em 1996, no qual comenta declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a “caipirice brasileira” numa reunião da comunidade da língua portuguesa, ocorrida em Lisboa. Naturalmente, sendo um artigo jornalístico, o contexto assume plenamente o comando. É um registro do enquadramento mental a que a autora submete sua nítida ausência de simpatia política pelo governo, especialmente pela sua pauta de reformas econômicas. A articulista separa, no personagem cuja declaração comenta, a faceta de mensageiro de um fato (a caipirice) daquela do intérprete político desse fato. Nessa segunda condição, sugere que ele padecia de cosmopolitismo postíquo, o que traía, a seu ver, certa caipirice também. Sem economizar em ironias ao intérprete, preserva, contudo, o mensageiro, nisso manejando claramente as ferramentas do realismo político, que não era propriamente o tom predominante da oposição política de então.

O terceiro bloco da Parte II, “Reflexões sobre a universidade”, reúne três textos que se produziram em dois contextos. O primeiro deles, “A pós-graduação no Brasil: definição e política governamental”, publicado em 1978, refere-se ao período entre 1965 e 1975, durante o qual o Governo Federal, operando entre as balizas de um regime autoritário, definiu e implantou as bases de um sistema de pós-graduação universitária ainda vigente hoje, em suas grandes linhas. Os outros dois textos são da primeira metade da década dos 1980, período final da transição democrática. “Notas para uma discussão sobre a universidade” é inédito – a data de sua elaboração não é precisa, mas as notas, segundo a própria autora, serviram a uma discussão em curso no âmbito interno da UFBA. O contexto é o mesmo de “Rumo a uma nova universidade”, publicado em 1985, num boletim da Faculdade de Educação da mesma instituição universitária. Esse texto amplia a discussão levantada nas “Notas para uma discussão sobre a universidade”, arrematando-a com a abordagem de várias questões concretas, daí a escolha dos organizadores por colocá-lo em posição posterior, na sequência. Cabe alinhar aqui os principais pontos que justificaram a inclusão desses três textos nesta coletânea e, por conseguinte, a demarcação de um bloco temático sobre universidade.

No texto sobre a pós-graduação no Brasil, tem relevo uma certa discrepância que aponta entre a definição conceitual sobre o dever ser da pós-graduação – formulada em seminários e fixada em documentos governamentais – e aquilo em que de fato ela se converteu, a partir da política concretamente adotada, após ser também formulada em documentos. A concepção doutrinária da pós-graduação como “cúpula dos estudos”, fortemente vinculada ao desenvolvimento da pesquisa científica e vocacionada a forjar “o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade das mais altas formas da cultura universitária”, não é negada, aliás reafirmada, pela letra das políticas concretas. Mas a motivação dessas últimas, sustentadora da sua relevância na pauta governamental, foi, diz Maria, a necessidade premente de formar quadros para melhorar a graduação. Cuidavam, pois, precipuamente, de ensino, com a ajuda do intercâmbio com quadros estrangeiros e com a adoção de um modelo institucional inspirado no da pós-graduação norte-americana.

Além dessas considerações analíticas, também é relevante o diagnóstico com que a autora conclui o texto: “a pós-graduação, ao que parece, veio introduzir uma nova versão de bacharelismo, possivelmente mais entrincheirado que o seu correspondente anterior”. Isso se deveria ao fato de que esse novo bacharelismo foi “definido dentro de um universo de referência que tende a incorporar os escalões mais altos de mandarins e *literati* nacionais ao círculo de equivalentes fora do Brasil”.

Quanto aos dois textos que datam do período da transição democrática, o que assombra a atenção é a atualidade de ambos. Como não se trata de escritos de ficção, e sim de reflexões sobre o então presente, não se pode atribuir sua insólita pertinência aos tempos atuais a algum dom preditivo da autora. A impressão que fica é a de que a universidade dormiu em berço esplêndido durante os mais de 30 anos seguintes, quase todos passados já sob as balizas democráticas da Constituição de 1988.

Seria ineficaz uma tentativa dos organizadores desta coletânea de resumir com palavras próprias razões justificadoras de semelhante impressão. Seguem exemplos, retirados de cada texto, do impacto que resulta de deixar a autora falar por si mesma.

Em “Notas para uma discussão sobre a universidade”, vale destacar aqui um trecho sobre a unilateralidade da crítica política presente naquele ambiente:

“[...] a crítica comum focaliza preferencialmente fatores externos às instituições em si – falta de autonomia, deficiência de recursos, baixos salários etc. – e aponta basicamente em direção a uma reforma para a qual se solicita a vontade política do poder central. Esse diagnóstico é em grande parte falso, e a solução é autoritária e ingênua. As dificuldades da universidade brasileira não podem ser reduzidas a uma questão de política de gastos públicos e remuneração de docentes e funcionários. [...] A universidade terá que se abrir para um debate com vários segmentos sociais e incorporar a temática de sua transformação à discussão dos problemas gerais da sociedade brasileira hoje”.

Em “Rumo a uma nova universidade”, desponta como tema o papel conservador desempenhado por suas estruturas internas de poder e por práticas que as ligam e, de algum modo, as subordinam a estruturas corporativas de representação:

“A universidade brasileira não questiona a si própria como estrutura de poder. Há uma sensação de desconforto, há uma situação de calamidade, mas não há uma crise universitária. A universidade vive vegetativamente a crise da sociedade brasileira, porém sem uma crise própria. Tenho dito isso desde que se iniciou a última greve, em abril de 1984. Não cabe detalhar aqui o argumento, mas vale assinalar o essencial: discute-se quem ocupa o poder, questionam-se os mecanismos de acesso ao poder, na medida em que estes apontam obstáculos ao acesso às posições de poder, porém não na medida da representatividade desse poder.

[...] não há como produzir pela vontade, e muito menos pela vontade dos que estão dentro e numa situação de isolamento das questões que questionam. [...] a falta de recursos, a dependência normativa do Governo Federal, o desencontro entre o serviço prestado e o mercado [...] podem ser problemas a serem resolvidos, mas não são substitutivos para questões que toquem em essência a identidade da instituição. [...] A luta por uma nova universidade requer [...] a construção da identidade. [...] um clima que legitime o questionar sem cerceamento. A liberdade necessária não é apenas aquela que permite as questões dadas, mas a que viabiliza as questões não pensadas”. E mais:

“Os serviços educacionais são crescentemente comercializáveis. Como ‘mercadorias’, eles interessam ao capital. A luta, portanto, chegou para ficar. Imaginar uma situação de absoluta exclusividade do ensino público é fantasia. A questão é saber qual ensino público. [...] Vale a pena que o Estado assumira todo e qualquer ensino diretamente ligado à produção [...]? Ou o que mais interessa é estatizar

para tornar efetivamente públicos segmentos de pesquisa e ensino que se ligam a direitos cívicos básicos e a interesses nacionais historicamente significativos? Importa é assegurar um processo crescente de universalização do acesso à educação em todos os níveis, como mecanismo de participação cultural e de valorização de interesses e da identidade de todos os grupos sociais. Nesse sentido é que a universidade deve ser aberta a todos”.

Para arrematar citações cheias de atualidade, uma proposta de enquadramento político do problema da universidade, em contraponto à sua ideologização estéril:

“A memória é o canteiro da ideologia. No processo dos últimos 20 anos, a universidade esqueceu, como a nação, muito do seu próprio processo, de sua vontade. Hoje, a memória volta. [...] Mas a imaginação segue, maniqueísta, dividindo o tempo e o mundo em dois. [...] A crítica da universidade exige a crítica da percepção do que se passou nesses 20 anos [...]. A universidade não foi melhor antes, não é só caos agora. [...] Não há porque exumar as bandeiras do passado; nem bandeiras nem as liturgias de combate. A luta é outra. A luta é nova. O tempo é outro, e o Brasil contemporâneo está por ser descoberto por mil memórias e por mil questões de hoje”.

O quarto e último bloco da Parte II e da coletânea tem por título “Resenhando pensamentos”. Reúne dois trabalhos mais recentes de Maria Brandão. São eles: “Milton Santos: poética e política”, de 2004, ensaio sobre a obra e o modo de pensar do autor, integrante de uma coletânea que ela mesma organizou, e “Thales de Azevedo: ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica”, de 2005, sóbria resenha sobre a trajetória intelectual e acadêmica do antropólogo baiano, seu pai. As diferenças entre os textos não se restringem àquelas intrínsecas aos respectivos gêneros de trabalho acadêmico. O tom alentado, entusiasmado mesmo, do ensaio sobre Milton contrasta com a parcimônia com que escreve sobre o pai. Essa última pode ser compreendida como embaraço de filha, conforme ela mesma declara no texto, e já que é sabida e reconhecida por ela a influência que recebeu da agenda, do saber e do fazer de Thales. Mas a desenvoltura e familiaridade com que comenta a trajetória de Milton pedem atenção ao que podem ser suas afinidades intelectuais com ele, menos visíveis a olho nu. Ficará com o leitor ou leitora, caso queira, a chance de avaliá-las, ao ler esse ensaio ora republicado num mesmo volume em que podem ser lidos outros muitos textos da autora.

Da parte dos organizadores, segue apenas a sugestão de que o ensaio sobre Milton Santos mostra que ele ocupa, no que diz respeito a afinidades intelectuais,

um lugar equivalente ao ocupado por Thales de Azevedo. Os temas e o tratamento que Maria lhes dispensa nos textos que constituem a presente coletânea são matéria passível de diálogo com um e/ou com outro. Com Thales, pelo comum interesse – científico e sentimental – pelo Recôncavo e sua baía, pela Bahia e sua cidade, pelo Brasil e sua diversidade, pelo mundo e sua humanidade. Com Milton, pelo compartilhamento de uma sedução pelo urbano, como tema abstrato e concreto e de uma veia política em sentido amplo, de catarse, que pode pô-los pouco à vontade para refletir sobre a política real, *stricto sensu*, mas também levá-los a vislumbres politicamente relevantes.

Essas afinidades são ao mesmo tempo influências sempre presentes. A de Thales, para fazer Maria escrever um “clássico” como “O último dia da criação” sem que o repertório científico principal, em grande parte buscado na tradição de Marx, tolde a plasticidade epistemológica da análise e, também, sem que o compromisso político com a crítica iniba a identificação existencial com o lugar cujo processo de modernização ela critica. O espectro do mestre e médico Thales de Azevedo – cuja sociologia e antropologia desaconselham cirurgias e receitam a universalidade na percepção da singularidade da Bahia, do Brasil, de qualquer lugar – parece também atuar quando, em “Baiano nacional”, Maria realiza o contraponto ao diagnóstico pró-catártico do argumento do elo perdido e ancora-se, aquém ou além de catarses, na consideração da política como ela é.

Já a influência de Milton Santos – da sua ciência e da sua visão política – parece aumentar à medida que o mundo de Thales se afasta no tempo. A chamada globalização e o tipo de cidade que ela induz parecem ter sido sinais que a levaram a buscar entender um mundo que parecia dispensar o empuxo politicamente engajado do seu intelecto e da sua sensibilidade. Viagem a um mundo hostil a seus valores de berço e à sua experiência de vida. Por isso parece ter sido uma viagem em direção à catarse. As fortes objeções de Milton Santos ao urbano e política existentes podem ter facilitado o caminho de Maria até esse ponto, que se mostra em seus textos sobre o urbano nos anos de 2000, mas já estava presente em outros, como “Conversa de branco”. Fazer a viagem em diálogo com Milton pode ter-lhe sido mais confortável. Afinal, ele era também baiano e isso a deixava mais em paz para não negar, por conta da viagem, a aversão baiana a sínteses, aversão que também era existencialmente sua.

Se tivesse tido outra fortuna na sua vida pública, se houvesse a universidade reconhecido, na devida medida, o seu mérito intelectual, bem como se a política real houvesse dado ouvidos à *virtù* dos seus vislumbres, talvez Maria Brandão continuasse se movendo aquém ou além da catarse. Enfim, em meio a tantos “ses”, uma certeza se impõe: devíamos a ela e ao bem de nós mesmos, cidadãos – sejamos baianos ou não, acadêmicos ou não e, principalmente, os mais jovens –, o reconhecimento e a contribuição que com esta coletânea Paulo Brandão desejou propiciar. Esperamos que esteja sendo feita, também, a vontade dele.



PARTE I



TEMPO OBJETO

relógio de sol¹

para Marçal Fonseca, relojoeiro de sol

De repente,
há um relógio
no tempo desta Cidade.

Que horas não de marcar as horas desse relógio?

Horas partidas pelas quilhas de concreto.
Longas horas da tarde emaranhadas nos postes,
amornando corpos juntos envolvidos de mormaço.

1 Publicado em *A Tarde Cultural*, Salvador, 27 ago. 1994. Nota dos organizadores: a escultura *Relógio do Sol*, de autoria de Marçal Ribeiro da Fonseca, marcou a inauguração da Praça Ibero-Americana em 16 de julho de 1993, uma homenagem da Prefeitura Municipal de Salvador à III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada no Centro de Convenções nos dias 15 e 16 de julho de 1993 e dedicada ao tema do Desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento social. Está localizada na Avenida Octávio Mangabeira, entre o Jardim Armação e a Boca do Rio. FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. *Escultura Relógio do Sol*. Disponível em: <http://mapas.cultura.gov.br/espaco/11697/#/tab=sobre>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Quentes paredes cegas das usuras do poder.
Verdes sombras flutuantes de folhagens transparentes.
Horas saídas, perdidas, dos relógios de parede.

Que horas hão de marcar as réstias desta Cidade?
São as horas das encostas que esperam o povoado.
São as sombras destes vales sufocados de asfalto.
Serão os tempos vazios dos meninos sem escola?
Será a hora marcada dos senhores de negócio?

Horas vagas das mil horas de esperar a fantasia!

Há duas cidades agora.
A que não marcava as horas
pelas sombras do relógio,
a outra que sabe as horas
pelo andar do firmamento!

Atlânticas horas de sol que se alongam de si.
As horas desta cidade têm um dia azimutal.
Horas batidas, marcadas, pelas pancadas de luz!

BLOCO I

**O urbano:
questões, proposições e catarse**

PLANEJAR O NÚCLEO HISTÓRICO¹

Um seminário como este parece ter por finalidade explicitar e tentar desenvolver as bases de legitimação de uma política de controle do uso do solo e das instalações do centro urbano de Salvador.

No caso particular deste painel, os organizadores propõem que seja elaborado um dos critérios de definição dessa política: a natureza das funções socio-culturais do centro.

Historicamente, as funções e a estrutura dos centros das cidades mudam, como mudaram o papel e a forma do centro de Salvador, da Colônia ao presente, com o movimento da própria cidade, de centro de defesa e administração da exação colonial, ao de controle político e ideológico e de distribuição e produção de bens e serviços.

Como em qualquer sistema vivo, a função de uma parte da cidade é não só historicamente específica em relação ao todo, mas também estruturalmente específica em relação às outras partes.

Além disso, as alterações de funções da cidade frente à sua região de dominação, por sua vez, refletem alterações do modo como a economia regional tem participado na divisão do trabalho dentro e fora do país.

1 Texto elaborado para o I Seminário de Cultura da Cidade do Salvador, Prefeitura Municipal, Salvador, de 15 a 22 de julho de 1975.

Assim, sem ir muito longe, as décadas de 1920 e 1930 encerram para Salvador uma etapa crítica de redefinição das funções do centro da cidade. É que, nesse tempo, muito mais que o traçado físico da cidade, que então começava a se alterar, definia-se a nova forma de articulação da economia regional aos centros econômicos hegemônicos fora da região de influência da cidade.

A uma articulação inter-regional mais complexa e a uma estrutura econômico-social interna mais diferenciada correspondeu um desenvolvimento dos mecanismos de controle da produção e de poder de Estado, que, por sua vez, passaram a expandir e alimentar novas camadas sociais.

São essas funções e esses grupos que os edifícios alojarão, enquanto no espaço físico do centro circularão os homens, os bens e os símbolos que movimentam e são movimentados na produção das condições da vida e no enfrentamento recíproco dos interesses que competem pela riqueza e pelo poder.

Esse primeiro instante do processo de redefinição recente das funções da cidade tocou diretamente o centro urbano, levando à sucessão de atividades residenciais por comerciais, o que provocou um movimento centrífugo de população para suas adjacências e destas para os vazios próximos ao centro, sobretudo os vales.

Surge um interesse particular pelo urbano. Publica-se a primeira fotografia aérea do centro; discute-se a elaboração de um plano urbanístico; criam-se, no centro, novos prédios para abrigar as expandidas ou novas atividades do aparelho governamental.

Enquanto a periferia urbana em si crescia sem grandes saltos, por efeito de uma adição lenta de novos moradores de baixa renda, era, pois, a redefinição do uso do espaço e das instalações do centro que retransmitia para toda a cidade os efeitos das transformações econômico-sociais internas à região de influência desta e específicas de seu papel de centro de articulação inter-regional. Essas transformações viriam encontrar-se mais tarde com os interesses suprarregionais que determinam hoje a nova fase de evolução econômica do Recôncavo.

Nesse momento, o padrão que definia predominantemente ainda o uso do solo urbano era o seu valor de uso, o que dava ao centro o caráter de um bem público, um espaço coletivo, ainda que nele fossem privadas as casas de morar e de negócio.

Mas, já pelos fins da década de 1930, em contraste com os velhos bairros, mais bem equipados e servidos por atividades de apoio à população, novas áreas

residenciais de nível médio começavam a crescer rapidamente, geralmente carentes de infraestrutura e de serviços, enquanto o centro, que progressivamente envolvia os velhos bairros adjacentes, retinha o monopólio desses equipamentos e serviços.

Pelos anos de 1940 e 1950, o centro de Salvador tornou-se extremamente denso de comércio e outros serviços, enquanto passou a lançar cada vez mais longe uma população sem água, esgoto, escola, assistência médica, comunicação.

Como sede exclusiva das atividades de controle econômico administrativo e dos serviços de apoio à população de renda mais alta, esse centro avarento de equipamentos e serviços tornou-se, juntamente com os velhos bairros adjacentes, uma cidade dentro da cidade, uma grande superquadra, residência de comerciantes, banqueiros, proprietários, altos funcionários, doutores e de infinidade de auxiliares desses burocratas civis, eclesiásticos e militares – e da multidão de artesãos e oficiais de construção e reparos, hortaleiros, “ganhadores” – carregadores, serventes e empregados domésticos.

Não é surpresa que tenham sido esses anos de intensa produção erudita, de salões de arte, de historiografia monumental, de genealogias intermináveis, de produção heráldica, desfiles cívicos, comemorações, “vultos” sobre-humanos erguidos durante o ciclo de comemorações do quarto centenário (1949).

É quando se instala o Escritório do Plano Urbanístico da Cidade (Epucs), em 1943, e se constitui a primeira universidade da região (federal), em 1946, pela agregação de antigas escolas isoladas.

A concepção iluminista da universidade reflete o que o trabalho do Epucs desenha: a reconstrução e a projeção eruditas da imagem dessa cidade pré-industrial, já em processo de redefinição, para um estágio mais avançado de diferenciação interna regional e de articulação suprarregional.

O centro-espetáculo duraria, porém, muito pouco. A densidade de atividades e recursos do centro passaria rapidamente a conferir a cada centímetro de solo um valor explosivo.

Inserida no circuito dos mecanismos de concentração da riqueza e do poder e de incentivo ao consumo, a cidade passou a ser uma usina de valor, uma indústria de uma nova mercadoria: um lugar ao sol.

Favorecida pelo crescimento demográfico e pela expansão das necessidades de alojamento de novas atividades econômicas e administrativas e pelo desenvolvi-

mento da tecnologia de transporte, a especulação do solo levou, inevitavelmente, à produção de mais e mais áreas comerciáveis e à multiplicação de pisos. Surgem pequenos prédios de apartamentos e despontam os primeiros arranha-céus.

Para onde se estendesse a precária e rígida infraestrutura urbana, a competição pelos espaços melhores situados passava a elevar em proporção geométrica o valor do solo.

Assim – não desconhecendo as condições estruturais e conjunturais paralelas –, o valor de mercado do solo urbanizado ou potencialmente beneficiável e, sobretudo, o valor do chão do centro urbano passam a dominar todo o uso do solo.

Como mercadoria, o centro entra em leilão. A produção artificial de valor leva a uma progressiva disjunção entre valor de uso e valor de troca. O bom terreno é menos o mais próprio para o uso que receberá, quanto o mais preenche de possibilidades de valorização.

Mais adiante, para o conjunto da cidade e da própria região metropolitana, as décadas de 1960 e 1970 representam a conversão de todo o espaço urbano em uma espécie particular de ambiente por onde a acumulação se aproveita de dois mecanismos solidários.

O primeiro deles é a transferência dos benefícios de investimentos públicos e melhoramentos urbanos de origem social para agentes privados, o que se dá na produção de solo comerciável por meio da valorização de áreas beneficiadas. O segundo é a acumulação de tipo clássico, que se dá na produção empresarial do alojamento.

Como lugar de viver, o centro se esvazia. De dia, torna-se um local de trânsito, uma estação – de passageiros e mercadorias – e um local de prestação de serviços pessoais, comércio de papéis e serviços administrativos alojados cada vez mais congestionadamente.

Mas, com o adensamento do trânsito e da ocupação do solo, a própria presença de grande parte desses serviços, que, por um tempo, ainda permaneceram e cresceram no centro, tornou-se inviável. Como antes acontecera com as parcelas de renda mais alta da população que foram desalojadas do seu interior, o centro passou, nos últimos anos, a também lançar para fora de si parte dos serviços que abrigava. À noite, esvaziado de funções vitais, retém apenas uma população presa pela dependência ao trabalho que realiza ou pela incapacidade de acesso a outros locais de morada, amontoada em velhos prédios densamente ocupados, ou vagante, “na rua”, entre lugares de dormir.

Urbano na essência, o capitalismo não mais precisa dos centros das cidades. Precisou, sim, e fortaleceu-os na medida em que neles se refinaram os mecanismos de divisão do trabalho e de centralização do poder. Mas, no que tais processos avançaram na direção da mercantilização geral dos bens e do trabalho, na burocratização da vida política e no desenvolvimento dos sistemas de comunicação, os centros das cidades, como antigos locais de trocas de bens e serviços, como centros de decisão política e de produção intelectual, perderam o seu sentido.

A que funções poderá servir o centro agora? E que possibilidades tem o poder governamental, em particular o governo local, de determinar tais funções?

Que poder de fato terão essas autoridades para conformar a evolução do centro de Salvador, frente à limitação de expressão política dos diferentes setores e camadas sociais, de modo que o jogo efetivo de interesses referentes à cidade, como ambiente e equipamento de uso coletivo, restringe-se a parcelas minoritárias da população e a uma rede de agentes frequentemente articulados em nível suprarregional?

Paradoxalmente, este seminário pretende esclarecer e definir uma política de controle público do uso do espaço e das instalações do centro de Salvador, ao tempo em que a própria cidade se insere num processo de progressiva dependência em relação a centros de decisão fora do controle dos que dela dependem mais vitalmente e dela têm o poder formal da ação governamental.

Ainda mesmo sem alterar a estrutura de distribuição da propriedade fundiária, seria possível pensar em dissociar posse e uso do solo, como, por exemplo, na antiga tradição até bem pouco viva das velhas cidades brasileiras. Contudo, qual a viabilidade de medidas nessa linha?

Enquanto isso, descobrir boas funções para o centro, funções que ajudem a preservar o cenário antigo de funções passadas, requer que se assumam a natureza das leis que regem o uso do solo urbano, independentemente da vontade declarada dos governantes.

Tornando-se um gigantesco mecanismo de concentração da riqueza e do poder, a cidade e, hoje, toda a Região Metropolitana viraram uma espécie de usina difusa de produção de duas mercadorias de primeira necessidade – chão e teto e de uma moeda universal, o papel imobiliário.

De quem será a usina? Certamente, não se trata de uma empresa ou mesmo de um complexo de empresas. Uma infinidade de agentes detém parcelas variáveis de poder sobre a operação e os produtos do trabalho da cidade.

E, apesar de toda a insolvência financeira das administrações locais, é forçoso reconhecer que parte das operações da usina está sob o controle público, pelo menos formal. Mas certamente, também, não as operações mais lucrativas ou cruciais.

Na realidade, o controle e o usufruto dos resultados da indústria urbana estão nas mãos de quem detém o poder sobre os mecanismos de alocação de recursos públicos e de acesso ao capital que aciona a indústria imobiliária – uma indústria, como a do automóvel, de remédios ou de cosméticos –, tão ávida por atender às necessidades materiais e psicológicas dos seus consumidores quanto por produzi-las para atender às próprias necessidades de retorno e remuneração de capital. Quando não se podem vender carros, vendem-se casas e, se o mercado se encher de televisores a cores, será sempre possível vender materiais de construção e lotes urbanizados para chácaras de recreio.

O centro, dado o valor de mercadoria do solo e dos pisos criados, só poderá abrigar, portanto, funções com uso intensivo do solo. Mas a questão é saber quais, sem a implicação do congestionamento, da mutilação do acervo arquitetônico e da artificialidade.

Em primeiro lugar, além da solução clássica do desafogo do trânsito não local, a seleção entre as funções viáveis terá que levar em conta critérios que eliminem as alternativas de atividades com grande fixação e trânsito de volumes.

Por outro lado, para não afastar o povo da cidade do centro, será necessário eliminar alternativas dependentes do comércio de serviços para turistas, da residência e da prestação de serviços pessoais para camadas de alta renda.

A linha de serviços de hotelaria e de uso domiciliar de alto nível, além da mutilação dos imóveis devido à sua necessária orientação para o consumo, transforma o centro num cenário de opereta, que Salvador já começa a conhecer.

Ao contrário, portanto, da projeção fantasiosa de atividades de reanimação, o controle governamental da evolução do centro deverá levar em conta critérios que nele determinem a alocação de atividades que, para usar dois termos exóticos, se poderiam chamar de “solo-intensivo” e “massa-extensiva”, acionadas pelo trabalho de população local e dirigidas a clientela populares.

Seriam, assim, atividades inseridas, ainda que não diretamente, a nível alto no circuito da produção e do controle do sistema, mas com alta dependência do uso de símbolos. Apenas para citar como exemplos, esses critérios deverão reservar para o centro a parte *soft* da pesquisa e do ensino superior e os serviços de referência à produção de informação.

Se essa proposta parece, à primeira vista, uma rendição à ordem da acumulação e do poder, basta supor por um momento o resultado da continuação da mistura de “boas intenções” e interesses econômicos. Evidentemente, não é mais pelo centro que as cidades serão mudadas. E se se trata de salvar o cenário, a tarefa imediata é, portanto, a de feri-lo ao mínimo.

MORRER DE MORAR

os caminhos da natureza
nas cidades brasileiras¹

REDEFININDO A QUESTÃO

No final de 1980, início da primeira administração de Mário Kertész como prefeito, com um grupo de técnicos do antigo Órgão Central de Planejamento (Oceplan), antecedente do atual Centro do Planejamento Municipal (CPM), hoje Fundação Mário Leal Ferreira, e a cooperação de professores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e de vários especialistas, produzimos o estudo que mudaria o discurso sobre os acidentes de encostas em Salvador.² Até então, as encostas da

1 Trabalho apresentado no *1º Congresso Baiano de Meio Ambiente*. Salvador, 6 a 12 de outubro de 1996. Publicado no *Caderno do Expogeo*, n. 7, 1996.

2 ENCOSTAS. Oceplan, 1981, 3 volumes. Equipe responsável: Maria de Azevedo Brandão (projeto, supervisão e texto); Suzana Olmos (coordenação executiva); Luiz Aníbal de Oliveira Santos (assessoria especial); Ângela Gordilho Souza (sistematização dos dados e montagem cartográfica); Darcy Oliveira Ferreira; Lúcia Leal Gonçalves Pereira e Maria Angélica Alves Flores (pesquisa); Carlos Roberto dos Anjos Brandão e Terezinha Alves Ribeiro (vistoria em campo); Orlando Ribeiro de Oliveira (projeto gráfico e final); e Maria Helena Cordeiro Santiago (secretaria). Foram, na ocasião, ouvidos também: Álvaro Rodrigues dos Santos, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT); Jackson Roberto Cerqueira, da Superintendência de Urbanização da Capital (Surcap)/Prefeitura de Salvador; José Carlos Fernandes da Silva, da Defesa Civil de Salvador (Codesal)/Prefeitura de Salvador; Moacyr Schwad de Menezes, da UFBA; Paulo Simões, do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Ceped)/Governo do Estado; Sílvio Sawaya, então consultor do Oceplan; e Teresa Cardoso, da UFBA.

cidade eram consideradas instáveis, necessitando de contenções, e insistia-se na elaboração de uma carta geotécnica para toda a cidade. Dois dos vários companheiros desse trabalho não podem deixar de ser citados: Suzana Olmos, coordenadora executiva do projeto, então membro do Oceplan, e Luiz Aníbal de Oliveira Santos, professor da UFBA, cujas posições sobre a geomorfologia e constituição dos solos de Salvador serviram de base ao diagnóstico desenvolvido.

O trabalho adotava um enfoque ambientalista e socioestrutural e sugeria várias medidas preventivas, sobretudo de médio e longo prazo. Mostrava-se, através do levantamento da localização de ocorrências registradas na historiografia e na imprensa local e de 116 pontos apontados como críticos naquele momento, que o caráter do problema evoluíra com a história da cidade. A mensagem era simples: os acidentes basicamente derivam das formas de uso social do espaço urbano.

Utilizamos o título *Encostas* e apresentamos o trabalho em três volumes, com os subtítulos: *Redefinindo a questão, Por que e onde caem?* e *O que fazer?*, incluindo várias plantas, gráficos e tabelas, além de iluminuras retiradas da iconografia histórica de Salvador. Couberam a Ângela Gordilho Souza a sistematização e montagem cartográfica dos dados, e a Orlando Ribeiro de Oliveira coube a arte final do trabalho.

A MIGRAÇÃO DOS ACIDENTES

De início, as encostas caíam no centro da cidade, na escarpa da montanha, isto é, no trecho central do batente que divide a Cidade Alta da Cidade Baixa. Com o tempo, criaram-se os primeiros muros de arrimo às ladeiras e a outros pontos do centro, e as construções sobre as cumeadas foram tornando-se mais sólidas. O centro da cidade, afinal, aprendeu a conviver com sua base física. E os acidentes, na área central, reduziram-se a casos isolados devido, em grande parte, à incompetência ou ao abuso de algumas edificações.

Nas décadas de 1930 a 1960, quando as migrações rural-urbanas alcançaram um peso relativo máximo, três tipos de localização caracterizaram as ocorrências desse período de intenso crescimento. Em primeiro lugar, no trecho nobre da cidade, em torno e ao sul do núcleo central, raramente além de 500 metros do bordo da falha de Salvador. Em segundo, em pontos isolados a sudeste, daí

que viriam a receber, sobretudo a partir dos anos 1940, uma ocupação por camadas de renda média e alta. E, finalmente, no trecho da falha, ao longo da Baía de Todos os Santos: ao norte do Largo da Calçada e a montante da Península de Itapagipe, onde começavam a se formar ocupações precárias sobre segmentos de relevo mais acidentado.

A partir dos anos 1970, a situação muda e os acidentes distribuem-se por quase toda a área ocupada, motivados pelos cortes íngremes dos taludes, pela destruição da cobertura vegetal e pela impermeabilização do topo de várias colinas ocupadas por loteamentos e grandes construções, que passaram a concentrar o escoamento das águas pluviais em pontos isolados, ou através de cicatrizes deixadas pelas árvores derrubadas, pelos aterros criados e pelos sulcos abertos por esgotos a céu aberto.

PAUPERIZAÇÃO E LUTA PELA TERRA

Até os anos 1960, os bairros populares eram ainda pouco afetados pelas chuvas. Neles, a ocupação era rarefeita, a vegetação pouco destruída, as construções dos pobres mais sólidas do que hoje, já que eles eram menos pobres, em termos relativos. É com a miséria e o fechamento da cidade à habitação popular que a pobreza se torna a principal vítima dos acidentes naturais.

Inicialmente, os bairros pobres tradicionais começam a se adensar. São dois os motivos: a expulsão de grupos de menor renda das áreas centrais e a crescente chegada de migrantes. Nas décadas de 1950 e 1960, o centro da cidade transforma-se profundamente. Os serviços e comércio crescem, as famílias de renda alta deixam os bairros nobres, da Sé à Graça, e novos empreendimentos eliminam progressivamente cortiços, becos e avenidas. Famílias de bem mudam-se para onde outros pobres moravam, como o Rio de São Pedro e vários pontos da Barra, de Brotas e de Nazaré, bem como para a periferia de outros velhos bairros.

Com a expansão do centro, com as novas demandas de áreas pelos grupos de melhor poder aquisitivo e com a concentração da renda, multiplicam-se os loteamentos para os grupos de renda média e alta, e os proprietários, progressivamente, deixam de fazer a cessão gratuita e/ou arrendamento de terrenos aos pobres. Cessam as construções de casas de aluguel – que até então respondiam por

metade da oferta de habitação –, e exige-se a saída de vários moradores esparsos que ocupavam áreas de terceiros por todo o município. De outro lado, a renda em espécie – frutas, aves, artesanato – dos pobres diminui, enquanto seus gastos monetários aumentam. Ao lado disso, cresce o fluxo migratório que caracteriza a segunda metade do século XX em Salvador. Ocorrem as primeiras invasões, no Corta-Braço (Liberdade) e no Caminho de Areia (Itapagipe). E avança sobre a água a ocupação em palafitas e sobre aterro, na franja da Baía (Porto dos Mastos) e na Massaranduba. Crescem os Alagados.

Inaugura-se o período da expansão do sistema de avenidas de vale. No início da década de 1960, conclui-se o primeiro trecho da Avenida Centenário, cortando parte do Chame-Chame. A partir do final dessa década, com recursos do Banco Nacional da Habitação (BNH), o sistema se expande, ocupando todo o Chame-Chame, a Baixa do Canela, os vales de Nazaré e dos Barris e o Dique. Milhares de famílias são retiradas dessas áreas.

Em dezembro de 1968, com a perspectiva da abertura de novas avenidas de vale, a Prefeitura, em articulação com o Governo do Estado, põe à venda as terras públicas da cidade – que então correspondiam a dois terços da área do município – e, posteriormente, converte o distrito de Ipitanga em município de Lauro de Freitas, permitindo mais facilmente a negociação com as terras herdadas como propriedade plena pela população da cidade. Com isso, enquanto em cidades do primeiro mundo os governos aumentavam o controle sobre o solo urbano, a Prefeitura de Salvador perdia essa base crítica para o planejamento urbano. Terrenos antes acessíveis através da cessão gratuita ou do arrendamento tornam-se propriedades fechadas a ocupações populares. Para os pobres, a saída são os loteamentos clandestinos e, sobretudo, as invasões nas terras públicas que sobraram e nas áreas mal vigiadas de donos ausentes.

BAIRROS FEITOS À MÃO

Sem áreas para morar e sob intenso crescimento demográfico, o saldo comum em todos os casos foi o desmatamento e a ocupação precária e densa das áreas afastadas do centro e das encostas e vales mais próximos, porém sem infraestrutura. Centenas de bairros são feitos à mão, contra todos os obstáculos físicos e institucionais. Com a marcha do processo, a pobreza acaba por avançar sobre a linha da escarpa da falha

de Salvador, que marca a paisagem da cidade, através dos subúrbios ferroviários, sobre as terras mais íngremes do município, pelas bordas dos cortes das estradas, pelas escaras das pedreiras abandonadas, pelas faixas sob as linhas de energia, pelos charcos, pela água: morrer de morar torna-se um episódio sem qualquer importância.

Ao lado da miséria, somam-se os custos – para essa população vinda de áreas urbanizadas da própria cidade, de bairros pobres pouco densos, ou do interior – de morar em locais de risco e em vizinhanças cada vez mais congestionadas, com o que não estava acostumada. Ainda assim, entre 1960 e 1976, a média dos acidentes de encosta registrados na imprensa pouco ultrapassou 3,5 por ano.

A GEOGRAFIA SOCIAL DOS ACIDENTES

Já a partir do meado dos anos 1970, o efeito conjugado da presença de camadas crescentemente pauperizadas da população e de profundas alterações nos padrões de posse e uso do solo levaria o problema das chuvas em Salvador a um novo patamar, cujas características podem ser resumidas em três pontos: primeiro, há uma generalização, para todo o território da cidade, de ocorrências do tipo das que se vinham produzindo nas ocupações de baixa renda situadas sobre as elevações da linha da falha, em seu trecho ao norte da Península de Itapagipe. Nesse trecho, os acidentes elevaram-se de 6, em 1977 e em 1978, para 24, em 1980; 15, em 1982; 42, em 1984; e 49, de janeiro a abril de 1985; e fora dessa linha, as ocorrências cresceram de uma média anual inferior a 2, entre 1960 e 1976, para 58, em 1977; 60, em 1980; 127, em 1984; e para 160 nos três primeiros meses de 1985. Na virada de maio para junho de 1993, foram quase 60 mortes no conjunto da cidade. Em segundo lugar, passam a ocorrer sistematicamente grandes alagamentos, sobretudo nos vales, objetos de obras viárias realizadas a partir do final da década de 1960. Finalmente, multiplicam-se os acidentes decorrentes de agressões diretas ao equilíbrio das encostas, de danos à infraestrutura de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e de deficiências de drenagem, sobretudo ao longo das avenidas de vale.

Os dois últimos tipos de ocorrência são reciprocamente associados, uma vez que as intervenções sobre as colinas e as encostas e a destruição da cobertura vegetal interferem sobre a drenagem natural, o que, por sua vez, afeta as condições

de estabilidade dos taludes. Assim, além de um aumento considerável do número de acidentes de encosta, sobretudo a partir de 1977, e da generalização, para todo o conjunto da cidade, de várias outras ocorrências lesivas geradas pelas chuvas, o problema ganhou uma complexidade que torna pouco eficazes intervenções que não levem em conta a circularidade entre os mecanismos de desestabilização do equilíbrio dos terrenos em certos pontos da cidade e o baixo padrão de urbanização.

SOLUÇÕES URBANÍSTICAS E SOLUÇÕES TÉCNICAS

Com a ameaça da desordem urbana e com as obras de contenção de taludes no Rio de Janeiro, generaliza-se a ideia de obras de engenharia e de erradicação de habitações das áreas de encosta, duas soluções questionáveis. Criar muralhas de contenção em Salvador seria como secar a Amazônia asfaltando os igarapés. Economicamente, uma utopia; ambientalmente, uma agressão. Barrar aos pobres, genericamente, o uso de qualquer área de encosta significaria privá-los da então ainda possível proximidade com o centro, uma vez que onde as encostas podem cair tem muito mais a ver com o comportamento social do que com a natureza da base físico-ambiental da cidade.

Nosso estudo de 1980 demonstrava que, sem uma política de terras e sem uma redefinição da relação entre ocupação urbana e essa base físico-ambiental, o problema persistiria. O trabalho também recomendava cinco tipos de intervenção a médio e longo prazo.

Em primeiro lugar, insistia-se na adoção de uma política de terras que atuasse de modo coerente sobre os mecanismos do mercado imobiliário e do financiamento de lotes populares e que definisse critérios de gestão do patrimônio de terras públicas. Embora o objetivo central visado seja viabilizar a oferta de terrenos para os grupos que não podem competir no mercado imobiliário médio e alto, qualquer ação duradoura e coerente, neste ponto, deve começar por intervir no mercado chamado solúvel – dos que podem pagar – através de mecanismos fiscais, orientação dos investimentos públicos e legislação pertinente, fazendo com que se aliviem as pressões responsáveis pela escassez e elevação do preço do solo nas faixas intermédias do mercado imobiliário. A verdade é que a demanda das camadas de renda média pressiona as áreas de baixa renda.

Em segundo lugar, cobrava-se uma nova política de gestão das relações da Prefeitura com outros órgãos e empresas que intervêm sobre o padrão de expansão e manutenção das redes e serviços de uso coletivo, de modo a reduzir impactos ambientais e levar em conta fatores comportamentais.

Em terceiro, propunha-se uma política de desenvolvimento e divulgação de informações e tecnologias apropriadas, tanto para a construção individual em áreas de encosta, quanto para o desenho e implantação de infraestruturas, gerência de serviços e manutenção rotineira dos microambientes que compõem o município. Nesse sentido, teria que haver uma política de expansão da ocupação, com regras claramente definidas quanto às intervenções sobre a geometria do relevo, a cobertura vegetal e a drenagem natural.

Sugeria-se, também, uma política de incentivo à produção de materiais de construção e de regulação da comercialização, envolvendo elementos de financiamento capazes de fomentar construções por administração própria, e não apenas dependentes da intermediação do Estado e de empresas.

Os quatro pontos acima conformavam as bases de uma nova política habitacional, não por via da produção de conjuntos para grupos de baixa renda, mas pela abertura de áreas urbanizadas e pela formação de um mercado de terras para grupos de renda média e baixa, mas capazes de construir sua própria casa, sem o ônus da intermediação financeira e da construção empresarial.

Finalmente, muito antes de surgirem os órgãos governamentais de meio ambiente, o trabalho exigiu e desenvolveu um novo conceito de uso do ambiente urbano, através de legislação e campanhas de esclarecimento à população, da implantação da prática de registros relativos ao comportamento socioambiental da cidade, inclusive com o monitoramento, pela Prefeitura, de um sistema de sensoriamento popular das situações de risco. Através de uma rede de pontos de observação de situações de risco potencial, o estudo propunha a elaboração de uma cartografia básica, e não uma carta geotécnica, com ênfase na geometria do relevo e no sistema de drenagem, à qual se poderia acrescentar dados sobre a cobertura vegetal e o tipo de ocupação. Dentro dessa concepção, seria fundamental a formação de um órgão dedicado a ações preventivas, auxiliado pelo sensoriamento popular, e a formação de um conselho composto de órgãos públicos e entidades civis.

Além da ênfase numa política de terras, o documento de 1980 insistia na necessidade de aumento do nível de renda da população, ou seja, políticas de

emprego, sem o que seria impensável uma elevação do patamar de urbanização da cidade. Propunha-se, ainda, a criação de um setor especializado capaz de promover os estudos necessários e coordenar as ações pertinentes a uma política de relacionamento entre cidade e meio ambiente.

A RESPOSTA DAS AUTORIDADES

O trabalho sobre encostas foi entregue a Kertész em março de 1981, às vésperas das sempre esperadas chuvas de abril. Nada foi feito. Daí aos anos recentes, a seu modo, a população aprendeu a conviver melhor com o problema, desenvolvendo ações preventivas, construindo melhor, ou vigiando situações de risco. Os corrimentos de terra diminuíram, mas a miséria os substituiu por crescentes episódios de alagamento e de desabamento de barracos e de velhos casarões em áreas antigas.

Vale, entretanto, assinalar três momentos de alguma sensibilidade governamental ao problema. Em 1984, o prefeito Manoel Castro procurou dar um primeiro passo na direção proposta pelo estudo, requerendo uma síntese do trabalho – utilizada numa solicitação de recursos federais – e criando um conselho composto de órgãos públicos e entidades civis. Foi, sem dúvida, o principal valorizador do estudo de 1980.

A partir daí, as ações continuaram apenas na linha assistencialista durante os acidentes, até que, em 1991 e 1992, na gestão do prefeito Fernando José, foram construídas 11 cortinas de contenção e contratado, pelo CPM, sob a direção de Milton Cedraz, a uma empresa de consultoria, um plano de drenagem e contenção de encostas. Esse plano resultou numa pequena ampliação da lista de pontos de risco levantados em 1980, na vistoria de alguns outros pontos e na elaboração de anteprojetos de intervenção imediata, sobretudo no sistema de drenagem.

O terceiro momento de atenção ao problema correspondeu à administração Lídice da Mata (1993-1996). Logo de início, foi criada a Operação Chuva, através da qual foram realizadas ações e pequenas obras de emergência na desobstrução da rede de drenagem, ao lado da limpeza e revegetação das encostas e campanhas de esclarecimento público, utilizando, inclusive, uma cartilha e folhetos distribuídos nas áreas de risco. Na mesma época, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente, que elaborou uma legislação de caráter ambientalista. Contudo,

a orientação da administração contra a definição sistemática de políticas públicas de médio e longo prazo tornou inviável qualquer prática efetiva de planejamento e qualquer alteração da relação entre política e gestão.

RECURSOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Geralmente, o argumento contra uma política de enfrentamento da questão dos acidentes naturais é a falta de recursos, mesmo quando se pretenda usar recursos extramunicipais. Na administração mencionada, os recursos para dois projetos importantes, antes aprovados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – o referido plano de drenagem e contenção de encostas e um plano da área central –, não foram liberados pelo Banco Central devido à dívida pública da Prefeitura. Contudo, por trás desse condicionante está o problema político do financiamento municipal. Sem um esforço fiscal sério, saneamento financeiro e uma genuína cooperação do Governo Federal no equacionamento da dívida pública, a fim de qualificar as prefeituras para a captação de recursos, projetos como os citados e intervenções e programas críticos manter-se-ão à espera. O problema não é só de Salvador, mas de grande parte dos núcleos urbanos, que, afinal, arcam com os custos de atendimento a não menos de metade das camadas mais pobres da população brasileira. Hoje, a miséria é cada vez mais urbana no Brasil, tanto quanto é cada vez mais urbano o caráter do país. E não se conta com qualquer política urbana nacional.

Porém, isso não exime de responsabilidade as próprias prefeituras, que, por razões eleitorais, manifestam, muitas vezes, como no caso de Salvador, uma gigantesca inapetência para elevar seus recursos próprios e controlar o uso de áreas públicas e o próprio crescimento da cidade. Em Salvador, e não sem relação com a situação financeira da Prefeitura, persiste a dificuldade de aliar a resposta a pressões políticas por obras pontuais e a necessidade de um modo de gestão pública em que as políticas de médio e longo prazo e o planejamento se tornem uma prática rotineira e competente.

MORRER DE MORAR COMO UMA QUESTÃO MENOR

A implantação de um processo de planejamento para a Cidade do Salvador, cujo termo de referência foi concluído no primeiro semestre de 1993 e jamais considerado pela administração Lídice da Mata, e uma revisão consequente da Lei de Ocupação e Uso do Solo necessitam de recursos e apoio, com o que não foi possível contar naquela, como em várias administrações anteriores. Esse trabalho, porque seria na verdade um amplo processo de negociação e legitimação de novos valores, exigiria a montagem de uma grande campanha de mobilização da sociedade e a implantação de um sistema de informações mínimas para o planejamento, incompatível com os mecanismos da política na sua prática real.

Em 1993 e 1994, além do próprio termo de referência do Plano Diretor, o CPM produziu vários textos de política para a abertura da discussão sobre planejamento, iniciou a montagem de um projeto piloto de informações georreferenciadas, visando o treinamento de pessoal e a seleção de indicadores de dinâmica urbana, e começou a mobilizar os próprios órgãos municipais para o planejamento como prática sistemática. A recuperação e exposição da maquete da cidade foram parte dessa tentativa. Porém, a falta de qualquer apoio e as pressões por várias outras atividades inviabilizaram a continuidade dos trabalhos. Em 1994, o órgão recebeu apenas 0,28% do total de recursos para custeio, nada para investimentos de capital, e teve que enfrentar os efeitos da total desarticulação entre os diferentes setores do governo, subordinados a um centralismo absoluto e à falta de comunicação interna.

No quadro político brasileiro, nem os partidos nem as câmaras municipais tendem, em geral, pelo menos até agora, a sustentar um processo de gestão consistente das questões urbanas. As administrações mantêm-se vulneráveis ao acúmulo de velhos problemas mal ou não resolvidos e, sobretudo, a pressões eleitorais imediatas, que terminam por forçar a resposta mais ao varejo que às questões de fundo. Questões como a política de terras, a desfeudalização e profissionalização dos órgãos setoriais e as exigências de um conceito de desenvolvimento urbano em que se redefinem as relações entre cidade e meio ambiente, em sentido amplo, e se leve em conta a qualidade urbana, passam por fora da maior parte das preocupações dos agentes de decisão nos vários níveis de governo.

Os acidentes naturais – como os alagamentos, corrimentos de terra e desabamento de casas –, ao lado dos infindáveis problemas da habitação, do lixo, da poluição, da violência, da circulação – isto é, sistema de vias, transporte coletivo, individual e de cargas – e circulação de pedestres, são a expressão de uma distância que se alarga cada vez mais entre a necessidade de novas formas de administração e a capacidade de expressão política dos interesses públicos. Os acidentes das chuvas, um dos símbolos da tragédia urbana brasileira, persistirão enquanto morrer de morar em nossas cidades continuar seu itinerário de uma questão menor.

BRASIL

uma urbanização sanguínea^{1,2}

Os desenvolvimentos recentes da economia mundial, superando a velha divisão intersectorial do trabalho entre centro e periferia em favor de especializações no interior do processo produtivo, juntando e separando coisas e homens sob uma heterodoxia antes impensável, exigem cada vez mais periferias flexíveis, maleáveis, hodiernamente aptas a fornecer a fresca energia de um sempre quase-caos.

A urbanização brasileira ilustra a vitalidade e as tensões dessa nova densidade temporal, em que o explosivo e a ruptura são sua qualidade, não por demissão, mas por uma contemporaneidade ao mesmo tempo irradiante e trágica.

Não falta ao Brasil uma disposição a urbanizar-se. Tudo se urbaniza, não importando se essa urbanização desnute, desampara, desabriga. Por meio século, o país marcha sob uma urbanização impenitente.

Entre 1950 e 1980, enquanto a população total brasileira cresceu a uma taxa de 2,8%, a população em cidades de 20 mil ou mais habitantes aumentou a 5,64% a.a. Em 1980, 61.253.660 pessoas, ou seja, 51% da população total, viviam nessas concentrações. Entretanto, de um modo, por assim dizer, mais “central” – menos

1 Publicado em *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 153, set./out. 1994.

2 Este texto foi apresentado numa versão preliminar na mesa-redonda “Changing Brazil: the city, social movements and the continuing crisis in the post-authoritarian period”, coordenada por William Norris, em homenagem a Anthony Leeds. LASA – Latin American Studies Association, XI Reunião Internacional, Miami, dez. 1989 (N. do O.).

periférico –, o maior aumento ocorreu entre cidades com uma população de 100 mil a 500 mil (7,15%). Assim, o crescimento das últimas décadas não apenas tem confirmado o baixo grau de primazia no conjunto do sistema, como evoluído para um padrão cada vez menos desequilibrado, vertical (entre tamanhos de cidades) e horizontalmente (entre regiões).³

Isso não quer dizer que esse crescimento não tenha conduzido a um alto grau de centralização urbana. Em primeiro lugar, além do maior crescimento conjunto das aglomerações de porte médio, as 14 cidades com mais de 1 milhão de habitantes em 1980 reuniam, então, mais de 80% da população vivendo nas 30 cidades maiores, todas com mais de 260 mil habitantes, significando mais de três quartos da população em cidades com 20 mil ou mais habitantes e mais de um terço da população total – de 121.150.573 em 1980. Estima-se que, no final do século, 124 milhões (73% do total) venham a estar em concentrações de 20 mil ou mais habitantes, dos quais 67 milhões em cerca de 20 cidades de mais de 1 milhão e 38 milhões nas grandes aglomerações de São Paulo, Rio e Belo Horizonte.⁴

Por outro lado, na expansão da fronteira territorial, a tendência recente tem sido a formação de núcleos de fronteiras com maior porte do que em fases anteriores, seja em conexão com grandes projetos hidroelétricos, metalúrgicos ou de mineração, seja em função de um padrão de ocupação agropecuária sob alta concentração fundiária e/ou crescentemente tecnificada.⁵ Em 1980, havia 421 concentrações com 20 mil e mais habitantes. Até o ano 2000, poderão surgir mais 250.

Vale ainda mencionar o passivo das diferenças inter-regionais históricas, simbolizadas pela força de gravitação de São Paulo. Tanto é assim que, enquanto cai o grau primazia no total do sistema e mesmo para o conjunto central Rio-São Paulo, a grande São Paulo tende a aumentar sua participação relativa entre as nove maiores concentrações atuais, enquanto o estado de São Paulo continua a exercer forte poder de atração. Na década de 1970, São Paulo recebeu 2,7 milhões de imigrantes

3 FÁRIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia *Tavares de (org.)*. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; Idem. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. 1988. Trabalho apresentado na Conference on Trends and Challenges of Urban Restructuring, Rio de Janeiro, 1988. Mimeo.

4 CAMARANO; BELTRÃO; NEUPERT, 1988 apud FÁRIA, 1988.

5 ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz; VIEIRA, Cláudio Affonso. *Agricultura e desenvolvimento regional no Brasil*. São Paulo: Bird, 1989. Mimeo.

líquidos, ou seja, 4,5 vezes mais do que a Amazônia, ainda que 750 mil a 900 mil dessas pessoas tenham se localizado fora da grande São Paulo e 600 mil na região de Campinas.⁶ São Paulo acumula as vantagens das economias de aglomeração da velha urbanização com industrialização, tornando *Agricultura e desenvolvimento regional no Brasil*. São Paulo: Bird ora apenas residuais, ora redefinidos de modo produtivo os ambientes construídos por velhos capitais.⁷ E os dados disponíveis do Censo de 1991 vêm, *grosso modo*, confirmando as tendências acima.⁸

Finalmente, a urbanização brasileira tem uma dimensão concentrada também no interior das aglomerações urbanas, em que, sem mencionar as áreas verticalizadas de tipo convencional, alternam-se, com espaços vazios e folgados, bairros de renda alta, ocupações horizontais de alta densidade. Estima-se que bairros populares extremamente precários alcancem facilmente uma densidade de cerca de 800 a 900 habitantes por hectare.⁹

Por seu turno, essa urbanização não se deu sem o suporte paralelo de um extraordinário dinamismo da base econômica. Desde a segunda metade da década de 1950 até o ciclo recessivo dos anos 1980, exceto por pequenos intervalos, a produção industrial tem crescido a taxas anuais próximas ou acima de 10%, alcançando um grande aprofundamento estrutural.¹⁰ Entre 1956 e 1960, a implantação da indústria pesada consolidou o processo de industrialização e passou a requerer a integração do mercado nacional; mais tarde, a partir do meado da década de 1960, iniciava-se o deslocamento de capitais para inversões industriais fora do centro dinâmico tradicional, de certo modo replicando o processo verificado em nível mundial.

De 1967 a 1970, elevam-se substancialmente as exportações, desenvolvem-se as condições para a consolidação de uma agricultura moderna e firmam-se os

6 CANO, Wilson. *Urbanização e questão regional no Brasil pós-1960*. 1989. Trabalho apresentado ao Simpósio A Reforma Urbana e o Planejamento Regional, SBPC, Fortaleza, 1989. Mimeo.

7 SANTOS, Milton. *Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil*. 1989. Trabalho apresentado ao International Symposium on Latin American Urbanization, Universidade de Tsukuba, Tsukuba, 23-27 out. 1989. Mimeo.

8 Ver no final do texto.

9 GORDILHO-SOUZA, Ângela de. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

10 A síntese que se segue baseia-se em Cano (1989).

mecanismos do mercado de capitais. Essa fase esgota-se entre 1973 e 1974, mas o endividamento externo iniciado em 1970 afrouxa temporariamente a base de recursos financeiros e faz sentir de leve o primeiro choque do petróleo. É somente pelo final da década de 1970 que a crise financeira do estado e as restrições do balanço de pagamentos, somadas ao segundo choque do petróleo e à elevação das taxas de juros, encerrariam esse período de expansão.

Findo o ciclo, entretanto, o país contava com uma estrutura industrial avançada, uma expansiva agricultura moderna, principalmente no Sul, em São Paulo e no Centro-Oeste, uma ampliação da produção mineral, particularmente no Norte e Nordeste, e uma infraestrutura de transporte, comunicação e produção energética às vezes até mesmo extravagante para o momento.

De início, a agricultura experimentou uma fase de expansão no Sul e Sudeste, com a modernização dos cultivos de milho, café, algodão e introdução da soja e da cana-de-açúcar, laranja, trigo. Grande parte dessa expansão ligou-se à tentativa de ampliação da capacidade de importação – tanto via expansão das exportações como da produção do álcool como substitutivo parcial do petróleo. Nos anos mais recentes, esse processo envolveu uma redefinição do uso do solo nas áreas de expansão inicial, juntamente com a ocupação de extensas regiões centrais e o avanço da ocupação da Amazônia. É que, desde o final da década de 1960, esgotaram-se as áreas aproveitáveis dos estabelecimentos agropecuários da região Sul e, a partir do final dos anos 1970, as do Sudeste. Mesmo no Centro-Oeste, a ocupação dessas áreas já alcança 80% em 1985.

No campo das instalações de infraestrutura, da metalurgia e da mineração, uma desconcentração monumental alterou completamente a estrutura econômica do Norte e Nordeste. Nas décadas de 1970 e 1980, uma dúzia de unidades metalúrgicas e uma dezena de instalações de mineração metálica, todas de médio e grande porte, implantaram-se nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Goiás e no norte de Minas, consumindo boa parte da eletricidade gerada e transmitida também nessas regiões em centrais quase totalmente interligadas, cobrindo os Vales do São Francisco, Parnaíba e Tocantins-Araguaia, não considerando centrais dispersas de pequeno porte. Isso sem mencionar áreas de garimpo de cassiterita em Rondônia, Tapajós e outros pontos, a mineração e metalurgia do ferro e do manganês

em Urucun, Mato Grosso, e o corredor de exportação do manganês no Amapá.¹¹ Nessas e noutras áreas, como assinala Milton Santos, instala-se “de uma só vez toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento”.¹²

Surpreendentemente, a evolução do terciário não foi menos “moderna”. Vilmar Faria chama a atenção para o fato de que, de 1950 a 1980, ao contrário de um inchaço previsível segundo a hipótese de um deficiente dinamismo do emprego industrial – por força da crescente composição orgânica do capital na indústria de transformação, a relação entre empregos terciários e secundários caiu a partir de 1960 e 1970, aumentando apenas com referências aos serviços sociais – em que se classificam as atividades diretas e indiretamente ligadas ao Estado e as designadas “outras ocupações”, reunindo uma variedade de categorias, inclusive, a partir de 1970, desempregados e pessoas à procura de trabalho pela primeira vez. No quadro urbano, quintuplicaram-se tanto as ocupações industriais quanto o terciário institucional. De 1950 a 1980, de 26,7 milhões de novos membros da População Economicamente Ativa (PEA), o terciário acolheu 15,6 milhões.¹³

Uma análise da década de 1970 revela, ainda, a queda da participação dos trabalhadores autônomos e sem remuneração e um aumento dos empreendimentos no comércio de mercadorias e prestação de serviços. Entre o pessoal técnico e científico, o conjunto compreendendo funções administrativas, técnicas e científicas aumentou sua participação na PEA de 11,1% a 19,1%, passando de 2,5 milhões a 8,2 milhões, entre 1970 e 1980. Tudo isso resultou num dos processos mais radicais de mobilidade interocupacional.¹⁴

As transformações havidas nessas quase quatro décadas da vida nacional qualificam o intenso processo de urbanização do país. Em primeiro lugar, ao contrário da expectativa de superurbanização, cresceram as oportunidades de trabalho no secundário, inclusive em estruturas organizacionais avançadas. Mas, no terciário, sustentou-se a expansão do emprego doméstico e nos segmentos mal remunerados

11 SEVA FILHO, Arsenio Oswaldo. *Nordeste e Norte do Brasil: riscos e prejuízos nos territórios da metalurgia, da mineração e da hidroeletricidade*. São Paulo: UNICAMP, 1988. Mimeo.

12 SANTOS, 1989.

13 FARIA, 1983, 1988.

14 HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984. (Série Estudos, n. 23).

e de baixa produtividade da pequena indústria, do pequeno comércio, dos serviços pessoais e da construção civil e ampliou-se a área do subemprego e da instabilidade de renda, alimentando um gigantesco “exército ativo de reserva”.¹⁵

Nesses anos de transformação, superou-se o caráter dominante de país rural, mas, sobretudo, recolocaram-se os termos da relação rural-urbano. Não só os deslocamentos de população pesaram, quanto, de 1950 a 1980, a taxa de urbanização subiu de 36% para 68%. Em 1980, cerca de 30 milhões de pessoas viviam fora de seus lugares de origem; e estimou-se que, entre 1980 e 2000, mais outras 50 milhões ingressarão na população urbana do país. Com a instalação de grandes projetos de várias ordens em diferentes pontos do território e com a expansão da nova agricultura, a cidade passou a existir para o campo. Os serviços atendem à produção, às necessidades de comunicação dos produtores e das empresas e às necessidades de reprodução dos trabalhadores agrícolas desarraigados para sempre.

Já pela década de 1970, as históricas diferenças inter-regionais estariam transformadas, tanto em nível de composição do produto quanto da dinâmica geral e dos problemas da urbanização. E por fora da “nova industrialização” das áreas de ocupação antiga, isto é, grandes plantas e complexos especializados implantados fora do Centro-Sul, viria a surgir uma nova divisão de trabalho entre metrópoles e redes regionais.¹⁶ Criou-se, assim, uma nova e mais profunda heterogeneidade urbana, uma vez que a nova divisão inter-regional do trabalho dividiu, entre regiões e metrópoles regionais, não mais apenas funções diferenciadas ao nível da circulação, como, sobretudo, parcelas complementares do ciclo produtivo. Salvador e Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife foram antes mais iguais em seu perfil econômico do que viriam a ser mais tarde, hoje distintas quanto à composição setorial de sua base produtiva, quanto à estrutura de assalariamento, à capacidade de produzir e processar informações e à composição de classes.

Tudo aponta em abstrato para o melhor dos mundos: desde o modelo genericamente não concentrado da rede urbana nacional, portanto mais “central”, moderno, não “periférico” – baixa primazia, forte crescimento das aglomerações de porte médio e formação de uma extensa rede de pequenos núcleos na base, ao dinamismo da base produtiva –, com crescente diversificação e um

15 FARIA, 1983, 1988.

16 BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 77-98, out./dez. 1985.

processo aparentemente irreversível de desconcentração territorial relativa. Entretanto, a urbanização e o mundo das cidades no Brasil nada têm de um paraíso. A “exploração”, “arrebentação”, “caos” urbano brasileiros¹⁷ são, na verdade, uma certa qualidade de urbanização, reconhecidamente associada ao modelo histórico – econômico-social – do desenvolvimento, qualidade que nos faz hoje “uma sociedade urbano-industrial pobre e de consumo, heterogênea e desigual”.¹⁸ Nesse ponto, a centralidade da industrialização no processo de transformação da economia brasileira e sua articulação ao regime de acumulação dos países centrais tornam crítico o confronto com os últimos.

Como se sabe, no Brasil, a produção industrial emerge cingida a limites extremamente estritos. Do lado interno, o potencial de mercado limitou-se à capacidade de demanda do estrito círculo das classes dominantes e médias, nascidas de economia agroexportadora, a seguir parcialmente transformadas e largamente acrescidas das novas “classes médias” que a industrialização e a expansão do Estado criavam. Na verdade, a expansão industrial a partir de 1956 a 1960, com a predominância do setor de bens duráveis de consumo e com suas pressões progressivas sobre o setor de bens de capital, criou um conjunto expansivo de posições intermediárias de renda, informação e poder. E esse caminho da acumulação é que produziria os modos e magnitudes assumidos pelo consumo na fase de maturação do novo modelo brasileiro.

Do lado externo, a expansão pode ter enfrentado os efeitos da baixa competitividade da produção nacional e das práticas protecionistas das economias centrais. Entretanto, como assinala Francisco de Oliveira, pelo meado da década de 1950, os custos crescentes da industrialização encontravam dificuldade de financiamento interno, com a contradição entre transferir parte dos excedentes do setor agroindustrial e preservar sua rentabilidade e as dificuldades políticas de negociar uma reforma cambial ou de insistir num financiamento por inflação. Daí o impasse que levaria ao recurso ao financiamento externo, que assumiu a forma de investimentos diretos de capital de risco, utilizando-se das potencialidades de

17 Persistentemente, ocorre a ideia de desordem. LIPIETZ, Alain. *Fordismo peripherique et metropolisation*. 1985. Trabalho apresentado ao Simpósio A metrópole e a crise. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. Cano afirma que “se a urbanização da década de 50 foi ‘suportável’, a da década seguinte passou a ser problemática e a de 70 ‘caótica’”. CANO, 1989.

18 FARIA, 1983, 1988.

um mercado definido por uma alta concentração da renda e desde logo resguardado por medidas protecionistas.¹⁹

É justamente neste ponto de entrecruzamento de constrangimentos internos da estrutura de classes, das alianças políticas (populismo) e das exigências da acumulação, com a disponibilidade de capitais privados nas economias centrais, que emerge e se desenvolve a articulação entre Estado e oligopólios que marca a mudança de patamar da economia brasileira a partir do governo Kubitschek (1955-1960).²⁰

Como afirmam Leborgne e Lipietz,²¹ pelo final da década de 1950, mas sobretudo pelos anos 1960, a motivação das inversões fora dos países hegemônicos foi a busca de taxas mais elevadas de lucro. Daí, por exemplo, já o primeiro milagre brasileiro (1956-1961), as indústrias de pé leve, as zonas francas e as economias de *atelier* que se espalhavam, sobretudo, pela hoje Bacia do Pacífico. Onde certas economias não só opunham resistências e uma taylorização primitiva, como também ofereciam um capital industrial já relativamente avançado e um mercado apreciável, como desde o início o Brasil – e mais recentemente, por exemplo, a Coreia do Sul –, a alternativa foi uma organização fordista do processo de trabalho. Ainda assim, esta passou a beneficiar-se de uma atmosfera circundante não fordista, marcada pelo fraco poder de negociação operária, forte presença de um Estado regulador com explícito viés pró-empresa e diretamente ancilar do processo de acumulação. Esse ambiente tinha ainda a vantagem, para os novos capitais, de oferecer amplos setores informais operando a baixos custos e sob baixa capitalização – processos de comercialização, operações periféricas ao núcleo do processo industrial, reparo e manutenção de equipamentos, transporte – e em continuidade com um rotativo mercado de trabalho de baixos salários na construção civil e nos serviços pessoais.

Sob essas condições, marcadas por um sistema de classes reiteradamente oligárquico, pela voracidade da base produtiva por investimentos no setor de

19 Ver a análise: OLIVEIRA, Francisco de. Padrões de acumulação, oligopólios e estado no Brasil (1950/1976). In: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 76-113.

20 Ibid.

21 LEBORGNE, Daniele; LIPIETZ, Alain. *New technologies, new modes of regulation: some spatial implications*. Paris: CEPREMAP, 1987.

bens de capital e em infraestrutura e pelos limites das receitas do comércio exterior, será difícil imaginar um processo de desenvolvimento benéfico em termos socioestruturais, mas, pelo contrário, a contradição radical entre o dinamismo da produção e as precariedades do consumo interno permanece.

Assim, a industrialização brasileira nasce e afirma-se sob condições inteiramente diversas daquelas vigentes nas economias centrais, na esfera das relações capital-trabalho. Consolidado a partir da crise dos anos 1930, o fordismo que marca o perfil de expansão dessas economias incorpora em seu esquema distributivo, como percebeu Gramsci, o pressuposto de paralelismo entre produtividade e consumo de massa, ou seja, a associação entre ganhos de produtividade e a determinação dos salários.²² Na Europa, a prática nesse sentido tendeu a ultrapassar, desde o início, os limites do trabalho industrial e a passar por cima de diferenças setoriais e interfirmas de produtividade. Assim, se os acordos referentes ao trabalho assalariado viriam a regular o salário direto e indireto, mais ou menos independente de diferenças entre empresas e setores, políticas agrícolas passariam a proteger o poder de compra de produtores rurais e a garantir, com obrigações sociais, a renda dos não ativos. O ajuste contínuo do consumo de massa às elevações da produtividade alteraria todo o modo de vida dos trabalhadores, assegurando um dos mais fortes estímulos à expansão do investimento como forma antecipada de consumo.²³

22 Com o fordismo, a acumulação assume um caráter intensivo e o aumento de produtividade, juntamente com o da intensidade do trabalho, leva a um aumento da produção que se amplia progressivamente. A partir da Segunda Guerra Mundial, esse aumento da produção passa a ser compensado por um aumento paralelo de consumo, graças ao efeito cumulativo da elevação do poder de compra do salário e da expansão de setores não diretamente produtivos públicos (administração, saúde, educação, seguro social) e privados (pesquisa, treinamento, *marketing*, intermediação financeira). Ver: LEBORGNE; LIPIETZ, 1987.

23 Leborgne e Lipietz assinalam que, enquanto a articulação entre crescimento dos salários reais e produtividade se observa, em nível histórico, como uma tendência *ex post* na prática, seus arranjos institucionais passaram a assumir um caráter *ex ante* de tal modo que o regime de acumulação teria emergido basicamente como um modelo macroeconômico deste modo de regulação. E mais ainda, os ajustamentos competitivos do capitalismo concorrencial tenderam a ser substituídos pelos resultados da interiorização da lógica do regime de acumulação, tomada no duplo dinamismo da produção e do consumo autocentrado. Da parte da empresa, essa lógica move-se, a partir daí, mais pela premiação das antecipações adequadas do que pela punição das falhas de um cálculo econômico de curto voo.

Ao contrário das economias centrais, que tiveram na origem das novas regras distributivas e no aprendizado histórico das empresas o fator saliente das reivindicações operárias, no Brasil, como revela a história da determinação dos salários, apresenta-se um quadro inteiramente oposto. São, na verdade, fortes obstáculos antepostos à defesa do trabalhador que balizariam o curso do salário, das condições de trabalho e das políticas sociais. Permaneceram o controle dos sindicatos pelo Estado, a política de transferência intersetorial de renda da agricultura de excedente estrutural de mão de obra, particularmente no segmento urbano.

Desde a sua criação – sob o populismo, com Vargas – até hoje, o cálculo do salário mínimo exclui, por princípio, os ganhos de produtividade. Segundo Francisco de Oliveira, a legislação então implantada igualava reduzindo – e não incrementando – o salário ao rebaixar, inclusive, trabalhadores especializados ao nível de não qualificados, impedindo a formação precoce de um mercado dual de trabalho. Mesmo que a legislação não houvesse levado a rebaixar salários vigentes, bastou que ela assegurasse a equalização dos salários dos novos contingentes; estes, sim, crescentemente maiores que o estoque anterior.²⁴

Outra fonte assinala a diferença para menos entre o salário mínimo fixado pela primeira vez em 1940 e a média dos salários mínimos praticados nas diferentes regiões do país.²⁵ Saboia defende a tese de que o estabelecimento do salário mínimo visou, antes que ao aumento dos baixos salários, à institucionalização do próprio princípio de um salário mínimo, cujo objetivo fora de monetarizar a economia.²⁶

A verdade desses argumentos viria a confirmar-se em toda a evolução posterior dos salários no Brasil, como revela o perverso desencontro entre salários e “milagres econômicos”. Hoje, dois terços da população ativa ganham apenas até um salário mínimo; de 1963 ao presente, independentemente do extraordinário crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e indiferente ao auge do “milagre” dos anos 1968 a 1973, o salário mínimo caiu em termos reais até a metade do valor definido no mo-

24 OLIVEIRA, Francisco de. *Economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções Cebrap*, São Paulo, n. 1, 1975. Como afirma o autor, “[...] se o salário fosse determinado por qualquer espécie de mercado livre, na acepção da teoria da concorrência perfeita, é provável que ele subisse para algumas categorias operárias especializadas”. *Ibid.*

25 SABOIA, João M. *O salário mínimo: experiência brasileira*. Porto Alegre: LPM, 1985.

26 CORIAT, Benjamim; SABOIA, João. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 3-45, 1988.

mento de seu estabelecimento em 1940. Enquanto isso, a relação entre PIB e capital quintuplicou desde então. Em pleno milagre (1964-1977) e no estado “locomotiva” do desenvolvimento brasileiro, São Paulo, o salário mínimo caiu 60%.

Outro elemento nada fordista da legislação trabalhista dos anos 1940, que nisso conservou suas características, mesmo depois da eliminação da garantia de estabilidade do emprego pelo governo militar em 1965, foi a negação dos direitos assegurados aos trabalhadores urbanos, em referência aos trabalhadores rurais e aos empregados “domésticos” – empregados residenciais, mas também vigilantes, motoristas e outros prestadores de serviço a pessoas físicas. Recentemente, foram estendidas essas condições aos trabalhadores rurais, porém permanece ainda incompleta essa condição para os empregados domésticos.

O resultado foi a brutal concentração da renda pessoal, que, entre 1960 e 1980, reduziu a magra participação dos 50% mais pobres da população ativa, de 17,4% a 12,6%, e aumentou a larga margem de vantagem dos 5% mais ricos, de 28,3% para 37,9%, passando o grupo dos que compõem o primeiro centil de 11,9% a 16,9%.

Frente ao formidável esforço de criar as condições para o novo padrão de desenvolvimento e frente aos conflitos de interesse envolvidos, o Estado passou a ter um papel crítico no quadro brasileiro, mas as pressões por investimentos em infraestrutura e inversões diretas, com o que se proporcionariam economias externas, insumos a preços subsidiados e outros incentivos às novas indústrias, tornaram secundárias as prioridades de uma política de bem-estar social. Aqui, mais uma vez, o modo de regulação expressou e favoreceu um esquema distributivo socialmente adverso. Os equipamentos e serviços à população ficaram crescentemente aquém das necessidades dela.

Tão essencial como a vigência de um fordismo restrito às relações intraempresa nos chamados setores dinâmicos, esse fordismo periférico teria que operar em um ambiente de flexibilidade do contrato de trabalho, inclusive dos subcontratos com empresas dos setores dinâmicos, e de certo neotaylorismo; enfim, um ambiente de mercados segmentares não competitivos de trabalho, ao lado de condições de um quase não mercado de financiamento, do provimento de insumos e infraestrutura e de garantias de realização, porque enviesado em benefício dos grandes grupos econômicos. Fordismo “periférico”, se se quiser assim designar, nada incompleto, nada limitado ou defectivo, mas inteiro, consistente com

a nova divisão internacional do trabalho que se instala a partir dos anos 1960, entrecruzado, apoiado e reforçador de um passivo de situações socialmente regressivas anteriores e particularmente mediado pelos processos de classe, que, a partir de então, passam também a mundializar-se.

As cidades tornaram-se a expressão desse padrão, em que as prioridades apontam para as necessidades das corporações e os interesses das minorias privilegiadas. Milton Santos reúne alguns dados dramáticos sobre o metabolismo econômico do que chama a cidade corporativa. Em 1985, o secretário de Planejamento da cidade de São Paulo declarou que, até o ano 2000 – em 15 anos –, um montante igual a 56 orçamentos municipais seria necessário para atender às carências existentes. Entretanto, o custo de vias expressas, do interesse das empresas, ilustra o significado dos gastos com infraestrutura: 282 quilômetros dessas vias em São Paulo custaram 21 vezes mais que 2.775 quilômetros de estradas em plena selva amazônica.²⁷

Nesse processo, nacionalizam-se as classes médias, enquanto a pobreza se urbaniza, pois nas cidades os pobres podem valer-se ao mesmo tempo dos custos mais baixos de utilização dos velhos centros esfriados e das periferias abertas ao seu trabalho cru. Bairros populares construídos sobre áreas invadidas, lotes clandestinos e sobre a água nos terrenos de marinha alcançam rapidamente uma densidade residencial igual ou superior às de áreas centrais verticalizadas. Ângela Gordilho de Souza, a partir do estudo de 350 invasões hoje existentes em Salvador, obtém densidades brutas médias em torno de 500 a 700 habitantes por hectare. Entretanto, as ocupações em palafitas e em terra firme em pontos centrais da cidade alcançam taxas entre 1.100 e 2 mil habitantes por hectare, começando a partir de menos de 10 m².

Como afirma Regis Andrade, “a sociedade brasileira está disposta de modo a perpetuar e reproduzir a pobreza enquanto tal”, entre outros meios através de um complexo de instituições específicas que, “consolidadas e superpostas, ‘fixam’ os pobres em sua condição e a ‘naturalizam’”.²⁸ Essa observação prosaica, porque tão familiar à nossa experiência, chama a atenção para a trágica aptidão

27 SANTOS, Milton. *São Paulo, metrópole corporativa*. [1989?]. Mimeo. Publicado no Japão.

28 ANDRADE, Regis de Castro. *Política e pobreza*. 1989. Apresentado ao International Sociological Association, Conference on Trends and Challenges of Urban Restructuring, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

da sociedade brasileira para uma urbanização que retém e amplia todos os elementos da exploração.

TABELA 1 - Brasil: população de São Paulo e estados e capitais em áreas de fronteira (1.000 hab) 1970/1991

Estado	Capital	N			TGA		
		1991	1970/1980	1980/1991	1991	1970/1980	1980/1991
São Paulo	São Paulo	31.192.818	3,49	2,02	9.480.427	3,67	1,00
Acre	Rio Branco	417.437	3,42	3,01	196.923	3,38	4,84
Amapá	Macapá	289.050	4,36	4,65	179.609	4,79	4,47
Amazonas	Manaus	2.088.682	4,12	3,50	1.010.558	7,35	4,57
Goiás	Goiânia	4.024.547	2,76	2,34	920.838	6,54	2,33
Maranhão	São Luís	4.922.339	2,93	1,91	695.780	5,41	4,05
Mato Grosso	Cuiabá	2.020.581	(1)	5,35	401.112	7,76	6,08
Mato G. Sul	C. Grande	1.778.494	(1)	2,40	525.612	7,60	5,50
Pará	Belém	5.084.726	4,62	3,72	1.246.435	3,95	2,67
Rondônia	P. Velho	1.130.400	16,03	7,87	286.400	4,77	7,16
Roraima	B. Vista	215.790	6,83	9,55	142.813	6,28	9,68
Tocantins	Palmas	920.133	(1)	2,01	24.261	(1)	19,02

(1): Dados não disponíveis | TGA: Taxa Geométrica de Crescimento Anual

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991).

REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz; VIEIRA, Cláudio Affonso. *Agricultura e desenvolvimento regional no Brasil*. São Paulo: Bird, 1989. Mimeo.

ANDRADE, Regis de Castro. Política e pobreza. 1989. Apresentado ao International Sociological Association, Conference on Trends and Challenges of Urban Restructring, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 77-98, out./dez. 1985.

CANO, Wilson. *Urbanização e questão regional no Brasil pós-1960*. 1989. Trabalho apresentado ao Simpósio A Reforma Urbana e o Planejamento Regional, SBPC, Fortaleza, 1989. Mimeo.

- CORIAT, Benjamim; SABOIA, João. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 3-45, 1988.
- FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FARIA, Vilmar. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. 1988. Trabalho apresentado na Conference on Trends and Challenges of Urban Restructuring, Rio de Janeiro, 1988. Mimeo.
- GORDILHO-SOUZA, Ângela de. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. 1990. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.
- HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. *Industrialização, emprego e estratificação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984. (Série Estudos, n. 23).
- LIPIETZ, Alain. *Fordismo peripherique et metropolisation*. 1985. Trabalho apresentado ao Simpósio A metrópole e a crise, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 1970.
- IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 1980.
- IBGE. *Censos demográficos*. Rio de Janeiro, 1991.
- LEBORGNE, Daniele; LIPIETZ, Alain. *New technologies, new modes of regulation: some spatial implications*. Paris: CEPREMAP, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. *Seleções Cebrap*, São Paulo, n. 1, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950/1976). In: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 76-113.
- SABOIA, João M. *O salário mínimo: experiência brasileira*. Porto Alegre: LPM, 1985.
- SANTOS, Milton. *Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil*. 1989. Trabalho apresentado ao International Symposium on Latin American Urbanization, Universidade de Tsukuba, Tsukuba, 23-27 out. 1989. Mimeo.
- SANTOS, Milton. *São Paulo, metrópole corporativa*. [1989?]. Mimeo.
- SEVA FILHO, Arsenio Oswaldo. *Nordeste e Norte do Brasil: riscos e prejuízos nos territórios da metalurgia, da mineração e da hidroeletricidade*. São Paulo: UNICAMP, 1988. Mimeo.

HABITAR COMO QUESTÃO DE POLÍTICA PÚBLICA¹

HABITAÇÃO E CIDADE EM NOVA PERSPECTIVA

A Habitat II – Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ocorrida em Istambul, em 1996 – e seus desdobramentos práticos e conceituais, objeto central dos trabalhos aqui reunidos, ocorrem, coincidentemente, no caso do Brasil, após um longo período de esfriamento da temática urbana e habitacional, que vai de meados da década de 1980 ao presente. Desde então, o país vem sem contar com mecanismos específicos de política urbana. Na segunda metade dos anos 1980, vários instrumentos foram sucessivamente transformados, transferidos entre setores do Governo Federal e finalmente desativados. Além do Banco Nacional da Habitação (BNH), a maioria das autoridades metropolitanas foi extinta ou desvirtuada. Nesse intervalo, a nova Constituição (1988) abriu, pela primeira vez, o tema em nível amplo e introduziu dispositivos que permitem ampliar a margem de defesa de interesses sociais urbanos, mas nem por isso parece ter-se elevado significativamente a pressão social pelo direito à cidade.

1 Publicado em: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: FAUFBA, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Lab-Habitar, 1997.

Os temas da habitação e da cidade ressurgem hoje com ênfase nos problemas de gestão dos grandes aglomerados, pobreza, violência interpessoal, criminalidade e drogas, situações de risco e degradação ambiental e, mais uma vez, deficiências de serviços/infraestrutura; muito pouco ainda sobre habitação ou hábitat num sentido mais amplo. A contradição é que, de um lado, a atenção do Governo Federal sobre as grandes concentrações urbanas salienta a consciência dos riscos de anomia e de deseconomias de aglomeração que se acumulam nessas áreas, enquanto, de outro, pressões sociais por descentralização política e a escassez de recursos públicos apelam para a transferência de maiores responsabilidades aos agentes públicos locais e para a cooperação público-privado e governo-sociedade civil. Se os primeiros problemas assinalam a necessidade de aportes de política pública, as pressões sociais imediatas, as contingências econômicas e o controle dos gastos públicos tendem a subtrair a questão desse campo.

A Habitat II não se distancia muito dos valores da abertura econômica e da redução das funções do Estado no Brasil. O encontro consagrou os méritos da parceria, da cogestão, das soluções apropriadas às especificidades dos lugares, o respeito ao meio ambiente e à pluralidade étnica e cultural e promete forças demiúrgicas ao poder local, além da ascensão triunfal da cidade como sujeito político e ator econômico. Com isso, para usar uma expressão em moda, “a agenda” do habitar hoje – habitação e cidade – corre o risco de exorcizar, quando não se contenta em omitir, as questões propriamente de política.

Este capítulo, escrito a partir dos textos e debates havidos no seminário Habitação e o Habitat II, ocorrido na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1996, e da condição da autora como debatedora da última mesa do encontro – “Moradia, dinâmica urbana e políticas públicas” –,² procura destacar o hiato entre a ênfase nas soluções de caráter focal e na natureza da agência dessas soluções e os grandes problemas do habitar que persistem no Brasil hoje.

2 Participaram dessa mesa-redonda Paulo Fábio Dantas Neto, da UFBA; Susana Pasternak Taschner, da Universidade de São Paulo (USP); Marcos André C. de Melo, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e Luiz Cezar Queiroz Ribeiro, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nota dos organizadores: O seminário “Habitação e o Habitat II: avaliações, reflexões e perspectivas no Brasil” resultou na coletânea de artigos *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*, em 1997.

DA CASA PRÓPRIA AO BOM LUGAR

Comentar essa vertente pró-ações locais e agência participativa, aparentemente ascendente do ideário sobre habitação e o direito à cidade no Brasil, exige, antes de tudo, sua contextualização e a revisão dos pontos centrais da prática que caracterizou a afirmação da política habitacional e urbana do meado da década de 1960 ao final dos anos 1980. Este último limite, que ultrapassa a extinção do próprio BNH (1986) e o surgimento inicial das novas proposições, tem sua razão de ser em duas situações: a ausência de um discurso integrado substitutivo daquele até antes dominante e a inércia institucional que sucedeu ao desmonte do sistema federal de intervenção nas questões urbanas.

Como se sabe, as promessas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) difundiram o sonho da casa própria, mas acabaram não ampliando, como esperado em meio à “crise da habitação” do início da década de 1960 que lhe dera suporte ideológico, as oportunidades de cada um ter a sua própria casa. A partir da segunda metade da década, sobre a aspiração defendida por Sandra Cavalcanti, envolvida com a remoção de favelas no Rio, de expansão da oferta de habitação para a classe média e de substituição de favelas por bairros populares “normais”, venceram as intenções do ministro Roberto Campos de construir um lastro de apoio ao emergente mercado financeiro nacional. Não só uma miríade de caixas hipotecárias e de pecúlios por categorias profissionais foi substituída por um esquema integrado de poupança e empréstimo, como o sistema ganhou os depósitos compulsórios do recém-criado e, mais tarde, gigantesco Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Em toda a existência do BNH, não mais de um terço das unidades financiadas com recursos do SFH, 4,5 milhões, foi destinado ao setor de “interesse social”, sendo menos de 6% os beneficiários de programas destinados à população com um a três salários mínimos de renda familiar.³ Mas, por entre produzir para esse setor, financiar unidades para o mercado de alto nível, subsidiar extravagantemente os mutuários dos primeiros anos 1970, promover grandes investimentos em infraestrutura, sem mencionar operações financeiras fora da produção habita-

3 AZEVEDO, Sérgio de. Vinte anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e expansão do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988.

cional ou de projetos urbanos, o sistema criou um afluyente empresariado na área financeira e nos negócios imobiliários, na construção civil não habitacional e na indústria pesada ligada aos materiais de construção.

Nabil Bonduki faz um contraste entre o ideário que dominou o modelo por ele designado central-desenvolvimentista, do Estado Novo ao meado dos anos 1980, e assinala, com razão, os avanços expressos no ideário em formação nos últimos dez anos e em novas experiências brasileiras: em favor da gestão descentralizada e democrática, da participação social, das parcerias com organizações não governamentais, da maior atenção aos interesses da população, aos problemas ambientais, de transporte e de segurança e ao barateamento da produção habitacional.⁴ Raquel Rolnik observa essa mudança de orientação, mas destaca as alterações do ambiente em que se formou o novo ideário e questiona as saídas firmadas na expectativa do enfraquecimento dos estados nacionais, no fortalecimento dos mercados planetários e na desqualificação dos processos e dos atores políticos. Insiste, por outro lado, que a disputa não se reduz apenas à contraposição Estado/mercado, mas comporta uma infinidade de possibilidades em torno da descentralização e da natureza das parcerias. Assim, há tanto a fantasia das cidades autônomas, competitivas, como a defesa de um novo contrato social compreendendo a solidariedade, a convivência democrática e a pluralidade.⁵ Essa variante democrática e humanista do novo ideário é destacada por Ermínia Maricato, porém ela questiona se “às forças democráticas da sociedade (interessa) lutar pela sua implantação”.⁶

Hoje, com o movimento em fuga de um Estado que se demite obstinadamente de qualquer responsabilidade por uma política de distribuição da renda e de proteção do mercado de emprego nacional, o sonho da casa própria, que passou ao mito do negócio próprio, corre o risco de desembocar no sonho do

4 BONDUKI, Nabil. Habitat II e a emergência de um novo ideário em políticas urbanas. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997. Ver também, Idem. Habitat e qualidade de vida: as práticas bem sucedidas em cidades brasileiras. In: BONDUKI, Nabil (org.). *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

5 ROLNIK, Raquel. O Brasil e o habitat. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

6 MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat II. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997. p. 282.

bom lugar, aquele feito pelo esforço privado dos menos – cidadãos resignados a consertar os becos e os esgotos de suas inevitáveis favelas.

AGÊNCIA E POLÍTICA

O elogio do lugar em favor da descentralização e das parcerias coloca em destaque uma polarização entre, de um lado, a ênfase nos processos de agência – o que envolve problemas como participação, autogestão, ajustes a situações tópicas, o apelo a tecnologias apropriadas (leia-se: baixos investimentos em infraestrutura nas áreas periféricas) e a desregulamentação dos mercados de serviços públicos – e, de outro, questões de política pública.

Da parte do Estado, com a crise financeira e a busca de novas bases de legitimação política, os documentos mais recentes do Governo Federal assinalam fatores derivados da formação histórica e das características estruturais da sociedade brasileira – heranças culturais e políticas; heterogeneidades sociais e territoriais – e limites à ação do Estado nessa área. O primeiro pressuposto desloca a antiga ênfase na magnitude do problema para uma maior atenção a fatores contextuais; o segundo destaca a qualidade das propostas *versus* o volume de recursos disponíveis. Assim, abre-se espaço a uma concepção de política com menor pretensão de êxito, menos demiúrgica, mas por isso mesmo exigente de critérios mais rigorosos de decisão. Isso favorece a uma revisão da postura até então dominante em órgãos governamentais e agências de assistência técnica e financeira, antes com sua tradicional ênfase na definição de metas e meios de provisão de recursos, em favor de uma perspectiva mais estratégica e com maior atenção a aspectos de implementação político-administrativa, ou seja, na definição de prioridades e de cadeias de intervenção.

Essa atual posição mais modesta, pois mais explicitamente consciente da complexidade do problema e das dificuldades das intervenções necessárias, alinha-se com as medidas de redução do papel do Estado, mas se beneficia também de certa serenidade, nos últimos anos, das lutas sociais urbanas e do avanço considerável da produção universitária sobre a urbanização brasileira e a gestão pública. Muito desse conhecimento difundiu-se entre organizações da sociedade civil e na mídia, alcançando lideranças políticas. Por outro lado, desenvolveu-se

um sistema regular de formação de quadros técnicos em programas de pós-graduação e crescentes contatos – em reuniões técnicas e através de estudos contratados por órgãos governamentais – entre a comunidade universitária e a burocracia pública. Esse intercâmbio também derivou da participação de acadêmicos, em geral com militância política de oposição, na montagem de planos diretores urbanos exigidos pela Constituição de 1988.

Embora outros fatores tenham também concorrido para isso, vale assinalar, como principais resultantes desse diálogo entre execução e reflexão, a moderação dos discursos acadêmicos e a ascensão da temática focalizada nas questões de poder (local) e engenharia política. Somente nessa valorização de aspectos práticos cruciais e de inegáveis avanços no reconhecimento de diferentes atores sociais, o emergente ideário pró-ações locais e processos de agência participativa correm o risco de sombrear pontos críticos de política que não podem estar alheios às exigências e condições das esferas do interesse público e do mercado, o que significa administrar conflitos e consolidar princípios de direito.

NOVOS VELHOS PROBLEMAS

Num país ainda em processo de estabilização demográfica, com uma ocupação territorial em marcha, gigantescos problemas ambientais nas áreas urbanas – responsáveis por situações de risco e problemas de saneamento –, um déficit habitacional urbano bruto (novas unidades e unidades insatisfatórias) estimado entre 10 milhões e 14 milhões de unidades e em que muito poucas habitações são produzidas inteiramente pelo setor empresarial (12% entre 1964 e 1986),⁷ será temerário fugir de colocações sobre habitação e vida urbana como questões de política nacional.

Em primeiro lugar, nunca é demais assinalar que persistem os pontos críticos das grandes aglomerações urbanas – alta concentração da renda, baixos níveis educacionais e de produtividade, déficit de serviços e infraestrutura, divisão ambígua de responsabilidades entre níveis e setores de governo, baixo nível de

7 RIBEIRO, Luiz César Q. A produção de moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasse. In: RIBEIRO, Luiz César Q.; AZEVEDO, Sérgio de (org.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 13-32.

arrecadação financeira, sobretudo em nível municipal, e contínua imigração de demandas por serviços sociais.

Por sua vez, a dinâmica demográfica é ainda intensa. Entre 1950 e 1980,⁸ enquanto a população total brasileira cresceu a uma taxa de 2,8%, a população em cidades de 20 mil ou mais habitantes aumentou em 5,64% ao ano. Em 1980, 61.253.660 pessoas (ou seja, 51% da população total) viviam nessas concentrações. Embora, como assinala Vilmar Faria, de um modo, por assim dizer, mais “central”, menos periférico, o maior aumento ocorreu entre cidades com população de 100 mil a 500 mil (7,15%), confirmando o baixo grau de primazia no conjunto do sistema.⁹ Mas isso não quer dizer que esse crescimento deixou de conduzir a um alto grau de concentração urbana. Em primeiro lugar, além do maior crescimento conjunto das aglomerações de porte médio, as 14 cidades com mais de 1 milhão de habitantes em 1980 reuniam, então, mais de 80% da população vivendo nas 30 maiores cidades, todas com mais de 260 mil habitantes, significando mais de três quartos da população em cidades com 20 mil ou mais habitantes e mais de um terço da população total – de 121.150.573, em 1980.

Estima-se que, no final do século, mais de 120 milhões (73% do total) venham a estar em concentrações de 20 mil ou mais habitantes, dos quais 67 milhões em cerca de 20 cidades de mais de um milhão e 38 milhões nas grandes aglomerações de São Paulo, Rio e Belo Horizonte.¹⁰ Hoje, somente as sedes das nove regiões metropolitanas somam quase 30 milhões. Isso e fatores de ordem cultural e socioestrutural levaram a mudanças na estrutura demográfica, como registra Suzana Taschner, que apontam não só para a magnitude das demandas como para as alterações de qualidade destas.¹¹

8 FÁRIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORG, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983; FÁRIA, Vilmar. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. 1988. Conference on Trends and Challenges of Urban Restructuring, International Sociological Association, Rio de Janeiro, 26-30 set. 1988.

9 FÁRIA, 1983.

10 CAMARANO; BELTRÃO; NEUPERT, 1988 apud FÁRIA, 1988.

11 TASCHNER, Suzana. Família, habitação e dinâmica populacional no Brasil atual: notas muito preliminares. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

EMPREGO, RENDA E CONSUMO PÚBLICO

A industrialização, impulsionada sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 – e vale assinalar que ela não foi em nada desprezível –,¹² esteve longe de assegurar uma oferta de trabalho capaz de reduzir significativamente a fração da população economicamente ativa submetida a empregos instáveis, ao trabalho desprotegido de garantias legais e ao desemprego aberto. Pelo contrário, o processo tendeu a concentrar a renda e a ampliar o espaço entre o produto *per capita* e a renda pessoal da maioria da população. Isto, inclusive, porque parte do que figura como produção industrial e agroindustrial e atividades terciárias ligadas a circuitos mais articulados do mercado, como têxteis e indústrias alimentares, beneficiamento de produtos primários, turismo, construção civil etc., assenta também em baixos salários e mesmo em relações não regulamentadas de trabalho.

Com as correntes mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas, o retraimento das máquinas públicas e as acomodações do mercado interno por força da abertura das importações, o desemprego e a precarização das relações de trabalho prosseguem ainda sem alternativas à vista. Nesse quadro, a grande distância entre carências e provisão de serviços e infraestrutura reflete os limites dos efeitos sociais dos grandes avanços obtidos na introdução de segmentos produtivos mais rentáveis e na modernização das elites empresariais e mesmo políticas.¹³

Vale observar que, no conjunto, as grandes áreas urbanas brasileiras têm se comportado no tempo de modo similar, variando muito menos segundo suas peculiaridades estruturais e dinâmicas regionais e mais em função das vicissitudes do próprio processo econômico do país. Assim, o meado da década de 1980 revela um ponto alto na redução das dimensões da pobreza nas grandes cidades brasileiras, mas esses ganhos quase se desfazem a seguir, à medida que se avança para a presente década. Importante, portanto, é ressaltar que não apenas a má distribuição da renda resiste ao relativamente melhor desempenho econômico dos diferentes aglomerados urbanos, como é de certo modo indiferente às diferenças socioestruturais entre essas áreas. O confronto entre Salvador e Fortaleza ilustra essa observação. Ambas tiveram desempenho econômico assinalável nas

12 CANO, 1989.

13 FARIA, 1988; HASENBALG; SILVA, 1984.

últimas décadas, mas, enquanto as duas diferem no volume do Produto Interno Bruto (PIB), nas características da estrutura produtiva e no perfil do emprego, ambas vêm mantendo, no último decênio, uma pertinácia similar na sustentação dos mesmos baixos indicadores de renda e ocupação da força de trabalho e no agravamento de sua situação nos anos recentes.

Sem que isso signifique uma desqualificação do crescimento econômico como um fator favorável à melhoria das condições de vida e à redução da pobreza, resta a constatação de que, no processo de indução da elevação da qualidade de vida em áreas urbanas, as políticas a serem confirmadas ou introduzidas terão que incidir muito mais sobre os fatores de consumo público e menos, talvez, sobre os determinantes da renda individual ou familiar e da oferta de trabalho, salvo em situações-limite.

No âmbito dos municípios, o espaço entre necessidades e resposta governamental cobre outros pontos comuns: a limitação de recursos, a desarticulação entre diferentes políticas e as restrições de ordem político-econômica a uma maior sensibilidade e autonomia das administrações municipais frente aos requisitos de elevação da qualidade urbana. Hoje, em muitos casos, a legislação municipal considera – e a prática confirma – prioritária a mobilização das comunidades de baixa renda para contribuir com seus esforços para a solução dos próprios problemas, evitando a concessão gratuita dos benefícios decorrentes das melhorias realizadas, mas frequentemente mantêm-se praticamente inexploradas as formas de participação da iniciativa privada em favor de interesses sociais mais amplos e da elevação da eficiência dos sistemas urbanos. *Grosso modo*, as restrições à autonomia dos governos municipais neste e noutros aspectos têm a ver com as condicionantes da estrutura socioeconômica, através do mercado e da pressão de grupos de interesse, das máquinas políticas com seus interesses próprios e de práticas historicamente estabelecidas, como assinala Paulo F. Dantas Neto, ilustrando-as com o caso de Salvador.¹⁴

14 DANTAS NETO, Paulo Fábio. Poder político na cidade e transformações recentes em Salvador. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

ARTICULAÇÃO INTRA E INTERSETORIAL E FINANCIAMENTO PÚBLICO

A desarticulação entre políticas e ações governamentais em nível local, outra das fontes de problemas no Brasil, corresponde a um universo de ambíguas definições de competências entre órgãos, deficiente comunicação, falta de controles de desempenho e imprecisa definição de objetivos. Nem sempre essas condições são alheias ao ambiente político que cerca os governos municipais, mas a verdade é que elas terminam por fomentar políticas e práticas não convergentes, mesmo dentro de um mesmo setor, seja ele saúde, educação, habitação ou planejamento. Neste último caso, é notória a desarticulação entre políticas fiscais e políticas de investimento, como, por exemplo, o ajuste necessário do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) às novas dinâmicas criadas por investimentos em infraestrutura. E os exemplos se multiplicam em outras esferas: licenciamento de atividades econômicas e sistema viário; distribuição de redes de serviços e habitação etc.

Neste ponto, ressaltam três aspectos: o pequeno volume absoluto da arrecadação, a alta propensão à regressividade na política e nas práticas fiscais e a total ausência de articulação entre políticas fiscais e políticas pretensamente dirigidas à universalização de oportunidades e outras condições de elevação da qualidade de vida. Mesmo as renúncias fiscais e outros incentivos oferecidos pelos governos estaduais e por alguns municípios, no caso das regiões metropolitanas, visando a atração de investimentos privados, são desenhados e gerenciados sem qualquer articulação com as políticas de ocupação e uso do solo nas suas áreas de influência. Esse é um ponto crítico, tanto quanto ao acesso ao solo – e, portanto, quanto à habitação a às áreas para atividades geradoras de renda – quanto do ponto de vista da articulação entre processos econômicos e dinâmica espacial.

Quanto à questão de recursos, além da baixa rentabilidade do sistema fiscal, envolvendo desde o inapropriado perfil da incidência real sobre o universo tributável até a dificuldade de constituição e cobrança da dívida ativa, outros fatores interferem na capacidade financeira das prefeituras, como, por exemplo, a falta de condições para gerenciar um processo criativo de elaboração de projetos para captação de recursos extraorçamentários. A convivência entre baixos salários, ausência de incentivos à qualificação, assimetria entre o perfil de qualificação e

a estrutura de funções, ao lado de superposições e má definição de competências entre órgãos, produz um ambiente pouco favorável a uma prática mais agressiva de captação de recursos em nível local.

Outro ponto é o baixo nível de apropriação de receitas públicas – tributos, taxas, tarifas e transferências não orçamentárias. A questão de recursos envolve, além dos problemas de eficácia e eficiência da máquina fiscal, problemas da estrutura fiscal – quem paga, como variam as alíquotas em relação ao tipo e uso de bens e serviços públicos tributados e como o esquema pode ser coordenado com a melhoria do consumo público e com programas de geração de renda.

O caso do IPTU é significativo. A contribuição desse tributo à receita dos municípios da grande maioria das concentrações urbanas brasileiras é irrisória. Porém, além disso, o IPTU incide de forma regressiva sobre o perfil de distribuição dos preços dos imóveis e não é gerenciado como um instrumento de política de desenvolvimento urbano. As políticas fiscais dos municípios brasileiros operam, nesse caso, contra os próprios princípios de fluidez e transparência dos modernos mercados fundiários urbanos.

A OMISSÃO DA DIMENSÃO SOCIOESPACIAL

O pouco de planejamento urbano feito no Brasil ainda ignora questões de engenharia socioespacial. Entretanto, deixando de lado aqui, por razões de espaço, a grande questão básica do acesso ao solo, se viver na cidade corresponde a economias externas para o produtor e facilidades de apoio ao consumo de seus residentes, ninguém necessitará mais de uma boa ambiência urbana do que os que têm menos renda, menos espaços privados, menos mobiliário doméstico, menos informação, menos oportunidades de lazer e cultura.

Os recentes planos diretores de desenvolvimento urbano, por exemplo, contemplam os assentamentos de grupos de baixa renda através da regularização fundiária e dos loteamentos em terrenos não utilizados ou subutilizados das cidades. Estabelecem, também, oportunidades e mesmo incentivos a formas de gestão e de participação da população e da iniciativa privada, em especial dos proprietários de terrenos, dos promotores imobiliários e das associações e cooperativas de moradores na implantação dos projetos. Alguns municípios criaram

fundos de terra, recipientes da doação obrigatória de uma fração do montante das áreas a serem parceladas, para a implantação de programas habitacionais de interesse social. Criaram-se, além disso, mecanismos de negociação de índices de ocupação e uso do solo e institucionalização do solo criado. Mas todos esses recursos permanecem praticamente não utilizados, ou pelo menos desarticulados de uma política macroscópica de qualidade urbana.

Vários municípios e estados têm criado programas na área de habitação, porém a ênfase tem sido no provimento de lotes ou moradias, de materiais de construção e de infraestrutura, serviços e equipamentos locais. A maioria dos bairros de baixa renda e, sobretudo, os grandes conjuntos da periferia permanecem isolados entre si, quando não ligados por precárias vias entre ocupações ilegais. É como não se tratasse de integrar esses bairros ao tecido e à dinâmica urbanos “normais”. A política e a prática brasileira quanto aos assentamentos de grupos de baixa renda – seja na intervenção sobre áreas de ocupação não planejada, seja no caso dos conjuntos promovidos por órgãos governamentais – ressaltam pontos que caracterizam a tendência à reiteração de um padrão inferior e desarticulado de urbanização para as vizinhanças populares.

Em primeiro lugar, é nas áreas de pobreza que se admitem os padrões menos confortáveis de assentamento: vias e passeios mais exíguos, menor densidade de espaços públicos e áreas verdes, iluminação pública deficiente, precariedade das vias nas franjas das ocupações e nas áreas de risco. Em segundo lugar, ao lado da localização dos assentamentos planejados à distância dos polos municipais e das áreas de maior diversidade de atividades, não há qualquer ênfase na formação de núcleos de comércio e serviços que sirvam interbairros, e não apenas limitados a sua vizinhança imediata, bem como na melhoria das vias internas aos bairros mais precários e destes entre si e com outros pontos da cidade.

Os temidos bairros da pobreza são desprovidos de vias translocais que lhes acessem o “fundo”. As grandes extensões entre os poucos troncos viários e entre as linhas de transporte coletivo – deixando largos espaços restritos à circulação local –, a má iluminação das vias locais e a ausência de núcleos de comércio e serviço favorecem o isolamento da maioria das vizinhanças de pobres e tornam essas áreas extremamente vulneráveis a estereótipos negativos ou talvez à própria criminalidade. A inacessibilidade desses bairros, certa intransparência perante o conjunto da cidade, é associado, no imaginário dos não residentes, à ameaça

de violência. O mito da criminalidade genérica dos bairros pobres aparece em todas as conversas sobre essas áreas, em qualquer cidade brasileira, e a recusa a circular nelas define sistematicamente as opções de itinerário. Num circuito ao modo de uma teoria autoconfirmatória, a elaboração simbólica do isolamento físico reitera o isolamento social e a discriminação dessas áreas, que acabam por se fechar em sistemas sociais quase autárquicos.

HABITAÇÃO E MERCADO

O Brasil sempre teve muita dificuldade em articular os termos “mercado” e “políticas públicas”, pelo próprio fato de que o país jamais liquidou seus vieses patrimonialistas. Assim, por exemplo, por todo o ciclo da política de indução do mercado financeiro e imobiliário, a habitação para a população de baixa renda foi sempre tratada como um compartimento isolado dos demais segmentos da oferta habitacional, com a ideia de que lotes e unidades providos através de programas públicos não deveriam entrar no mercado normal, daí as restrições à circulação dos imóveis produzidos pelos programas chamados de interesse social – companhias de habitação, cooperativas, programas de lotes urbanizados etc.

Entretanto, pela natureza de uma economia de mercado e num país sob intensa dinâmica demográfica, a habitação tem, como qualquer outra mercadoria, uma tendência necessária a circular entre diferentes usuários. Daí porque nenhum programa destinado a grupos de baixa renda jamais conseguiu “segurar” seus beneficiários nos imóveis distribuídos. Em um ou dois anos, 15% ou 20% ou mais desses imóveis passaram a outras mãos, por venda, sublocação ou abandono.

A circulação é não só normal – e incontrolável por normas formais –, como é um indicador das potencialidades do mercado. O fato de que existem pessoas que adquirem ou alugam tais imóveis demonstra a existência de faixas de mercado que não encontram outras alternativas a seu nível. Mas é possível que indique também a própria mobilidade geográfica da população, a dificuldade de adaptação de certos grupos aos novos assentamentos, a procura de solução de problemas conjunturais da família etc. Vendidas ou repassadas, as novas unidades sempre satisfazem necessidades reais. Como um sistema dinâmico, e não uma superposição de faixas estanques de consumo, o mercado do solo e da habitação

teria que ser induzido a expandir-se em todos os níveis, diminuindo, com isso, pressões sobre os níveis inferiores da demanda.

Outro exemplo da recusa a flexibilizar mercados no Brasil está na segmentação entre programas de oferta de habitação e incentivos à produção de materiais de construção e outros elementos. Sistemáticamente, separou-se a produção do imóvel da produção de materiais e componentes, como se ambos não fossem parte de um sistema econômico que envolve vários itens e processos. Esse sistema inclui desde o lote a construir até a casa ou o apartamento em uso, como também materiais de construção, mão de obra, capital e competências técnicas. Mais do que tudo, a produção habitacional é dificultada nas grandes cidades brasileiras pela rigidez do mercado de terras, resultado de um misto de má distribuição da infraestrutura e tributação territorial alheia a uma política fundiária favorável à oferta de terrenos em articulação com a dinâmica da ocupação.

INADIMPLÊNCIA, CONSUMO E EMPREGO

No desconforto brasileiro com a ideia de mercado, a inadimplência, terror dos mutuários e armadilha do sistema, foi sempre tratada como uma questão moral. Na verdade, a tendência dos salários e da renda no baixo mercado de habitação foi sempre a de não acompanhar a inflação e, hoje, não suportar os juros acumulados e o custo do seguro dos financiamentos, tornando progressivamente inviável o pagamento das prestações. Porém, há outros motivos. Um deles é o fato de que o acesso à casa própria leva a expandir o grupo doméstico, sem ampliar a renda na mesma proporção. Parentes sem casa, migrantes de outros lugares, tendem a morar com a família titular, ou filhos adultos casam e continuam a morar em casa. Por outro lado, com o acesso à casa própria, multiplicam-se as ampliações, as “lajes” – segundos e terceiros pisos –, a compra de móveis e utensílios domésticos. Isso exerce uma forte pressão sobre a renda e acentua a inadimplência. Daí a difícil administração dos financiamentos habitacionais para grupos de renda mais baixa, mas jamais se procurou reduzir custos de produção ou criar formas e agendas alternativas de pagamento.

A posse da casa tem, assim, um efeito dinamizador sobre o consumo, fazendo da produção da habitação uma atividade com repercussão a montante e a jusante, com impacto tanto sobre a produção de insumos e componentes, quanto

sobre o consumo de bens e serviços de uso doméstico. Por outro lado, a autoconstrução, seja diretamente pela família ou com o uso parcial ou total de trabalho assalariado, e a construção por encomenda – no velho estilo do contrato de um mestre de obras – tendem a distribuir oportunidades de trabalho. Ao contrário da construção empresarial em massa, a autoconstrução e a construção por encomenda beneficiam produtores e empresários de pequeno porte, mestres de obras e trabalhadores avulsos e favorecem o aprendizado de ofício e o treinamento de mão de obra. Entretanto, nunca houve políticas que procurassem genuinamente articular as esferas da produção habitacional, do emprego e da renda. Nos velhos tempos do intenso debate sobre habitação, no início da década de 1960, insistia-se na relação entre essas esferas. Com a política que privilegiou o tripé – agentes financeiros, incorporadores e empreiteiras –, esse discurso se perdeu.

A DESPOLITIZAÇÃO DO URBANO

Não há dúvida sobre os avanços recentes no ideário e nas práticas relativas à habitação e à melhoria da qualidade urbana, inclusive por parte de órgãos governamentais. O que se procurou chamar a atenção neste texto foi para a tendência à transferência dessas questões à área privada das comunidades locais e, se muito, à esfera da ação imediata das administrações municipais, às vezes mesmo submunicipais, e a elusão de problemas críticos quanto à habitação e ao desenvolvimento urbano que ainda assumem caráter nacional.

Em países com mercados de solo urbano fluidos, estabilidade demográfica, mercados financeiros mais estáveis, mecanismos da seguridade social construídos no curso de fortes lutas sindicais e da vigência de políticas de bem-estar social, práticas daquela natureza terão consequências positivas inquestionáveis. No caso de um país como o Brasil, porém, esses avanços ocorrem em situação distinta, em meio a grandes contradições e a condições socioestruturais e políticas adversas.

Por outro lado, frente às variadas iniciativas possíveis e aos escassos recursos disponíveis, crescem com as novas formas de agência o potencial de riscos de gerência e a necessidade de arranjos institucionais que assegurem eficazes articulações verticais e horizontais. Também, o elogio acrítico das parcerias e da participação, como assinala Ermínia Maricato, desconhece arranjos em favor de

interesses particulares e da demissão do Estado quanto à responsabilidade por serviços públicos. No mesmo texto, a autora questiona a unanimidade em torno das ideias de descentralização e poder local, parcerias e participação na Habitat II, chamando a atenção para a falácia das imagens glamourizadas das megacidades e argumentando que a ênfase na descentralização e no poder local pode legitimar pressões por desregulamentação da economia nos países periféricos, enquanto os países hegemônicos continuam mantendo mecanismos de proteção de seus setores estratégicos.¹⁵

O risco da redução ideológica dos problemas da habitação e das cidades ao nível do lugar e das articulações focalizadas em intervenções pontuais é o deslocamento das questões urbanas da esfera das políticas públicas nacionais. Essa despolitização, para um país com os problemas sociais e econômicos do Brasil de hoje, com sua experiência de instituições de bem-estar social desvirtuadas pelo clientelismo e pelo corporativismo e tão incipiente na formação de um conceito de interesse público e em práticas democráticas, poderá contribuir, junto com os processos similares em outras esferas, para protelar medidas necessárias e dificultar o amadurecimento de projetos de desenvolvimento social. Pelo contrário, é justamente a partir deste momento de maior consideração por direitos e por questões de qualidade urbana que deverão ser desenvolvidos princípios e instrumentos mais produtivos de política pública, inclusive em nível nacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Vinte anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e expansão do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988.

ROLNIK, Raquel. O Brasil e o habitat. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

BONDUKI, Nabil. Habitat II e a emergência de um novo ideário em políticas urbanas. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

15 MARICATO, 1997.

BONDUKI, Nabil. Habitat e qualidade de vida: as práticas bem sucedidas em cidades brasileiras. In: BONDUKI, Nabil (org.). *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. Poder político na cidade e transformações recentes em Salvador. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

FARIA, Vilma. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. 1988. Conference on trends and challenges of urban restructuring, International Sociological Association, Rio de Janeiro, 26-30 set. 1988.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORG, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat II. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

RIBEIRO, Luiz César Q. A produção de moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasse. In: RIBEIRO, Luiz César Q.; AZEVEDO, Sérgio de (org.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio: Ed. UFRJ, 1996. p. 13-32.

TASCHNER, Suzana. Família, habitação e dinâmica populacional no Brasil atual: notas muito preliminares. In: GORDILHO-SOUZA, Ângela (org.). *Habitar contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador: UFBA, 1997.

UM VIÁRIO DESURBANO E SEM ESPAÇOS PÚBLICOS¹

CIDADES AUTOFÁGICAS

A disposição territorial da ocupação, as oportunidades de circulação e a viabilização de espaços para o consumo não econômico surgem cada vez mais como parte do capital urbano e sociocultural e tornam-se fator econômico, de bem-estar e de segurança, na medida em que incidem sobre os processos de interação social. Vias e espaços públicos valorizam a convivência, a circulação da informação, a vida cultural e a participação política.

Além disso, vale assinalar que os territórios contemporâneos são essencialmente urbanos em sua dinâmica, inclusive nas áreas rurais. Tudo é urbano. O problema é que a gestão pública no Brasil, geralmente, não concebe esse processo e não se antecipa com uma política indutora de qualidade para essas áreas, que, por sua natureza, são complementares.

Políticas e práticas relativas aos espaços urbanos e urbano-regionais correspondem a um universo de ambíguas definições de competências entre órgãos, deficiente comunicação, falta de controle de desempenho e imprecisa definição de objetivos. Os planos diretores e a legislação de ocupação e uso do solo são praticamente omissos em referência à dinâmica econômica, social e cultural das

1 Texto publicado na *Revista Veracidade*, Salvador, ano 2, n. 2, jul. 2007.

idades e suas regiões e à articulação entre núcleos do mesmo sistema. A gestão dos espaços urbanos e urbano-regionais acaba à mercê de iniciativas isoladas, frequentemente responsáveis por soluções improdutivas, quando não devastadoras.

Sem a qualidade dos espaços urbanos e microrregionais, o Brasil ficou ruim até para os grupos mais privilegiados. As áreas e os equipamentos públicos tornaram-se inóspitos e assim, cada vez mais, temos cidades mal-acabadas, autofágicas e com um ar de permanente imprevisto.

PERDA DE CARÁTER E VIOLENTAÇÃO

O nosso é um urbano em permanente transformação, diferente dos velhos urbanos monocêntricos da Europa ou do segmentado urbano americano, ambos resguardados pelo respeito à legislação. A genérica fraqueza do poder público no Brasil – marcado pela corrupção sob os interesses de agentes privados, os baixos níveis de renda e poupança da maioria da população e o caráter subalterno das camadas médias – faz do urbano brasileiro um espaço sem caráter.

Sob esse panorama de fundo, a gestão da ocupação e do uso do solo, aí incluídos o sistema viário e as áreas públicas, subordina-se a procedimentos internos aos órgãos de planejamento e controle, sem quadros profissionalizados coesos, mas, pelo contrário, sujeitos a mudanças de comando a cada novo governo. Com isso, geram-se custos irreversíveis de superadensamento, sobrecarga da infraestrutura e impacto sobre o sistema viário, com a frequente violentação das áreas públicas, do patrimônio arquitetônico e ambiental e dos bairros residenciais de grupos de renda média e baixa.

E são os mais fracos e os que respeitam a lei que pagam a conta desse dinamismo selvagem.

O VIÁRIO QUE DESUNE E VIOLENTA

Há um vício na intervenção pública quanto ao sistema viário, ao concentrar-se, na maior parte das cidades brasileiras, praticamente em uma só coisa: o tráfego de veículos. Essa visão desconhece o caráter complexo e o múltiplo significado da circulação, que envolve o movimento de pessoas, cargas e símbolos. Ignora

a importância das vias e espaços públicos na estruturação do espaço físico e social, seja urbano ou rural. Frequentemente, expande, modela ou cria novas vias em resposta a situações dadas, seja sem procurar corrigir áreas problemáticas de ocupação, seja submetendo-se a exigências dos investimentos privados sem qualquer respeito ao ambiente em que insistem em instalar-se. Veja-se o caso criminoso dos *shoppings* que mutilam e congestionam áreas centrais de Salvador e de outras cidades brasileiras.

Aqui, essa política viária e de áreas públicas que ignora o complexo e democrático sentido da circulação produz, crescentemente, a fragmentação e a segregação. Vias de caráter macrorrodoviário penetram o núcleo da cidade com o único objetivo de permitir maiores velocidades aos veículos motorizados, ainda que esbarrando em tecidos quase intransponíveis pelo estrangulamento por estreitas vias antigas e, muito mais, graças a novas vias mesquinhas e à ausência de vias indispensáveis, como ligações horizontais mar a mar, vias através de bairros mais densos e passagens e ascensores para pedestres que encurtem o trajeto entre diferentes pontos. Aí porque não usar, entre cumeadas próximas, as elegantes passarelas que pontuam a cidade, só que devidamente protegidas em suas laterais e supervisionadas por agentes públicos ou mesmo, quem sabe, por voluntários – moradores das vizinhanças. Enquanto isso, aos bairros da pobreza, nega-se qualquer forma eficaz e confortável de articulação viária, serviços e infraestrutura.

SEGREGAÇÃO E ENTROPIA

Quanto ao interior, inclusive nas periferias metropolitanas, domina a mentalidade que valoriza apenas a criação de grandes vias expressas, deixando, ao largo, cidades e áreas produtivas atuais ou potenciais e desconhecendo o poder dos sistemas de circulação na geração de oportunidades de negócio, no fortalecimento das economias regionais, na prestação de serviços à população e no enriquecimento da vida social.

Fora das cidades, estradas blindadas ao acesso de povoados e áreas rurais, sem ciclovias ou faixas de pedestres, liberadas para maiores velocidades e, crescentemente pedagiadas, dividem velhos espaços de sociabilidade, isolando vizinhos cuja convivência seria uma garantia de bem-estar e segurança social.

Na Grande Salvador, a Estrada do Coco e a Linha – dita para ser – Verde segmentaram comunidades antes geminadas, como Abrantes, morada de lavradores, e Jauá, um antigo povoado e acampamento de pesca, Areias e Pé de Areia, só para dar dois exemplos. É impossível pensar uma vida social saudável sob os efeitos dessa mutilação. Hoje, a criminalidade naquela região é absolutamente apavorante, porque se destruiu completamente a cibernética social que sustentava uma vasta rede de pequenas comunidades ali e por toda a redondeza. O jovem que saía de Abrantes, à noitinha, para encontrar parentes e conhecidos de um lugarejo como Grajeú, ou vinha de São Bento para Bom Jesus, no norte do município de Camaçari, não pode mais fazê-lo; o adulto que caminhava para jogar seu dominó com vizinhos, a um ou dois quilômetros de distância, também não o pode. Idosos e doentes encontram dificuldade em ir a um posto médico, escolas subutilizam sua capacidade, porque uma estrada divide o espaço, ao invés de unir, com seu fosso de 1 m x 1 m ou mais, em uma área sob franca expansão urbana da capital, o que acrescenta mais um fator de agravamento.

SALVADOR:

METRÓPOLE AUTISTA E ESQUIZOIDE

No Brasil, núcleos metropolitanos não mantêm articulação com seus municípios vizinhos e restringem-se a contatos instrumentais com os órgãos estaduais e federais, sem qualquer perspectiva de articulação estratégica dos complexos urbanos.

Sob vários títulos, certos outros núcleos são também verdadeiros centros de âmbito macrorregional, mas vários estão longe de exercer uma verdadeira liderança metropolitana. Em ambos os casos, são metrópoles autistas, sem diálogo com suas próprias redondezas, como é Salvador, exceto, nesse caso, frente à estreita faixa da orla atlântica – mercadoria em expansão.

A descontinuidade física e logística entre sistemas viários macrorregionais, interestaduais e além, *versus* redes urbanas e microrregionais, responde pelas periferias-gasolina, os cinturões rodoviários que encapsulam cidades e povoados do interior e fraturam os espaços microrregionais entre um campo solitário, pobre e desassistido e um urbano congestionado, muitas vezes inóspito e murado por um anel de poluição e risco de acidentes e de criminalidade.

Enquanto autoridades públicas, empresas de turismo e a indústria da construção civil convencem estranhos e moradores das virtudes de uma Salvador-mercadoria, essa cidade perde cada vez mais o seu equilíbrio e torna-se crescentemente mais desconfortável, violenta e malservida.

Uma política improvisada, subalterna a interesses políticos e privados, vem resultando em um dos mais hediondos sistemas viários que se pode imaginar. Nada mais desurbano e, portanto, desumano do que o sistema de vias urbanas e regionais da capital, desde as novas ruas estreitas, com exíguos passeios, às grandes autopistas, que fragmentam, desunem, segregam e matam.

A USINAGEM DA EXCLUSÃO

Se uma cidade corresponde a economias externas para o produtor e facilidades de apoio ao consumo de seus residentes, ninguém necessitará mais de uma boa ambiência urbana do que os que têm menos renda, menos espaços privados, menos mobiliário doméstico, menos informação, menos oportunidades de lazer e cultura. Entretanto, em Salvador, como em outras cidades brasileiras, é nas áreas da pobreza que se admitem os padrões menos confortáveis de assentamento, as vias e passeios mais exíguos, déficit de áreas públicas, precariedade das vias, iluminação pública e vigilância deficientes, sobretudo nas franjas das ocupações e nas áreas de risco.

Vale observar a competente iluminação, sinalização e presença de postos de informação e segurança nos bairros e outras áreas “nobres”, em contraste com o ambiente sombrio dos bairros da pobreza, inclusive das orlas marítimas e fluviais quando estas tangenciam esses bairros. Além disso, não há qualquer ênfase na formação de núcleos de cultura, comércio e serviços entre bairros ou na melhoria dos sistemas viários internos a essas áreas e entre elas e outros pontos da cidade. Verdadeiras autoestradas, ligando áreas residenciais de alta renda e de comércio, isolam os bairros populares à sua margem, a que resta apenas viver o contraste entre sua precariedade e a pujança de certas obras públicas e dos veículos privados.

A exclusão está no coração do urbanismo convencional dos governos.

A OPACIDADE DOS BAIRROS DA POBREZA

A ameaça de violência está certamente ligada à segregação dos bairros populares e sua opacidade interna. A ideia da criminalidade genérica dos bairros pobres aparece em todas as conversas sobre essas áreas nas cidades brasileiras hoje, e a recusa a circular nelas marca sistematicamente as opções de itinerário. Como uma profecia autoconfirmatória, a elaboração simbólica do isolamento físico reitera o isolamento social e a discriminação dessas áreas, que acabam por se fechar em sistemas sociais quase autárquicos.

Sem transparência, mal equipados e superlotados, esses guetos não oferecem segurança aos seus próprios moradores, nem condições de controle social interno. Se a opacidade dos espaços de residência não explica, por si só, a violência e o tráfico de drogas, pelo menos contribui para o recrutamento de adultos e jovens para esse tráfico, para o álcool, para a evasão escolar e para a prostituição, daí a quebra da cibernética social de resistência à entropia.

Se “os brutos também amam”, como reza o título de um filme antigo (*Shane*), por que prefeitos de uma “Cidade Mãe” aqui tiram o leite das crianças e o sono de seus pais?

CARROS SIM, CIDADANIA NÃO!

Em Salvador, há um séquito de passarelas elevadas e inseguras para o pedestre. Para quê? Por quê? Senão há a certeza de que este não merece respeito, conforto e segurança. E constrói-se um trecho elevado de um “metrô” sobre um vale plano, como o Bonocô, em lugar de um sistema que comportaria trens de superfície, quando necessário, com apenas alguns túneis, passagens elevadas ou subterrâneas e sob um ou outro viaduto. Mais caro? Talvez! Porém, certamente mais urbano.

E não se sabe se outros desnecessários trechos elevados não virão. Não há desculpa! Os vales receberiam um sistema de superfície sem maiores problemas. E ainda por cima, é o único “metrô” do mundo que começa por um trecho em que, em vez de reduzir o congestionamento do tráfego por veículos particulares, está destinado ao consumo da população pobre – se esta puder pagar

as passagens a serem cobradas. O consolo talvez seja servir de cobertura para vendedores ambulantes e moradores sem-teto, ainda que sujeitos à companhia de batedores de carteiras.

SHOPPINGS ESMAGADORES

Aqui, também se trocam quarteirões, áreas verdes e terrenos baldios – estes últimos com potencial para vias amplas, parques e praças –, por *shoppings*, no mais absurdo descaso pelo espaço público. A exemplo do Salvador Shopping, na região do Iguatemi, construído em terreno da empresa municipal pública Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Desal), em que poderia ser feito um pequeno, mas necessário Ibirapuera – parque público com equipamentos culturais como em São Paulo.

Há anos, a Prefeitura permitiu concretar-se a área do antigo Aeroclube, na orla atlântica, para a construção de um *shopping* à moda Little Italy americana, dando a hegemonia sobre 20 hectares públicos a uma chamada Plaza Show. Isso em desrespeito a um ano de negociação com membros da sociedade civil para tornar a área um parque verde, com construções pontuais, para serviços e equipamentos de lazer e esporte, sem cercas ou muros, sem isolamento do bairro da Boca do Rio e sem fechamento para o mar com uma vertente de cascalho, escondida sob gramado, montada a título de “duna”, em que a natureza construíra antes apenas um macio cordão arenoso. Hoje, fracassado o empreendimento, fala-se no ajuste das funções da área com a criação de mais um sempre festejado *shopping* ou remodelação do atual, nessa frenética paixão dos governos pela mercadoria, a custo do que for, seja qualquer que seja seu resultado. Como dizem, é preciso “vender a Bahia” a qualquer preço!

Quantas vidas estão esmagadas sob a ferragem e o concreto dessas casas de negócio, catedrais do consumo, se contarmos os meninos e as meninas que hoje aí poderiam estar brincando, os adolescentes que aí descobririam o esporte e a cultura e aprenderiam o diálogo democrático, os adultos que aí cultivariam sua cidadania?

Futuros prefeitos de Salvador, visitem o Dique do Tororó para aprender a amar essa cidade, se possível, pelo menos folheiem revistas amantes da beleza e da

vida, naveguem na internet para verem cidades-gente, onde muitos políticos brasileiros já fizeram turismo, mas não aprenderam o que vale aprender.

EM FAVOR DO ESPAÇO PÚBLICO

Se as pessoas tivessem consciência da importância que tem o espaço público na sobrevivência física e, sobretudo, na saúde psicológica e dignidade moral do cidadão, não poderiam tolerar as avenidas inteiramente indiferentes às ruas laterais, passando por miseráveis áreas da pobreza, como não poderiam omitir-se quanto à necessidade de vias transitáveis em lugar de íngremes ladeiras e escadas drenantes nesses bairros, formados sobre charcos, sobre a orla da baía e sobre encostas acidentadas, nem deixar de cobrar espaços públicos e ligações inadiáveis, além da proibição do tráfego de veículos particulares pelas áreas centrais, estacionamentos periféricos e várias outras medidas de que Salvador necessita com urgência.

Não é possível calar ante a extravagância dos viadutos que não servem a coisa nenhuma, nem admitir uma cidade que obriga seus moradores a andarem em passarelas elevadas, no futuro, também em longos trechos elevados de um prometido metrô, quando o cidadão deveria ter o direito a transitar ao nível do chão. Tudo isso sem falar nos passeios de 60 cm e mesmo de 30 cm, permitidos com nivelamento completamente heterogêneo, atendendo às saídas de veículos privados, à custa de desníveis de 15 cm ou mais, nas portas dos seus proprietários. Aqui se deixam avançar construções sem recuo, ou mesmo sobre o passeio, num acinte a qualquer requisito urbanístico mínimo.

É preciso querer modelar, para melhor, áreas urbanas e microrregionais, sejam regiões metropolitanas ou constelações de pequenas cidades no interior. A posição aqui assumida é que a questão urbana é menos uma questão de recursos financeiros do que de legislação, tributação, responsabilidade, competência e planejamento territorial – particularmente dos sistemas de circulação e áreas públicas. E muita vigilância pública!

O METRÔ DE SALVADOR

FIGURA 1 - Metrô: a promessa



FIGURA 2 - Desvio insólito



Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador.

Este texto reúne extratos sobre o problema viário contido em vários textos da autora sobre a questão urbana, embora com revisões para este artigo, não se tratando de uma colagem mecânica.

BLOCO II

**Planejamento urbano e regional:
duas histórias**

A MIRAGEM

notas sobre a ideologia
do planejamento urbano¹

A interrupção da discussão sobre as questões urbanas nos termos em que vinha se desenvolvendo até 1964 e uma verdadeira explosão, na corrente década, de medidas referentes ao processo de urbanização, ao controle do crescimento físico das cidades e à produção de infraestrutura urbano-industrial tenderam a deixar ao largo a consideração do processo de constituição da ideologia com que se revestem as medidas recentes, viabilizadas e solicitadas pela consolidação do padrão de urbanização do país numa etapa de crescente concentração e centralização do capital. Sobre isso, os velhos documentos – as palavras – têm tanto a dizer quanto o próprio movimento do real, das coisas.

Documentos produzidos na esfera dos órgãos governamentais antes do governo Castelo Branco referentes a problemas urbanos demonstram como vinham sendo progressivamente definidos os pressupostos de uma política urbana consentânea com o padrão hoje estabelecido de integração do espaço nacional e de concentração urbano-industrial. Não se quer dizer com isso que a corrente ideologia de manejo do crescimento urbano e, em particular, do espaço urbano derive de um processo linear de evolução de imagens e propostas anteriores. Porém, como uma elaboração da prática governamental, na qual se “resolvem”

1 Este texto é parte da revista *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 7-14, jan./mar. 1978.

em última análise os conflitos de interesses entre diferentes parcelas do capital e entre setores da população, essa ideologia deve naturalmente refletir as articulações de interesses hoje explicitamente resguardados, mas que já se colocavam anteriormente.

Assim, por exemplo, em que pesem as colocações ideologizadas da questão da habitação popular nas décadas de 1930 e 1940, postas em termos de ameaças à saúde pública e, portanto, como uma questão de “higiene”, como o demonstra, no caso de Salvador, o Decreto-Lei Municipal nº 347, de 6 de outubro de 1944, que estabelece normas para a “extinção” de mocambos, cortiços e casebres, datam já da década de 1930 cerca de 70 projetos de loteamentos lançados em mercado, número que se repete na década de 1940.² Assim, a citada lei municipal nada mais representou do que uma síntese do confronto entre necessidades de habitação da força de trabalho que começava a acumular-se na cidade e interesses de especulação. Por outro lado, nela também se expressa a variedade de conflitos menores entre diferentes camadas de não proprietários ou proprietários não capitalizados, variavelmente atingidos pela redefinição de uso do solo no centro urbano e pela progressiva alteração das condições de sobrevivência de atividades urbanas tradicionais, com a penetração, na região, da produção industrial do Centro-Sul. O caso não é isolado, se se levam em conta propostas como a da Liga de Combate aos Mocambos em Recife, que inclusive antecede o decreto referido.

Salvador tem uma situação privilegiada como base para a análise do processo de elaboração da ideologia e da prática governamentais quanto à questão urbana. Centro de uma região que só muito lentamente se liberou da dominância de uma economia de base agroexportadora, a cidade transformou-se aos poucos, durante a primeira metade do século XX, mantendo sua área infraestruturada quase inalterada até a década de 1950 e um regime fundiário de base enfitêutica até quase o fim da década de 1960. Enquanto a ocupação de fins habitacionais espalhou-se descontinuamente, deixando grandes vazios internos e avançando a periferia dessa ocupação a distâncias entre cinco e oito quilômetros lineares da

2 Levantamentos da Prefeitura de Salvador, em subsídio à elaboração do *Plano de Desenvolvimento Urbano* (Plandurb), administração Jorge Hage (1975-1976).

estreita faixa densamente ocupada ao longo da orla da Baía de Todos os Santos, a rede viária e vários serviços de consumo coletivo mantiveram-se restritos, ainda pelo meado da última década, ao centro e suas imediações.

A partir do fim da década de 1950, entretanto, a região de Salvador passou, com a instalação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a produção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), a abrigar um dos polos avançados da expansão industrial do país, particularmente em sua frente de base mais monopolística, como é a produção de bens intermediários. Contudo, a região de Salvador, em si, só viria a sofrer de modo mais direto e intenso esse processo a partir da extensão dos incentivos administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pelo próprio Governo do Estado ao capital estrangeiro, depois de 1964. Assim, a cidade pode, ainda há pouco tempo, conviver com um regime fundiário predominantemente enfitêutico, com o domínio direto da maior parte da área municipal pela Prefeitura e com a alegada “fraqueza” dos poderes públicos em prover a área urbana das reclamadas obras de infraestrutura e de desimpedi-la dos obstáculos à homogeneização do espaço urbano, condições fundamentais à fluidificação desse espaço e, portanto, à plena liberdade dos empreendimentos de fins lucrativos.

Na segunda metade da década de 1960, tais obstáculos são afinal removidos, culminando com a alienação da propriedade das terras municipais – Lei Municipal nº 2.181/1968 – e com maciças inversões em infraestrutura, ao lado de reformas do *Código de Urbanismo* capazes de permitir a remoção ou estancamento de ocupações de fins residenciais fora do alcance do “capital” imobiliário.

O que se pensou, em momentos anteriores, sobre o destino da cidade difere em vários aspectos da imagem proposta pela prática político-administrativa e econômica de hoje. Contudo, em muitos pontos, o invólucro ideológico dessa prática e os efeitos concretos dela já estão presentes a partir das origens do processo de redefinição da economia regional. Assim, a primeira discussão das questões urbanas em termos amplos, a propósito de Salvador, com forte ênfase no manejo do espaço, data da década de 1930, particularmente da Semana de Urbanismo, em fevereiro de 1935. Seguiram-se, a partir daí, várias gestões que levariam, afinal, a um contrato, em 1943, da Prefeitura com o engenheiro Mário Leal Ferreira,

baiano radicado no Rio, para a elaboração do *Plano de Urbanismo da Cidade*.³ No decorrer da década de 1950, já desativado o trabalho do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs), embora sob a vigência do *Código de Urbanismo* proposto por ele – a primeira lei de zoneamento da capital –, a Prefeitura manteve uma política de reiteração dos princípios do código, reforçando-o com medidas normativas de preservação de suas propriedades, com o estabelecimento de gabaritos para as novas edificações na área urbanizada e com o detalhamento de normas para os loteamentos.

Nesse período, entretanto, verifica-se o grande transbordamento da área urbana consolidada através de loteamentos, inclusive clandestinos, e de ocupações espontâneas, no rastro das quais se estenderam precárias vias de tráfego, linhas de energia e de transporte, à revelia do plano viário legalmente estabelecido. No fim da década, a “crise de habitação” viria a polarizar a discussão dos problemas urbanos e estreitar o compasso das cogitações locais com preocupações em nível nacional, corporificadas nas propostas da Fundação da Casa Popular e, mais tarde, na criação da Subcomissão de Habitação e Favelas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em várias iniciativas dos institutos de previdência e nas atividades da carteira hipotecária da Caixa Econômica Federal.

Pelo meado da década, criava-se a Comissão de Planejamento Econômico (CPE) do governo, que, de certo modo, colocaria, no âmbito do poder estadual e em escala regional, as preocupações do Epucs com a ordenação do espaço, a modernização da economia e do aparelho do Estado. A partir daí, as propostas produzidas até 1964 retomam, quanto a Salvador, o essencial das recomendações do último, embora talvez com maior ênfase na questão da produção da habitação popular – sob a liderança do Estado, porém já em bases explicitamente empresariais.

As propostas da CPE ligaram-se, assim, às do Epucs, de forma que os dois empreendimentos, afastados entre si exatamente por uma década, constituíram os extremos de um período de intensa discussão de problemas e de política urbana e regional, em que um e outro se esclareceram como momentos de um

3 Uma síntese dos antecedentes e propostas do Epucs, então criado, foi publicada pela Prefeitura Municipal da Cidade do Salvador. Cf. SALVADOR. Prefeitura. Órgão Central de Planejamento. *Epucs: uma experiência de planejamento urbano*. Salvador: [s. n.], 1976. (Plandurb – Série Estudos Informativos, n. 1).

mesmo processo, cuja qualidade mudaria adiante com a opção por determinadas alternativas, não mais colocadas ambigualmente.

Com efeito, em 1963, a CPE procurava iniciar os contatos para a obtenção de ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para sua proposta de criação de uma companhia de produção e financiamento da habitação, urbanização e criação de infraestrutura industrial. O BID, por sua vez, distribuía, então, em caráter restrito, dentro dos círculos oficiais, *memorandum* sobre seus novos critérios de avaliação de projetos nos campos de habitação, educação, agricultura e saneamento.⁴

Com respeito à habitação, o documento recomendava o apoio às associações de poupança e empréstimo; firmava prioridade, quase exclusiva, para ajudar programas da casa própria, e não de aluguel; mantinha sua anterior insistência em sistemas de esforço próprio e ajuda mútua no caso de grupos de menor renda; desestimulava os subsídios diretos, enfatizando a necessidade de pagamento pelo adquirente, ainda que a juros baixos, de todos os custos; sugeria a correção monetária da dívida e dos saldos de poupança e a criação de equipamentos comunitários ao acesso dos moradores dos conjuntos produzidos. Para o financiamento de tais programas, sempre com recursos internos, citavam-se, entre outros, os “fundos públicos, as poupanças obrigatórias por meio de seguro social ou outro sistema, a inversão de capital particular a longo prazo e outros programas”.⁵ O documento enfatizava, ainda, outro elemento de menor repercussão na prática subsequente: a criação da taxa de contribuição de melhoria, referida como “imposto sobre a mais-valia produzida pela execução de programas de habitação”⁶ como mecanismo de desestímulo à retenção de áreas.

A antecipação, por órgãos do governo ou, mais precisamente, por intelectuais e técnicos, de imagens e medidas que encontrariam repercussão futura na prática e na ideologia de desenvolvimento das formas sociais ocorre com frequência na Bahia, na fase de transição dos anos 1930 e 1950.

4 Cf. Banco Interamericano de Desenvolvimento, DE-BID/64/8. Documento em espanhol datado de 27 de janeiro de 1964, datilografado, para uso oficial apenas. Arquivos da CPE.

5 Extraído da enumeração de critérios do Doc. DE-BID/64/8.

6 Ibid. Expressão em espanhol: “Impuesto sobre la plusvalia de terrenos”.

Nessa linha, são notórios três empreendimentos: o esforço liderado, na década de 1930, por Ignácio Tosta Filho, de instalação de mecanismos de apoio ao desenvolvimento da produção de cacau; os estudos e propostas do Epucs, sob a orientação de Mário Leal Ferreira, na década de 1940, extensamente focalizados em textos reunidos nestes dois números da *Revista Planejamento* (v. VI, n. 1 e 2); e a proposta da CPE de um sistema de instrumentos e medidas de desenvolvimento regional, sob a direção de Rômulo Almeida, na década de 1950.

Esses episódios revestiram-se de algumas características semelhantes, entre as quais, para os propósitos desta apresentação, vale ressaltar o caráter “surpreendente” das soluções propostas, sua fundamentação e legitimação através de amplos estudos sistemáticos da realidade enfocada e sua, por assim dizer, arbitrariedade face às condições dos jogos políticos de cada momento. Tudo isso e outros aspectos que não vem ao caso mencionar aqui deram a essas iniciativas uma marca carismática, ao tempo em que levantaram contra elas um indisfarçável ressentimento dos “grupos dirigentes” locais, isto é, dos grupos dominantes diretamente influentes sobre o aparelho de Estado.

Como empreendimentos, pelo menos à primeira vista, antipolíticos, realizados a partir de créditos de confiança aos seus responsáveis, todos eles sofreram as oscilações do indispensável apoio pessoal das autoridades estabelecidas e encerraram seu ciclo de vitalidade, deixando entre seus participantes um profundo sentimento de frustração pela sua desativação. Entretanto, todos encontraram, mais cedo ou mais tarde, considerável continuidade em políticas subsequentes. Aos esforços do período áureo do Instituto de Cacau responderam, na década de 1950, as medidas da hoje consagrada Comissão de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Ceplac); parte das propostas de modernização da estrutura urbana de Salvador apresentadas pelo Epucs viu-se viabilizada nos últimos dez anos; e a CPE, sem dúvida, tem a seu crédito não só a implantação de alguns órgãos hoje vigentes, como a sustentação de várias bandeiras solidárias com o atual padrão de desenvolvimento regional.

O essencial é que, em todos os casos, não foram de modo algum ociosos os “sonhos” que essas iniciativas espelharam, ainda que sob formas necessariamente contraditórias.

Os documentos reunidos nesses números da *Revista Planejamento* constituem uma sucessão de imagens, medidas e tentativas de intervenção governamental no processo de uso do solo e de produção da habitação que encaminham progressivamente o manejo do espaço urbano e da função residencial para a forma hoje assumida. Nessa perspectiva, as providências tomadas em nível local, nos últimos dez anos, constituem não mais do que a liberação da cidade para uma economia urbana plenamente capitalista.⁷ Tendo, entretanto, suas origens na superação da velha ordem agroexportadora a partir dos anos 1930, com a concentração da força de trabalho em torno dos grandes centros urbanos e a crescente expansão das funções do Estado, a elaboração ideológica das mudanças que afetaram a região, com repercussões urbanas, produzia, já naquela década e sobretudo nos anos 1940, as primeiras projeções do futuro da cidade.

No curso desse processo, a alegada “fraqueza” do poder público sucedeu um efetivo esvaziamento do poder local. A história real desse período marca a redução progressiva do poder municipal sobre o destino da cidade, a esterilização do poder comunal, o fim da cidadania política frente às determinações do poder central da União e os enfrentamentos dos interesses econômicos não mais sequer de âmbito regional.

Significativamente, o período aqui focalizado abre-se com um ato de fé nos direitos do cidadão e no poder demiúrgico do Governo Municipal. Como afirma a Declaração de Princípios do anteprojeto de *Código de Urbanismo* da Cidade, que se faria lei em 1948:

ao Governo Municipal compete, precipuamente, presidir a vida e os destinos da cidade, adaptando-a às necessidades sempre mutáveis de sua população. A morfologia da região, sua hidrografia e flora e, de modo geral, as condições do meio físico em que a cidade nasceu, vive e cresce, representam um bem comum que importa preservar em benefício dos que nela vivem e trabalham.⁸

7 Sobre algumas das medidas tomadas nessa linha, ver: COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). *A grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978. Coordenação geral de Cidelmo Teixeira. Ver também estudos em execução por Elizabeth Andrade para a CPE.

8 DECLARAÇÃO de Princípios do Anteprojeto de um Código de Urbanismo para a Cidade do Salvador, artigos 1 e 2. In: GUIMARÃES, A. *A Carta de Atenas*. Salvador: Diretório Acadêmico da E. de Belas Artes, Universidade da Bahia, 1955. p. 41, anexo 1.

Significativamente, também, esse mesmo período se fecha com uma declaração de impotência expressa nos termos da única mensagem anual, ao Legislativo, do último prefeito eleito da capital em 29 de março de 1964:

A vida administrativa do país, tal como a estruturou a Carta Constitucional de 46, ao transferir à órbita municipal o atendimento das necessidades imediatas do homem, conferiu-lhe um acervo de obrigações que não guarda paralelismo com a distribuição de rendas que naquele mesmo texto lhe foram atribuídas [...].

Gozando de uma autonomia mais formal e teórica do que prática, esvai-se o município nessa luta desigual para cumprir as suas finalidades. Assim, encontra-se estrictado entre as garras das tenazes representadas, de um lado, pela inflação erosiva da sua capacidade realizadora e, do outro, pela intervenção branca das administrações dos estados que lhe usurpam atribuições de peculiar interesse, por um vezo que está transformando a democracia brasileira mais num Estado de fato que num Estado de direito.

De um lado, é o Governo Federal retirando do campo da fiscalização municipal contratos pelo município firmados e pagos com recursos da sua própria economia – como é o caso das concessionárias de energia elétrica – do outro, é a administração do estado a invadir áreas de competência privativa do município como, por exemplo, os setores de abastecimento de água, da administração do tráfego urbano, interferindo até mesmo em problemas de transportes coletivos.⁹

Enquanto “esvaía-se” a cidade “nessa luta desigual”, a ideologia correu livre por todos os seus graus de liberdade, e os “homens públicos” desenharam, em traçados olímpicos, a contraditória miragem de um futuro de que não dispunham.

9 MENSAGEM apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Virgildásio Senna, prefeito do município de Salvador, à Câmara Municipal de Vereadores em 29 de março de 1964. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1964. p. 3-4.

REFERÊNCIAS

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). *A grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978.

DECLARAÇÃO de Princípios do Anteprojeto de um Código de Urbanismo para a Cidade do Salvador, artigos 1 e 2. In: GUIMARÃES, A. *A Carta de Atenas*. Salvador: Diretório Acadêmico da E. de Belas Artes, Universidade da Bahia, 1955.

MENSAGEM apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Virgildásio Senna, prefeito do município de Salvador, à Câmara Municipal de Vereadores em 29 de março de 1964. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1964. p. 3-4.

SALVADOR. Prefeitura. Órgão Central de Planejamento. *Epucs: uma experiência de planejamento urbano*. Salvador: [s. n.], 1976. (Plandurb - Série Estudos Informativos, n. 1).

MEIO SÉCULO DE PROPOSTAS SOBRE O PLANEJAMENTO REGIONAL DA GRANDE SALVADOR¹

INTRODUÇÃO

As tentativas de planejamento regional têm na Bahia um marco singular na criação do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder), em 1967,² tendo como órgão de estudo, planejamento e execução um setor técnico sob a mesma sigla. Parte de um movimento em favor da reestruturação dos órgãos públicos e de intervenção do Estado na vida econômica, o Conder teve três principais precedentes: o trabalho liderado por Joaquim Ignácio Tosta Filho, na década de 1930, pela valorização da região cacauzeira no sul do estado, as propostas do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs) (1943-1947), orientadas pelo engenheiro sanitarista Mário Leal Ferreira, e a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) da Bahia (1955), conduzida por Rômulo Almeida. Além disso, vale mencionar o Programa de Pesquisas Sociais (1950-1953) idealizado

1 Publicado em: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DA BAHIA. *Planejamento na Bahia*. Salvador: SEI, 2001. CD-Rom.

2 O Conder foi extinto em 1972, porém sua sigla mantém-se até o presente. Usamos, por isso, as expressões abreviadas Conder-Recôncavo para designar o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo e seus órgãos técnicos (1967-1972), e Conder-RMS para a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (1973-2000), hoje convertida em Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, embora, mais uma vez, mantendo a mesma sigla Conder, aqui designada como Conder-Desurb.

por Anísio Teixeira, visando fundamentar sua proposta de política educacional, e a Conferência do Petróleo, que, em 1959, reuniu as principais lideranças da Bahia, tudo isso culminando na gigantesca concepção do Programa de Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Baiano (de 1967 até início da década de 1970) do Conder-Recôncavo.

As três experiências mencionadas têm em comum circunstâncias de origem e motivações equivalentes, influenciando cada uma os esforços subsequentes. O programa da lavoura cacaueteira emerge no bojo da crise de 1929 e em meio a iniciativas de proteção e desenvolvimento da produção de *commodities*, nos anos 1930, em países produtores de bens primários; o Epucs, frente ao intenso crescimento orgânico e demográfico de Salvador e sob a inspiração da *Carta de Atenas* (1933), derivada do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam); e a CPE, em meio ao impacto da presença da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), na Bahia, e ao impasse do chamado enigma baiano – a queda da posição relativa da Bahia na economia nacional, que, em 1948, já fizera o governador Octávio Mangabeira convocar o mesmo Tosta Filho a decifrar.

Todas elas, significativamente, foram conduzidas por baianos com experiências profissionais prévias fora do estado e passagem por atividades empresariais, aí se incluindo também Anísio Teixeira. “Conspiração dos técnicos”, como dizia Rômulo Almeida, implantaram-se sob um misto de admiração e desconfiança, mesmo quando apoiadas por lideranças políticas da ocasião e confirmadas parcialmente na adoção de algumas de suas sugestões. Nenhuma sobreviveu nos termos previstos, senão como lembranças de idades de ouro sonhadas por grandes homens públicos.

Sistematizamos neste texto o ideário presente, dos anos 1950 à década de 1990, em estudos e propostas governamentais relacionados com o planejamento regional, tomando em particular o caso da região de Salvador. Para isso, registramos alguns dados sobre os principais programas, planos e projetos relativos a investimentos que vieram a ter profunda repercussão sobre a estrutura regional, como o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec). Tendo em vista, entretanto, as intensas transformações ocorridas ao norte de Salvador, com a instalação do Copec, assinalamos um documento de âmbito municipal – *Camaçari 2000* (1999), também pela explícita referência a aspectos mais amplos do planejamento da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

O conjunto de iniciativas e documentos aqui destacados está longe de representar a riqueza de certos momentos do período em foco e reflete, pelo menos, duas circunstâncias: sua maior divulgação, o que conduziu a uma atenção inevitável a eles, e a dificuldade de localização de outros trabalhos, sobretudo devido à frequente desativação ou modificação dos órgãos de planejamento do estado. O rastreamento dessas outras iniciativas e documentos envolveria um trabalho de pesquisa muito além dos objetivos deste texto.

Esta apresentação é feita obedecendo à ordem cronológica de emergência dos principais ciclos de produção de estudos e propostas sobre o conceito e planejamento da região de influência/dependência de Salvador, de modo a permitir o acompanhamento da evolução de conceitos e indicações neles contidos, sem incluir observações sobre sua efetiva adoção.

O RECÔNCAVO COMO REGIÃO DE SALVADOR

Consideramos como universo de referência deste trabalho o Recôncavo da Bahia como região de Salvador e segundo a delimitação com que esta chega ao século XX e assim permanece nas estatísticas e cartografia³ oficiais até o final da década de 1970, sem mencionar grande parte da produção técnica, que, ainda na década de 1980, toma o Recôncavo segundo aqueles limites. Trata-se de uma área com cerca de 11.230 km². Nela, estão, por ordem alfabética, os municípios: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias d'Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Gonçalo

3 BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Atlas do Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 1976; BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia. *Atlas climatológico do Estado da Bahia: o clima como recurso natural básico à organização do espaço geográfico*. Salvador: CEPLAB-SEPLANTEC, 1978.

dos Campos, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo e Vera Cruz.⁴

Essa região soma, total ou parcialmente, os termos de sete núcleos administrativos do período colonial: Abrantes, Salvador, São Francisco do Conde, Santo Amaro da Purificação, Cachoeira – compreendendo o Baixo Paraguaçu num raio de 50 km a partir da barra do rio na Baía de Todos os Santos –, Maragojipe e Jaguaripe – deste excluídas as áreas dos atuais municípios de São Miguel das Matas e de Lajes –, formando uma faixa, em semicírculo, de 50 a 70 km de largura em torno da Baía de Todos os Santos, origem da designação Recôncavo da Bahia ou simplesmente Recôncavo, e não Recôncavo Baiano. Tomando por referência os anos 1950 – período inicial dos trabalhos aqui analisados –, essa região contida, em sua face litorânea, entre a margem direita da foz do Sauípe e a esquerda da foz do Jequiriçá, contava com 23 municípios, inclusive Salvador, que se foram subdividindo ao longo do tempo até as atuais 39 unidades. Esse é o Recôncavo concebido ainda na década de 1980 em documentos e programas, como o *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, da Secretaria de Indústria e Comércio, cujos dois volumes dedicados ao Recôncavo foram publicados em 1978 e 1982, respectivamente,⁵ além de vários outros.⁶

A consideração pela área definida justifica-se pelo fato de que a ela se referem os primeiros documentos sobre planejamento regional na Bahia, bem como a maior parte dos trabalhos produzidos sobre a região, pelo menos até a década de 1980, exceto quando especificamente referidos à Região Metropolitana. Embora os textos sobre planejamento regional tenham se concentrado, a partir dos

4 A parte da área de Mata de São João, que hoje pertence a Itanagra, integrava também essa área, mas não está aqui computada.

5 BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1978. v. 2 – Monumentos e sítios do Recôncavo. v. 2, pt. 1; BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1982. v. 3, pt. 2.

6 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Porto Náutico Turístico da Baía de Todos os Santos: Recôncavo Baiano*. Salvador: CONDER, 1980; BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Termo de referência do Projeto Turístico e Cultural do Recôncavo: pró-recôncavo*. Salvador: SEPLANTEC, 1980; BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Estatística e Informações. *Qualidade ambiental na Bahia: Recôncavo e regiões limítrofes*. Salvador: CEI, 1987.

anos 1970, quase apenas na RMS, a sinalização feita no presente trabalho para os anteriores limites do Recôncavo decorre também do reconhecimento da unidade cultural dessa região, marcada, desde o início da colonização, por grandes diferenças sub-regionais, mas também por intensa complementaridade econômica e inter-relação social, conforme concebida na principal tentativa de compreensão e planejamento de uma região na Bahia, o programa do antigo Conder, expresso no texto *Desenvolvimento integrado do Recôncavo Baiano* e trabalhos nele inspirados.

O pensamento sobre a relação Salvador/Recôncavo⁷

A relação entre Salvador e seu interior imediato, o Recôncavo – no qual historicamente se incluem, como vimos, os municípios da atual RMS e vários outros hoje excluídos de sua definição oficial –, fora uma preocupação dominante no período de transição entre o ciclo do açúcar e a afirmação do ciclo do petróleo, inclusive, já no final, incorporando o pensamento sobre a petroquímica. Primeiro, durante os trabalhos iniciais do plano de urbanismo da Cidade do Salvador, no início da década de 1940, levando, mais tarde, à criação do Epucs. Cidade e região eram tão íntimas e o Recôncavo ainda tão inteiro em sua velha estrutura econômica e social que as preocupações do Epucs em marcar essa relação tiveram muito pouca repercussão, como se insistindo no óbvio. Ironicamente, o que se pensou então como o recôncavo da capital ficou apenas como o registro pontual de um vínculo que exatamente ali começava a deixar de ser reconhecido.

De outro lado, a expectativa de exploração do petróleo nos arredores de Salvador chamaria logo de início a atenção para essa área. Nesse período, os primeiros textos sobre o conjunto da região foram produzidos fora da Bahia. O principal autor foi Aroldo de Azevedo, que inicialmente publicara, em duas oportunidades, artigos sobre a região.⁸ Mais tarde, a partir de uma viagem a campo em 1944, com colegas do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), publicaria uma síntese sobre aspectos físico-ambientais e so-

7 BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 29-58.

8 AZEVEDO, Aroldo de. El Recôncavo de la Bahia. *Revista Geográfica Americana*, Buenos Aires, ano 9, n. 108, p. 103-127, 1942; Idem. Recôncavo da Bahia. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 38, p. 141-162, 1944.

ciais da região,⁹ reproduzida em *Regiões e paisagens do Brasil*.¹⁰ A partir de 1956, na Bahia, Milton Santos lidera os estudos sobre a região, a começar com o texto *O papel metropolitano da Cidade do Salvador*.¹¹

No mesmo clima, entende-se também a preocupação de Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde do Governo do Estado, sob Octávio Mangabeira, em incluir o Recôncavo entre as áreas objeto de um amplo programa de estudos sociais sobre a Bahia, em convênio com a Columbia University, em Nova York (1950-1953). Esse programa teve como diretores Charles Wagley, da Columbia, Thales de Azevedo, da Universidade (Federal) da Bahia e representando a Secretaria de Educação e Saúde do Governo do Estado, e, no início, também Luiz de Aguiar Costa Pinto (1950-1951), do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no Rio de Janeiro. O trabalho do Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University começa com um texto de Thales de Azevedo propondo uma delimitação de áreas culturais da Bahia, entre as quais se destaca o Recôncavo, cujo estudo de caso foi entregue a Harry William Hutchinson, então concluindo o doutorado na Columbia, que realizaria, entre 1950 e 1951, um estudo sobre a vida social na área de São Francisco do Conde, exatamente no centro da produção canavieira. Hutchinson descreve as práticas sociais tradicionais e seu processo de transformação, levando consigo a pompa e a circunstância do velho patronato regional.¹²

9 Idem. Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 1, 1950.

10 AZEVEDO, Aroldo de. *Regiões e paisagens do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. (Brasiliana, v. 274). Desdobrada em dois capítulos: “O Recôncavo da Bahia e suas paisagens”, p. 105-127, e “A Cidade do Salvador”, p. 128-137, na parte do livro intitulada “No Recôncavo da Bahia”.

11 SANTOS, Milton. *O papel metropolitano da Cidade do Salvador*. Salvador: Gráfica Americana, 1956.

12 HUTCHINSON, Harry William. *Village and Plantation Life in Northeastern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1957. Essa tese de doutorado foi mais tarde publicada como *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle, 1957, e constitui uma visão dos processos de mudança que então afetavam a velha estrutura de produção da cana no seu reduto mais tradicional. O trabalho contou, também, com a cooperação de Carmelita Junqueira Ayres Hutchinson, membro de uma das famílias proprietárias tradicionais da área, na pesquisa em campo e na sensibilidade também como filha da terra.

Por sua vez, também a partir de sua experiência como baiano, filho de uma família com fortes vínculos com o Recôncavo, de uma viagem a campo no início do Programa Estado da Bahia-Columbia University e da convivência com a equipe desse programa, Luiz de Aguiar Costa Pinto, então radicado no Rio, reúne materiais para um trabalho sobre a formação e diversidade sub-regional do Recôncavo. Em 1952 e 1953, no Rio, Costa Pinto é convidado pelo demógrafo Giorgio Mortara para um projeto de estudos sobre a Bahia, que acaba não se realizando, e volta ao Recôncavo, ampliando observações e coleta de dados referentes à região. O texto definitivo, publicado no Rio de Janeiro em 1958, pelo Clacso, então dirigido pelo autor – *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana* –, constitui um extraordinário perfil econômico e cultural da região.

Nessa fase, devem ser também incluídos os trabalhos iniciais da CPE, criada pelo Governo do Estado em 1955, com a instituição do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia (Condeb), de que a CPE viria a ser a Secretaria Executiva.¹³ A CPE insiste na necessidade de industrialização da Bahia, na valorização do setor primário e do transporte hidroviário e ferroviário e no reequipamento dos portos de Salvador e São Roque – este, no sul da Baía de Todos os Santos.

O segundo momento de reflexão sobre o Recôncavo ocorre no final dos anos 1950, justamente quando a Petrobras atuava intensamente na região e se iniciava a expansão/integração da rede rodoviária nacional. Ele inaugura um novo pensamento sobre a região de Salvador com ênfase na redefinição da posição da Bahia na economia do país, na forte presença do Estado, inclusive federal, e no deslocamento do eixo da política econômica estadual para a industrialização.

No âmbito da Universidade da Bahia, com que a Petrobras manteve por anos um convênio para a preparação de pessoal em geologia e engenharia do petróleo, surgiu em paralelo, embora independentemente, um conjunto de pequenos estudos sobre o Recôncavo e sua rede urbana, realizados pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, criado em 1958 pelo reitor Edgard Santos e dirigido por Milton Santos. Dessa experiência, emerge deste autor o estudo *A rede urbana do Recôncavo*.¹⁴ Em continuidade, a equipe do laboratório, que teve inclu-

13 Agradecemos pelas contribuições de Fernando Cardoso Pedrão e Paulo Fábio Dantas em suas observações sobre o clima político e as propostas do período de formação da CPE e de vigência do Conder-Recôncavo.

14 SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

sive o apoio financeiro da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, criada por Anísio Teixeira em 1950, desdobraria esses estudos em dissertações de doutorado na França, motivando a visita e trabalhos de vários geógrafos franceses, entre os quais Jean Tricart, Michel Rochefort e Pierre Monbeig. Pouco depois, George Agostinho da Silva, também com o apoio de Edgard Santos, proporia um núcleo de estudos sobre o Recôncavo (1961) no Imperial Instituto de Agronomia de São Bento das Lajes em São Francisco do Conde, como parte de um *campus* avançado da Universidade da Bahia.

Na mesma época, frente às expectativas de renda do petróleo e ao impacto das operações da Petrobras na decadente área da cana, o jornal *A Tarde* promoveria, de 21 a 23 de janeiro de 1959, a Conferência do Petróleo. Um conjunto de estudos foi previamente preparado e seus resultados apresentados como as *Pretensões da Bahia em relação ao petróleo*, dando origem à *Carta do petróleo*, aprovada no final do encontro e amplamente divulgada.

Também nessa fase, sob a hegemonia da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1956, e após o início da Aliança para o Progresso (1961), a CPE discute intensamente a criação de distritos industriais fora da Cidade do Salvador, sem abandonar, entretanto, a ênfase na importância de um complexo agroindustrial e portuário na região.

A terceira vez em que se trabalhou a relação entre Salvador e Recôncavo foi pelo final da década de 1960, levando à criação do breve Conder. A proposta origina-se de um documento produzido por iniciativa do Governo do Estado, com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), obtido pelo governador Luiz Viana Filho, o que viabilizou a reunião de sete especialistas ligados respectivamente ao Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), à Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), à Sudene, ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao próprio BID, além de personalidades e técnicos locais, visando “à identificação de problemas e soluções referentes a Salvador e sua zona de influência”. A volumosa produção de estudos do Conder-Recôncavo e sua influência sobre os primeiros trabalhos da Conder-RMS praticamente fecham, pelos anos 1970, o ciclo de reflexão governamental sobre o Recôncavo visto como universo regional da cidade de Salvador.

Somente em 1997 o seminário Recôncavo da Bahia: Cenários & Perspectivas, organizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graças a um projeto

premiado pelo Banco do Estado da Bahia (Baneb), em 1996, patrocinado pela Secretaria do Planejamento e Tecnologia (Seplantec), através do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT) – hoje, Superintendência – e com o apoio de vários outros órgãos governamentais e da Fundação Clemente Mariani, voltaria a discutir publicamente o Recôncavo.

TRÊS MARCOS INICIAIS

Vale assinalar aqui três eventos que modificaram intensamente a autoimagem e as pretensões da Bahia no meado do século XX: a criação e breve existência ativa da CPE, com um vigoroso diagnóstico sobre o marasmo da economia da Bahia, mas também geradora de um sentimento de ameaça à cultura e à hierarquia políticas do estado; a Conferência do Petróleo, um desabafo de políticos e do patronato regional em seu desejo de participar da prosperidade da Petrobras; e a opção pela área de Aratu (1964) para abrigar o porto de minérios a suplementar o porto de Salvador e as novas indústrias propostas pela CPE e atraídas por meio de incentivos federais geridos pela Sudene.

A Conferência do Petróleo expõe a profunda crise da economia canavieira, abre caminho a uma nova atitude frente ao Governo Federal e populariza a demanda pela instalação da indústria petroquímica. A CPE refaz a compreensão da economia baiana, elabora uma nova retórica sobre a inserção da Bahia na economia nacional e introduz em definitivo a industrialização na agenda regional. Finalmente, a escolha de Aratu encerra a discussão que marcara os primeiros anos da CPE, sobre o desenvolvimento de um complexo portuário do Recôncavo¹⁵ e o fortalecimento do sistema ferroviário, e representa o golpe final à opção de localização do novo distrito industrial na Península de Saubara, no fundo da Baía de Todos os Santos, conforme cogitara a própria CPE no meado da década de 1950.

15 O engenheiro Vasco de Azevedo Neto aponta vários pontos com condições favoráveis, na Baía de Todos os Santos, à implantação de um porto de expressão nacional e inclusive sul-americana, ligado a um sistema ferroviário transcontinental, destacando a Ponta do Dourado, no sul da baía. Ver: AZEVEDO NETO, Vasco. *Portos e ferrovias: projeção para o III milênio*. 1997. Trabalho apresentado ao Seminário Recôncavo da Bahia, 1997.

CPE, Comissão de Planejamento Econômico (1955-1961)¹⁶

A CPE, proposta por Rômulo Almeida e institucionalizada, em 1955, pelo governador Antônio Balbino de Carvalho, emerge de três principais circunstâncias: a memória dos efeitos da seca de 1952 sobre a economia da Bahia e a perplexidade frente à invasão de bancos de fora na praça de Salvador, atraídos pela presença da Petrobras e a criação da Chesf; uma alta significativa do cacau em 1954, em meio à tendência geral de queda dos preços de produtos primários, criando a perspectiva de oportunidades de poupança interna, somada às expectativas de rendas geradas pela Petrobras; e a ansiedade e o ressentimento quanto ao Governo Federal no tratamento dado à Bahia. Tudo isso em meio ao clima pró-planejamento democrático do pós-guerra, com a presença da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1950, e ao ideário desenvolvimentista herdado de Vargas e adiante desenvolvido na campanha de Juscelino Kubitschek (1955) pela presidência da república (1956-1959).

Rômulo, ex-assessor de Vargas, vindo para a Bahia depois do suicídio do presidente em agosto de 1954, e Antônio Balbino, seu ex-ministro, unem-se na campanha vitoriosa de Balbino para governador, numa aliança União Democrática Nacional (UDN) – menos a dissidência dos autonomistas –, Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e uma dissidência pró-Balbino do Partido Social Democrata (PSD), que resulta também na eleição de Rômulo para deputado federal.

Pouco antes, em função de uma aproximação, em 1952 e 1953, entre Clemente Mariani, Edgard Santos e Rômulo, Edgard Santos abriga, entre dezembro de 1954 e abril de 1955, na recém-construída Escola de Enfermagem, uma equipe chefiada pelo último, empenhada em enfrentar o “enigma baiano” – designação do governador Octávio Mangabeira para o paradoxo do atraso da Bahia, na época em meio à prosperidade da economia cacauceira, às esperanças do petróleo e às promessas da eletrificação.

16 Ver: ALMEIDA, Gabriel Barreto de. *Planejamento na Bahia*. 1965. Trabalho apresentado ao Seminário de Planejamento Estadual. BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). Salvador, jul. 1965; GUIMARÃES, Ary. *Um sistema para o desenvolvimento: governo baiano e industrialização*. Salvador: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1966.

A origem de Rômulo no governo Vargas, sua participação no PTB, a convocação de estudantes e recém-formados locais e de jovens economistas de fora – todos, em geral, de esquerda – para participarem dos trabalhos em curso e, sobretudo, as propostas de reforma da máquina governamental deram o pretexto ao jornal *A Tarde* para rotular o relatório resultante de “pastas cor-de-rosa”. Mas o ineditismo de um documento com um diagnóstico consistente e propostas articuladas, ao lado da vitória da aliança PSD/UDN/PTB, permitiu a imediata criação do Condeb em maio de 1955 e subsidiou o governador com um discurso raramente tão lúcido entre seus pares.¹⁷

Nomeado secretário da Fazenda e, como tal, presidente da CPE, Rômulo Almeida teve a maior liberdade na montagem da Comissão, com um plenário composto de representantes dos vários setores econômicos, entidades de classe, Chesf, Petrobras, Ministério da Guerra e uma missão técnica do Governo Federal, reunindo-se, muitas vezes, inclusive com a presença do governador, o que tornou supérfluo o Condeb.

Centro das discussões da política econômica do governo até o final de 1957, quando Rômulo afasta-se de Balbino, na época já articulando sua sucessão, a CPE insiste no diagnóstico das pastas cor-de-rosa e inicia a implantação de seu Programa de Recuperação Econômica da Bahia.¹⁸ Propõe a revitalização do antigo Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB),¹⁹ que foi articulado ao sistema a partir de um convênio com a Universidade da Bahia, a conversão do Instituto Central de Fomento Econômico em Banco de Fomento Econômico da Bahia (Banfeb), efetivada em 1960, e planeja e implanta o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial (Fundagro), em 1956, sistema que permitiu a criação de uma série de empresas nas áreas de produção agroindustrial, armazenagem e apoio à agricultura. A CPE também transformou ou criou empresas ligadas ao abastecimento de água, energia²⁰ e telefonia, defendeu, sobretudo, a formação de um polo metalúrgico na Bahia, cujo

17 CARVALHO, Antônio Balbino de. *Participação da Bahia na vida nacional*. Salvador, 1956. Ofício dirigido ao presidente Juscelino Kubitschek.

18 Elaborado pela CEP, criada em 1955.

19 Trabalhos como o *Atlas econômico da Bahia*, um levantamento sobre a zona cacaueteira e outros, em particular a estimativa do Produto Interno Bruto da Bahia, 1939-1958, de Fernando Cardoso Pedrão, foram realizados na época pelo IEFB.

20 BAHIA. Secretaria da Viação e Obras Públicas. Departamento de Energia. Companhia Brasileira de Engenharia. *Plano de Eletrificação do Estado da Bahia: Região Recôncavo*. Salvador, 1957. v. 1.

planejamento, a partir de 1955, resultaria na criação da Usina Siderúrgica da Bahia S.A. (Usiba), da Eletrossiderúrgica Brasileira S.A. (Sibra), e incentivou a instalação da petroquímica, cujos primeiros estudos foram realizados mais tarde sob a liderança de Rômulo Almeida.

Rômulo reintegra-se ao sistema com a eleição de Juracy Magalhães, com quem ele candidata-se, sem êxito, a vice-governador e para cuja campanha contribui com a crítica ao rumo continuísta assumido, no final, pelo governo Balbino. Na nova administração, é nomeado secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste e reassume a presidência da CPE, então convertida em fundação. Nessa época, a CPE produz o *Plano de Desenvolvimento da Bahia* (Plandeb),²¹ que praticamente reitera e detalha o Programa de Recuperação Econômica. A cooperação com o novo governo, entretanto, não resiste à crescente influência da UDN e à resistência da burocracia e dos cartórios políticos à modernização da máquina governamental. Em 1961, Rômulo desliga-se do governo, numa crise que liquidaria o carisma alcançado pela CPE.

Quanto à região de Salvador, a CPE mantém inicialmente a proposta do Epucs de localização de indústrias em Itapagipe, menciona o interesse em criarem-se outros núcleos industriais “na área de Salvador” – cujos limites incluíam ainda Candeias, Água Comprida, hoje Simões Filho, e Santo Amaro do Ipitanga, hoje Lauro de Freitas –, dá especial atenção à agricultura, à agroindústria e à pesca, propõe a produção de insumos agrícolas, atividades a serem em grande parte estimuladas ou instaladas no Recôncavo, o reequipamento da Companhia de Navegação Baiana e o desenvolvimento da indústria naval. Discute também a criação de um centro de abastecimento em Cabrito, subúrbio ferroviário ao norte de Salvador, à margem da Baía de Todos os Santos, para articular a produção alimentar do Recôncavo e outras áreas. Entretanto, no período de elaboração do Plandeb, abre intensa discussão sobre a localização do que viria a ser o CIA, já apontando para a preferência por Aratu em detrimento de Saubara, outra alternativa discutida, e incorpora-se à opção pela concentração das novas atividades ao norte/noroeste de Salvador.

21 Plano de Desenvolvimento da Bahia, 1960-1963 (Plandeb). Contribuição ao Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene. Salvador, 1960.

Os conflitos vividos por Rômulo Almeida nos dois governos a que se aliou levaram à reorganização e fortalecimento da estrutura política tradicional que o movimento de março de 1964 viria a favorecer, embora propiciando uma modernização técnica da máquina governamental assessorada pelo Instituto de Serviço Público (ISP), da UFBA.

A Conferência do Petróleo (1959)²²

O encontro promovido pelo jornal *A Tarde* entre 21 e 23 de janeiro de 1959, sob o título de Conferência do Petróleo, expressa e amplia as preocupações com o Recôncavo frente ao impacto das atividades da Petrobras. Nele, registram-se as reivindicações das lideranças políticas do Estado, as ambiguidades do patronato rural em relação às operações da empresa em suas terras e o apelo de vários intelectuais e alguns empresários por um esforço de planejamento regional com vistas nas receitas públicas derivadas da exploração do petróleo.

A conferência representou uma significativa marca na vida política do Estado e no início do novo quadriênio governamental sob Juracy Magalhães (1959-1963), apenas comparável, em estridência, às polêmicas propostas do grupo precursor da CPE, entre o final de 1954 e o início de 1955. Com uma diferença: o tipo de repercussão da Conferência do Petróleo divergiu totalmente do mal-estar criado pelas pastas cor-de-rosa, devido ao seu caráter reivindicatório frente a um investimento que rendia resultados nada desprezíveis, da parte do governo e do patronato de uma região sob forte declínio econômico e ávido por indenizações, de uma fração pioneira do empresariado em favor da modernização econômica e política da Bahia e no início de um governo eleito em oposição àquele que apoiara, quatro anos antes, a cor rosa da equipe e das propostas de modernização política da Bahia. Segundo o jornal *A Tarde*, que agira “[...] acolhendo o movimento de reivindicações esboçado no seio de respeitáveis entidades, como ainda entre particulares, [a convocação da conferência] veio atender à antiga e generalizada

22 Ver: jornal *A Tarde*, Salvador, edições de 7, 17, 20 (inclusive suplemento especial) e de 24 de janeiro de 1959.

insatisfação sobre o tratamento dado ao estado [da Bahia] na distribuição dos benefícios do ouro negro”.²³

Coordenados pelo engenheiro químico e professor Arquimedes Pereira Guimarães, vinculado à Escola Politécnica da Universidade da Bahia, relator geral da conferência, os trabalhos preparatórios ocorreram a partir de novembro de 1958, através de encontros realizados na sede do jornal *A Tarde*, sob a direção do seu redator-chefe, Jorge Calmon.²⁴

Entre as moções aprovadas, destaca-se a das entidades ligadas ao patronato rural, assinada pelos dirigentes da Federação de Associações Rurais do Estado da Bahia, da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia, da Cooperativa Mista dos Fornecedoros de Cana da Bahia e da Associação Rural dos Lavradores de Cana da Bahia, expressando os interesses dos superficiários, proprietários de terra em áreas sob exploração do subsolo, e que insistia em

... Ser criada uma comissão especial composta de cinco membros – um deputado federal, representantes respectivamente da Petrobras, do vespertino *A Tarde*, da Comissão de Planejamento

23 *A Tarde* assinala a cooperação da Associação Comercial, do Centro das Indústrias, da Federação das Associações Rurais, do Instituto de Pecuária, da Federação do Comércio, do Instituto de Economia e Finanças, da Federação das Indústrias, do Instituto dos Advogados e da CPE, ligada ao Governo do Estado, na realização do encontro “para o exame dos justos interesses da Bahia”. Segundo o jornal, tendo sido a Associação Comercial da Bahia o órgão que primeiro desfraldou a bandeira das reivindicações, foi escolhida a sua sede para local das reuniões, cuja abertura foi presidida pelo governador eleito Juracy Magalhães, integrando também a mesa Ranulfo de Oliveira, diretor de *A Tarde*; Arquimedes Pereira Guimarães, coordenador e relator geral da conferência; os senadores Othon Nader (do Paraná) e Ruy Palmeira (de Alagoas); Artur Fraga, presidente da Associação Comercial da Bahia, deputado Natan Coutinho (Bahia); Oscar Cordeiro, primeira pessoa a insistir na presença de petróleo no Recôncavo; Pedro Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias, coronel Luciano Souza Leão, Conselho Nacional do Petróleo; e Arx Antunes, representante da Petrobras. Cf. *A Tarde*, p. 1, 20 jan. 1959, Suplemento especial.

24 Desses trabalhos, resultaram os seguintes textos: *A Bahia e o petróleo de seu subsolo*, de Nelson de Souza Sampaio; *Política econômica interna do petróleo*, de Geraldo Dannemann; *Desapropriação das terras da zona petrolífera*, de Orlando Gomes; *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*, de Thales de Azevedo; *Incorporação das jazidas de petróleo e gases naturais ao capital da Petrobras*, de Lafayette Pondé; *Os efeitos econômicos da exploração do petróleo sobre a economia baiana*, de Manoel Pinto de Aguiar, Fernando Pedrão, Augusto Silvano e Hélio Sento Sé; e *A indústria petroquímica no Recôncavo Baiano*, de Carlos Espinheira de Sá. Por sua vez, a CPE, agora reconhecida pela nova aliança política em ascensão, apresentou, na qualidade de entidade observadora, o texto *Os interesses da Bahia: projeto de relatório*, participando ativamente do encontro.

Econômico e das associações rurais – com o fim de receber sugestões, estudar os diversos aspectos do assunto e recomendar ao Congresso Nacional a melhor solução para o problema, dentro do melhor espírito de colaboração ao desenvolvimento dos trabalhos petrolíferos.

A outra moção divulgada propunha a criação de um grupo de trabalho para estudar todas as possibilidades de instalar indústrias petroquímicas no estado como resultado do funcionamento da Refinaria Landulpho Alves, que, a partir de setembro daquele corrente ano [1959], iria processar 45 mil barris diários.²⁵

Num dos trabalhos preparatórios para a conferência, discutindo a convivência entre a agricultura e as novas atividades, entre modernização e bem-estar social, no seu texto *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*,²⁶ Thales de Azevedo expõe o impacto econômico e social da presença da empresa na região e conclui com várias propostas de política social, inclusive de uma reforma agrária nas terras em que as atividades da Petrobras fossem sendo suspensas. Mas, dos 23 itens – 2 declarações de princípio e 21 recomendações – contidos na *Carta do petróleo* (ANEXO A), logo de início, dois cobram o apoio e garantias de indenização aos superficiários, dois insistem na participação do Governo do Estado em processos decisórios quanto à política sobre o petróleo e nove ocupam-se de questões relativas à transferência de renda a estado e municípios. Somente a penúltima recomendação propõe “a elaboração de um plano de recuperação econômica e de recolonização por meio de pequenas propriedades, das áreas ocupadas pela Petrobras”. Outras duas reivindicações são o emprego exclusivo do gás natural para a indústria petroquímica e outra insiste na instalação, pela Petrobras, de subsidiárias para a exploração dessa indústria. Seis mencionam outros pontos que poderão ser considerados de interesse para o desenvolvimento regional, sem dúvida uma vitória que se mostraria em grande parte apenas retórica da elite técnica e do restrito empresariado avançado:

- a. aplicação de *royalties* em projetos de desenvolvimento do estado e municípios;

25 *A Tarde*, Salvador, 24 jan. 1959, p. 1.

26 AZEVEDO, Thales de. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

- b. a indução de empresas privadas a se instalarem na Bahia;
- c. prosseguimento das obras de ampliação da Refinaria Landulpho Alves;
- d. redução dos preços de derivados na Bahia;
- e. participação do estado e municípios em programas de obras, serviços e “outras economias externas [...] de forma a elevar a produtividade na área que pretende industrializar”;
- f. continuidade de subsídios, pela Petrobras, à formação de mão de obra qualificada.²⁷

O Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu (1965)²⁸

A ideia de construção de um novo porto na Baía de Todos os Santos – um cais de minérios – e a localização de um distrito industrial, uma cidade industrial, não mais no município da capital, como pensado pelo Epucs, e mesmo nos anos iniciais da CPE (1955-1957), deslançariam pelo final dos anos 1950 as primeiras revisões da relação entre Salvador e Recôncavo.

Até então, as opiniões sobre a localização do que viria a ser o CIA dividiam-se entre a península de Saubara e as áreas próximas do canal de acesso à Baía de Aratu. Logo em seguida, o Plandeb (1960-1963) reservaria ao Porto de São Roque, no fundo da Baía de Todos os Santos, a exportação de minérios transportados pela linha sul da Viação Férrea Federal, começando a descartar a localização de um distrito industrial em Saubara, ao propor um cais em Aratu, ligado “a uma futura área industrial”. A esse movimento, somavam-se as intenções da Petrobras Química S.A. (Petroquisa) de implantar em futuro próximo um conjunto petroquímico ao norte de Salvador.

Esse processo levaria à instalação de várias indústrias a noroeste de Salvador e aos projetos de localização, nessa área, da Usiba, da Sibra, ambas propostas da própria CPE, e do estaleiro da Base Naval de Aratu. A escolha do porto e da

27 Ver: Anexo A (N. do O.).

28 BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio/Empreendimentos da Bahia. *Plano do Centro Industrial de Aratu*. Salvador, 1965; BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio/Empreendimentos da Bahia. *Plano de localização de indústrias: Relatório preliminar*. Salvador, 1966; BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Centro Industrial de Aratu. *Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu*. Salvador: CIA, 1980.

área industrial recaiu sobre Aratu, justificada nos textos oficiais pelas condições favoráveis de suprimento de água, gás natural, energia elétrica e apoio urbano da capital, além da presença de várias indústrias já instaladas ou em projeto.

A criação do CIA e do Porto de Aratu reiteraria o processo iniciado com os trabalhos da Petrobras e com a construção da Refinaria Landulpho Alves (1954) e do Terminal Marítimo de Madre de Deus (1957), de polarização entre um Recôncavo rural e pobre ao sul e oeste e uma periferia imediata a Salvador beneficiada por grandes investimentos industriais, de infraestrutura e de habitação. De sua parte, o desgaste político, a busca de emprego nas novas empresas e nos órgãos públicos e o próprio empobrecimento da oligarquia regional contribuíram para a formação de um mandarinato pró-nova indústria e pró-agigantamento da máquina pública, ao preço do abandono das propriedades rurais e dos centros urbanos do Recôncavo. Além disso, a orientação em favor da criação do CIA com sua localização na área de Aratu substituiu o interesse por aspectos multidimensionais do crescimento econômico por um foco praticamente exclusivo em infraestrutura, sobretudo sistema rodoviário, e industrialização.

AS PROPOSTAS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO

Voltando à visão do Recôncavo como região de Salvador e desviando-se, assim, do curso que começara a ser tomado pelas decisões relativas à localização industrial, ao complexo portuário, às redes viária e urbana e à própria economia regional em sentido amplo, o Conder nasce de uma proposta de resgate da integridade da região e com a tentativa de conciliação entre suas características ecológicas e históricas, esforços pela neutralização da crise de seu complexo agroindustrial e as oportunidades oferecidas à Bahia com a redefinição de sua inserção na economia nacional.²⁹

Em cinco anos de existência, o Conder-Recôncavo ocupa-se diretamente ou contrata de terceiros dezenas de estudos que envolvem temas como recursos na-

29 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO (BA). *Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Baiano*. [Salvador]: CONDER, 1967. Versão final do relatório apresentado ao Governo do Estado da Bahia pela Missão, organizado pelo BID.

turais, em particular recursos hídricos, recursos humanos, rede urbana, estrutura agrária, agropecuária e agroindústria, industrialização, turismo, petroquímica, transportes e planejamento físico de Salvador e institucional da sua área metropolitana. Propõe a diversificação do setor primário com a introdução de novas atividades, inclusive a avicultura, o cultivo e aproveitamento industrial do dendê e a produção do cacau branco, praticamente iniciados a partir daí na região. Reavalia as possibilidades de modernização da economia canavieira e o apoio à expansão da citricultura. Insiste no treinamento de mão de obra e em serviços de apoio à produção e em canais de comercialização.

Com isso, são produzidos dois ciclos de trabalhos: os textos específicos do Programa de Desenvolvimento Integrado e o conjunto designado Projeto Agropecuário do Recôncavo. As listas de textos em destaque incluem trabalhos não apenas produzidos pelo Conder-Recôncavo, mas por outros organismos, porém inspirados em suas propostas.

O Programa de Desenvolvimento Integrado do Recôncavo (de 1967 ao início da década de 1970)

O texto *Estratégia e resumo dos termos de referência* (1968),³⁰ primeira publicação do Conder-Recôncavo, expõe a proposta elaborada pelo Governo do Estado para o desenvolvimento integrado do Recôncavo. Esse texto baseia-se no trabalho da equipe composta de especialistas do Ilpes, da OPS, da Sudene, do BNB e do BID, reunida em Salvador, em 1967, sob a coordenação do arquiteto Eduardo Neira Alva e com a participação de Alfred Thierne (BID), Benjamim Hopenhayn (Ilpes), David Tejada e Victor Ayub (OPS), Pedro Sisnando Leite (BNB) e Glauco Melibeu (Sudene), não como representantes de suas respectivas organizações, mas na qualidade de técnicos cujos serviços foram postos à disposição do Governo do Estado da Bahia, além de técnicas locais.

O documento da missão conclui pela criação do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo, objeto do Decreto nº 20.353, de 23 de setembro de 1967, e lista os seguintes estudos a serem feitos:

30 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO (BA). Consultoria e Planejamento. *Programa de desenvolvimento integrado do Recôncavo: estratégia e resumo dos termos de referência*. [Salvador]: CONDER, [1968].

- a. delimitação regional e sistema de cidades;
- b. recursos naturais;
- c. recursos humanos;
- d. viabilidades industriais;
- e. possibilidades agrícolas e pecuárias;
- f. pesca;
- g. turismo;
- h. infraestrutura econômica, com destaque para um sistema de transporte no interior do Recôncavo e de transportes rápidos em Salvador;
- i. infraestrutura urbana, com ênfase num plano físico para a Grande Salvador e para o Centro Industrial de Aratu;
- j. planejamento institucional da área metropolitana.

O texto afirma que o planejamento físico, regional e urbano relaciona-se com dois objetivos: o da melhoria das condições gerais ou dos custos comparativos para as inversões e o de assegurar benefícios sociais maiores – ou custos sociais menores – para o processo de desenvolvimento.³¹ E recomenda, de acordo com a Unesco, “orientar o programa turístico com ênfase e como justificativa para atacar objetivos culturais e sociais permanentes”.³² E, muito precocemente, para a mentalidade local da época, afirma: “O setor terciário, considerado um setor residual, diferenciado, com problemática heterogênea, está a exigir um estudo especial, em face de sua participação ser crescente em relação ao emprego total e de sua identificação com a urbis”.³³

Vale ainda observar o destaque para a questão de disponibilidade de água no item recursos naturais, aludindo ao consumo doméstico, agrícola e industrial, e a referência à demanda da “água para necessidades humanas domésticas,

31 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO, [1968], p. 14.

32 *Ibid.*, p. 75.

33 *Ibid.*, p. 41.

indústrias alimentícias, outras indústrias, agricultura (irrigação), atividades de recreação”.³⁴ Uma série de estudos nessa área feitos na ocasião decorrem daí.³⁵

Concebido como um órgão de política regional, para o que então se considerava como região de Salvador, o Conder-Recôncavo cumpriu o programa previsto de estudos, induzindo inclusive estudos/propostas sobre turismo e indústria petroquímica. Mas a verdadeira orientação do intenso trabalho do Conder foi a seguir praticamente desconhecida a partir da sua conversão em Conder-RMS. Prevaleceu apenas o planejamento da infraestrutura e da continuidade das obras do CIA e do Porto de Aratu e, mais tarde, do Copec, bem como da articulação viária entre Salvador e essas áreas e com os troncos rodoviários suprarregionais.³⁶

O Projeto Agropecuário do Recôncavo (de 1968 ao início da década de 1970)

O Projeto Agropecuário do Recôncavo foi uma iniciativa do Conder-Recôncavo, cujos relatórios foram publicados após sua extinção, já depois da criação da Conder-RMS. Mantendo a concepção do Recôncavo como região de Salvador, assinala-o como “a principal área dinâmica da Bahia” e o descreve com quatro sub-regiões: o Recôncavo Norte, com os municípios de Salvador (ainda com Madre de Deus), Lauro de Freitas, Camaçari (ainda com Dias d’Ávila), Simões Filho, Candeias, São Francisco do Conde, Itaparica e Vera Cruz – constituindo a RMS – e mais, Mata de São João, Pojuca e Catu; a sub-região do Planalto, a faixa de terras altas que limitam o Recôncavo pelo sudoeste; o Recôncavo Canavieiro, centrado em Santo Amaro e São Francisco do Conde; e o Recôncavo Sul – as terras baixas ao sul da Baía de Todos os Santos.

O texto justifica a preocupação com a agricultura, a partir do aumento da demanda devido à urbanização/industrialização e da ocupação de áreas agrícolas pela Petrobras. Mas adverte quanto aos seus pontos críticos, como o aumento do

34 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO, [1968], p. 79.

35 Ver: CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - CLAN. *Levantamento dos recursos hídricos da micro-região do Recôncavo*. Salvador: CLAN, [197-]; ELETROCONSULT DO BRASIL. *Levantamento de solos e recursos d’água no Recôncavo Baiano*. São Paulo: ELETROCONSULT DO BRASIL, 1972; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Diagnóstico preliminar dos recursos hídricos do Recôncavo Baiano: relatório final*. Recife, 1973.

36 Ver Anexo B – Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Bahiano.

preço da terra, a escassez de mão de obra, a elevação dos salários e um mercado que favorece a oferta, porém atrai a concorrência, inclusive externa, daí a importância de novos segmentos como avicultura e citricultura. A propósito, o estudo sobre estrutura agrária informa que, em 1960, 31% das terras do Recôncavo eram ociosas, mas o seu preço desencorajaria o estabelecimento de pequenos produtores, exceto com programas governamentais específicos.

O trabalho compõe-se de vários volumes contendo os estudos básicos sobre as características gerais da problemática agropecuária do Recôncavo, recursos naturais, estrutura agrária, comportamento dos sistemas de produção – fumo, cana, mandioca, cítricos, avicultura e pecuária bovina –, canais e mecanismos de comercialização da produção e serviços agrícolas. A esse conjunto, acrescentaram-se vários projetos executivos sobre citricultura, avicultura, oleicultura, cana, cacau e diversificação da agricultura do Planalto, além de treinamento de mão de obra e criação/reestruturação de cooperativas de produtores. Um volume também publicado em 1974 apresenta a “Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário do Recôncavo”.

A omissão de um estudo sobre a produção de coco da Bahia, sugerido no documento *Desenvolvimento integrado do Recôncavo*, principal produto comercial da orla norte do Recôncavo, revela o pequeno significado dado às possibilidades agrícolas dessa área, vista na época na linha dos subseqüentes *Plano de turismo do Recôncavo* e *Plano diretor da orla marítima*, como área de reserva para o turismo, ignorando seu interior e vales como o do Joanes, Jacuípe, Pojuca e Sauípe.³⁷

O Recôncavo como região de turismo³⁸

O aproveitamento turístico do Recôncavo é um dos destaques entre as propostas do Conder-Recôncavo. O *Plano de turismo do Recôncavo*, de 1971, primeiro trabalho sistemático sobre o tema, toma por referência essa região em

37 Ver: Anexo B, “Ciclo de trabalhos do Projeto Agropecuário do Recôncavo”.

38 Ver: CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - CLAN; OTI. *Plano de Turismo do Recôncavo*. [Salvador]: Secretaria de Indústria e Comércio, [1971]; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR; OFICINA TÉCNICA DE EMPRESAS E ENGENHARIA. *Plano de Turismo do Recôncavo: Resumo*. Salvador: CONDER, [1971]. 2 v.; BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao Turismo. *Plano diretor da orla marítima*: trecho Porto da Barra/Açu da Torre. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, [1974]. Mais tarde, a própria Conder-RMS elabora o *Porto Náutico Turístico da Baía de Todos os Santos: Recôncavo Baiano* (1980).

sua concepção antes da criação da RMS, considerando como universo territorial todos os municípios contidos no Recôncavo tradicional. Com uma grande ênfase nas cidades monumentais do Recôncavo, como Santo Amaro, Cachoeira e São Francisco do Conde, no acervo barroco-arquitetônico de Salvador, nas tradições folclóricas e religiosas e em alguns artesanatos, omitem-se praticamente as áreas ao norte da capital. Marca, com isso, uma fase em que ainda prevalece o interesse pela Baía de Todos os Santos, enquanto o Litoral Norte passa quase despercebido. Contudo, o plano já assinala a prioridade de um planejamento dessa faixa e a necessidade de disciplina do uso do solo e proteção do seu meio ambiente.

Outro documento inspirado nas propostas do Conder-Recôncavo, o *Plano diretor da orla marítima*, elaborado em 1973, embora publicado em 1974, deriva das preocupações com a orla atlântica ao norte de Salvador presentes no *Plano de turismo do Recôncavo*. O documento cobre uma faixa que vai do Porto da Barra, em Salvador, a Açú da Torre, em Mata de São João, mas se concentra, sobretudo, no segmento Porto da Barra-Itapuã, ainda no município da capital. Para o trecho Itapuã-Açú da Torre, a que faz referências sumárias, distingue uma faixa ao longo da BA-099 (Estrada do Coco), entre o Joanes e o Pojuca, onde admite várias Zonas de Urbanização Turística (ZUTs), particularmente Abrantes e Gagirus, e Zonas de Expansão Urbana (ZEUs), em torno da Vila de Abrantes e de Gagirus, Arembepe, Barra do Jacuípe, Monte Gordo e Barra do Pojuca. Considera as demais zonas como de Zonas de Turismo Restringido (ZTRs), porém apenas em uma faixa limitada, e trata a maior parte da área como Zona Turística de Reserva (ZTR).³⁹ Entretanto, veda mesmo esses últimos usos ao trecho de Arembepe à foz do Jacuípe, onde indica a criação de um parque ecológico na planície dominada pelo estuário do Rio Capivara, fazendo restrições ao traçado constante do projeto, então em execução, de extensão da BA-099-Estrada do Coco através dessa faixa. Sem descer a detalhes quanto ao ambiente físico e social, mantém a indefinição do Plano de Turismo quanto às funções específicas e estruturação da área, mas insiste enfaticamente na proteção do seu meio ambiente.

39 A Zona de Turismo Restringido talvez corresponda à Zona Turística Protegida (ZTP), prevista no *Plano diretor da orla marítima*: trecho Porto da Barra/Açú da Torre ([1974]) (N. do O.).

A CRIAÇÃO DO COPEC (1959/1978)⁴⁰

Depois da criação da Petrobras e instalação de suas primeiras atividades no Recôncavo, uma conquista que fecha o ciclo agroexportador clássico da região: a criação do Copec constitui a vitória mais valorizada das lideranças políticas da Bahia na segunda metade do século XX. O Copec, na verdade, consolida uma aspiração dos anos 1950, é explicitamente contemplado no Plandeb e torna-se um dos temas centrais do Conder-Recôncavo. Assim, o discurso sobre a instalação do complexo básico mantém uma perspectiva multissetorial e insiste em tratar pelo menos as cidades mais diretamente ligadas às atividades da Petrobras, do CIA e da petroquímica como uma rede urbana, e não como meros pontos isolados.

O Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari (1974)

Na apresentação desse plano, o secretário de Minas e Energia do Governo do Estado – José de Freitas Mascarenhas – situava a importância da decisão do Governo Federal de localização do segundo e maior polo petroquímico do país na Bahia.

Até a década de 60, teve a economia baiana um crescimento lento, quase vegetativo e, por longo período, praticamente estagnado. A ação da Sudene e a iniciativa de governos anteriores deram origem, a partir da última década, ao surto desenvolvimentista que tem no Centro Industrial de Aratu a sua mais incontestável realidade [...].⁴¹

40 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR; CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - CLAN. *Desenvolvimento da indústria petroquímica no estado da Bahia*. Salvador: CONDER: CLAN, [197-], 2 v. Financiamento: Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)/Petroquisa; BAHIA. Secretaria das Minas e Energia. Comissão Coordenadora das Obras do Polo Petroquímico - CONCOP. *Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari*. Salvador: Secretaria de Minas e Energia, 1974; BAHIA. Secretaria das Minas e Energia; CAMAÇARI (BA). Prefeitura. *II Programa de inversões na infra-estrutura urbana e social: implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari*. II Programa de Inversões na Infra-estrutura Urbana e Social. Salvador: [s. n.], 1975.

41 BAHIA, 1974, p. 5.

Mas o surto dos anos 1960 não foi, ainda, suficiente para tornar irreversível o destino industrial do estado e da região. A decisão federal, em novembro de 1971, de localizar em Camaçari o segundo Polo Petroquímico do Brasil marca, por isso, uma nova etapa no desenvolvimento da Bahia e constitui o acontecimento mais importante da sua história econômica contemporânea.

O plano ocupa-se com as exigências do complexo básico e do desenvolvimento industrial regional:

[...] busca, basicamente, assegurar as melhores condições de produção e competitividade para o Complexo Básico, mas também pretende orientar a industrialização regional, promovendo novas condições de crescimento autossustentado, mediante a constituição de um parque de indústrias de transformação, satélites das atividades básicas petroquímicas.⁴²

Mas, nascido no espírito do Conder-Recôncavo, insiste na necessidade de investimentos sociais e introduz o conceito de um “conjunto urbano-industrial”:

Ao se programar o Copec, teve-se em conta que a produção requer não somente condições materiais, mas investimentos sociais que permitam alto grau de produtividade para a mão de obra e contribuam para melhorar as condições de vida da população. Por isso, a implantação do Complexo Petroquímico foi concebida, desde o início, como um empreendimento urbano-industrial... Um conjunto urbano-industrial que deverá incluir o Complexo Básico, o parque de indústrias produtoras de *inputs* e transformadoras da sua produção, e também os centros urbanos de Camaçari e Dias d’Ávila, que deverão ser adaptados às necessidades de um intenso crescimento. Em concreto, o Plano Diretor propõe a organização espacial da área do Copec e sua dotação por um completo sistema de infraestrutura física e social, a fim de assegurar o eficaz cumprimento de suas funções industriais e urbanas.

Assim, as localidades de Camaçari e Dias d’Ávila receberão um tratamento urbanístico que permitirá a sua preparação para absorver o extraordinário acréscimo de população induzido pelas novas atividades petroquímicas. [...] [Mas] não é possível estimar com a

42 BAHIA, 1974, p. 5.

necessária precisão a população que finalmente virá residir no conjunto Camaçari/Dias d'Ávila. Além do mais, a localização de novas populações na área dependerá, no futuro, de decisões da autoridade que regulem o crescimento da Região Metropolitana, principalmente no que tange aos serviços que ali venham a oferecer-se e à criação de um eficiente sistema de transporte de massa.⁴³

O objetivo fundamental do plano foi, portanto, “[...] assegurar melhores condições de produção às atividades industriais [...]”, mas incluiu, entre outras diretrizes, a criação de “[...] situações favoráveis à integração do complexo na economia baiana [...]”, procurando, por isso, “[...] o melhor aproveitamento de economias de escala e de aglomeração já acumuladas ou em emergência na região [...]” e a preocupação em “[...] prevenir estrangulamentos no suprimento de serviços básicos [...]”. Nesse sentido, o Plano Diretor do Copec contribuirá, também, para a estruturação do espaço metropolitano, ao colocar sob controle o uso do solo na sua área de influência direta [...]”.⁴⁴

Outros objetivos citados são orientar o desenvolvimento de Camaçari e Dias d'Ávila e garantir a proteção do meio ambiente e a preservação da qualidade de vida em sua área.

Mais uma vez, na linha das preocupações do Conder-Recôncavo, o documento põe em confronto duas alternativas de conformação da RMS: o estímulo ao crescimento de Salvador, como polo habitacional, e a formação de novos pontos de concentração demográfica na região. Escolhida a primeira alternativa, seriam fortalecidas as funções habitacionais em Salvador e, de trabalho, na periferia; no segundo caso, formar-se-ia um conjunto de centros secundários, mas que necessitariam da indispensável infraestrutura. Entretanto, segundo o texto, essa decisão ultrapassaria o universo de questões exclusivas do Copec e teria que ser tomada no contexto de um plano integrado de desenvolvimento metropolitano que também considerasse outros pontos, principalmente o CIA, a área da Refinaria Landulpho Alves, Mataripe (Candeias), e a própria capital, estabelecesse “uma política de distribuição espacial da população e de uso do solo metropolitano, um

43 BAHIA, 1974, p. 5.

44 Ibid., p. 60.

sistema metropolitano de transporte de massa e a integração dos serviços básicos⁴⁵ metropolitanos.

O texto assinala as limitações da área de localização do Copec para a agricultura e a existência de malhas urbanas intermitentes na periferia de Camaçari e de Dias d'Ávila, que se multiplicaram, juntamente com solicitações de pesquisa e lavra de materiais não metálicos, após a decisão da Petroquisa, em 1962, de instalar seu conjunto petroquímico entre os dois núcleos, atraindo para aí também outras plantas industriais.

Como “gerador de oportunidades de trabalho e de renda” – conforme dito na apresentação –, “o Copec não poderia tornar-se agente da desvalorização da qualidade de vida nem fator de deterioração do ambiente”.⁴⁶ Assim, entre as diretrizes para a organização espacial da área, o documento insiste na proteção das zonas urbanas em geral e das áreas residenciais em especial, de perturbações da atividade industrial, e recomenda adensar os dois núcleos urbanos, reservando áreas para futuras expansões e uma reserva a oeste da BA-093, para reflorestamento e produção hortigranjeira. Além disso, como projeção Nordeste de Salvador, sua orla atlântica – zona de grande potencialidade turístico-recreativa – deverá ser especialmente protegida.

Com referência ao plano dos dois núcleos, destaca, em primeiro lugar, como condicionantes, a posição do complexo petroquímico, separando fisicamente Camaçari de Dias d'Ávila e cita outros aspectos a considerar, como o grande crescimento demográfico esperado, de quatro a seis vezes até 1980, com suas exigências de serviços habitacionais e correlatos e com efeitos sobre a estrutura econômico-social. E adverte “o forte poder de atração do Copec poderá provocar o aparecimento de favelas constituídas pelas famílias marginalizadas do processo de produção”.⁴⁷

Quanto à capacitação da mão de obra, indica a criação de um programa de formação e treinamento, com a participação do Governo do Estado, da UFBA, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene) e de órgãos de classe do setor industrial. E sublinha que as mudanças socioeconômicas provocadas “poderão melhorar os padrões de vida da população e carrearão novos recursos para o governo local, que, se con-

45 BAHIA, 1974, p. 56.

46 Ibid., p. 5.

47 Ibid., p. 64.

venientemente aplicados, contribuirão [...] para financiar programas de melhoramentos urbano-ambientais em Camaçari e Dias d'Ávila".⁴⁸

OS PLANOS PARA A RMS

Desde as primeiras discussões na CPE, já antes do final dos anos 1950, sobre a criação de um distrito industrial fora de Salvador e dos ensaios de implantação, pela Petroquisa, de um conjunto petroquímico em Camaçari (1962), começa a mudar a preocupação com a relação metrópole-região e a própria concepção da região de Salvador. Mas a primeira exigência concreta de delimitação territorial e instituição de uma autoridade metropolitana decorre da decisão, desde 1964, de instalação do CIA, quando se coloca pela primeira vez, na prática, para o Governo do Estado, a questão de administrar uma área contendo frações de três diferentes municípios: Camaçari, Simões Filho e Candeias, os dois últimos recém-desmembrados de Salvador. Posteriormente, o citado documento-proposta do Conder, de 1967, indicaria várias medidas de estruturação da RMS, ainda concebida como área integrante do Recôncavo, entre as quais a criação da autoridade metropolitana do Recôncavo [sic], bem como a construção de um porto industrial na Baía de Todos os Santos – dado ainda como sem localização firmada – e a instituição de incentivos à produção alimentar, à agroindústria e ao turismo.

Com a decisão federal de instalação do Copec (1971), o processo se acelera. Seus marcos administrativos são uma primeira formalização, pelo Governo do Estado, da Área Metropolitana de Salvador (AMS), em 1972, logo depois reforçada pela instituição das regiões metropolitanas pelo Governo Federal, em 1973, e sua oficialização, em 1974, como RMS. Com isso, extingue-se o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo e cria-se, em 1973, a Companhia de Desenvolvimento da RMS, ligada à Secretaria de Planejamento, porém, entre 1975 e 1979, vinculada diretamente ao gabinete do governador com *status* de secretaria. O Conder-Recôncavo cederia sua sigla – agora em feminino – à nova autoridade metropolitana, a Conder-RMS, que se tornaria, no final, praticamente uma agência prioritariamente envolvida com o planejamento do sistema viário da RMS e com obras pontuais em Salvador e municípios adjacentes.

48 BAHIA, 1974, p. 64

De início, os documentos da Conder-RMS continuaram a insistir na relação cidade-economia regional, na linha do texto *Desenvolvimento integrado do Recôncavo* e demais trabalhos do Conder-Recôncavo, e publicam-se estudos iniciados por este. Mas, logo em seguida, a relação Salvador-Recôncavo é praticamente ignorada, com isso isolando-se não só conceitualmente a RMS do Recôncavo, mas também Salvador de toda a sua ambiência macrorregional. E, apesar de algumas definições produzidas nos anos iniciais e rápidas afirmações posteriores de propósito, a Conder-RMS viria a eliminar na prática a preocupação com outras atividades além da indústria. Progressivamente, desaparece a noção de desenvolvimento integrado como uma transformação em que se procurava maximizar a articulação entre diferentes atividades e assegurar benefícios sociais, e não apenas econômicos. Perde-se, também, a preocupação com o sistema de cidades, com as oportunidades empresariais para pequenos capitais e com os desejavelmente benéficos *tricking down effects* dos grandes investimentos, vistos agora apenas sob a ótica de questões de economia de escala e aglomeração, infraestrutura e incentivos financeiros.⁴⁹ Em consequência, abandona-se a ideia de planejamento de uma macrorregião para Salvador e a concepção do Recôncavo como território em torno da Baía de Todos os Santos, o qual passa a ser objeto de várias sub-regionalizações até sua redução ao hoje designado Recôncavo Sul.

Marcado pela preocupação exclusiva com a RMS, esse período inicia-se no final dos anos 1970, indo ao meado dos anos 1980, quando são esvaziadas politicamente as autoridades metropolitanas, ainda que os velhos órgãos criados no início da década de 1970 tenham mantido, no geral, seus nomes e a velha nomenclatura de técnicos e funcionários administrativos. Entretanto e paradoxalmente, no caso da Bahia, essa fase corresponde à perda de impulso da industrialização tentada via incentivos Sudene/Governo do Estado e reforçada pelas expectativas de expansão/verticalização da petroquímica.⁵⁰

49 Vale assinalar a influência dos novos conceitos na esfera federal sobre o desenvolvimento das regiões em torno das capitais de estados e posteriormente sobre o próprio desenvolvimento urbano, ilustrados na política do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), órgão executivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Conselho Nacional de Política Urbana (CNPU).

50 Ver: Anexo B, “Ciclos de trabalhos de planejamento sobre a RMS”.

Diretrizes e políticas da Região Metropolitana de Salvador (1975)⁵¹

Esse trabalho, que ainda se mantém em grande parte dentro do espírito do Conder-Recôncavo, contém um documento básico e dois anexos: o registro de um seminário sobre as diretrizes e políticas da RMS e um texto executivo – *Programa Prioritário 1976/79*.

O documento básico discute três modelos de crescimento urbano para a RMS: o linear, como poderia se configurar em vetores como Salvador-Feira, Salvador-São Francisco do Conde, ou em um eixo sul-norte ao longo da orla atlântica, com alto custo de transporte; um modelo polarizado por Salvador, com adensamento controlado e expansão monitorada de sua periferia, ou sob a alternativa de favorecer um núcleo periférico, como Camaçari, São Francisco do Conde ou Candeias, com o prejuízo de enfraquecer outros núcleos, exigir grandes investimentos e enfrentar a concorrência da capital; finalmente, um modelo polinuclear, preferido no documento, com o desenvolvimento de Salvador e o reforço de núcleos secundários, desenvolvendo-se, a curto prazo, o conjunto Camaçari/Dias d'Ávila, além de Candeias, mas contemplando também São Francisco do Conde. Assinala as vantagens de São Francisco e Camaçari/Dias d'Ávila – por estarem no eixo ferroviário – e de Candeias – no eixo rodoviário Salvador-Feira de Santana, como porta de entrada da RMS – cumprindo ao Recôncavo Sul (aqui ainda na concepção tradicional) a função de barreira às migrações para Salvador.

O segundo anexo refere-se às vocações dos diferentes núcleos urbanos: terciária, com destaque para turismo, alto comércio e bancos, da parte de Salvador; de expansão de Salvador, da parte de Lauro de Freitas e da orla de Camaçari; de apoio urbano, da parte dos núcleos de Camaçari e Dias d'Ávila. E identifica atividades industriais compatíveis com o meio urbano, mão de obra intensiva e não poluentes, a serem estimuladas sobretudo em Salvador.⁵²

Quanto ao meio ambiente, propõe o monitoramento e a fiscalização da orla juntamente com a Marinha, o controle e a fiscalização da Bacia do Joanes e o controle da poluição atmosférica. Para Camaçari e Dias d'Ávila, sugere o controle da erosão com árvores e gramíneas para manter o microclima local, a

51 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Diretrizes e políticas da Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CONDER, 1975. 3 v.

52 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1975, p. 17.

criação de redes gerais de drenagem, implantação de sistema público de coleta e tratamento do lixo, a melhoria do sistema de iluminação pública, um sistema viário com 30 km de vias primárias e 130 km de vias coletoras e ciclovias e uma linha de bonde com 15 km. Entre equipamentos sociais, inclui a criação de um centro de criatividade/artesanato, um núcleo de treinamento de mão de obra, um centro materno-infantil, um hospital regional com 250 leitos, um centro de saúde mental com 30 leitos, construção do centro administrativo do município, programas de educação, melhoria da segurança – com o reforço da polícia e com um corpo de bombeiros – e um programa de habitação orientada. Menciona a futura criação de um *campus* da UFBA em Camaçari.

O Plano piloto da orla marítima (1977-1978)⁵³

O *Plano piloto da orla* de 1977-1978, porém somente publicado em 1982, surge da constatação do intenso processo de reestruturação da propriedade fundiária na orla dos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari, em grande parte determinante da construção da Estrada do Coco (BA-099), seguindo, aproximadamente, a antiga estrada de barro ligando Lauro de Freitas – antiga Vila de Ipitanga – a Arembepe. Assim, o primeiro resultado do trabalho da equipe do plano foi a elaboração da lei de parcelamento do solo para Camaçari, editada em abril de 1977,⁵⁴ seguida pouco depois por lei similar para Lauro de Freitas.

Um dos mais cuidadosos trabalhos sobre uma área da RMS e certamente o melhor estudo sobre a orla atlântica da RMS, esse plano determina o fortalecimento de comunidades em sua faixa interna, em contato com a rodovia BA-099, particularmente a Vila de Abrantes/Buris, Volta do Robalo/Arembepe, São Bento/Bom Jesus e a área de Barra do Pojuca, para as quais propõe um planejamento específico e a criação de infraestrutura, deixando à iniciativa privada as propostas de utilização de suas áreas de expansão, bem como da faixa litorânea de contato com o mar.

53 BAHIA. Comissão de Planejamento da Orla Marítima. *Plano piloto da orla marítima*: Ipitanga, Jauá, Arembepe, Guarajuba, Tassimirim. 1977/1978. Camaçari: Prefeitura de Camaçari, 1985. Compor: Conder-RMS/Camaçari/Lauro de Freitas.

54 BAHIA, 1985, p. 7.

Plano Metropolitano de Desenvolvimento (1977-1978)⁵⁵

O quinto volume do documento-síntese *Plano Metropolitano de Desenvolvimento* (PMD) assinala a adoção de um conceito de plano como processo, permanentemente aberto a revisões e ajustes. Reporta-se às *Diretrizes e políticas da Região Metropolitana*, 1975, e aos dois programas de ação prioritária (1976-1977 e 1978-1979), a fim de identificar compatibilidades com as metas e os objetivos do novo plano, e assinala as dificuldades de gestão decorrentes da multiplicidade e superposição de funções entre órgãos e níveis de poder em relação à RMS.

Toma como objeto ações na área de educação, saúde, habitação, uso do solo, transporte e a localização de equipamentos comunitários, habitação e infraestrutura, inovando com uma “ênfase, especial [...] na questão das áreas sub-normais”⁵⁶ e nas áreas de baixa renda em geral.

Marcando o início de um processo de intervenção direta sobre funções e espaços dos diferentes municípios da RMS, o PMD de 1977-1978 projeta grandes conjuntos habitacionais populares financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), e propõe a indução de novos assentamentos ao longo dos corredores de tráfego da orla atlântica (leste), Avenida Paralela-BR 324 (Bahia-Feira) e subúrbios ferroviários (oeste), o desenvolvimento e a expansão de Camaçari, Dias d’Ávila e Simões Filho, e a criação de um novo núcleo urbano ao norte da capital, prevendo a implantação de “ramais ferroviários leves”, partindo do centro de Salvador.

O II Plano Metropolitano de Desenvolvimento (1982)⁵⁷

Esse documento, surpreendentemente próximo das preocupações do Conder-Recôncavo, destaca o perfil desigual do crescimento demográfico da RMS entre 1940 e 1980 e a concentração do emprego em Salvador. Na verdade, a população da RMS crescera no período sob uma variação de 1.193% (Simões Filho) a apenas 20% (São Francisco do Conde), ficando Lauro de Freitas com 1.134%,

55 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento*. Salvador: CONDER, [1977-1978]. 5 v.

56 *Ibid.*, v. 5, p. 9.

57 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento: PMD-1982*. Salvador: CONDER, 1982.

Camaçari (e Dias d'Ávila) com 715%, Candeias com 549%, Salvador (e Madre de Deus) com 460%, Itaparica com 126% e Vera Cruz com 39%. A má distribuição da população e das funções econômicas na região é evidenciada com os dados de 1975, segundo os quais Salvador concentrava 87,7% da população e 84% do emprego total, sendo os percentuais por setor de atividade os seguintes:⁵⁸ 98% em comércio, 99% em educação e saúde, 92% no setor público, 95% em serviços domiciliares, 40% em indústria e 89% em outras atividades.

Argumentando que a zona de influência de Salvador transcendia o espaço formal da RMS e ainda não correspondia a uma região econômica e social contínua e bem estruturada,⁵⁹ sugere, embora sem alterar a escala territorial de atribuições da Conder-RMS, inserir o planejamento metropolitano no conjunto do planejamento social e econômico regionalizado do estado. Propõe, por isso, o conceito de espaço perimetropolitano como área de influência da RMS, nele inserindo, além da RMS, os municípios de Alagoinhas, Pojuca e Catu, ao norte; a área de Feira de Santana e a zona de influência da estrada BR-101 (“grande espaço regional com potencial agrícola”); a faixa em torno da Baía de Todos os Santos, com destaque para a indústria naval em São Roque e revitalização do transporte hidroviário; e o baixo sul, de Valença a Camamu, com a produção de alimentos, agroindústria, pesca e extração de turfa.⁶⁰

O documento registra o fato de que 64% dos empregados do CIA residem em Salvador e somente 5% dos empregados do Copec moram em Camaçari/Dias d'Ávila, embora, segundo pesquisa, 69% tenham declarado desejar morar em Camaçari.⁶¹ Por isso, para áreas de indução de dinamismo, o texto propõe a melhoria do transporte intermunicipal e da infraestrutura social, a fim de reduzir a dependência da metrópole, bem como a intensificação da produção primária. Mas adverte que isso não “implicaria necessariamente” uma estratégia de desconcentrar os investimentos do núcleo central para os periféricos.⁶²

Os objetivos do II PMD são:

58 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1982, p. 189.

59 Ibid., p. 268-288.

60 Ibid., p. 282-183.

61 Ibid., p. 188-189.

62 Ibid., p. 209.

- a. fortalecimento da base econômica com ampliação da oferta de emprego;
- b. redução dos níveis de pobreza;
- c. promoção de “um desenvolvimento espacial mais equilibrado, visando reduzir os custos sociais da metropolização e possibilitar a melhoria das condições do meio ambiente”.⁶³

Entre as diretrizes propostas, que incluem a promoção do desenvolvimento industrial e outras indicações usuais nos planos da RMS, fala-se em estímulo à produção hortifrutigranjeira e a atividades rurais e no tratamento do turismo e lazer como binômio integrado. O texto insiste na importância do fomento ao turismo de classe média e na criação de equipamentos de pequeno porte para elevar a renda local. Propõe a ampliação de programas de turismo urbano e a promoção de eventos fora dos períodos de pico. Recomenda a realização do inventário de áreas, locais e bens de interesse e do potencial turístico da região, bem como a valorização/preservação de parques e áreas verdes.

Cita, como linhas de ação no setor primário, a extração, a caça, a comercialização da produção agrícola e a criação de depósitos para armazenagem dessa produção.⁶⁴ Assinalando o potencial agrícola de Camaçari, o II PMD sugere o desenvolvimento de uma produção rural “artesanal”, ocupando uma mancha de 7 mil hectares, que avançaria em uma pequena parte sobre o município de Lauro de Freitas, mas basicamente concentra-se no sul de Camaçari. Os critérios da escolha dessa área seriam estar ela fora da área de proteção de mananciais, sua proximidade da Central de Abastecimento (Ceasa) e a possibilidade de oferecer trabalho a moradores de Itinga, uma incômoda e expansiva ocupação de baixa renda situada a oeste do aeroporto de Salvador. Na linha dessa recomendação, o texto observa que, ainda em 1975 a 1977, Camaçari tinha a maior área plantada entre os municípios da RMS – cerca de 3 mil hectares de coco, 130 de banana, 57 de manga e 57 de caju, sendo o maior produtor de tomate e batata doce. Reunia também o maior rebanho bovino – 5.411 cabeças em 1975; em 1977, 6.245 cabeças.

63 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1982, p. 207.

64 Ibid., p. 214.

A estratégia de desenvolvimento da RMS, 1985-2000 (1985)⁶⁵

Nesse último documento do Governo do Estado sobre o planejamento metropolitano, destaca-se a situação de Camaçari, tomada como nucleação funcional, área estruturada por funções que “especializam subespaços e produzem integração e interdependência”, no caso, centrada na função industrial. Além de Camaçari, Simões Filho seria também uma nucleação funcional industrial, enquanto o turismo na Baía de Todos os Santos e na orla oceânica e a função terciária e de “industrialização urbana” de Salvador completariam o quadro regional.

O texto estima, para toda a região, um crescimento da taxa de ocupação da população em torno de 38% até o ano 2000, com um total de 84 mil pessoas nos três setores, das quais 58 mil no terciário. E exige a revisão do conceito de apoio industrial, no caso de Camaçari e outros núcleos periféricos, cuja urbanização já multiplicou funções e requer elementos de consolidação, como núcleos urbanos funcionais, e indica a descentralização do terciário para essas áreas. A principal política indicada para os núcleos urbanos é a de densificação habitacional, com ocupação dos espaços urbanos vazios e o controle de vetores estratégicos para a expansão urbana, aliando funcionalidade espacial às atividades econômicas.

O Projeto Metropolitano (1991-1998)⁶⁶

Desde a tentativa do II PMD, em 1982, as principais ações propostas relativas à RMS apresentam-se sem um texto integrador prévio. Na década de 1990, um rótulo geral reúne uma série de propostas e intervenções sob o título *Projeto Metropolitano*, na verdade, parcelas de uma proposta que ainda tentara, pelo início dos anos 1980, dar continuidade à ideia de planejamento.

Segundo uma síntese de 1998, elementos desse projeto foram negociados entre 1983 e 1986 com o Banco Mundial e o Governo Federal como “uma grande programação de investimentos de longo prazo para a RMS”. Objeto de um con-

65 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Estratégia de desenvolvimento da RMS, 1985-2000*. Salvador: CONDER, 1985.

66 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Projeto metropolitano: investimentos urbanos na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CONDER, 1998. Relatório sumário.

trato de empréstimo em 1986, somente em 1991 recebeu do Governo do Estado a decisão de prosseguimento. Depois de várias negociações que envolveram a redução da proposta, o acordo de 1986 ficou reduzido de US\$ 177 milhões para US\$ 77 milhões, não mais contando com o apoio do Governo Federal. O Banco Mundial participou com US\$ 36,6 milhões e o Governo da Bahia assumiu toda a contrapartida nacional – US\$ 40,4 milhões.

O projeto envolve cinco campos de atuação:

1. limpeza urbana: planos diretores de limpeza urbana para os dez municípios da RMS, incluindo coleta, transporte e disposição diferenciada do lixo domiciliar e hospitalar e de entulhos e podaço; eliminação de vários lixões, montagem de quatro aterros sanitários e instalação de incineradores; educação ambiental e formação de multiplicadores (31,3% dos recursos);
2. saneamento básico: ampliação de 46 km da rede coletora, ligações domiciliares em três bacias, revitalização do sistema de micromedição (12% dos recursos);
3. recuperação urbana: recuperação ambiental e promoção social em Novos Alagados e construção de dois loteamentos com casas-embrião; saneamento da Enseada do Cabrito e do estuário do Rio do Cobre, limpeza, coleta, drenagem e tratamento de efluentes na faixa do aterro feito pela população na franja da enseada; programa de geração de emprego e renda, envolvendo implantação de lavanderia e oficinas, qualificação profissional; além de Novos Alagados, recebem beneficiamento em pavimentação, escadas drenantes, equipamentos comunitários e redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de iluminação pública, seis outros bairros; recuperação dos parques de Abaeté, Costa Azul, Pituauçu, São Bartolomeu e Horto da Mata dos Oitis (29,4% dos recursos);
4. assistência técnica ao Centro Histórico: estudos e ações visando novas oportunidades de investimento, envolvendo modelo de administração/manutenção da área, melhoria do acesso e circulação, formação de mão de obra, avaliação do impacto econômico da recuperação do centro e outro estudo da dinâmica urbana e oportunidades de investimento; substituição da rede pública de iluminação aérea por subterrânea, construção de estacionamento para 400 veículos e áreas para ônibus de turismo (7,8% dos recursos);

5. desenvolvimento institucional: implementação do Sistema de Informações Metropolitanas, do Cadastro Técnico Metropolitan, da Cartografia Digital, da informatização da Conder e de várias prefeituras e treinamento de funcionários (17,5% dos recursos).

DO RECÔNCAVO À RMS, E DE VOLTA

Hoje, o Recôncavo está subdividido em várias regiões e sub-regiões que, à exceção da RMS, não fazem referência a sua ligação com a capital, enquanto reserva-se o termo “Recôncavo” apenas a uma parte de sua área, acrescida de vários municípios a oeste.⁶⁷

Contudo, a radical modificação do conceito de uma região de Salvador trouxe consigo e também expressa uma redução do escopo da política de planejamento. Desde o final dos anos 1950, conceitos e propostas relativos ao desenvolvimento da região de Salvador começaram a evoluir entre parte do corpo técnico ligado a empresas privadas de consultoria e ao próprio governo, em direção à perda de perspectiva de uma intervenção orientadora do estado na dinâmica da região da capital. Daí resulta a redução não só da referência territorial, mas também do conceito de intervenção sobre o espaço regional – que inicialmente tomara um conjunto de dimensões com atenção para processos econômicos e sociais diversos, proposta substituída pela ênfase na industrialização. Em segundo lugar, subordinadas à integração da rede rodoviária nacional e à paralela desativação do transporte ferroviário e da navegação costeira e fluvial, as novas propostas perdem as referências relativas ao complexo Baía de Todos os Santos/Recôncavo/Salvador.⁶⁸

67 Ver o elenco de municípios integrantes da região designada Recôncavo, que, por sua vez, exclui a RMS, em: BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia Cultural da Bahia: Recôncavo*. Salvador: SCT, 1997. v. 2. Um volume separado ocupa-se da RMS, v. 6, 1998.

68 Sintomático é que o *Atlas do Estado da Bahia*, de 1976, que contém três capítulos sobre a história da formação das regiões do estado, escritas pelo professor Waldir Pires, da UFBA, promete no seu sumário dois capítulos sobre o Recôncavo – “Carta Geral do Recôncavo” e “Salvador e Recôncavo” –, únicos textos dedicados a uma região, a serem publicados depois, com outros sobre transporte, comunicação, energia, comércio, regiões funcionais urbanas e organização do espaço, que nunca foram publicados.

O processo de segmentação Salvador/Recôncavo e Salvador/Baía de Todos os Santos e o isolamento viário e ideológico do Recôncavo não petroleiro reforçariam o próprio viés de crescimento da capital em direção nordeste em detrimento de sua orla interna; marginalizariam a significativa rede urbana regional; liquidariam as atividades produtivas – agricultura alimentar, fruticultura, pesca e produção de materiais de construção –, antes dependentes desse complexo de cidades e vias de acesso suprarregional; e comprometeriam as próprias perspectivas de valorização ambiental e de desenvolvimento do turismo, em que se concentra hoje grande parte dos esforços governamentais.

Entretanto, as dificuldades da industrialização e a valorização da Baía de Todos os Santos para o turismo, lazer e esporte náutico, em meio à ênfase geral em turismo de cultura e natureza, resultante das novas relações econômicas e políticas entre países e regiões centrais e periféricas na escala mundial, vêm levando, desde o meado da década de 1990, a uma nova retórica quanto à referência territorial e ao sentido das intervenções do estado. Nessa linha é que se começam a redescobrir o Recôncavo⁶⁹ e as origens estruturais da pobreza, da degradação ambiental e da violência, temas que sempre foram objeto das “conspirações dos técnicos” e dos sonhos (ou pesadelos) de certos homens públicos.

A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO E REDUÇÃO DO ESCOPO DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A redução do conceito e da área de referência de planejamento da Grande Salvador emerge, basicamente, de três processos. O primeiro deriva da expansiva presença da Petrobras no Recôncavo, coincidente com o declínio final do ciclo da cana-de-açúcar, na década de 1950. O segundo vem da desarticulação do sistema viário macrorregional, antes centrado em portos litorâneos e servido por vias férreas, com a opção federal quase exclusiva pelo desenvolvimento do transporte rodoviário, o que, no caso do Recôncavo, custou a desativação da Estrada de Ferro de Nazaré e do terminal de São Roque. Por último, segue-se a escolha

69 Ver, por exemplo: BAHIA. Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação. *Bahia: Bahia's Environmental Sanitation Program* [Salvador: Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação], [1996].

da área de Aratu para porto e distrito industrial e a consolidação da proposta de criação da petroquímica ao norte da capital, o que se soma à política federal de delimitação e subordinação de nove regiões metropolitanas, entre as quais a de Salvador, com ênfase em infraestrutura, habitação e controle social, frente à ideia de risco de insurgência nas grandes concentrações urbanas.

De sua parte, a prospecção e exploração do petróleo, desde o final dos anos 1940 no âmago da zona de cana, afetaram profundamente a região. Em primeiro lugar, concorrendo, no mercado de trabalho, por pessoal mais qualificado, com as últimas fazendas de cana e usinas de açúcar. Em segundo, por introduzir um clima de insegurança entre produtores, aliado, por outro lado, à esperança de indenizações por danos alegados, indenizações desejadas como um alívio à crise da economia canaveira e um alibi para o abandono desta. Em terceiro, por gerar um influxo intenso e inesperado para a população e para as administrações locais, não só de migrantes como de renda. Por último, pela atuação da Petrobras na zona da cana e dela para o norte, contribuindo para o progressivo desconhecimento das demais subáreas da região.

Assim, a partir do meado da década de 1980, o termo “recôncavo” começa a excluir, nos documentos oficiais, a RMS e os municípios ao norte e oeste desta, reservando-se essa designação, qualificada como Recôncavo Sul, aos municípios ao sul da RMS acrescentados de 14 municípios à margem direita do Médio Paraguaçu e de parte do Vale do Médio Jequiçá. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se inspira no conceito de regiões homogêneas, a RMS é considerada como microrregião de Salvador, os municípios ao norte integram a microrregião de Catu e as áreas ao sul da RMS e oeste da Baía de Todos os Santos compõem a microrregião de Santo Antônio de Jesus, excluindo-se Teodoro Sampaio, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira da própria mesorregião metropolitana (de Salvador). Os órgãos estaduais, por sua vez, trabalham com outras sub-regionalizações, como a proposta de regiões econômicas, neste caso, distribuindo municípios do território aqui considerado como Recôncavo em quatro regiões: Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Paraguaçu e Recôncavo Sul, esta com o acréscimo de extensa área em pleno semiárido, que inclui Nova Itarana, Milagres, Itatim e outros municípios fora da zona da mata.

A multiplicação de divisões territoriais e a persistente fragmentação e desconsideração pelos limites tradicionais do Recôncavo fazem com que o histórico

município de Santo Amaro da Purificação, por exemplo, participe de quatro regiões ou sub-regiões com delimitações não coincidentes, algumas delas inclusive partes de áreas maiores diversas: Região Administrativa Santo Antônio de Jesus, Região Econômica Recôncavo Sul, Região Homogênea Santo Antônio de Jesus e Região de Planejamento Paraguaçu. As variadas sub-regionalizações recentes propostas pelos órgãos públicos revelam também a dificuldade de se procurar delimitar o que possa ser considerado como Recôncavo ou mesmo como uma região de Salvador, quando descon sideradas suas gêneses e interações intrarregionais.

A própria destinação de uma gigantesca área ao CIA, exatamente no que poderia continuar a ser o corredor natural de ligação por terra Salvador-Recôncavo central e meridional, a grande densidade de investimentos no Copec e a anulação da Baía de Todos os Santos como suporte de comunicação Salvador-Recôncavo e pontos entre si do próprio Recôncavo descolaram Salvador da baía, das ilhas e da parte mais expressiva da rede urbana regional. Assim, passou-se a desconhecer progressivamente a relação Salvador-Recôncavo e sua ligação via Baía de Todos os Santos, ao tempo em que se mutilou e fragmentou essa região, inclusive deslocando-a para um plano secundário frente a outras regiões do estado. Tudo isso terminou por dissolver a noção de uma região de Salvador, exceto como espaço urbano-industrial, hoje portal de turismo, e por sucatear o patrimônio ambiental, urbano e viário intrarregional do Recôncavo.

DISCURSOS PELO RESGATE DA REFERÊNCIA MACRORREGIONAL E MULTISSETORIAL

Vale assinalar aqui algumas colocações que, pelo menos no plano do discurso, retomam a questão da intervenção governamental como instrumento de modelagem regional e a consideração por aspectos do que antes se chamara desenvolvimento integrado. Cumpre destacar, sobretudo, o II PMD (1982), anteriormente referido, e os exemplos do estudo dos impactos ambientais do Copec (1988), do texto *Camaçari 2000* (1992) e da introdução aos componentes municipais do Plano Diretor de Limpeza Urbana (1994).

O II PMD (1982)

Esse plano apresenta questões e propostas singulares entre os planos para a RMS desde o final da década de 1970. Nos termos de um de seus principais mentores, como consultor da Conder-RMS, Fernando Cardoso Pedrão, antigo integrante do esquema da CPE, inclusive participante do IEFB e dos cursos de Treinamento em Desenvolvimento Econômico (TDE) e finalmente chefe do Departamento de Programação da CPE, o II PMD surgiu como uma tentativa de repor a questão metropolitana como um problema regional, escapar da visão federal ao estilo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e reconhecer as novas escalas regionais reais determinadas pela combinação das rodovias BR-101 e 116 com a BA-242 (a Bahia-Feira). A questão regional tinha ficado submetida a uma visão burocrática centralista da ditadura, com suas regiões metropolitanas. Foi o momento de trabalhar com a produção social das regiões.⁷⁰

O trabalho atribui as “deformações de concentração de espaços intraurbanos e a insuficiência de infraestrutura na RMS ao desajuste crescente entre as duas funções de Salvador – a de cabeça de região em expansão e a de sede de indústria polarizada e polarizadora”⁷¹ – e aponta o perfil desigual do crescimento demográfico da região e a concentração do emprego na capital, questionando a direção tomada pelo seu sistema urbano.

Retomando a questão de uma região de Salvador, insiste que os processos de mudança na RMS nada têm a ver com a evolução do Recôncavo em sua trajetória histórica. Entretanto, assinala que a área da RMS superpõe o espaço regional do Recôncavo, embora perca elementos sociais e culturais deste, “enquanto incorpora elementos de coerência do processo de pauperização” em curso na região. Daí a proposta de inserir o planejamento metropolitano no conjunto do planejamento social e econômico regionalizado do estado e a adoção do conceito de espaço peri-metropolitano, como área de influência da RMS, nele inserindo, além da RMS, os demais municípios do Recôncavo, a área de Feira de Santana, a zona de influência da estrada BR-101 e o Baixo Sul, com destaque para a indústria naval em São Roque e a revitalização do transporte hidroviário. Mantém a ênfase na promoção do desenvolvimento industrial, mas também na agroindústria, na pesca e silvicultura,

70 Entrevista concedida por Fernando Cardoso Pedrão a Maria Brandão, em maio de 2001.

71 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1982.

numa política de turismo em favor do turismo de classe média, sugestões que se desviam das propostas posteriores ao Conder-Recôncavo, que visavam à elevação da renda e consideração pela cultura local.

ESTUDO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS ATUAIS E POTENCIAIS DO COMPLEXO PETROQUÍMICO E METALÚRGICO DE CAMAÇARI E ÁREAS DE INFLUÊNCIA (1988)⁷²

Esse documento reitera as declarações anteriores sobre o Copec no cuidado com o meio ambiente, com as necessidades de equipamentos e serviços de interesse social, com a população, com a expansão das oportunidades de ocupação da população local e apresenta uma inesperada preocupação com a estrutura fundiária nas proximidades do Copec, além da crença na necessidade de participação e conscientização da população quanto às “interações entre processos naturais e sociais”. Em seus termos de referência, insiste em:⁷³

- proteção e renovabilidade dos recursos ambientais e substituição dos recursos não renováveis por renováveis;
- gestão dos recursos naturais de forma a satisfazer as necessidades da população da região;
- maximização da utilização da mão de obra local, reciclagem de materiais, resíduos e energia;
- incentivo à participação, educação e conscientização da população de modo a permitir o conhecimento das interações entre processos naturais e sociais;
- promoção do aproveitamento econômico-social e ecologicamente apropriado dos recursos naturais, mediante formas de posse e gestão que

72 CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (BA). *Estudo dos impactos ambientais atuais e potenciais do complexo petroquímico e metalúrgico de Camaçari e suas áreas de influência*. Salvador: CRA, 1988. Diagnóstico ambiental/ Meio ambiente/ Diagnóstico socioeconômico.

73 *Ibid.*, p. 10-11.

considerem as inconveniências do latifúndio e do minifúndio e seus decorrentes problemas ambientais.

CAMAÇARI 2000 (1992)⁷⁴

Esse documento, escrito no final da gestão do segundo prefeito eleito de Camaçari, reflete o clima de crítica aberto com a crise que levaria à cassação do presidente Fernando Collor de Mello e que propiciaria a vitória de uma chapa de oposição ao Partido da Frente Liberal (PFL) e aliados para a Prefeitura de Salvador.

O texto *Camaçari 2000*, produzido às vésperas das eleições municipais, em que o próprio prefeito pleiteara, sem êxito, assegurar a continuidade de seu grupo na prefeitura, constitui a mais elaborada tentativa de interpretação da dinâmica de transformação e das possibilidades de intervenção sobre a realidade do município de Camaçari. O documento publicado é apenas um resumo de estudos⁷⁵ a serem acompanhados de planos, propostas e projetos que, a exemplo dos estudos de apoio, não chegaram a ser publicados ou mesmo não foram concluídos. Assim, a publicação apenas relaciona os elementos de diagnóstico e de política, sem maiores detalhes. Contudo, produz um dos mais lúcidos quadros sobre o município e, mais que isso, sobre o impacto da industrialização e das condições políticas e sociais da RMS sobre a vida municipal. Em sua apresentação, o prefeito José Eudoro Tude destaca a participação popular nas indicações sobre o futuro do município e explicita o objetivo da proposta – a definição de “diretrizes e ações necessárias para que o município alcance, na virada do século, um adiantado estágio de progresso e desenvolvimento nos setores social, econômico e ambiental”.⁷⁶

A crítica às tentativas anteriores de planejamento revela as pretensões desse trabalho, que toma por horizonte uma década e assume a intenção de reverter o quadro de referência da gestão municipal.

74 CAMAÇARI (BA). Prefeitura. *Camaçari 2000*. Camaçari: A Prefeitura, 1992.

75 *Ibid.*, p. 19.

76 *Ibid.*, p. 15.

Nos instrumentos de planejamento estadual dos últimos 13 anos, a questão Camaçari foi tratada como um projeto econômico que traduzia o desenvolvimento industrial do estado... [com] indicadores de intenções, abordando os aspectos a serem tratados pela administração pública de modo superficial, [embora apresentando] consistências de objetivos e interesses e compatibilidade estratégica, na visão pretendida.

Camaçari, isoladamente, em qualquer documento, jamais apareceu com orientações específicas para o seu crescente problema urbano-social, criado pela política industrial traçada fora da sua esfera de administração.

De um lado, os documentos tratam o caso da petroquímica como grande vetor moderno de crescimento da economia baiana. E de outro, numa visão metropolitana, é indicada a necessidade de habitação e transportes na RMS, por conta dos déficits criados pelo aumento populacional.

[...] em função das dificuldades sistêmicas da administração pública, [...] as intenções e realizações para Camaçari se dispersaram em jogos orçamentários, interesses conflitantes, confusos e até particulares, cujos resultados, no conjunto das necessidades fundamentais, não chegaram a surtir os efeitos desejáveis.

Os recursos alocados a Camaçari poderiam ter tido muito maiores benefícios se tivessem sido aplicados numa matriz planejada, a partir de um diagnóstico único e abrangente.... [a Conder, por sua vez,] perdeu o espaço político de efetivo órgão metropolitano e ficou, apenas, como um órgão do estado subordinado a uma secretaria sistêmica.⁷⁷

Segundo o texto, a estratégia da administração estadual à época não diferia em muito daquela pensada 14 anos antes, conforme a *Estratégia de desenvolvimento da RMS*, de 1985 (ver a seguir). Assim, o documento *Bahia: reconstrução e integração dinâmica*, 1991, propunha:

77 CAMAÇARI, 1992, p. 23.

[...] a constituição, em cada região econômica, de pelo menos uma cidade média, de elevado padrão de infraestrutura e de serviços sociais-urbanos. [E cita:] ‘Estas cidades, com funções definidas num sistema de hierarquia urbana do estado, irão nuclear as regiões, funcionando como polos de articulação e integração de desenvolvimento do interior’.⁷⁸

Mas o documento critica a Estratégia de 1985 em sua proposta de apenas descentralizar o terciário pelo fato de:

[...] não perceber que o município [Camaçari] transcende aquele estágio e já exige a formulação de estratégias próprias sobre o próprio setor secundário, mas em cima de um processo diversificado de sua base industrial e a condução de estratégias particulares sobre a ocupação do setor primário.⁷⁹

Os 12 anos de subordinação ao Governo Federal (1972-1984) como área de segurança nacional “[...] prejudicaram o município no seu processo de ocupação e de desenvolvimento”. Enquanto isso, a explosão demográfica “[...] disseminou pobreza e favelização, fazendo com que a gestão pública tivesse que se dividir em atendimento àquela situação, do tipo emergência contínua, e na preparação do município às novas demandas decorrentes do processo de industrialização”.⁸⁰

As gestões posteriores (1986-1988 e 1989-1992), entretanto, não conseguiram reverter as “linhas negativas” da situação e trabalhar com horizontes mais longos.

Entretanto, nos três anos precedentes (período 1989-1991), os gastos com investimentos alcançaram 54% da despesa total. Isso levou a uma melhor infraestrutura habitacional, saneamento e transporte, o que induziu à fixação de trabalhadores do polo, aumentando a procura por bens e serviços públicos. Ampliada pela necessidade de atrair residentes com renda mais elevada e pelas demandas derivadas do desenvolvimento turístico com a implantação da Linha Verde, essa procura tenderá a crescer ainda mais. Há ainda a considerar a urgência, para os municípios da RMS e dos governos estadual e federal, de implantação do sistema ferroviário de transporte de massa e também de carga.

78 CAMAÇARI, 1992, p. 24.

79 Ibid., p. 28.

80 Ibid., p. 31.

Importante como introdução às indicações de política é a análise dos condicionantes do desenvolvimento municipal, que relaciona elementos estruturais e de conjuntura quanto à marcha da reforma do Estado brasileiro, os efeitos da crise econômica manifesta na época e as repercussões da reforma constitucional de 1993 sobre a autonomia financeira dos municípios. Menciona também as limitações de recursos do município de Camaçari decorrentes da queda de atividade econômica e a questão da capacidade de modernização da administração municipal.

A análise dos efeitos do descompasso entre a intervenção econômica e a urbana, que marcou a história recente do município, destaca a questão do déficit de emprego e do desemprego estrutural, a falta de uma efetiva capacidade de pressão da comunidade local por melhorias, a presença de tendências que se dispersam entre situações contraditórias, como o crescimento do comércio e serviços com forte setor informal, o aumento da arrecadação fiscal sem suficiente capacidade para os investimentos necessários, o surgimento do dualismo socioespacial sede e interior *versus* orla, e sua dimensão política de populismo (sede e interior) *versus* elitismo (orla), gastos elevados com infraestrutura frente a baixas densidades de uso.

O texto trabalha, por isso, com as hipóteses de uma situação de poder e contradição, em que se manteriam as características tendenciais da época, procurando-se ampliar a base econômica e lutando-se pela melhoria do quadro urbano-social, e outra, de força e equilíbrio, determinando-se, por “planejamento exaustivo”, o tamanho e a qualidade desejável de Camaçari e recorrendo-se à concepção de uma matriz que assegure:

- a. [...] crescimento mais lento da base econômica, inclusive rejeitando oportunidades de investimentos e/ou desviando empreendimentos econômicos para outros municípios/regiões;
- b. seletividade de investimentos, visando à elevação da massa salarial municipal e à redução drástica do uso da mão de obra desqualificada;
- c. qualificação da mão de obra existente;
- d. [processos de] contenção da imigração de mão de obra desqualificada;

- e. [processos de] recuperação/desenvolvimento da infraestrutura urbana e social;
- f. elevação sistemática da qualidade de vida.⁸¹

PLANO DIRETOR DE LIMPEZA URBANA (1994)⁸²

Parte do Projeto Metropolitano de Salvador, componente Limpeza Urbana, elaborado em parceria entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Mundial, o Plano de Limpeza Urbana apresenta diversos volumes, diferenciados por sub-regiões da RMS, que contêm observações comuns sobre os baixos rendimentos da População Economicamente Ativa (PEA), a decrescente participação relativa dos salários no Valor da Transformação Industrial (VTI) e sobre a problemática expansão do terciário na periferia metropolitana.

O documento assinala, por exemplo, que, em 1970, Camaçari e Dias d'Ávila representavam 5,3% dos trabalhadores industriais da RMS, com 5,5% do VTI. Em 1986, esses números passam a 24% e 38% respectivamente, enquanto a participação dos salários desce de 24,2%, em 1970, para 10% em 1980. Enfatiza o baixo nível dos rendimentos da PEA – com a maior percentagem (31,4%) na faixa de 1 a 2 salários mínimos em 1980, enquanto apenas 0,7% recebem mais de 20 salários mínimos – revelando a residência em Salvador dos empregados mais bem remunerados do Copec. Expõe a convicção de que a “duplicação” do polo, em curso na época, teria impacto marginal na renda e no emprego industrial em nível local.⁸³ E afirma que, ao contrário da previsão de um crescimento acelerado do setor terciário,

[...] este setor na RMS constitui uma extensão do parque industrial do Centro-Sul. Seu modelo obedece à lógica de expansão do capitalismo industrial na economia brasileira [...]. Em consequência, a dinâmica industrial baiana se subordina aos interesses e decisões das empresas aí instaladas, as quais preconizam a necessidade de

81 CAMAÇARI, 1992, p. 48-49.

82 CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (BA). *Plano Diretor de Limpeza Urbana: projeto metropolitano*. Salvador: CRA, 1994.

83 Ibid.

acumulação de uma economia globalizada. Em outras palavras, o processo de transformação não prioriza as necessidades do estado, mas sim os interesses e decisões extrarregionais. Isto faz com que parcelas significativas dos altos excedentes gerados voltem a se agregar aos capitais de origem, estabelecendo, também, limites mais rígidos às suas possibilidades de expansão (PMD, 1982). De fato, este modelo de desenvolvimento industrial não procedeu a uma maior homogeneização da estrutura produtiva da RMS. Os efeitos dinâmicos do setor se concentram na indústria de construção civil e no setor terciário de Salvador.⁸⁴

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gabriel Barreto de. *Planejamento na Bahia*. 1965. Trabalho apresentado ao Seminário de Planejamento Estadual, BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). Salvador, jul. 1965.
- AZEVEDO, Aroldo de. Recôncavo da Bahia: estudo de geografia regional. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 1, 1950.
- AZEVEDO, Aroldo de. El Recôncavo de la Bahia. *Revista Geográfica Americana*, Buenos Aires, ano 9, n. 108, p. 103-127, 1942.
- AZEVEDO, Aroldo de. Recôncavo da Bahia. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, São Paulo, n. 38, p. 141-162, 1944.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Regiões e paisagens do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. (Brasíliana, v. 274).
- AZEVEDO NETO, Vasco. *Portos e ferrovias: projeção para o III milênio*. 1997. Trabalho apresentado ao Seminário Recôncavo da Bahia, 1997.
- AZEVEDO, Thales de. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1959.
- BAHIA. Comissão de Planejamento da Orla Marítima. *Plano piloto da orla marítima: Ipitanga, Jauá, Arembepe, Guarajuba, Tassimirim*. 1977/1978. Camaçari: Prefeitura de Camaçari, 1985.
- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio/Empreendimentos da Bahia. *Plano do Centro Industrial de Aratu*. Salvador, 1965.

84 CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS, 1994, p. 35.

- BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio/Empreendimentos da Bahia. *Plano de localização de indústrias*: Relatório preliminar. Salvador, 1966.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia Cultural da Bahia*: recôncavo. Salvador: SCT, 1997. v. 2.
- BAHIA. Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação. *Bahia*: Bahia's Environmental Sanitation Program [Salvador: Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação], [1996].
- BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Centro Industrial de Aratu. *Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu*. Salvador: CIA, 1980.
- BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. *IPAC-BA*: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1978. v. 2 - Monumentos e sítios do Recôncavo. v. 2, pt. 1.
- BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. *IPAC-BA*: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1982. v. 3, pt. 2.
- BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio. Coordenação de Fomento ao Turismo. *Plano diretor da orla marítima*: trecho Porto da Barra/Açu da Torre. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio, [1974].
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Atlas do Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 1976.
- BAHIA. Secretaria das Minas e Energia. Comissão Coordenadora das Obras do Polo Petroquímico - CONCOP. *Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari*. Salvador: Secretaria de Minas e Energia, 1974.
- BAHIA. Secretaria das Minas e Energia; CAMAÇARI (BA). Prefeitura. *II Programa de inversões na infra-estrutura urbana e social*: implantação do complexo petroquímico de Camaçari. Salvador: [s. n.], 1975.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. Centro de Planejamento da Bahia. *Atlas climatológico do Estado da Bahia*: o clima como recurso natural básico à organização do espaço geográfico. Salvador: CEPLAB-SEPLANTEC, 1978.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Termo de referência do Projeto Turístico e Cultural do Recôncavo*: pró-recôncavo. Salvador: SEPLANTEC, 1980.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia. Centro de Estatística e Informações. *Qualidade ambiental na Bahia*: Recôncavo e regiões limítrofes. Salvador: CEI, 1987.
- BAHIA. Secretaria da Viação e Obras Públicas. Departamento de Energia. Companhia Brasileira de Engenharia. *Plano de Eletrificação do Estado da Bahia*: Região Recôncavo. Salvador, 1957. v. 1.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

CAMAÇARI (BA). Prefeitura. *Camaçari 2000*. Camaçari: A Prefeitura, 1992.

CARVALHO, Antônio Balbino de. *Participação da Bahia na vida nacional*. Salvador, 1956. Ofício dirigido ao presidente Juscelino Kubitschek.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (BA). *Plano Diretor de Limpeza Urbana: projeto metropolitano*. Salvador: CRA, 1994.

CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (BA). *Estudo dos impactos ambientais atuais e potenciais do complexo petroquímico e metalúrgico de Camaçari e suas áreas de influência*. Salvador: CRA, 1988. Diagnóstico ambiental /Meio ambiente/ Diagnóstico socioeconômico.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Diagnóstico preliminar dos recursos hídricos do Recôncavo Baiano: relatório final*. Recife, 1973.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Diretrizes e políticas da Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CONDER, 1975. 3 v.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR; OFICINA TÉCNICA DE EMPRESAS E ENGENHARIA. *Plano de Turismo do Recôncavo: resumo*. Salvador: CONDER, [1971]. 2 v.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Porto Náutico Turístico da Baía de Todos os Santos: Recôncavo Baiano*. Salvador: CONDER, 1980.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO (BA). *Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Baiano*. [Salvador]: CONDER, 1967. Versão final do relatório apresentado ao Governo do Estado da Bahia pela Missão, organizado pelo BID.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR; CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - CLAN. *Desenvolvimento da indústria petroquímica no estado da Bahia*. Salvador: CONDER: CLAN, [197-], 2 v. Financiamento: Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)/Petroquisa.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Estratégia de desenvolvimento da RMS, 1985-2000*. Salvador: CONDER, 1985.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento*. Salvador: CONDER, [1977-1978]. 5 v.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. *Plano Metropolitano de Desenvolvimento: PMD-1982*. Salvador: CONDER, 1982.

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. *Projeto metropolitano: investimentos urbanos na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: CONDER, 1998. Relatório sumário.
- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO RECÔNCAVO (BA). Consultoria e Planejamento. *Programa de Desenvolvimento Integrado do Recôncavo: estratégia e resumo dos termos de referência*. [Salvador]: CONDER, [1968].
- CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - CLAN. *Levantamento dos recursos hídricos da micro-região do Recôncavo*. Salvador: CLAN, [197-].
- CONSULTORIA E PLANEJAMENTO - CLAN; OTI. *Plano de Turismo do Recôncavo*. [Salvador]: Secretaria de Indústria e Comércio, [1971].
- GUIMARÃES, Ary. *Um sistema para o desenvolvimento: governo baiano e industrialização*. Salvador: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1966.
- ELETROCONSULT DO BRASIL. *Levantamento de solos e recursos d'água no Recôncavo Baiano*. São Paulo: ELETROCONSULT DO BRASIL, 1972.
- HUTCHINSON, Harry William. *Village and Plantation Life in Northeastern Brazil*. Seattie: University of Washington Press, 1957.
- SANTOS, Milton. *O papel metropolitano da Cidade do Salvador*. Salvador: Gráfica Americana, 1956.
- SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DA BAHIA. *Planejamento na Bahia*. Salvador: SEI, 2001. CD-Rom.

ANEXO A – A Carta do Petróleo (1959)

Esta é a íntegra do documento final da Conferência do Petróleo, promovida pelo jornal *A Tarde* entre 21 e 23 de janeiro de 1959, em cuja sede foram discutidos, a partir de novembro de 1958, sob a direção do seu redator-chefe, Jorge Calmon, vários trabalhos preparatórios. As propostas da Bahia foram elaboradas por três comissões técnicas: Assuntos Jurídicos – dirigida por Nelson de Souza Sampaio; Assuntos Econômicos – coordenada por Manoel Pinto de Aguiar e Assuntos Sociológicos, cuja responsabilidade ficou com Thales de Azevedo. A partir desses e outros trabalhos apresentados e das discussões realizadas na sede de *A Tarde*, foram escritas as *Pretensões da Bahia em relação ao Petróleo* que deram origem à carta aprovada no final da conferência (Maria de Azevedo Brandão).

A Conferência do Petróleo reconhece:

1. o direito do estado da Bahia e de seus municípios haverem da União, gratuitamente, ações ordinárias da Petrobras, tantas quantas bastem a fazer, respectivamente 8% e 2% do valor de suas jazidas – assim, o atribuído para a constituição inicial do capital da empresa, como o que, determinado um correspondente aumento desse capital, for estabelecido pela incorporação de novas jazidas ou pela reavaliação das existentes, reavaliação esta que deverá ser feita sempre que aconselhada por sensível alteração das mesmas jazidas;
2. que, em todo aumento de capital, feito na vigência do Decreto nº 40.485, a avaliação das jazidas deverá ser procedida de acordo com ele, possibilitando, assim, ao Estado interferir na escolha dos peritos (Lei nº 2.627, Art. 5 e seguintes).

A Conferência do Petróleo recomenda:

1. à bancada federal baiana estudar o Projeto nº 4.247/58, de autoria do deputado Vasco Filho, a fim de votar uma medida legislativa que ampare, equitativamente, o direito dos superficiários;

2. que todo e qualquer dano causado pela Petrobras aos proprietários superficiários seja indenizado, de preferência de modo amigável, no mais curto prazo possível, para o que deverá ser estudada a organização de um processo administrativo adequado, ressalvado, evidentemente, o direito dos aludidos proprietários recorrerem ao Poder Judiciário, se assim julgarem por bem. Quanto aos prejuízos que a Petrobras possa causar aos superficiários, pela ocupação temporária de suas propriedades, deverão ser previamente compensados por um justo preço, arbitrado amigavelmente, à vista dos planos de trabalhos. Aos aludidos proprietários fica sempre ressalvado o direito a uma indenização maior, se os prejuízos afinal excederem aquela estimativa. Ainda aí, essa indenização deverá ser efetivada no mais breve prazo possível e de modo amigável, ficando, todavia, livre, aos proprietários, o recurso ao Judiciário, se lhes convier;
3. a inclusão de pelo menos um representante da Bahia no Conselho Nacional do Petróleo, no Conselho de Administração, na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal da Petrobras;
4. a modificação do tabelamento do CNP, a fim de que os derivados do petróleo sejam mais baratos na Bahia, como sucede em toda região produtora, em lugar da política de preços que fixa, para a Bahia, custos mais elevados da gasolina e do óleo diesel do que os vigorantes em algumas praças do país;
5. a apresentação de um projeto de lei fixando novo crédito de rateio do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, no qual se atribua, ao fator produção, mais justa influência na distribuição do imposto;
6. que o cálculo da receita, resultante da matéria-prima nacional, para efeito do cômputo do fator produção de óleo cru nacional, na distribuição do imposto único sobre combustíveis líquidos, leve em conta os derivados de matéria-prima importada, em quantidade equivalente à matéria-prima nacional, que o CNP e a Petrobras prefiram exportar;
7. a fixação de novo e mais justo royalty para os estados e municípios produtores, encarecendo-se que o CNP adote normas destinadas a apressar o programa do royalty devido;
8. o pagamento de royalty sobre a produção dos poços submarinos;

9. sejam destacadas as atuais unidades da Petrobras, na Bahia, para constituírem sociedades subsidiárias, nas quais estados e municípios participem efetivamente, no capital, com o mínimo de 20%, segundo a legislação em vigor, devendo, por modificação legal, esse limite ser ampliado, sem prejuízo da posição majoritária da Petrobras; e que a constituição de outras sociedades subsidiárias obedeça ao mesmo princípio, para o desenvolvimento das atividades derivadas, que se revelem convenientes para o desenvolvimento regional. A realização da quota do estado e seus municípios nas subsidiárias poderá ser feita mediante conversão de suas ações na Petrobras ou, ainda, a longo prazo, mediante a conversão dos royalties devidos ao estado;
10. que se criem condições adequadas a induzir empresas privadas a instalarem na Bahia atividades industriais derivadas, importantes para o desenvolvimento regional, inclusive e imediatamente a usina de mistura de lubrificantes, sempre que não convenha à Petrobras que ela o faça diretamente, ou por suas subsidiárias;
11. considerando a importância da Petrobras, como um fator permanente e contínuo ao desenvolvimento econômico da Bahia, que sejam mobilizados todos os esforços e negociações junto à União e àquela empresa, no sentido de, simultaneamente, com o programa de extração e refino de óleo, instalar a Petrobras subsidiárias para a exploração da indústria petroquímica e criar condições adequadas à atração de capitais, que, sob sua orientação, se dediquem a tais investimentos;
12. a atualização periódica, pelo Conselho Nacional do Petróleo, com a presença de representantes da Bahia, do valor do petróleo e do gás extraído na região de acordo com os preços vigentes no mercado internacional, para efeito do pagamento do royalty;
13. que sejam considerados os portos de Ilhéus e de Caravelas entre os portos base para efeito de fixação dos preços CIF uniformes, nas bases de abastecimento no litoral brasileiro e em mais outros portos que o desenvolvimento das zonas tributárias o justifique;
14. que a Petrobras, em convênio com o estado da Bahia, o município de Salvador e os municípios da região de produção participe da elaboração e

- da execução de um programa destinado à ampliação de obras, serviços e outras “economias externas” no estado de forma a elevar a produtividade na área que pretende industrializar;
15. que nos convênios ou acordos, para aplicação em comum, por parte do estado, dos municípios e da Petrobras, de royalties ou outros proventos, sejam efetivamente atendidos os interesses do desenvolvimento econômico do estado e dos municípios;
 16. que atendendo ao que, justamente, aspiram os municípios, seja reconhecida a estes, independente de ação judicial, a cobrança do imposto de indústria e profissões sobre as atividades de refino e produção de derivados de petróleo;
 17. que seja efetivamente obedecida a disposição do emprego do gás como matéria-prima para a indústria petroquímica, em vez do seu uso como combustível;
 18. a preservação e liberação do gás natural, a ser aplicado como matéria-prima em indústrias petroquímicas, evitando-se, sempre que possível, o seu uso nas operações de recuperação de óleo;
 19. o prosseguimento da política de ampliação da refinaria de Mataripe, de modo a esta vir a suprir de combustíveis líquidos a Bahia, o Nordeste e o Norte e, também, da prioridade no processamento e suprimento de óleos lubrificantes para todo o país;
 20. a elaboração de um plano de recuperação econômica e de recolonização por meio de pequenas propriedades das áreas ocupadas pela Petrobras;
 21. que a Petrobras continue incrementando, seja diretamente, seja por meio de convênios, custos de formação de mão de obra qualificada.

ANEXO B – Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Bahiano (1967)

Este texto resulta do trabalho da equipe de especialistas do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), da Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reunida em Salvador em 1967, com o apoio do último, sob a coordenação do arquiteto Eduardo Neira Alva. O documento conclui pela criação do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (Conder), objeto do Decreto nº 20.353, de 23 de setembro de 1967. Foram suprimidos nesta edição alguns parágrafos com detalhamento das medidas propostas. As interpolações e omissões, indicadas por reticências, estão entre colchetes. (Maria de Azevedo Brandão).

Antecedentes

Formação socioeconômica do Recôncavo

O Recôncavo apresenta todas as características das regiões subdesenvolvidas: graves problemas de desemprego, recursos mal utilizados, insuficiência alimentar, agricultura de baixa produtividade, concentração da propriedade da terra, altas taxas de mortalidade e morbidade infecciosa, dependência de mercados exteriores, violentas desigualdades sociais, industrialização limitada e incompleta, setor terciário hipertrofiado, baixos níveis sanitários, baixos níveis educacionais com acen-tuado analfabetismo, elevada taxa de crescimento demográfico, forte tendência à urbanização, escassez de serviços e deficiências de infraestrutura. O Recôncavo, sem dúvida, foi cenário do desenvolvimento de atividades econômicas que deram lugar, durante vários séculos, a uma considerável acumulação de riqueza, com base em uma estrutura de recursos naturais favorável à produção de matérias-primas de exportação e com uma disponibilidade de mão de obra de custo reduzido.

Por diversas razões, explicadas pela história econômica, esta situação evoluiu de maneira diferente em relação a outras regiões do Brasil, principalmente no período de industrialização do país. Enquanto os estados do Sul, especialmente São Paulo, mecanizaram sua produção e acumularam capital, criando condições

para o estabelecimento do primeiro polo de desenvolvimento industrial do país, a Bahia e Pernambuco continuaram como centros de atividades agrícolas de baixo rendimento. O aparecimento de outros cultivos, como o cacau do sul do estado, não modificou a natureza da economia do Recôncavo. De fato, sua agricultura ainda se caracteriza por uma considerável concentração da propriedade, baixa capitalização dos cultivos e, em geral, um baixo aproveitamento das terras agrícolas.

O descobrimento do petróleo e a criação da Petrobras trouxeram novos fatores de mudança de extraordinária importância, mas cujos efeitos não puderam ainda transmitir-se plenamente ao conjunto da economia regional, possivelmente pela falta de condições institucionais adequadas e pela ausência de obras de infraestrutura apropriadas. Na realidade, a atividade petrolífera se desenvolve em forma quase autárquica e com limitada integração com o resto da economia do estado.

Um fator de grande importância que pode ajudar a explicar o atraso do desenvolvimento regional do Recôncavo pode ser a incapacidade da economia baiana para reter a poupança gerada pelo regime de exportações, a qual tendeu a transferir-se ao Centro-Sul e apenas parcialmente se concentrou no polo de Salvador, nas atividades intermediárias. Enquanto São Paulo se desenvolvia como centro industrial produtor de bens de consumo e de capital e dava lugar a um processo de substituição de importações, Salvador continuava atuando como centro exportador de matérias-primas e, portanto, contribuía, por meio de compras e transferências diretas e indiretas de recursos, para a capitalização do parque industrial do Centro-Sul. Neste processo, a Bahia perdia duplamente – primeiro, por suportar diretamente a deterioração das relações de intercâmbio internacional e, segundo, porque se via obrigada a comprar em um mercado nacional protegido, cujos preços estavam afetados pela inflação que acompanhou o desenvolvimento do país e pelos efeitos de protecionismo alfandegário do Governo Federal. As condições existentes na região não permitiram que a Bahia utilizasse as vantagens cambiais estabelecidas pelo Governo Federal para favorecer o desenvolvimento industrial do país, embora desse substancial contribuição ao processo, mediante a retenção, pela União, de parte do valor de suas exportações.

Por outra parte, a estrutura socioeconômica dual existente na Bahia determinou uma forma de reinversão que favoreceu principalmente a Salvador e, já de modo

secundário, o Recôncavo, especialmente Cachoeira e Santo Amaro da Purificação, quando não era transferida para o Centro-Sul. Estas inversões tiveram características eminentemente suntuárias ou limitaram-se a inversões agrícolas estritamente necessárias para manter o volume da produção agrícola. Estas circunstâncias determinaram uma baixa taxa de investimentos e, em consequência, o Recôncavo não pôde criar oportunidades de trabalho suficientes para uma população cujo ritmo de crescimento se acelerou notavelmente durante as últimas décadas. Nessas condições explica-se que se produzissem deslocamentos de população para o sul do país.

O debilitamento gradual do processo de substituição de importações, ocorrido na década de 1960, limitou paulatinamente a capacidade de absorção de mão de obra baiana que buscava emprego em São Paulo. Este fenômeno, que assinala o fim de uma etapa no desenvolvimento do Brasil, intensificou a acumulação da mão de obra desempregada no Recôncavo. Ao fechar-se essa válvula de escape para as pressões demográficas, começam a sentir-se, em Salvador e em sua zona de influência imediata, efeitos que neutralizam, em parte, o crescimento do produto que se observa na Bahia nos últimos cinco anos.

A presença de uma grande massa de desempregados e subempregados no Recôncavo apresenta problemas econômicos e sociais bastante importantes, por si sós, para indicar a necessidade de uma mudança. O problema de desemprego maciço agrava o fenômeno da marginalização urbana que se observa atualmente em um setor importante da população e, portanto, aumenta as desigualdades que atentam contra a integração social, que é a condição fundamental para o processo de desenvolvimento continuado que o país almeja. Caso não se criem as condições que permitam uma mobilidade social mais ampla, o desenvolvimento futuro do Recôncavo poderá ser estrangulado.

A acumulação do desemprego e as distorções sociais que se originaram ao longo de todo o processo descrito não são os únicos aspectos limitativos observáveis na atualidade.

Além da falta de mecanismos de retenção e inversão produtiva das poupanças da região, pode-se perceber uma deficiência institucional bastante extensa, que dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas, o fornecimento de serviços e a integração dos setores marginalizados da população. Esta deficiência, entre outras causas, dificulta a introdução de um sistema progressivo de distribuição da renda e melhoria no sistema de tributação. Também aparece claramente,

como expressão de desajuste, o alto custo de vida, resultante de um aumento da demanda de alimentos e habitação, frente a uma inelasticidade da oferta. Por outro lado, é evidente uma acentuada deterioração das estruturas urbanas que ameaçam destruir valores humanos e históricos insubstituíveis. Esta deterioração, que se observa também no sistema urbano de transportes e comunicações, pode obstaculizar gravemente as funções de Salvador como centro dinâmico do conjunto econômico do Recôncavo e do estado da Bahia.

Aparecimento das condições para mudanças

A situação descrita parece derivar-se fundamentalmente das condições que prevaleceram no passado e que determinaram uma estrutura econômica e social demasiado rígida para adaptar-se às modificações que o quadro atual exige. Não obstante, apareceram nos últimos anos novos fatores, cujos efeitos não se tem podido avaliar plenamente, mas cuja presença proporciona elementos para que se reformulem os problemas do desenvolvimento econômico do Recôncavo. Estes fatores são os seguintes:

- a geração de energia elétrica em Paulo Afonso, que criou uma das condições fundamentais para o desenvolvimento industrial no Nordeste;
- a criação do Banco do Nordeste do Brasil, marco inicial da ação coordenadora do Governo Federal no Nordeste que, além de representar oferta de recursos para financiamentos a longo prazo, implicou uma nova modalidade de aplicação de recursos em empreendimentos privados, no aumento da oferta de técnicos em desenvolvimento econômico e na intensificação da pesquisa socioeconômica básica;
- a criação na Bahia, em 1954, da CPE-Fundação Comissão de Planejamento Econômico, destinada a programar, em nível global e setorial, o desenvolvimento econômico do estado, valendo ressaltar o cabedal de experiências e informações hoje disponíveis, resultante da implantação, pioneira no Nordeste, de um sistema estadual de planejamento;
- a criação da Sudene e a aplicação dos incentivos fiscais e financeiros que favorecem a transferência de capitais do Centro-Sul para o Nordeste;
- a pavimentação da Rio-Bahia (BR-116), que ajudou a romper o virtual bloqueio da região, decorrente da deficiência e do alto custo do transporte

marítimo (a essas circunstâncias se agrega a vantagem do frete de retorno mais barato no sentido Norte-Sul);

- as economias externas criadas pela Petrobras na região, que tornaram possível se aproveitarem as condições existentes para a implantação de indústrias derivadas do petróleo, especialmente para a petroquímica;
- a criação do Centro Industrial de Aratu, que poderá aportar facilidades e serviços para estabelecimento e coordenação de um parque industrial de grandes dimensões;
- a própria circunstância de aproximar-se a população de Salvador da casa de um milhão de habitantes, provocando problemas socioeconômicos de extrema complexidade, que tornam indispensável uma ação desenvolvimentista.

Esses fatos novos conduzem a várias observações. Em primeiro lugar, embora alguns deles constituam vantagens locais para todo o Nordeste, outros beneficiam, particularmente, Salvador e o Recôncavo. Deve-se ter presente, além disso, que o Recôncavo Baiano é o centro mais importante no sul da região Nordeste, ou seja, está relativamente perto dos centros mais desenvolvidos no país, e também é o único a eles ligado, até o momento, por rodovia pavimentada. As vantagens locais são, no caso de Salvador, possivelmente o recurso mais valioso. De fato, se bem que os recursos naturais do Recôncavo sejam variados e importantes, não parecem ser suficientes, por si sós, para justificar um desenvolvimento autopropulsionado e permanente.

Em segundo lugar, cabe assinalar que a maior parte dos fatores referidos são exógenos e, portanto, fora da jurisdição política do Governo do Estado. Por outra parte, trata-se de fatores que podem ser influenciados por decisões de política nacional ou por modificações tecnológicas.

Em terceiro lugar, deve-se levar em conta a persistência das estruturas criadas pelos setores tradicionais da economia e, portanto, a existência de elementos institucionais criados para outras condições, que agora oferecem resistência à ação renovadora dos fatores anteriormente comentados.

As possibilidades de desenvolvimento econômico do Recôncavo dependerão, conseqüentemente, da habilidade com que se possam aproveitar os novos efeitos dinâmicos em prazo mais ou menos curto. Sua efetividade dependerá, especialmente,

da estratégia que oriente sua aplicação para manter e desenvolver as atividades tradicionais da região, eliminando obstáculos que se lhe opõem, introduzindo agentes modificadores que originem novas estruturas sociais e econômicas, que se somem às atuais, fortalecendo a integração da região com o resto do país.

Isto quer dizer que, embora a agricultura tenha sido tradicionalmente o sustentáculo econômico da região e existam possibilidades de elevar bastante sua produtividade, é principalmente no setor industrial que, a juízo da missão, encontram-se as possibilidades para deflagrar e manter um processo de desenvolvimento econômico no Recôncavo, segundo os modelos típicos observados nos países desenvolvidos. Não obstante, é preciso considerar que o dinamismo do crescimento industrial requer a expansão do setor agrícola, uma vez que, se não se dispõe de uma oferta adequada de alimentos para a população urbana, podem surgir condições que afetem de modo negativo as vantagens competitivas da região. Mais ainda, a agricultura pode proporcionar matéria-prima para a indústria e aumentar as oportunidades de emprego da região.

A decisão compete exclusivamente às forças políticas do estado mas, à primeira vista, parece que somente a segunda opção poderia conduzir a um desenvolvimento prolongado, capaz de superar os problemas econômicos e sociais de Salvador e do Recôncavo. Parece claro, também, que o esforço deve ser, em qualquer caso, no sentido de intensificar a atividade inter-regional e não para atingir a autossuficiência regional. O destino do Recôncavo, em suma, resultará basicamente de sua capacidade de intervenção no espaço econômico do Brasil, em que se situa, e não de um isolamento autárquico [...].

Termos de Referência

Estratégia

Com base nas observações antes formuladas, a Missão considera que o desenvolvimento do Recôncavo deve ser baseado numa estratégia destinada a reforçar as vantagens locais que a região apresenta para uma série de atividades econômicas.

Em primeiro lugar, o plano deve abordar a formulação de uma estratégia geral, que defina uma política de desenvolvimento para o Recôncavo e os critérios

necessários para determinar as atividades motrizes que se pode desenvolver e sua ordem de prioridade relativa. Tal política deve seguir a orientação do Governo Federal e ser compatível com os planos diretores da Sudene.

A estratégia deverá assinalar também os diversos sistemas de apoio que as estruturas institucionais deveriam fornecer e as instalações de infraestrutura indispensáveis para dinamizar o desenvolvimento das atividades motrizes. Ademais, deverá propor as medidas de política setorial a serem promovidas pelo Governo do Estado para acompanhar os sistemas de apoio.

Os critérios de identificação das atividades motrizes devem incluir a capacidade de geração de atividades derivadas, o emprego de recursos insuficientemente utilizados e o aumento das oportunidades de trabalho compatíveis com o aumento de produtividade do capital.

O critério aplicado aos sistemas de apoio será o de maximizar a eficiência no uso de recursos escassos. Todas as análises referir-se-ão às inter-relações regionais e não a um estudo estático das condições do Recôncavo.

Para esclarecer melhor a natureza do estudo, do qual deverá resultar a estratégia indicada, sugere-se a elaboração de alguns estudos:

- identificação das atividades motrizes para as quais a região teria vantagens comparativas de localização em relação aos mercados nacional e regional;
- desenvolvimento de estudos de mercado, projetos técnicos, análises financeiras e econômicas que definam alternativas concretas para as atividades motrizes previamente identificadas;
- estabelecimento das condições políticas de base necessárias para mobilizar e coordenar uma ação a longo prazo dentro da conjuntura política regional;
- identificação das condições de infraestrutura (físicas e institucionais) necessárias para o desenvolvimento rápido e eficiente das atividades motrizes;
- integração de instalações e instituições necessárias para o desenvolvimento das atividades motrizes em sistemas de apoio concebidos sobre critérios funcionais.

Atividades básicas e derivadas

As atividades básicas deverão ser selecionadas mediante análise cuidadosa de oportunidades de inversão. Entretanto, existem algumas cuja importância é aparente, como [a seguir].

Indústria petroquímica

As condições naturais do Recôncavo indicam, de uma maneira evidente, a viabilidade para diversos ramos dessa indústria, tornando-se, entretanto, necessário um estudo de conjunto que assinala as possibilidades reais dos complexos petroquímicos em função do mercado nacional e internacional e do fornecimento de matéria-prima.

Indústrias derivadas de outras atividades primárias

O complexo siderúrgico integrado a ser estabelecido proximamente oferecerá possibilidades concretas para indústrias derivadas. O mesmo sucede com outras atividades derivadas de mineração, para as quais a região oferece boas possibilidades, e outras mais. Como parte deste estudo, poderiam ser preparados perfis industriais (devem-se verificar os estudos feitos pela CPE).

Agropecuária e pesca

Estas atividades oferecem uma série de possibilidades, tanto para consumo direto, como para o fornecimento de matéria-prima à indústria, que devem ser analisadas em função da estrutura dos recursos e da demanda do mercado interno e externo. Um critério desejável na seleção deveria ser a possibilidade de se criar novas oportunidades de trabalho agrícola, sem sacrificar a produtividade. Como subproduto importante dessa análise, deve-se chegar a indicações sobre campos de investigação tecnológica a serem sistematicamente explorados.

O estudo deverá identificar, dentro de cada atividade básica, os projetos que devam ser preparados em concordância com a estratégia, estimar seu custo provável e assinalar os elementos de complementaridade que poderiam vincular cada projeto com outros, dentro de sua respectiva atividade e com as demais atividades.

Os sistemas de apoio

Para implantar e desenvolver atividades básicas como as indicadas, é indispensável organizar uma estrutura de apoio que propicie economias externas e crie facilidades para atrair e incentivar aquelas atividades. Evidentemente, a forma mais econômica de produzir essa estrutura é concentrá-la em áreas onde mais se intensifiquem as atividades básicas, aproveitando as economias externas dentro de sistemas funcionais [...].

Serviço de investigação e informação

Implantação de um sistema de investigação e informação que possa preparar, acumular e difundir informação básica dentro da região. O estudo deverá propor a forma de organização do serviço, sua integração com os centros de ensino e investigação existentes, incluindo investigações agrícolas, seu custo provável e suas possibilidades de financiamento. Deverá conduzir a um programa de atividades para os três primeiros anos.

Infraestrutura econômica

Sendo as vantagens locacionais o maior recurso do Recôncavo para uma série de atividades econômicas, parece lógico concluir que a dotação dos elementos materiais e institucionais, necessários para aperfeiçoar a infraestrutura econômica, seja o elemento mais importante para reafirmar a condição de polo de desenvolvimento de Salvador. Um dos elementos mais importantes dessa infraestrutura é o transporte.

Seria recomendável, portanto, um estudo de sistema de transporte do Recôncavo que inclua uma avaliação das várias alternativas (rodovias, ferrovia, navegação interior – inclusive uso de ferry-boat) nas possíveis combinações e as implicações em termos de custos e tarifas e que contenha uma apreciação sobre um sistema de tráfego rápido em Salvador.

Outros aspectos importantes da infraestrutura econômica são a oferta de água e energia. A capacidade instalada de energia parece suficiente, segundo as informações proporcionadas à Missão, porém é possível antecipar problemas de escassez de água. Portanto, é necessário realizar um estudo de abastecimento de água para a agricultura e a indústria, no qual se devem analisar as fontes de abastecimento, superficiais e subterrâneas, e a possibilidade de mudanças

tecnológicas que poderiam apresentar alternativas futuras substanciais na oferta e demanda desses elementos.

Infraestrutura social

O problema de infraestrutura social na região no momento atual define-se, principalmente, como um desajuste [entre] a utilização dos serviços sociais e assistenciais e a escassez de recursos para fortalecer essa infraestrutura. Como no futuro próximo haverá uma necessidade crescente de capital para inversões em produção de bens, a solução para as deficiências em infraestrutura social terá de ser encontrada mediante um aumento da produtividade dos recursos já atribuídos a esse campo.

Em consequência, recomenda-se um estudo de racionalização e integração de serviços básicos – água, esgotos e arruamento –, e assistência médica e educação. Esse estudo poderá ser solicitado à cooperação internacional e propor formas práticas de coordenação entre a Previdência Social e os serviços prestados pelos organismos correspondentes dos governos federal, estadual e municipal.

Recursos humanos

A execução de qualquer programa de desenvolvimento exige a quantificação dos recursos humanos que serão utilizados. Deve-se conhecer desde as mais complexas capacidades políticas e técnicas até as diversas especializações da mão de obra. O aparecimento de atividades novas tende a criar distorções imprevistas no mercado de trabalho, cuja correção pode redundar em grandes custos para a sociedade.

No caso do Recôncavo, é indispensável dispor de um estudo de recursos humanos para o desenvolvimento que revele as condições atuais do mercado de trabalho e que estime, em quantidade e especializações, a demanda de força de trabalho provável, propondo esquemas de soluções para os problemas encontrados, principalmente para o de financiamento da formação de mão de obra.

Financiamento

O financiamento do desenvolvimento na Bahia se fará mediante os incentivos fiscais administrados pela Sudene [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] e o apoio financeiro do BNB [Banco do Nordeste do Brasil], BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] e Banco do Brasil por uma parte, e do Baneb [Banco do Estado da Bahia] e Bandeb [Banco de Desenvolvimento do

Estado da Bahia] por outra. No primeiro caso, os centros de decisão estão fora do estado e, no segundo, o volume dos recursos disponíveis pelo estado da Bahia é limitado para acionar, por si só, um esforço da magnitude do que se pretende.

Nessas condições, a contribuição do governo estadual se medirá principalmente pela eficiência de sua ação promotora. Essa promoção teria que ser reforçada, sem dúvida, pelo exercício do poder de coordenação e pela ampliação da capacidade de financiamento para as sobras de infraestrutura [...].

Estudos de rápida efetivação

A Missão identificou, dentro da atual conjuntura, vários estudos e projetos, que poderiam ser realizados rapidamente e que constituem fatores importantes para o desenvolvimento do Recôncavo, ao tempo em que ofereceu a continuidade necessária com esforços anteriores. Entre esses projetos, podem-se assinalar:

Estabelecimento da Autoridade Metropolitana do Recôncavo

O desenvolvimento da zona urbana de Salvador e de sua zona de influência imediata está indissolúvelmente associado com o desenvolvimento do Recôncavo. Se não se pode discutir a posição de Salvador como um dos polos de desenvolvimento mais importantes do país, cabe duvidar seriamente de sua capacidade para cumprir as funções de centro de uma região econômica considerável se não se eleva o nível de seus serviços sociais e estanca a deterioração de sua estrutura urbana. Mais ainda, para orientar seu desenvolvimento urbano, exige-se um esforço de imaginação, organização e recursos materiais que devem ser combinados para promoverem um amplo movimento de progresso econômico, social e cultural.

Para assegurar que Salvador possa cumprir adequadamente sua função central para o desenvolvimento da região, será necessário estabelecer, como primeira medida, uma autoridade metropolitana que compreenda o município de Salvador e parte considerável do Recôncavo [...].

O estudo deveria incluir propostas para:

- melhorar os serviços urbanos básicos em conexão com os estudos em preparação pela Saer [Superintendência de Águas e Esgotos do Recôncavo] e pela Sudene;

- integrar e coordenar os serviços subministrados atualmente pelos governos federal, estadual e municipal no interior da área metropolitana;
- orientar a construção de moradias populares, em relação com as necessidades de expansão industrial.

Sistema de abastecimento alimentar

Este projeto deveria incluir todos os aspectos concorrentes que possam determinar um fornecimento adequado de alimentos para a população de Salvador e do Recôncavo [...].

Construção do Porto Industrial do Recôncavo

Outro estudo que poderia ser realizado rapidamente é a construção da primeira etapa do terminal para produtos sólidos do Recôncavo. Este terminal se destina à exportação de minérios e outros produtos (a Bahia não dispõe de instalação desse tipo) e à importação de matérias-primas e bens intermediários para o Centro Industrial de Aratu [...].

Implantação das obras fundamentais do Centro Industrial de Aratu

Reconhecendo-se que o elemento decisivo a ser introduzido no processo de desenvolvimento é a industrialização, torna-se essencial concentrar inicialmente os recursos na criação de sistemas de apoio à indústria, a começar pela infraestrutura física. No caso particular do Recôncavo, circunstâncias não fortuitas levaram o Governo do Estado a desenvolver um grande esforço, nos últimos dois anos, planificando e implantando o Centro Industrial de Aratu, numa escala e com características que possivelmente o transformarão no futuro num dos grandes centros industriais do país [...].

Estudos de viabilidade de agroindústria

O desenvolvimento agrícola deve acompanhar o industrial, necessariamente, dentro de um esquema de complementaridade, como o que se recomenda neste documento. O objetivo do desenvolvimento agrícola do Recôncavo deveria ser o de proporcionar uma oferta adequada de alimentos para a população urbana e a provisão de matérias-primas para a indústria. O desenvolvimento agrícola deverá ser, sempre que possível, orientado por meio do desenvolvimento de áreas nas quais se possam estabelecer determinados cultivos, ou combinações de cultivos,

de modo racional. De acordo com a informação disponível, a Missão considera oportuno mencionar algumas das atividades agropecuárias que poderiam ser submetidas a estudos de viabilidade (abacaxi, coco-da-baía e subprodutos, pecuária de corte, pecuária de leite e cítricos).

Desenvolvimento do turismo

As possibilidades do turismo não só parecem altamente promissoras, em virtude da existência no Recôncavo de um patrimônio artístico, histórico e paisagístico de extraordinário valor, como representam um meio adequado para proteger aquele patrimônio de perigos futuros [...].

Estudos básicos

Dentro da grande variedade de trabalhos básicos necessários, recomenda-se que sejam realizados os seguintes estudos urgentes, enquanto se estabelece o sistema de informação, em conexão com a implantação de atividades motrizes: análise e classificação de solos; análise cadastral de usos e propriedade da terra; estudo das características mecânicas e do tratamento agrícola dos solos argilosos da região [...].

Síntese e Recomendações

O desenvolvimento histórico e as perspectivas econômicas previsíveis parecem indicar que Salvador e o Recôncavo estão iniciando um processo de transformação em sua economia que deixará de ter um caráter predominantemente agrário, passando a região a ocupar a posição de um dos principais polos de desenvolvimento industrial do país. Existem, por outra parte, fatores ambientais, claramente perceptíveis e que indicam um sentimento coletivo favorável à mudança [...].

O mais adequado meio de orientação do desenvolvimento do Recôncavo, dentro das atuais circunstâncias econômicas e políticas, parece ser o robustecimento das vantagens de localização industrial que favorecem o Recôncavo e o recondicionamento do seu centro, a cidade de Salvador, para atuar como polo de desenvolvimento de uma nova região econômica. Para isso, é necessária a realização de uma série de estudos básicos, com a ajuda dos quais se possa formular uma estratégia de desenvolvimento e levá-la rapidamente à etapa de execução [...].

Um projeto especial será o referente ao desenvolvimento metropolitano de Salvador, incluindo o estabelecimento da autoridade metropolitana do Recôncavo (município de Salvador e “parte considerável” da região) e alguns estudos urgentes, como o de transporte rápido em Salvador.

Ciclo de trabalhos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Recôncavo

BAHIA. Gabinete do Governador. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo. *Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Baiano*. [Salvador, 1967]. Versão final do relatório apresentado ao Governo do Estado da Bahia pela Missão organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

BAHIA. Gabinete do Governador. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo. Estudos e Projetos. 1. *Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Baiano*: relatório da missão técnica do BID. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1970.

BAHIA. Gabinete do Governador. Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo. Estudos e Projetos. 2. *Desenvolvimento Integrado do Recôncavo Baiano*: estratégia e termos de referência. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1970.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo)/Clan (Consultoria e Planejamento). *Programa de Desenvolvimento Integrado do Recôncavo*: estratégia e resumo dos termos de referência. [Salvador: Conder, 1968].

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo). Termos de referência: *Propostas para os termos de referência*. Salvador: Clan – Consultoria e Planejamento. 1968.

Termos de referência: 1 - Formulação da estratégia: A - Delimitação regional e sistema de cidades. Salvador, [197-], v. 2.

Termos de referência: 1 - Formulação da estratégia: B - Recursos naturais. Salvador, [197-], v. 3.

Termos de referência: 1 - Formulação da estratégia: C - Recursos humanos. Salvador, [197-], v. 4.

Termos de referência: 1 - Formulação da estratégia: D - Instrumentos de mensuração; E - Financiamento. Salvador, [197-], v. 5.

Termos de referência: 2 - Viabilidades industriais: 3 - Possibilidades agrícolas. Salvador, [197-], v. 6.

Termos de referência: 4 - Pesca. Salvador, [197-], v. 7, il.

Termos de referência: 5 - Turismo. Salvador, [197-], v. 8.

Termos de referência: 6 - Infraestrutura econômica: A - Sistema de Transporte do Recôncavo; B - Transportes rápidos em Salvador. Salvador, [197-], v. 9.

Termos de referência: 7 - Recursos naturais: A - Água para consumo doméstico; B - Água para consumo agrícola. Salvador, [197-], v. 10, il.

Termos de referência: 8 - Infraestrutura: A - Plano físico para a grande Salvador; B - Centro Industrial de Aratu. Salvador, [197-], v. 11.

Termos de referência: Planejamento institucional da área metropolitana. Salvador: Clan - Consultoria e Planejamento. [197-]. v. 12.

NEIRA ALVA, Eduardo. Recôncavo. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, [1970].

CLAN (Consultoria e Planejamento)/OTI. *Plano de Turismo do Recôncavo*. Salvador, Bahia. [Salvador]: Secretaria de Indústria e Comércio, [1971].

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo) / Clan (Consultoria e Planejamento). *Desenvolvimento da indústria petroquímica no Estado da Bahia*. Conder/Clan. [Salvador, 197-]. 2 v. Financiamento: Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) / Petroquisa (Petrobras Química S.A.).

CLAN (Consultoria e Planejamento). *Levantamento dos recursos hídricos da microrregião do Recôncavo*. Salvador, [197-].

ELETROCONSULT DO BRASIL. *Levantamento de solos e recursos d'água no Recôncavo Baiano*. São Paulo, 1972.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo) & Consultoria Técnica de Geologia e Engenharia. *Diagnóstico preliminar dos recursos hídricos do Recôncavo Baiano: relatório final*. Recife: 1973.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo) & Consultoria Técnica de Geologia e Engenharia. & Oficina Técnica de Empresas e Engenharia. (Salvador). *Plano de Turismo do Recôncavo: Resumo*. Salvador, [1971]. 2 v.

BAHIA. Secretaria de Indústria e Comércio / Coordenação de Fomento ao Turismo. *Plano Diretor da Orla Marítima: trecho Porto da Barra / Açú da Torre*. Salvador: Secretaria da Indústria e Comércio. [Salvador, 1974].

BAHIA. Secretaria de Minas e Energia / Concop. *Plano Diretor do Complexo Petroquímico de Camaçari*. Salvador: Secretaria de Minas e Energia, 1974.

Ciclo de Trabalhos do Projeto Agropecuário do Recôncavo

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo). *Projeto Agropecuário do Recôncavo*.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo). Termos de referência: *Propostas para os termos de referência*. Salvador, 1968.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo). Termos de referência. Salvador, 1970.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo). *Projeto Agropecuário do Recôncavo*. Salvador: Conder-Seplantec, 1974.

BAHIA. Conder (Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo). *Estudos básicos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo*. [Salvador]: Conder-Seplantec.

Caracterização da problemática agropecuária do Recôncavo. Salvador, 1974. t. 1.

Recursos naturais. Salvador, 1974. t. 1, v. 1.

Recursos naturais. Salvador, 1974. t. 1, v. 2.

Estrutura agrária. Salvador, 1974. t. 3.

Comportamento e sistema de produção. Salvador, 1974. t. 4.

Comercialização: canais e mecanismos. Salvador, 1974. t. 5.

Serviços agrícolas. Salvador, 1974. t. 6.

BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Estudos para o Projeto Agropecuário do Recôncavo*.

Estratégia de desenvolvimento do Recôncavo Baiano. Salvador, 1974.

Projeto de desenvolvimento da citricultura. Salvador, 1974.

Projeto de desenvolvimento da lavoura cacaeira. Salvador, 1974.

Projeto de desenvolvimento da olericultura. Salvador, 1974.

Projeto de desenvolvimento da avicultura. Salvador, 1974.

Projeto de reestruturação da economia canavieira. Salvador, 1974.

Projeto de diversificação do Planalto. Salvador, 1974.

Projeto de treinamento de mão de obra. Salvador, 1974.

Projeto de reestruturação da Cooperativa Agrícola de Conceição da Feira. Salvador, 1974.

Anteprojeto para o funcionamento da Cooperativa Mista dos Produtores do Recôncavo Baiano, responsabilidade limitada. Salvador, 1974.

Ciclos de Trabalhos de Planejamento sobre a RMS

- NEWPLAN & GPI. *Estudo preliminar do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Salvador*. Salvador, 1970. 2 v.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *A Região Metropolitana de Salvador*. Salvador, 1973. Convênio Ipea/CNPU/Conder.
- CLAN (Consultoria e Planejamento) & Fundação Inca. *Subsídios para o Planejamento da Região Metropolitana de Salvador*. [Salvador: 1974].
- NEIRA ALVA, Eduardo. *A Região Metropolitana de Salvador em 1973*. Salvador: Seplantec/Conder, 1974.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Estudos sobre abastecimento alimentar*. [Salvador], 1974.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Subsídios para o planejamento da RMS, 1974/75*. 1975.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Diagnóstico urbanístico da RMS, 1974/75*. 1975. 5 v.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Diretrizes e políticas da Região Metropolitana de Salvador. 1975*. 3 v.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Programa de Ação Prioritária, 1976/77*. 1976.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Programa de Ação Prioritária, 1977/78*. 1977.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Plano Metropolitano de Desenvolvimento. 1977/78*. 5 v.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Estudo de uso do solo e transportes para a RMS-EUST. 1977*. 5 v.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Porto Náutico Turístico da Baía de Todos os Santos: Recôncavo Baiano*. 1980.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Plano Metropolitano de Desenvolvimento. II PMD*. 1982.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Estudo de desenvolvimento da RMS*. 1985.
- BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador). *Estratégia de desenvolvimento da RMS, 1985-2000*. 1985.

BAHIA. CRA (Centro de Recursos Ambientais). *Plano Diretor de Limpeza Urbana - PDLU. Projeto Metropolitano*. Salvador: 1994.

BAHIA. Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia). *Projeto Metropolitano: investimentos urbanos na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: Conder. 1998. [Relatório sumário].

A REGIONALIZAÇÃO DA GRANDE INDÚSTRIA DO BRASIL

Recife e Salvador na década de 1970¹

*A roda da nau voou três vezes
Voou três vezes a chiar [...]
De quem são as velas onde roço?
De quem as quilhas que vejo e ouço? [...]
Três vezes rodou imundo e grosso.
(Fernando Pessoa, “O Monstrengo”)²*

Os anos 1970 marcam, no Brasil, o desdobramento, sob o comando do Estado, do grande capital sobre as regiões “atrasadas”. Complexos especializados – como a petroquímica – e centros industriais mistos instalam-se progressivamente nos mais variados pontos do país, sem mencionar a implantação de empreendimentos agropecuários de grande porte e outros processos em curso na área rural.

O que, a partir das condições internas às regiões que se submetem ao impacto dessa nova etapa de expansão do capital no Brasil, pode a “nova indústria” criar? O que poderá vir por trás do emaranhado da infraestrutura de produção, da parafernália das próprias usinas e da “caixa-preta” dos arranjos políticos-ins-

1 Publicado em *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 5, n. 4, out./dez. 1985, e no *Boletim População, Emprego e Renda*, NE, Recife, v. 3, n. 3, p. 305-324, set./dez. 1984.

2 PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934. p. 56.

titucionais? E mais que isso, o que, sem fantasias de salvação, nem a paranoia de um pesadelo de fim do mundo, pode servir de base a uma avaliação das limitadas alternativas imediatas abertas a esse Brasil que ficou pra depois, onde a roda da nau voa mil vezes?

A história começa algo antes, e os variados padrões emergentes articulam-se de modo diverso em cada diferente situação. Mas permanecem como marco simbólico desse processo de redefinição da divisão territorial do trabalho as transformações sofridas pelo Nordeste. E é na região de Salvador, na última década e meia, que elas assumem sua forma mais radical, por assim dizer exemplar. A Bahia apresenta-se, assim, como um caso-limite desse Brasil de depois.

O que se passou? No começo dos anos 1970, ao fim de vários anos de “reivindicação” dos dirigentes políticos locais, a Bahia teve por definitiva a deliberação do Governo Federal de instalar, nas proximidades de Salvador, o segundo complexo petroquímico brasileiro. A experiência de uma volumosa inversão de capital sob comando do governo da União não lhe era inteiramente nova. As ambivalências a respeito dos efeitos por virem, ela já as vivera antes. É que, no começo da década 1950, o início da exploração e do refino do petróleo, a poucos quilômetros da capital, dera o golpe de misericórdia à remanescente produção açucareira da região e desencadeara vários processos que transformariam a economia do velho Recôncavo, onde se encontra Salvador, e a própria vida política do estado. Essa região tornara-se, assim, o insuspeitado laboratório de uma experiência que, no momento e daqui para o futuro, atingirá outras áreas do país. A menos dinâmica das grandes capitais regionais ao longo da primeira metade do século, Salvador ganhara em sua região imediata, com as atividades da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), cerca de 13 mil empregos em menos de uma década e uma máquina assombrosa para sua experiência de então: a Refinaria Landulpho Alves.

Hoje, a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), na mesma área, repercute e repete, 20 anos depois, o velho feito da Petrobras. Porém, o Maranhão, ao norte do país, com a criação do complexo siderúrgico de Itaqui e o impacto geral do projeto Carajás, também começa a transformar-se radicalmente. No Pará, instala-se o complexo eletrometalúrgico de Tucuruí e começam os reflexos das promessas de Carajás. Depois da Bahia, o Rio Grande do Sul está “ganhando” o terceiro Polo Petroquímico Nacional e, em Alagoas, começa a produção de derivados de cloro. Ainda no Nordeste, a Petrobras vem operando

no litoral de Alagoas e do Rio Grande do Norte. Desde os anos 1960, a Companhia Vale do Rio Doce (ferro) opera no Espírito Santo, a meio caminho entre Salvador e o Rio de Janeiro, e expandem-se, desde a década de 1970, atividades de tratamento do minério e, agora, inclusive, a produção de semiacabados. Isso para citar apenas os casos mais notórios.

Ainda que a dispersão territorial de investimentos desse porte possa vir a ficar aquém do esperado em futuro imediato, ela terá a seu favor dois fatores de longo curso: as exigências do processo de acumulação em nível nacional e internacional e o passivo das contradições historicamente geradas por esse processo em nível regional. Mais importante, contudo, no que diz respeito ao que venha a resultar do processo, é o segundo fator, que corresponde ao imperativo de aproveitar-se o capital, como diz Francisco de Oliveira, das diferenças regionais que a sua própria expansão redefinira e ampliara num momento anterior,³ imperativo que tão frequentemente encontrou no Brasil recente sua legitimação nas chamadas “históricas reivindicações regionais”.

É possível que uma forte reviravolta no processo de acumulação em uma determinada região venha a cobrar pesados custos de certos grupos até então dominantes. Entretanto, a expectativa de uma maciça injeção de recursos financeiros num espaço limitado tende a precipitar fortes alianças entre outros e diligentes atividades consulares da parte da burocracia governamental da região hospedeira. O que possa aparecer como “regional” nas reivindicações por vir nada mais é que a máscara de um processo de busca de rearticulações de que o local – o regional – jamais deixará de estar presente.

Em todo caso, o que é preciso reter é que, depois que a limitada dispersão industrial dos anos 1960 pouco alterou a estrutura básica da rede urbana brasileira, inicia-se, agora, uma nova fase de reflexão da divisão inter-regional do trabalho, com efeitos profundos sobre as diferenças funcionais intermetropolitanas. Uma das questões que se colocam é esta: como essa forma emergente de organização do espaço urbano nacional transformará as estruturas socioeconômicas e políticas regionais? Mas igualmente como, por estas, será condicionado esse novo espaço?

3 “[...] a própria destruição da ‘região’ no processo de integração dá-se aproveitando as anteriores diferenças regionais”. OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis. Vozes: Cebrap, 1980. p. 10.

O processo decisório e os efeitos econômicos diretos da presença das novas plantas ou complexos industriais sobre as regiões onde se implantam escapam aos objetivos deste trabalho. O que se fará a seguir é usar um conjunto de indicadores muito indiretos para sugerir os possíveis efeitos divergentes mais amplos dos dois padrões de desenvolvimento industrial recente – a industrialização com pauta diversificada e a introdução, de chofre, de conjuntos especializados, peças de grandes complexos oligopólios em sua expansão sobre espaços novos. Para isso, tomar-se-ão os casos de Salvador e Recife, metrópoles tantas vezes rivais do Nordeste de antes e de depois.

A DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL DOS ANOS 1960⁴

Numa primeira fase, dominada ainda pelo clima político dos anos 1950 e presa às ambiguidades do próprio processo de desenvolvimento do capital no Brasil, as tentativas de dispersão industrial prometeram reproduzir, em diferentes regiões, um perfil histórico de industrialização de tipo clássico, desenvolvido a partir da modernização e ampliação de setores de produção de bens de consumo – tendo em vista altas taxas de emprego, aprofundando-se, eventualmente, com a apropriação progressiva de setores intermediários e básicos.

O exemplo de Pernambuco da década de 1960, principal beneficiário da política de industrialização do Nordeste com respeito à geração de novos empregos, revelou-se decepcionante. Entre 1959 e 1969, o emprego industrial aumentou em menos de 24% em todo o estado, e a maior parte desse crescimento deu-se na Região Metropolitana de Recife. E, como de regra, enquanto o valor da transformação industrial cresceu, aí, a uma taxa geométrica anual de 9,2%,

4 Os dados referentes à população total e economicamente ativa e às atividades econômicas recenseadas nacionalmente têm, quando não indicada outra fonte, a seguinte origem: Brasil-IBGE, *Censos Demográficos*, 1950, 1960, 1970, 1980 (dados preliminares); *Censos Econômicos*, 1960, 1970, 1975; *Pesquisa Domiciliar por Amostragem de Domicílios* (PNAD), 1978. Em vários casos, essas mesmas fontes servem de base a taxas e índices retirados de trabalhos publicados, sendo por isso citados os últimos.

o emprego seguiu a um ritmo quatro vezes inferior (2,13%)⁵ e muito aquém do crescimento demográfico.

Como se sabe, as diferenças inter-regionais de renda, nível de industrialização e taxa de ocupação da força de trabalho continuaram a aumentar entre o Nordeste e o Centro-Sul. Durante o período, enquanto o valor da transformação industrial cresceu em todo o país a uma taxa geométrica anual de 6,3%, no Nordeste essa taxa fora de 4,5%.⁶ Para o crescimento do emprego, esses números foram respectivamente 3,1% e 4,5%. Na verdade, a participação do Nordeste na renda industrial nacional caiu de 9,7%, em 1950, para 7,5%, em 1960, e 5,7%, em 1970. Mesmo o extremo Sul, de começo mais industrializado ao entrar na década de 1950, também perdeu posição no período, decrescendo sua participação na renda industrial nacional de 13,4%, em 1950, para 12%, em 1970.⁷ É que, na verdade, enquanto saltava os limites de seu polo de concentração, o grande capital industrial submetia o resto do que a integração física do mercado vinha solapando desde a década de 1940 fora do Centro-Sul: isto é, a indústria regional, deixando ficar apenas aquelas empresas que já haviam alcançado ou acabaram por alcançar suficiente porte e mesmo certo grau de oligopolização.⁸

Em termos de localização, o principal resultado da “política de desenvolvimento regional” fora o aumento das diferenças intrarregionais e a concentração da indústria nas várias capitais. Entre 1965 e 1970, sozinho, o estado da Bahia absorveu 43,43% dos investimentos industriais beneficiados pelos incentivos administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). E de 1960 a 1978, Pernambuco concentrou um terço dos empregos diretos prometidos por tais empreendimentos. O grosso desses investimentos dirigiu-se às regiões metropolitanas. Salvador, por exemplo, absorveu 67,3% de todos os investimentos aprovados para a Bahia entre 1963 e 1973, o que exclui inversões na

5 JATOBÁ, Jorge. Emprego e industrialização: experiência da região metropolitana do Recife (RMR), 1950-70. *Comunicação*, Recife, v. 13, p. 16-64, 1976.

6 SAMPAIO, Fernando Talma. *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. 1974. Tese (Concurso Professor Assistente) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974.

7 IBGE. *Indicadores sociais: relatório 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 193.

8 OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re-li-gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 111-118 e nota 62, p. 132.

área da Petrobras e na petroquímica.⁹ De 1959 a 1969, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) elevou sua participação no valor da produção industrial do estado de 49% a 67% e, no emprego industrial, de 31% a 46%. Em Pernambuco, Recife também aumentou sua concentração já bastante alta do emprego, de 59% para 60%, apesar de ganhos consideráveis em produtividade.¹⁰

Apesar disso, subindustrializadas em relação ao que chegaram a ser em termos de início do século e em contraste, mais tarde, com os centros do Sudeste, as metrópoles de segundo escalão parecem ter ficado mais iguais entre si na fase de transição das décadas de 1950 e 1960. Nos anos 1960, de todas as classes de tamanho de cidades, são elas que mostram menor crescimento industrial.¹¹ Em 1970, fora do triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte e excluídas Recife e Porto Alegre, metrópoles macrorregionais, em suas respectivas áreas, a participação da população ativa no secundário – exclusive a construção civil – ia, nas cidades de segundo e terceiro escalões, de 10% a 13,3%.¹² Assim, pelo menos até a década de 1960, a industrialização não alterou o padrão básico do complexo de cidades brasileiras. Cada cabeça de região, fora do Centro-Sul, continuou a desempenhar funções de cidades-porto de interiores relativamente exclusivos e a replicar entre si estruturas de produção similares.

A MULTIRREGIONALIZAÇÃO DOS OLIGOPÓLIOS

A instalação de grandes empreendimentos industriais sob o grande capital fora do Centro-Sul vem alterar essa anterior divisão do trabalho. Antes concentrada basicamente ao nível da circulação, ela passa agora à esfera da produção em si, desde que diferentes regiões ou zonas, e em particular diferentes metrópoles, assumam papel complementar entre si na estrutura industrial do país. Isso se dera certamente antes, porém de modo limitado e por vias diversas. O estado de Minas Gerais, hoje em grande parte integrado ao Centro-Sul, muito cedo especializou-se

9 SAMPAIO, 1974 (dados estatísticos utilizados são da Sudene).

10 JATOBÁ, 1976.

11 FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 18, p. 91-115, out./nov./dez. 1976.

12 IBGE. *Indicadores para áreas urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

na produção siderúrgica, e a Bahia teve, como se viu, a presença da Petrobras desde o início da década de 1950. Depois, nenhuma experiência semelhante se daria nas proporções e nas condições da introdução da produção de petróleo na região de Salvador. E a industrialização dos anos 1960 não impediu a persistência de antigas atividades de baixa produtividade e muito das velhas relações de classe em várias das velhas metrópoles regionais.

Os novos centros industriais ou pretensos polos de desenvolvimento têm em comum o fato de serem, da perspectiva da região hospedeira, realizações de fora, isto é, iniciativas do governo central, envolvendo maciças transferências de capital materializadas em pequenos intervalos de tempo. Ainda que o processo decisório envolvido não desconheça persistentes pressões de origem local, o fundamental dessa nova fase da industrialização fora do Sudeste é a sua absoluta autonomia em relação aos processos da acumulação e à distribuição da renda, vigentes até o momento na região recipiente, inclusive face aos próprios empreendimentos da industrialização recente. Isto é, não há qualquer relação necessária entre as atividades dos novos complexos e sequer as mais modernas indústrias recém-instaladas na mesma área. Assim, somam-se muitas vezes descontinuidades não só entre as atividades de produção dos novos conjuntos e a economia tradicional da região, como também entre essas e as atividades geradas pela “política de desenvolvimento regional”. Na Bahia, a industrialização induzida nos anos 1960 pelos incentivos governamentais é quase inteiramente estranha às atividades anteriores do estado. Mas a petroquímica também tem pouco a ver com as indústrias novas.

Nas discussões locais, essa heterogeneidade é frequentemente extrapolada para o mercado de trabalho e, inclusive, para a esfera social e mesmo cultural. Sem discutir aqui a questão da forma dessas articulações/desarticulações, homogeneização/desigualização, interessa saber que efeitos virão do novo padrão de crescimento urbano-industrial, em contraste com um modelo pretendido de crescimento equilibrado, que, é verdade, acabou por não sê-lo em nenhuma parte da periferia. Nesse padrão idealizado, as novas atividades deveriam ser não só completamente entre si, como demandantes de bens e serviços providos regionalmente e dirigidos a mercados imediatos. Frente a esse modelo, contrasta a industrialização de chofre, especializada, oligopólica, que, assunto do Estado e do grande capital, portanto objeto extremamente refratário à manipulação local, acaba por reforçar o poder da alta burocracia pública, reduzindo sua sensibilidade aos chamados problemas

regionais. O fato é que não se pode negar a forma como se manteve, à margem dos interesses das camadas populares, a máquina governamental nos estados, ao tempo em que aumentou a cumplicidade desta com o processo de acumulação – noutras palavras, com a exploração da força de trabalho e do meio ambiente. A análise das condições concretas de instalação do Complexo de Camaçari, com um hiato imperdoável entre a eficiente produção da infraestrutura de produção e a confusa e precaríssima produção dos equipamentos e serviços urbanos,¹³ não deixa dúvida a respeito do caráter assumido pelo Estado.

Ao contrário da ideologia do “crescimento harmônico”, sintomaticamente – embora não sem fundamento econômico¹⁴ – a prática ainda muito pouco elaborada, em nível ideológico da atual dispersão geográfica dos investimentos industriais, é certamente muito pouco sensível à questão dos desníveis regionais como questão política. Ela passa ao largo da retórica do desenvolvimento regional e somente num movimento secundário encontra-se com os “interesses regionais”. Basicamente, corresponde a um novo momento de regulação da economia nacional, em parte precipitado pelos problemas do balanço de pagamentos, porém, sobretudo, reclamado pelo imperativo de expansão da própria base industrial. E nisso, sem dúvida, ela expressa a autonomia relativa alcançada pelo Estado. É essa autonomia, entretanto, que fecha o circuito da descentralização física, abrindo espaço a escolhas em que se impõem considerações de ordem política que assumem expressão regional. Decidida a instalação de um novo complexo de atividades, sua localização pode, às vezes, ser negociada.¹⁵ Daí a coincidência entre as reivindicações regionais e os “caprichos” do capital, para repetir a expressão usada por Chico de Oliveira, na *Elegia para uma re-li-gião*.¹⁶

13 Ver, por exemplo: RIVIERE D'ARC, Hélène. *Aux environs du pôle metrochimique: la difficile croissance de la ville de Camaçari*. Documents de Recherche du Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine (Credal) et Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. Paris: IHEAL, 1981. Mimeo.

14 OLIVEIRA, 1977.

15 A síntese do processo de decisão que levou à criação do Copec encontra-se em: MARTINS, Luciano. La 'joint-venture' etat-firme transnationale: entrepreneurs locaux au Brésil. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 11, n. 2, p. 169-190, oct. 1979; MARTINS, Luciano; THERY, Hervé. *La problematique des pôles de développement et l'expérience de Camaçari*. Paris: IHEAL, 1981. Document de travail 1, mimeo.

16 OLIVEIRA, op. cit., p. 43.

A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA REGIÃO DE SALVADOR

Salvador constitui o mais antigo e agora reiterado caso de crescimento industrial sob condições de aguda descontinuidade estrutural, para usar a expressão corrente – mas sem qualquer *parti pris a priori*. Antes de tudo, por ter recebido, já na década de 1950, uma atividade como a extração e o refino do petróleo, com uma densidade de capital e uma rentabilidade extremamente altas em relação não apenas à economia da região, mas também aos demais setores da produção industrial nacional na época. Em segundo lugar, por ser então, e até o início dos anos 1960, uma das mais estacionárias capitais regionais, em processo de perda de parcelas de seu interior para outras metrópoles da região e inclusive diretamente para o expansivo núcleo Centro-Sul. Salvador, apesar de porto de saída de uma parte da produção de cacau, então segundo produto nacional de exportação no início da década, parecia incapaz de aproveitar-se dos termos favoráveis de intercâmbio que caracterizaram os anos pós-guerra. Esse contraste, entre a afluência dos negócios da agricultura de exportação e o imobilismo econômico da cidade, intrigou a imaginação da inteligência local, fascinada em desvendar o que se passou a chamar, pelo fim da década de 1940, de “enigma baiano”.¹⁷

É fácil avaliar o impacto das atividades da Petrobras nesse contexto. Além dos novos empregos criados na extração e refino do petróleo, nos serviços de produção e na construção civil, a empresa, de corte monopolista, introduziu salários extravagantes para os padrões locais e provocou a elevação do preço dos terrenos rurais e urbanos. Os técnicos, o pessoal administrativo e metade do operariado – os “petroleiros” – residiam em Salvador e passaram a constituir o grande alvo dos empreendimentos imobiliários. Por sua vez, o sistema de abastecimento alimentar da cidade entrou em colapso, por várias razões que não vem ao caso analisar aqui, e Salvador abriu-se à produção alimentar, originária, predominantemente, de São Paulo, da mesma forma que passou a depender maciçamente de fora, nesse primeiro momento, inclusive para o suprimento de materiais de construção. O setor açucareiro e a indústria tradicional surgida a partir da segunda metade do século XIX retraíram-se totalmente com a integração do mercado nacional, agravados agora também pela elevação do preço do solo e dos salários da parcela

17 BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Desenvolvimento e conduta governamental*. Salvador: ISP, UFBA, 1965.

de trabalhadores que se integrava ao pequeno mercado de trabalho. Como era de se esperar, ampliaram-se as atividades bancárias, os negócios do porto e o comércio.

Novas unidades industriais, que começaram a surgir já na segunda metade da década de 1940, continuaram a se multiplicar pela década de 1950 e adiante, uma vez que a produção de petróleo, embora restringindo seus efeitos diretos a setores muito limitados, permitiu uma significativa reativação da praça – mercado bancário – de Salvador. Das 283 fábricas existentes em 1967, 35 foram instaladas entre 1946 e 1950, 73 na década de 1950 e 57 entre 1961 e 1963;¹⁸ muito antes, portanto, da implantação do programa de incentivos federais, visando à industrialização do Nordeste, e da criação de um distrito industrial, o Centro Industrial de Aratu (CIA), ao norte da cidade, para canalizar para a Bahia capitais beneficiados por aqueles incentivos.

As atividades da Petrobras conduziram, afinal, à ampliação da produção de materiais de construção e à emergência de alguns setores “dinâmicos”, como os setores metal-mecânico e de transporte, isto é, ligados aos imperativos de expansão da economia em escala nacional e ao transbordamento posterior do grande capital fora do Centro-Sul. Em 1949 e 1950, as unidades de transformação de minerais não metálicos passaram de 65 a 107, as de metalurgia, mecânica e materiais de transporte e comunicação pularam de 17 a 47. No estado da Bahia como um todo, ao fim da década de 1950, esses setores e mais a produção de petróleo absorviam 42,46% do pessoal ocupado na indústria, segundo declaração das empresas. E, enquanto o emprego industrial crescera apenas 2% ao ano, num período de crescimento industrial negativo para o resto do Nordeste, os setores de produção de bens intermediários e de capital cresceram, respectivamente, a taxas de 6,5% e 19,4% ao ano na Bahia,¹⁹ mantendo essa posição de produtor quase exclusivo de óleo bruto e gás natural até 1966.

A experiência da Petrobras na Bahia constitui, em vários sentidos, o protótipo dos empreendimentos recentes visando associar economias de localização, quanto à exploração de recursos naturais, ao benefício de subsídios governamentais e à acessibilidade aos serviços presentes em centros urbanos de porte.

18 BAHIA. Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. *Mão de obra: operário industrial na Bahia*. Direção de Istivan Jancso. Salvador: SETRABES, 1967.

19 SAMPAIO, 1974.

O padrão não deixará de se repetir no futuro. Nem por isso os resultados poderão ser os mesmos, daí o interesse de análises comparativas como a presente.

Como suas congêneres mais recentes, a introdução da exploração do petróleo na Bahia nos anos 1950 derivou de um ato do Estado, ao “optar” por determinado partido na condução do desenvolvimento do país. Do ponto de vista da região, a decisão foi arbitrária, ainda que bem-vinda, embora nunca se tivesse conseguido “trazer” a Petrobras para a Bahia – a sede da empresa permaneceu desde o início instalada no Rio de Janeiro, então capital federal. Como nos casos atuais, a exploração do petróleo coincidiu com uma aspiração antiga “da região”, reivindicada desde os anos 1930, quando se constatara, nos limites da capital (em Lobato), a presença de gás natural. Mas os custos imediatos da nova atividade, impostos, sobretudo, à velha elite social e política, introduziram uma constante ambivalência da parte desta a respeito de suas vantagens. Isso, naturalmente, não impediu a “mandarinização” de parte dessa elite no contexto das novas empresas de fora, sem mencionar o êxito posterior, em nível nacional, de dois velhos bancos baianos. Uma e outra devem ajudar a explicar por que jamais se fez uma avaliação sistemática dos efeitos da Petrobras.

A “NOVA INDÚSTRIA”: O CENTRO DE ARATU E O COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI

Em 1964, outra iniciativa do Estado, agora instrumentada pelo Governo Estadual, traria de novo um considerável impacto sobre a região, menos em termos do volume de renda gerada em curto prazo, maior talvez em efeitos sobre a estrutura do uso do solo na área metropolitana e sobre a estrutura do produto industrial do estado. Em meados da década de 1950, consolidara-se um discurso sobre o imobilismo econômico da Bahia que atribuía à falta de oportunidades para investimentos produtivos a evasão de excedentes para o setor imobiliário e para fora do estado. Tratava-se de transformar a agricultura a fim de expandir o mercado interno e subsidiar a indústria para compensar as “desvantagens” de localização do estado em relação ao Centro-Sul.

O diagnóstico falhava em ver que a alegada falta de oportunidades para investimentos produtivos era, em parte, o reverso da medalha do próprio processo

de acumulação dominante na região.²⁰ Como esse processo independia de qualquer volume significativo de investimento produtivo, as medidas ensaiadas em referência à produção agrícola ou caíram no vazio ou encontraram a resistência dos setores mais tradicionais. Com isso, e por força das exigências da acumulação em nível nacional, a discussão e as medidas referentes à industrialização tornaram-se dominantes. De outro lado, frente ao pequeno efeito do programa de incentivos fiscais no início dos anos 1960, tornou-se imperativa a preparação de uma área especial, totalmente equipada para as novas atividades, e a escolha dessa área recaiu sobre um ponto a meio caminho entre Salvador-cidade e seu antigo distrito de Candeias, transformado desde a década de 1950 pelas atividades da Petrobras.

À altura de 1966, o CIA começava a receber as novas unidades industriais beneficiadas por incentivos federais e estaduais e pela acessibilidade a lotes infraestruturados, vendidos a preços subsidiados. Em 1966 e 1967, o valor dos investimentos previstos em projetos aprovados para o estado da Bahia pela Sudene alcançava mais de 61% do total de todo o Nordeste. A seguir, essa participação desce a 30%, porém, em 1970, ela novamente ultrapassa a metade (52%) e representa 29% dos empregos diretos prometidos nos projetos aprovados nesse ano.²¹

A criação do CIA transforma rapidamente o perfil industrial da Bahia. Enquanto o emprego industrial total crescera, no estado, nos anos 1960, apenas 19%, nos setores de minerais não metálicos, química, metalurgia, mecânica, material elétrico, comunicações e transporte, quase todos concentrados na região de Salvador, ele aumentou em 80,35%. Excluindo o setor químico, majoritariamente ligado ao petróleo, e ainda sem a petroquímica, que viria depois, essa diferença sobe a 98,98%. Na verdade, de 1963 a 1973, 75% dos empregos e 91% do valor dos investimentos previstos em projetos aprovados pela Sudene para a Bahia ligavam-se a setores quase inteiramente novos à região.²² Porém, o CIA recebia também investimentos em setores formalmente mais convencionais. Em 1976, dos 17 mil ou mais empregos estimados no Centro de Aratu, quase 5 mil estavam

20 Ver: OLIVEIRA, 1977, p. 42-43. O Nordeste “algodoeiro-pecuário” a que se refere o autor, quanto às bases de acumulação na região, corresponde a um dos extremos de um espaço em que “a Bahia do cacau” certamente ocupa o posto. Em todo caso, a ênfase no fato de que essa acumulação independia de um processo significativo de reinversão na região e passava em grande parte ao largo da mais-valia propriamente dita pode ser basicamente estendida à Bahia.

21 SAMPAIO, 1974 (dados estatísticos utilizados são da Sudene).

22 Ibid.

em áreas como têxteis, bebidas, madeira e mobiliário,²³ onde se incluem as poucas empresas industriais locais que conseguiram “crescer e aparecer”.

Quase dez anos depois da criação do CIA, embora pouco depois do início do seu funcionamento pleno, instala-se em Camaçari, município vizinho ao norte de Salvador, hoje integrado à sua região metropolitana, o Copec, criado em 1972, mas oficialmente inaugurado em 1978. Mais uma vez, a decisão federal coincide com uma “aspiração local”, presente desde o início dos anos 1960, tanto que, pelo meado da década, definira-se sua localização praticamente onde mais tarde viria a se instalar.

Como nos demais casos, o primeiro efeito da criação do “polo” petroquímico foi a abertura de uma nova onda de construções, responsável pela ocupação, já elevada desde a construção do CIA, de mais de 13% da população ativa da região. Em termos absolutos, essa população, que inclui também pessoal ocupado na construção habitacional de todos os tipos, elevou-se de 46.546 para 72.440, de 1970 a 1978. Em 1974, mais de 40 grandes empresas de construção ocupavam, na Bahia, mais de 30 mil pessoas, acima de um terço da mão de obra ocupada pelas 200 maiores empresas industriais presentes no estado. A maioria atuava na região de Salvador.²⁴ Só em Camaçari, em 1978, incluindo-se as de pequeno porte, operavam 121 firmas de construção.²⁵

É certo que dados como esses subentendem outros que não apenas a realidade da indústria e em particular do setor petroquímico. Em todo caso, será difícil superestimar seus efeitos. Em fins de 1980, 30 empresas estavam em operação com mais 19 mil empregos diretos e um investimento estimado em 3,8 bilhões de dólares.²⁶ A área do complexo petroquímico abriga também um conjunto de metalurgia do cobre.

As principais mudanças recentes na estrutura do emprego revelam, em primeiro lugar, uma elevação de 45% a 49% na taxa de ocupação da população de

23 DEZ anos do Centro Industrial de Aratu: 100 indústrias implantadas. *Aratu*, Salvador, v. 8, n. 59, p. 1-48, mar. 1977. Edição especial de comemoração do 10º aniversário do Centro Industrial de Aratu.

24 FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *As 200 maiores indústrias da Bahia*. Salvador: FIEB, 1976.

25 Dados de arquivo da companhia de economia mista Desenvolvimento de Camaçari S.A. (Decasa), ligada à Prefeitura Municipal de Camaçari.

26 MARTINS; THERY, 1981, p. 24, nota 1.

dez anos e mais; em segundo, um aumento considerável das atividades sociais, uma elevação da produtividade dos serviços de transporte, comunicação e armazenagem e do comércio por atacado e uma concentração de capital no comércio varejista. Ainda assim, tanto o secundário como o terciário continuaram a manter e criar um amplo setor de atividades organizadas ao largo do capital propriamente dito. Cerca de 20% da população economicamente ativa, em 1978, era constituída de trabalhadores por conta própria, e apenas 76% entre os assalariados tinham contratos formais, mediante a assinatura das carteiras de trabalho.²⁷ É possível, por isso, tomar parte do crescimento da taxa de ocupação da força de trabalho como resultado também de uma expansão do subemprego. Mas, ainda assim, as mudanças ocorridas em direção à ampliação do mercado de trabalho não deixaram de ser expressivas.²⁸

O emprego industrial – excluída a construção civil – cresceu de 27,1 mil a 41,5 mil, 53,14% portanto, em 1970 a 1975. Enquanto isso, de 1970 a 1978, a população ativa na indústria, artesanato e serviços industriais de utilidade pública elevou-se de 46,1 mil a 79,2 mil, ou seja, 71%. Em 1980, ela atinge cerca de 100 mil – excluindo a construção civil, constituindo próximo de 18% da População Economicamente Ativa (PEA) total. Não se dispõe de dados sobre o emprego industrial propriamente dito além de 1975, porém é possível estimá-lo em cerca de pelo menos 52 mil pelo fim do decênio, considerando que só na petroquímica previa-se um aumento de mais de 10 mil empregos nos anos de 1976 a 1978. Assim, o emprego no setor deve ter crescido em cerca de 92% em oito anos (1970-1978), reduzindo de 41%, em 1970, para cerca de 27%, em 1978, a participação da produção artesanal e em micromanufaturas na ocupação da população ativa na indústria de transformação e nos serviços industriais de utilidade pública – a construção civil excluída.

Os sinais de mudança não escondem as contradições do processo.²⁹ Na cidade de Salvador, entre 1970 e 1977, aumentou a participação de trabalhadores por conta própria no secundário, nos serviços de transporte e mesmo nas ativida-

27 PNAD, 1978. Semana da coleta: 22 a 28 de outubro de 1978.

28 As mudanças ocorridas na década de 1970 na estrutura ocupacional da Cidade do Salvador são analisadas. BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARVALHO, Inaiá. Ocupação e emprego em Salvador: efeitos recentes da industrialização. In: BRITTO, Luiz Navarro de; FLAVO, Lícia Queiroz (org.). *População, educação e emprego*. Salvador: UFBA, CRH, 1980. p. 131-171.

29 BRANDÃO; CARVALHO, 1980, sobre alguns dos efeitos contraditórios da nova forma de inserção da região na economia nacional.

des sociais. Em 1977, da população urbana da região, mais de um terço dos assalariados não tinham cobertura da legislação trabalhista. Estes e os trabalhadores por conta própria, biscateiros e outros em condições similares correspondiam a cerca da metade da população que se declarava trabalhando.³⁰ Em 1980, no conjunto da RMS, abaixo do rendimento médio de até dois salários mínimos estavam 33,8% das famílias.

É óbvio que o caso de Salvador tem certamente muito pouco de uma “história de sucesso” em nível social e político. Contudo e, *pour cause*, alguns indicadores apontam um quadro mais avançado na Bahia do que em outras áreas do Nordeste. O contraste com Recife, de algum modo semelhante quanto à formação histórica mais remota, porém sujeita a um processo mais convencional de industrialização, permite estabelecer as bases para algumas hipóteses relativas aos efeitos da instalação de grandes conjuntos industriais nas regiões periféricas do país.

COMPARANDO RECIFE E SALVADOR³¹

Vale, de início, fazer algumas ressalvas quanto aos limites e às potencialidades de uma comparação entre Recife e Salvador.³² Na verdade, as duas foram menos semelhantes no passado e são menos diferentes no presente do que seria desejável numa análise de tipo positivista. Em primeiro lugar, Recife tem uma história a contar de industrialização ao longo da primeira metade do século XX, enquanto Salvador, sem qualquer êxito nesse campo, tem uma experiência antiga de bancos e firmas de exportação que sempre fizeram a ponte entre a economia regional e o mercado financeiro nacional. A economia da Bahia foi sempre muito mais uma economia de exportação, desenvolvendo por isso muito mais cedo um capital financeiro que se realizava fora do estado, embora dentro do país.

Além disso, algo como o Nordeste “algodoeiro-pecuário”, que projetou sua sombra sobre Recife, foi sempre na Bahia não só menos monoliticamente arti-

30 DIAGNÓSTICO Habitacional da Região Metropolitana de Salvador. Coordenação e texto de Maria de Azevedo Brandão. Salvador: BNH/Setrabes-BA, 1978.

31 O sumário que se segue, a propósito de Recife, baseia-se em: SINGER, Paul. Recife. In: SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. cap. 6, p. 271-357.

32 Em 1980, as regiões metropolitanas de Recife e Salvador tinham, respectivamente, 1,77 milhões e 2,35 milhões de habitantes.

culado a partir da propriedade fundiária em si e dos processos de apropriação da renda, como crescentemente obscurecido pelos “negócios” do cacau – cujo caráter inicial das relações de produção e a história da concentração da propriedade foram diferentes. Por outro lado, não é possível desconhecer a presença da Petrobras, com efeitos reforçadores sobre as funções da cidade-porto e sobre a concentração da renda.

Finalmente, é preciso ter em conta que, se a “nova indústria” não se restringe, em Salvador, apenas a petróleo e petroquímica, Recife também recebeu investimentos em áreas de produção de base e de bens intermediários. Suas diferenças situam-se exatamente no que o Estado como produtor em si e articulador explícito dessa industrialização está mais presente em Salvador do que em Recife e no que o passivo da história não resolvida de industrialização inicial de Pernambuco pesa mais sobre o Recife de hoje. Apesar e em razão das ambiguidades e contradições dos processos reais e à base de um detalhamento que este trabalho infelizmente não poderá alcançar, as duas situações prestam-se a um dos paralelos mais férteis quanto às transformações recentes da sociedade brasileira.

Que Recife encontrou a “nova indústria”? Porto de uma região açucareira, como Salvador, Recife foi, nas primeiras décadas deste século [XX], a grande promessa de crescimento urbano-industrial ao norte do Rio de Janeiro. Em contraste com a Bahia, Pernambuco conseguiu preservar com alguma vitalidade sua produção açucareira, apesar de ter revelado a mesma incapacidade em transformar a estrutura social dessa produção. Como assinala Paul Singer, foram necessários 23 anos para que a exigência do salário mínimo fosse levada a efeito no interior do estado, o que só ocorreria em 1963, sob o efeito da luta de classes que se explicita agudamente na região nos anos anteriores ao golpe militar de 1964.

Enquanto, no último quartel do século XIX, Salvador abortava um primeiro surto de industrialização, Recife firmava, no início deste século [XX], seu crescimento industrial, contando com um considerável potencial de mercado em sua área imediata e um menor potencial de produção de exportação. Desde o início do século, uma rede ferroviária, com um raio de até 193 quilômetros, ligava a cidade a um interior que compreendia, em última análise, quase 3,5 milhões de pessoas, de Alagoas ao Ceará. De 1907 a 1920, Pernambuco elevou sua participação no produto industrial do país de 4% a 6,8%, favorecido em parte pela alta do preço do açúcar, enquanto a Bahia o reduzia de 3,2% para 2,8%, apesar dessa mesma alta.

A partir daí, o Nordeste perde totalmente passo com o processo de industrialização visto em escala nacional. Entretanto, em comparação com a Bahia, Pernambuco prossegue com alguma vantagem. Em 1938, sua participação no produto industrial é de 4,2%, quando a da Bahia é de 1,7%. Esse crescimento sempre mais atrás do crescimento nacional, é verdade, intensifica-se nos anos 1930. Das 1.854 unidades industriais existentes no estado em 1940, 68% datam desse período.³³ Em 1940, enquanto o pessoal ocupado na indústria em Recife correspondia a 6,3% da população da cidade, Salvador contava com apenas 3,7%. Em 1950, essa diferença permanece, embora a um patamar mais baixo: 6% e 3,3%, respectivamente. A área da atual RMS contava, então, com menos de 15 mil empregos industriais, enquanto Recife reunia mais de 47 mil.

Na produção do açúcar, como se sabe, apesar do mesmo fracasso na introdução dos engenhos centrais em meados do século XIX, Pernambuco obteve, mais tarde, ganhos relativos frente à Bahia. De 1885 a 1900, ali instalaram-se quase 50 usinas. Em 1910, enquanto a Bahia contava com sete, Pernambuco tinha 46 delas, produzindo mais de 30% do açúcar importado pelo porto do Rio de Janeiro. Nesse período, a indústria diversifica-se, incluindo fábricas de pianos, realejos, órgãos, cerveja, “carros de passeio”. A recuperação da produção do açúcar favoreceu a expansão da indústria têxtil, de sua parte também beneficiada pela produção algodoeira, importante no Nordeste desde meados do século passado. Em 1920, as Casas Paulistas – indústria e comércio de têxteis – contavam com 200 lojas em todo o Nordeste, transpondo mais tarde as próprias fronteiras da região, sob o nome ainda corrente de “Casas Pernambucanas”.

A rigidez da estrutura econômico-social do Nordeste e a ruptura das fronteiras regionais pelo sistema viário nacional liquidariam, entretanto, o modesto feito do empresariado de Pernambuco. Além disso, pelas décadas de 1940 e 1950, a desorganização da economia agrícola do agreste, também ferida pela concorrência da produção do Centro-Sul, resultaria em crescentes fluxos migratórios para Recife. Na década de 1930, Recife já ultrapassava em população a Salvador, e as duas chegam a 1950 com maior distância ainda a favor de Recife. Consideradas as áreas imediatas compondo as futuras regiões metropolitanas de

33 PERRUCCI, Gadiel. A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., São Paulo, 1974. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 1974. v. 1, p. 577-590.

ambas, o crescimento demográfico de Recife foi ainda maior. Sua população alcança 1.792.688 em 1970, com Recife e Olinda absorvendo apenas 70% do total, enquanto a área de Salvador continha 1.148.828 habitantes e a cidade abrigava, de modo quase monopolístico, 90% dessa população.

Apesar do maior crescimento demográfico, o emprego continuaria depois a níveis mais altos na Grande Recife que em Salvador. Em 1970, não só a taxa de ocupação da população total era maior ali, como também a participação das atividades industriais na PEA; o emprego industrial propriamente dito absorvia, em Recife, 68,12% da população ativa no secundário; em Salvador, apenas 58,77%. Mesmo em relação à PEA total, a diferença permanece: 8,10% e 9,15%, apesar do crescimento negativo do emprego industrial na década de 1950 (-1,15% a.a.) e do seu moderado aumento nos anos 1960 (2,13% a.a.), em Recife.³⁴

Mais de uma década e meia depois de iniciada a produção de petróleo, Salvador permanecia, em termos de indústria, ainda aquém da modesta posição de Recife. Em 1970, a PEA em atividades industriais (excluída a construção civil) era de 13%; em Recife, 16%. Retirando a produção química (derivados de petróleo), o emprego e o produto industriais reduzem-se a menos da metade do atingido por Recife. Entretanto, as condições sociais eram, de modo geral, melhores quanto à renda pessoal, acesso à educação e certos aspectos da situação habitacional.

É verdade que Salvador, sob uma nova onda de expansão da periferia, apresentava, em 1970, maior proporção de domicílios sem iluminação elétrica e sem instalações de esgotamento sanitário. Em 1978, o déficit habitacional da área metropolitana é maior que em Recife, revelado pela alta incidência de congestionamento e de domicílios improvisados. Ao contrário da região de Recife, que apresentou um saldo migratório próximo de zero entre 1970 e 1980, a área de Salvador teve, no mesmo período, o seu maior crescimento do século. Mas, além do aumento do acesso às redes gerais de água e iluminação, no que as condições habitacionais dependiam mais da renda pessoal do que da expansão da infraestrutura, Salvador também avançou mais do que Recife. Em 1978, eram bem mais altas não só as proporções de habitações com acesso às redes de luz e água, como os domicílios com canalização interna de água, vasos sanitários e fossas sépticas.

A massa de salários industriais, a receita tributária gerada pela “nova indústria”, a remuneração de serviços a ela vinculados e o próprio volume de salários

34 JATOBÁ, 1976.

referentes à máquina governamental não poderiam deixar de filtrar, ainda que em pequena escala, uma parcela de renda para a sustentação do terciário primitivo e do artesanato, expandindo o mercado dos bens e serviços de consumo – embora, como se sabe, esse artesanato e esse terciário devam sua existência ao baixo nível dos salários na economia formal.

ESTRUTURA INDUSTRIAL E SALÁRIOS: RECIFE E SALVADOR

É certo que Salvador e Recife são em parte “incomparáveis” quanto às condições de suas populações, uma vez que diferem em substância, sobretudo nos últimos decênios, não só os seus interiores, como em parte suas funções intrarregionais. Um dos efeitos dessas diferenças está na evolução, no ritmo e no volume relativo diversos das migrações dirigidas às duas metrópoles. Além disso, não é possível comparar estritamente os territórios das duas áreas metropolitanas, conforme definidos nas estatísticas oficiais. Contudo, isso não impede de considerar as diferenças no tempo, dentro de cada área. E é sob essa perspectiva que aqui se procura ensaiar essa comparação.³⁵

Em 1970, a estrutura industrial de Salvador era imensamente menos diversificada que a de Recife. Excluída a produção de petróleo e derivados, o tamanho do setor era significativamente menor. Entretanto, Salvador já apresentava aspectos que se afirmariam mais tarde: maior intensidade de capital, maiores salários médios, inclusive entre o pessoal diretamente ocupado na produção, além de maior produtividade média. Essas relações confirmam-se mesmo quando abstraído o setor petroleiro – a petroquímica ainda não existia. Na verdade, a presença da Petrobras em Salvador elevava enormemente a rentabilidade média por empresa em relação ao volume da mão de obra ocupada, a média dos salários – sobretudo o diferencial entre salários de produção e salários do pessoal fora da produção direta –, bem como o peso relativo do quadro administrativo frente ao total da mão de obra.

35 São praticamente inexistentes comparações entre Recife e Salvador ou Pernambuco e Bahia. Ver, por exemplo, os trabalhos de Pedro Geiger, Paul Singer e Vilmar Faria, para citar os que ensaiaram estudos comparativos intermetropolitanos, mas que omitem tal comparação.

Ainda assim, excluída a Petrobras, as demais atividades, mais comparáveis às de Recife na época, mostravam no conjunto um nível mais alto de desenvolvimento. Em Recife, o peso das indústrias ligadas a têxteis – fiação e tecelagem –, alimentação e vestuário, de composição orgânica bem mais baixa e, em grande parte, herdeiras da velha indústria, além de diretamente comprometidas com o rebaixamento do valor da força de trabalho, puxava para baixo as médias gerais. Nos setores “dinâmicos”, comuns às duas áreas – transformação de minerais não metálicos, metalurgia e química não ligada ao petróleo –, as duas situações se equivaliam. A única exceção no conjunto era o setor de bebidas, no qual, apesar de uma baixa composição orgânica, os salários médios ultrapassavam em Recife os de Salvador. Mas esse é o caso de uma produção fortemente oligopolizada dentro do setor de bens de consumo final, no Brasil.

Em 1975, a situação de Salvador, excluídos o petróleo e a petroquímica, para tornar mais convincente a comparação, é sem dúvida superior. Os salários médios crescem mais, porém mais ainda os salários de produção, apesar de ter-se elevado menos do que em Recife a produtividade. E estreitou-se mais a distância entre salários na produção direta e fora dela, tendo-se sustentado a relação entre os efetivos de pessoal nos dois estados. Reintroduzindo o petróleo e a petroquímica, a diferença entre os salários dos dois grupos de empregados é ainda menor e muito maior ainda sua aproximação entre 1970 e 1975. Não parece, portanto, que as indústrias mais recentemente instaladas tenham ampliado a concentração da renda por via da distribuição dos salários dentro do setor industrial.

De 1960 a 1978, nos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais e fundos federais subsidiados, na maioria dirigidos às duas regiões metropolitanas, a relação investimento-emprego foi superior na Bahia: Cr\$ 610.229,35, para Cr\$ 523.776,45 em Pernambuco.³⁶ Na década de 1960, as médias para a Bahia chegaram a estar mais de 80% acima das do Nordeste como um todo, em 1964, 1966, 1967, chegando em 1973 a 226,8% acima.³⁷ Apesar disso, Recife “perde”, ainda na comparação com Salvador, quanto à participação do trabalho na renda

36 SUDENE. *Posição dos projetos aprovados industriais e agropecuários: situação em 1978 e até 1978* (preços constantes). Recife: [s. n.], 1979. Nos projetos à espera de aprovação em 1978, essa tendência se amplia e muito mais ainda para os projetos agropecuários. Em todos os casos, os projetos da Bahia são maiores em termos de empregos diretos e mais capital-intensivos.

37 SAMPAIO, 1974 (dados estatísticos utilizados são da Sudene).

gerada, sempre que excluía a renda – certamente mais renda que lucro propriamente dito – da extração do petróleo.

Da política de “industrialização com emprego”, maior integração intersetorial e com a economia regional e, teoricamente, mais próxima do capital regional, sem dúvida favoreceu-se mais Recife que Salvador, ou em quase nada esta. No início da vida da Sudene, Pernambuco absorveu, mais que qualquer outro estado do Nordeste, os investimentos beneficiados pela política de desenvolvimento regional. É em 1965 que a Bahia começa a ganhar a posição dominante que manteria depois. Ainda assim, Pernambuco nunca perdeu a posição de primeiro beneficiário dos novos empregos diretos criados, absorvendo quase um terço de todos os empregos previstos em projetos aprovados pela Sudene no período de 1960 a 1978. Em Salvador, pelo contrário, apesar dos grandes investimentos gerados pelo programa da Sudene, favorecidos pela criação do Centro de Aratu e trazidos com a instalação do Copec, a região continuou, até o fim da década de 1970, a ter um menor peso do emprego industrial na ocupação de sua força de trabalho.

É óbvio que, nesse ponto, é preciso levar em conta os patamares de onde partiram as duas regiões. Entretanto, nada disso impediu que outros processos afetassem aparentemente mais a fundo Salvador. Como seria de se esperar, o terciário vem diferindo consideravelmente entre as duas áreas. Em comparação com Recife, Salvador teve uma maior redução da participação do terciário na ocupação da PEA. Dentro do terciário, entretanto, essa redução foi menor do que em Recife nas atividades sociais e na administração pública, sobretudo. Apesar da expansão do turismo, a prestação de serviços também cresceu menos em Salvador do que em Recife e menos do que a maioria dos demais ramos terciários dentro da própria região. Ou seja, o terciário de Salvador, além de crescer relativamente menos em participação total, desenvolveu-se mais em alguns setores modernos.³⁸ Já em 1970, são sempre mais altos, em Salvador, a taxa de ocupação por estabelecimento e o valor das vendas e receitas por pessoal ocupado nos serviços, no comércio de mercadorias e, sobretudo, no comércio por atacado.

Apesar disso, Recife revela-se ainda mais uma vez atrás quanto ao chamado “setor informal”. Em Salvador, em 1970, o artesanato e a pequena manufatura eram relativamente maiores quanto à ocupação de pessoal do que em Recife, em contraste com a ocupação na produção industrial propriamente dita, de composi-

38 BRANDÃO; CARVALHO, 1980.

ção orgânica mais baixa em Pernambuco. Mas esse setor “informal” do secundário – não incluída a construção civil – cresceu menos do que em Recife nos últimos anos. Na mesma linha, em 1978, no total da PEA, Salvador contava com apenas 78% de assalariados e, desses, 24% não tinham suas carteiras de trabalho assinadas. O subemprego aparecia ainda em taxas como 12% das pessoas ocupadas trabalhando menos de 40 horas por semana e 24% não contribuindo para o sistema de previdência social. Mas, em Recife, contavam-se apenas 76% de assalariados, dos quais 34% sem carteiras assinadas; 13% da PEA trabalhavam menos de 40 horas por semana e 39% não contribuía para a previdência.

REPERCUSSÕES AO NÍVEL DA ESTRUTURA SOCIAL

A introdução de atividades tecnologicamente mais avançadas e a intensa redefinição do uso do solo em Salvador, que a industrialização exigiu, tornaram proibitiva a manutenção de indústrias tradicionais de rentabilidade inferior, incapazes de arcar com a elevação dos salários e do preço do solo urbano. Certas dessas atividades renasceram em outras mãos, no amplo setor dos serviços e do artesanato, competindo por pequenas áreas de terreno nos bairros populares e escapando ao peso da tributação. Mas os velhos empregadores, que em parte sobreviveram em Recife, se foram em Salvador.

Resta, entretanto, saber em que medida se liquidaram ou não as velhas formas de interlocução vertical e as categorias intermédias de sustentação da estrutura tradicional. Em vários sentidos, a estrutura de poder em nível regional e as linhas básicas da velha ideologia baiana parecem permanecer com uma resistência surpreendente, de que é expressão o caráter da política partidária no estado. Recife, apesar de transformações econômicas menos dramáticas, parece muito mais em dia com a mecânica da vida política nacional.

A medida que as diferenças entre Recife e Salvador derivam dos dois padrões de industrialização que as afastaram durante as décadas recentes é difícil de estimar rigorosamente. Por outro lado, não se pretende sugerir que, em termos relativos, com referência ao volume de investimentos ocorridos em Salvador, esta região tenha-se beneficiado relativamente mais. Pelo contrário, em termos relativos, a exploração foi certamente muito mais aguda aí. Como vimos, em 1980, cerca de 40% das famílias da RMS tinham até dois salários mínimos

de rendimento médio mensal. Por outro lado, também não se trata de ignorar o caráter subalterno dessa industrialização que não se “regionaliza”, na verdade, mas antes nacionaliza, se não mundializa, a região que escolhe – no caso, mais rapidamente Salvador que Recife.

Sem dúvida, a origem desse processo de descentralização seletiva das atividades industriais ultrapassa os limites das economias nacionais e, muito mais ainda, os estreitos graus de liberdade das formações regionais. Mas seria simplista admitir que seu desenrolar efetivo restrinja-se apenas a isso, seja na determinação de sua dinâmica econômica, seja no viés de seus efeitos mais amplos. É certo, também, que nada garante a direção desses resultados, cujo formato terá tanto a ver com os dados econômicos quanto com o quadro político-institucional. “Polos” ou não, “enclaves”, “crescimento harmônico” ou “descontinuidades estruturais”, promessas a longo prazo de redução ou aprofundamento da exploração do trabalho e de degradação ambiental, nada disso pode ser dado de saída. O jogo será tanto mais político quanto mais cruamente econômico.

No caso de Recife e Salvador, é evidente – a curto prazo, pelo menos – que a renda e o consumo coletivo têm-se estabelecido em níveis mais altos na última região. Além disso, é fácil antever, quanto à estrutura ocupacional de Salvador, a formação de um proletariado menos desigual em termos de níveis de qualificação; mais compacto graças ao vínculo a atividades menos dispersas, setorial e fisicamente; e mais homogêneo em termos de tempo de formação e de contato com formas mais avançadas de produção. Isso poderá ter como consequência uma estratificação talvez rígida da classe operária, com o risco de desembocar numa situação de “elite” da classe, frente ao operariado da pequena indústria, do artesanato e da construção civil e à mão de obra de amplos setores do terciário. Porém, aqui, o clima político terá muito a ver com desenvolvimentos numa ou noutra direção. E, em princípio, as novas categorias têm a seu favor um potencial de organização que não poderá ser subestimado com respeito a esse processo em si. Porém, até onde lhes será possível romper com uma estrutura de poder e desafiar uma estrutura ideológica que mantém, com uma resistência intrigante, a exclusão da maioria da população do produto do trabalho e do acesso à cidadania?

Aqui, é importante ter em vista a Bahia que essa nova indústria encontrou. Pelo fim do século XIX, esta perdera no processo de renovação da economia açucareira e proibiu-se o crescimento da indústria, certamente por contar com uma

base muito mais diversificada de acumulação, baseada na agricultura. Pernambuco, enquanto isso, fez uma pequena revolução burguesa, limitada pelas bases estruturais de sua formação e cujos ganhos foram pouco a pouco reduzidos pela concorrência da produção do Centro-Sul. Contudo, isso não liquidou de todo o parque manufatureiro local. O grande mercado imediato permitiu, por muito tempo, a sobrevivência da velha indústria e atraiu, antes da nova industrialização, muito mais que para Salvador, capitais extralocais. A política de industrialização dos anos 1960 revitalizou parte dessa antiga produção e igualmente continuou a destruir seus segmentos marginais. Os ganhos em produtividade prosseguiram por toda a década, compensados pela expansão do emprego em novos setores. Esse processo, entretanto, foi lento demais para forçar uma calibração da economia urbana em nível significativamente mais alto, como ocorrera em Salvador com a Petrobras.

Recife, pelo contrário, pagou o preço de sua relativa superioridade industrial, ao iniciar-se a nova industrialização. Apesar do crescimento negativo de emprego industrial na década de 1950, a região chega aos anos 1960 com uma taxa mais alta de ocupação da PEA em atividades industriais do que Salvador e com um nível de luta sindical na indústria tradicional bem superior. Ao implantarem-se as novas indústrias, estas não só contam com essa mão de obra, cujas oportunidades de trabalho decrescem com o fechamento de velhas unidades ou a modernização da produção em outras, como beneficiam-se da repressão à luta sindical que o regime militar estabelecera de forma extremamente dura em Recife. Em Salvador, o processo chega mais tarde e, em face da insignificância da mão de obra industrial fora da produção petrolífera, as novas unidades, como o fizera em parte a Petrobras, tiveram que importar certo pessoal qualificado de fora e competir no escasso mercado local de mão de obra, senão especializada, ao menos apta ao novo processo industrial, pagando, talvez por isso, também salários mais altos, independentemente da posição das empresas na estrutura econômica nacional.

As diferenças entre as duas situações devem ir mais adiante, contudo. Basicamente, a industrialização em Salvador vem-se fazendo num patamar tecnológico e econômico mais alto, ao lado de um capital regional omisso no setor industrial e mais maduro em nível financeiro. Tipicamente, esse capital reservou-se, quando aplicado regionalmente, às atividades da circulação – bancos, comércio, imobiliária –, à construção civil, ao financiamento da agricultura de exportação e à especulação com a terra. A nova indústria, independente da acumulação em nível regional,

desde a Petrobras contribuiu de modo decisivo para isso, com o aumento do movimento financeiro da praça de Salvador, o crescimento da renda governamental e a expansão da importação em uma região com demanda crescente e diferenciada.

Regiões Metropolitanas de Salvador¹ e Recife,²
indicadores de renda e consumo, 1970-1978 (%)

ITENS	SALVADOR		RECIFE	
	1970	1978	1970	1978
PEA ³ com renda mínima ⁴	58,72	33,38	64,30	46,56
PEA ³ com renda mínima ⁵	6,48	14,60	5,07	9,99
Famílias com até 2 salários mínimos ⁶	36,80	35,70	45,90	49,90
Famílias com mais de 5 salários mínimos		31,36		21,19
Domicílios sem iluminação elétrica	25,56 ⁷	13,91	21,95 ⁷	16,18
População afetada		14,038		14,89
Domicílios sem água da rede geral	54,12 ⁷	30,31	58,28 ⁷	43,19
População afetada		29,28		41,74
Domicílios sem canalização de água ⁸	46,30 ⁷	38,99	54,30	58,94
População afetada		36,66		57,58
Domicílios sem esgoto ou fossa séptica	69,60 ⁷	48,91	68,60 ⁷	75,42
Domicílios sem aparelhos sanitários		30,40		31,18
Pop. em domicílios rústicos, quartos e cômodos		12,75		10,03
Domicílios com mais de duas pessoas por cômodo		14,33		10,73
Analfabetos entre maiores de 5 anos		21,13		31,26
Pop. de 5-11 anos cursando o elementar	68,50		61,80	
Pop. de 25 anos e mais com curso médio compl.	13,40		11,80	
Pop. de 10 anos e mais com mais de 8 anos de escol.		17,01		14,92

Fonte: IBGE (1970) e *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios* (1978).

NOTA:

- 1 Municípios de Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, Itaparica, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.
- 2 Municípios de Cabo, Igarauçu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.
- 3 PEA em 1970; pessoas ocupadas na semana de 22 a 28 de outubro de 1978, para 1978.
- 4 Para 1970, devido a limitações dos dados, o limite usado foi até Cr\$200,00 (salário mínimo = Cr\$ 144,00, em 1970). Em 1978, tomou-se o limite de até um salário mínimo.
- 5 Para 1970, o limite inferior foi até Cr\$1.000,00, quase sete salários mínimos; para 1978, o limite foi mais de cinco salários mínimos.
- 6 Para 1970, tomou-se o limite até Cr\$300,00.
- 7 Domicílios urbanos.
- 8 Inclui domicílios com abastecimento da rede e de poços e nascentes, porém sem canalização interna, e domicílios com outras formas de abastecimento, independente da presença de canalização interna.

Os bancos ligaram as duas realidades – a nova indústria e os velhos negócios da cidade-porto, metrópole agromercantil de antes –, transferindo recursos ao comércio, ao setor imobiliário e à construção civil. Eles, por assim dizer, devem ter “domesticado” parte do valor produzido e da renda gerada sob o controle dos capitais de fora e parcialmente devolvidos à região pelo Estado. De outro lado, com maior receita, este pode expandir, em termos relativos, mais que em Recife, os serviços e equipamentos de consumo coletivo, com isso também alimentando a construção civil nas entressafras das obras de infraestrutura produtiva. Numa posição privilegiada frente ao novo processo de acumulação, o estado alcançou uma autonomia inédita na experiência regional. E a Bahia “cresceu e (re)apareceu” ao nível da política nacional. Em paralelo com sua desregionalização, o Governo do Estado adquiriu um enorme poder de barganha perante o Governo Federal, e o poder político tornou-se extremamente concentrado.

Regiões Metropolitanas de Salvador¹ e Recife,²
força de trabalho e emprego, 1970-1978 (%)

ITENS	SALVADOR		RECIFE	
	1970	1978	1970	1978
PEA ³ /População de 10 anos e mais	29,17 ⁴	49,36	30,00 ⁴	46,67
MO industrial ⁵ / PEA industrial ⁶	58,77	(52,29) ⁷	68,12	(49,99) ⁷
MO industrial ⁵ / PEA ³	8,10	8,07	9,15	8,25

Fonte: IBGE (1970), *Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios* (1978), e *Censos Industriais* (1970, 1975).

NOTA:

- 1 Municípios de Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, Itaparica, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.
- 2 Municípios de Cabo, Igarauçu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.
- 3 PEA total. Para 1978, foi considerada a população ocupada na semana de 22 a 28 de outubro de 1978.
- 4 PEA.
- 5 Mão de Obra, isto é, pessoal ligado à produção, segundo censos industriais.
- 6 PEA na extração mineral, indústria de transformação, artesanato e serviços industriais de utilidade pública.
- 7 Na falta de dados sobre o emprego industrial em 1978, foram usadas as cifras de 1975.

CONCLUSÃO

A nova indústria em Salvador tem muito pouco a ver com a velha economia local, *stricto sensu*. Nem por isso ela deixou de ser afetada pelas condições antecedentes

dessa economia, nem a deixou intocada. Não há enclave, pelo menos em nível econômico. Em várias direções, a economia baiana reciclou-se a um nível bem acima do de Pernambuco, graças a pelo menos um duplo pecado “regional”: o fracasso precoce de uma tímida “revolução” urbano-industrial, talvez por começar no fim do século passado, e o seu reverso e origem, o êxito do capital comercial local, favorecido pela diversidade da base agrícola do estado, que sempre lhe permitiu ampla margem de manobra. Se essa hipótese for correta, a questão será compreender os mecanismos pelos quais e a direção em que os bancos – para não se querer apressadamente rotular o que se possa chamar de classe dominante na Bahia – vêm estruturando a nova economia da região e suas relações transregionais.

Regiões Metropolitanas de Salvador¹ e Recife,²
indicadores da estrutura industrial, 1970-1975³

ITENS	SALVADOR (TOTAL)		SALVADOR (EXCL. QUÍMICA) ⁴		RECIFE	
	1970	1975 ⁵	1970	1975 ⁵	1970	1975
Estabelecimentos	1.104	1.133	1.098	1.091	1.761	2.126
Pessoal ocupado (total)	27.131	41.405	24.245	38.056	53.751	69.691
Pessoal na produção	21.490	33.774	19.570	30.730	45.116	59.358
Salários (total)	160.550	720.558	100.274	622.184	191.315	760.151
Salários do pessoal na produção	74.573	526.859	65.309	440.892	135.288	591.917
Valor da Transformação Industrial (VTI)	610.293	5.034.887	387.739	2.919.084	858.609	4.896.431
Valor da produção	1.434.316	12.617.551	890.087	6.765.194	1.814.984	12.640.208
Pessoal ocupado / estabelecimentos	24,57	36,54	22,08	34,88	30,52	32,78
Pessoal ocupado fora da produção / estabelecimentos	5,11	6,74	4,26	6,71	4,90	4,86
Pessoal na produção / pessoal fora da produção	3,81	4,43	4,19	4,19	5,22	5,74
Pessoal ocupado / estabelecimentos	24,57	36,54	22,08	34,88	30,52	32,78
Valor da produção / estabelecimentos	1.299,20	11.136,41	810,64	6.200,91	1.054,00	5.945,54

ITENS	SALVADOR (TOTAL)		SALVADOR (EXCL. QUÍMICA) ⁴		RECIFE	RECIFE
Salários / pessoal (fora da produção)	15,24	25,38	7,48	24,75	6,49	16,28
Salários produção / pessoal produção	3,47	15,60	3,34	14,35	3,00	9,97
Salários produção / salários (total) (%)	46,49	73,12	65,13	70,86	46,45	78,87
Valor da produção / pessoal ocupado	52,87	304,73	36,12	177,76	33,77	181,37
Salários produção / VTI (%)	12,21	10,46	16,84	15,10	15,76	12,09

Fonte: IBGE (1970, 1975).

- 1 Municípios de Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, Itaparica, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.
- 2 Municípios de Cabo, Igarçu, Itamaracá, Jaboatão, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.
- 3 Valores em Cr\$ 1.000,00, moeda corrente.
- 4 Suprimido o ramo de química, ligado à produção de derivados de petróleo e carvão mineral (inexistente na Bahia), para 1970, e todo o setor químico dos municípios de Camaçari, Candeias, São Francisco do Conde e Simões Filho (onde operam a Petrobras e empresas petroquímicas), para 1975. Na impossibilidade de isolar o ramo de derivados do petróleo dentro da região de Salvador em 1970, a supressão foi feita com o total do estado da Bahia, uma vez que o processo de produção de derivados restringe-se à referida região.
- 5 Excluídos os dados para uma serraria e uma fábrica de gaseificação de água, ambas em Itaparica, por força do sigilo censitário.

Também não parece temerário falar-se na persistência de formas políticas e ideológicas surpreendentemente arcaicas e paradoxalmente eficazes na sustentação das diferenças de classes e de sua dissimulação. O que preocupa é saber se este é apenas um entre outros componentes de um mundo exótico e singular, ou se a experiência da Bahia poderá constituir um tipo, entre outras categorias de casos, que o processo de desconcentração física da produção industrial começa a desencadear no Brasil de depois. Afinal, é como perguntar “de quem são (mesmo) as velas onde roço? De quem as quilhas que vejo e ouço?”.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social. *Mão de obra: operário industrial na Bahia*. Direção de Istivan Jancso. Salvador: SETRABES, 1967.

- BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Desenvolvimento e conduta governamental*. Salvador: ISP, UFBA, 1965.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo; CARVALHO, Inaiá. Ocupação e emprego em Salvador: efeitos recentes da industrialização. In: BRITTO, Luiz Navarro de; FLAVO, Lícia Queiroz (org.). *População, educação e emprego*. Salvador: UFBA, CRH, 1980. p. 131-171.
- DEZ anos do Centro Industrial de Aratu: 100 indústrias implantadas. *Aratu*, Salvador, v. 8, n. 59, p. 1-48, mar. 1977. Edição especial de comemoração do 10º aniversário do Centro Industrial de Aratu.
- DIAGNÓSTICO Habitacional da Região Metropolitana de Salvador. Coordenação e texto de Maria de Azevedo Brandão. Salvador: BNH/Setrabes-BA, 1978.
- FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 18, p. 91-115, out./nov./dez. 1976.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *As 200 maiores indústrias da Bahia*. Salvador: FIEB, 1976.
- IBGE. *Indicadores sociais: relatório 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.
- IBGE. *Indicadores para áreas urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.
- JATOBÁ, Jorge. Emprego e industrialização: experiência da região metropolitana do Recife (RMR), 1950-70. *Comunicação*, Recife, v. 13, p. 16-64, 1976.
- MARTINS, Luciano. La 'joint-venture' etat-firme transnationale: entrepreneurs locaux au Brésil. *Sociologie et Sociétés*, Montreal, v. 11, n. 2, p. 169-190, oct. 1979.
- MARTINS, Luciano; THERY, Hervé. *La problematique des pôles de développement et l'expérience de Camaçari*. Paris: IHEAL, 1981. Document de travail 1, mimeo.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re-li-gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: SOUZA, Guaraci Adeodato A. de; FARIA, Vilmar (org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis. Vozes: Cebrap, 1980.
- PERRUCCI, Gadiel. A cidade do Recife (1889-1930): o crescimento urbano, o comércio e a indústria. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., São Paulo, 1974. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 1974. v. 1, p. 577-590.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1934.
- RIVIERE D'ARC, Hélène. *Aux environs du pôle metrochimique: la difficile croissance de la ville de Camaçari*. Documents de Recherche du Centre de Recherche et Documentation sur l'Amérique Latine (Credal) et Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine. Paris: IHEAL, 1981. Mimeo.

SAMPAIO, Fernando Talma. *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. 1974. Tese (Concurso Professor Assistente) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974.

SINGER, Paul. Recife. In: SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. cap. 6, p. 271-357.

SUDENE. *Posição dos projetos aprovados industriais e agropecuários: situação em 1978 e até 1978 (preços constantes)*. Recife: [s. n.], 1979.

BLOCO III

**O urbano de Salvador
em três momentos**

ORIGENS DA EXPANSÃO PERIFÉRICA DE SALVADOR¹

INTRODUÇÃO

Sob o impacto de uma forte corrente migratória nos últimos 20 anos, a Cidade do Salvador alcança hoje (1963) mais de 650 mil habitantes, com um déficit habitacional provável relativo a pelo menos 200 mil de seus habitantes. Essa situação reflete uma série de fenômenos que não são problemas apenas de uma classe ou de certas áreas, mas de toda a cidade, e que, por isso, decorrem da estrutura econômica em que ela se enquadra, da posição geográfica ocupada na região a que serve e, finalmente, das condições morfológicas do sítio urbano propriamente dito.

1 Publicado em *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-172, abr./jun. 1978. Este texto foi originalmente escrito como um diagnóstico da situação habitacional de Salvador, integrante do Anteprojeto de Recuperação dos Alagados, apresentado ao Governo do Estado da Bahia pelo escritório Diógenes Rebouças, Salvador, 1961, e resume o relatório de Maria de A. Brandão, *O problema de habitação na Cidade do Salvador*, Salvador: Comissão de Planejamento Econômico (CPE), 1959, integrado ao arquivo da CPE como parte dos trabalhos do Grupo sobre Habitação criado em 1958 e parcialmente divulgado sob o título “Análise da situação” no texto “Uma política de habitação para Salvador”, *Boletim CPE*, ano III, v. 5, n. 5, p. 5-25, jan. 1960. Posteriormente, o texto do Anteprojeto de Recuperação dos Alagados foi apresentado como uma comunicação ao Seminário sobre Desenvolvimento e Organização de Comunidade, Serviço Social da Indústria (Sesi)/Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, 22-29. VIII. 1963. Anais, 1963 doc. 10, 11 pp (mimeo). O presente texto reproduz a versão de 1963. Além do nosso débito a todos os colegas do Grupo de Habitação e em particular a Zélia Almeida, registramos em especial a contribuição de Paulo Ormino Azevedo na interpretação da expansão do tecido urbano e de suas implicações urbanísticas.

Circunstâncias históricas e condições ecológicas resultaram desde início numa ocupação densa das cumeadas da cidade, enquanto as áreas de vale permaneceram inaproveitadas ou destinadas a culturas de subsistência. Ao caminhar para fora, as linhas de ocupação contínua não eram mais que meras expansões isoladas para sudeste, da primeira linha de ocupação que corre nordeste-sudoeste, paralela à orla da baía. Entre essas linhas e para além dos seus extremos, a ocupação rarefazia-se numa estreita franja de chácaras que logo dava lugar ao campo aberto, semideserto e subaproveitado dos latifúndios que séculos antes foram as fazendas de criação e de cana que a circundavam. As áreas ocupadas eram descontínuas e entre elas permaneciam desertos, se bem que sob propriedade privada, a maioria dos vales.²

A partir do meado do século passado [XIX], em virtude de exigências socio-culturais das elites dominantes e com o advento dos transportes mecanizados, houve uma grande expansão das vias de comunicação, à procura de pontos afastados onde se incrementaram ou estabeleceram espécies de arraiais de veraneio.

Até então, a Cidade do Salvador tivera um crescimento demográfico lento. Mas, já no fim do século, a desorganização da estrutura escravocrata e as crises econômicas provocadas, em parte, pelas secas lançaram à cidade as primeiras grandes levas de migrantes rurais. Aproveitando as precárias linhas de comunicação abertas anteriormente, grupos de baixa renda formaram vizinhanças esparsas à margem daquelas vias.

Posteriormente, a corrente migratória reduziu-se nos decênios de 1920 e 1930.³ As novas habitações de baixo nível agruparam-se às áreas de residência pobre existentes, enquanto as habitações de nível médio e superior apenas preencheram vazios ao longo das ruas principais de bairros residenciais já formados. Ocorrera, assim, naquele período, um processo de adensamento de certas áreas e de expansão periférica de outras, sem grande alteração da paisagem anterior.

Mas, a partir de 1940, o fluxo migratório aumenta, chegando a concorrer com mais de 70% do crescimento demográfico da cidade.⁴ O centro comercial

2 Sobre a paisagem da cidade no século XIX e sobre sua evolução, ver, por exemplo: VILHENA, Luís dos Santos. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas (1802). In: AMARAL, Braz do. *Cartas de Vilhena*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922; AZEVEDO, Thales de. *O povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955; e, sobretudo, GORDILHO, Walter. *Contribuição ao estudo da evolução urbana da Cidade do Salvador*. Salvador: Era Nova, 1942.

3 SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Livraria Progresso: Universidade da Bahia, 1960. p. 43-44.

4 CAMARGO, Francisco. *Êxodo rural no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1957. p. 127.

passa a uma fase de desenvolvimento, alargando sua faixa de transição e expulsando, assim, desta, ocupantes não só de nível inferior como de rendas médias e alta, que viriam depois a pressionar áreas de ocupação de classe baixa.⁵

Por outro lado, fatores cuja análise foge aos objetivos do presente texto fomentavam o crescimento das camadas de renda média. Em paralelo, defendia-se, desde os anos 1930, uma onda de apreciação pela natureza, justificada ideologicamente pela preocupação de proteção à saúde e à infância. Consequentemente, voltava-se novamente ao apreço pela casa com jardim, a salvo da agitação da rua e da vizinhança a parede-meia. A expansão das camadas médias e tais concepções culturais resultaram no aumento da demanda de áreas para habitação de nível médio e superior.

Assim, a exigência de mais e mais áreas residenciais passou a partir de todos os estratos da população. Da parte da elite, indiretamente, como vimos, graças ao avanço da zona de transição e à modificação dos padrões ideais de habitação; da parte das camadas médias, graças, em parte, a essas modificações, mas sobretudo ao seu incremento numérico. Quanto às camadas de baixa renda, o problema continuava a ser o seu crescimento natural incrementado pela corrente migratória.

A EXPANSÃO PERIFÉRICA

A partir de 1950, o processo de expansão horizontal toma um sentido definido e realiza-se condicionado pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte, pelo desenvolvimento do centro e por fenômenos socioculturais particulares. Na ordem imediata, se verificavam então:

- a. o aumento da demanda absoluta de áreas residenciais;
- b. movimentos espaciais internos.

Essa crescente demanda de espaços residenciais poderia ser em grande parte resolvida pela colmatagem daquelas numerosas áreas desocupadas dentro do tecido urbano e próximas a trechos relativamente densos. Entretanto, a estrutura fundiária da cidade revelou-se sempre extremamente rígida.

No conjunto, o crescimento periférico tornou-se a tendência final preponderante. Se bem que, a partir do fim do século passado [XIX], o efetivo demográfico

5 Sobre as transformações do centro da cidade, ver: SANTOS, op. cit.

da cidade tenha se multiplicado por mais de cinco, passando de 129.109, em 1872, a mais de 650 mil no corrente ano, o incremento espacial ultrapassou-o, levando a fronteira urbana a incluir um espaço sete vezes maior do que em 1872. Entretanto, um fator de ordem econômica, expresso no mecanismo da especulação imobiliária, aproveitando a estrutura fundiária da cidade, confere um ritmo e uma intensidade ao fenômeno bastante distintos da evolução natural de um simples processo ecológico.

A contingência de uma estrutura de classes, marcada por amplas diferenças de renda, ao lado da ausência de um clima favorável a investimentos reprodutivos, tem permitido, nas cidades brasileiras das áreas menos desenvolvidas e de crescimento urbano relativamente grande, um acúmulo de poupança preponderante dirigido a atividades especulativas. Por outro lado, a camada superior da classe média, a braços não só com o problema de alojamento, mas com a preocupação de fugir ao efeito da inflação, contribui para o presente surto de operações imobiliárias, agravando de dois modos o problema: em primeiro lugar, por elevar o custo de habitação e aumentar a corrida de especulação e, depois, por ocupar antigas áreas de classe baixa ou ao menos desalojar moradores de conjuntos degradados próximos ao centro.

Cidade do Salvador, população (1549-1970)

ANO/PERÍODO	POPULAÇÃO DA CIDADE	% SOBRE O TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO
1549	1.000	...
Fim do séc. XVI	8.000	...
Metade do séc. XVII	10.000	...
Metade do séc. XVIII	37.343	...
Início do séc. XIX	45.600	...
1872	129.109	9,36
1890	174.412	9,08
1900	205.813	9,72
1920*	283.422	8,50
1940	290.443	7,41
1950	417.235	8,63
1960	655.735	10,95
1970	1.007.195	13,44

Fonte: elaborada pela autora com base em dados extraídos de Santos (1960, p. 6), para os dados até o início do século XIX, e *Anuário Estatístico do Brasil*, 1974 (1975, p. 46), para os dados a partir de 1872.

*Possivelmente superdimensionadas as populações da cidade e do estado.

Somando-se a isso, o crescimento de uma camada socialmente média, mas cujos estratos inferiores, por efeito do processo inflacionário, se proletarizam e tornam-se financeiramente cada vez mais incapazes de corresponder às exigências de um padrão de vida relativo à sua posição nominal, resulta numa demanda de habitação da parte dos últimos que termina quase por conformar-se com o nível residencial do proletariado e dos grupos marginais. Desse modo, tais grupos contribuem para uma rápida ascensão dos preços de imóveis nas zonas de concentração de classe baixa. E assim, como a estrutura fundiária da cidade tende a resistir à incorporação de novas áreas, é, em parte, aos grupos de renda mínima que cabe a função de forçar a ocupação das áreas desocupadas às vezes sob propriedade privada ou oficialmente reservadas a outros fins.

As empresas imobiliárias têm igual função de fator de superação da inércia do sistema fundiário, mas, ao mesmo tempo, incrementam a desordem espacial, loteando áreas periféricas ou mal situadas, anteriormente defesas e, por isso, adquiridas a baixo custo, e pondo-as a seguir à venda por preço relativamente superior. Enquanto isso, áreas intermediárias são “esquecidas” fora de mercado, aguardando valorização mediante benfeitorias públicas muitas vezes prematuramente solicitadas ou através de desenvolvimento de áreas vizinhas.

A omissão do poder público, expressa na deficiência de serviços públicos e decorrente do anacronismo da administração municipal, concorre para o fenômeno, deixando de disciplinar a gradativa ocupação de novas áreas, através da expansão planejada das redes de serviço e do sistema viário, sem falar numa política fiscal e tributária adequada. Desse modo, o mínimo beneficiamento feito, desde a fragmentação da unidade de propriedade à abertura de vias, na maioria das vezes sem qualquer pavimentação, possibilita uma valorização crescente, à medida que a procura aumenta e os serviços de luz e transporte acabam por atender à área.

Estabelece-se, assim, uma artificial corrida de expansão horizontal, que, sendo em si efeito, torna-se simultaneamente fator agravante da crise habitacional e da deficiência dos serviços públicos municipais. Daí uma caótica justaposição de áreas mal definidas, gravitando em torno de um centro monopolizador de serviços e de benefícios, mas displicente quanto à sua área de influência e verdadeiro eixo centrífugo, lançando num espaço cada vez maior uma população mal alojada e deficientemente equipada em termos de facilidades urbanas.

A DINÂMICA DO CRESCIMENTO HORIZONTAL⁶

A corrente estruturação dos espaços residenciais e a dinâmica do crescimento horizontal da cidade não podem ser entendidas, a menos que fixemos a natureza das áreas e conjuntos de habitação dos grupos de baixa renda, com especial atenção para as ocupações primárias recentes de nível inferior, a quem tem cabido, em grande parte, a função pioneira na conquista de novos espaços urbanos.

Embora formas de habitação deficiente ocorram isoladamente em toda a cidade, a tendência à segregação, decorrente da dinâmica de classes, conduziu aqueles conjuntos ou áreas subnormais a apresentarem-se como unidades relativamente definidas.

Esses conjuntos enquadram-se em quatro tipos gerais:

1. os trechos degradados das zonas norte e sul de transição do centro da cidade;
2. as séries de habitações conhecidas por “avenidas”;
3. os bairros pobres surgidos ou incrementados na primeira metade deste século [XX];
4. as “invasões”, isto é, bairros de crescimento rápido dos últimos 20 anos.

O primeiro tipo caracteriza-se pela presença dos “pardieiros”, sobretudo das zonas de transição, resultantes da obsolência das antigas estruturas residenciais de classe alta e da expansão lenta do centro numa área mais propícia ao pequeno comércio e aos serviços de nível mais popular.⁷ Caracterizam-se por alta densidade demográfica, pela multiplicidade de arranjos domiciliares em prédios inadequados, que, simultaneamente, desempenham função comercial ou dão abrigo a pequenas oficinas, pela exiguidade de espaço, pelo baixo nível sanitário das instalações e pela presença de linhas de tráfego intenso.

As “avenidas” constituem:

6 Esta parte integrante do Relatório para a CPE foi publicada também em: BRANDÃO, Maria de Azevedo. Estrutura física, organização social e dinâmica do crescimento de Salvador. In: SANTOS, Milton (org.). *A Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 99-112.

7 SANTOS, 1960.

[...] séries de cubículos dispostos lado a lado, em porões infectos, ou de casinhas ao rés do chão, edificados em fila, parede-meia, encostados aos prédios vizinhos, uns e outros com as escassas aberturas que possuem e pelas quais podem receber ar e luz, dando para a viela ou para o pátio onde se localizam a sentina e a pena d'água, de serventia comum a todo o lote.⁸

Onde ocorrem, graças à alta valorização da terra, representam um sinal de degradação da área, seja como efeito de saturação demográfica ou como forma de transição entre as velhas residências unidomiciliares da classe alta e os novos prédios de apartamentos. É um recurso em favor da manutenção das antigas residências da classe superior em mãos de proprietários que aguardam oportunidade para transações especulativas.

O terceiro tipo da área subnormal é o dos “bairros pobres” surgidos ou incrementados na primeira metade deste século [XX] e localizados nos vales que medeiam bairros residenciais de classe média e alta ou em pontos afastados do centro. Formaram-se lentamente e, por isso, tomaram a forma de vizinhanças relativamente homogêneas e integradas.

O quarto tipo de vizinhança é o das ocupações primárias intensivas, com alta taxa de ocupação do solo, que designaremos genericamente por “invasões” e que correspondem à atual frente de expansão da cidade.

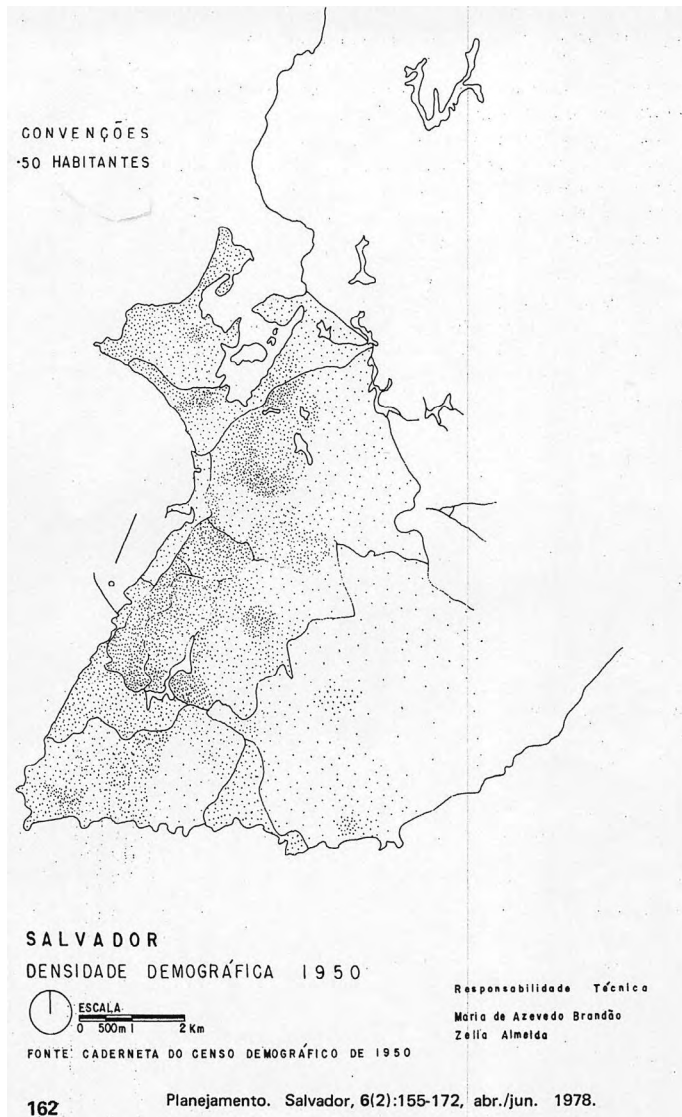
Na variedade de manifestações vistas, reconhecemos tendências que se resumem em:

- a. expulsão lenta, porém persistente da população residente nas atuais zonas de transição do centro;
- b. avanço, em diferentes velocidades, da faixa de transição para o sul, desalojando população do mais alto poder aquisitivo para áreas originariamente ocupadas pela classe baixa;
- c. expulsão de moradores de “avenidas” e “pardieiros” isolados em zonas de crescente valorização, para substituição daqueles por estruturas de nível superior.

8 GUIMARÃES, Admar. *A Carta de Atenas*. Salvador: Diretório Acadêmico da Escola de B. Artes, UFBA, 1955. p. 202.

E, em detalhe, o que se passou a verificar foi:

- a. a superlotação dos trechos residenciais de classe média e baixa existentes;



- b. a expansão cada vez mais rápida da cidade no sentido da periferia;
- c. a ocupação forçada de certas áreas internas pelos grupos de população de renda inferior à custa de um esforço sobre-humano de superação de obstáculos físicos, legais e políticos;

- d. a valorização econômica cada vez mais estagnante das áreas de fácil acesso, levadas por isso a uma ocupação lenta e descontínua.

Do que resultam:

1. a incapacidade cada vez maior de dotar a cidade, ou ao menos grande parte dela, dos serviços urbanos necessários;
2. a ocupação indisciplinada das novas áreas incorporadas;
3. a depreciação econômica de certas áreas centrais pelas ocupações de nível baixo.

AS INVASÕES

Quando o crescimento demográfico dos últimos 30 anos exigiu a conversão de certas áreas vazias em áreas de ocupação urbana, a solução do problema teve que se subordinar às limitações do sistema fundiário da cidade. Na década de 1940, ao incrementar-se a demanda de habitação, as maiores exigências partiam dos grupos de baixa renda, sobrecarregados pelo contingente migratório, que resolveram o problema de sua parte pela superlotação e pela construção clandestina de novas habitações. É assim que, entre 1940 e 1950, cerca de 14 mil⁹ casas foram levantadas sem licença da Prefeitura.

No fim daquele decênio, verificaram-se as primeiras “invasões” em terrenos baldios e, posteriormente, em trechos alagados da orla da baía. Indivíduos em grupos invadem uma área – propriedade privada ou do município, do estado ou da União –, aí levantam rapidamente construções precárias com que garantem a ocupação da área invadida, depois de apressadamente dividida em lotes. Embora desse caráter de ilegalidade lhes advenha o nome, não é isso o que as define sociologicamente, porém o tempo de sua formação, a dinâmica do seu crescimento e a natureza dos grupos que as promovem.

Na verdade, a empresa de “invadir” exige uma coordenação de ação e uma percepção das características da cidade que não se podem esperar de um grupo adventício. Ainda que nelas se encontre uma grande percentagem de pessoas

9 Diferença entre o número de prédios registrados em 1940 mais as construções licenciadas nos dez anos posteriores e o número de prédios encontrados em 1950.

anteriormente vindas do interior, o “invasor” é, em geral, um elemento antes morador de outro ponto da cidade. Por outro lado, tratando-se de um sistema de ocupação rápida do solo, a “invasão” tende a comportar desde o início maior heterogeneidade social e a dificultar uma integração social nos moldes dos “bairros pobres” tradicionais.

Tais bairros estão em constante transformação, não só expressa na mobilidade espacial de seus ocupantes, mas também na constante renovação das estruturas edificadas e na introdução de benfeitorias de uso coletivo. Esses mecanismos expressam a penetração, em tais áreas, de elementos de poder aquisitivo superior, os quais são, em última análise, os financiadores indiretos da empresa de “invadir”.

Tendem, portanto, as “invasões”, à medida com que avançam em idade, a tornar-se heterogêneas quanto ao nível socioeconômico de seus moradores e ao tipo das residências criadas. Cedo aparecem e multiplicam-se pequenas casas de negócio de gêneros de consumo, posteriormente surgem oficinas e depósitos de material, entrepostos de compra e venda de ferro velho, de papel usado, de latas vazias etc.

As ocupações sobre água são, por formação, ainda menos homogêneas desde o início. Nos trechos mais rasos, as construções são feitas sobre estacas. Posteriormente, o crescimento da “invasão” exige o recurso ao aterro, que é feito inicialmente como base para cada casa em separado e depois para as áreas de circulação. Num cercado de estacas justapostas, joga-se lama escavada na redondeza e alcança-se o nível acima da água com cascalho, barro ou lixo trazido de outros pontos da cidade.

A técnica do aterro, ou mesmo de estacamento necessário às casas de palafitas, torna a ocupação relativamente pausada e cheia de brechas. Por outro lado, a ausência de um dono da terra apoiado pela polícia diminui a necessidade imediata de plena ocupação.¹⁰

Assim, as “invasões” sobre água, na orla da baía, crescem relativamente devagar, dando margem a que novos elementos de nível socioeconômico superior aproveitem as brechas deixadas pelo grupo pioneiro. Desde cedo, há uma pluralidade de tipos de casas e, em parte, pela falta de uma urgência de ocupação e por imposição da topografia do leito da enseada, há uma aparente indisciplina na

10 AZEVEDO, Paulo Ormino de. *Relatório de campo*. Salvador: CPE, 1959.

localização delas. Acentuando essa heterogeneidade inicial, segue-se uma substituição gradativa das casas mais próximas das vias de comunicação. Tais modificações resultam numa organização estratificada em que a franja da “invasão” se reserva aos grupos de mais baixa renda.

A função do “invasor” que se desloca cada vez mais na periferia das invasões sobre a água ou que participa de diferentes invasões em terra firme é, pois, a de “criar” terrenos para estratos socioeconômicos a ele superiores, mas que não podem concorrer no mercado corrente de habitação. Nesse sentido, não podem as invasões ser compreendidas em termos locais nem consideradas como o efeito da expansão de bairros de classe média em que a população pobre é passivamente empurrada para fora, mas como uma iniciativa particular dos grupos de menor renda, aproveitando-se da demanda de áreas residenciais de grupos superiores. Em última análise, são uma iniciativa revolucionária, na medida em que representam a superação dos entraves decorrentes da ampla desigualdade econômica e política entre as camadas socioeconômicas da cidade e da inércia do seu sistema fundiário e administrativo.

É evidente que, sob distintos processos e graus de evolução, a forma de organização e sistema de vida nas condições em que se estruturam essas novas unidades vicinais forçosamente há de diferir do que caracterizava os bairros antigos de grupos de similar *status* econômico.

As condições mencionadas de ocupação tendem a conduzir à eliminação de resíduos de economia natural e de características socioestruturais pré-industriais das vizinhanças pobres tradicionais. Há, nas novas ocupações de nível baixo, uma predisposição à penetração de padrões urbanos de que estavam mais a salvo aquelas vizinhanças.

A “EMPRESA” DE INVADIR

As “invasões” são, ao mesmo tempo, resposta à necessidade de habitação e de trabalho. Elas oferecem trabalho a começar pela tarefa de aterrar até a de recolher materiais vindos do lixo que são utilizados nos aterros. Grupos de pessoas podem ser vistos nas áreas de “invasão” sobre água a revolver lixo e cascalho, à procura de latas, papel, pedaços de madeira e até alimentos. Outros empenham-se nos

trabalhos de construção e numa série de serviços solicitados pelo crescimento do grupo de moradores de nível econômico mais alto. A falta de serviços públicos como o de água, por exemplo, contribui para essa demanda de mão de obra não especializada. Por outro lado, a instabilidade financeira dos grupos presentes favorece a proliferação de pequenas casas de negócios que operam sob o regime de vendas a crédito – “fiado” – e ocupam um número considerável de pessoas.

Entretanto, a suposição corrente de uma relação invasão-local de trabalho merece ressalva. Aqui, os dados não nos autorizam a descer a detalhes, entretanto permitem-nos afirmar que não tem havido uma necessária relação de causa e efeito entre locais de trabalho dos grupos operários e a localização de “invasões”. Inicialmente, a escolha da área está limitada pela possibilidade de ocupação sem compra; em segundo lugar, “criar” novas áreas, ou seja, dilatar o espaço urbano constitui em si uma atividade econômica, como vimos, capaz de atrair um número significativo de interessados diretos e indiretos.

De fato, as “invasões” tanto têm ocorrido em zonas de certa concentração industrial ou de serviços, como não. Na verdade, estão por levantar-se as datas de instalações das fábricas, unidades artesanais e oficinas hoje presentes em áreas de concentração de classe baixa formadas ou incrementadas pelo processo de “invasão”. Ao que parece, numerosas delas são posteriores às primeiras “invasões”, senão a muitas destas.

Em vista disso, parece-nos razoável levantar duas hipóteses que se completam:

1. as indústrias e atividades artesanais instaladas no último decênio, a braços com o problema do custo dos terrenos na cidade, têm-se aproveitado das áreas financeiramente depreciadas pelas ocupações residenciais de baixo nível, mas, por outro lado, já beneficiadas por certos serviços públicos ou localizadas próximas de linhas de tráfego;
2. as “invasões” e as áreas contíguas a elas, isto é, as áreas de concentração de classe baixa em maior expansão, reúnem, por uma seleção natural, elementos com maior capacidade de empreendimento ou com maior instabilidade de ocupação, o que fornece um clima favorável ao surgimento de pequenas oficinas e fábricas, incentivado naturalmente pelas experiências de empresas maiores em constante demanda dessas áreas.

Importa, porém, fixar que, em conjunto, as zonas de concentração de população de baixa renda vêm tomando uma nova configuração por eliminação de

certas vizinhanças de tipo tradicional, pela assimilação por parte de outras de um crescente contingente de famílias procedentes de outras partes da cidade e pelo surgimento de grupos sob novas condições estruturais.

Essas tendências conduzem à modificação dos padrões típicos das estruturas vicinais mais antigas e resultam na gradativa urbanização das camadas de baixa renda pela eliminação de hábitos residuais de padrão rural de que elas eram caracteristicamente portadoras na cidade de Salvador. Tal eliminação implica a privação total de elementos de equilíbrio socioeconômico dos grupos em questão, situação cuja superação está a depender da integração econômico-política efetiva daqueles grupos no sistema social, sem o que o processo referido implicará uma grave forma de marginalidade e de desajuste.

O PROBLEMA HABITACIONAL

A Subcomissão de Habitação e Favelas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social calculou um excesso de população para os dormitórios existentes na Cidade do Salvador, em 1940, da ordem de 82.693 pessoas, para os quais estimava uma necessidade de 16.539 habitações, à base da taxa de cinco habitantes por unidade residencial – taxa bastante elevada.¹¹ Para 1961, tais números devem aproximar-se de 200 mil e 40 mil respectivamente, supondo-se que se mantenham as condições anteriores. O suprimento de tal deficiência significaria a criação de uma área residencial de proporções gigantescas. Quanto aos serviços coletivos, a cidade é também extremamente deficitária. Da área oficialmente definida como urbana, o serviço de água encanada cobria, em 1960, pouco mais de 30%, o de esgoto 3%, o de iluminação elétrica 70%.

São óbvios os fatores imediatos da crise habitacional em Salvador: o rápido crescimento demográfico da cidade nos últimos 20 anos, o baixo poder aquisitivo da população, o alto preço da construção e do solo urbano e a inelasticidade e deficiência dos serviços coletivos.

Contudo, essas são meras expressões finais de uma série de fenômenos infraestruturais. Convém que se distingam, claramente, quatro ordens de fatores

11 BRASIL. Ministério dos Transportes, Indústria e Comércio. Comissão Nacional de Bem-Estar Social. *Favelas e habitação popular*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, Indústria e Comércio, 1954.

que ocasionam a crise habitacional de Salvador: os de natureza socioeconômica, os derivados da estrutura física da cidade, os de ordem tecnológica e os de ordem administrativa.

Os fatores socioeconômicos são evidentemente de âmbito extralocal e refletem-se localmente sob três aspectos básicos:

1. o fluxo rural-urbano, que, no caso de Salvador, pode ser designado de atração urbana passiva;
2. diferenças de classe, pelas quais as camadas inferiores desfrutam da mais desvantajosa condição de competição econômica e política e de participação nos bens da comunidade;
3. os efeitos secundários do sistema de classe expressos no abuso do poder, utilizado em convergência com o exercício de privilégios, na manutenção das vantagens desfrutadas pelos grupos dominantes.

Considerados esses pontos é que concluímos que qualquer solução de ordem imediata apenas, tal como o suprimento de unidades de habitação para grupos de baixa renda, é ineficaz, podendo resultar nocivo se faltar a disciplina de um plano de organização geral do espaço urbano e de utilização efetiva dos recursos humanos disponíveis.

A correção de tão grave situação não se fará sem profundas transformações infraestruturais. Entretanto, na tentativa de atenuar, em termos locais, o problema e prevenir obstáculos ainda mais sérios à necessária correção que se venha efetivar no futuro, cabe assinalar, em resumo, que:

- a. os problemas de habitação são, evidentemente, o resultado de aspectos socioeconômicos, cujo âmbito excede a própria cidade;
- b. fatores estruturais urbanos, entretanto, os condicionam e agravam;
- c. como fatores imediatos e, por sua vez, expressões finais das duas ordens de fenômenos mencionados, há a crescente demanda de áreas e unidades residenciais, o baixo poder aquisitivo de grande parte da população, inclusive de uma larga camada de classe média, o alto custo da construção e do terreno, a falta de serviços públicos e os baixos padrões de uso ligados à habitação.

UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO¹²

Os pontos anteriores recomendam no âmbito local:

- a. estabelecimento de um plano diretor realístico e elástico face ao crescimento urbano e à crescente complexidade da vida regional – revisão do plano do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs);
- b. orientação de uma política tributária e administrativa solidária com esse plano;
- c. medidas de emergência visando corrigir deficiências existentes no tecido urbano e que poderão comprometer de muito a marcha futura do plano de expansão urbana;
- d. incentivo à oferta de habitação e financiamento da casa popular;
- e. fomento à produção de materiais de construção;
- f. fomento à ação reivindicatória dos grupos mais prejudicados e à clara consciência social do problema por parte de toda a população.

Para a revisão do plano urbanístico do Epucs, segue-se a relação de alguns estudos necessários para a sua conveniente atualização:

- I. Caracterização geográfica da cidade e, em linhas gerais, do Recôncavo, assinaladas algumas questões relevantes do ponto de vista urbanístico e viário;
- II. Levantamento da área urbanizada e da densidade de ocupação do espaço hoje compreendido pela cidade e subúrbios;
- III. Caracterização das diversas áreas componentes da cidade, contando-se, para isso, com:
 - densidade de ocupação;
 - valor dos terrenos;
 - datas de ocupação das áreas hoje de fronteira;
 - rede viária existente;

12 BRANDÃO, Maria de A. *Pontos para a discussão do projeto de solução do problema de habitação em Salvador*. Salvador: Fundação Comissão de Planejamento Econômico, 1959.

- rede existente de serviços;
 - características de ocupação (uso).
- IV. Comparação dos pontos II e III para avaliação das deficiências atuais e análise de suas causas;
 - V. Estudo das relações da cidade com as áreas circunvizinhas em vista de problemas de transporte e abastecimento;
 - VI. Estudo das tendências de desenvolvimento do Recôncavo, em vista da localização de novos focos de atração demográfica e de produção e de crescimento da renda na região;
 - VII. Previsão do crescimento demográfico e espacial da cidade para os próximos anos;
 - VIII. Avaliação das tendências, em termos espaciais, desse crescimento, pela comparação dos pontos II, V e VI, e definição das linhas ou vetores de expansão;
 - IX. Análise sumária da estrutura de classes da região e tendências de seu desenvolvimento;
 - X. Comparação dos pontos I, IV, VIII e IX em vista do esquema de ocupação do solo e desenvolvimento dos serviços.

Tal planejamento se faria estabelecendo, em torno do núcleo urbano, faixas de ocupação cedendo à projeção das linhas de crescimento, definidas no ponto VIII, a serem preenchidas sucessivamente, de modo a justificar economicamente a expansão das redes viária e de serviços.

Por “orientação de uma política tributária e administrativa”, entende-se a adaptação do sistema tributário existente à proposta de ocupação orientada e à execução de medidas visando contribuir para o adensamento das áreas centrais e o desenvolvimento julgado oportuno de outras áreas, assim como a descentralização administrativa municipal.

As medidas de urgência incluem os decretos de desapropriação, a expansão da rede viária e de serviços nas áreas onde estes se tornem indispensáveis para o andamento do plano de ocupação, a criação de melhorias visando valorizar áreas centrais desocupadas etc.

Ambos os pontos citados caberiam à atuação do órgão em projeto – pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE) – na forma de sugestões aos poderes públicos e mais especificamente na apresentação dos projetos e estudos e, no momento, de um levantamento da viabilidade de tal política dentro dos recursos potenciais do sistema fiscal.

O tópico “incentivo à oferta de habitação” inclui não só a realização de um programa de recuperação de bairros e de criação de novos bairros populares, mas o financiamento de casas isoladas e o fomento à uniformização da produção de materiais de construção.

Como instrumento dessa ação, caberia ao órgão competente a criação de uma sociedade de capital misto com todos os poderes próprios de tais entidades, a quem, por sua parte, caberia:

- a. levantar recursos fiscais;
- b. receber contribuições oficiais;
- c. levantar contribuições particulares.

Para isso, será necessária uma sondagem das possibilidades de levantamento de tais recursos, o que se faria por um estudo:

- a. dos níveis de aluguel;
- b. da renda regional, sua distribuição e tendências dessa distribuição;
- c. do montante das contas populares em depósito em bancos da praça;
- d. do vulto do capital empregado, em 1958, em empreendimentos imobiliários de fim especulativo.

A esta sociedade, caberiam funções de financiamento da construção, loteamentos, medidas de beneficiamento e elaboração de projetos arquitetônicos vendáveis a preços populares.

Dentro do tópico “fomento à produção de materiais de construção”, vale tentar a criação de uma entidade coordenadora, regularizadora e protetora das diversas indústrias de materiais de construção civil, fomentando um aumento e barateamento da produção pela divulgação de normas técnicas gerais e de estudos de peças padronizadas.

A tarefa final referida, de fomento à ação comunal, seria a criação de um movimento de opinião pelo conhecimento de soluções viáveis, para o que seria levada a efeito a divulgação do:

1. plano urbanístico da cidade;
2. plano de financiamento da casa popular;
3. plano de coordenação das indústrias de construção.

Acompanharia essa divulgação a discussão das presentes dificuldades e deficiências da cidade, suas causas e sugestões de soluções particulares de âmbito local, como a criação, por empresas industriais, de unidades residenciais e centros assistenciais e o fomento de associações de bairro.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormino de. *Relatório de campo*. Salvador: CPE, 1959.

AZEVEDO, Thales de. *O povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

BRANDÃO, Maria de A. Estrutura física, organização social e dinâmica do crescimento de Salvador. In: SANTOS, Milton (org.). *A Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960. p. 99-112.

BRANDÃO, Maria de A. *Pontos para a discussão do projeto de solução do problema de habitação em Salvador*. Salvador: Fundação Comissão de Planejamento Econômico, 1959.

BRASIL. Ministério dos Transportes, Indústria e Comércio. Comissão Nacional de Bem-Estar Social. *Favelas e habitação popular*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, Indústria e Comércio, 1954.

CAMARGO, Francisco. *Êxodo rural no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1957.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento de Divulgação Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil, 1974*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Divulgação Estatística, 1975.

GORDILHO, Walter. *Contribuição ao estudo da evolução urbana da Cidade do Salvador*. Salvador: Era Nova, 1942.

GUIMARÃES, Admar. *A Carta de Atenas*. Salvador: Diretório Acadêmico da Escola de B. Artes, UFBA, 1955.

SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Livraria Progresso: Universidade da Bahia, 1960.

VILHENA, Luís dos Santos. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas (1802). In: AMARAL, Braz do. *Cartas de Vilhena*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922.

O ÚLTIMO DIA DA CRIAÇÃO

mercado, propriedade e uso do
solo em Salvador^{1,2}

Assim, pois, foram acabados o céu e a terra com todos os seus ornatos [...]. E abençoou Deus o sétimo dia, e o santificou; porque nesse dia cessou ele de produzir todas as obras que tinha criado. Gênesis, 1, 2 (3)

A QUESTÃO URBANA HOJE

Quarenta anos depois das primeiras discussões sobre política urbana, a questão da habitação e do acesso ao solo nas grandes cidades brasileiras alcança igual tempo de permanência, sem perspectivas visíveis de solução. Mas a verdade é que o “problema” evoluiu em qualidade, no tempo, da velha questão dos mocambos e sua alegada ameaça à saúde pública, através da “crise” tipicamente de classe média do fim da década de 1950 e pelos anos 1960, à questão atual da competição

1 Texto publicado na obra *Habitação em questão*, organizador por Lícia do Prado Valladares, em 1981 (N. do O.).

2 Este trabalho foi apresentado como introdução ao simpósio do mesmo título, integrante da 30ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, julho de 1978. A autora agradece a colaboração de Cezare Galvan e Paul Schmarling na discussão prévia desta exposição.

entre necessidades de habitação de amplas camadas populares e os interesses da especulação financeira e imobiliária.³

Nesse sentido, o caso de Salvador pode ser tomado como paradigmático. Hoje, na “próspera” capital do turismo interno e sede do novo complexo petroquímico do país, cerca de metade dos domicílios particulares ocupa terrenos arrendados, aforados ou de posse irregular – 44,2% entre domicílios próprios – e quase a metade do estoque atual de habitação foi construída com o recurso à mão de obra dos residentes ou de trabalhadores irregularmente assalariados.⁴

Na Região Metropolitana como um todo, em que Salvador pesa com cerca de 90% do total, a proporção de domicílios duráveis aumentou de menos de 40%, em 1940, para quase 75% em 1970.⁵ Contudo, essa proporção permanece ou mesmo continua a crescer novamente ao lado da irredutível fração de 30% de famílias com renda inferior a três salários mínimos. Assim, em 1977, na capital e nos maiores núcleos demográficos da região, o percentual de unidades sem paredes de alvenaria alcançava quase 28%, enquanto mais de 36% dos domicílios não dispunham de equipamento sanitário nem de água encanada.

É óbvio que o fundamento básico dessa “resistência” à penetração do capital na produção da habitação reside nos pesados encargos, transferidos à força de trabalho, de custeio direto de sua reprodução. A contradição de uma situação como essa está em que, como em outras esferas, a produção capitalista avança lentamente, não porque lhe faltem condições formais, mas antes porque, em seu

3 Em 1970, entre as maiores capitais dos estados, em Recife, Fortaleza e Salvador, cerca de um quarto dos domicílios particulares da área urbana estava em unidades de materiais precários e, com exceção do caso de São Paulo, Rio, Porto Alegre e Curitiba, cerca de 15% dos domicílios urbanos não dispunham de iluminação elétrica. Além disso, em Belo Horizonte, Recife, Salvador, Curitiba e Fortaleza, a metade não era servida pela rede de água potável, sem mencionar que, no total dos núcleos metropolitanos, quase 80% dos domicílios permaneciam inatendidos pela rede de esgoto. Cf. IBGE-MINTER. *Indicadores sociais para áreas urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE-MINTER, 1977.

4 Estes e demais dados recentes sobre Salvador derivam de indicações preliminares do DIAGNÓSTICO Habitacional da Região Metropolitana de Salvador. Coordenação e texto de Maria de Azevedo Brandão. Salvador: BNH/Setrabes-BA, 1978.

5 Cf. dados dos censos demográficos. A propósito, o aumento da proporção de unidades de alvenaria nos últimos decênios, antes de significar necessariamente uma redução proporcional da produção simples da habitação, significa mais especificamente a substituição da antiga tecnologia de construção de “casas de sapapo” – com varas, cipó e barro cru – pela construção com tijolos ou blocos cerâmicos, decorrente, entre outras razões, da crescente dificuldade de obtenção de materiais antes coletados nos extensos vazios internos à cidade.

conjunto, se aprofundam os mecanismos de exploração relativa da força de trabalho, inviabilizando parcialmente o seu próprio mercado.

Contudo, o estabelecimento dos pressupostos de um mercado imobiliário “normal” tem levado a uma constante recriação da necessidade de uma produção “atípica”. Isso porque, pela exigência de uma base territorial como meio fundamental, a produção capitalista da habitação pressupõe a unidade entre propriedade direta e domínio útil do solo, o que acaba, contraditoriamente, por expropriar os que beneficiam um solo de que não têm o domínio direto e por elevar o patamar de acesso a esse tipo de domínio.

Do outro lado, como o “valor” do solo urbano como mercadoria é condicionado pela acessibilidade deste à rede de equipamentos e serviços, cada inversão em capital fixo contribui para reorganizar os possíveis usos que dele se façam expulsando ou suprimindo a ocupação residencial com menor densidade de valor. Assim, somam-se por dois lados as condições geradoras de uma produção que, além de “subnormal”, é deslocada, ao nível ideológico, para o terreno de ilegitimidade.

Nesse processo, o Estado assume uma importância crítica. Primeiro, ao intervir na disposição das imobilizações de capital, com implicação sobre a localização das inversões privadas, e, por isso, determinando direta e indiretamente a valorização do “capital” imobiliário, responsável em última análise pelas definições do uso do solo. Em segundo lugar, por demarcar os limites da “normalidade” quanto ao uso do solo urbano.

Se a questão urbana persiste e manifesta-se com uma crescente vitalidade nas cidades brasileiras, é porque, entre outras razões, tem sido nestes últimos anos que se vem ultimando o processo de formação de um mercado imobiliário pleno. E, nesse sentido, a crise tem muito menos de “fim de mundo” do que de “começo”.

Até há pouco, essas condições não estavam plenamente estabelecidas, nem em nível do mercado financeiro, de âmbito nacional, nem em nível dos mercados locais do solo. O processo desenvolveu-se aos poucos, sempre com a participação do Estado e com repercussões ideológicas distintas.

No caso de Salvador, embora a luta pelo solo se inicie já desde a década de 1930, somente no fim dos anos 1940 é que ela assume um caráter político. Ainda assim, a natureza dos interesses em jogo só viria a se esclarecer mais tarde, com a intervenção explícita do Estado, pela segunda metade da década de 1960.

Sobre esses atos finais, do último dia da criação de um espaço para o capital em Salvador é que se ocupa o presente artigo.

O VELHO REGIME DE POSSE E USO DO SOLO

Centro de uma região em que só muito recentemente se vêm refletindo os efeitos de sua redefinição na economia nacional, Salvador transformou-se aos poucos, durante a primeira metade deste século [XX], mantendo sua área infraestruturada quase inalterada até a década de 1950 e um regime fundiário baseado na enfiteuse até quase o fim da década de 1960. E, enquanto a ocupação de fins habitacionais se espalhou descontinuadamente, deixando grandes vazios internos e avançando a distância entre cinco e oito quilômetros lineares da estreita faixa densamente ocupada ao longo da orla da Baía de Todos os Santos, a rede viária e vários serviços de consumo coletivo mantiveram-se restritos, ainda pelo meado da última década, ao centro histórico e aos velhos bairros centrais.⁶

O padrão inicial de uso do solo na cidade levava a uma ocupação densa da “marinha” – área do porto – e da primeira linha de cumeadas, depois, de pontos altos mais distantes, enquanto as áreas de vale permaneceram inproveitadas ou ocupadas com culturas alimentares, até poucas décadas passadas. Ao caminhar para fora, as linhas de ocupação contínua não eram mais do que meras expansões isoladas da primeira linha de ocupação que corre nordeste-sudoeste, paralela à orla da Baía de Todos os Santos. Além delas, a ocupação rarefazia-se até alcançar a área semideserta dos velhos latifúndios não mais produtivos neste século [XX].

O lento processo de liquidação da economia de base agromercantil na Bahia permitiu que, na capital, seu principal centro de articulação, se mantivesse, até a década de 1950, o predomínio das atividades portuárias, em concorrência apenas com o seu papel de centro administrativo. Mas, já nessa época, implantava-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), no interior do estado, e começavam as operações da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) na região de

6 Sobre a paisagem da cidade do século XIX e sobre sua evolução, ver, por exemplo, VILHENA, Luís Santos. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília (1802). In: AMARAL, Braz do. *Cartas de Vilhena*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922; AZEVEDO, Thales de. *O povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955; e sobretudo GORDILHO, Walter. *Contribuição ao estudo da evolução urbana da Cidade do Salvador*. Salvador: Era Nova, 1942.

Salvador, ao tempo em que se consolidava a integração do estado à rede viária nacional em expansão.⁷

Nem por isso, como se sabe, se inicia aí um processo de industrialização de base regional. Pelo contrário, as atividades da Petrobras e um processo derivado de concentração de capital em certos setores do terciário exerceriam uma concorrência a antigas atividades locais por certos contingentes da força de trabalho e por contribuições do Estado, ao tempo em que permitiriam a sobrevivência de parte dessas atividades ou as realimentariam em função das características de um mercado local definido por uma crescente concentração da renda.⁸

Assim, de imediato, a instalação da Petrobras e os efeitos da produção de Paulo Afonso teriam um impacto relativamente pequeno sobre o espaço consolidado da cidade, alterada diretamente pelas mudanças em processo, apenas através do início da expansão do velho centro comercial.⁹

É somente na segunda metade da última década, com a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), ao norte de Salvador, que a cidade viria a sofrer o impacto da redefinição de sua região na economia nacional, processo que, com a instalação do segundo Polo Petroquímico em suas imediações, viria a se consolidar a partir da presente década.

Salvador pôde, assim, continuar a conviver, ainda há pouco tempo, com seu velho regime de posse e uso do solo, com o domínio direto, pela Prefeitura, da maior parte da área municipal e com a alegada “fraqueza” dos poderes públicos em prover a área urbana das reclamadas obras de infraestrutura e de desimpedi-la dos obstáculos à plena liberdade dos mecanismos do mercado imobiliário.

7 Sobre a evolução histórica da economia da região, ver: PINHO, José Wanderley de. *História de um engenho no Recôncavo*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944; AZEVEDO, 1955; e vários estudos de Luiz Henrique Dias Tavares e Kátia de Queiroz Mattoso.

8 Sobre as transformações recentes da economia da região, ver, por exemplo, SAMPAIO, F. Talma. *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. 1974. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974; BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Análise global da economia baiana*. Salvador: CPE, 1974; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

9 Sobre as transformações do centro de Salvador, ver: SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

Ocorre que, se, por um lado, até o meado dos anos 1960, os velhos bairros centrais permaneceram quase inalterados, muito antes desse período começara o processo de expansão da periferia, inicialmente através de ocupações espontâneas e, depois, por via também de loteamentos, embora, em vários casos, clandestinos.

A EMERGÊNCIA DA “PERIFERIA” URBANA

Ao longo do processo de estagnação da produção agrícola da região, no curso da primeira metade deste século [XX], o crescimento por imigração tivera, direta ou indiretamente, um paralelo na lenta expansão de pequenos núcleos além da periferia da cidade, no adensamento dos velhos quarteirões centrais e na ocupação de pontos isolados nos extensos vales internos.

Assim, embora formas de habitação deficiente ocorressem isoladamente em toda a cidade, as concentrações de grupos de baixa renda correspondiam a três tipos básicos de vizinhanças: os cortiços dos trechos degredados do centro histórico; as séries de habitações coladas umas às outras conhecidas por “avenidas” encravadas nas áreas residenciais antigas, e os “bairros pobres” surgidos ou incrementados na primeira metade do século, localizados cada vez mais próximos do centro e das vizinhanças consolidadas.

Mesmo na década de 1940, com o aumento do fluxo imigratório e o início da expansão do centro comercial, expulsando não só ocupantes de baixo nível de renda, como grupos de “classe média” e famílias de renda alta que viriam a pressionar áreas de ocupação popular, as grandes exigências continuavam a ser praticamente das camadas mais populares.

O crescimento dessa periferia interna chamaria muito cedo a atenção das classes dominantes e coloca-se, talvez pela primeira vez no início do século, concebido como uma ameaça à salubridade da cidade, ideologicamente visto como um problema externo ao “urbano” – a cidade como sede do poder, centro de trocas e da pequena produção industrial da época, e residência das “pessoas de família”. Desse modo, uma proposta da época, de execução do plano de esgoto, refere-se ao risco de contaminação da capital – isto é, das áreas consolidadas – pelas endemias que alegadamente assolavam as vizinhanças populares, já então estendendo-se à proximidade dos bairros de grupos de renda alta.

Nas décadas de 1920 a 1940, são frequentes as denúncias pelos jornais de áreas insalubres e surtos epidêmicos e, pela década de 1930, torna-se clara a ideia de “erradicar” tais bairros, mediante a ação contra a construção de casebres, objeto de debate de uma “Semana de Urbanismo”, realizada em fevereiro de 1935.

A PRODUÇÃO IDEOLÓGICA DA ILEGITIMIDADE: A “DESORDEM”

A ameaça de uma “outra” cidade que crescia do fundo dos vales e “de fora” suscitaria uma sucessão de providências que culminariam com a assinatura, em fins de 1943, de um contrato entre a Prefeitura e o escritório do engenheiro sanitarista Mário Leal Ferreira para a elaboração do plano de urbanismo da capital. Nessa primeira tentativa de planejamento – de que resultou o *Código de Urbanismo* de 1948 –, ao zonedar-se a cidade, destinou-se um dos setores residenciais ao operariado industrial, junto à zona designada para a instalação das indústrias, em Itapajipe, enquanto se recomendava o assentamento planejado de núcleos residenciais para a população de baixa renda ligada a outros setores de atividade. Esses núcleos, contudo, estariam situados em elevações próximas dos bairros residenciais antigos – local de trabalho dessa população –, mas deles devidamente isolados pelos vales intermediários. Tratava-se de criar núcleos provisórios, com edificações de pequena durabilidade – daí as experiências da época com solo-cimento – a serem posteriormente substituídos pela ocupação residencial “normal”.¹⁰

A exploração desse “serviço” de habitação far-se-ia por concessão a empresas privadas responsáveis pelos investimentos necessários à instalação de infraestrutura e à produção das então chamadas “habitações proletárias”, prevendo-se a devolução à Prefeitura da área infraestruturada após o retorno do capital investido.

Essa proposta de solução atravessa toda a década de 1950 como uma aspiração dos técnicos e administradores da cidade inconformados com a “desordem” das ocupações espontâneas e chega ainda a ser recolocada, com modificações,

10 Ver referências e a reprodução de textos produzidos pelo Epucs em: SALVADOR. Prefeitura. Órgão Central de Planejamento. *Epucs: uma experiência de planejamento urbano*. Salvador: [s. n.], 1976. (Plandurb - Série Estudos Informativos, n. 1). Ver também: O CÓDIGO de urbanismo de 1948. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 15-34, jan./mar. 1978. Fundação de Pesquisas – CPE. Documentos selecionados por Maria A. Brandão.

em um documento governamental de 1961, embora preservando as localizações previstas no plano do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs).¹¹ À mesma época, a “erradicação” das favelas internas tornava-se uma das bandeiras das campanhas eleitorais, congregando interesses quase universais, que uniam a intolerância pelas vizinhanças de baixa renda e as prementes necessidades da crescente classe média urbana, à esperança dos “pobres” de uma casa melhor ou de alguma casa afinal.¹²

Significativamente, todas as soluções propostas de criação dos núcleos proletários ou lotes populares insistiam sempre na necessidade de programas de educação sanitária e de conservação da habitação e supunham uma progressiva eliminação da necessidade das vizinhanças pobres, em vista da expectativa de desenvolvimento de um operariado moderno, capaz de ocupar seu setor residencial próprio, próximo à área industrial prevista na Lei de Zoneamento de 1948.

É bem verdade que as medidas nessa linha pouco vão além da aprovação de impotentes instrumentos normativos, como o Decreto-Lei nº 347, de 6 de outubro de 1944), estabelecendo “normas para a extinção das habitações conhecidas pelas denominações de mocambo, cortiço ou casebre [...]”, e a própria Lei de Zoneamento, primeiro plano diretor da expansão da cidade.

Entretanto, essas providências não fazem mais do que deixar aparente a orientação que se tornaria mais tarde crescentemente explícita, com referência ao destino das vizinhanças populares e ao uso do solo em geral. Essa seria a apropriação privada da renda fundiária em elevação, decorrente da expansão do tecido urbano, inclusive por força da própria produção de espaços residenciais pelas ocupações primárias desenvolvidas por camadas populares.

É sintomático que, enquanto se discutia a ameaça à saúde posta pelos mocambos e casebres e forjava-se, na década de 1940, a ideia de que a pobreza se eliminaria com o desenvolvimento, requisitando apenas núcleos residenciais provisórios, já na década de 1930, cerca de 80 projetos de loteamentos davam entrada na Prefeitura, e números próximos desses se repetiriam pelas duas décadas

11 Cf. AS PROPOSTAS da Comissão de Planejamento Econômico – CPE. *Planejamento*, v. 6, n. 1, p. 81-130, jan./mar. 1978. Documentos selecionados por Maria A. Brandão.

12 Em dezembro de 1962, um jornal local anunciava, em manchete: “Prefeitura Apta a Acabar com Invasões em 1963”. Cf. PREFEITURA Apta a Acabar com invasões em 1963. *A Tarde*, Salvador, 13 dez. 1962.

seguintes, para declinar exatamente nos anos recentes.¹³ Ainda que a queda do número absoluto de loteamentos registrados reflita o crescente monopólio de solo e a ampliação das áreas loteadas, não resta dúvida de que a especulação com áreas abertas tem sua história iniciada bem antes que as inversões em infraestrutura pudessem determinar ou acentuar a elevação do preço do solo. Este, pelo contrário, passou a elevar-se inicialmente ao que parece e, justamente, por força da valorização provocada pelas ocupações espontâneas em áreas isoladas.

O fato de a grande maioria das áreas loteadas de 1930 a 1940 ter permanecido vazia por décadas demonstra que o papel de uma demanda efetiva por camadas de renda média ou alta deve ter sido secundário, pelo menos até o fim dos anos 1940. Talvez isso explique por que somente pelo início desta última década ocorreriam os primeiros grandes conflitos abertos entre proprietários e poder público, de um lado, e favelados, de outro, em função da ocupação de fins residenciais dos vazios mais internos, emergindo a categoria de “invasão” como indicador da ocupação de áreas ociosas, ocupação até então consentida ou mesmo estimulada por proprietários e enfiteutas em favor da cobrança de renda pelos lotes edificados e da valorização das áreas adjacentes.

TRÊS MOMENTOS DE UM PROCESSO

De um processo de ocupação lenta, com resistências isoladas por parte dos donos da terra, e, pelo contrário, sob um clima de relativa tolerância, a expansão das ocupações espontâneas passaria a enfrentar crescentes dificuldades, à medida que a ampliação da demanda de áreas elevaria o preço do solo e desembocaria nos confrontos da década de 1950, que tornariam a competição pela terra uma questão política.¹⁴

Na evolução desse processo, que estabeleceria, por fim, as condições de um espaço apropriado às exigências do capital, três momentos definem a competição pela terra e a participação do Estado na ocupação do solo. Primeiro, uma

13 Levantamentos da Prefeitura de Salvador, em subsídio à elaboração do *Plano de Desenvolvimento Urbano* (Plandurb), administração Jorge Hage (1975-1976).

14 BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-122, abr./jun. 1978.

fase inicial de adensamento das necessidades de novos espaços para a habitação, frente a uma aparente imobilidade da parte dos proprietários e do poder público; em seguida, uma fase de intensa redefinição do padrão de uso do solo, através do que se explicitariam os conflitos entre proprietários e não proprietários e as virtualidades da intervenção do Estado; finalmente, a fase atual, em que se firmam, sob o arbítrio do último, as condições de uma organização apta aos mecanismos do mercado imobiliário.

A primeira fase, que vai até o início dos anos 1940, quando o crescimento demográfico decorreu, em cerca de 70%, da imigração, consiste no período de grandes pressões demográficas sobre os “bairros pobres” tradicionais, sobre os enclaves de população de baixa renda nas áreas centrais da cidade e na ocupação ainda consentida de pontos de periferia e de alguns vazios internos. Estima-se que 14 mil unidades tenham sido levantadas sem licença da Prefeitura entre 1940 e 1950.¹⁵

Com o crescimento da demanda de áreas residenciais, proprietários particulares e depois o próprio poder público passam a “cercar” suas terras, a resistir à ocupação primária. O adensamento das áreas antigas e as resistências crescentes à ocupação dos vazios esgotam rapidamente os espaços “naturalmente” disponíveis à ocupação simples de fins residenciais ou produtivos e ocorrem as primeiras invasões, que, pelo fim da década, assumem um caráter explícito de luta organizada pela conquista de áreas ao alcance das vias de tráfego.

Contudo, apesar de precipitadas de modo imediato pelo crescimento demográfico, as primeiras invasões já resultaram de transformações da estrutura da cidade, que depois passariam a determinar a dinâmica da fase seguinte de expansão do tecido urbano. Esses processos, decorrentes da redefinição das funções de Salvador e de sua região de influência na economia nacional, levariam a uma rápida expansão das atividades governamentais e bancárias, com duas implicações sobre a cidade em si: uma intensa modificação do uso do solo no centro e o crescimento de categorias sociais ocupadas com a burocracia pública e privada e com os serviços comercializados de consumo dos grupos de alta renda.¹⁶

Assim, a redefinição do espaço interno da cidade tornou-se o fator preponderante do seu processo de expansão na década de 1950 até o meado dos anos 1960,

15 SIMAS, Américo. *Ângulos do problema da habitação*. Salvador: [s. n.], 1954. p. 78-81.

16 SANTOS, 1959, e vários trabalhos dispersos.

implicando amplos movimentos de população, em alguns casos caracterizados pela troca, no espaço urbano, de grupos de baixa renda por grupos de renda superior.

O DESCONGELAMENTO DA VELHA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

As pressões acumuladas pela expulsão de grupos de vários níveis do centro e pela competição de camadas de renda mais alta por áreas dos antigos “bairros pobres” centrais deram, entretanto, um caráter particular à expansão periférica nesse segundo momento. Em primeiro lugar, elas uniriam, em torno da questão, diferentes camadas sociais, cada uma a seu modo afetada pelo problema da habitação e dos serviços urbanos incapazes de acompanhar o crescimento da cidade. Em segundo lugar, as invasões passariam a interessar também a grupos de renda mais alta que a dos próprios “invasores”, pelo significado que viriam a assumir no processo de expansão do tecido urbano, na rachadura da velha estrutura de controle do solo, abrindo espaços residenciais e favorecendo, em última análise, o desenvolvimento de mercados para os serviços de transporte, energia elétrica e distribuição de mercadorias e a própria especulação.

Vale mencionar que data do período de 1947 a 1966 – antes, portanto, do início da operação na Bahia de agentes ligados ao Banco Nacional de Habitação (BNH) – a criação de 25 das 45 empresas de construção civil integrantes da lista de 200 maiores indústrias regionais em operação em 1976.¹⁷ Além disso, de uma média anual de 700, na década de 1940, as licenças para construir registradas na Prefeitura elevaram-se para cerca de 1.100 nos anos 1950.¹⁸

Se, por um lado, a expansão da produção capitalista no campo da habitação, indicada por tais números, demonstra a abertura de um mercado de nível médio e alto, mais de dois terços das novas unidades criadas entre 1950 e 1960 foram produzidas clandestinamente, ou seja, ao lado da produção “normal”. Ainda que o crescimento das camadas populares, sob forte impacto do fluxo imigratório,

17 FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *As 200 maiores indústrias da Bahia*. Salvador: FIEB, 1976.

18 Dados do Departamento Estadual de Estatística da Bahia e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Boletim Estatístico do Brasil*, publicação trimestral.

possa explicar grande parte dessa proporção, a verdade é que também se “resolviam” então, por ocupação simples do solo e por construção clandestina, os problemas de camadas de pequena classe média, deslocadas das áreas centrais da cidade pelas transformações do centro e sua repercussão sobre o preço do solo. Sintomaticamente, atrás da linha de frente dos grupos de mais baixa renda, na conquista de áreas residenciais, seguia-se imediatamente a substituição dos primeiros por grupos de renda mais alta, mas incapazes de poder competir por lotes regularmente comercializados.

É que o fechamento das propriedades particulares, das áreas sob enfiteuse e, mais tarde, das próprias terras sob domínio público à ocupação simples ou ao arrendamento refletia-se também no preço das casas de aluguel, tradicionalmente ocupadas pelas camadas intermédias de renda, afetando grupos já penalizados pela redução de seus rendimentos com a liquidação de antigas atividades industriais e artesanais, pela oligopolização de certos setores do terciário e pela elevação do custo de vida, incorporando agora vários itens importados do Centro-Sul.

Os aluguéis não poderiam deixar de incorporar a elevação do preço do solo e de refletir a intensa demanda em mercado expressa por parte da população dependente dos relativamente altos salários da Petrobras e dos setores diretamente estimulados pela presença dela, como o setor bancário, os serviços de transporte e de reparação, o comércio de gêneros alimentícios e o próprio setor imobiliário. Como amplas camadas de população não podiam competir no mercado de aluguel, a casa própria tornou-se o único meio de acesso à “própria casa”, e esta não poderia deixar de ser senão a casa de construção clandestina, via de regra em terrenos de terceiros. Assim, entre 1950 e 1970, a participação de domicílios alugados em Salvador reduziu-se, no conjunto dos domicílios particulares, de 60,9% a pouco mais de 36,5%.¹⁹

DA PRIVATIZAÇÃO DO CONFLITO À “CRISE GERAL”

A conjugação de necessidades reais de espaços residenciais, interesses econômicos e pressões populares, no bojo de um clima populista como o de 1950 e 1960, permitiria, nesse período, uma espécie de armistício maior – sem excluir uma

19 Censos Demográficos, 1950 e 1970.

miríade de pequenas lutas cotidianas entre as camadas necessitadas, de um lado, e os proprietários e o poder público, do outro. Por isso, ganha a batalha inicial das grandes invasões na virada da década de 1940, reconhecida a situação, as invasões tornar-se-iam menos dramáticas. Novas invasões continuariam a surgir em terras públicas ou de propriedade duvidosa, não mais por força de grandes atos coletivos, mas por um processo de luta e resistência de grupos pequenos que passaram a conquistar palmo a palmo a terra para morar.

Além de novas ocupações, cresceram também nesse período velhos “bairros pobres”, vizinhanças consentidas antigas – e as invasões clássicas da virada da década. Os “alagados” expandem-se rapidamente nesse período, através da ampliação de uma velha ocupação de “área de marinha” na orla da baía, frente à resistência do “terreno” sob a água.

Na década de 1950, muito do crescimento da cidade deu-se, pois, por esse processo de luta miúda, tinhosa, contra a água, contra a ladeira, contra o fundo encharcado dos vales internos e sob a pressão de proprietários e governo, porém sem maiores enfrentamentos, uma vez que o “negócio” da expansão periférica, como se viu, passou a ter novos interessados, e a luta na esfera política assegurava um respaldo formal às reivindicações populares.

As reações ao processo, contudo, jamais deixaram de estar presentes: tentativas de expulsão, recursos a processo judiciário, cercamento e vigilância dos vazios, conversão de função das áreas de “engorda”, loteamento de áreas adjacentes aos pontos invadidos e legitimação da posse de terrenos de propriedade obscura, através da “venda” ou arrendamento das áreas ocupadas. De outro lado, avançava a privatização do solo, com requisições de áreas de marinha e as apropriações clandestinas de outras áreas públicas.²⁰ No geral, privatizava-se também o conflito.

Mas o “fechamento” da cidade juntamente com a deterioração do nível de vida e as pressões acumuladas em decorrência da redefinição do uso do solo

20 Em 12 de dezembro de 1962, o procurador-geral da Fazenda, Renato Franco, refere-se ao aforamento de “muitos alagados” na enseada de Itapajipe – terreno da Marinha –, inclusive quando da instalação de um antigo aeroporto para hidroaviões. Segundo ele, “houve quem aforasse 210.000m² há muitos anos”. E continua, afirmando que “muitos aguardam o aterro do alagado, como acontece na Vila Ruy Barbosa, para exigir a expulsão dos que, com suor e sacrifício, ergueram suas casinhas em pleno mar. É de ontem a Vila Ruy Barbosa, onde o Estado pagou mais de 100 milhões de cruzeiros por ‘alagados’ que foram aterrados”. *A Tarde*, Salvador, 12 dez. 1962.

na área consolidada universalizariam o problema da moradia, que acabou por se constituir, na virada da década de 1950, numa “crise” geral, num problema de toda a cidade, e não mais numa deficiência das classes populares, cuja solução se enquadraria antes como uma simples “questão de higiene”, para não dizer de “polícia”.²¹ O resultado da crise não poderia ser senão o controle parcial dos aluguéis, conquistado pelas camadas de “classe média”, e a multiplicação das invasões e dos loteamentos clandestinos, respondendo às pressões das necessidades das faixas de renda mais baixa.

Em torno de 1960, a intensa atividade de construção habitacional em moldes capitalistas, desenvolvida nos anos precedentes, desembocaria na primeira “crise” do setor, apresentada pelo empresariado como resultante do desestímulo gerado pelo congelamento dos aluguéis e pela aceleração da inflação.²² Na verdade, tratava-se de uma crise de realização, em que pesavam, na definição do patamar inferior do mercado, a elevação do preço do solo e a redução do poder aquisitivo de grande parte da população.

Instalava-se, desse modo, a contradição, em nível da economia urbana, entre as crescentes necessidades de bens e serviços em mercado, gerados pela expansão da economia capitalista com a liquidação do pequeno produtor individual urbano e pela destruição de amplos bolsões de agricultura de subsistência, e a impossibilidade de atendimento de grandes necessidades por via do mercado.

AS MEDIDAS CRUCIAIS

O impasse do início dos anos 1960 “resolver-se-ia” em seguida, no bojo das providências tomadas pelo regime militar após 1964, através do alargamento do crédito imobiliário e da intervenção deliberada do Estado na conformação do espaço urbano, instalando-se, com isso, os pressupostos da nova fase de expansão da cidade.

Obviamente que, dada a natureza da habitação, como mercadoria com alta densidade de valor e pendente em sua viabilização como valor de uso do acesso a

21 Cf. BRANDÃO, Maria de Azevedo. A miragem: notas sobre a ideologia do planejamento urbano. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 7-14, jan./mar. 1978.

22 Cf. RELATÓRIO da VIII Reunião da Plenária da Convenção dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil e Entidades Congêneres. Salvador, 1959.

equipamentos coletivos de consumo, o crédito e a ação governamental na realização de obras de infraestrutura teriam um papel crucial.

Desde muito antes, a convocação do poder público a uma ação em favor de um vasto programa de obras públicas tornara-se tema central nas discussões sobre o desenvolvimento da cidade e da região. O plano de Mário Leal Ferreira previa, já na década de 1940, um gigantesco sistema viário (considerada a área então ocupada), sugestão que seria retomada pelos fins da década de 1950 (e finalmente posta em execução), embora de forma interativa e com sérias alterações na última década. Quanto ao crédito, na ausência de um mecanismo de correção monetária, os projetos idealizados antes de 1964 para a produção da habitação incluíam, sistematicamente, a especulação com terrenos urbanos, como fonte de recuperação de fundos e encaminhavam-se pela proposta de associar ao programa habitacional a implantação de áreas industriais.

À mesma época, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) distribuía, em caráter restrito dentro dos círculos oficiais, memorando sobre seus novos critérios de avaliação de projetos nos campos da habitação, educação, agricultura e saneamento. Com respeito à habitação, o documento recomendava o apoio às associações de poupança e empréstimo; firmava prioridade quase exclusiva para ajudas a programas da casa própria, e não de aluguel; mantinha a velha insistência em sistemas de esforço próprio e ajuda mútua no caso de grupos de menor renda; desestimulava os subsídios diretos para aquisição da casa própria, enfatizando a necessidade de pagamento pelo adquirente de todos os custos, ainda que a juros baixos; e sugeria a correção monetária da dívida e dos saldos de poupança e a criação de equipamentos comunitários ao acesso dos moradores dos conjuntos produzidos. Como fontes de financiamento de tais programas, sempre com recursos nacionais, são citados, entre outros, os “fundos públicos, as poupanças obrigatórias por meio do seguro social, ou outro sistema, a inversão de capital privado a longo prazo e outros programas”. O documento enfatizava ainda outro elemento de menor repercussão na prática subsequente: a criação da taxa de contribuição de melhoria, referida como “imposto sobre a mais-valia produzida pela execução de programa de habitação”, como mecanismo de desestímulo à retenção de áreas internas.²³

23 Cf. Banco Interamericano de Desenvolvimento, DE-BID/64. Documento em espanhol datado de 27 de janeiro de 1964, datilografado para uso oficial apenas. Arquivos da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), Bahia.

As providências tomadas em nível nacional, a partir de 1964, pouco deixam a dever a essas recomendações. Entretanto, ainda que dificilmente viável em larga escala, já em 1961, a Prefeitura instalava a Superintendência da Urbanização da Capital (Surcap), com o fim específico de dar execução a várias obras do plano viário de 1948. Nos anos imediatos, seriam abertos alguns trechos de avenidas de vale e obras de arte nelas previstas e instalavam-se um novo sistema de tributação, um ensaio de reforma administrativa e uma companhia de urbanização, com o propósito, entre outros, de promover a produção de habitações populares, num esquema precursor das atuais Companhias de Habitação (Cohabs), induzidas pelo BNH.²⁴

“REORDENANDO” O URBANO

A recessão da primeira metade da década de 1960 e a repressão política instalada em 1964 levariam a um estancamento desse processo de intervenção deliberada e efetiva do poder público sobre as questões urbanas, à exceção da forte contenção das invasões – que decresceram tanto em número quanto em magnitude – e da supressão da discussão do problema, que desapareceu quase por completo da imprensa diária.

Como era de se esperar, na medida em que se abriam oportunidades de crédito e, mais adiante, se viabilizavam maciças inversões em infraestrutura, tornavam-se cada vez mais incompatíveis com os requisitos de um mercado imobiliário plenamente desenvolvido a “desordem” das ocupações espontâneas e, no caso de Salvador, o regime vigente de posse do solo urbano.

Até a década de 1960, as terras da cidade pertenceram basicamente a algumas ordens religiosas, a poucos proprietários individuais e à Prefeitura.²⁵ Excepcionalmente, encontravam-se manchas de áreas parceladas, sítios geralmente ocupados com a produção de alimentos para consumo local, sem mencionar as velhas áreas

24 DUAS Medidas da Prefeitura Municipal. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 131-138, 1978; MENSAGEM apresentada pelo Dr. Virgildásio Senna, prefeito do município de Salvador à Câmara Municipal de Vereadores, em 29 de março de 1964. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1964. p. 3-4.

25 Sobre a situação da terra em Salvador, ver: COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). *A grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978.

centrais onde as ordens haviam desde cedo favorecido uma intensa fragmentação de suas áreas em lotes aforados. Por sua vez, foreiros das ordens e da Prefeitura poderiam arrendar no todo ou em parte suas áreas de domínio útil, permitindo também desse modo o uso residencial.

Assim, o morador de Salvador, mesmo quando proprietário de sua casa, raramente era proprietário do solo. Seria “foreiro”, ou “rendeiro”, conforme o caso ou simplesmente “morador” de terras de terceiros. Como ainda ocorre hoje em extensas áreas da cidade, “ter” uma casa significava, para seu titular, ter a propriedade da edificação – da “benfeitoria” –, e não do lote.²⁶

O regime de enfiteuse sob que se mantinham as terras públicas opunha a um mercado pleno do solo dois obstáculos consideráveis. Em primeiro lugar, por ele abriam-se cada vez mais as brechas à ocupação espontânea e aos loteamentos clandestinos – únicos meios de acesso ao solo para as camadas de menor renda. Nas terras públicas, a situação juridicamente pouco clara de vários foreiros conduzia estes a precipitar a ocupação, favorecendo o parcelamento. De outro lado, a posse de terras em mãos de velhos foreiros ou posseiros não capitalizados excluía a possibilidade de associação entre capital e propriedade do solo.

A perspectiva de aproximação de um ciclo de inversões em capital fixo agudizaria a percepção do caráter defectivo desse regime de posse e uso do solo, frente aos interesses do capital privado, ao que se somava a ameaça de uso popular de áreas próximas a equipamentos de infraestrutura já instalados ou de zonas de ocupação consolidada. No fim da década de 1960, duas operações cruciais teriam lugar: a implantação de uma esgarçada rede viária e a remoção da inalienabilidade do patrimônio fundiário do município.

Desde o início da década de 1960, aceleravam-se as gestões visando a maior intervenção do Estado, tanto na produção de uma ideologia de reordenamento urbano, em que se colocava como meta prioritária a extinção de áreas de sub-habitação, pretextando a intensificação da ação repressiva contra as ocupações primárias, quanto na edição de instrumentos normativos capazes de remover outros obstáculos à plena mercantilização do solo. Não é outro o sentido da pretendida ofensiva do último e breve governo eleito de Salvador – março de 1963 a março

26 Estima-se que, no presente, bem mais de 40% dos domicílios particulares de Salvador ocupem terrenos de propriedade de terceiros. DIAGNÓSTICO..., 1978.

de 1964 – contra a alegada “indústria” das invasões e em favor da expansão de serviços e da revisão dos códigos municipais, sem mencionar os planos de desenvolvimento urbano, elaborados para várias cidades, que, pelo meado da década, seriam financiados por fundos federais.

Mais tarde, cumpriria ao capital privado apropriar-se das áreas incorporadas e expressar suas prioridades quanto às inversões públicas em perspectiva. Nesse processo, uma condição fundamental, requerida pela readaptação e ampliação da infraestrutura, seria a de atender, como “resposta” do Estado, às competitivas demandas dos interesses em jogo. Daí a execução tópica de elementos isolados dos planos diretores, como testemunham as obras iniciadas em 1961, em Salvador, e retomadas intensamente na volumosa onda de inversões em obras viárias que transformariam radicalmente o espaço de Salvador, a partir dos últimos anos 1960.

A expansão “anômica” do capital fixo não poderia deixar de ser ainda mais aguda numa fase de instalação dos pressupostos do mercado imobiliário. O fato, tantas vezes assinalado no discurso dos técnicos e administradores, do “desvio” do plano de urbanismo de 1948, no correr das obras realizadas a partir dos anos 1960 em Salvador, com um enorme esgarçamento da malha viária, tanto reflete uma demora de adaptação ideológica aos requisitos do mercado real, quanto constitui a expressão da necessária desordem da expansão da infraestrutura numa economia capitalista.

No caso de Salvador, o quadro completava-se, ainda, com a especificidade da vigência do velho regime fundiário, mantendo em mãos da comuna a propriedade direta da maior parte da área municipal. A ideologia abstrata do planejamento urbano reclamaria sem vacilação a preservação dessa base de poder sobre o solo para uma alegada racionalização de seu uso. A prática real, entretanto, exigiria a alienação desse poder sob argumentos “técnicos” fundados nas exigências do “desenvolvimento da cidade”.²⁷

Em dezembro de 1968, a aprovação, pela Câmara Municipal, da Lei nº 2.181/1968 abriria à aquisição particular em propriedade plena milhões de metros

27 Sobre medidas nessa linha de justificativa, ver: COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, 1978; ANDRADE, Elisabeth. *A reforma urbana de 1968*. [S. l.]: CPE, 1978. Mimeo.

quadrados de terras municipais.²⁸ Removia-se, assim, o mais pesado obstáculo ao mercado capitalista do solo. Faltariam ainda, como passo crucial nesse processo, as sucessivas revisões dos códigos municipais²⁹ e a impaciente realização de “obras d’arte”, capazes de permitir a remoção ou o estancamento de qualquer forma de ocupação do solo fora do alcance do “capital” imobiliário.

Como seria de se esperar, quanto às áreas liberadas, seja pela abertura da rede viária, seja pela troca de mãos da propriedade fundiária, o capital exigiria, paradoxalmente, a produção da escassez. Assim, ao “fechamento” da cidade, nas décadas anteriores, pela resistência localizada a cada investida das camadas necessitadas e pelo cercamento dos vulneráveis vazios incorporados pela expansiva rede viária, haveria de corresponder, em momento posterior, a designação governamental de uma “ordem” urbana, capaz de destinar, com o apoio de um zoneamento retoricamente planejado, o espaço do mercado.

ÚLTIMO DIA DA CRIAÇÃO

É no sentido do que se assinalou anteriormente que a segunda metade da década de 1960 marca o início da terceira fase do processo de expansão física da cidade. Caracterizada pela produção estratégica da “escassez” do solo, ela corresponde à redefinição do controle do espaço urbano, controle esse marcado por um processo radical de “privatização” das áreas desocupadas e pela concentração da propriedade fundiária. É a partir daí que as grandes obras de infraestrutura assumem um caráter programático, sob a retórica do planejamento, como se fornecendo nexos ao caos “inescondível” do urbano.

Ligam-se, desse modo, os pontos, antes desarticulados, de ocupação residencial de alto nível, de localização de “obras d’arte”, de empreendimentos privados “arrojados”. E esgotam-se os vazios – terras devolutas, terras públicas, terrenos com donos ausentes, terrenos de posse pouco esclarecida – passados a outras mãos. Solda-se, assim, toda a estrutura de controle privado do solo, sem deixar brechas, exceto escassas áreas ainda sob controle público, com destinação prevista.

28 Estima-se que, até 1978, pelo menos 24 milhões de metros quadrados já tenham sido alienados. Cf. ANDRADE, op. cit.

29 Ibid.

Como um momento definido caracteristicamente pela predominância de um fator determinante de estruturação do tecido urbano, essa fase conclui-se agora. Os últimos dez anos constituem um período de extrema comoção da fisionomia da cidade, reflexo do violento processo de liberação de áreas para a especulação. Do ponto de vista do controle do solo, entra-se numa fase de acomodação – empregando a palavra no sentido usado pelos geólogos – de sedimentação de um novo padrão de posse e uso do solo, como se a cidade estivesse ficando “pronta”, como base física e fundiária de um mercado “normal” de valores imobiliários.

Longe de significar a melhoria de condições para a maior parte da população, isso significa que o fator preponderante da evolução recente da cidade esgota no momento seu potencial de transformação e de determinação básica dos processos de ocupação do espaço.

Na superfície, e no que diz respeito ao destino de diferentes camadas de população, esse último dia da criação representa a fluidificação do espaço em benefício da especulação e do capital, de cujo controle poucas áreas escapam ainda, e entre estas certamente as vizinhanças populares.

Pela índole do processo, trata-se de remover os obstáculos à plena liberdade de movimento do capital, com a frequente implicação de destruição de áreas já ocupadas para atender a usos potenciais ou deliberadamente produzidos. Trata-se também de exercer uma pronta resistência aos novos assentamentos por ocupação simples do solo. Daí o cotidiano de expulsões e subseqüentes invasões que, nos últimos anos, enchem as manchetes de jornal e a crônica policial.

Isso aponta para o sentido inteiramente diverso das invasões de hoje, em que se ressalta seu caráter em si politicamente reflexo. Ao contrário da situação nas décadas de 1940 e 1950, elas não mais constituem a negação de um regime anacrônico de controle do solo, ao “rachar” a velha estrutura do espaço da cidade, num ato essencialmente político enquanto econômico. Significam, antes, o momento negativo de uma resistência, essa sim, uma forma criadora hoje de luta pela terra nas cidades, mas que não pode desligar-se de lutas muito mais amplas.

Enquanto isso, o mercado continuará a “resolver”, pela substituição de ocupantes, a contradição entre a elevação do preço do solo, com o trabalho cru dos chamados autoconstrutores e com sua luta por melhorias urbanas, e uma ocupação necessária e ao mesmo tempo refratária ao capital em seu ciclo produtivo.

Certamente por tudo isso, ao nível do discurso e das decisões governamentais, procurar-se-á “solucionar” de algum modo a questão da habitação popular, pois a presença dessa necessidade inassimilável pelo mercado “normal” e politicamente explosiva é incompatível com o padrão a que se ajusta hoje, como outras cidades brasileiras, a outrora velha Cidade do Salvador. Como fazer “o que fazer” é a questão fundamental agora.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elisabeth. *A reforma urbana de 1968*. [S. l.]: CPE, 1978. Mimeo.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli. *Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica*. 1975. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- AZEVEDO, Thales de. *O povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Análise global da economia baiana*. Salvador: CPE, 1974.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. A miragem: notas sobre a ideologia do planejamento urbano. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 7-14, jan./mar. 1978.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens da expansão periférica de Salvador. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 155-122, abr./jun. 1978.
- (O) CÓDIGO de Urbanismo de 1948. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 15-34, jan./mar. 1978. Fundação de Pesquisas – CPE. Documentos selecionados por Maria A. Brandão.
- COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (BA). *A grande Salvador: posse e uso da terra*. Salvador: Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano, 1978.
- DIAGNÓSTICO Habitacional da Região Metropolitana de Salvador. Coordenação e texto de Maria de Azevedo Brandão. Salvador: BNH/Setrabes-BA, 1978.
- DUAS Medidas da Prefeitura Municipal. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 131-138, 1978.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *As 200 maiores indústrias da Bahia*, Salvador: FIEB, 1976.

- GORDILHO, Walter. *Contribuição ao estudo da evolução urbana da Cidade do Salvador*. Salvador: Era Nova, 1942.
- IBGE-MINTER. *Indicadores sociais para áreas urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE-MINTER, 1977.
- MENSAGEM apresentada pelo Dr. Virgildásio Senna, prefeito do município de Salvador à Câmara Municipal de Vereadores, em 29 de março de 1964. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1964.
- (AS) PROPOSTAS da Comissão de Planejamento Econômico – CPE. *Planejamento*, v. 6, n. 1, p. 81-130, jan./mar. 1978. Documentos selecionados por Maria A. Brandão.
- PINHO, José Wanderley de. *História de um engenho no Recôncavo*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944.
- PREFEITURA apta a acabar com invasões em 1963. *A Tarde*, Salvador, 13 dez. 1962.
- RELATÓRIO da VIII Reunião da Plenária da Convenção dos Sindicatos da Indústria da Construção Civil e Entidades Congêneres. Salvador, 1959.
- SALVADOR. Prefeitura. Órgão Central de Planejamento. *Epucs: uma experiência de planejamento urbano*. Salvador: [s. n.], 1976. (Plandurb - Série Estudos Informativos, n. 1).
- SAMPAIO, Fernando Talma. *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. 1974. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974.
- SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.
- SIMAS, Américo. *Ângulos do problema da habitação*. Salvador: [s. n.], 1954.
- VILHENA, Luís Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas (1802)*. In: AMARAL, Braz do. *Cartas de Vilhena*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1922.

SALVADOR

da transformação do centro à elaboração
de periferias diferenciadas¹

O FAZER A CIDADE

Para um seminário que pergunta “quem faz Salvador?”, nunca é demais lembrar que fazer uma cidade é a sua história, história de referências que se acumulam no tempo, de conflitos e articulação de interesses que surgem da conquista ou perda que diferentes grupos vão tendo de bens e recursos, de espaços criados e deixados como *natureza*, de potenciais de trabalho e símbolos de poder, e das coisas da natureza que vão mudando pela ação conjunta do homem e do meio físico e biológico.

Embora uma análise da infraestrutura, da circulação de pessoas, veículos, objetos e símbolos e dos fluxos e imobilizações de recursos financeiros seja extremamente importante para a compreensão da dinâmica urbana, esses aspectos não serão tratados aqui. Mas tentarei, na medida do possível, propor uma periodização dos processos que resultaram no atual padrão de ocupação da cidade, esperando ajudar na compreensão dessa dinâmica.

1 Texto elaborado para o ciclo de palestras Quem Faz Salvador?, evento realizado de janeiro a junho de 2001, promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Pró-Reitoria de Extensão e pela Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, Salvador, Bahia. Publicado no livro *Quem Faz Salvador? Ciclos de palestras: janeiro a junho de 2001*, pela UFBA em 2002.

De outro lado, como se sabe, as cidades são, como todo processo social, tanto fruto do passado como projeção de futuro, dois polos entre os quais é preciso entendê-las. Entretanto, este não será um texto de história ou de conjecturas. Nele, quero apenas assinalar alguns processos e características vindos do passado e imagens quanto ao futuro, a fim de contribuir para esclarecer seu padrão socio-territorial atual.

Finalmente, vale relembrar alguns pressupostos. O primeiro é que a cidade tem vários atores: a população, como demandante de espaços, ritmos, bens e serviços, mas também portadora de imagens, interesses e diferenciados níveis e formas de poder; o capital, que também não é uniforme, homogêneo, nem sempre previdente ou lúcido, mesmo quanto a seus interesses, e intrinsecamente contraditório em seus objetivos e decisões; o poder público local, que tende a subordinar-se aos interesses dos grupos econômicos mais fortes, mas que frequentemente dilacera-se entre estes; e as determinações do mercado político, poder que não tem e, na maioria das vezes, recusa-se a ter a informação necessária sobre os processos entre os quais se move, um ser dividido entre conflitos sociais, contradições entre capitais e restrições e potencialidades dos próprios capitais políticos; e finalmente os atores extralocais, órgãos supranacionais, legislação e fontes de recursos nacionais, conjunturas políticas. Tudo isso envolto num ambiente simbólico e normativo, historicamente produzido, muitas vezes mistificador, autoritário, legitimador de privilégios, frequentemente explorado ideologicamente, que se chama cultura.

Não é possível, portanto, pensar em um fazer da cidade para a cidade, mas antes em um fazer-se a cidade como espaço de conflitos e contradições, sobretudo numa sociedade excludente, com uma população mal informada como a nossa, uma sociedade avessa ao diálogo, ao pensamento crítico, desrespeitosa quanto ao espaço e às coisas públicas e onde a rua, os passeios, as praças, as margens de rios e mares e o verde são objeto permanente de rapina.

BREVE HISTÓRIA E SEUS SALDOS

Há quase 70 anos, em 1935, com talvez cerca de 250 mil habitantes, intelectuais, particularmente professores da Escola Politécnica, e técnicos, numa reunião pro-

movida pela Comissão de Planejamento da Cidade do Salvador, com o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura – a Semana de Urbanismo –, insistiam em vários dos problemas de hoje – viários, sanitários, de habitação – e sugeriam um sistema de vias pelos vales, já discutindo a possibilidade de um circuito entre o Tanque da Conceição, o Retiro e o Rio Vermelho, e daí ao Dique do Tororó à Baixa dos Sapateiros e novamente ao Retiro, e uma via em sentido noroeste/sudeste, passando pelo que são hoje as duas represas do Ipitanga, de Aratu a Itapuã.² Aí um exemplo de que nunca faltou conhecimento e criatividade e que já se pensou mais alto no passado do que hoje.

Na década de 1940, instala-se o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs), sob a direção do engenheiro sanitarista Mário Leal Ferreira, cujas propostas, desenvolvendo a ideia da circulação pelos vales, dormiriam por mais de duas décadas na gaveta, exceto na construção de um pequeno trecho da Avenida Centenário, além da abertura do túnel Américo Simas, velha aspiração dos urbanistas locais. Ainda assim, o que mais tarde veio a ser executado das ideias do Epucs não passou de obras viárias simplificadas ou alteradas, feitas tópicamente ou parcialmente, fragmentos desarticulados do que fora pensado como o sistema viário básico da cidade, sem mencionar o resto do conjunto de ideias de fazer de Salvador uma cidade de qualidade.³

Quanto à habitação popular, a partir do final da década de 1940, substituiu-se a concepção vigente desde as décadas de 1910 e 1920 de um problema sanitário e estético pelo de uma questão jurídica e finalmente de polícia, e o que foi feito de lá para cá, pontualmente e sem qualquer projeto consistente de desenvolvimento urbano, não evitou que hoje se continue a enfrentar um déficit quantitativo quase irreduzível e uma qualidade urbana não menos desconfortável. Além disso, outros

2 SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas urbanas: cidade-real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto, 1999.

3 Ver: PLANEJAMENTO. Salvador: Fundação de Pesquisa – CPE, v. 6, n. 1, jan./mar. 1978. Número dedicado aos projetos e à legislação referente à cidade e habitação nas décadas de 1940 e 1950; e SAMPAIO, 1999.

problemas se impuseram – de segurança social e física, de infraestrutura, de serviços, de tráfego, de meio ambiente.⁴

A história é antiga e aparentemente irretocada, fruto do que deve ter a ver com características de uma sociedade visceralmente autoritária, profundamente refratária à universalização de direitos sociais básicos, rigidamente incapaz de reconhecer limites entre o público e o privado; em consequência, profundamente afeita a privatizar o que é público como um Midas político a cujo toque bens públicos correm o risco permanente de se fazerem coisa privada – uma prática comum entre as camadas mais altas, mas que se generaliza entre todos os níveis sociais hoje. Nada pode melhor ilustrar esse chão de linhas imprecisas do que a própria cidade, onde, a cada oportunidade, se entre os mais influentes o assalto aos bens públicos faz-se nas mesas privadas de negociação e através de uma desenvolvida capacidade de desconhecer e refazer as leis, aos cidadãos comuns deixa-se sempre lugar para avançar sobre os passeios, as vias de circulação, as áreas públicas, levando consigo o direito à circulação com um mínimo de segurança, a fluidez do tráfego, o verde que ainda resta, o horizonte além do nariz. No âmbito dos mais fortes, a violência dos letrados contra a cidade vai desde as invasões de terras de marinha no melhor da orla da cidade frente à Baía de Todos os Santos e à ocupação de margens de avenidas até a instalação de torres de televisão, rádio e telefonia celular em áreas residenciais, além de atividades geradoras de tráfego sem o provimento privado de áreas de estacionamento.

QUE CIDADE ANTES DESTA

No concreto, em meio ao quadro acima, que cidade criou essa Salvador de hoje? Entre o início do último século e os anos 1940, tivemos uma espécie de paz urbana – uma cidade tranquila, pelo menos na superfície, cujo crescimento começara a acelerar-se a partir do final do século XIX, fruto da crise da economia agroexportadora tradicional e de secas possivelmente agravadas pela destruição

4 GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba, 2000. Embora esse trabalho se ocupe centralmente das políticas públicas em habitação e da constituição de espaços residenciais em Salvador, a riqueza de dados apresentados deixa explícita a pobreza de urbanização da cidade.

das matas; paz que ganhava com o bom-mocismo imposto aos pobres e à falta de perspectiva de uma elite decadente, que, pela década de 1950, acabara de perder a pompa e a circunstância que regeram sua vida no final do Império.

A economia era muito pouco dinâmica e a base de acumulação era extremamente limitada. Além das atividades portuárias, do comércio de produtos de um interior pobre e primitivo e de indústrias têxtil, alimentar e metalúrgica, produziam-se chapéus, sapatos, imagens de santos, velas, sabão, móveis, cultivavam-se verduras e flores e criavam-se animais. As relações sociais eram marcadas por uma estrutura basicamente estamental, em que se somavam indicadores de renda e ocupação a características pseudorraciais – já que a mestiçagem não permitia traçar com clareza linhas divisórias entre segmentos raciais.⁵ E nem se falava da profunda complexidade cultural pelo que se sonegava o largo mundo das comunidades de origem africana. Linhagem e patrimônio – ainda que inativo – juntavam-se a indicadores culturais, como as práticas religiosas, o uso diferencial do traje, da linguagem, da etiqueta e, inclusive, o próprio lugar de morada, para mostrar com quem se estava falando, ou antes, a quem se deveria curvar.

Uma linha de poder dividia a sociedade em duas partes, a primeira niquelada por um manto de prestígio, sob uma hegemonia poucas vezes questionada, uma pequena camada branca – mesmo que mestiça e nem sempre abastada, de gente de bem, de família –; justaposta à ampla base dos pobres – os pretos, mas em que também se encontravam os brancos pobres sem linhagem ou patrimônio –, o vasto território dos fracos. A cor mais escura da pele, a ocupação manual e a não escolarização, sem o branqueamento do patrimônio e do dinheiro, tornavam impossível a travessia entre os estamentos dos pretos e dos brancos, muito menos rumo ao estrato dos grandes.

No espaço da cidade, misturados com casas de morar, o comércio, os ofícios, as tendas de produção e os órgãos administrativos restringiam-se a uma faixa de poucos quilômetros ao longo da Baía de Todos Santos, entre a Piedade e o Pelourinho, a Barroquinha e o Taboão, a Conceição e a Calçada. Nas cumeadas e no bairro do Comércio, à beira-mar, viviam os brancos, em sobrados ou muitas vezes em casarões em meio a chácaras, enquanto às encostas e aos vales cabiam as hortas, os estábulos e os pobres. Mas estes também moravam em avenidas – corredores

5 AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio na Bahia. *Arquivos da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia*, Salvador, v. 0, n. 5, p. 81-91, 1956.

de pequenas casas coladas umas às outras nos quintais dos casarões das cumeadas –, em becos – contendo cômodos em parede-meia servidos por um quartinho (banheiro/vaso sanitário) coletivo –, em sobrados cortiçados – os pardieiros dos quarteirões do centro e de velhos bairros pericentrais criados em terras pertencentes, em grande parte, a ordens religiosas –, crescentemente nos bairros pobres, não longe do centro, em casebres construídos à mão em terrenos de terceiros.

As encostas ainda não caíam, exceto nas escarpas agudas do centro e em raros pontos isolados por força de construções imprudentes, jamais devido, como mais tarde, ao adensamento da ocupação, à destruição da cobertura vegetal, a falhas no sistema de drenagem, à pobreza mais aguda e a outros problemas de uma urbanização rústica e desassistida pelas autoridades públicas. Mas nem isso era virtude, uma vez que naqueles anos o chão valia pouco, os pobres eram relativamente menos pobres e a infraestrutura urbana era pequena demais para lançar sobre os terrenos não centrais a cobiça dos mais fortes. Tudo isso conspirava para uma ocupação folgada e amena.

TERRAS PÚBLICAS, DEFICIÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E POUCO DINHEIRO

Salvador tinha, ainda, a peculiaridade de conter um extenso patrimônio de terras de propriedade comunitária sob controle municipal. A Prefeitura concedia áreas transmissíveis por herança e pagas mediante anuidades insignificantes. Também as ordens, outras instituições católicas e alguns proprietários aforavam suas terras, embora em pequenos lotes, por força de sua localização mais no interior da cidade. Os foreiros, de sua parte, arrendavam ou cediam frações de seu foro a terceiros, geralmente os principais usuários das terras públicas e privadas, que aí mantinham estábulos e pastos, roças, pomares e hortas, cuja produção era distribuída na cidade em lombo de animais ou vendida nas grandes feiras livres internas, como as do Cortume e do Retiro. Em terras foreiras e antigas fazendas privadas, eram frequentes núcleos que se consideravam à parte da cidade, haja vista os nomes ainda atuais de bairros como Engenho Velho da Federação e de Brotas, Fazenda Grande do Retiro, Fazenda Garcia. Outras continham vilas de pescadores ao longo da costa, desde o subúrbio ferroviário aos altos da Gamboa

e do Rio Vermelho, às Ubaranas, a Pernambués, ao Chega Nego, com vida ligada ao comércio de pescado na cidade e a extensas relações de parentesco e compadresco por núcleos similares Litoral Norte acima.

Outra característica de Salvador a contribuir para aquela paz era uma infraestrutura em rede mínima. Ainda na década de 1950, apenas 30% da área urbana oficial era servida pela rede de água, 3% pela rede de esgoto, 70% pela rede elétrica. Com exceção da rede elétrica, essa infraestrutura era restrita praticamente às áreas centrais, desencorajando a expansão de áreas residenciais das camadas sociais mais altas, o que reduzia a competição por terrenos crescentemente ocupados pelos pobres. De sua parte, vários foreiros e proprietários em poder de grandes glebas, além de não contarem com o domínio direto do solo e acesso à infraestrutura, frequentemente não tinham dinheiro para nelas investir, nem mercado para fazê-las ocupadas de outro modo.

TRÊS TEMPOS EM MUDANÇA

Até aí, a terra como objeto de uso não era um bem escasso. Mas, nos 30 anos seguintes, a cidade passa por uma transformação radical em direção à conversão do solo em mercadoria. É possível distinguir nesse processo três estágios: um primeiro, de latência, em que as alterações vão se dando incrementalmente até produzirem um verdadeiro salto de qualidade pelo final dos anos 1940; um segundo, em que essas transformações levam a uma crise de caráter amplo, afetando diretamente a população com o problema de obter espaço para morar, mas também incidindo sobre o capital, com a insolvência dos investimentos em construção civil e uma demanda por espaços não distantes do centro que colidia com a permanência de terras fora do mercado ou ocupadas por não proprietários; e o terceiro, marcado pela intervenção do Estado, em nível local e também federal, transferindo as terras comunitárias a outras mãos, que não os antigos foreiros, reunindo uma massa de capital capaz de viabilizar o mercado imobiliário, investindo em infraestrutura e atuando como árbitro e poder de polícia na proteção das parcelas privadas, ou recém-privatizadas, e públicas remanescentes e na remoção de moradores não proprietários ocupantes de áreas com potencial mais imediato de mercado.

O período de latência vai até o meado da década de 1940, quando se adensa a necessidade por espaço habitacional, enquanto se enrijece o controle sobre o solo.⁶ Desde os anos 1920, várias cumeadas e vales internos começaram a adensar-se, porém sem maior conflito, como os altos do Garcia, da Federação, do Pau Miúdo e os vales da Graça, do Canela, de Nazaré, a Baixa de Quintas, do que é hoje a Avenida Vasco da Gama e outros, criando-se comunidades riquíssimas do ponto de vista cultural, com a presença de terreiros de candomblé, capelas, organizações recreativas e esportivas, pontos de encontro e de serviço, oficinas e pequenos armazéns, e tendo por moradores artesãos, motoristas, oficiais e mestres da construção civil, alfaiates, costureiras, barbeiros, empregados domésticos e pequenos funcionários e, entre os mais próximos da praia e do porto, embarcações e pescadores.

Por outro lado, os padrões de habitação dos estratos mais altos vinham mudando desde os anos 1920. Na década de 1930, começam a surgir quarteirões inteiros de bangalôs à moda inglesa e americana dos subúrbios de classe média, áreas vazadas de verde, resistentes às casas conjugadas com paredes-meias que antes ocupavam toda a frente do lote. Essas vizinhanças surgem nos Barris, em Monte Serrat, em trechos de Brotas, no Barbalho, em Nazaré e na Barra.

O centro da cidade também começava a mudar.⁷ No pós-guerra, crescem o comércio e outros serviços. Lojas, escritórios, consultórios e órgãos públicos ocupam cada vez mais os velhos sobrados das áreas centrais ou os terrenos abertos pela demolição deles. Casarões, antes cheios de famílias abastadas, acabam sendo vendidos ou alugados para funções de negócio. Os ricos começam a sair, mas também os pobres, dos becos e avenidas para antigos bairros pobres, para os vales mais alagadiços, porém ainda centrais. Com a expansão dos serviços no centro e redução da função residencial no seu trecho sul, os quarteirões do seu estirão norte, com uma topografia mais acidentada, o que trazia problemas de circulação, ampliam sua especialização em serviços artesanais e pequeno comércio e expandem seu parque de casas de tolerância – prostíbulos que, entretanto, mantêm-se em harmonia com residências mais modestas indicadas pela placa, sobre a porta de entrada, dizendo

6 BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens e expansão periférica de Salvador. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, jan./mar. 1978.

7 SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

tratar-se de casa de família. Mas essa área também perde residentes, especialmente de classe média. E a tudo isso se somava a migração rural-urbana, que, no total, contribuiu em 70% para o aumento de cerca de 230 mil pessoas entre 1940 e 1950, agravando a demanda por espaços residenciais.

Sem maior visibilidade, ocorria um outro processo. Proprietários e foreiros começavam a planejar novas vizinhanças, através de loteamentos destinados às faixas médias de renda, ocupando áreas frequentemente sem infraestrutura, às vezes ainda precariamente ligadas à cidade por antigos caminhos rurais. O primeiro desses loteamentos data de 1925, localizado à margem da estrada dos Dendezeiros, em Itapagipe, quando a travessia, a partir da Jequitaiá via o Largo da Calçada, ainda convivía com áreas alagadas como fora antes quase todo o trecho da ligação entre Itapagipe e o continente. O número de loteamentos aprovados pela Prefeitura cresceu a tal ponto desde aí que, na década de 1930, foram licenciados 80 deles, nos anos 1940 mais 70, nos anos 1950 outros 70, demonstrando como a cidade preparava-se já para um futuro mercado imobiliário, ainda que a maior parte dos lotes oferecidos tenha permanecido vazia até os anos 1950 e 1960, ou mesmo 1970, o que demonstra a reduzida demanda efetiva da época.

Ao lado disso, avançavam para fora os caminhos e a rede elétrica. Na medida em que as ocupações de baixa renda – não ainda sob conflito aberto, embora sob crescentes dificuldades – expandiam-se em áreas vazias, o sistema viário seguia em paralelo e, mais que as vias, a rede elétrica espalhava-se no rastro de novos consumidores e ao gosto de proprietários e foreiros de terras afastadas do centro, interessados em valorizar suas áreas. Formava-se, assim, um tecido viário esgarçado entre as novas áreas ocupadas e o centro da cidade e uma ocupação extremamente descontínua, marcada pela presença de grandes vazios que já começavam a ser guardados a sete chaves para negócios futuros – os terrenos de engorda.

O MOVIMENTO POR BAIXO

Com o tempo, proprietários, foreiros e poder público cercam progressivamente suas glebas, retiram moradores esparsos, preparam parcelamentos destinados ao mercado futuro, enquanto ignoram a expansão das necessidades populares.

Ninguém oferece terra, nada se faz de fato pela produção habitacional popular, retrai-se o mercado de aluguel em função do que se construíram numerosas avenidas em décadas anteriores. A cidade parece parada, menos no movimento por baixo de um mercado em gestação, aguardando uma demanda por vir com o crescimento econômico esperado a partir do dinamismo do Centro-Sul, da já deslumbrada exploração do petróleo e seu desdobramento com a petroquímica, da eletrificação rural e da própria atração da capital sobre a modesta burguesia rural ainda por seguir o caminho dos grandes proprietários ausentes.

Como a higiene pública fora uma preocupação relevante entre a elite local desde o começo do século e os miasmas que ameaçavam os bairros nobres emanavam das baixadas alagadas e dos bairros distantes, frequentemente ocupados pelos pobres, toda vez que se discutia habitação confundia-se a questão com problemas de saúde pública. Preconizava-se para os pobres educação sanitária, ensino de práticas de conservação das casas e a eliminação dos casebres – nome dado, até o meado do século, aos barracos –, o que levaria à higienização da cidade. Na década de 1930, fala-se na erradicação de casebres, mocambos e cortiços; em 1944, o Epucs faz passar uma lei autorizando a Prefeitura a extingui-los e, em 1948, o *Código de obras*, primeiro zoneamento abrangente para o sítio urbano, propõe que se construam bairros populares provisórios situados em colinas próximas ao centro, porém então não ocupadas.

A proposta é singular e inédita frente à experiência da cidade com a questão habitacional, não só porque a casa é considerada como um bem de uso não durável, como pela expectativa do Epucs de que a pobreza desapareceria com a industrialização que se esperava a partir do pós-guerra, produzindo um operariado moderno, bem pago e com renda estável. Com muito terreno baldio, escolhidas algumas cumeadas próximas ao sistema viário projetado, áreas seriam cedidas a empresas que, mediante um sistema de concessão, as utilizariam por tempo determinado, construindo núcleos habitacionais com unidades precárias – habitações transitórias, porém feitas nas dimensões e padrões sanitários adequados – a serem alugadas a preços acessíveis às famílias dependentes de empregos domésticos e públicos, pequenos serviços e produção artesanal.

A casa da pobreza antiga é assim pensada em extinção e, no intervalo, concebida como um bem-serviço, de uso temporário pelos seus ocupantes, que, no caso, transitariam oportunamente para o grande bairro proletário previsto no plano do

Epucs nos altos da Liberdade, próximo à cidade industrial a ser desenvolvida na esplanada interior da Península de Itapagipe. Vale notar que a essa proposta do Epucs associaram-se as primeiras experiências com técnicas construtivas alternativas, como a argamassa de solo-cimento e, mais adiante, Rômulo Almeida, em 1961, defendia o uso de material precário ou reciclado na construção de casas populares. A contradição é que, enquanto se esperava que aquelas vizinhanças desaparecessem por si sós com o desenvolvimento econômico da cidade, insistia-se em erradicá-las impaciente e cirurgicamente.

O saldo final do período de latência pode ser, portanto, sintetizado em três aspectos: na imobilidade da estrutura fundiária, em mãos de proprietários e foreiros não capitalizados e titulares de áreas descoladas da mancha urbana contínua e sem infraestrutura de acesso; no início da saída de residentes do centro e na mudança de valores quanto à moradia entre as camadas médias e altas, exigindo mais áreas *per capita*, com a valorização dos espaços verdes e casas térreas, se muito de dois andares, sem porões e sem sótãos; no esgarçamento das redes viária e elétrica, levando à expectativa de um mercado de terras anunciado através de vários loteamentos chiques, mesmo ainda sem compradores; e na periferação territorial das populações de baixa renda, que antes ocupavam áreas intersticiais ou próximas do centro – avenidas, becos, cortiços, encostas e vales internos – ou constituíam núcleos rurais à distância, de lavradores ou pescadores, ou pequenos arruados à margem do tronco ferroviário que partia a noroeste da cidade.

A IMPLOÇÃO DO CENTRO

A partir desse momento de latência até o golpe militar de abril de 1964, passa-se por um período de profunda reestruturação do espaço urbano, desencadeado, sobretudo, pela redefinição do uso do solo nas áreas centrais. Ricos e pobres saem cada vez mais do centro – na verdade, mais pobres do que ricos – e cresce a luta pela terra. Começam a surgir, pelo final dos anos 1940, prosseguindo pelos anos 1950 até o golpe de 1964, numerosos conflitos entre, de um lado, proprietários, rendeiros e foreiros e, de outro, a população sem terra.

Essa segunda fase, que se abre com as grandes invasões do Corta Braço, do Caminho de Areia, de Pero Vaz, das encostas de Pau Miúdo e avança sobre a água com a ocupação dos Alagados, do Porto dos Mastros e da Massaranduba e a expansão das ocupações à beira-mar em Ondina e no Bico de Ferro, na orla atlântica, tem suas raízes em processos basicamente supralocais, regionais e institucionais que induzem alterações internas à cidade e são essas últimas, a partir de dentro, que reestruturam o espaço urbano.

À primeira vista um reflexo direto do crescimento demográfico, essas novas ocupações derivavam, na verdade, da dinâmica urbana interna. Na sua maioria, não se tratava de um movimento de migrantes recém-chegados, uma vez que essas ocupações exigiam uma percepção da estrutura fundiária da cidade, do seu sistema viário, de seus nichos de mercado, além de uma organização política capaz de conquistar e reter os espaços conquistados. A população dos Alagados na década de 1960 não era de migrantes vindos diretamente de fora, mas de moradores deslocados de áreas centrais, cujo local de trabalho não lhes permitia morar a grandes distâncias. Em muitos casos, houve, inclusive, uma aliança de classes, pioneira nas cidades brasileiras, através do que funcionários públicos, empregados do comércio, operários mais qualificados cooperavam com o transporte de materiais, a vigilância quanto às ações da polícia e à negociação com políticos pela permanência da ocupação.

Vale observar que, antes, a partir dos anos 1940, várias intervenções ocorridas na Bahia começaram a afetar a capital – a criação do aeroporto de Salvador, então ligado ao centro a partir do Largo do Tanque, via o então povoado de São Caetano, os arruados de Pau da Lima e São Cristóvão e a então Vila de Ipitanga, hoje sede municipal de Lauro de Freitas. Por sua vez, a prospecção do petróleo no âmago do Recôncavo Canavieiro, a construção da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), em Paulo Afonso, e sobretudo a abertura da rodovia BR-116, primeira ligação continental do país em sentido norte-sul, passando não só à distância de Salvador, mas também à margem do Recôncavo.

De início, essas intervenções pouco mudaram o quadro descrito. A ocupação residencial normal continuou ao longo da orla à margem da Baía de Todos os Santos, em torno dos velhos bairros “florescentes e nobres” de que falava Vilhena, na virada do século XVIII para o XIX, em ocupações à distância do centro como pequenos núcleos à parte – Pernambués, por exemplo, ainda na última década de

1950, não era considerado como parte da cidade, mas antes um povoado em si. A divisão social do espaço permanecia praticamente a mesma: os ricos e os de melhor renda nas cumeadas, os pobres nas encostas e em alguns vales e morros. Mas, na pobreza e na estagnação, as velhas atividades antes mencionadas iam sendo golpeadas pela penetração de mercadorias chegando de outras partes do país, sobretudo do Centro-Sul, com a integração da rede rodoviária nacional e, mais tarde, com as compras diretas ou do pessoal da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), da Chesf e subsidiárias de ambas.

Pelo final dos anos 1940, a composição social da cidade começa a mudar intensamente com a extração do petróleo, a produção de derivados produzidos pela Refinaria Landulpho Alves (Mataripe), a distribuição da energia produzida pela Chesf e a expansão das atividades portuárias ligadas ao petróleo. Surgem novos empregos no comércio e nos setores petroleiro, portuário e energético, derivados também da expansão de uma burocracia pública muito mais complexa, de um Estado com funções cada vez mais amplas, com o crescimento do número e do rendimento de altos cargos técnico-administrativos. Gerações mais novas das velhas oligarquias rurais, em particular da empobrecida aristocracia do Recôncavo, migram para cargos nas novas empresas, enquanto empregam irmãs, esposas e filhos mais jovens no serviço público estadual e federal.

Por outro lado, aumenta o diminuto terciário de serviços especializados, não só para consumo da emergente classe média local, como pela migração da classe média rural, sobretudo aquela já vinculada à rede urbana do interior do estado. A própria zona do cacau, no sul do estado, que por mais de duas décadas consolidara uma rede urbana própria e vinculara sua elite abastada aos mercados de serviços e imobiliário do Centro-Sul, passou a depender mais de Salvador, à medida que crescia a concorrência externa ao cacau brasileiro. Multiplicava-se, assim, a necessidade de consultórios médicos, dentistas, colégios, bancas de advocacia e outros serviços, tudo isso levando ao alargamento do restrito núcleo de classe média até então existente.

A TROCA DE LUGARES

Esses processos introduziram uma nova dinâmica e reestruturação da cidade, que se desencadearia de modo direto a partir da redefinição dos padrões de uso

do solo nas áreas centrais. Entre o final dos anos 1940 e os anos 1960, o centro transforma-se intensamente e o espaço da cidade reestrutura-se a partir dele. Expandem-se ou criam-se novas instalações para agências governamentais e estaduais, sobretudo amplia-se a presença de funções federais, aumentam os serviços de saúde, torna-se mais complexo o sistema educacional, inclusive ampliando-se o nível superior, cresce e diversifica-se a praça bancária de Salvador. O resultado disso é uma enorme relocação de grupos de população entre essas áreas e áreas pericentrais e o início da expulsão radical dos pobres, que até então tiveram certo lugar no centro e em alguns morros e vales internos.

À demanda por novas áreas para os grupos deslocados do centro soma-se, como vimos, o consumo de mais área *per capita* por grupos de renda mais alta, agora exigentes de casas térreas ou, no máximo, com apenas um segundo piso, descoladas das vizinhas e contando com jardins, e não mais apenas uma pequena área de serviço no fundo. Enquanto famílias mais ricas mudam-se para novas ruas na Vitória, na Graça, na Canela, na Barra, os mais jovens ou com menos renda seguem o rumo dos novos loteamentos em Mont Serrat, Brotas, Rio Vermelho etc. Áreas de encosta menos íngremes, como o Rio de São Pedro, na Graça, o Chame-Chame, o interior da Barra, os fundos da Ladeira da Barra Avenida e outras passam a ser ocupadas pela elite, levando a uma valorização das áreas pericentrais em direção ao sul da cidade e à competição com moradas de pobres nelas presentes. No mesmo sentido, a orla interna a partir da Vitória e o litoral atlântico também passam a significar uma crescente promessa de valorização, e núcleos de gente pobre começam a ser visados, como na Gamboa, em Ondina e no Bico de Ferro.

O FECHAMENTO DO ESPAÇO

A cidade que crescia nas encostas e vales internos, de propriedade pública ou privada com documentação patrimonial falha e na periferia, mais adiante, através de invasões ou loteamentos clandestinos, constituía uma ameaça vinda já desde o começo do século XX, num primeiro momento qualificado como um problema de higiene. Eram ainda comuns epidemias de tifo, difteria, meningite e a presença da tuberculose, do impaludismo e da malária, que não poupavam os pobres, nem também os ricos. Num momento seguinte, sobretudo depois das primeiras invasões

do final da década de 1940, elas passam a ser vistas como uma questão jurídica, uma questão de polícia. De modo geral, a velha prática de morar em terrenos de terceiros é criminalizada como um ato de usurpação; qualquer vizinhança de pobre é chamada de “invasão”.⁸

O que ocorre do final dos anos 1940 em diante é a expectativa real de valorização do solo como mercadoria, derivada de mudanças econômicas que afetavam o significado econômico da terra, inclusive rural; do impacto, como vimos, das mudanças regionais sobre as áreas centrais; e da aceleração do crescimento da população. Para o pobre, com renda mínima, incerta e sem capacidade de poupança, a saída era a ocupação das áreas de marinha pertencentes à União, porém geralmente não atraentes às camadas de renda mais alta, e os terrenos sob condições irregulares de ocupação, seja devido a falhas de documentação, seja devido a conflitos de herança ou ausência de titulares – proprietários ou foreiros. Nessas categorias, estavam glebas já parcialmente ocupadas em torno de núcleos de atividades agropecuárias – antigas fazendas contendo moradores estáveis –, terrenos de proprietários ou foreiros falecidos ou residentes fora da cidade ou do estado, áreas em mãos de terceiros encarregados da cobrança da renda pelas áreas parceladas, áreas com titulação irregular, terrenos de instituições de caridade onde já se haviam consolidado antigos núcleos de ocupação, áreas pertencentes a órgãos ou empresas públicas sem interesse em sua ocupação imediata.

Entretanto, não interessava a vários proprietários ou foreiros a abertura de áreas ao mercado, senão em pontos onde a infraestrutura viária, rapidamente seguida pela expansão da rede de energia, viabilizasse um verdadeiro mercado. E, com a perspectiva de formação de um mercado de terras baseado no domínio direto do solo, para o proprietário particular ou mesmo as empresas públicas e a própria Prefeitura, Governo do Estado ou União, a proteção de suas glebas tornou-se uma medida universal, retirando parcelas significativas de terra do mercado convencional de uso do solo – mercado, como vimos, sem a troca de documentos de propriedade – e desaparecendo, inclusive, pelo menos nas áreas acessíveis ao sistema viário, a possibilidade de arrendamento.

Aumentava, com isso, o caráter de ilegitimidade das ocupações populares, uma vez que se apelava cada vez mais para o princípio do direito fundiário contem-

8 GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro, 1990.

porâneo, segundo o qual o domínio direto é requisito do domínio útil do solo. Nos casos de ocupações individuais, a resistência se fazia sem maior conflito, através da vigilância sobre o limite dos terrenos, o veto à expansão da área já ocupada, a recusa de arrendamento de uma nova área. Mas, com o tempo, tornam-se frequentes a expulsão dos ocupantes e a demolição do casebre construído. No caso de ocupações em grupo, crescia o recurso ao judiciário e à ação da polícia.

Ironicamente, a resistência a tais ocupações tinha como reforço o próprio fato de que, historicamente, elas não eram contestadas. Em primeiro lugar, costumemente, a população poderia ter o domínio útil da terra que ocupava, embora sem sua propriedade, fosse esta pública ou privada. Por outro lado, a prática da Prefeitura de cadastrar construções em áreas de terceiros, cobrando o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e a prontidão com que a companhia de energia elétrica estendia a elas não só a rede de iluminação pública, mas também o provimento de energia aos domicílios tornavam em pouco tempo inamovível o morador não proprietário. Com isso, não era mais possível permitir a ocupação do solo sem sua propriedade direta, o que conduziu a uma crescente resistência a novas ocupações em áreas públicas, e sobretudo de particulares, e a várias tentativas de remoção de antigos ocupantes não proprietários.

QUEBRANDO AS COMPORTAS

Com o fechamento da cidade, as novas vizinhanças criadas à mão estarão cada vez mais nas encostas íngremes, nas cicatrizes das pedreiras, nas baixadas alagadiças, na beira d'água da baía e do mar ou na franja de antigos arruados à distância. Começam a surgir as casas de alvenaria, pois, além da falta de terrenos, os pobres passam a enfrentar o escasseamento das matérias-primas da construção popular, as varas e os cipós para o gradeado das paredes de sopapo, o barro cru para o enchimento, os caibros e as palmas para a cobertura de palha.

Entretanto, apesar das resistências, a função dessas ocupações torna-se crítica para instalação do novo padrão da ocupação do solo, para a própria economia da cidade e para o benefício de proprietários, foreiros e posseiros de áreas maiores. Uma nova geração de políticos começa também a germinar na mediação entre poder público e invasores, proprietários de serviços de transporte e negociantes que

se instalam nessas áreas. São os Alagados e a invasão do Caminho de Areia, em Itapagipe, as ocupações das terras baixas da Massaranduba e do Cortume, as históricas invasões do Corta Braço, na Liberdade, e das encostas do Pau Miúdo que ensinam um novo modo de fazer política, incorporam milhares de votantes ao mercado eleitoral e produzem uma nova corte de políticos que se impõem à velha classe política, antes apenas apoiada no voto de cabresto e nas relações de dependência.

No último caso, os pobres ocupavam também terrenos com documentação hábil, porém situados em posição não favorável quanto ao tecido urbano consolidado e que se beneficiavam de uma ocupação primária limitada capaz de atrair as redes viária e de energia, além de casas de negócio, sobretudo no ramo da construção civil. Para essas áreas mais distantes do centro, uma ocupação pioneira de algumas dezenas de moradores constituía um elemento de valorização das áreas adjacentes, em seguida abertas ao mercado, mesmo sem licença municipal e sob contratos informais de compra e venda, comercializados por empresas imobiliárias especializadas nos níveis mais baixos da demanda solvente.

A partir de meado da década de 1950, valorizavam-se também as áreas rurais, sobretudo ao longo da orla litorânea com a Baía de Todos os Santos, graças à expectativa de criação de um novo porto, de um conjunto petroquímico desde então anunciado pela Petrobras e de um distrito industrial ao norte da cidade. Nessa direção, o Governo do Estado contribuiu, decisivamente, ao definir por decreto uma área de 436 km² no encontro entre os atuais municípios de Candeias e Simões Filho – antes Água Comprida –, antigos distritos da capital, e o município de Camaçari, como espaço institucionalmente destinado a funções urbanas, industriais e portuárias. Com o destaque dado a essa área a conter o Centro Industrial de Aratu (CIA), maior que a maioria dos municípios do Recôncavo, e a destinação específica do solo no seu interior diretamente aos lotes industriais, toda a atividade agropecuária é nela desencorajada na expectativa de instalação de indústrias, que acabaram não demonstrando maior capacidade de desdobramento, ao tempo em que esse espaço converte-se numa imensa área de engorda.

Embora a institucionalização dessas terras resultasse de imediato em sua imobilização quanto a usos rurais, elas ganham, com o desenvolvimento da infraestrutura – uma outra contribuição do Estado –, a presença esparsa de algumas plantas industriais e o crescimento demográfico e passam a despertar

o interesse dos proprietários pela engorda, num processo equivalente ao cercamento de áreas no interior da cidade, levando a população de baixa renda a adensar-se em núcleos sem infraestrutura que se expandem através de invasões e loteamentos clandestinos.⁹

HABITAR COMO QUESTÃO GERAL

Outras mudanças vinham da elevação dos custos de reprodução da força de trabalho. Novos bens e serviços são agora necessários ao trabalhador e ao funcionário que compete nos níveis médio e alto desse mercado. O empregado da Petrobras – símbolo da nova indústria – não pode vestir-se com uma roupa qualquer e os serviços que demanda precisam ser melhores – transporte, saúde, educação. Mesmo o trabalhador menos qualificado é obrigado a entrar mais fundo no mercado de consumo. O pobre antigo, intimamente ligado aos estratos superiores, pobre orgânico de uma sociedade de índole escravista, residente nos becos e avenidas em meio às casas e sobrados do centro ou nos bairros pobres tradicionais, próximos à residência ou aos locais de prestação de serviço ao patrão privado – os empregados domésticos, motoristas, costureiras, sapateiros, vigilantes, agentes de limpeza, oficiais da construção civil –, já não conta mais com a casa construída em terra cedida ou o aluguel barato de uma casa de avenida, nem com a roupa usada dos brancos, ou até mesmo a refeição quando em serviço. Passam a morar longe, a pagar transporte, a providenciar seu vestuário.

Com as dificuldades da classe média, a legislação tende a proteger o inquilinato até o ponto de forçar o congelamento de aluguéis e recusar a chamada denúncia vazia, ou seja, a cessação do contrato senão para uso do imóvel pelo proprietário ou seus familiares diretos. O resultado desse processo acabou sendo a redução da oferta de imóveis residenciais de aluguel, trazendo mais uma dificuldade aos grupos de renda média, que passaram a ter na casa própria a única saída para o problema da própria casa.

9 Mais tarde, para a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), outros 343 km² são igualmente definidos, somando as duas áreas um total de 779 km², quase do tamanho do segundo maior município do Recôncavo – o próprio Camaçari. E o processo se repete, intensificado pela construção da Rodovia BA-109, a Estrada do Coko, agora estendida com o trecho da Linha Verde.

Além disso, à resistência às invasões somam-se outros processos que afetam fortemente as camadas de renda média. Com o fechamento das melhores terras a qualquer ocupação fora do mercado regular, cresce o preço dos terrenos, mesmo daqueles sob o regime de aforamento, a inflação deprime os rendimentos do trabalho, enquanto eleva os custos dos materiais de construção. Para a construção civil, além da elevação dos preços dos terrenos e dos materiais de construção, os salários dos operários mais qualificados também se elevam, uma vez que, reduzida a construção por conta própria, que sempre fora a grande escola de pedreiros, carpinteiros, encanadores e auxiliares da construção, escasseiam os antigos mestres e oficiais qualificados. Porém, mais do que tudo, a construção de prédios de apartamentos e de escritórios, que crescera a partir do início da década de 1950, sobretudo com o retraimento do mercado de aluguéis, passa a enfrentar a desvalorização das parcelas de pagamento negociadas em vendas a prazo.

Na verdade, as necessidades de espaço para habitar partiam, nesses anos, basicamente dos pobres expulsos de áreas centrais, pressionados pela redução das oportunidades de trabalho com a crescente presença de mercadorias importadas do Centro-Sul, acrescidos de contingentes de origem rural dispensados de antigas atividades ou expulsos do campo pela expansão da pecuária. Vale lembrar que esta funcionava como uma estratégia de reserva de valor num clima de inflação crescente e como mecanismo direto de expropriação do pequeno produtor rural ocupante de terras de terceiros ou mesmo titulares de pequenas propriedades. Mas, no rastro dos pobres, os invasores seguiam grupos da pequena classe média, invadindo também e comprando os barracos para usar seus espaços no construir de suas casas.

No que beneficiavam novos negócios, valorizavam terras antes inacessíveis frente ao sistema viário e à rede elétrica e não pressionavam os salários com o aluguel da casa de morar, as invasões eram inteiramente compatíveis com a nova dinâmica urbana. Entretanto, uma expansão incontida dessa forma de produção do espaço urbano tornar-se-ia refratária à consolidação de um mercado imobiliário pleno. É nesse momento que o problema da habitação ganha uma dimensão política. De início, sentida como uma necessidade da pobreza e uma ameaça aos proprietários e foreiros, ela evolui para uma crise geral que afeta amplos segmentos da classe média e soma-se à crise da construção civil,

que, incapaz de recuperar investimentos, interrompe empreendimentos ou vai à falência de várias construtoras. É também nesse momento que despontam as virtualidades da intervenção do Estado.¹⁰

A MÃO VISÍVEL DO ESTADO

Numa situação como essa, a cidade apresentava várias condições favoráveis à vigência de um mercado imobiliário regular, desde que resolvido o problema de financiamento do complexo imobiliário – terra, construção civil, materiais de construção, a fluidificação da oferta de terra e a expansão da infraestrutura urbana.

Concebido o problema como uma questão política e firmado o requisito de intervenção do Estado, passa-se ao terceiro estágio de evolução da estrutura urbana, em que os governos entram fortemente na vida da cidade, removendo obstáculos e implantando as condições aptas a um verdadeiro mercado capitalista de terras. O primeiro problema, também partilhado pelo resto do país, é enfrentado direta e eficazmente pelo Governo Federal a partir de 1964, com a introdução do sistema de correção monetária dos títulos financeiros, a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a captação de poupanças dispersas mediante a criação do sistema de depósitos com correção monetária garantida pelo governo.

Em nível local, à rigidez da oferta de terras somavam-se a alegada desordem urbana, as ameaças à segurança pública, o risco das epidemias, a presença dos órgãos de governo no centro histórico, congestionado e ao mesmo tempo protegido por uma legislação restritiva à verticalização, e a expectativa de grandes investimentos no sistema viário. Assim, no final de 1968, a Prefeitura inicia a liquidação do sistema de aforamento. Os foreiros, geralmente desprovidos de capital ou de capacidade empresarial, são compelidos a entregar suas glebas ao Executivo, que as oferece a baixos preços, porque desprovidas de infraestrutura e muitas vezes descoladas do tecido urbano contínuo, a título de áreas a serem exploradas no

10 BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

alívio ao problema habitacional e na formação de um cinturão verde justificado pela necessidade de abastecimento alimentar da cidade.

Observe-se que essa última proposta sucede a dois movimentos críticos com referência à relação cidade-região no caso de Salvador. De um lado, já então se liquidara praticamente o vínculo entre a capital e o Recôncavo, tradicionalmente fornecedor de hortaliças, frutas, batatas, farinha de mandioca, pescado e materiais de construção, com a desativação da navegação, pela Baía de Todos os Santos, a extinção de várias feiras livres abertas para a baía, a degradação da rede viária – antigas estradas, ferrovias, portos e ancoradouros – e com a criação da BR-116 passando por fora dessa região. De outro lado, o processamento do petróleo na rota do Recôncavo e a preferência pela enseada de Aratu na mesma rota, para localização do porto de granéis de Salvador, atraindo para aí instalações industriais, desencorajariam a agricultura e o povoamento rural a norte e noroeste da capital. Assim, o argumento da necessidade de um cinturão verde – mesmo nas acidentadas e pouco férteis áreas a norte de Salvador – passaria como um pretexto inquestionável para a troca de mãos das terras públicas da cidade.

Finalmente, iniciam-se em seguida as obras do sistema viário, já sobre terras privatizadas, e a criação de um novo centro administrativo estadual na faixa atlântica ao norte, o que repuxa a cidade sobre as melhores terras desafortadas, os 46 milhões de metros quadrados desde então alienados pela Prefeitura.¹¹

E DAÍ?

Com uma ruidosa produção cultural popular, um gigantesco *marketing* turístico, um significativo mercado de loteamentos, construção de edifícios de fins não residenciais e residências, tudo para faixas de renda mais alta, e grandes intervenções, particularmente no centro histórico, áreas de lazer e sistema viário, Salvador chega a parecer uma cidade em curso de uma elevação geral de qualidade de vida e de desobstrução de vícios de estruturação que insistem, persistentemente, em sua desurbana incompetência em eliminar ou pelo menos reduzir seu crônico viés anticidadão e, por isso, antiurbano. Entretanto, nada

11 Estimativa de Elizabeth Andrade citada em GORDILHO-SOUZA, 2000, cap. 2, p. 175, nota 45.

das gigantescas transformações da segunda metade do último século [XX] barrou a produção à mão da crescente periferia física da cidade, nem a engorda de terrenos entre ocupações pontuais, inclusive de início promovidas pelo próprio poder público através do sistema de cooperativas, grupos habitacionais e companhias de habitação ligadas ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Com a concentração da terra em poucas mãos, tampouco se abriu qualquer oferta significativa de terras ao mercado médio e popular, e o esperado e necessário mercado de solo urbano terminou restrito às limitadas esferas dos adquirentes de alta renda, enquanto a infraestrutura urbana cresce tímida e mal-acabada nas áreas da pobreza.

Alguns resultados, contudo, anunciam a cidade do futuro imediato: um centro espetáculo quase vazio de moradores, pelo menos por agora, cercado de uma coroa de bairros decadentes, cada vez menos servidos de espaços públicos e cada vez mais congestionados de veículos, comércio sem teto e moradores sem casa; um sistema viário de cunho rodoviário, em que se justapõem robustas autoestradas fechadas às suas vizinhanças a ruas quase-becos e caminhos sem pavimento e, sobretudo, uma periferia diversa, composta de bairros precários que correspondem a 60% das áreas residenciais da cidade, alternados por terrenos baldios à engorda e ilhas de bem-estar trancadas a sete chaves frente ao medo dos vizinhos e ao incômodo de quem não consegue evitar a visão quotidiana do espetáculo da pobreza.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio na Bahia. *Arquivos da Universidade da Bahia – Faculdade de Filosofia*, Salvador, v. 0, n. 5, p. 81-91, 1956.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Origens e expansão periférica de Salvador. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 2, jan./mar. 1978.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Invasões e intervenções públicas: uma política de atribuição espacial em Salvador, 1946-1989*. Rio de Janeiro, 1990.

GORDILHO-SOUZA, Ângela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: Edufba, 2000.

PLANEJAMENTO. Salvador: Fundação de Pesquisa – CPE, v. 6, n. 1, jan./mar. 1978.

SAMPAIO, Antônio Heliodório Lima. *Formas urbanas: cidade-real & cidade ideal: contribuição ao estudo urbanístico de Salvador*. Salvador: Quarteto, 1999.

SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador: estudo de geografia urbana*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

PARTE II





BLOCO I

**Memória e pensamento
sobre o Recôncavo**

PROPRIEDADE E USO DA TERRA NA PERIFERIA NORTE DO RECÔNCAVO AÇUCAREIRO

aspectos de história recente¹

INTRODUÇÃO

Apesar da formação de um incipiente parque industrial na Cidade do Salvador, do crescimento demográfico e da integração recíproca de suas diferentes áreas, o Recôncavo da Bahia preservou, até a década de 1960, em torno da cidade e dos restritos pontos diretamente afetados pelas operações da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), um setor primário praticamente intocado em suas características estruturais em relação ao quadro deixado, após os anos 1920, pela última e breve fase de recuperação da produção açucareira na região.

Contudo, a partir do fim da década de 1960, todo o Recôncavo e principalmente sua área norte vêm mudando rapidamente, em face das perspectivas de

1 Comunicação apresentada ao VIII Simpósio Nacional de História, Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh), em Aracaju, 1975. Uma versão deste texto consta da separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional de História e foi publicada em *Planejamento*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 5-24, jan./mar. 1976. Salvador: Fundação de Pesquisas-CPE, mas sem a figura gráfica original que agora integra esta publicação (N. do O.).

instalação do Complexo Petroquímico do Nordeste (Copene) e da ação polarizadora de Salvador.

O que se tentará nesta comunicação é descrever alguns aspectos da estrutura de distribuição e uso da terra num município da área norte do Recôncavo, exatamente antes do início das referidas modificações, isto é, no período anterior e em torno de 1960. Trata-se do município de Camaçari, local de implantação do complexo petroquímico e área adjacente ao Centro Industrial de Aratu (CIA) e à Cidade do Salvador.

O caso desse município antes de sua fase atual é tomado como ilustração de uma situação de periferia funcional e física em relação ao núcleo açucareiro do Recôncavo e deve, desse modo, contribuir para especificar aspectos da região na fase final de sua história como cenário de uma produção monocultora de tipo tradicional.²

O COMPLEXO REGIONAL DO RECÔNCAVO

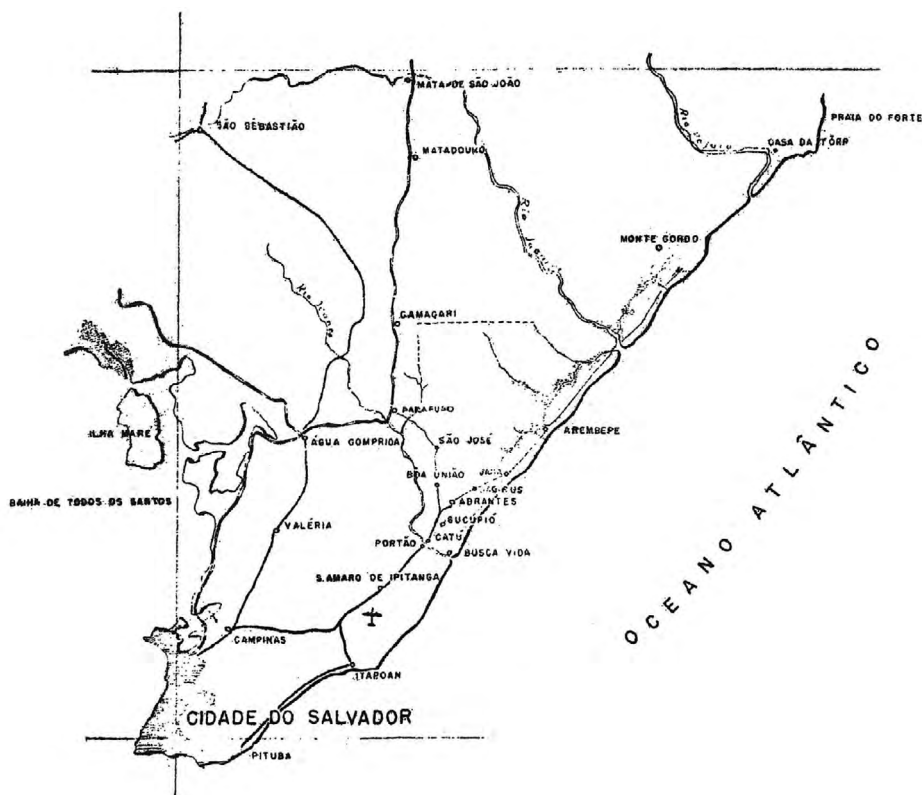
A região que se veio a estruturar como Recôncavo da Baía de Todos os Santos jamais fora, ecológica ou economicamente, um espaço uniforme, mas antes um complexo de subáreas especializadas. É necessário compreender as relações genéticas e estruturais dessas áreas em face do âmago açucareiro para que se possa esclarecer a própria natureza da organização da produção monocultora, que, por mais de três séculos, dominou a região.

Grosso modo, o Recôncavo tradicional, nas condições em que o encontrou a Petrobras, à altura de 1950, compreende quatro subáreas: a área do massapê, dominada pela produção do açúcar; o alto Recôncavo, a leste, dedicado basicamente à produção de fumo, mas também de alimentos, demograficamente denso e marcado por um processo de intensa minifundização; o baixo Recôncavo, ao sul, com maior frequência de médias e pequenas propriedades, que se ocuparam sempre mais preponderantemente com a produção alimentar, assinalado pela presença de numerosas caieiras – fornos de preparação de cal – e olarias, exportadoras típicas de materiais de construção para Salvador e cidades próximas até a década de 1950; o Recôncavo norte – retraído numa economia mista de agricultura alimentar, coco

2 Este trabalho baseia-se em dados de campo colhidos em 1956 e em 1963 e em dados censitários de 1940, 1950 e 1960.

da Bahia, gado –, demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria capital, apesar de sua vizinhança com esta.

A influência da Petrobras, por sua vez, revelou-se também desigual na região.³ A exploração do petróleo caminhou da área típica do massapê para o norte, afetando profundamente o âmago da antiga área da cana e, mais recentemente, o Recôncavo norte, com a implantação do conjunto petroquímico e a abertura de poços ao norte dessa área, deixando praticamente intocados o baixo e o alto recôncavos.



3 Sobre a influência da Petrobras, ver: AZEVEDO, Thales de. *Problemas sociais da exploração do petróleo no Recôncavo*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1959; RITZ, Armin. Fenômenos de dependência na economia baiana. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 22, p. 18-32, dez. 1972; SAMPAIO, Fernando Talma. *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. 1974. Tese (Concurso Professor Assistente) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974.

Tipicamente, o Recôncavo dedica-se, desde o século XVI, à produção açucareira, cuja história se constitui aí num suceder de fases de prosperidade e depressão que se alternam, já desde muito cedo, por força de determinações de origem basicamente externa, mas que se mesclam progressivamente com fatores destas gerados internamente.⁴

Entretanto, a cana-de-açúcar jamais subsistiu só aí, mas integrada num complexo de atividades espacialmente organizadas dentro da região. De um modo simplificado, se poderia dizer que, nos momentos de prosperidade, encontrava-se, no âmago do Recôncavo, a produção da cana-de-açúcar e, nos diferentes setores de sua periferia geográfica, desenvolviam-se atividades complementares de produção alimentar, pecuária, extração de lenha, cultivo do fumo e produção de materiais de construção.

Com o tempo, sedimentou-se essa espécie de divisão de trabalho entre diferentes áreas, formando-se um complexo regional internamente diferenciado e razoavelmente autônomo, em que os segmentos periféricos desempenhavam funções essenciais à vitalidade ou mesmo à sustentação das atividades nucleares da economia regional.

A área norte do Recôncavo, com poucos trechos de solo propício à cultura da cana e, de um modo geral, menos favorável à agricultura que as demais, tendeu a tornar-se um desses segmentos especializados, inicialmente dedicado à produção

4 Sobre a evolução econômica da região, ver PINHO, José Wanderley de. *História de um engenho no Recôncavo*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944; AZEVEDO, Thales de. *O povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, rescensão de André João Antonil*. Paris: Institutdes Hautes Etudes de l’Amerique Latine, 1968. Traducction française et commentaire critique par André M. Mausuru. Idem. *Conjoncture et societéau Brezil a fíndu XVIII e: prix et salaires a lavezille de la Revolutiondes Alfaiates, Bahia, 1778*. *Cahiers des Ameriques Latines*, Paris, n. 5, p. 33-54, janv./juin 1970; Idem. *Os preços na Bahia de 1750 a 1930*. In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NACIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. *L’histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. p. 161-182, n. 543; Idem. A propósito de cartas de Alforria. Bahia 1779-1850. *Anais de História*, Assis, n. 4, p. 23-52, 1972; Idem. *Os escravos na Bahia, no alvorecer do século XIX: estudo de um grupo social*. *Revista de História*, São Paulo, v. 48, n. 97, p. 109-135, 1974; AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz; ATHAIDE, M. Johildo. *Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX*. In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NACIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. *L’histoire quantitative du Brésil de 1800-1930*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. p. 183-202, n. 543; TAVARES, Luiz Henrique Dias. *Aspectos da criação de vilas na Bahia*. Salvador, 1964. Mimeo.

pecuária e, posteriormente, mais voltada à produção de lenha. Contudo, situada nos limites da área de massapê e contando com algumas manchas isoladas desse tipo de terreno e de solos de tipo barreiras, o Recôncavo norte foi ocasionalmente penetrado pela produção da cana.

Em virtude dessas duas formas de participação no complexo regional do Recôncavo, essa área desenvolveu-se em duas linhas. Uma deriva da dinâmica de uma zona especializada em certo tipo de produção complementar à produção do açúcar e outra é decorrente da dominância intermitente da própria produção monocultora e da condição de marginalidade face a essa mesma atividade e ao seu centro de dominância, nas prolongadas fases de depressão que afetaram a economia do açúcar na região.

Essa alternância tornou-se notória a partir do fim do século XVIII, quando, em meio a uma fase de prosperidade da economia do açúcar, os melhores pastos da área eram dados como ocupados com a cultura da cana.⁵

Esse período de prosperidade prolonga-se até o primeiro quartel do século XIX, cedendo à depressão que, nas décadas de 1820 a 1860, atinge a economia açucareira no Recôncavo. Segue-se depois nova fase de recuperação, do período da Guerra da Secessão à Abolição, daí uma nova fase de retração, até a década de 1920, quando, pela última vez, os canaviais se expandem para o norte.

No curso do processo sumariamente referido, ocorrem dois tipos de fenômenos: uns de caráter cíclico, exemplificado na alternância de atividades produtivas e, de certo modo, na aglutinação e fragmentação da terra em resposta às exigências da produção comercial; e outros de caráter cumulativo, como é o caso do adensamento demográfico, da degradação do ambiente natural e da cristalização da estrutura social.

Como o saldo dos processos cumulativos, tendeu a reduzir progressivamente a margem das opções econômicas abertas a cada diferente segmento territorial, desenvolveram-se, com o tempo, subespecializações internas à área, resultando numa organização do espaço que reflete a dinâmica entre oportunidades econômicas e estrutura social.

Em Camaçari, devido à existência de manchas de solo favoráveis à cultura da cana, esta teve aí uma presença intermitente e espacialmente descontínua. Quando

5 CARVALHO, Ana Dias da Silva. Feira de Santana e o comércio do gado. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 28, p. 14-36, mar. 1958.

e onde a cana penetrou, a terra tendeu a concentrar-se, e retraída a onda de prosperidade da economia açucareira, a área ajustava-se à depressão, valendo-se da extração da lenha e da expansão de outras produções comerciais compatíveis com a generalizada escassez de solos propícios a culturas mais exigentes.

A partir do fim do século passado [XIX], última fase de maior prosperidade da economia açucareira no Recôncavo, as grandes propriedades passaram sucessivamente por diferentes mãos – herdeiros ou novos compradores –, fragmentando-se. Nas zonas de mais fácil acesso, uns e outros, incapazes de produzir, mas ansiosos por se manterem no controle da terra, transformam-nas em verdadeiras empresas extrativas. Aproveitando-se do mercado da capital, toda a área oeste do município praticamente atirou-se à produção do carvão vegetal que, ainda na década de 1960, liquidava as últimas reservas de vegetação mais robusta restantes.

Nas áreas menos férteis, à medida que se foi esgotando a cobertura florestal, desenvolveu-se uma incipiente atividade extrativa, aproveitando-se dos depósitos locais de argilas finas. Em pontos isolados, as terras passaram ao controle direto de numerosos rendeiros e, de resto, permaneceram estagnadas nas mãos displicentes de proprietários descapitalizados ou ausentes.

Nas zonas de solo mais fértil, onde mais facilmente se reconstitui a vegetação em mata secundária de pequeno porte ainda aproveitável para o carvão e onde o solo tem podido suportar continuada exploração agrícola, as grandes propriedades mantiveram-se, de um modo geral, íntegras, recorrendo ao arrendamento em dinheiro e em espécie e realizando uma produção alimentar itinerante, associada à extração de lenha e à feitura de carvão vegetal.⁶ Por outro

6 Cf. VIANA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o estado da Bahia*. Bahia: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893; BARROS, F. Borges de. *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*. [S. l.: s. n.], 1923. Vale notar aqui que, de acordo com o Censo de 1872, ainda que fazendo reservas à sua exatidão, é forçoso admitir que a proporção de 7.757 pessoas livres do sexo masculino para 3.551 escravos do mesmo sexo encontrados nessa área revela a presença de explorações agrícolas de grande porte nos moldes do resto do Recôncavo. Frente às crises subsequentes, antigos proprietários foram abandonando a região, que reagiu à crise pela expansão da agricultura de subsistência. Não é de se estranhar que os últimos proprietários residentes que restaram, empobrecidos e incapazes de organizar a mão de obra local, passassem a arrendar suas terras a essa camada de lavradores. Aos antigos pequenos lavradores, veio juntar-se parte do contingente escravo liberado e a região conseguiu certo equilíbrio ecológico graças a um regime quase de subsistência mínima. Sem a existência de um empregador que lhe oferecesse oportunidade de trabalho, a população que permaneceu passou a viver dentro de um círculo comercial local, produzindo para si e para pequenas trocas em feiras próximas.

lado, nos pequenos sítios do interior e da costa, impróprios a outras das culturas praticadas na região, passou-se, em escala crescente, a cultivar o coqueiro.⁷

Presente em toda a sua história e, de certo modo, quase universal na área, a criação de gado da terra também tornou-se uma das formas de ajustamento à retração econômica, desempenhando a função de manter, na posse da terra, antigos proprietários descapitalizados. Não só nos grandes estabelecimentos se recorreu à criação. Pequenos e médios proprietários a associaram à cultura de coco ou a uma reduzida fruticultura, em áreas que variam de cerca de 20 a 200 hectares, particularmente concentradas a nordeste do município.⁸

Tem-se, assim, pelo menos a partir do fim do século passado [XIX], quatro diferentes linhas de desenvolvimento de modos de utilização da terra na área. Primeiro, a agricultura de subsistência, que se constitui num instrumento de absorção dos excedentes de mão de obra, derivados da retração da economia de mercado e do próprio crescimento vegetativo da população. Segundo, nos pequenos sítios próximos à costa, intensificou-se o plantio do coqueiro, já antigo na região.⁹ Em terceiro lugar, manteve-se uma atividade pecuária residual, cujo volume oscila em resposta à dinâmica dos grandes estabelecimentos, alguns possivelmente antes dedicados à cana, e de pequenas e médias propriedades dedicadas à produção de coco. Em quarto lugar, desenvolveu-se certa atividade extrativa em áreas impróprias à agricultura: na costa, a pesca; no interior, a extração de argilas; e, por toda parte, o carvão, que, em resposta ao mercado da capital, tornou-se, nesses anos de retração econômica, uma atividade praticamente universal na área.

A ÁREA ESTUDADA: PAISAGEM E POPULAÇÃO

O município de Camaçari, com 926 km² e 21.849 habitantes, em 1960, situa-se a partir de cerca de 40 km ao norte da Cidade do Salvador, numa faixa de cerca de 20 km em média de largura, da orla marítima ao interior. Essa área corresponde ao extremo nordeste do Recôncavo e tem por limites, a sul e a leste, o Rio Joanes;

7 VIANA, 1893; BONDAR, Gregório. *O coqueiro no Brasil*. [S. l.]: Instituto Cultural do Fomento Econômico da Bahia, 1939.

8 Estes criatórios incluíam também caprinos e ovinos. Cf. VIANA, op. cit.

9 BONDAR, op. cit.

ao norte, um tributário do Pojuca (o Itapecirica); e a leste, o mar – confinando, assim, com os municípios de Salvador,¹⁰ Simões Filho, Candeias, São Sebastião do Passé e Mata de São João.

Tais limites físicos impuseram certa unidade socioeconômica à área, pois dificultaram, até a década de 1960, maior contato da população local com áreas vizinhas.

Essa unidade, por outro lado, não subentende uma homogeneidade interna, contrariada, em primeiro lugar, pelas próprias características fisiográficas da área, responsáveis por três tipos de paisagens distintas: uma faixa litorânea, de cerca de três a seis quilômetros de largura na costa; zonas de colinas de variado teor húmico, às vezes bastante acidentadas, correspondendo mais predominantemente à porção sul do município, entre a faixa litorânea e a margem esquerda do Joanes (área de Abrantes), e à porção nordeste dessa faixa à margem esquerda

do Pojuca (área de Monte Gordo); e os “tabuleiros” e planícies adjacentes, ocupando grande área do município, justamente em torno da cidade de Camaçari e da Vila de Dias d’Ávila.

A faixa litorânea é assinalada por uma orla de dunas por trás das quais há extensas áreas permanente ou temporariamente alagadas durante os períodos de chuva. Em trechos isolados, encontram-se manchas de terreno com certa fertilidade, que permitem a prática de pequenas roças. De resto, essa faixa é ocupada por coqueirais geralmente antigos.

Mais para o interior, quando se iniciam as primeiras elevações, é que surgem os solos argilosos das colinas, que marcam predominantemente as paisagens sul e nordeste do município. Esses solos não são uniformes. Em virtude do alto teor de ferro que caracteriza os solos da série “barreiras” a que se filiam, os topos das colinas submetem-se facilmente ao processo de laterização, resultando em áreas quase totalmente impróprias à agricultura. Por outro lado, determinados vales e as encostas adjacentes apresentam solos bastante férteis, sobretudo na área sul.

Finalmente, os “tabuleiros” são praticamente impróprios à agricultura, e as planícies de sedimentação, caracteristicamente pobres, não se prestam senão a plantas pouco exigentes. O coqueiro, à custa de maior produtividade, tem sido

10 Pelo meado da década de 1960, foi criado um novo município – Lauro de Freitas –, formado pela porção norte do que era o município de Salvador no início da década, deixando de ser confluente os municípios de Camaçari e Salvador. Contudo, como o eram na época do trabalho de campo e como o novo município de Lauro de Freitas constitui uma área altamente integrada com Salvador, foi desconhecido para efeito deste trabalho o referido desmembramento.

a única cultura aí praticada. É nessas planícies e “tabuleiros” que se encontram frequentes depósitos de argilas finas e tabatingas ou caolins, os quais vêm sendo explorados industrialmente.

Em decorrência de tais características de solo e relevo, o município apresenta uma área de produção agrícola mais intensa a sudoeste e outra a nordeste – esta, contudo, mais propriamente agropecuária – e a extensa área de “tabuleiros” e planícies centrais praticamente desertas.

Devido às dificuldades de comunicação pela costa durante os períodos de chuva, entre as áreas sul e nordeste, de outra parte também separadas pelo interior pelos “tabuleiros”, essas áreas mantiveram-se, até bem pouco tempo, de certo modo isoladas entre si, dominando cada uma o respectivo trecho da faixa litorânea.

Na zona sudeste do município, em torno da velha sede municipal e primeiro centro de concentração demográfica da área – a Vila de Abrantes –, desenvolveu-se uma produção alimentar em grande parte destinada ao consumo local e realizada em “sítios” ou em regime de parceria ou arrendamento de pequenas parcelas de terra.

Nessa área, o desenvolvimento da estrutura fundiária foi bastante complexo, partindo da criação da gleba comunal da missão jesuítica do Espírito Santo, cuja sede foi transformada, no meado do século XVIII, em Vila de Abrantes, à ocupação da periferia por fazendas de jesuítas e de “fregueses portugueses” que finalmente entraram pelo território da missão.¹¹

Estabeleceu-se, daí em diante, uma espécie de modo contínuo de fragmentações e reaglutinações que resultou numa variedade de tamanhos de propriedades e na minifundização de certas áreas, onde a população se adensa progressivamente vindo em vários casos a nuclear-se em pequenos povoados.¹²

11 Cf. BITTENCOURT E SÁ, João F. *Resposta ao questionário constante do processo para promoção da aldeia do Espírito Santo a Vila Nova de Abrantes do Espírito Santo*. 11 out. 1758. As sucessivas concessões de terras na área Camaçari, desde o primeiro século, só poderiam ter levado a uma ocupação relativamente densa dessa área por portugueses. Cf. FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia., 1906. p. 15-27; ACCIOLE, Inácio. *Memórias históricas e políticas (1843)*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1937; TAVARES, 1964.

12 Vários dos nomes de localidades nessa área testemunham seu aparecimento em locais de antigas fazendas.

Enquanto na área do atual distrito de Abrantes formara-se, desde séculos atrás, uma organização do espaço relativamente complexa, graças ao papel catalítico desempenhado pela presença da missão jesuítica, a zona norte do município permaneceu indiferenciada, sob regime de propriedade monopolística da terra, voltada para a pecuária extensiva e ligada, até o século passado, à Casa da Torre.

Com o desmembramento dessas terras pelo fim do século XIX, passando a pequenos e médios proprietários, foram estabelecidos, na área, canaviais e pequenos engenhos – “engenhos de pau”.¹³ Em dois pontos, por sucessivas fragmentações, formaram-se as atuais nucleações de São Bento e Bom Jesus.

As poucas engenhocas que chegaram ao século XX desapareceram pelos anos 1930. Daí para cá, verificaram-se duas tendências que se mantiveram até mais ou menos 1950. A primeira resultou na cristalização da estrutura fundiária, segundo a qual antigos proprietários ou herdeiros seus mantêm a posse da terra, porém sob muito baixa produtividade. Nessas condições, o principal produto comercial é o coco, cultivado extensivamente e, ao lado deste, subsidiariamente, uma pequena pecuária e a produção de subsistência. Predominavam aí, em 1960, a parceria e, secundariamente, o “dia dado”¹⁴ de trabalho e o arrendamento da terra. A orientação para o mercado era muito reduzida e praticamente ausente qualquer esforço de capitalização.

A segunda tendência resultou, como em Abrantes, na minifundização de certas áreas, multiplicando os chamados “sítios” – pequenos lotes de cerca de três a oito hectares ou ainda menores, às vezes de menos de meio hectare. A pequena extensão dessas áreas inibe a produção de subsistência, que exige, com seu caráter itinerante, uma disponibilidade de terra pelo menos três vezes superior à área cultivada por ano. Em consequência disso, os proprietários de sítios dedicam-se à cultura do coqueiro e recorrem à parceria e ao arrendamento de terras de terceiros, quando as suas são extremamente pequenas ou impróprias a qualquer cultivo.

A porção oeste do município – compreendendo os atuais distritos de Camaçari e de Dias d’Ávila –, das margens do Joanes aos extensos “tabuleiros” e planícies centrais e atingindo, ao norte, as margens do Jacuípe, permanece ainda hoje sob o regime da grande propriedade, ainda que a terra se tenha progressivamente fragmentado.

13 REGISTRO de terras da Câmara Municipal da Vila de Abrantes. Arquivo Público do Estado. 1859.

14 A prestação de serviço por conta do uso da terra.

A vinculação mais intensa dessa parte do município com a área da cana como também as facilidades relativas de comunicação com a capital – à qual se liga por via férrea desde 1860 – concorreram para a permanência da área sob controle de um número relativamente reduzido de proprietários, antigos donos ou novos compradores, incapazes de explorar suas terras produtivamente ou simplesmente interessados na especulação imobiliária. Em qualquer caso, dessa situação resultou um movimento de dispersão ou ao menos de não fixação da população, ao tempo em que se intensificou a exploração predatória e contínua da cobertura florestal.

Na parte mais central do município, a partir da estrada de ferro para a costa, as áreas de “tabuleiros” e as planícies sedimentares permaneceram totalmente abandonadas, às vezes como terras devolutas, até praticamente o meado do decênio de 1950. Havia, até o meio da década de 1960, esporádicas explorações de tabatinga e, nos limites dos “tabuleiros” com as áreas de colinas, algumas olarias produzindo para o mercado local.

A faixa litorânea do município organizou-se em função da expansão da cultura do coco, respondendo ao problema dos excedentes de mão de obra que se formavam no interior com o desenvolvimento da pesca, responsável por um cordão de povoados costeiros.¹⁵

Assim é que, no meado deste século [XX], as atividades econômicas da área apresentavam-se organizadas espacialmente de modo mais ou menos nítido: na costa, uma estreita faixa de coqueiros, às vezes não ultrapassando mais de quatro filas de árvores. Em seguida, no restante da planície litorânea, havia reduzidas “roças” de subsistência, até que em volta dos pequenos povoados, no limite da faixa litorânea com os terrenos de argila, realizava-se uma pequena agricultura de subsistência, aliada também em reduzida escala ao cultivo de coqueiros.

Na porção sul do município – distrito de Abrantes –, a atividade típica era a agricultura de subsistência, esporadicamente a pecuária. A nordeste – distrito de Monte Gordo –, a cultura do coco aliava-se à produção de subsistência e à pequena pecuária. Mais para o interior ainda da zona norte, à margem esquerda do Pojuca,

15 Segundo a tradição oral da zona de Jauá, esse local fora ponto de desembarque de escravos no século passado. No início do século XX, teria apenas quatro casas. Depois de 1910, por cerca de dez anos, para lá foram numerosos indivíduos, cujos sobrenomes são os da população atual. As famílias de residência mais antiga no local tendem a apresentar maior aparência de descendência negra e mesmo a maioria dos indivíduos mais escuros.

e no limite oeste do município, à margem esquerda do Joanes, onde a ocupação era, e o é ainda hoje, rala, persistiam algumas reservas de mata, nas quais se praticava a agricultura de subsistência aliada à produção de carvão vegetal.

Obviamente, essa distribuição jamais se tornara rígida. A atividade pecuária, por exemplo, esteve sempre mais ou menos presente em todo o município, menos ligada a variações do meio, que lhe é ali geralmente propício, do que à dinâmica econômica da região. O cultivo do coco, também, apesar de sua dominância na costa e no nordeste, tornou-se mais ou menos disseminado no município, tendendo a expandir-se progressivamente na zona de colinas e penetrando, na década de 1960, as planícies internas de sedimentação. E a produção do carvão, embora mais típica das áreas anteriormente mencionadas, era praticada também em vários pontos do município, a depender da existência do que restasse de mata.

Em 1960, a população do município distribuía-se, em sua grande parte, em povoados que começam a partir de 10 a 20 até 250 casas e em dois centros urbanos maiores – a sede municipal e a sede do distrito de Dias d’Ávila.¹⁶ Ao longo da estrada de ferro, estão os três núcleos distantes e isolados entre si: Parafuso, com aproximadamente 700 habitantes; Camaçari, com 5.342; e Dias d’Ávila, com 2.519, naquele ano.

A outra linha de núcleos demográficos situa-se nos limites da faixa litorânea, com as primeiras colinas, incluindo como principais núcleos; ao sul, Abrantes, Sucupió, Guagirus, Maracaiúba, Areias e Açu; ao norte, Coqueiro, Pau d’Arco, Monte Gordo, São Bento, Bom Jesus, Barra de Pojuca e Pojuquinha.

O terceiro eixo de povoados é constituído pelos arraiais pesqueiros de Busca Vida, Jauá, Arembepe e Porto de Guarajuba. Embora fora dos limites do município, pode-se incluir, entre os últimos, o arraial de Praia do Forte, com intensas relações com a zona de Pojuca e Pojuquinha.

Entre essas três linhas de ocupação, a população se distribuía, de um modo geral, em campo aberto, sendo quase desertos os “tabuleiros” e planícies centrais e a parte interior da planície costeira.

Em termos socioeconômicos, essa população se estratifica em três níveis:

16 Distrito desmembrado no decênio de 1950 do distrito-sede de Camaçari, divisão ignorada no presente trabalho, em vista das semelhanças geoeconômicas e demográficas da área de Dias d’Ávila com a parte que restou do distrito-sede.

1. proprietários rurais residentes, proprietários de áreas de tamanho variável, em geral entre 40 e 500 ha; donos de casas de negócio; empreiteiros de obras, grande parte dos funcionários públicos de carteira; proprietários de pequenas indústrias e administradores das empresas maiores. Em termos do sistema social global, evidentemente, esse grupo integra um estrato de renda média, possivelmente mais próximos dos limites inferiores da “classe média”, vista em âmbito regional;
2. lavradores, proprietários de sítios, que oscilam entre 10 e 40 ha, variavelmente aproveitados; “donos de venda”, pequenos armazéns; pequenos negociantes de peixe e produtos agrícolas; proprietários de pequenas olarias; mestres de pesca; oficiais de construção civil; certa parte do funcionalismo público; operários industriais semiquualificados. Para a maioria da população local, esse grupo é o intérprete mais direto da ordem política e moral dominante e o intermediário nas relações políticas e sociais com os membros do grupo superior. Seus participantes são cabos eleitorais de políticos municipais, inspetores de quartelão, que auxiliam o trabalho de delegados e subdelegados; e, como empreiteiros de trabalho, são os recrutadores de mão de obra para os empreendimentos particulares e públicos em operação na área;
3. cultivadores sem terra – sejam arrendatários, parceiros, assalariados e proprietários de minifúndios; operários não qualificados da construção civil e da indústria; empregados de balcão, empregados domésticos; soldados; serventes e trabalhadores braçais em órgãos públicos; pescadores. Dentro da escala local de prestígio, esse grupo divide-se entre o “lavrador”, trabalhador por conta própria, proprietário, ainda que de pequeníssimo lote e, possivelmente, arrendatário ou parceiro em terras alheias ou simplesmente arrendatário ou parceiro; e, do outro lado, o trabalhador “de aluguel”, “a ganho”, “a dia” apenas, que, na expressão local, “se aluga”, “vende o dia”, “trabalha para os outros”. Essa última categoria, ainda reduzida nas áreas rurais, cresce rapidamente desde o fim da década de 1950.

Como duas categorias sociais também vinculadas à estrutura social local, vale citar o grande proprietário ausente, displicente pela produção e indiferente

quanto a assuntos de âmbito local, dono de terras que geralmente pouco lhe rendem e apenas aguardam valorização; e a figura em emergência do moderno produtor capitalista, agrícola ou industrial, que, na maioria das vezes, tem perante a região relações extremamente especializadas.

A EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

De 1940 a 1960, a área total coberta por estabelecimentos rurais em Camaçari elevou-se de 29.638 a 75.413 ha. Essa expansão, que se acelerou na última das duas décadas, com um acréscimo que correspondeu a 78% sobre a área ocupada em 1950, decorreu basicamente de operações especulativas inspiradas pela perspectiva de valorização da terra, por força da crescente integração da área com Salvador e da projetada localização do complexo petroquímico no distrito sede do município e do centro industrial da região de Salvador na área vizinha de Aratu.

Além disso, as descobertas de depósitos de caolim branco na área centro-oeste do município e de um lençol de água mineral no distrito de Dias d'Ávila também concorreram para a generalizada corrida pela terra.

Apesar disso, verificaram-se também certas alterações no setor agropecuário, cuja tendência predominante foi a expansão das áreas de lavoura. Ainda que a área total dos estabelecimentos se tenha expandido em todo o município, incorporando extensas zonas estéreis de “tabuleiro” e das planícies sedimentares internas, a área cultivada, em 1960, alcançou 13,1% da área total ocupada, representando, portanto, um considerável avanço sobre 1950, quando aquela percentagem era de 3,4%.

Enquanto a área total ocupada por estabelecimentos agrícolas crescera, entre 1950 e 1960, na razão de 78%, a área de lavoura se expandiu em 583% sobre a registrada em 1950, passando de 1.845 a 9.876 ha. Contudo, essa expansão reflete muito mais a instalação de três colônias agrícolas ao sul do município e a utilização de trechos das planícies internas com cultivos extensivos do que um processo interno de transformação do setor primário.

O crescimento demográfico, a criação das colônias agrícolas e o estímulo por elas trazido à produção de consumo alimentar imediato no sul do município

foram os principais fatores de elevação da taxa de utilização do solo no período considerado. Todavia, coube à pecuária e ao cultivo do coqueiro a contribuição mais efetiva para a expansão da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários e da área de lavoura em particular, excluída a especulação imobiliária.

Embora com a desvantagem de um longo período de maturação e com altos custos de implantação, o cultivo do coqueiro representa um investimento de rentabilidade assegurada e de fácil administração e baixos custos de manutenção. Por essas razões, constituiu uma atração perante investidores estabelecidos em outros setores de atividade ou mesmo em diferentes ramos agropecuários, fora da área.

Quanto à pecuária, a expansão foi reduzida em termos do volume físico do rebanho – 56% entre 1950 e 1960. Contudo, o seu papel foi extremamente significativo no processo de acumulação e fixação de poupança e na redistribuição da terra, além das implicações socioestruturais desses processos.

Sob a recessão econômica que atingiu o Recôncavo até a década de 1950, a atividade pecuária no município manteve-se praticamente estacionária, representando apenas uma espécie de recurso de sobrevivência de certos estabelecimentos, num regime de generalizada descapitalização.¹⁷

A partir de 1950, entretanto, essa atividade tem-se tornado um dos veículos de penetração de produções comerciais nas áreas rurais do município. Não se trata do crescimento de pequenos rebanhos dispersos, subsidiários e outras formas de atividade e fontes de renda, mas de uma expansão da atividade pecuária em pontos isolados do município, concentrada em estabelecimentos de área relativamente extensa.

17 Ver, por exemplo, sobre os ciclos de conjuntura na Bahia: MATTOSO, 1973.

Camaçari (BA) | Estabelecimentos agropecuários
Número e área total — 1940/1950/1960

INDICADORES	ESTABELECIMENTO (N)			ÁREA TOTAL (HA)			ESTABELECIMENTO (%)			ÁREA TOTAL (%)			ÁREA MÉDIA (HA/N)		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Classe de área \ ano															
0	—	8	98	—	6	61	—	2,2	11,3	—	0,0	0,1	—	0,8	0,6
1	—	12	83	17	16	126	4,2	3,3	9,5	0,1	0,0	0,2	1,4	1,3	1,5
2	—	36	64	121	214	491	12,8	17,4	17,0	0,4	0,5	0,7	3,4	3,3	3,3
5	—	66	54	115	479	888	23,5	14,7	13,3	1,6	0,9	1,2	7,3	6,7	7,7
10	—	57	61	108	797	821	20,3	16,6	12,4	2,7	1,9	2,0	14,0	13,5	14,0
20	—	44	65	172	1.399	1.873	15,7	17,8	19,8	4,7	4,4	6,8	31,8	28,8	29,7
50	—	13	32	98	926	2.271	4,6	8,7	5,5	3,1	5,4	4,8	71,2	71,0	75,4
100	—	200	13	35	1.806	2.351	4,6	4,9	4,0	6,1	5,0	6,4	138,9	130,6	136,8
200	—	500	26	32	7.770	9.775	9,3	8,7	4,3	26,2	23,1	14,4	298,8	305,5	295,7
500	—	1.000	9	13	5.742	8.933	3,2	3,5	1,7	19,4	21,1	12,6	638,0	687,2	676,7
1.000	—	2.000	3	4	10.581	4.639	6,747	1,1	1,1	0,6	35,7	11,0	3.927,0	1.159,8	1.349,4
2.000	—	5.000(1)	2	4	—	11.000	9.496	0,7	1,1	0,4	—	26,1	—	2.750,0	3.165,3
5.000	—	10.000(1)	—	—	—	—	9.583	—	—	0,1	—	—	—	—	9.583,0
10.000 e mais	—	—	—	—	—	—	12.600	—	—	0,1	—	—	—	—	12.600,0
TOTAL	281	367	868	29.638	42.250	75.428	100	100	100	100	100	100	—	—	86,90

Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento e Censo Agrícola, Bahia (1960).

Nota: essas classes correspondem, em 1940, respectivamente a 1.000 a 2.500 e 2.500 a 5.000.

O que, em realidade, ocorreu foi o desenvolvimento de uma pecuária de proporções médias, para corte ou voltada para a produção do leite, ao lado de uma pequena pecuária de consumo local, ainda remanescente da atividade pecuária precedente, subsidiária à atividade agrícola.

No primeiro caso, o recurso à pecuária associou-se ao aparecimento de novos proprietários na região, quase sempre absentistas e que recorrem a ela como um recurso tático simultâneo de aplicação de poupança e de posse efetiva das áreas de que são titulares. Nesse caso, a criação é feita em bases tecnológicas e organizacionais bastante rudimentares, sob uma baixa taxa de utilização do solo e reduzido emprego de mão de obra.

Já a criação do gado leiteiro, que envolve procedimentos mais complexos e uma utilização mais intensiva da terra, com pastagens cultivadas e arroteamento de pastos naturais, tornou-se uma alternativa muito menos frequente.

No caso da pequena pecuária, a tendência verificada, no decênio de 1950, foi a de ser um instrumento de manutenção do nível de renda de produtores descapitalizados e sob deficiente integração no mercado regional ou de se tornar um veículo de acumulação primitiva, tendente a produzir uma pecuária de porte médio de estilo capitalista.

Num município com terras sob crescente valorização, em virtude de sua localização face à capital do estado e às atividades industriais a estabelecerem-se na área, a expansão da pecuária representou, na verdade, um veículo de penetração capitalista, num regime de exploração que se faz valer de baixos custos de operação, aliados à curta maturação do investimento e à simplicidade de administração da empresa.

Durante todo esse período, a distribuição da terra condicionou e refletiu essa evolução da produção. De 1940 a 1960, a minifundização foi a tendência predominante, não em prejuízo da grande propriedade, mas dos pequenos estabelecimentos de 1940. Com efeito, unidades de menos de 5 ha, que constituíam 17% dos estabelecimentos agrícolas em 1940, passam a constituir 37,8% do número total de parcelas em 1960, enquanto diminui a percentagem dos estabelecimentos de 5 a 20 ha, passando de 43,8% a 25,7% em 1960.

Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento das unidades de 20 a 50 ha, em parte refletindo os desmembramentos resultantes da criação de 107 lotes coloniais com áreas médias de 15 a 40 ha. Mas, no conjunto, os estabelecimentos de menos de 50 ha conservam a mesma participação na área total ocupada: 9,5 em

1940, e 10 em 1960. Enquanto isso, os médios e grandes estabelecimentos de mais de 200 ha expandem-se ao ponto de ocupar 81,3% da área total dos estabelecimentos, expansão que provavelmente deriva, nesse período, tanto da aglutinação de estabelecimentos menores em unidades maiores quanto da conquista de áreas devolutas.

Além do que possam revelar os dados censitários quanto à tendência à concentração da terra, a experiência de campo mostra decisivamente que, nos anos que precedem 1960, foram frequentes as reaglutinações de áreas confinantes e a concentração da propriedade, por compra em separado de diversas áreas não contíguas.

Na história recente da terra no município, as áreas de 20 a 50 ha constituem, tipicamente, uma forma instável entre a grande ou média propriedade em fragmentação e o minifúndio, ou, ultimamente, um tipo de estabelecimento sujeito à aglutinação em unidades maiores.

Quanto a estabelecimentos de menos de 50 ha, a forma típica de reaglutinação ocorre entre herdeiros, um deles adquirindo por compra a parte dos demais. O outro padrão de concentração da propriedade é resultante da compra sucessiva de áreas contíguas ou não, por indivíduos de fora da região, com fins mais puramente especulativos do que a título de investimento reprodutivo em caráter imediato.

Frequentemente, tais proprietários associam a compra à requisição de áreas devolutas. Um dos principais empreendimentos agrícolas da região, dispendo de uma área contígua de mais de mil hectares, resulta da compra de três parcelas particulares e da requisição de uma área de terras devolutas ao estado. Em outro caso, seis estabelecimentos não confinantes compõem um conjunto sob controle unificado, somando um total superior a 4 mil hectares. Um dos maiores proprietários locais, por exemplo, era titular de pelo menos oito diferentes estabelecimentos no início de 1960.

Em todos os casos estudados de grandes explorações caracterizadas por compras sucessivas de diferentes áreas, seus proprietários são pessoas estranhas à área, produtores agropecuários em outros pontos do estado ou comerciantes e profissionais liberais sediados na capital.

A concentração da terra ocorre, assim, não só pela reaglutinação e pela ocupação de extensas áreas devolutas, mas ainda pelo fenômeno invisível através dos dados censitários, da compra sucessiva por um mesmo indivíduo de diversos estabelecimentos não contíguos ou mantidos cada um sob administração independente.

Por outro lado, a concentração da propriedade resulta de dois processos principais: da expansão de empreendimentos agrícolas e/ou pecuários de tipo capitalista e da especulação da terra decorrente das vantagens locais do município face à capital e ao futuro principal núcleo industrial do estado.

A evolução recente da distribuição da terra em Camaçari obedece, assim, a um padrão usual no Recôncavo, segundo o qual aos momentos de prosperidade econômica corresponde uma tendência à concentração da propriedade, ao tempo em que as fases de retração implicam a fragmentação de áreas e, de outro lado, a estagnação de grandes propriedades, sob uma administração omissa ou displacente, com baixa atividade produtiva.¹⁸ O saldo final tem sido a minifundização, de um lado, e a concentração da propriedade, de outro, contrariado no caso estudado apenas pela interferência direta de origem governamental, expressa, como vimos, nas experiências de colonização ou por força de loteamentos especulativos na periferia das concentrações urbanas.

PADRÕES DE USO DA TERRA

Em termos da área cultivada, o cultivo do coqueiro, ocupando 1.660 ha em 1961¹⁹ e em visível expansão, em 1960, constitui cada vez mais a principal produção agrícola local.

Essa lavoura apresentava-se, no início da década, no município, sob três estágios distintos: velhos coqueiros, em que são frequentes árvores de 30 e mais anos resultantes do plantio ocasional, em alguns casos, ou de decadentes plantações feitas pelos anos 1920, particularmente na costa; plantações sistemáticas, embora sob trato muito rudimentar, implantadas nas décadas de 1940 e 1950; e grandes novas plantações promovidas sob razoáveis padrões técnicos por compradores recentes de terras no município.

18 Ver, por exemplo: SCHWARTZ, Stuart B. Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 147-198; SCHWARTZ, Stuart B. *Elites políticas and the growth of a peasantry in late colonial Brazil*. [19--?]. Inédito.

19 Estimativa do Departamento Estadual de Estatística, Bahia.

Camaçari (BA) | Estabelecimentos agropecuários
Recursos de produção – 1950-1960

Indicadores ANO	Estabeleci- mentos	Área		Pessoal/ ocupado	Tratores	Arados	Bovinos	Pessoal/ estabeleci- mento	Área de lavoura/ área total	Área total/ pessoal	Área de lavoura/ pessoal	Área total/ tratores	Pessoal/ tratores
		Total (ha)	de lavoura (ha)										
1950	367	42.250	1.453	1.845	4	13	3.584	5,0	3,4	22,9	0,8	10.563	461
1960	868	72.428	9.876	3.984	37	41	5.622	4,6	13,1	18,9	2,5	2.039	108

Fonte: Censos agrícolas, Brasil (1950-1960).

A baixa taxa de ocupação da mão de obra nessa lavoura tornar-se-á, porém, menos significativa na área do que à primeira vista poderá parecer. De fato, em termos de mão de obra empregada, a agricultura tradicional de subsistência é a forma dominante de atividade agrícola ainda.

Com uma área que, possivelmente, supera aquela oficialmente registrada, a produção de artigos de subsistência cobre não menos de 200 ha, contando-se apenas o plantio de mandioca. Essa produção é tipicamente feita em “roças”, termo que designa a exploração de uma área de geralmente um hectare com uma cultura alimentar temporária dominante, de fins comerciais, associada a culturas alimentares para consumo próprio do lavrador. A designação aplica-se a áreas sob variadas formas de posse permanente ou temporária da terra.

Além de principal absorvente de mão de obra, a importância da lavoura de subsistência deriva de várias outras razões: primeiro, está quase invariavelmente presente em todos os estabelecimentos agrícolas locais; depois, prevalece-se de grande parte das áreas mais férteis da região. Além disso, a sua produção constitui, invariavelmente, para o “lavrador” local – proprietário rendeiro ou parceiro –, um elemento obrigatório de composição de sua renda bruta. Finalmente, a “roça” de subsistência ocorre, também, associada à implantação de culturas permanentes e à abertura de pastagens.

As formas mais tradicionais de “roça” são, primeiro, aquela vinculada às pequenas propriedades de cerca de três hectares, distribuídas em redor dos núcleos populacionais situados nas terras mais férteis; e, segundo, aquela praticada nas grandes propriedades das zonas de colina e às margens dos principais rios, em que tal produção é feita basicamente por lavradores sem terra, em regime de parceria da produção ou de arrendamento da terra. Em qualquer caso, a “roça” em si ocupa, em geral, de meia a quatro tarefas e é trabalhada por um só homem ou por ele e sua família. Seu tamanho deriva, geralmente, dessa disponibilidade de força de trabalho.

A natureza do solo em Camaçari exige, para uma “boa” roça, a disponibilidade de uma área que inclua uma parte alta e outra de “baixada”, de modo a garantir uma produção de inverno a verão. A falta de renda e de capital em mãos do lavrador para o sustento de sua família na fase do plantio e para o eventual pagamento de mão de obra extra impõe, ainda, que a área obtida tenha uma cobertura vegetal aproveitável para o fabrico de carvão, cuja venda proporciona os recursos necessários até a colheita.

A “roça” alia-se também à abertura de pastos, representando para o proprietário uma forma de “limpa” autofinanciável. A outra condição de recurso à agricultura alimentar tradicional liga-se à expansão recente de culturas comerciais permanentes. Nesses casos, a mandioca, que é geralmente o cultivo preferido, é plantada logo em seguida à implantação da cultura permanente, entre os espaços deixados pela última. No caso de coqueirais, as “roças” são feitas até o quinto ou sexto ano, se muito, desaparecendo com o desenvolvimento das novas árvores e podendo ser repetidas vários anos depois, aproveitando os espaços não sombreados entre as plantas crescidas. São frequentes “roças” plantadas entre árvores antigas nos ralos coqueirais da orla marítima.

Ao lado da “roça” de subsistência, a outra atividade amplamente difundida na área, em pontos onde ainda resta alguma mata, é a produção pura e simples de carvão vegetal ou a extração de madeira para lenha. Nessas áreas, enquanto a cultura de subsistência cabe em geral a parceiros e, às vezes, rendeiros que, como vimos, iniciam o trabalho com a produção do carvão, certos proprietários promovem diretamente a derrubada da madeira sem a subsequente utilização agrícola do solo.

A pecuária é outra atividade generalizada na área e apresenta-se segundo três padrões básicos: criatórios extensivos de gado da terra para corte; criações mais intensivas de gado semirraciado para a produção leiteira e criações, em pequena escala, da mais variada composição – bovinos, suínos, caprinos, ovinos –, subsidiárias à atividade agrícola e voltadas para o consumo local.

O primeiro tipo de criatório – a pecuária extensiva de “gado da terra” – foi, como se sabe, atividade importante no passado.²⁰ Durante toda a primeira metade do século XX, não parece que tenha se expandido. Ainda assim, à medida que se desorganizaram as antigas fazendas locais e que se desenvolveram as vinculações das estações de estrada de ferro com a capital, grandes áreas passaram por compra, algumas vezes em leilões em hasta pública, às mãos de comerciantes ou profissionais residentes na capital, ou de produtores de outras áreas do estado. Estes, de um modo geral, recorreram à pecuária extensiva como um meio da utilização efetiva da terra e de fixação de poupanças.

O mecanismo de expansão e retração desse tipo de atividade liga-se, particularmente, às oscilações da função empresarial. Em passado recente, nas proprie-

20 A presença de gado para corte e tração na periferia da área de produção de cana é documentada por inúmeras fontes contemporâneas. Ver, por exemplo: SCHWARTZ, 1973.

dades onde a deficiência do capital ou ausência pessoal dos proprietários dificultou uma exploração efetiva em termos agrícolas, a atividade pecuária tornou-se um recurso de manutenção da propriedade da terra. Tanto que, em áreas de solo mais fértil, uma vez intensificada a demanda pela terra, a produção pecuária extensiva foi ocasionalmente expulsa em favor da agricultura.

Presentemente, a situação é diferente. A pecuária extensiva utiliza-se de certas áreas de tabuleiros e de solos laterizados das colinas, ocorrendo a depender da existência da grande propriedade e cada vez mais ligada a novos compradores.

Tais criatórios representam uma forma de inversão bastante atraente para o proprietário ausente, motivado pela expectativa de valorização da terra e de manutenção de patrimônio. Com exceção da construção de um cercado, que muitas vezes é dispensado graças à frequente existência de cursos de água, a fazenda de gado para corte não requer outras instalações, utilizando uma reduzida mão de obra remunerada em bases extremamente baixas.

Esse tipo de pecuária constitui, pois, uma forma de ocupação do solo com três vantagens principais: a relativa liquidez do investimento, a extrema facilidade de manejo da produção e seus baixos custos de operação.

O segundo tipo de criação – a do gado leiteiro – tem sido mais ou menos constante nas áreas sul e oeste do município, ao menos no século XX. Contudo, essa produção, como o cultivo de laranja e outros produtos do pomar, está tão intimamente ligada também a proprietários provindos de fora da região e ao absenteísmo e transitoriedade deles que a sua história é marcada por sucessivos altos e baixos.²¹

Criatórios de gado leiteiro ocorrem na zona sudoeste e oeste do município, aproveitando-se de terrenos de relevo diversificado e de melhores solos, em que são possíveis o cultivo de pastos artificiais e o suprimento de boas aguadas. Esse tipo de pecuária exige uma parcela relativamente grande de capital fixo e instalações e inversões contínuas em pastos cultivados e na compra de animais raciados.

Por outro lado, a complexidade do trato do gado leiteiro exige, da parte do produtor, um nível cultural mais alto e um controle mais intenso das atividades de produção. Acresce que, não existindo, até o início da década de 1960, um sistema

21 Essa parece ter sido uma característica comum a toda a bacia leiteira que abastecia Salvador no meado do século. Cf. ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Problemas do abastecimento do leite em Salvador*. Salvador: CPE, 1959. Ver Tabelas 11 a 17.

regional integrado de escoamento da produção e não constituindo os núcleos locais um mercado suficiente para a produção leiteira, o produtor é obrigado a prover-se de transporte próprio para conduzir o leite fresco ao consumidor na capital.²²

Tudo isso tornou inacessível a produção leiteira aos médios e grandes proprietários residentes, geralmente descapitalizados e não familiarizados com processos mais complexos de produção e com os canais muito pessoais de comercialização do leite em Salvador, na época. Assim, as tentativas de criação de gado leiteiro têm sido feitas sempre por produtores vindos de fora da região, proprietários transitória ou permanentemente ausentes, dispendo de certo capital e exercendo supervisão ainda que indireta da exploração.

Contudo, apesar da relativa complexidade de operações envolvidas nesse tipo de pecuária, para esses proprietários, em geral de nível educacional alto e habituados a ocupações urbanas, a produção de leite representa uma atração em vista de sua relativa rentabilidade e fácil manejo administrativo.

Entretanto, a tênue vinculação desses proprietários com a terra, que para si é fundamentalmente um bem patrimonial, leva facilmente ao abandono de tais iniciativas. O primeiro obstáculo à comercialização do leite, por exemplo, ou à regular administração da fazenda, como a perda de um administrador que vinha antes “tomando conta” dela, é pretexto para o desmantelamento da produção.

Não raro, o motivo é totalmente estranho à atividade e ao estabelecimento em particular, vinculando-se a circunstâncias ocasionais da vida pessoal do proprietário ou de sua família residente em Salvador. Em consequência, frequentemente, encontram-se instalações totalmente abandonadas, às vezes em ruínas, em meio a propriedades semidesertas entregues a um antigo empregado ou parente idoso do proprietário, sem meios nem autorização para utilizar as terras.

Compreende-se por que, embora a proximidade do mercado de Salvador seja naturalmente um forte incentivo a tal atividade, a natureza da relação produtor-terra não favorece o desenvolvimento progressivo e estável da produção leiteira, que assume, por isso, um caráter intermitente.

O terceiro tipo de atividade pecuária é aquele já referido, praticado em pequena escala, partindo de duas ou três cabeças de gado, cujo rebanho se expande, em geral, quase que tão somente ao ritmo do seu crescimento natural. Esse tipo de

22 ALMEIDA, 1959.

criação sempre esteve presente no município e é praticado por um número considerável de pequenos produtores. Sua principal peculiaridade é a de ser parte de um sistema de economia semifechada em que exatamente é o animal vendido localmente – rês, bovino, porco, carneiro – que constitui a única produção comercial, às vezes aliada à do coco.

TIPOS DE UNIDADES DE PRODUÇÃO

As produções aqui relacionadas, na realidade, aparecem raramente isoladas, mas em complexos típicos, segundo padrões específicos de associação entre elas.

Em primeiro lugar, devido à importância da área e pela mão de obra que absorvem, estão as médias e grandes fazendas subutilizadas das áreas de colina e das margens do Joanes, onde se pratica a “roça” e se produz o carvão vegetal. Nessas fazendas, a área utilizada é ínfima em relação à extensão do estabelecimento, e a economia é predatória por excelência, seja na derrubada sistemática da mata, seja na destruição direta ou indireta do solo, com um saldo crescente de terrenos empobrecidos.

O outro tipo de estabelecimento, segundo em importância pela área que ocupa e pelo volume de população que dela depende, é a fazenda tradicional de coco no litoral. São grandes extensões de coqueirais antigos, entre os quais se pratica uma pequena agricultura de subsistência ou, em alguns casos, a pequena pecuária para consumo local.

Nas grandes propriedades – marcadas, em geral, pelo absenteísmo dos proprietários –, a produção de subsistência é feita em escala muito reduzida pela pequena mão de obra permanente existente na fazenda ou, esporadicamente, por lavradores sem terra, residentes nos núcleos costeiros. O proprietário da terra e sua família, mesmo quando presentes, geralmente abstêm-se da pequena agricultura, pois a produção comercial do coco é relativamente grande em volume.

Nas explorações de área média ou pequena – geralmente de proprietários residentes –, o baixo volume de renda propiciada pela venda do coco induz o recurso a outras atividades por parte do produtor e de sua família. Nesses casos, a densidade de ocupação da terra com culturas anuais é muito mais alta e a associação com a pequena pecuária é frequente. A produção de subsistência é

praticada, muitas vezes, pelo próprio produtor em regime de família extensa, mas é também facilitada a parceiros, rendeiros e moradores. O gado criado entre o coqueiral é geralmente objeto de trato do produtor e de membros de sua família. Tais características permitem considerar esse tipo de estabelecimento como um padrão à parte, o terceiro entre os aqui relacionados.

O quarto tipo de unidade produtiva é o “sítio” de coqueiros, pequenas áreas onde praticamente o coqueiro é a única cultura. Frequentemente, o sítio resulta da fragmentação da terra por herança. Em certos casos, essa fragmentação é posterior ao estabelecimento do cultivo do coco; em outros, esse é um recurso de utilização mais rentável da terra, nessas glebas ínfimas, onde são inviáveis culturas anuais, devido à rápida exaustão do solo.

Nos estabelecimentos de grande extensão, a relação área cultivada-área total jamais põe em eminência o perigo da falta de terra. Há uma espécie de fronteira aberta. Mas, nos estabelecimentos de pequena área, a terra rapidamente se esgota, daí porque seus proprietários são levados a recorrer a culturas permanentes, inserindo-se no sistema de produção comercial. Tem-se, então, paradoxalmente, de um lado, às vezes o grande e médio proprietário sob uma economia reduzida voltada para o mercado e, de outro, o proprietário de minifúndio, frequentemente dependente da produção comercial apenas.

Outra linha de origem do sítio é a fixação de antigos rendeiros que plantaram em terras arrendadas vários pés de coqueiro e, assim, fixaram-se permanentemente no local. Os sítios dessa origem têm uma tendência a desaparecer ou a não mais se formar, em virtude de os proprietários atuais vetarem a rendeiros, moradores e parceiros o plantio de plantas permanentes, justamente pelo temor de fixação destes na terra.

Uma variante desse padrão é o quintal de fundo de casa nos núcleos populacionais. Aí, mesmo sob baixa rentabilidade, pratica-se uma limitada agricultura alimentar que se resume quase que apenas à horticultura de pauta tradicional – jiló, tempero verde, leguminosas, tomate de rama, maxixe e ervas medicinais, com a presença de alguns poucos pés de coqueiro.

O quinto tipo de unidade, importante em particular pela área relativa que ocupa, se bem que muito menos pela mão de obra que engaja, é a fazenda de criação extensiva de gado de corte. Nesse tipo de estabelecimento, é possível encontrar ou frequentemente encontram-se limitadas áreas sob cultivo de “roças”,

praticadas pela reduzida mão de obra permanente ou por eventuais arrendatários e parceiros residentes de fora.

A tendência, porém, é de expulsão da lavoura de subsistência, em virtude da expansão da pecuária e da difícil proteção das “roças” contra as incursões do gado. De um modo geral, nesses estabelecimentos, não há pastagens artificiais e somente esporadicamente aparecem outras reduzidas criações do tipo “de quintal” para consumo do produtor e família ou, em alguns casos, do encarregado local da fazenda.

Outro padrão é constituído pelos estabelecimentos produtores de leite, que utilizam a terra em grande parte do modo extensivo, exceto numa pequena percentagem da área ocupada com pastos cultivados. A exigência de maior controle da produção nesses casos motiva visitas mais frequentes do proprietário, que excepcionalmente reside na fazenda, e, por essa razão, existem, com mais frequência, nesses estabelecimentos, culturas de pomar ao lado de alguma criação “de quintal”. Como nos demais estabelecimentos pecuários, a agricultura de subsistência é limitada e permanentemente ameaçada.

Finalmente, o último padrão de uso da terra representa a forma emergente de culturas permanentes, comportando crescente teor de racionalidade. Quanto às novas plantações de coco, são raros os estabelecimentos em que essa cultura liga-se exclusivamente à nova fase. Muitas vezes, é frequente a presença de velhos coqueiros ao lado de novas plantações ou mesmo de árvores antigas isoladas em meio às novas plantas.

Essa forma de utilização da terra faz-se em dois tipos principais de estabelecimento: nas pequenas propriedades de antigos residentes locais ou em alguns lotes coloniais e nos grandes estabelecimentos comprados por produtores de fora; e nos lotes coloniais e nas pequenas propriedades, as novas plantações de coqueiros com frequência subsistem, ainda, ao lado de culturas de subsistência ou são implantadas em associação com elas, aí cultivadas até cerca do quinto ano.

O sistema de implantação de culturas permanentes, associadas à agricultura de subsistência, envolve um contrato particular de trabalho com a mão de obra local. O proprietário que deseja implantar determinado número de pés de coqueiro ou outra planta propõe a um lavrador local ceder-lhe uma área na qual este deve plantar os coqueiros, inclusive às vezes fornecendo a própria semente, sem, contudo, receber qualquer remuneração em dinheiro, mas apenas o direito de utilizar da mesma terra com culturas anuais para seu consumo ou comércio.

Nas grandes propriedades, inexistem praticamente “roças” de subsistência, exceto as permitidas à mão de obra permanente, pois nem aos produtores interessa praticá-las, nem eles admitem com facilidade a cessão de áreas em arrendamento ou parceria. Nesses casos, a população permanente é bastante limitada e a tendência é expulsar por completo outras formas de utilização da terra.

Onde o cultivo é feito com grande preocupação de racionalidade, é totalmente ausente, inclusive, a associação inicial entre cultura permanente e de subsistência, pois esse padrão condiciona geralmente o nível tecnológico inferior de implantação das plantas permanentes, que, em 1960, incluíam também a mamona e o sisal.

CONCLUSÃO

De um modo geral, poder-se-ia dizer que a dinâmica do uso da terra em Camaçari, pelo meado do século XX – fase que precede a atual reestruturação da economia do Recôncavo –, derivou basicamente de dois processos: da preservação da terra sob um padrão de propriedade privada concentrada – ainda que à custa da circulação de proprietários, da intermitência de diferentes atividades produtivas e mesmo da improdutividade – e dos mecanismos de sobrevivência da população local constituída, em larga escala, por pequenos e não proprietários.

Os dois processos não estiveram, contudo, isolados. A concentração da propriedade expressou e condicionou uma importância predominante do capital como determinante da produção e submeteu, por isso, a área a uma alternância de empreendimentos descontínuos que ora requisitaram mão de obra, mas igualmente ora a dispensaram. Por sua vez, a dificuldade e a crescente impossibilidade de acesso à terra pela população local, que se acumulou com o tempo na área, permitiram uma variedade de arranjos na organização da produção, nos quais a sua participação se fez sob a mais aguda e continuada espoliação. A minifundização, um entre outros testemunhos da situação, é suficiente para demonstrá-lo.

Por outro lado, é preciso observar que dois processos presentes na área em momentos anteriores aceleraram-se a partir do meado deste século [XX]: de um lado, o avanço de monoculturas terra-e-trabalho-extensivas e a reativação da pecuária em competição com a produção de subsistência e, de outro, a

especulação da terra com a crescente resistência dos proprietários à cessão de áreas a lavradores autônomos. Em consequência, desencadeou-se um processo de desalojamento e assalariamento de grande parte dessa população, expressa nos dados censitários pelo crescimento muito maior da População Economicamente Ativa (PEA) dependente da agricultura (115,9% de 1950 a 1960) do que da população rural (23,3% no mesmo período), progressivamente concentrada em nucleações urbanas.

As características da estrutura fundiária e as oportunidades econômicas reservadas à população local constituem, assim, as duas faces de um processo em que os modos de utilização da terra se apresentam como soluções necessariamente instáveis das tensões entre as relações de produção e a dinâmica dos recursos produtivos.

Esse processo não se restringe à área e ao período estudados. A evolução da estrutura fundiária em Camaçari constitui um testemunho de processos que tem por referência o Recôncavo em sua totalidade. Contudo, há duas condições peculiares a eles que tornam muito mais evidentes aí as tendências que caracterizam a dinâmica econômica da região como um todo.

Tratando-se de uma periferia ecológica, onde as condições ambientais condicionaram uma participação física ambígua da área na produção direta da mercadoria hegemônica da região no passado e a produção essencial, porém complementar a esta – a de animais e combustíveis vegetal –, nela se tornaram mais expressos os efeitos das restrições sofridas pela produção nuclear da região.

Isso não quer dizer que as contrações da produção açucareira tivessem que resultar, necessariamente, em situações de crise em sua periferia, mas que estas puderam, com mais facilidade, pela sua diversidade física e de produção, absorver os efeitos daquelas contrações segundo padrões mais explícitos de acomodação à retração do capital. O principal motor dessas acomodações foi, nesses momentos, a necessidade de absorver a oferta de trabalho sobrando, sem, contudo, alterar a estrutura de acesso à terra.

Entretanto, a essa função conjuntural somou-se a função estrutural dessas áreas, de manter um excedente de mão de obra intolerável dentro das áreas mais propícias à produção da cana e de, ao mesmo tempo, preservar suas zonas mais ricas para as expansões cíclicas daquela produção comercial.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLE, Inácio. *Memórias históricas e políticas (1843)*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1937.
- ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Problemas do abastecimento do leite em Salvador*. Salvador: CPE, 1959.
- AZEVEDO, Thales de. *O povoamento da Cidade do Salvador*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- AZEVEDO, Thales de. *Problemas sociais da exploração do petróleo no Recôncavo*. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.
- AZEVEDO, Thales de; LINS, E. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- BARROS, F. Borges de. *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*. [S. l.: s. n.], 1923.
- BITTENCOURT E SÁ, João F. *Resposta ao questionário constante do processo para promoção da aldeia do Espírito Santo a Vila Nova de Abrantes do Espírito Santo*. 11 out. 1758.
- BONDAR, Gregório. *O coqueiro no Brasil*. [S. l.]: Instituto Cultural do Fomento Econômico da Bahia, 1939.
- CARVALHO, Ana Dias da Silva. Feira de Santana e o comércio do gado. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 28, p. 14-36, mar. 1958.
- FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia., 1906.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, rescensão de André João Antonil*. Paris: Institutdes Hautes Etudes de l'Amerique Latine, 1968.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Conjoncture et societéau Brezil a fíndu XVIII e: prix et salaires a laveille de la Revolutiondes Alfaiates, Bahia, 1778. *Cahiers des Ameriques Latines*, Paris, n. 5, p. 33-54, janv./juin 1970.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Os escravos na Bahia, no alvorecer do século XIX: estudo de um grupo social*. *Revista de História*, São Paulo, v. 48, n. 97, p. 109-135, 1974.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Os preços na Bahia de 1750 a 1930. In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NACIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. *L'histoire equantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. p. 161-182, n. 543.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. A propósito de cartas de Alforria, Bahia 1779-1850. *Anais de História*, Assis, n. 4, p. 23-52, 1972.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz; ATHAIDE, M. Johildo. Epidemias e flutuações de preços na Bahia no século XIX. In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE. *L'histoire quantitative du Brésil de 1800-1930*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. p. 183-202, n. 543.

PINHO, José Wanderley de. *História de um engenho no Recôncavo*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1944.

REGISTRO de terras da Câmara Municipal da Vila de Abrantes. Arquivo Público do Estado, 1859.

SCHWARTZ, Stuart B. *Elites políticas and the growth of a peasantry in late colonial Brazil*. [19--?]. Inédito.

SCHWARTZ, Stuart B. Free labor in a slave economy: the lavradores de cana of colonial Bahia. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 147-198.

SAMPAIO, Fernando Talma. *Aspectos da regionalização do desenvolvimento industrial: o caso baiano*. 1974. Tese (Concurso Professor Assistente) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1974.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *Aspectos da criação de vilas na Bahia*. Salvador, 1964.

VIANA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o estado da Bahia*. Bahia: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893.

ITINERÁRIO DO RECÔNCAVO E SANTO AMARO¹

Alguma coisa é indizível do Recôncavo. Memória atormentada, contida por vigilantes consolos sereníssimos. Atordoadas ternuras sonegadas. Nunca mais, agora, a palavra suportará a exatidão. Perdemos a língua. É impossível falar falando. O povoamento desbordou a inteligência.

Os que falam são poetas: Glauber, João Ubaldo, Lygia Sampaio, Pancetti, Hansen Bahia, Jorge Amado, outros. Só eles, Caetano pronuncia: “recôncavo, recôncavo, meu medo”, num poema “Língua”. É que a palavra está entalada de afeto. Os que tentaram a frase límpida, enredaram-se na armadilha dos sentidos: *Povoamento da Cidade do Salvador*, primeira ciência fora de si; depois, em *Bahia: a Cidade do Salvador e seu Mercado no século XIX*, a vida desaguando sob o rigor da medida.

Uma história inteira espera o desatino para desatar-se. Falta ao Recôncavo cumprir o círculo da tragédia. O drama é a única sentença que poderá repor o pavimento para uma outra nomeação das coisas.

1 Publicado em *Recôncavo Santo Amaro*, organizado por Maria Sampaio, dez. 1985.

“Quem chamou as oficinas que fabricam açúcar de engenhos, acertou verdadeiramente no nome”.² Pronuncia Antonil, paralisado frente à máquina do Recôncavo, assombrado com a largueza das oficinas dos engenhos reais, enxertados de grande número de escravos; reais também por moerem com água.

Dom Pedro, em sua visita a Santo Amaro, em 1859, aprecia encantado o Engenho São Lourenço, na Estrada do Sinimbu. Ainda muito mais tarde, Wanderley de Pinho acompanha o itinerário do Engenho Freguesia, em Matoim, Candeias, a partir do qual acabou escrevendo seu retrato do Recôncavo.

Os viajantes continuaram a dizer “que para tudo há terras, para tudo há comodidade, para tudo é próprio o terreno e o clima [...]”.³ Mesmo “os mangues dão caibros e mariscos e os apicus barro” para a purgação do mel e para as obras de olaria.⁴

É que o Recôncavo é ele todo engenho, maquinismo de uma natureza que atravessou eternidades – desde antes do Cretáceo aos meados do Cenozoico – industriando o cenário de outro engenho, arte dos homens, engenho e arte.

Povo e geólogos deram os nomes aos cenários: cristalino, sedimentos, *horst* e *graben*; estuários, mangues e oiteiros; terraços, relevos margosos e outros relevos; vales jovens e maduros; barreiras, falésias, tabuleiros.

De um lado, a murada testemunho da Falha de Salvador, o *horst* oriental do *graben*, vela o golfo afogado formado pelo “jogo das marés”. No *graben*, a baía “segura, larga, profunda”; “mar municipal” de Salvador, como diz Katia Mattoso.⁵

Esse *horst* teima em proteger essa baía que a cidade contempla de “olhos corroídos de sombras e naufrágios”. É Myriam Fraga.⁶ Goela entalada de lama

2 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.

3 VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v. (Coleção de Cartas, ca. 1802).

4 ANTONIL, op. cit.

5 MATTOSO, Katia M. de Q. Bahia. *A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

6 FRAGA, Myriam. *Sesmaria*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1969.

insondável: os “atoleiros molestíssimos, águas sem escoante”, de Vilhena.⁷ Grude que, seco, se encrosta em covas de intolerável incômodo.

Peneplanos, pântanos salgados e hidromorfos; vertissolos, alfissolos, ultissolos, entissolosalfi-ulti, enti-alfi... Solos. Minério em que a lavra corre em verde, em negro, em sangue. Engenho de natureza e de história. Indústria de terra e homens.

II

O trabalho dos poetas diz que o Recôncavo é “meu medo”. De todos os recôncavos, diz Florisvaldo Mattos: “na sombra, meu minério. Amargas deslembanças. O aparecido desaparecendo”.⁸ E continua:

Olhos pendem acesos da muralha,
riscando negro limo da memória [...]
Quero um espelho,
onde veja o possuído tempo unânime,
o tempo meu cortando extintos rostos,
apagados gemidos como lâminas.⁹

Barra adentro, o sedimento: massapê, matas, silões. “Caravelas virão abastecidas de fúria, de ambições, de sedes negras. Capitães e marujos epilépticos, aqui recrutam mortes para embarque. Áureos potros puxam meus avós. Galope fundo, anterior. Reino. Há poentes, há ferrugem”.¹⁰

Mem de Sá conta a conquista dessa terra, por ordem do “instrumento de serviços”. Cento e trinta e tantas aldeias de algum povo, destruídas ao primeiro golpe. Um Vietnã. Doa terras a um amigo do reino, que as doa de volta a Francisco de Sá, o filho, depois de pedir mais meia légua de testada, como lhe mandava o doador. Mem de Sá, primeiro grileiro do continente, senhor de terras, planta cana, cria gado, faz engenho. Engenho Real de Sergipe, com casa fortaleza, baluarte com telhado, 259 homens na fábrica, 95 no campo, 4 na fortaleza.

7 VILHENA, 1969.

8 MATTOS, Florisvaldo. *Reverdor*. Salvador: Macunaíma, 1965.

9 Ibid.

10 Ibid.

Negros e índios escravizados.

Nota Pedro Tomás que Frei Vicente contava que na casa fortaleza morava Mem de Sá, quando ia ao engenho ver o andamento dos serviços, ia à noite, as poucas vezes que ia, deixando um pajem na escada, para se dizer ocupado. E o pajem não mentia, “porque por onde quer que estava se ocupava...”.

Gabriel García Márquez¹¹ lembra a crônica rigorosa de um viajante florentino, que narra que “puseram o primeiro nativo que encontraram na Patagônia em frente de um espelho e que aquele gigante congestionado perdeu o uso da razão pelo pavor de olhar a sua própria imagem”. Teria sido esse nativo um dos homens da conquista, tomado por engano pelos olhos florentinos? Será difícil imaginar o horror de olhar-se no espelho, de um Gabriel Soares, que deixou em testamento um cabedal de missas a rezar pelo tormento de pecados que pecou em não querer pecar?

III

Engenho moente e corrente, o Recôncavo, nele também fizeram outros engenhos, outros senhores. “Muitos puxam por muitos gastos”, como avisa Antonil.¹² Luiz Dias Adorno viu descer nas águas de seu açude sua moenda real. De um deles, Baltazar de Aragão – o Bângala – preparou seu ataúde enquanto sonhava com a civilização que construía. “Mar oceano defronte... reparto meu horizonte... Engenho, barco ancorado ou barco de navegar”.¹³

Mem de Sá escreveu, com suas terras, outra história exemplar. herdado pelo Conde de Linhares, enreda-se, por meio século, entre as usuras, de um lado, dos jesuítas de Santo Antão de Lisboa, a quem lhe destinara Dona Felipa de Sá, de outro, as da Santa Casa da Misericórdia e dos jesuítas do Terreiro de Jesus, a que coubera pelo testamento do pai, junto com os pobres da Cidade da Bahia. Em 1633, compensadas as outras partes, jesuítas de lá e cá ganharam o coração do Recôncavo – Engenho de Sergipe do Conde: três léguas e meia de costa e quatro para o sertão, aquele de que fala Antonil.¹⁴

11 GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *A solidão da América Latina*. 1982. Mensagem no recebimento do Prêmio Nobel de Literatura de 1982.

12 ANTONIL, 1711.

13 FRAGA, 1969.

14 ANTONIL, op. cit.

São de uma ilha dessas terras os senhores de Cajaíba, de quem Gregório falava da “vida regalada que lhes forma em dois lados quatro gibas”.¹⁵

É também dessas terras São Francisco do Conde, “onde vamos ao pasto a tomar fresco. Passam as negras, fala-se burlesco, fretam-se todas”. “Há coisa como estar em São Francisco”, vai Gregório, “o peixe roda aqui; come-se grave”.¹⁶

Ali, como de resto, “impossuídas colheitas vão durando”. Florisvaldo fala aqui de outros caminhos, vias igualmente “compactas de antiguidade e resistência (como estas), geografias desconhecidas” que ainda agora Katia Mattoso descobre como um território de novas averiguações para a geomorfologia de hoje.

Há poentes, há ferrugem, atoleiros molestíssimos, águas sem escoante. Engenho, barco ancorado ou barco de navegar.¹⁷

“Querem os barcos velame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas muita lenha; a moenda toda casta de paus de lei, e muitos quintais de aço e ferro”.¹⁸ É Antonil.

O engenho do recôncavo-engenho quer a cana obrigada, os partidos arrendados, escravos de enxada e foice; mestres, banqueiros, caixeiros, feitores; moenda, bagaceira, paiol, tachos; mucamas.

Quer o trabalho carreiros, oleiros, calafates, pastores, vaqueiros, pescadores, barqueiros, lavradores obrigados.

Do trato da gente sujeita, quer a ordem ferros e chavetas, grades e alçapões.

Quer o mar municipal quadrantes, ventos, bombordos, praias, ilhas, maré, barra, brisa, mormaço, sargaço.

IV

O engenho da natureza tem seus espaços larguíssimos. Divididos. Recôncavo da cana, massapê. Um recôncavo das caieras, olarias, mandioca; silões, mangues, areiais; fundições, manufaturas. Outro recôncavo do fumo, tabuleiros. Ainda outro de lenha e gado por onde, diz Florisvaldo, Garcia d’Ávila alongou “garras lunares”.

15 MATTOS, Gregório de. *Obras completas de Gregório de Mattos*. Edição de James Amado. Salvador: Janaína, 1968.

16 Ibid.

17 MATTOS, 1965; VILHENA, 1969; MYRIAM, 1969.

18 ANTONIL, 1711.

O outro exaure esse engenho: “sei de horizontes [...] estagnados no espaço. A miséria é antiga, e tanto o abandono que a paisagem oferece lavoura de mortaldas”.¹⁹ Fernando Peres.

Passado faustoso de homens muito principais, pessoas da melhor nobreza, beneméritos senhores. Sobrançaria ativa, fidalguia. O “brio, graça, garbo e gentileza” que Gregório anota nos senhores de Itapema. Vigários, freiras e padres. Compadres. Parentes de mão torta. Donzelas e moças velhas. Mulher dama.

As estradas se alongam pelos sertões, ao Maranhão; pelos tabuleiros, às minas gerais e novas das chapadas, daí ao Rio de Janeiro.

Fornalhas moderníssimas, resistentes canas caianas e engenhos de ferro travam mais tarde luta crescente contra terra e homens. Falta lenha. Negros se aquilombam, se matam. Capitães do mato se embrenham no pé dos fugitivos. O comércio barra afora impõe os seus caprichos. Cidades reclamam do custo de vida: carne e farinha opõem senhores e cidadãos, governo da província e câmaras municipais.

Na largueza da oficina, cortam novos caminhos. Pra trás, agora, os baluartes da colônia, cidades-fortaleza que guardaram o território em que as colheitas se entranharam: Santiago do Iguape, Jaguaripe, São Francisco, Cairu. Essas não mais.

No limite dos mares, vai Milton Santos, despontam Santo Amaro e Nazaré; ali, onde o rio quebra a corrente, é Cachoeira. Mais tarde, a era do vapor solta no mar o navio que espera adiante a ferrovia.

Os comboios jogam para frente o coração da matéria. O Recôncavo salta de si, ao encontro de um sertão mais perto, entretanto fugidio.

O vapor serve também aos engenhos de cana, tomando o braço das moendas: os centrais. Mas o artefato é perverso em concentrar dinheiro e terra; mais tarde, dinheiro apenas, contra terra. Cidade colonial de sempre, a capital cobra forte agora o seu quinhão, na extensão das dívidas da lavoura. Os negócios florescem.

V

Vilhena²⁰ advertira, já no início do século, quando falava da falta de farinha de mandioca, sobre “a ambição [...] dos grandes lucros do açúcar e a muita falta

19 PERES, Fernando da Rocha. *Rurais*. Salvador: Macunaíma, 1964.

20 VILHENA, 1969.

de governo econômico [...]”. As rendas do Conselho da Cidade eram “módicas”, quando ainda cana, tabaco e algum algodão floresciam em seu recôncavo, e o sertão generosamente se abria.

Por todo o século XIX, discute-se a economia da província. Nos anos 1840, há indícios de “ponderáveis disponibilidades de moedas à procura de investimento”.²¹ Pinto de Aguiar. As minas de Assuruá, na Serra das Aroeiras na Chapada Grande, prometiam uma Califórnia ao interior. A capital prospera. Seu recôncavo, não.

Em 1857, Cansação de Sinimbu, presidente da Província, manda imprimir 2 mil exemplares de uma obra traduzida de 479 páginas sobre técnicas agrícolas. Dois anos depois, Dom Pedro, de passagem pelas mesmas terras daquele engenho do Conde, funda o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, com “avultado donativo de seu bolsinho”.

Acaba de cessar o tráfico da África, já ilegal desde 1850. Em terra, porém, o comércio do ébano continua entre províncias. Crescem os negócios da praça, também pelas riquezas que descem do sertão, saltando o Recôncavo. A Guerra da Secessão americana abre ao algodão perspectivas florescentes. O império comercial do conde Pereira Marinho alcança o seu fastígio. A cidade fervilha, enquanto ameaça de apagar o fogo dos engenhos. São os anos 1860. O beribéri desvela a fome que domina. “O domínio fincado desconhece o trabalho que a ceifa consumiu”, diz Fernando Peres.²²

O “quebramento das forças produtivas” ocupa os homens de poder. Faltam escravos, difícil é atrair colonos livres, faltam estradas, não há crédito. São precisas aulas de agricultura. A irregularidade das chuvas traz estações infelizes. Há “capitais reunidos”, derrames, cobre falso, hipotecas.²³

Desde os anos 1850, a beterraba e a cana das Antilhas já turvavam as águas do açúcar do Brasil. A debacle comercial dos Estados Unidos e a Guerra de Crimeia desanimavam a economia. Decaíam fumo e algodão. No meado da década, a *cholera morbus* tira 40 mil vidas na Província; 27 mil somente no centro econômico que é o Recôncavo. Adiante, amotinado, o povo se levanta na Cidade da Bahia pela “carne sem osso e a farinha sem caroço”.

21 AGUIAR, Manoel Pinto de. *Ensaio de história e economia*. Salvador: [Livraria Progresso], 1960.

22 PERES, 1964.

23 AZEVEDO, Thales de; LINS, Ediberto Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969. cap. I, X e XI.

Os homens temem que as mazelas do comércio, epidemias, pragas e mau tempo ameacem jogar as “classes laboriosas” na indigência. Homens de bem se suicidam. Prejuízos assomam onde se lida com o comércio da Província: Londres, Hamburgo, Paris.

VI

Ali onde se lavra a cana, os homens vêm se esforçando, de algum tempo, por aumentar a produção com novas técnicas; caldeiras queimam o bagaço ainda úmido, em vez da lenha escassa e cara. Senhores viajam a Luiziânia, para o estudo dos progressos da indústria. Experimentam-se novas máquinas de farinha. Variedades de cana vêm das Ilhas Maurício e da reunião. Sementes de algodão chegam da Carolina do Sul e da Geórgia. Da França, garrotes e carneiros.

“Floresce uma civilização empreendedora e otimista” assentada sobre o braço dos escravos, povoada de oficiais mecânicos, artistas; vendedores ambulantes, vendeiros, milicianos e desocupados. Nos teatros, espetáculos dramáticos, óperas, bailados, vaudeviles. Nos largos, fontes e coretos, retretas, filarmônicas. Hotéis franceses, alfaiatarias, lojas de moda. Ricos estojos de viagem, bengalas, cortes de fazenda, obras de cabelo, instrumentos franceses, relógios ingleses, chicotinhos, mantas, leques, ventarolas. Dentistas americanos. Professores de língua.²⁴

Casa forte e de purgar, o Recôncavo dobra, mas, entretanto, é dobrado pelo lucro da cidade. Engenho sem mais engenho, curvado cada vez mais às casas bancais e aos grandes comerciantes. Mesmo logo depois da cólera e da decadência das lavouras, a Cidade da Bahia tem meios para sustentar o seu conforto. Limpa a Vala e o Camarajipe, compra chafarizes na Europa, faz ladeiras, faz muralhas, calça o “bairro” do Comércio, a passagem da Barroquinha à Rua das Flores, a Estrada da Vitória e a Ladeira da Barra. Melhora os caminhos de Brotas, Pernambués, Rio Vermelho. Acende lampiões de gás nas ruas. Pisa mais na Estrada (histórica) das Boiadas.

Começa a ferrovia de Juazeiro. Em Santo Amaro, a primeira rodovia em Mac-Adam ruma ao Tanque da Senzala. Essa estrada “do pé leve”, projeto dos homens de negócio, quer avançar sobre a lama insondável, com mais de 500

24 AZEVEDO; LINS, 1969.

homens na folha diária. A outra, a Estrada de Simimbu, vai da Leal Cidade, pelo Engenho Europa, a Alagoinhas.

A partir daí, “as estradas vicinais se afrouxam, se entortam para os trapiches dos portos”. É Fábio Paes.²⁵ “Experiências metálicas de locomotivas trituram músculos, afogada energia de trabalhos humanos e apitos agudos [...] Noturnos vagões carregados de amargura”.²⁶

Não sabe Santo Amaro que, mais tarde, as ferrovias e outras rodovias a deixariam afogada em seu recôncavo, escrava de uma mina de massapê, sem seus trapiches de fumo. Primeiro, Cachoeira-São Félix, “empório dos sertões” e centro da indústria fumageira. Depois, Sant’Ana da Feira, sede de partida e chegada, laço entre sertão e mar.

Desapareceriam adiante as linhas de navegação pluvio-marítima, diz Milton, ilhadas, as capitais sub-regionais do Recôncavo – Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré – apascentarão terras menores dos recôncavos que dividem entre si.²⁷

VII

Atraído pelo crédito em mercadoria dos ingleses, os produtores se animavam, mas o consumo crescia. Já há bancos. Salvador importa carnes em conserva, manufaturas de algodão, lã e linho, carvão de pedra, farinha de trigo, vinhos, ferragem. Manda açúcar, fumo, café, diamantes, algodão, cacau e couros.

O açúcar ainda à frente, mas a sina continua. Estações infelizes, preços decedentes. A falta de capitais define o fogo dos engenhos. A honra dos fidalgos cobra 18.725 homens da província e bastantes donativos em dinheiro para a guerra contra Lopez. Em 1886, já haviam partido 10.189 homens tirados do campo em sua maior parte.

A praga fere os canaviais de socas envelhecidas. Sabe-se, em 1873, que as minas de diamante do Cabo virão retirar da Bahia, para os senhores da África, lucros do comércio exterior. Mas, por dentro, também o comércio se abate, ao estiolar-se o mercado da Chapada.

25 PAES, Fábio. *Estradas e sinais*. 1977. Inédito.

26 MATTOS, 1965.

27 SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

“A transformação dos instrumentos de trabalho” que a resistência dos escravos e os azares do comércio foram impondo ao longo do século, com as alforrias, as leis dos sexagenários e do ventre livre, desafia os proprietários. Para o barão de São Lourenço, a questão da emancipação só teria solução “quando a inteligência esclarecida substituísse a força bruta e a rotina obstinada”. Promovia-se, por isso, a importação de trabalhadores europeus e norte-americanos. Mas a lavoura não suportava o custo de contratação desses colonos. Ou não seria o medo de outros tratos?

Diz-se que os salários eram altos e poucos os homens livres, absorvidos facilmente pelas indústrias, pelas artes e ofícios, os transportes e outros misteres, entre os quais as obras públicas e particulares. Certas lavouras já ocupavam na Bahia homens livres: o fumo, cereais, mesmo algodão. Também a tripulação dos barcos do Recôncavo.²⁸

Em 1873, o açúcar cede ao fumo a cabeça das listas de exportações. Santo Amaro não aproveita, pois a ferrovia de Cachoeira lhe roubara a condição de praça do produto. A longo prazo, nem mesmo Cachoeira, pois o preço do fumo pouco se sustenta, e a produção pelo trabalho obrigado agrilha os homens que o lavram. Restava a esperança do café, do cacau e da borracha da mangabeira.

Thales mostra como, de tudo isso, lucrava a Cidade da Bahia e seu comércio. As indústrias e fábricas floresciam: tecidos, charutos, sabão, café, cerveja, óleos, águas gasosas, vinagre, chapéus, gelo, fundições, refinações. E esperava-se muito mais do “espírito das empresas”. Prosperavam as companhias de seguro comercial, na maioria estrangeiras. Crescia malandro o cabedal dos bancos.

VIII

Aos homens da lavoura, os “baldos recursos” insolviam seus débitos. A fazer algo, vendiam seus escravos aos senhores do café.

Mas a Bahia ia bem, obrigada. Respeitáveis homens públicos continuavam a arrancar dos ministérios investimentos de vulto. Importantes a Junta de Corretores e o Tribunal de Comércio. Maior parque manufatureiro do país. Linhas de telégrafo para Pernambuco e os portos do sul do estado. Em 1874, o “cabo submerso” para

28 AZEVEDO; LINS, 1969.

a Europa. Dez por cento de escravos na população da capital. E o beribéri que continua. Malária e varíola alastram-se na província.²⁹ Ainda Thales.

A cidade prossegue. Chácaras multiplicam-se entre o Forte de São Pedro e a Barra. Os arrabaldes florescem: Rio Vermelho, Itapagipe e linha acima. Finanças públicas mambembes, mas as obras continuam: Nova Rua da Montanha, cais do Ouro à Praça do Comércio, ruas mais largas, passeios. Em 1884, telefone da Graça ao Bonfim. Prospera a navegação. Como pelos anos 1850, continua a faltar crédito territorial. Cresce o giro do dinheiro. O comércio açambarca o que chega de comida. Vida cara. O sertão se levanta e é vencido, a ferro e fogo!

A Bahia entra no século XX sob a crônica dependência dos produtos “coloniais” – café, cacau, fumo, premiados pelo trabalho aviltado de flagelados de muitas secas. Desciam também as drogas do sertão. “Defunta” a indústria do açúcar, mesmo depois da era das usinas. Thales nota que a ideologia acusa os negros e a mestiçagem, enquanto cita “o desabusado” Durval Vieira de Aguiar, que bota o dedo na ferida: (nossa) indolência. Sim, atarefado Mem de Sá. Sim, senhores Cajaíba, em dois lados, quatro gibas. Agruras de engenhos muito reais; cativoiro, cabedais; cidades, casas bancais.

IX

O século XX passou rápido! De início, pela morosidade da economia. Depois, pelo expedito engenho do capital. Houve conflitos, crises, estações infelizes, porém a “estagnação” dos negócios guarda ainda hoje 50 anos de história por contar. Sabe-se da Guerra de Quatorze, da gripe espanhola, da ousadia de Seabra, do caxixe, do suor, das tocaias grandes e pequenas, das compras de roupa fina, chapéus, sapatos, camisas, casemiras, gabardines, diagonais. Coisas de Buenos Aires. Encomendas ao Bom Marché.

Sabe-se do massacre dos bugres no sul do estado. Sabe-se também da supressão de léguas da floresta costa adentro. Em dado momento, os terreiros de santo foram pilhados como covis de ladrão e as fábricas de bens e comodidades perseguidas pelas fiscais garras lunares dos comerciantes. Ficaram a Companhia Linha Circular, o império da Casa Magalhães, os aviadores de cacau, as bancas de

29 AZEVEDO; LINS, 1969.

advogado, as apólices, caixas e bancos. Não mais “as artes de geral acomodação do povo” que reclamava Cairu.

Nos 20 anos “estagnados” das décadas de 1930 e 1940, a Prefeitura de Salvador aprovou mais de 120 projetos de loteamentos e baixou lei contra os mombombos e casebres pela falta de higiene. No Corredor da Vitória, o tifo, a difteria e a meningite acenderam a guerra santa contra os bairros da pobreza. Habitação, uma questão de saúde. Saúde, uma questão de polícia. Lê-se a *Carta de Atenas*.

Heroico, um cidadão de Itapagipe nota que, em Lobato, velhas terras de Gabriel Soares exalam o gás. Na Segunda Guerra, os carros de passeio circulam da Barra ao Farol com o carbureto. Toma-se sorvete. Sob *blackout*, a cidade faz seu “esforço de guerra”: bons negócios. Adiante, o Governo Federal quer Paulo Afonso e o “ouro negro”. Os coronéis do cacau percorrem mais e mais a Rua Chile; botam os filhos nos colégios. Coronéis do sertão vão ao Corredor da Vitória, aliviados da ameaça do cangaço; contentes com seu vale da unidade nacional. Ocupam cargos no governo.

Temos tudo: “cacau, petróleo e Paulo Afonso”; a Bahia, um recôncavo maior; o Recôncavo, uma Bahia menor. Engenho sem mais engenho, indústria sem indústria. Milton diz que a metrópole é displicente.

Só um enigma pode tranquilizar os espíritos!

Pelos fins dos 1940, um governador inaugura a tradição de se convocarem Édipos para enfrentar “o aparecido (insuspeitadamente) desaparecendo”. O primeiro é Tosta Filho, que ajudara a tecer a grandeza da economia do cacau. Iremos longe. Não menos, enquanto um banco histórico derracina-se [sic] ao receber a consagração de seu sucesso e outro enleia com raízes da Bahia o território nacional. Precisos são inesgotáveis enigmas. Édipos virão mais.

A lavra do petróleo deu a morte às lavras do engenho, enquanto a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), as obras e o movimento das rodovias animaram a praça da Bahia – que as companhias de aviação viriam a batizar de Salvador. Bancos de Minas abrem agências em São Pedro, metendo os cotovelos entre as casas de família. Sem elas, não mais os olhos que enredavam veladas transgressões – mascaradas, fantasias – de passados carnavais.

Os “governos” lutaram pelos benefícios dos dinheiros federais: travaram luta por tarifas, *royalties*, contratos. Não esmoreceram! E sonharam desde cedo com

outros engenhos: “a petroquímica era um verdadeiro e imenso chapéu de mágico. Mais se retiravam coisas, mais se tinha o que tirar. Por que não participar a Bahia desse mundo mágico?”, lembra o senador Luiz Vianna Filho. Por que não?

Pois, se se ganharam todas as batalhas? Sobre centenas de aldeias bugres, sobre a infância dos alfaiates e a luta das independências de lavradores obrigados, hauçás alevantados, cidadãos amotinados, malês, sabinos, povo e câmaras municipais, as reclamadas “muitas necessidades e cômodos da vida”, e por aí além.

Mem de Sá, atarefado herói civilizatório, ganhou! Balthazar de Aragão partiu em seu ataúde. Agra-se de ferro uma paisagem impotente. Florisvaldo anteviu noutro agrário, mas os mesmos “rudes trabalhadores sepultando-se de búzios pontuais, lamentos e desgraças. Materiais e diários [...]”.³⁰ Hoje, milhares.

Come-se grave, hoje talvez mais, enquanto alastram-se beribéris. Calado, um engenho devora o outro; fundo fosso, *graben*, goela entalada de usura. Uma salmoura letal faz um mar morto.

SANTO AMARO

“A mesma maré com que se solta de uma se chega à outra”, diz Ayres de Casal,³¹ do vão entre os lados da baía. Da leal cidade de Santo Amaro à cidade senhora, um quaternário inteiro de engenho e arte, atravessando o amargo regaço do mar grande municipal.

Cidade-ilha e fortaleza, presa pelas patas ao território que ela espreita. “Bicho deitado [...] olho imóvel, bola de vidro, a íris cega dos empalhados. Emparedada no seu silêncio (de enigmas baianos), sete portas se abrindo ao medo (de Recôncavo, Caetano)”.³²

Em felina postura, essa cidade inimiga tem um costado atormentado, encrestado por dobras paralelas, hoje usadas, apagadas, caindo por uma encosta adormecida, até o mar aberto. Tomo palavras de Myriam e Katia.³³

30 MATTOS, 1965.

31 CASAL, Aires. *Corografia Brazilica*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.

32 FRAGA, Myriam. *Livro dos Adynata*. Salvador: Macunaíma, 1973.

33 FRAGA, 1969; MATTOSO, 1978.

Meninos fazem *surf* desse lado, sem saber dos olhos da felina. Mas Santo Amaro sabe.

Nos quintais, o hortelã grosso, o alecrim, coentro da Índia, bredo, guiné, manjerição, anis. A erva doce. Argilosos, ardilosos massapês devolvem a dor em folha ao Subaé, que o sumo de renovadas canas impurifica. “Malditos”, Caetano.³⁴

Mesmo em Salvador, a rocha-mãe, cristalina, oferece elementos nutritivos “necessários às plantas”, informa Katia.³⁵ Esse verde é muito preciso para cobrir o mineral que a memória fotografa entre brechas insistentes. Atarefado, nem sempre o sentimento consegue recobrir a eloquência de uma história insepulta. E outros sedimentos ainda não há para velar as fraturas do futuro.

Em consolo, a celulose desponta em cavalinhos de flecha. A terra é morena, por necessidade de existência. Só assim é possível caminhar pela Rua do Amparo. Não chegam mais garoupas e corvinas pelo porto.

Os últimos sabores ainda estão em romãs, jambos e laranjas-cravo. Jasmins do cabo são inúteis para enganar o fôlego das ferragens. Não há canas-mirim, como meninas. Faltam terras, como sempre, senão para outras canas.

Recorda-se a extensão dos objetos com alqueires, arrobas, quartas, quartins. No regateio, contos e mirréis expulsam a moeda nova. Palmos medem bicos, retrós, rendas de bilros, enquanto as braços são indefinidamente incapazes de medir a labuta pela vida.

De muito, sabe-se de quilombos: Maragojipe, Muritiba, São Gonçalo dos Campos de Cachoeira, Nazaré, Buris de Abrantes. Em 1734, “roubos, insultos e mais desordens chegam aos arredores de Santo Amaro”. Oficiais de entrada e assaltos são chamados. Em 1816, proprietários de engenho pugnam pela substituição do braço escravo. Assustados senhores alforriam, libertam ventres grávidos. Em 1869, abnegados santamarenses criam sociedade para solenizar a data da Independência, com festejos públicos e libertação de cativos.³⁶ Pedro Tomás.

34 PURIFICAR o Subaé. Intérprete: Maria Bethânia. Compositor: Caetano Veloso. In: ALTEZA. Intérprete: Maria Bethânia. [S. l.]: Philips/Polygram, 1981. 1 LP.

35 MATTOSO, 1978.

36 PEDREIRA, Pedro Tomás. *Memória histórico-geográfico de Santo Amaro*. Brasília, DF: Senado Federal, 1977.

Não vêm os braços novos esperados. Não podem os mesmos braços. Em 1884, os homens dão o basta. Cria-se a Liga da Lavoura e do Comércio de Santo Amaro para a defesa de interesses “seriamente ameaçados”, relembra Pedro.³⁷

É também de antes o sangue de Manoel Faustino, que morreu com os “Alfaiates”, enforcado e esquartejado, na Praça da Piedade da Cidade da Bahia.

Passado faustoso. Na independência, 88 santamarenses na tropa vitoriosa de João Joaquim de Lima e Silva!

Raposas e perus lutaram a Sabinada no termo da cidade. Um alferes e 20 homens da Guarda Nacional postaram-se a duas léguas e meia pela estrada da Muribeca, em passo estreitíssimo. Dez homens desertaram. Quinhentas raposas assomam e tomam a posição a ferro frio. Milicianos trucidados, alferes espicaçados em pedaços de menos uma libra. A morte deixou uma mancha negra de ódio no caminho entre o Engenho Capimirim e Lapa, não longe do Engenho das Brotas. Sangue irrecobrado!

Nem mesmo os 1.290 voluntários seguidos e os muitos donativos feitos para a Campanha do Paraguai puderam apagar essa mancha de sangue. “A bandeira voltou: aos doirados festões, pelas metralhas rasgados, como sírios lá deixei aos manes dos meus soldados”.³⁸ À chegada, foguetes e girândolas festejam.

O que festeja Santo Amaro?

Santo Amaro chegou à deriva no século XX, mesmo depois que despachou sua ferrovia pelo seu mar de cana. Guardou o Largo do Mercado, a Matriz, a Rua Direita, o Beco do Psilone, a Igreja do Rosário, o Timbó, o Trapiche de Baixo, esperando uma nova inauguração, com bagaço, bagacinho, chula, charola e charanga. Guardou nomes-lugar para uma outra geografia. Na brecha da fantasia, Maria Sampaio fotografa a teimosia dessa ternura irrepousada.

Para que tempos insiste o cavalinho de flecha desse certo Santo Amaro?

37 PEDREIRA, 1977.

38 Arnaldo Ernesto Vieira, poeta santamarense. Ver: <https://blogdaalsa.blogspot.com/search?q=Arnaldo+Ernesto+Vieira>.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas*. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1711.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.
- AZEVEDO, Thales de; LINS, Ediberto. Q. Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.
- AGUIAR, Manoel Pinto de. *Ensaio de história e economia*. Salvador: [Livraria Progresso], 1960.
- CASAL, Aires. *Corografia Brazilica*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.
- FRAGA, Myriam. *Sesmaria*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1969.
- FRAGA, Myriam. *Livro dos Adynata*. Salvador: Macunaíma, 1973.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *A solidão da América Latina*. 1982. Mensagem no recebimento do Prêmio Nobel de Literatura de 1982.
- MATTOS, Gregório de. *Obras completas de Gregório de Mattos*. Edição de James Amado. Salvador: Janaína, 1968.
- MATTOS, Florisvaldo. *Reverdor*. Salvador: Macunaíma, 1965.
- MATTOSO, Katia M. de Q. Bahia. *A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.
- PAES, Fábio. *Estradas e sinais*. 1977. Inédito.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. *Memória histórico-geográfico de Santo Amaro*. Brasília, DF: Senado Federal, 1977.
- PERES, Fernando da Rocha. *Rurais*. Salvador: Macunaíma, 1964.
- SANTOS, Milton. *A rede urbana do Recôncavo*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.
- PURIFICAR o Subaé. Intérprete: Maria Bethânia. Compositor: Caetano Veloso. In: ALTEZA. Intérprete: Maria Bethânia. [S. l.]: Philips/Polygram, 1981. 1 LP.
- VIANNA FILHO, Luiz. *Petroquímica e industrialização da Bahia: 1967-1971*. Brasília, DF: Senado Federal, 1985.
- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v. (Coleção de Cartas, ca. 1802).

CIDADE CONTRA RECÔNCAVO¹

Cidade-porto e cidadela, Salvador tornou-se com o tempo indivisível de sua região, o Recôncavo; passou de senhora a escrava de uma civilização matriz, fonte de sua arte, de seu modo de entender o mundo, de sua forma de ser.

Mem de Sá contra a conquista dessa terra, por ordem do instrumento de serviços. Cento e trinta e tantas aldeias de algum povo destruídas ao primeiro golpe. Um Vietnã! Doa terras a um amigo do Reino, que as doa de volta a Francisco de Sá, seu filho, depois de pedir mais meia légua de testada, como lhe mandava o doador. Primeiro grileiro do continente, Mem de Sá – senhor de terras – planta cana, cria gado, faz engenho; Engenho Real de Sergipe, com casa-fortaleza, baluarte com telhado, 259 homens na fábrica, 95 no campo, 4 na fortaleza. Negros e índios escravizados. Insiste Pedro Tomás Pedreira, cronista santo-amarense, que Frei Vicente do Salvador contava que na casa-fortaleza morava Mem de Sá, que quando ia ao engenho ver o andamento dos serviços, ia à noite, as poucas

1 Este texto provavelmente é inédito e/ou teve conteúdo usado pela autora em apresentações orais. Foi escrito sem referências bibliográficas, embora cite, livremente, diversos autores. Os organizadores informam ao leitor interessado em identificar as referências, que pode procurá-las, em boa parte, no texto anterior desta coletânea. Parece ter sido documento referencial de trabalho durante a década dos 1990. Vários trechos replicam o já escrito em “Itinerário do Recôncavo e Santo Amaro”, mas entendem os organizadores que a repetição não invalida a publicação. Permite ver como, aqui, a abordagem sócio-histórica combina-se com a literária – resgatada do outro texto – para tornar bem compreendido algo que é, ao mesmo tempo, objeto e inspiração do pensamento (N. do O.).

vezes que ia, deixando um pajem na escada para se dizer ocupado. E o pajem não mentia, “porque por onde quer que estava se ocupava...”.

Com uma superfície de aproximadamente 1.000 km² e uma orla de quase 200 km, aí está um mediterrâneo de história; e extensos manguezais, enseadas e lagamares, praias arenosas e rochosas, 35 ilhas. São de uma dessas ilhas que povoam a língua de mar que avança terra adentro os senhores de Cajaíba, de quem Gregório de Mattos comentava a “vida regalada que lhes forma em dois lados quatro gibas”. A leste, a murada testemunha da Falha de Salvador, o *horst* oriental do *graben*, vela o golfo das marés. No *graben*, a baía segura, larga, profunda, mar municipal de Salvador, como diz Kátia Mattoso. É esse *horst*, que teima em proteger a Baía de Todos os Santos, que a cidade “contempla de olhos corroídos de sombras e naufrágios”, de que fala um poema de Myriam Fraga.

Até quase a primeira metade deste século [XX], as terras em volta d’água – o Recôncavo da Baía de Todos os Santos – foram o cenário de um complexo socioeconômico centrado na produção e exportação do açúcar e do tabaco, mas incluindo também uma variedade de outras atividades, distribuídas entre diferentes segmentos de uma região que alcançou mais de 16 mil km², se consideradas também a região dos Tabuleiros de Valença – o Baixo Sul. De fato, no processo de desenvolvimento do complexo do açúcar e do tabaco, a faixa costeira ao sul da Baía de Todos os Santos até a Baía de Camamu viria, de certo modo, também a incorporar-se à economia do Recôncavo como área produtora de alimentos. Recôncavo e Baixo Sul formavam, assim, um imenso e variado canteiro de trabalho.

Na verdade, o Recôncavo nunca fora, seja quanto ao substrato ambiental ou à ocupação econômica, uma área uniforme, mas antes um complexo de subáreas especializadas. O ciclo do açúcar, que se desdobrou com o fumo, a pecuária, a agricultura alimentar, o café, o algodão, as especiarias, couros e peles, carvão vegetal, as caieiras e as olarias, as rendas e os bordados, a cerâmica utilitária e lúdica, criou uma complexa tradição cultural, um tecido social territorialmente diferenciado e uma exuberante paisagem construída. Cada coisa em seu lugar, havia o Recôncavo da cana, do fumo, da subsistência e dos materiais de construção, da lenha e da pecuária que subia até Pojuca, Catu, Mata de São João e mesmo Alagoinhas. Primeira rede urbana a escala regional implantada nas Américas, formaram-se aí o mais extenso parque de arquitetura barroca do país, um importante núcleo de cultura lusa e a mais vigorosa comunidade afro-brasileira;

um complexo histórico-cultural que traduz e representa muito da própria formação histórica do Brasil.

“Quem chamou as oficinas que fabricam açúcar de engenhos, acertou verdadeiramente no nome”, dizia Antonil, no início do século XVIII, paralisado frente à máquina do Recôncavo, deslumbrado com a largueza das oficinas dos engenhos reais, com suas rodas d’água e grande número de escravos. No final do século, Luiz de Vilhena declararia que “para tudo é próprio o terreno e o clima [...]”, reiterando o assombro de Antonil, para quem até “os mangues dão caibros e mariscos e os apicus, barro” para a purgação do mel e para as obras de olaria.

É o próprio Recôncavo que é engenho, maquinismo de uma natureza que atravessou eternidades – desde antes do Cretáceo aos meados do Cenozoico –, industriando o cenário de outro engenho, arte dos homens. Povo e geólogos deram os nomes aos cenários: cristalino, sedimentos, *horst* e *graben*; estuários, mangues e outeiros; terraços, relevos margosos e outros relevos; vales jovens e maduros; rios, barreiras, falésias, tabuleiros; peneplanos, pântanos salgados e hidromorfos; vertissolos, alfissolos, ultissolos, entissolos, alfi-ultiverti... Solos, onde o minério corre em verde, em negro, em sangue.

A história do açúcar que vem aí do século XVI fez-se desde cedo uma sucessão de prosperidade e depressão, por razões de origem basicamente externa, mas que se mesclaram progressivamente com fatores gerados internamente. Com as primeiras dificuldades já antes do meado do século XVII, a história do Recôncavo é também a história das contradições, às vezes do confronto, entre metrópole e região.

Basta começar pelo século XIX, em que o último verdadeiro ato de insurgência popular contra a Coroa portuguesa foi a luta pela independência, entre milícias do Recôncavo e o Exército Real do general Madeira. Pinto de Aguiar informa que, por todo o século, discutiu-se a economia da província, diga-se, em grande parte o Recôncavo. Sobre os primeiros anos, falando da falta de farinha de mandioca, Vilhena censurava “a ambição... dos grandes lucros do açúcar a muita falta de governo econômico...”. As rendas do Conselho da Cidade do Salvador eram módicas, quando ainda cana, tabaco e algum algodão floresciam em seu recôncavo e o sertão generosamente se abria.

Nos anos 1840, há indícios de “ponderáveis disponibilidades de moedas à procura de investimento”. As minas de Assuruá, na Serra das Aroeiras na Chapada Grande, prometiam uma Califórnia ao interior. A capital prospera, seu re-

côncavo, não. No meado da década seguinte, a *débâcle* comercial dos Estados Unidos e a Guerra de Crimeia desanimavam a economia. Decaíam o fumo e o algodão. A crise culmina afinal com uma epidemia de *cholera morbus* que atingiu o Recôncavo em 1855 e 1856, com um custo estimado de 27 mil vidas e a perda de toda uma safra de açúcar. Amotinado, o povo se levanta na Cidade da Bahia pela “carne sem osso e a farinha sem caroço”. Os homens temem que as mazelas do comércio, epidemias, pragas e mau tempo ameacem jogar as classes laboriosas na indigência. Homens de bem se suicidam. Prejuízos assomam onde se lida com o comércio da província: Londres, Hamburgo, Paris.

Entretanto, mal vencido a *cholera morbus* e apesar da queda dos negócios da lavoura, a cidade acha meios de sustentar o seu conforto. Limpa e canaliza a Vala – que seria a Baixa dos Sapateiros –, obra maior do engenheiro marechal de campo Francisco Pereira de Aguiar, e o Camarajipe. A Rua da Vala, que importou na canalização do Rio das Tripas, “fazendo-o correr sob uma abóbada” entre as hortas de São Bento, no fundo do Mosteiro dos Beneditinos, ligaria à Sé os bairros da Saúde e de Sant’Ana. Nivelava o Campo de São Pedro – o Campo Grande de hoje – e faz sua ligação por aterro à “bela Rua do Canela”, calça as ladeiras da Misericórdia, do Taboão Capote (Rua da Alegria) e do Garapa, melhora a rua de Santa Tereza e suas travessas no Sodré.

As obras se sucedem no correr do século. No comércio, são calçadas as vias entre a Fonte do Pereira e o Guindaste dos Padres, a Praça e a Rua Nova do comércio (Rua Conselheiro Dantas), o Julião, a Rua do Pilar, a estrada entre a Jequitaiá e o Apicu, que se tornaria a Calçada do Bonfim – em frente à estação da Ferrovia Leste Brasileiro. E mais, na Cidade Alta, a passagem da Barroquinha à Rua das Flores, a Estrada da Vitória, que viria a ser macadamizada, e a Ladeira da Barra. Melhoram os caminhos de Brotas, Pernambuco e Rio Vermelho. Constrói-se o “edifício semi-circular sobre o Cais da Alfândega que dá para o mar”. Vêm chafarizes da Europa, lâmpões de gás acendem as ruas e a cidade trafega mais pela história Estrada das Boiadas, entrada dos esparsos caminhos por terra que levavam ao Recôncavo.

Novamente, ao tempo da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1864), reabrem-se, de certo modo, os mercados internacionais ao açúcar brasileiro.

Mas não tardou uma nova crise, provocada pela eclosão de uma praga nos próprios canaviais, acentuada pela crescente concorrência exercida pela produção do café no mercado de mão de obra.

Cessado o tráfico da África, em terra, o comércio do ébano continua entre províncias. Com isso, crescem os negócios da praça da Bahia – o comércio bancário de Salvador, que lucra também das riquezas que descem do sertão, saltando o Recôncavo. A Guerra da Secessão abre também ao algodão a promessa de uma riqueza florescente. O império comercial do conde Pereira Marinho alcança o seu fastígio. A cidade fervilha, enquanto ameaça de apagar-se o fogo dos engenhos. São os anos 1860. O beribéri desvela a fome que campeia. “O domínio fincado desconhece o trabalho que a ceifa consumiu”, como num poema de Fernando da Rocha Peres.

Na Cidade do Salvador, “floresce uma civilização empreendedora e otimista” assentada sobre o braço dos escravos, povoada de oficiais mecânicos, artistas, vendedores ambulantes, vendeiros, milicianos e desocupados, diz Thales de Azevedo e confirma: nos teatros, espetáculos dramáticos, óperas, bailados, vaudevilles; nos largos, fontes e coretos, retretas, filarmônicas. Há hotéis franceses, alfaiatarias, dentistas americanos, professores de língua; as lojas de moda vendem ricos estojos de viagem, bengalas, cortes de fazenda, obras de cabelo, instrumentos franceses, relógios ingleses, chicotinhos, mantas, leques, ventarolas.

“O quebramento das forças produtivas” – o braço escravo e livre que movia a economia – ocupa os homens de poder. Faltam escravos, é difícil atrair colonos livres, faltam estradas, não há crédito. Providenciam-se aulas de agricultura. A irregularidade das chuvas traz estações infelizes. Fala-se de capitais reunidos, derrames, cobre falso, hipotecas. No Recôncavo, os engenhos esforçam-se por aumentar com novas técnicas a produção do açúcar; as caldeiras queimam o bagaço de cana ainda úmido, em vez de lenha escassa e cara. Senhores viajam à Luiziânia, para o estudo dos progressos da indústria. Novas variedades de cana vêm das Ilhas Maurícias e da Reunião. Mas também se experimentam novas máquinas de farinha; sementes de algodão chegam da Carolina do Sul e da Geórgia; da França, garrotes e carneiros, confirma Thales de Azevedo.

“A transformação dos instrumentos de trabalho” que a resistência dos escravos e os azares do comércio foram impondo ao longo do século, com as alforrias, as leis dos sexagenários e do ventre livre, desafia os proprietários. Para o barão de São Lourenço, a questão da emancipação só teria solução “quando a inteligência esclarecida substituisse a força bruta e a rotina obstinada”. Promovia-se, por isso, a importação de trabalhadores europeus e norte-americanos. Mas, diziam,

a lavoura não suportava o custo da contratação desses colonos. Ou será que não cabia, no tecido do poder, um trabalhador dono de si, fosse negro, fosse branco?

De tudo isso, lucrava a Cidade da Bahia e seu comércio. As indústrias e fábricas floresciam: tecidos, charutos, sabão, café, cerveja, óleos, águas gasosas, vinagre, chapéus, gelo, fundições, refinações. E esperava-se muito mais do “espírito das empresas”. Prosperavam as companhias de seguro comercial, na maioria estrangeiras. Crescia malandro o cabedal dos brancos. É quando se constrói a Ladeira da Montanha, “gigantesca obra militar”, a “contar em rampa suave a encosta da montanha, entre a rua dos Ourives, na Cidade Baixa, e os trilhos dos transportes urbanos, no Largo do Teatro – a Praça Castro Alves de hoje, para terminar o penoso trânsito pelas duas ladeiras da Misericórdia e da Conceição”, ligando a baixa da Ladeira da Misericórdia ao alto da Ladeira da Gameleira.

Casa forte e de purgar, o Recôncavo, que dobrava a vontade dos fracos, de sua parte é agora dobrado pelo lucro da cidade; engenho sem mais engenho, curvado cada vez mais às casas bancais e aos grandes comerciantes da praça da Bahia. Nos últimos 20 anos do século XIX, inicia-se a era das usinas, que, entretanto, não chega a reabilitar a economia da cana na região. Com tudo isso, particularmente após a abolição, o Recôncavo açucareiro se retrai e suas áreas periféricas se marginalizam, até que uma nova breve fase de expansão da cana se instala pelos anos 1920, durante a qual a superprodução faz-se o veículo da última e definitiva crise da produção tradicional do açúcar na Bahia.

Daí aos primeiros 40 anos do século XX, o Recôncavo vê desorganizarem-se seus arranjos de produção e reduzem-se os circuitos de tráfego intrarregional por mar e terra. Nem por isso deixa a região de manter-se, por mais algum tempo ainda, de certo modo, intacta, como paisagem, com muito de suas tradições e da igualdade das cidades de antes. Não mais a partir da segunda metade do século XX, quando a expansão da rede rodoviária nacional e a integração do mercado interno terminariam por marginalizar os velhos centros de produção regional e por deprimir a imponente rede urbana que envolve a Baía de Todos os Santos. A política nacional de abrir estradas fecharia mais tarde as ferrovias, deixando parado no mar o vapor de Cachoeira.

O século XX passou rápido! De início, pela morosidade da economia; depois, pelo engenho do capital. Houve conflitos, crises, estações infelizes, porém a estagnação dos negócios na Bahia guarda ainda hoje 50 anos de história por contar

de enigma baiano, como lhe batizara o governador Octávio Mangabeira. Sabe-se da Guerra de Quatorze, da gripe espanhola, da ousadia do governador José Joaquim Seabra, do caxixe, do suor, das tocaias grandes e pequenas, das compras de roupa fina, chapéus, sapatos, camisas, casemiras, gabardines, diagonais. Coisas de Buenos Aires; encomendas ao Bom Marché da Madame. Boucicault, em Paris. Sabe-se do massacre dos bugres no sul do estado e do crime contra léguas de floresta costa adentro. Em dado momento, os terreiros de santo foram pilhados como covis de ladrão e as fábricas de “bens e comodidade” perseguidas pelas garras fiscais dos mandatários, como diria o poeta Florisvaldo Mattos. Ficaram a Companhia Linha Circular, o império da Casa Magalhães, os aviadores de cacau, as bancas de advogado, as apólices, as caixas e os bancos. Não mais “as artes de geral acomodação do povo” de que reclamava o Visconde de Cairu – pensador da modernização econômica da província.

Pelo final dos anos 1940, as coisas começam a mudar. Chegam ali, pela primeira vez, as ações do Conselho Nacional do Petróleo, depois Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e a energia produzida pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), no semiárido baiano. A criação da Petrobras, com seus campos e refinaria, e a instalação da Chesf, que significou oferta abundante de energia e a eletrificação em rede do Recôncavo, abrem um novo ciclo de atividades à região. Risca-se e ferra-se o recôncavo com quilômetros de rodovias e oleodutos, poços, tanques, barracas e oficinas abertas para a pesquisa, a extração e o embarque do petróleo.

No começo da exploração do ouro negro, à altura de 1950, a região compreendia quatro subáreas: a área do massapê, dominada pela produção do açúcar; o alto Recôncavo – os tabuleiros a oeste dedicados basicamente à produção de fumo, mas também de alimentos, demograficamente denso e marcado por intensa minifundização; o baixo Recôncavo, as terras ao sul e a sudoeste, com maior frequência de médias e pequenas propriedades, que se ocupavam sempre mais preponderantemente com a produção alimentar – nessas terras, eram também numerosas as caieiras e as olarias, até a década de 1950 exportadoras típicas de materiais de construção para Salvador e cidades próximas –; e o Recôncavo norte, demograficamente ralo e marcadamente isolado das demais áreas da região e da própria capital, apesar de sua vizinhança física, então dedicado à pro-

dução de subsistência e do coco da Bahia, à pecuária extensiva e ao que restava de lenha por explorar.

Mas, como a cana, e começando pelo próprio itinerário desta a partir do século XVI, a influência da Petrobras fez-se também desigual na região. A exploração do petróleo caminhou da área típica do massapê para o norte, afetando profundamente o âmago da antiga área do açúcar, e indo até o extremo norte da região e além, pelos municípios São Sebastião do Passé, Mata de São João, Catu, Pojuca e mesmo Alagoinhas; nos anos 1960, por Camaçari, com a então projetada implantação do conjunto petroquímico, deixando de fora o baixo e o alto Recôncavo.

É fácil imaginar o monumental impacto da exploração do petróleo nessa velha região de origem colonial, território de uma produção açucareira e fumageira de cunho tradicional e da principal e mais extensa rede urbana colonial brasileira, com sua arquitetura barroca de casas grandes, capelas, igrejas e sobrados. Em 1950, instala-se a primeira etapa da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe, no município de São Francisco do Conde. Mais tarde, em 1957, cria-se um terminal marítimo numa das até então plácidas ilhas da Baía de Todos os Santos – Madre de Deus. O povoado de Candeias, vizinho de Mataripe – antigo santuário religioso, então ainda distrito de Salvador –, e a Vila de São Francisco do Conde, um dos centros urbanos do complexo da cana, ambos no arco norte da Baía de Todos os Santos, crescem exponencialmente, tornando-se residência do novo operariado e base de operação de numerosas firmas subcontratadas pela Petrobras. Desaparecem progressivamente a navegação fluvial e costeira; arreiam-se as velas dos saveiros.

O impacto da Petrobras, com seus campos de pesquisa e extração, refinaria, porto e acampamentos para técnicos e operários vindos de fora, transformaria direta e profundamente a vida nos municípios de Santo Amaro, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, do distrito de Candeias e dos municípios mistos de pecuária e agricultura – de Alagoinhas, Mata de São João, Catu e Pojuca, ao norte da Bahia, como por aqui se chamava a capital do estado. A exploração do petróleo contribuiu para liquidar velhos padrões sociais e econômicos, enquanto a Chesf, a Petrobras, as obras e o movimento das rodovias animavam, mais uma vez, a praça da Bahia – que, no tempo da Segunda Guerra, a aviação viria a batizar de apenas Salvador. Para completar, a polarização exercida por Feira de

Santana, pouco mais de 100 quilômetros a noroeste de Salvador, deslocou para fora do Recôncavo as relações entre a capital e o interior do próprio estado.

Mas, enquanto os processos econômicos mais dinâmicos nesses anos passavam por fora do complexo do açúcar, o advento da Petrobras, apesar de sua estrutura gigantesca, de seu papel catalisador na ampliação e geração de intensas transformações no sistema viário, no mercado do trabalho e nos mercados bancário e imobiliário, criou um mundo novo e relativamente fechado, que se mostraria incapaz de revitalizar a região no seu conjunto, frente a uma estrutura social arcaica e desgastada. E as cidades históricas de São Félix, Maragojipe, Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Jaguaribe, como o circuito de casarões e templos que pontuam a região, continuaram a morrer. Dois volumes sobre o Recôncavo, do *IPAC-BA: Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia* (1978 e 1982), publicados pelo Governo do Estado, um trabalho extraordinário de história e cadastramento de mais de 350 edificações, sem contar Salvador, documentam o valor desse patrimônio tragicamente degradado pelo abandono, pelo saque e por intervenções predatórias.

Pelo meado da década de 1960, o Governo do Estado cria, na parte norte do Recôncavo, o Centro Industrial de Aratu (CIA), área infraestruturada para receber investimentos a serem atraídos pelos incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e patrocinados pelo estado da Bahia.

Os investimentos pouco vêm, mas, a partir dos anos 1970, com a criação do órgão de gestão metropolitana da capital – a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder), em 1973, aumenta a segmentação entre cidade e Recôncavo. Essa região, recortada nos papéis oficiais, tomou a si as ilhas, os municípios petroleiros de São Francisco do Conde e de Candeias e um arco de municípios vizinhos à capital – Simões Filho (antes Água Comprida), Lauro de Freitas (antes Santo Amaro do Ipitanga), Camaçari (antigo Montenegro, originalmente termo da Vila do Espírito Santo de Abrantes). Todos eles, mas sobretudo os últimos, por serem então áreas dominadas por latifúndios quase improdutivos e com núcleos demográficos pouco expressivos, não tiveram a força de resistir à descaracterização e ao anonimato.

Economicamente, a Petrobras, o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), o CIA – este em menor escala – e outras plantas isoladas tiveram muito mais impactos

nos circuitos financeiros e de consumo centralizados em Salvador do que em suas respectivas áreas de operação. Essa industrialização, baseada na entrada maciça de capitais de origem extrarregional, e não num processo progressivo de acumulação interno à região, viria a marginalizar de uma vez a economia do velho Recôncavo e a cobrar custos extremamente altos à sua rede urbana e à capital. Os anos 1960 e 1970 são marcados por um forte processo de urbanização da região imediata de Salvador, reforçada pelo desenvolvimento da petroquímica e pelo reflorestamento – promovido pela Petrobras nos campos desativados, onde antes a cana, de algum modo, ainda ocupava certa mão de obra, e para o que se pensara, no final da década de 1950, uma reforma agrária.

Os novos grandes investimentos foram incapazes de fortalecer antigos núcleos existentes ou de criar uma nova concentração urbana vigorosa. A criação de uma rede viária especificamente ligada a eles, a monetização dos circuitos locais da economia popular e o crescimento da população conduziram à elevação da renda fundiária, à pauperização de amplas camadas da população e à dependência crescente do comércio e serviços da capital.

Sem a navegação à vela nem os velhos navios de cabotagem e com as novas rotas viárias, que, no geral, ainda hoje ocorrem ao largo da costa, Salvador viu desaparecer grande parte de seu vínculo com o Recôncavo, com a água, com o mar. A cidade perdeu seu interior imediato – a ela ligado pela baía –, e os municípios da parte norte da Região Metropolitana de Salvador (RMS) acabaram pontuados por concentração urbanas recentes, advindas dos grandes investimentos industriais das décadas de 1960 e 1970, da expansão urbana da capital e da revolução do comércio e dos serviços. Mas eles, que viram trocados seus nomes de batismo e apagados os nomes de seus lugares – na sanha de uma engenharia e um *marketing* imobiliários sem qualquer imaginação –, recriam-se hoje sonegados de seu passado e alheios ao subsolo cultural dos territórios e das veredas históricas em que assentam.

BLOCO II

Cultura e relações raciais

CONVERSA DE BRANCO

questões e não questões da literatura
sobre relações raciais¹

Será sempre difícil, para uma produção intelectual que há dentro dos conhecidos limites da comunicação entre o mundo acadêmico e científico e as camadas populares, responder aos interesses das últimas. Mesmo assim, e exatamente por isso, é fundamental perguntar em que medida o chamado conhecimento erudito poderá contribuir para um processo de democratização substantiva, que ultrapasse o vago e escorregadio território das manifestações verbais e instrumente a ação de um modo realista.

Talvez nenhuma bandeira de luta democrática tenha melhor empolgado os cientistas sociais no Brasil até o momento do que a desmitificação da ideologia da “democracia racial”. Mas, ao que tudo indica, numa evidente simplificação, é verdade, nem aí as armadilhas da ideologia deixaram de virar o feitiço contra o feiticeiro.

A uma aproximação geral – que passe por cima de detalhes e sugestões esparsas – a literatura sobre o negro do Brasil parece extremamente restrita em sua temática e limitada em suas perspectivas de análise. A maioria dos trabalhos recentes continua a ocupar-se das relações raciais, ainda que poucos dados

1 Texto publicado na *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, n. 73, n. 3, 1979. A autora retornaria ao tema no artigo “Relações de classe e identidade étnica”, *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 112, p. 37-43, nov./dez. 1987. Este artigo, que é apenas uma proposta de discussão, resulta do trabalho realizado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como parte de um programa de auxílio (N. do O.).

originais possam ser acrescentados aos estudos clássicos do período das pesquisas patrocinadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do programa de estudos conduzido na Universidade de São Paulo (USP) durante as décadas de 1950 e 1960.

Em outras palavras, de toda a literatura sobre o negro no Brasil, muito pouco permite hoje caracterizar efetivamente os modos como este vem se situando na sociedade brasileira, em diferentes regiões do país, desde a abolição. Em que pesem as limitações políticas à ampliação e divulgação da informação sobre a situação – haja vista a supressão, nos últimos censos demográficos, do indicador de cor –, a questão continua a ser, como se diz na Bahia, uma “conversa de branco”.

No fim do século passado, a ausência de estudos sobre o negro, e não apenas a discussão da questão e das condições da escravidão, deu lugar a reações como a de Sylvio Romero, assinalando a “vergonha” para a ciência brasileira de omitir-se dos estudos de línguas e culturas africanas. Como seria de esperar, esse desafio, circunscrito pelos limites da ideologia dominante na época, apontaria na direção de uma outra forma de distorção: a ênfase nos africanismos, em que o negro é visto como portador de costumes e crenças estranhas, incapaz de adaptar-se aos padrões da civilização branca – superior – ou pelo menos exótico e singularmente preso a uma herança cultural ainda vigorosa, porém residual.

Ainda em 1975, em Salvador, no programa de uma semana de estudos para planejamento de atividades culturais da Prefeitura, reuniam-se os temas referentes a aspectos da cultura negra sob o título de “Sistemas Residuais de Cultura Africana”, em que o “residual” e o “africano” trazem a presença da mesma ideia de estranho e em processo de extinção das manifestações culturais negras.² O episódio suscitou uma reação imediata dos participantes convidados – membros da comunidade – sem que isso diminua o significado da colocação feita em um documento oficial e numa programação fruto de uma cuidadosa preparação por intelectuais e técnicos, naquele momento empenhados na elaboração de um “projeto cultural para a cidade”.³

2 I Seminário de Cultura da Cidade do Salvador, Salvador, Prefeitura Municipal, 15-22 de julho de 1975.

3 Ver crítica: AZEVEDO, Thales de. *Cultura africana e cultura baiana*. Salvador, jul./dez. 1975. Documento para discussão do grupo de trabalho sobre o tema.

A posição radical de Abdias do Nascimento de que, no Brasil, tende-se a um genocídio, isto é, à supressão da linguagem, da cultura, das bases de identidade de um grupo, não deixa de ter muito com a realidade do cotidiano, quando expectativa de um branqueamento físico recobre a esperança de um “clareamento” étnico, de uma despersonalização cultural.

Na sua forma mais ingênua e ideológica, a literatura “africanista” fecha seu ciclo, conforme afirma Edson Carneiro, com a publicação póstuma de *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, em 1932. E para esse autor, a subsequente publicação de *O Negro no Brasil*, de Artur Ramos, inauguraria então a fase dos estudos do negro em si. Mas estaria aí o início de um período realmente criador e coerente com o foco em sujeitos sociais específicos?⁴

Não se trata aqui de negar o mérito de numerosos trabalhos que trouxeram várias contribuições ao conhecimento das condições da escravidão e à análise de práticas culturais, mas que não viria ainda a ser uma produção a propósito do negro como categoria social.

Numa primeira fase, que precede a Segunda Guerra Mundial, as manifestações de cultura negra continuam a ser tomadas em isolamento das condições do negro como cidadão ou sequer como força de trabalho. Nem mesmo as práticas religiosas descritas são relacionadas às suas condições materiais de existência.

A crítica a esse tipo de estudos, por Herskovitz, no início da década de 1940, levaria talvez a modificar o foco original ou, antes, a deslocar a perspectiva do exótico para tentativas de compreensão dos cultos negros como sistemas alternativos de manifestação cultural, equivalentes a outros sistemas religiosos presentes, como o próprio catolicismo, mas ainda vistos em nível apenas cultural.

Como se sabe, é também nesse momento que vem a público o trabalho de Donald Pierson, introduzindo uma perspectiva que dominaria o período além da década de 1950: análise das relações raciais. Mas esta foi feita geralmente sob duas limitações básicas: a comparação quase mecânica com a situação racial americana e o que se poderia chamar de neutralização do negro como sujeito. Assim, a discussão concentrou-se em retratar, mesmo que desaprovadamente, o comportamento “branco” perante o negro, enquanto este foi visto como objeto das atitudes variavelmente detectadas do atribuídos ao primeiro.

4 Ver crítica em: BASTIDE, Roger. *O estado atual da pesquisa afro-americana na América Latina*. Salvador, abr./jun. 1975.

Trata-se de uma literatura sobre como o branco se comporta, na qual se ignora a reação coletiva do negro, os efeitos da atitude branca sobre sua própria consciência, sua autoimagem, as estratégias positivas de superação, suas elaborações intelectuais do fenômeno. Uma literatura que se diz sobre o negro, mas em que se desenha a própria ausência deste.

É aí que o significado do mito da “democracia racial” deve ser considerado além dos seus efeitos nas relações concretas entre grupos e classes no Brasil. Na verdade, desde 1930, praticamente toda a literatura sobre o negro ou aspectos da cultura negra subordina-se aos efeitos do mito; inicialmente, pela aceitação ativamente legitimadora da ideologia, depois pela subordinação a uma temática monotonamente presa a desmitificá-la.

Em 1950, quando a Unesco, motivada a confirmar o estereótipo da singular “bondade” das relações raciais no Brasil, encomenda vários estudos sobre a situação, começam os primeiros desmentidos eruditos da ideologia, mas esta tem o vigor suficiente para concentrar o foco das discussões praticamente sobre um tema único, o da existência ou não da discriminação e de seus antecedentes no período escravista, sem deixar espaço a outros interesses.

Não vem ao caso aqui discutir as funções da ideologia e seus efeitos sobre a temática de desenvolvimento da ciência. Seria ocioso repetir as advertências de Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento a propósito dos estudos em questão. E seria injusto supor que o obscurantismo que porventura existia com referência a estudos sobre o negro limite-se a essa área apenas, e não a todo o espectro da produção intelectual brasileira. A bem da verdade, é necessário assinalar, pelo contrário, sem qualquer risco de exagero, que a motivação responsável de questionar o mito da “democracia racial” gerou o primeiro grande ciclo de estudos sociais brasileiros e produziu a primeira geração por inteiro de cientistas sociais, em que se destaca a importante figura de Florestan Fernandes.

Com outros focos de interesse intelectual, a exemplo da revelação de uma situação paralela à do início, igualmente ideologizada, o tema do negro submeteu-se também às condições gerais da produção científica no país e refletiu as variações de oportunidades abertas à institucionalização do trabalho científico. Fez-se, por isso, após o ciclo de estudos diretamente patrocinados pela Unesco, à exceção da continuidade do trabalho da USP, na maioria dos casos, como atividade de indivíduos isolados, limitados pela precariedade de recursos e a ausência de

maior intercâmbio. E o restado foi a restrição da temática e da abrangência dos trabalhos produzidos, deixando de fora problemas fundamentais, na perspectiva de um conhecimento da sociedade brasileira capaz de servir ao próprio desenvolvimento desta. Um exemplo é a questão das bases materiais de existência das manifestações culturais, outro é a questão dos mecanismos de participação e afirmação de diferentes grupos e a própria compreensão dos processos ideológicos com que elaboram os dados concretos da sua prática social.

A verdade é que a negação intelectual do mito da “democracia racial” tem sido incapaz de inverter a situação desses estudos. E por quê?

A desmistificação estigmatizou a questão das relações entre grupos com marcas raciais diferenciadas, isolando-o de problemas vitais das camadas populares urbanas e, em particular, de suas formas de organização, cujo significado político e propriamente cultural passou a um plano secundário, como aspectos adjetivos das relações de classe. E essa abstração dos processos concretos dessas relações, em uma formação social culturalmente complexa, reduziu a percepção de um aspecto relevante da prática social aos limites das relações entre indivíduos mesmo quando afirmado seu caráter econômico-social.

A ênfase nas relações interindividuais, revelada pela redução “racial” do problema – haja vista a imagem de “sociedade multirracial de classes”, de Pierson⁵ –, desviou a atenção dos processos de enfrentamento entre categorias sociais, no qual são mobilizados elementos culturais e políticos, enfim, institucionais. Daí é patética a procura de um equivalente brasileiro para o também suposto conteúdo “racial” do conflito norte-americano, desembocando na fórmula “preconceito de marca *versus* preconceito de origem”, que, apesar de feliz em nível descritivo, não chega a alargar a visão do problema.

Vale ainda mencionar a perplexidade erudita frente à multidão de termos “faciais” brasileiros – preto, mulato, moreno, crioulo, cafuso etc. –, expressão da fixação das diferenças físicas individuais.

Mas se esses exemplos tipificam o extremo da perspectiva “racial” do problema e talvez pareçam já algo distante no tempo, a maior parte da produção sobre rela-

5 PIERSON, Donald. *Branços e Prêtos na Bahia: estudo de contacto racial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

ções raciais continua a passar por fora das dimensões institucionais do problema, insistindo em aspectos sociais e mesmo econômico-sociais, políticos e culturais.⁶

A simplificação – e gratuidade, em alguns casos – com que esse tipo de preocupação aparece perante a experiência cotidiana, tempo correspondente a sua própria infertilidade, em nível do conhecimento, pelo que, após anos de elaboração redundante, permanece o vazio de uma questão sem problema.

Mais uma vez, a partir de uma visão geral da literatura, aparecem dois pontos que podem contribuir para explicar a situação. Em primeiro lugar, em todo processo de desmistificação da ideologia, ficou intocada a questão da intolerância cultural. O mito concentrou atenção nas relações sociais, esvaziou, como se disse anteriormente, o negro de uma identidade própria, de um conteúdo seu, e focou a relação branco-negro na perspectiva do branco, a perspectiva do próprio preconceito. A análise mesmo da melhor qualidade, do preconceito racial no Brasil, é dominantemente um estudo sobre as camadas “brancas”.

Em segundo lugar, e não sem ligação como o primeiro ponto, os estudos sobre o negro e particularmente sobre as relações entre negros e brancos têm uma tônica pessimista e imobilizante. Como o que se estuda é o comportamento do “branco”, mesmo denunciando a ideologia, esses estudos tendem a omitir os temas e as situações que envolvam alguma forma de superação da situação pelo negro e a desconhecer a dimensão social e política de sua prática.

Esse ponto deve ser esclarecido, porque não se pretende, com isso, negar a necessidade de desmistificação da ideologia, sobretudo quando essa desmistificação permanece muito restrita ainda hoje aos círculos intelectuais. Como se sabe, o mito continua. Contudo, é preciso saber até onde não será fundamental levantar outras questões que a questão do mito encobre, uma delas sendo a da própria identidade do negro e de sua posição como ator social.

O silêncio sobre a intolerância cultural e a reiteração da existência do preconceito devem explicar – em parte, pelo menos – o fato de que os estudos sobre cultos negros dirijam pouca atenção às dimensões políticas destes. Assim, o *candomblé* é tomado como expressão de um abstrato “vigor” da cultura negra, visto

6 Vale assinalar aqui a contribuição de Joana Elbein dos Santos na ênfase em instituições, antes que uma abstrata cultura negra ou em práticas isoladas. Agradecemos sua observação de que a insistência na marca racial aponta para características físico-individuais – não propriamente sociais.

quase sem trocas dinâmicas com o ambiente sociocultural e político dominante, menos na assimilação de elementos deste.

É simples: se se ignora a intolerância cultural e se são reiteradamente afirmadas as barreiras à afirmação do negro como grupo, qualquer manifestação cultural diferenciadora passa a ser vista como uma resposta imanente e necessariamente produtiva do negro. A mística erudita do específico cultural aproxima-se da folclorização da cultura. A implicação é que o mundo exuberante e grossamente desconhecido das instituições negras acaba sempre visto como inquestionável.

O problema que se põe é se a complacência desdenhosa com que se aceita permite as manifestações de cultura negra – mesmo quando se não as coloca na perspectiva de um objeto de consumo –, um “fruto da terra”, espécie de meio de produção da indústria cultural não serve muito particularmente, tanto quanto o preconceito, para guardar o negro “em seu lugar”?

A evitação dos temas culturais e políticos e de uma análise em “carne e osso” das instituições negras como agentes sociais relacionados às demais instituições e grupos e inseridas numa sociedade de classe preserva a margem dessas instituições como algo isolado da sociedade no seu todo, muito ao modo como ideologicamente “esses” cultos, “essas coisas”, “essa gente” são vistos como estranhos e necessariamente subalternos.

O importante, entretanto, não é conhecer como os grupos majoritários “vêm” ou “veem” a “essa” gente, mas, antes, como elucidar com essa natureza das relações que explicam a existência os processos dessas instituições numa sociedade concreta.

A neutralização do negro como sujeito – a quem não vale conhecer e para quem não cabe contribuir para compreender sua própria situação – segue a história do mito da democracia racial. Aqui, é necessário assinalar a coincidência entre o início da legitimação científica da “democracia racial”, no começo dos anos 1930, e o desenvolvimento de uma intolerância etnocêntrica contra as práticas da cultura negra, desembocando mais tarde em sua folclorização contemporânea. Ao lado disso, as primeiras afirmações eruditas do mito também coincidem com as suspeitas e a supressão dos movimentos negros a partir desse momento.

Mas a apreciação da situação cairia no vazio se a questão fosse colocada ao nível apenas das manifestações da superfície, como as batidas policiais nos candomblés, pelas décadas de 1920 e 1930, e as afirmações laudatórias da brandura das relações raciais no Brasil. O que é preciso saber é se a constituição do mito

da “democracia racial” e a eficácia dos mecanismos de controle sobre as manifestações culturais e políticas não resultaram de transformações sociais em curso desde antes da abolição, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, que engendraram possibilidades pouco desprezíveis de afirmação do negro.

Em praticamente dez anos, a temática e a tônica racista dos estudos africanistas que percorrem todo o período crítico da fase pós-abolição são substituídas. Como entender essa substituição de uma posição abertamente inferiorizante das práticas culturais negras e da miscigenação, pelo ufanismo do caldeamento e pelo preconceito do preconceito?

Uma reação societária de tal monta não pode ter representado a mera continuidade de uma vigilância racista “herdada” do passado escravista, mas uma redefinição de posição, uma virada no processo de resistência à alteração do padrão das relações interpessoais ante as possibilidades abertas pela afirmação do trabalho livre e a conseqüente transformação das relações sociais sob o comando de um processo de acumulação em novas bases.

Rever a história da ideologia e da produção erudita sobre o negro no Brasil requer compreender as raízes econômico-sociais dessa segunda e mais definitiva “abolição” com que se procurou reprimir a consciência dos limites e das virtualidades de novas formas de participação do negro na sociedade brasileira. Na história da ciência e das lutas sociais no Brasil, o mito da democracia racial tem em seu desfavor o mesmo desmérito da queima dos arquivos com que se procurou apagar a “mancha da escravidão”.⁷

Nesse ponto, não se trata apenas de entender melhor como emergiu essa forma de reação, mas de compreender situações passadas que se possam revelar a partir dela. Por isso, essa revisão deve ser não um jogo erudito a propósito das ideias e da história abstrata do pensamento, mas uma abertura de questões sobre a realidade, questões proibidas ao longo da legitimação e negação eruditas do mito da democracia racial.

Que condições geraram a possibilidade de manifestações de cultura negra e, mais tarde, de tentativas de afirmação política do negro que caracterizam as últimas décadas do século e os primeiros 40 anos deste século [XX]? De que

7 Ver: NASCIMENTO, Abdias do. *Racial democracy in Brazil: myth or reality?* Apresentada ao Colóquio Black Civilization and Education, II Festival de Artes e Cultura Negras, Lagos, Nigéria, jan. 1977. Mimeo.

forma se inseriam os negros na sociedade de classes em formação e de que modo se diferenciavam eles entre si, em termos socioeconômicos, se considerados em sua totalidade pretos e mulatos variavelmente assimilados às atividades urbanas e aos organismos burocráticos do Estado e da Igreja? Afinal, que condições propiciaram a ameaça que recebeu a resposta ideológica do mito da democracia racial, como o mais eficaz *deterrente* de um processo de formação de consciência social das camadas populares dos grandes centros urbanos do litoral?

Florestan Fernandes assinala, já desde seus primeiros trabalhos, o fato de que, nas velhas capitais, como Salvador e Recife, uma estrutura urbana mais consolidada por uma diferenciação estrutural mais antiga, já à época da abolição, permitiria uma integração do negro na sociedade burguesa em formação, mais favorável à sua ascensão ou pelo menos à sua participação em atividades produtivas ligadas à ordem emergente. Daí o que se seguiria após a abolição seria um processo de algum modo diverso do que se daria no Brasil meridional e em outras áreas de urbanização recente.

Os estudos sobre o negro e suas relações com as camadas superiores “brancas” têm geralmente passado por cima desse período de transição entre a desintegração da ordem escravista e a atual sociedade de classes, exatamente nessas áreas de urbanização antiga. A maioria dos estudos fixa-se nos extremos que demarcam esse período pós-abolição, geralmente caracterizado pelo progressivo apagamento das fronteiras de mercado entre regiões e pela ascensão da hegemonia da burguesia do centro-sul sobre o Estado nacional.

As manifestações de cultura negra, contudo, experimentam seu período áureo aparentemente do segundo quartel do século XX, ao momento que compreende, *grosso modo*, as primeiras décadas deste século, quando indivíduos e famílias de cor parecem ter-se firmado na estrutura econômica-social das velhas capitais do Nordeste e no Rio como detentores de propriedades imobiliárias, bens de produção ou titulares de “ofícios”, a salvo da competição do imigrante e dentro de uma economia ainda em grande parte fundada num processo de acumulação de bases regionais.

Na Bahia, essa fase corresponde ao que tem sido genericamente considerado um período de “estagnação”, que se prolonga até o momento em que, à altura da década de 1950, as funções da região de Salvador começam a se redefinir dentro do espaço nacional. Embora marcado pela decadência da economia do

Recôncavo, nem por isso esse deixou de ser um período de considerável crescimento urbano com implicações na estrutura social da região e, em particular, da cidade. Essas condições é que permitiriam registrar, ao fim desse período de transformações, no Censo de 1950, a presença de 48,11% de negros e mulatos entre empregadores e trabalhadores autônomos, ainda que essas condições se ligassem a atividades de menos importância que aquelas monopolizadas pelas camadas mais brancas.

A diferenciação interna da população de cor, que começara a se constituir bem antes, isto é, durante o século XIX, com a expansão do trabalho livre, deve estar associada ao desenvolvimento das grandes comunidades de culto, que têm seu momento áureo aparentemente entre 1850 e primeiras décadas deste século [XX].

Desde o último quartel do século XIX, com o crescimento demográfico e com a liberação de recursos da agricultura para atividades urbanas, em particular o comércio, vinha se abrindo maior espaço para negros e mulatos, com longa experiência de trabalho livre, uma vez que a abolição encontraria um número insignificante de escravos nas grandes capitais. Em Salvador, por exemplo, pelas primeiras décadas deste século [XX], as comunidades de culto continuaram a manter sua atividade e a multiplicar *son testemunha* [sic], na segunda metade da década de 1930, a presença ostensiva desses cultos, já depois das célebres “batidas” policiais aos terreiros, desde os anos 1920. A crônica da cidade guarda a lembrança de grandes comerciantes negros e do casamento de mulheres negras de boa situação econômica com brancos. Em 1932, começava a organizar-se também em Salvador o movimento da Frente Negra.

Em um período em que os jornais ridicularizavam ostensivamente as ousadias dos negros e, sobretudo, das mulheres negras que se vestiam de acordo com a moda, ao tempo em que repetiam os inesgotáveis anúncios de procura de empregadas domésticas de “boa aparência”, a tentativa da vanguarda negra foi recebida com, talvez, a primeira afirmação pública, na Bahia, do mito da democracia racial.

À notícia do início do movimento, o mais destacado jornal local alegava que:

o problema não existia. Não existia em São Paulo, seguramente não existia absolutamente na Bahia. É novo, imaginado, não é real. [...] Necessitaríamos esquecer o passado e rasgar a história pátria,

para crer indispensável a improvisação de frentes negras, destinadas a valorizar o homem de cor [...].⁸

Foi sempre um motivo de surpresa e admiração para o estrangeiro, continua a matéria, a “indistinção que ele achou no Brasil, entre todos os homens, podendo mesmo, mercê de sua inteligência, do seu esforço, da sua virtude, atingir livremente os postos mais elevados e os lugares mais cobiçados da hierarquia política, administrativa e comercial. Era assim antes de 1888 e assim foi depois”.

[...] Somos no mundo um povo nascido e desenvolvido fora do quadro odioso das prevenções raciais, neste particular superior aos demais povos. A Bahia de Luiz Gama, de Montezuma, de Rebouças, de Manoel Querino, de Elias Nazareth, de Theodoro Sampaio não precisa de ‘frentes negras’, copiadas de outros climas para apresentar ao Brasil a perfeita fraternização de seus filhos.⁹

Noticiados por vários meses numerosos comícios do movimento, o mesmo jornal afirmaria depois, condescendentemente, que “trata-se de uma iniciativa digna de amparo (o esforço de alfabetização promovido pela Frente), pois, se o homem de cor tem sido útil ao progresso do país, sê-lo-á muito mais quando liberto da cegueira da ignorância – a última e a pior das escravidões”.¹⁰

Entretanto, já pelo meado da década de 1930, as condições que favoreciam a emergência de novas categorias urbanas começavam a desaparecer, e a década de 1940 apresenta-se como o início de um período em que as perspectivas do negro artífice e pequeno comerciante ou empreiteiro passam a se alterar, ao tempo em que se achavam liquidadas as possibilidades imediatas de sua afirmação política e seriamente ameaçada a autonomia das comunidades de culto.

Os estudos de relações raciais de Pierson e os da década de 1950 apanham justamente aspectos desse momento de frustração de processos anteriores, que o isolamento da região permitiu, sem que, contudo, fosse considerada a natureza de seu caráter histórico. Em outras palavras, partiu-se do pressuposto de que o tipo de relações entre grupos étnicos na sociedade urbana de Salvador nas décadas

8 *A Tarde*, Salvador, 6 dez. 1932.

9 *Ibid.*

10 *A Tarde*, Salvador, 21 ago. 1933.

de 1940 e 1950 constituía um padrão possivelmente derivado das condições de desenvolvimento da estrutura de classes da cidade na primeira metade do século, já então em transformação. Assim, a visão da posição do negro e de suas relações com camadas “brancas” àquela altura refletia, no plano ideológico, o ideário gerado na fase anterior, exatamente quando começava a liquidar-se o padrão possibilitado pelas condições daquele período.

Essa suposição fundamenta-se na compreensão da evolução da sociedade regional depois da abolição, em que se destacam uma fase que vai da década de 1870 à década de 1940 e outra a partir daí até o recente momento de penetração do grande capital. É na primeira fase que se afirma um setor fabril liderado pela indústria têxtil, ao tempo em que as atividades do porto de Salvador continuam a crescer e a se diversificar independentemente da própria decadência da produção açucareira, uma vez que Salvador constitui o único escoadouro da produção de exportação do estado, favorecido ainda pela ascensão do cacau e de outros produtos regionais. É nesse período que se diversifica e fortalece o aparelho de Estado e se inicia a intervenção governamental sobre a vida urbana, enquanto serviços e espaços urbanos passam à ordem do dia como objeto de interesse do capital.¹¹

Tais circunstâncias, junto com o crescimento demográfico apenas desaccelerado nas décadas de 1920 e 1930, criariam condições não só para a expansão de um amplo setor de serviços e pequena manufatura, como para a formação de unidades vicinais fora da restrita área urbana consolidada, limitada às áreas portuárias e às cumeadas mais próximas.

Mas a verdade é que não se conta praticamente com estudos sobre a economia e sociedade urbanas nesse período. É possível que a persistência do velho padrão de hegemonia política de proprietários e comerciantes ligados às atividades agroexportadores do Recôncavo, até pelo menos a década de 1950, tenha influído na suposição generalizada de uma estagnação na sociedade local e no desinteresse pela análise dos processos de diferenciação econômico-social que certamente tiveram lugar ao longo do período.

A desmistificação do mito da democracia racial jamais levou seriamente em conta o significado histórico de sua gênese num período que, com exceção de São Paulo e da experiência localizada da industrialização no Rio Grande do

11 Ver: BRANDÃO, Maria de A. A miragem: notas sobre a ideologia do planejamento urbano. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 7-14, jan./mar. 1978.

Sul, o resto do país e, em particular, o Nordeste mergulhavam num processo de decadência econômica, mas que não implicou necessariamente uma “idade das trevas” quanto às perspectivas de diversificação da economia urbana dos grandes polos regionais e de urbanização de um modo geral.

Dentro dessas condições, as oportunidades abertas pelo trabalho livre e pela decadência do complexo agroexportador poderão ter tido consequências muito mais positivas em favor das camadas populares urbanas do que geralmente se admite, conduzindo ao recurso ativo da ideologia da igualdade tanto quanto da repressão e da marginalização cultural. Não é sem razão que foi nas grandes capitais do litoral que mais intensamente se elaborou a ideologia da “indistinção”, da igualdade, da mobilidade pelo esforço individual do negro cordial.

A sugestão, a título de hipótese, é de que a diferenciação da economia urbana em Salvador, porém certamente também em outras capitais, no período de transição da produção de base regional à integração do espaço nacional, teria levado a uma participação do negro em atividades produtivas diferenciadas, ampliando a tendência anterior à abolição, de diferenciação interna das camadas negras.

Tal diferenciação é que teria permitido o fortalecimento de instituições culturais como os casos de culto e de uma consciência étnica que se encaminhava para manifestações de afirmação social e política no início da década de 1930, conforme testemunham a adesão de grupos locais à Frente Negra e o movimento cultural que culminaria com a realização do 2º Congresso Afro-Brasileiro em Salvador, em 1938.

O modo de inserção do negro na estrutura econômica-social da cidade nesse período teria estabelecido as bases para a formação dos estereótipos ligados à sua posição e possibilidades de ascensão, particularmente a ideia do branqueamento, que, mais tarde, a ideologia da democracia racial e a da miscigenação elaborariam como instrumentos de controle desse próprio processo. Assim, a reação societária manifesta na repressão política e cultural e na confirmação do mito racial constitui uma pista fundamental na análise da condição do negro e da própria estrutura econômico-social da cidade na primeira metade deste século [XX].

Em outras palavras, não é suficiente que o conhecimento em favor de um movimento concreto de democratização se declare pelo negro ou por qualquer grupo ou classe dominada, mas sim que não seja dado a partir de categorias da consciência “branca” – em que a abstração das relações ditas raciais ressalta

como foco e limite das alternativas de ação –, isto é, a partir de questões, que a ideologia encobre, que a título de exemplo procuramos levantar com relação à legitimação e negação eruditas do mito da democracia racial.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Thales de. *Cultura africana e cultura baiana*. Salvador, jul./dez. 1975.
- BASTIDE, Roger. *O estado atual da pesquisa afro-americana na América Latina*. Salvador, abr./jun. 1975.
- BRANDÃO, Maria de A. A miragem: notas sobre a ideologia do planejamento urbano. *Planejamento*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 7-14, jan./mar. 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Racial democracy in Brazil: myth or reality?* Apresentada ao Colóquio Black Civilization and Education, II Festival de Artes e Cultura Negras, Lagos, Nigéria, jan. 1977. Mimeo.
- PIERSON, Donald. *Branços e prêtos na Bahia: estudo de contacto racial*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BAIANO NACIONAL

a força de uma “língua franca”
do Brasil contemporâneo¹

A mineiridade, o gauchismo, a baianidade e outros códigos regionais saltam cada vez mais suas fronteiras geográficas tradicionais, mesmo quando nem sempre se reafirmam intramuros na mesma escala. Essa vigência nacional não terá a ver com a formação de uma “língua franca”, que permita exercer a baianidade em certas relações de classe e ser mineiro nas articulações de cúpula?

Em 20 de setembro de 1985, um cortejo de gaúchos a cavalo desfilou pela Avenida Brasil, no Rio, para comemorar o sesquicentenário da República de Piratini, breve fruto da Revolução Farroupilha, com festa no Pavilhão de São Cristóvão. Não faltaram a “chama crioula” – pela primeira vez saída do Rio Grande do Sul –, os lenços vermelhos, as bombachas, as guampas (chifres com água), os palos (mantas de proteção contra a chuva), os tiradores (aventais sobre a perna esquerda), os laços, o mongoz (chicote) e o garbo dos guapos lanceiros em desfile, como noticiou a imprensa.

1 A primeira versão deste texto foi a comunicação “Particularismos culturais, hegemonia e cultura brasileira”, apresentada a Eventos Secneb 86 – Pacto Social e Diversidade Nacional, Salvador, Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil, Salvador, 1 a 3 de agosto de 1986. Revisto em 1992, foi publicado em *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 2, n. 4, p. 76-83, mar. 1993, sob o título “Baiano nacional: a formação de uma ‘língua franca’ do Brasil contemporâneo”. A versão aqui republicada é a de uma publicação posterior, em: *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 149, p. 51-60, jan./fev. 1994, na qual o subtítulo foi alterado.

O desfile dos gaúchos é, na verdade, apenas a ponta de um *iceberg*. O gaucho remonta a meados do século XIX, no Rio Grande do Sul, com interesse pelo homem dos pampas, “livre e errante que vagueia soberano no seu cavalo”,² o crioulo, isto é, o filho de uma civilização nascida da colonização portuguesa em terras do Sul. Pelo final do século, surgem várias entidades tradicionalistas hoje espalhadas por todo o Rio Grande do Sul – 886 entidades de vários tipos –, além de Santa Catarina, Paraná e mesmo outros estados.³

E o que dizer da mineiridade, que salta as fronteiras de Minas, como proposta nacional de ideologia e etiqueta de articulação política? No período de redemocratização, após o regime militar de 1964 a 1984, Minas ocupou longos espaços na imprensa nacional como fonte de virtudes regionais específicas e insubstituíveis na tessitura de acordos políticos para a montagem da “Nova República”, o idealizado regime pluralista a instalar-se com a “volta dos militares à caserna”.

Como dizia Tancredo Neves, político mineiro, futuro candidato à presidência da República, “Minas vai recuperar sua tradição histórica [...] Vai levar realmente à solução dos problemas nacionais; aquela contribuição de equilíbrio, de clareza, de bom senso e de discernimento político que foi sempre uma característica de nossa gente [...]”.⁴

E, obviamente, a Bahia continua a produção de sua homogênea mercadoria de exportação por excelência, a afirmação do bom viver, da “fidalguia de sentimentos”, da “convivência entre raças” e de sua jovem nordestinidade – identificação com os interesses regionais do Nordeste, enquanto praticando, quase sem retoques, sua baianidade assimétrica nas relações internas entre “brancos” e “pobres” e seu bairrismo pleonasticamente provinciano e narcísico.⁵

Num Brasil crescentemente homogeneizado pelas redes nacionais de televisão, pelos mesmos números de identificação da Receita Federal, o Cadastro

2 OLIVEN, Ruben George: Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 41-51, fev. 1991. p. 43.

3 Ibid.

4 NEVES, Tancredo. [Entrevista]. [Entrevista cedida ao] *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 nov. 1982.

5 Uma variada citação de características de baianidade pode ser observada já em viajantes do século XIX (ver: AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix: Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1980), repetindo-se por admiradores e observadores subsequentes e recebendo um extenso tratamento crítico em: OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

de Pessoa Física (CPF), pelas mesmas penalizações impostas pelos sistemas de previdência social, saúde pública e educação e, sobretudo, pelas duras condições de sobrevivência da maioria, que significado terão essas e outras manifestações de afirmação de códigos locais, entre as quais se salientam a “mineiridade”, a “baianidade” e, em certa medida, as tradições gauchescas?

Uma das linhas convencionais de interpretação levaria a indicar as manifestações de afirmação cultural como uma reação defensiva de comunidades regionais e/ou étnicas ameaçadas em sua identidade e sobrevivência. No caso dos movimentos cultural-regionalistas, como o gaúcho, aparelhado pelos Centros de Tradição Gaúcha e pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho, essa reação estaria na resposta ao efeito homogeneizador “de cima”, por parte de mecanismos de vigência nacional, em particular a mídia.⁶ No caso de comunidades étnicas, seriam as resistências opostas à cidadania plena de negros e índios, por exemplo, que os levariam a reagir com a afirmação enfática de suas peculiaridades culturais.

O que nos interessa aqui, entretanto, é o que chamamos de códigos locais ou regionais, aqueles estilos de interlocução intra ou interclasses, como mais propriamente a mineiridade e a baianidade, mas também o tradicionalismo gaúcho, que acumula o caráter de um movimento de afirmação cultural ao de um código regional. Quanto a estes, há muito menor elaboração. Ainda assim, percebe-se certo consenso quanto à interpretação que atribui aos meios de comunicação e ao mercado estimulado pelos interesses do turismo um efeito amplificador dos mesmos.

Na verdade, ao contrário de grupos ameaçados, os baianos não têm do que se defender. A “cultura baiana” tem se mantido em alta na bolsa. Afinal, a baianidade “vende” e interessa ao complexo do turismo, desde os órgãos públicos, passando pelos hotéis e companhias de aviação, até as “baianas de acarajé”.⁷ E ainda mais: supõe-se que, se é boa para os de fora, é boa para os baianos. Já no caso do tradicionalismo gaúcho, supostamente reativo à cultura de Ipanema, talvez não

6 OLIVEN, Ruben George: A produção do gaúcho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7., 1983., Águas de São Pedro, SP. *Anais* [...]. São Paulo: ANPOCS, 1983.

7 Mulheres vendedoras de comida afro-brasileira na rua. Originalmente obrigadas a essa função por razões rituais, hoje há “baianas” que exercem a atividade sem relação à prática religiosa.

seja irrelevante observar que, um pouco à baiana, ele também vende.⁸ Contudo, como veremos, não é isso o essencial no caso.

Uma interpretação possível poderá dizer que as mudanças radicais ocorridas no Brasil nas últimas quatro décadas não tiveram, por enquanto, pelo menos ainda, um impacto significativo na posição de determinadas categorias sociais e nos padrões de interlocução entre elas. Isso pode também sugerir que a redefinição das estruturas regionais vem se fazendo através de variados graus de compromissos com formas antecedentes de exclusão/participação.

Não é isso, exatamente. Na verdade, não se repetem os mesmos conteúdos, mas é evidente – e o caso da Bahia é exemplar neste ponto – que a gramática das novas relações econômicas e políticas, com a presença de grandes empresas e uma máquina governamental gigantesca e autocêntrica, reproduz elementos estruturais da velha ordem oligárquica.⁹ A impotência do cidadão comum, a distância entre os que têm e os que não têm, a imagem ampliada dos “homens” – os donos do poder, da terra, da lei, de tudo – têm algo em comum com as figuras de poder da ordem tradicional. A semântica pode ser outra, mas uma síntese equivalente viabiliza a utilização de antigas retóricas de classe e *status*. E é essa uma das origens de sua potencialidade para uma vigência nacional.

A popularidade adquirida pelo sistema de regras e representações que constituem a baianidade tem tudo a ver com esse processo de formação de uma pauta nacional. O tema crucial é, sem dúvida, o da presença negra, cujo significado sempre teve o condão de produzir a contemporaneidade do não coetâneo, com a reiteração da democracia racial, da felicidade e da indolência baianas.

Em 1984, decreta-se o centenário do Carnaval baiano, embora o que então completava 100 anos fossem os desfiles organizados por grupos de classe média e alta, e não o Carnaval como fenômeno popular e com a participação da população escrava. A “produção” do centenário foi feita pela Prefeitura Municipal de

8 Ver menção ao consumo de produtos culturais gaúchos em: OLIVEN, 1991, p. 48.

9 Com relação à Bahia, alguns ensaios de Fernando C. Pedrão referentes a processos econômicos e financeiros dão suporte à hipótese de que a integração da Bahia ao circuito nacional de capital reitera, sob conteúdos evidentemente diversos, certos aspectos estruturais tradicionais das relações de classe na região. Ver, por exemplo: PEDRÃO, Fernando. *A competitividade da indústria no Nordeste*. 1984. Trabalho apresentado no Seminário sobre Industrialização no Nordeste, Ipea, Brasília, DF, 12/14 mar. 1984. Mimeo (Projeto de Desenvolvimento Industrial do Nordeste) e *As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social*. Salvador, 1984. Mimeo.

Salvador em função do turismo, na tentativa de reabilitar para a classe média o Carnaval de rua, crescentemente marcado pela violência e pelo congestionamento provocado pela presença de blocos e trios elétricos – predileções originais da própria classe média –, que se multiplicavam ano a ano.

Enquanto isso, crescia um outro Carnaval, o dos afoxés, constituídos de grupos negros, enfáticos em sua identidade e em seu trabalho de conscientização e que tanto poderiam servir ao “projeto turístico” da Bahia quanto inspirar perplexidade ante a emergência de um “racismo às avessas”.

É exatamente nesse tempo de Carnaval que um artigo assinado, publicado no mais importante jornal local, insurgia-se contra a existência de movimentos negros unificados: “[...] uma excrescência. [...] Unificar o quê, pelo amor de Deus?”.¹⁰

A semelhança é ineludível com uma matéria publicada pelo mesmo jornal em 1932, quando começava a organizar-se, também em Salvador, o movimento da Frente Negra (1930-1937). E o jornal o recebeu sem hesitação: “Necessitaríamos esquecer o passado e rasgar a história pátria para crer indispensável a improvisação de frentes negras, destinadas a valorizar o homem de cor [...]”.¹¹ No recente artigo de 1984, o argumento é o mesmo: “Será que os seus mentores desconhecem a nossa história, daí não poderem pelo menos aquilatar o quanto possuímos de [...] vultos [...] como Octávio Mangabeira, Theodoro Sampaio, Luiz Gama, todos modelo da raça”.¹² São quase também as mesmas palavras do texto de 1932, que afirmava: “Foi sempre um motivo de surpresa e admiração para o estrangeiro a indistinção que ele achou no Brasil, entre todos os homens, podendo mesmo [...] atingir livremente os postos mais elevados [...]”. E quase as mesmas citações: “Luiz Gama, Montezuma, Rebouças, Manoel Querino, Elias Nazareth, Theodoro Sampaio”.¹³ Daí, a conclusão de 1984: “Que fiquem os seus adeptos em movimentos unificados nos grupos afro, folclóricos, ou nos seus afoxés, [...] unificados em nossa sociedade, como sempre estiveram [...] unificados momescamente, sem a pretensa ideia inglória do preconceito”.¹⁴

10 MONTEIRO, Antônio. Afoxés e negros unificados. *A Tarde*, Salvador, 2 mar. 1984.

11 *A Tarde*, Salvador, 6 dez. 1932.

12 MONTEIRO, op. cit.

13 *A Tarde*, Salvador, 1932.

14 MONTEIRO, op. cit.

Outro tema recorrente é o da excelência cultural da Bahia com H, perdido com a ortografia moderna das formas adjetivadas (baiano) e com o rebatismo da “Bahia” por Salvador, com que, desde a Segunda Guerra, aparece o nome da cidade nos mapas de aviação.

Em 25 de maio de 1984, ao fim de uma semana de atritos na cúpula do poder estadual,¹⁵ o mesmo principal jornal local chamava aos termos os envolvidos, conclamando-os, em matéria na primeira página, a que “Pensem na Bahia” “[...] para dar a contribuição que é de se esperar de um estado celeiro de homens públicos, que tantos serviços prestaram ao país, desde o Império”.¹⁶

No dia seguinte, o comentarista político do mesmo jornal, em artigo sob o título “Bahia sem H”, analisava a situação:

A Bahia passa ao largo dos grandes acontecimentos nacionais. A pasmaceira é tal que o estado se transformou num mero acidente geográfico, sem H, onde os políticos passeiam e navegam, escondendo-se, por inaptidão ou indiferença, das fortes ondas da crise que asfixia o país, sem oferecer uma contribuição à altura das tradições culturais e políticas do estado, mais culturais do que políticas [...].¹⁷

O equívoco da análise estava exatamente no fato de que aquilo que se envolvia no conflito que, segundo o editorial, “corria em quizilas e cisões, em casinhos domésticos, em bulhas de comadres, [...] questiúnculas de arraial, do disse-me-disse, das intriguinhas dos interesseiros na cizânia, nas desavenças, nas malquerenças [...]”,¹⁸ era uma Bahia com muito H, tentando sua hegemonia sob a retórica de um “regional” – o Nordeste, com que na verdade jamais se identificara.

Dizia o editorial:

A Bahia, na última eleição geral (1983), conquistou uma invejável posição nas hostes políticas situacionistas. O resultado do pleito (com a esmagadora vitória do PDS – Partido Democrático Social),

15 Conflito no interior do Partido Democrático Social (PDS), do Governo Federal e do então ministro das Comunicações, ex-governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães.

16 PENSEM na Bahia. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 25 maio 1984. Caderno 1.

17 CELESTINO, Samuel. Bahia sem H. *A Tarde*, Salvador, 26 maio 1984. Coluna Política.

18 PENSEM..., op. cit., 1984.

no nordeste, dava-lhe o direito, e até impunha-lhe o dever, de liderar, senão a política governamental, ao menos uma boa parcela das forças políticas que apoiam o governo nacional, aquela situada nos estados em que ele obteve suas maiores vitórias [...], uma posição que nos daria o direito a sermos atendidos em justas e velhas reivindicações, não... somente nossas, mas de todo o nordeste [...].¹⁹

Será por arcaísmo que, pelos dias de hoje, propostas aparentemente anacrônicas e ingênuas re-datam a mesma atitude quanto às tentativas de afirmação do negro na sociedade brasileira e revivem na Bahia uma retórica de classe, que cobra inclusive o H de uma velha ortografia social?

Note-se que é naquele mesmo ano de “quizilas” e “cizânia”, “malquerença” e “bulhas” que se comemoravam, na Bahia, os 90 anos (10 de fevereiro) de “Mãe Menininha” – D. Maria Escolástica Conceição Nazaré, agraciada com a Comenda Maria Quitéria em sessão solene da Câmara da Cidade, realizada em 26 de junho de 1984, extraordinariamente no Terreiro do Gantois; que o Paço Municipal, que abriga a Câmara de Salvador, acolhia o retrato de Zumbi dos Palmares; que se discutia o tombamento dos “terreiros de santo”, e as “lavagens” de escadarias se multiplicavam sobre todas as entradas – desde igrejas que nunca conheceram a tradição aos condomínios da “orla”,²⁰ com carroças enfeitadas, potes de “água de cheiro”, flores, samba e “biritas”. Por isso, não é sem razão que o prestigioso jornal *A Tarde* ironizava que “nunca a Bahia – e, de resto, o mundo – foi de Todos os Santos como agora, em 1984, um ano que, segundo babalaôs, babalorixás e ialorixás, está sob regência de todos os orixás”.

Aí alguns elementos salientes da baianidade: a negação da negação, isto é, a profissão de fé na harmonia das relações entre “brancos” e “pretos” – a negação do preconceito; a aceitação complacente da cultura negra e do negro desde que “em seu lugar”, a afirmação de um prazer específico, local; a definição da cultura

19 PENSEM..., 1984. Em 1992, o mesmo periódico respondeu ao epíteto de “República do Acarajé”, atribuído ao grupo sob influência do governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, junto ao Governo Federal, assinalando a importância da Bahia e denunciando um preconceito sulista contra o Nordeste, onde se inclui a Bahia.

20 A faixa litorânea de Salvador, que beira o Atlântico, área dos grandes empreendimentos imobiliários, reservada, nos planos oficiais, para residências de alto padrão e equipamento de lazer.

popular como festa; a atribuição ao povo da preguiça e da falta de ambição; e a naturalização da pobreza.

Quanto à mineiridade, se, de um lado, mais próximos dos gaúchos, os mineiros poderão ver-se circunstancialmente motivados a defender suas virtudes, desprezadas por duas décadas pelos hábitos de caserna do regime militar e, já um pouco antes, pelo estilo autocrático de Jânio Quadros (1960-1961), de outro lado, a mineiridade “funciona” tanto quanto a baianidade “vende”. Afinal, que identidade necessita Minas afirmar quando se apresenta como fonte de uma qualidade a serviço nacional? E, como se verá adiante, é esse bem “funcionar”, explicitamente reconhecido, que oferece uma das chaves para entendermos a construção do que aqui chamamos de pauta nacional, uma espécie de língua franca do Brasil contemporâneo.

Na verdade, a capacidade mineira de conciliação é apresentada não como um cabedal apenas de Minas, mas do Brasil, o que aponta para a universalidade desses códigos particulares em nível nacional. A missão de Minas, como afirmava Alceu de Amoroso Lima, será a de “preservação – como espelho da consciência nacional; de reforma – como equilíbrio entre a montanha e o litoral com seu dinamismo cosmopolita; de compensação – como centro do Brasil, lugar de encruzilhadas, realismo, encontro de todos os caminhos”.²¹

Como assinala Dulci,²² “a proposta de conciliação, hoje [transição do regime militar para a Nova República], já não é o fulcro da ideologia das elites mineiras, mas passou a ser o meio desejado pela burguesia brasileira para promover seus objetivos estratégicos”. Tanto que, com o regime militar, a integração de Minas ao “modelo brasileiro” baseou-se no abandono da identidade regional e particularmente na crítica da conciliação, quando, ao contrário, como lembra o mesmo autor, o Partido Popular (PP) de Tancredo Neves e outros poderia ter sido um canal para a hegemonia burguesa, uma espécie de neo-PSD, o tão mineiro Partido Social Democrático.

As virtudes da mineiridade não podem deixar de ser tentadoras nessa direção, num momento em que se tornava cada vez mais evidente que aquela hege-

21 DULCI, Octávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7., 1983., Águas de São Pedro, SP. *Anais* [...]. São Paulo: ANPOCS, 1983.

22 Ibid.

monia teria de se subordinar aos limites de uma sociedade por enquanto longe de superar e, talvez por algum tempo ainda, apta a acentuar uma considerável multirregionalidade, sem mencionar sua pluralidade étnico-cultural. Daí a enorme contribuição da mineiridade com seu apego à tradição, senso de continuidade, valorização da ordem e da estabilidade, prudência nas iniciativas, visão evolucionista da sociedade e da história, aversão ao radicalismo, pragmatismo, capacidade de transação e acomodação de interesses, perspicácia, habilidade e paciência.²³ Na verdade, o desgaste do regime militar restauraria “o lugar” de Minas no “conjunto da nação”, com isso remarcando sua identidade.

Semelhantes ao anacronismo aparente das afirmações de “democracia racial” e outras “contribuições” da Bahia e de conciliação de Minas são as afirmações dos gaúchos com o renovado interesse pela Revolução Farroupilha. É verdade que a “chama crioula” sobe pelo Brasil afora com os gaúchos que migram pelo resto do país. E talvez seja possível pensar-se que, em parte, a cultura nacional homogeneizante ameace a identidade cultural gaúcha. Mas que identidade?

Certamente, entre os gaúchos:

[...] o renascimento do interesse pelas coisas do Rio Grande do Sul pode ser visto como afirmação de uma identidade regional que é resposta, não mais em termos de um separacionismo, como na tradição farroupilha, mas enquanto expressão de distinção cultural, na qual os meios de comunicação de massa tendem a homogeneizar a sociedade culturalmente, a partir de padrões muitas vezes oriundos da Zona Sul do Rio de Janeiro.²⁴

Mas que “distinção” será essa? As rondas crioulas, os Centros de Tradições Gaúchas, os Galpões e Rincões da Lealdade não marcarão também, como suspeita Thales de Azevedo,²⁵ a brancura de um Brasil que deu certo como europeu ainda que luso, com o conceito ainda tão regionalmente gaúcho de “crioulo” e tão diverso do que o mesmo termo recobre na memória das casas-grandes e dos sobrados do Brasil escravista?

23 Síntese das características da mineiridade. Cf. DULCI, 1983.

24 OLIVEN, 1983.

25 Observação informal de Thales de Azevedo, que, desde a preparação de *Gaúchos* (1943), vem acompanhando o movimento tradicionalista.

Vale observar que, diversamente da suposição corrente de que a expressão “baiano”, como um trabalhador não qualificado, cidadão de segunda classe,²⁶ tenha surgido da migração para as áreas em industrialização no Sul, particularmente São Paulo, de trabalhadores baianos e, outros, sobretudo do Nordeste, a origem do termo remonta a período anterior e a circunstâncias distintas. Com efeito, no Rio Grande do Sul, já ocorria no século XIX, significando o estranho e o homem que “anda a pé”, em contraste com o gaúcho, sendo referido com desdém, como anota em seu diário o Conde d’Eu, durante a Guerra do Paraguai. Na verdade, participaram da guerra quase 20 mil baianos, a maioria negros. Essa imagem de estranho e inferior acompanha o uso do termo pelos anos subsequentes e, em parte, generaliza-se para todos os não [sul] rio-grandenses. Observa-se que, entretanto, chamavam-se também de baianos aos moradores de Pelotas, de Porto dos Casais (Porto Alegre) e da Corte (Rio),²⁷ o que sugere uma coincidência com um Brasil mestiço, distinto do Rio Grande do Sul dos pampas e das colônias de imigrantes estrangeiros.

O importante é que, ao irem além de seus limites regionais, essas representações parecem contribuir para a formação de uma pauta nacional, essa língua franca que permite falar “baiano” em determinadas relações e ser “mineiro” em outras. São códigos de classe e *status* para designar regras de interlocução entre estratos sociais, incorporando representações e elementos obrigatórios, proibidos e facultativos de troca. São etiquetas e éticas que se aplicam distintivamente entre pessoas e grupos de uma mesma categoria e diante de pessoas e grupos de outras categorias.

Isso não quer dizer que essas formas culturais, como linguagem, sejam necessariamente unívocas. Pelo contrário, a mineiridade como a baianidade, por exemplo, não são as mesmas para todos os mineiros e baianos. Esses códigos variam em conteúdo, conforme as categorias sociais em interação, além do que há categorias que passam ao largo dessas representações.

Por outro lado, a pauta nacional, para o que contribuem esses códigos, pode ser concebida como um conjunto mínimo de representações que desfrutam de participação e entendimento unívocos em nível nacional e nada têm a ver com a

26 Veja-se o registro do itinerário social desse migrante na cidade de São Paulo no filme de Denoír de Oliveira, *Baiano fantasma*.

27 AZEVEDO, Thales de. *Baiano e “baianos”*. [Salvador]: Academia de Letras da Bahia, abr. 1992.

noção de cultura nacional conforme o uso comum, em que essa cultura constitui, seja uma generalização de traços culturais idealizados da elite para o conjunto da sociedade, seja o chamado “mosaico cultural”. Nesse caso, subentende-se a convivência harmônica de vários códigos regionais e/ou étnicos, cujos elementos básicos são considerados comuns, dada a suposição de que um mesmo continente cultural luso lhes garante uma articulação subjacente e unívoca.

Diferente das noções anteriores, a concepção de pauta nacional, no sentido aqui utilizado, é a de um conjunto de elementos que permitem modos legitimados de transações entre pessoas e grupos de diferentes regiões, enquanto participantes de categorias e classes nacionais, para distinguir de categorias locais ou mesmo regionais.

Na formação de uma pauta cultural nacional, as representações ditas regionais tendem a incorporar-se como elementos desse código emergente – e não contra ele. Significativo, nesse processo, é menos o aparente amálgama dessas regionalidades do que aquilo que aparece como uma generalização diferenciada e diacrítica de específicos culturais. São os diferentes “brasis” a contribuir para uma língua nacional requisitada por uma sociedade cada vez mais e essencialmente urbana e, nesse caso, tendente à homogeneidade cultural, porém composta de estruturas socioeconômicas e políticas extremamente polarizadas e regionalmente específicas. Uma sociedade em que há, por exemplo, nacionalmente, tanto elites à mineira como o extenso mundo discriminado dos “baianos” nacionais. Pois não são sintomaticamente chamados de baianos, no Sul mais desenvolvido, os “sem eira nem beira” da sociedade brasileira?²⁸

A reiteração e solenização das representações que, em aparência, decorrem de relações do passado não são o resultado de uma intenção perversa de categorias sociais organicamente ligadas a estruturas regionais viciadas pelo incompleto de uma ordem que poderia ter vindo a ser mais plena, mais explícita; de um estado de coisas que é “contraponto inacabado”, momento parado “no ar”.²⁹ Pelo contrário, elas são a expressão da realidade dinâmica de um Brasil composto por

28 Ver: Denoir de Oliveira, filme *Baiano fantasma*.

29 São frequentes, na literatura brasileira de ciências sociais, expressões como “contraponto inacabado de acumulação”, divisão do trabalho “abortado”, “não acabamento” disso ou daquilo, algo que lembra o que pelos anos 1960 se chamava de “transição incompleta”, não só em relação ao Brasil, como também a outras sociedades latino-americanas.

mil tessituras socioestruturais particulares, marcadamente restritivas à expansão de oportunidades sociais, cuja especificidade é essencial à universalidade de uma ordem que arranja esses brasis à sua conveniência, sem os limites das alfândegas, porém sob a eficácia renovada de territorialidades específicas.

A sustentação desses códigos tem, por sua vez, sua base intrarregional. Certamente, a mineiridade tem também seu outro lado, e daí o seu vigor, suporte daquele a que nos referimos aqui, aquele que tece as relações entre classes e a prática social em geral, no interior da sociedade mineira. Mas esse não é seu “forte” enquanto constituição nacional. É importante a observação de Dulci ao assinalar que a mineiridade é uma ideologia da classe dominante, cuja função principal, citando Abercrombie e Turner, é organizar a própria classe.³⁰ No caso da Bahia, da mesma forma, a baianidade que conta na escala doméstica é tanto a do H como a sem H. Entretanto, sua contribuição ao nacional é necessariamente sem o H, porque esse H existe na vigência de uma relação interior à região e a ela específica e necessária. A Bahia sem H – reverso dialético da primeira – é exatamente aquela da interlocução entre classes e da sombra projetada da linha que divide, de norte a sul do país, “os brancos” e “os ricos” dos “que suam” e “que pegam no pesado”.³¹

Pois o que é “a contribuição” – cultural, por excelência – da Bahia, senão a “benquerença”, simbolizada na imagem de Mãe Menininha do Gantois – “acima de toda e qualquer divergência de ordem política, econômica e religiosa”.³² O que é senão o bem-viver de uma pobreza que, como afirma Vilmar Faria,³³ “[...] o visitante sem dúvida registra... (mas que) sempre se lhe apresenta em traços pitorescos, folclóricos, misteriosos até (e que dão) a impressão de que se está diante de uma pobreza fácil e gostosa, pouco ressentida. [...] Uma pobreza mais senhora de si mesma, mais alegre, menos triste?”.

30 ABERCROMBIE; TURNER, 1978 apud DULCI, 1983.

31 Referência às diferenças estamentais na Bahia. Ver: AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. In: AZEVEDO, Thales de. *Ensaio de antropologia social*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

32 AMADO apud A FESTA dos orixás. *Veja*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1984.

33 FARIA, Vilmar. Divisão interregional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980. p. 23.

Benquerença e bem-viver de que o “novo” Brasil necessita em sua afirmação unitária e na tentativa de soldagem dos conflitos que lhe atordoam.

Assim, também ao lado das contribuições de Minas, Bahia e outras “culturas regionais”, o tradicionalismo gaúcho, como afirmação de branquitude, na sugestão citada de Thales de Azevedo, tem a oferecer um complemento oportuno e exemplar à negritude que exala de todas as Bahias sem o H pelo Brasil afora, com que a baianidade sabe lidar tão bem, não mais pelas virtudes e mazelas da Bahia, mas pelas vocações nacionais. Afinal, se “o Senhor do Bonfim nasceu na Bahia” é, sem dúvida, porque “Deus é brasileiro”.

REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix: Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1980.

AZEVEDO, Thales de. *Baiano e “baianos”*. [Salvador]: Academia de Letras da Bahia, abr. 1992.

AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. In: AZEVEDO, Thales de. *Ensaio de antropologia social*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

CELESTINO, Samuel. Bahia sem H. *A Tarde*, Salvador, 26 maio 1984. Coluna Política.

DULCI, Octávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7., 1983., Águas de São Pedro, SP. *Anais [...]*. São Paulo: São Paulo: ANPOCS, 1983.

FARIA, Vilmar. Divisão interregional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci Adeodato Alves de; FARIA, Vilmar (org.). *Bahia de todos os pobres*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1980.

(A) FESTA dos Orixás. *Veja*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1984.

MONTEIRO, Antônio. Afoxés e negros unificados. *A Tarde*, Salvador, 2 mar. 1984.

NEVES, Tancredo. [Entrevista]. [Entrevista cedida ao] *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 4 nov. 1982.

OLIVEN, Ruben George: A produção do gaúcho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 7., 1983., Águas de São Pedro, SP. *Anais [...]*. São Paulo: ANPOCS, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEN, Ruben George: Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 41-51, fev. 1991.

PEDRÃO, Fernando. *A competitividade da indústria no Nordeste*. 1984. Trabalho apresentado no Seminário sobre Industrialização no Nordeste, Ipea, Brasília, DF, 12/14 mar. 1984. Mimeo.

PEDRÃO, Fernando. *As raízes da pobreza na Bahia, a condição econômica da questão social*. Salvador, 1984. Mimeo.

PENSEM na Bahia. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 25 maio 1984. Caderno 1.

CARNAVAL, CARNAVAIS

cultura e identidade nacional¹

IDENTIDADES

O tema é cultura e identidade. Mas por que falar em identidade nacional no singular? Não há como entender, numa sociedade complexa como a nossa, uma identidade única. Estamos defendendo um país com diversidade, uma sociedade democrática, que aceita o diverso, não o diferente, que é outra coisa – a imagem invertida do eu. Por isso, meu título menciona identidade no plural – identidades.

Embora tendo sempre convivido com a diversidade, no Brasil, se insistiu sempre apenas na unidade da cultura brasileira. O ideário do projeto nacional tendeu sempre a sonegar as contradições, os contrastes, o diverso. A ênfase no humanismo brasileiro, tão questionável hoje, seu bom-mocismo, que se associa à unidade real da língua e à presença generalizada do catolicismo, dá apoio ao propósito de afirmar uma identidade cultural nacional unitária. Em 1908, Afonso Celso publicou *Porque me ufano do meu país*. O livro teve 30 edições, o que demonstra a importância para a elite brasileira de construção de um conceito de identidade nacional. Em seguida, Paulo Prado, com *Retrato do Brasil*, embora pessimista, chama a atenção para a me-

1 Publicado em *Seminários de Carnaval II*, 1999, p. 101-107. Na segunda e principalmente na terceira seção deste texto, a autora toma de empréstimo seu próprio argumento e mesmo trechos do seu “Baiano nacional”, publicado no *Cadernos do CEAS*, em 1994. A recorrência não torna redundante a publicação deste texto porque esses dois tópicos conectam, tendo como tema o Carnaval, a discussão cultural com a do papel da universidade nesse debate.

lançaria brasileira como qualidade nacional. E Sérgio Buarque de Holanda, que mais tarde produziria um livro de grande mérito como *Raízes do Brasil*, nele insiste no homem cordial como caráter brasileiro. Em todos os casos, subentende-se uma unidade nacional dada de princípio. Essa construção de um conceito de cultura nacional singular não servirá à naturalização da exclusão, à exorcização da contradição e da transformação?

Parto da hipótese de que a afirmação da unidade cultural sustenta o projeto da elite brasileira de manter e alargar privilégios, negando o povo, mais tarde simbolizado no ex-escravo. E não o contrário, o de um projeto genuíno de unidade em que se reduzissem as distâncias entre elite e povo. Construir um conceito de identidade nacional não significa a negação das diferenças, um engegueiramento frente à realidade social brasileira. Sem dúvida, somos um país com um forte lastro unitário, mas também uma nação plural, embora um pluralismo que esperamos convergente, numa definição de Gilberto Freyre.

Após a abolição, não se aproveitou o ex-escravo no trabalho livre por incapacidade, mas porque um trabalhador com a experiência de 200 anos de Brasil trazia a capacidade de rapidamente crescer como sujeito político. O que se substituiu ali não era um mau trabalhador, necessariamente incompetente, mas um trabalhador projeto de cidadão por outro que se esperava ter que levar muito tempo para se construir como tal. Melhor um imigrante zero quilômetro, politicamente analfabeto, passível de se submeter a novas formas de servidão. Não surpreende que a Liga das Nações tenha recebido reclamações e houvesse movimentos contra a política de imigração brasileira e o maltrato servido aos imigrantes. E quando se esgotaram ou dificultaram as levas de imigração europeia, o Brasil aceitou a imigração japonesa, o asiático, a pior população do mundo na percepção dos países ocidentais na época. O brasileiro ex-escravo, não!

É necessário raciocinar com a ideia da pluralidade, tanto quanto é necessário não desvalorizar a importância da unidade. É esta assumida dialética entre unidade e pluralidade que poderá nos tornar um país democrático.

OS HS DA BAHIA

Na crônica local, há uma Bahia com H maiúsculo, nobre, cordial, que recebe seus pares com requintada, mas distante hospitalidade e que supõe uma Bahia sem h.

Minha segunda hipótese é que o código da Bahia com h minúsculo, da pobreza feliz que não come, mas está bem, que mora mal, mas é pitoresca, subcidadã, é agora parte de uma pauta nacional em formação, consistente com o projeto brasileiro de negar a diversidade, jogando num mesmo mar de malqueridos os baianos de todos os brasis.²

Num país que vem se integrando cada vez mais pela economia e a comunicação, porém se tornando mais complexo, os brasileiros de diferentes lugares e posições sociais precisam lidar de modo unívoco com parcelas diferentes dessa sociedade. A baianidade sem h, destinada ao baiano pobre, preto, humilde, introduz, num código nacional emergente, pauta comum de interlocução, uma retórica capaz de levar em conta as distinções de classe, numa linguagem de palavras e atos apropriada a lidar com o “zé-povinho”, o “joão-ninguém”. Da mesma forma que se introduzira e já se havia consagrado, em nível nacional, uma forma particular de tratamento entre burguesia e proletariado de um São Paulo moderno, locomotiva do desenvolvimento nacional, a Bahia sem h, ou h minúsculo, contribui hoje com a retórica das relações de exclusão – sem h – para se tratar o baiano nacional. Na verdade, a baianidade vende bem e seu êxito deriva em parte de participar desse processo de construção de uma língua franca para falar Brasil de fora a fora.

A formação dessa língua franca tem também outras vertentes. Fala-se intensamente em algo também aparentemente arcaico, decantado por Afonso Arinos e por Tristão de Atayde, que é a mineiridade. Em campanha para presidente da República, Tancredo Neves dizia que Minas teria a oportunidade, com a ascensão que ele esperava do seu próprio grupo, de expor para o país a clarividência, o bom senso, o equilíbrio que sempre a caracterizou.

Nesse código nacional, a mineiridade funciona como a retórica de articulação de cúpula das elites e tem seu papel dentro de Minas Gerais na agregação ou consolidação dos interesses da elite local; mas tem uma função, em nível nacional, de código de negociação nos circuitos de poder.³ Quem sabe o fracasso político do mineiro Aureliano Chaves não se deveu à sua falta de mineiridade?

2 Ver: BRANDÃO, Maria de Azevedo. Baiano nacional: particularismos culturais e pauta nacional. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 8, p. 101-108, mar. 1993. Revisto e reeditado como “Baiano nacional: a formação de uma língua franca do Brasil contemporâneo”. *Cadernos do Ceas*, Salvador, n. 149, p. 51-60, jan./fev. 1994.

3 Ver: DULCI, 1983.

Jânio foi tudo menos mineiro. Fernando Collor certamente não perdeu o poder por conta de seu projeto tão próximo ao de Fernando Henrique Cardoso, mas graças à sua retórica e etiqueta políticas. Outros foram igualmente autocráticos, mas a Jânio e Collor faltaram as decantadas virtudes mineiras da negociação, da linguagem cifrada, das meias palavras e da temperança palaciana.

Com relação à Bahia, é sempre fundamental saber: que Bahias? Qual a essência da Bahia? Para imaginar identidades, que contrastes, que semelhanças? O que há entre essência e existência, substrato e acidente, ser e dever ser nessa Bahia? De que Bahia se fala: a Bahia dos donos do poder ou dos calados, dos decepados pela escola, por uma cultura que nos nega a capacidade de pensar? Somos proibidos de proibir, mas somos também proibidos de refletir; decepados e, de algum modo, proibidos de amar e de odiar. Hoje, baianos têm aprendido a ser mineiros em Brasília, mas cariocas, paulistas, mineiros e outros dentro de casa tratam, cada vez mais, seu “zé-povinho” à baiana.

CARNAVAL, CARNAVAIS

Falando de Carnaval, em 1984, a Prefeitura de Salvador decretou o ano do centenário do Carnaval local. Com certidão de nascimento dada pelos órgãos oficiais, esse aniversário desconhece os carnavais de antes, dos pretos e dos pobres, dos lundus e dos entrudos. Na verdade, o que a Prefeitura da cidade festejara, então, eram os 100 anos de um certo Carnaval. Fabricação necessária apenas à legitimação da administração da época? Possivelmente não. O que aparece como evidente é a intenção de reabilitar, para a classe média, o espaço dos velhos corsos e clubes carnavalescos tradicionais que alguns de nós ainda viram com os desfiles de carros abertos que subiam da Associação Atlética, na Barra, ao Baiano de Tênis, na Ladeira da Graça, indo até o centro da cidade, sucedâneos das pranchas – os bondes de serviço e bagageiros alugados para conduzir as “moças de sociedade”, as “famílias de bem”. Cumpria reabilitar para a classe média um Carnaval que já mostrava sinais de violência com a presença dos trios elétricos, mas que se pretendia apresentar perante um mercado turístico nacional, e com vistas também ao mercado internacional, como uma festa segura, tranquila, legitimada por sua origem “de bem”.

Só que, nesse mesmo momento, começava a crescer um outro Carnaval, o Carnaval dos afoxés de negros, que, se trazia algo de bom para o turismo, representava também o risco de um “racismo às avessas”, conforme a expressão local. Por isso, o jornal *A Tarde* publica então um artigo assinado sobre o Carnaval, mas também a propósito do surgimento do Movimento Negro Unificado na Bahia (MNU), afirmando que não há discriminação, pois “possuímos vultos como Octávio Mangabeira, Teodoro Sampaio, Manuel Quirino, Luís Gama, todos modelos da raça” que tiveram oportunidade de ascensão, ordenando que fiquem os adeptos MNU “unificados em nossa sociedade, como sempre estiveram [...] unificados momescamente, sem a pretensão inglória do preconceito”.⁴ Também no mesmo ano, a propósito de conflitos entre lideranças, o jornal reclamava a necessidade de mais H maiúsculo na política.⁵

Simultaneamente, naquele mesmo momento, festejavam-se os 90 anos de Mãe Menininha do Gantois, introduzia-se o retrato de Zumbi na Câmara Municipal, dava-se a comenda Maria Quitéria a Menininha, falava-se em tombar os terreiros de candomblé e multiplicavam-se as lavagens em todas as passagens da cidade. Nesse mesmo jornal, em 1932, um editorial dissera exatamente o mesmo que acima, a propósito do lançamento da Frente Negra na Bahia, e citava os mesmos Sampaio, Quirino, Gama, acrescentando Rebouças, Montezuma e Elias Nazaré.⁶ Como se vê, ao lado da defesa de uma ortografia social anacrônica – a Bahia com H –, cobrava-se em novo tempo a igualmente antiga postura em relação à questão racial. A semântica pode parecer outra, mas a sintaxe é a mesma.

Que baianidade é essa que nega direitos a uma parcela importante da própria sociedade e, ao mesmo tempo, nega a negação dessa população, insiste no prazer da cor local, na cultura popular apenas como festa, na preguiça atribuída ao povo, numa harmonia com o negro “em seu lugar momesco” e na naturalidade da pobreza?

O que aparece naquele material de jornal da década de 1980 sugere a importância de se administrar o Carnaval, em vista tanto de interesses econômicos quanto de controle social. A pergunta é a seguinte: por que, numa sociedade extremamente conservadora como a da Bahia, tolera-se esse imenso fenômeno, um rito extremamente audacioso, com um potencial assombrador de transgressão?

4 MONTEIRO, Antônio. Afoxés e negros unificados. *A Tarde*, Salvador, 2 mar. 1984.

5 Ver: CELESTINO, Samuel. Pensem na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 25 maio 1984.

6 *A Tarde*, Salvador, 6 dez. 1932.

Eu arrisco: primeiro, pela sua capacidade de transferir para o plano simbólico o que porventura ameace; e ao mesmo tempo, e por isso mesmo, pela sua enorme demonstração de ordem? O Carnaval é, na verdade, um monumento de disciplina. Como imaginar uma população imensa nas ruas, sem ninguém tocar em ninguém ou nos bens privados, a não ser por um acidente, por uma perda isolada de controle ou pela violência dos agentes de policiamento, numa demonstração singular de que espaço e tempo são aí profundamente regrados?

ESTUDAR O INVISÍVEL CULTURAL

Por isso, concordo com a pró-reitora, professora Nice Americano da Costa, quando, em artigo recentemente publicado em *A Tarde*,⁷ reage à reclamação de um cronista político do jornal por ter a Universidade Federal da Bahia (UFBA) decidido estudar o Carnaval. Ao estudar um megaevento como o Carnaval, de certo modo, a universidade se contemporaneiza, se põe ao par com o seu tempo. Isso é importante, porque tratar o Carnaval como objeto de pesquisa representa divergir da obsessão da historiografia convencional pela cronologia dos eventos e vultos, basicamente de elite, em favor de uma opção pela observação do cotidiano, pela reiteração dos processos locais, portadores da universalidade da vida social.

Iniciativas dessa natureza não são inéditas. Nessa mesma universidade, Luís Mott, por exemplo, vem trabalhando há anos com temas ainda há pouco proibidos no mundo acadêmico; Roberto Albergaria é outro exemplo. Porém, autores menos recentes também o fizeram. José Calasans registrou o ideário da cachaça em *Cachaça, moça branca: um estudo do folclore*; Thales de Azevedo escreveu sobre o namoro à antiga, os ritos de passagem em nossa sociedade e chamou a atenção, em um longo ensaio sobre a *Praia, espaço de socialidade*, para o fato de que, apesar de 8 mil quilômetros de praia e de milhões de pessoas que se mobilizam para ir à praia – um hábito começado há apenas 70 anos –, isso não é estudado no Brasil, como se não se quisesse vê-lo.

Há uma invisibilidade em fenômenos que são fundamentais na vida social, resultante das formas como a estrutura cultural nos cega em relação a eles. Em *La*

7 COSTA, Nice Americano da. Universidade Federal Contemporânea da Bahia. *A Tarde*, Salvador, p. 6, 13 dez. 1997.

pensée sauvage, Lévi-Strauss chama a atenção para a existência de classificações extremamente complexas, de termitas, feitas por povos primitivos, insuspeitas pela cultura ocidental. E Darcy Ribeiro, que gostava de falar de sua imensa experiência com grupos indígenas no Brasil, costumava dizer que, enquanto andava com os índios urubu no Maranhão, ficava perplexo ante a sensibilidade deles face à diversidade da floresta, que ele, como branco, não conseguia ver. Essa cegueira cultural nos é posta pela sociedade, que, como em outras oportunidades, nos impõe o que conhecer, por que conhecer, como conhecer e onde conhecer.

Se apenas popular ou mais que isso, não vem ao caso agora. Vale, entretanto, fazer uma pergunta fascinante: não seria outra a consciência do brasileiro sem o Carnaval? Estudar o Carnaval no que tem de invisível cultural é, sem dúvida, um desafio.

CAETANO DOUTOR, DESAFORADO⁸

Tratar o Carnaval significa tratar um rito não de passagem, mas um rito civilizatório, global e, como todos os bons ritos, criador de ritmos, de espaço e de tempo. O Carnaval nos ensina o nome dos lugares, os tempos, o círculo repetitivo do calendário anual, régua e compasso da vida social brasileira.

Os ritos, que têm a capacidade de consolidar e confirmar estruturas, são também veículos de mudança. Eles permitem, num tempo e espaço sacralizados, que se possa enfrentar e viver o interdito, o proibido do cotidiano. Como rito, o Carnaval é também, ao mesmo tempo, um grande consolidador e desestruturador dos padrões culturais brasileiros e tem esse papel como vivência sacralizada da transgressão.

Estudá-lo, porém, traz suas ciladas. Daí a tentação de outra pergunta: por que, a partir de uma universidade particularmente conservadora como a nossa, extremamente silenciosa quanto às características da estrutura oligárquica da sociedade baiana, projeta-se a intenção de estudar em ação o Carnaval, indo inovadoramente à rua de mortalha e tamborim, em contraste com seu imobilismo interno exasperante? E mais: por que uma universidade que, em 30 anos, quase

8 Este último tópico não aparece na publicação da universidade mencionada no rodapé da página inicial. Contudo, ele aparece numa versão avulsa que se encontra nos arquivos da autora.

não mudou o menu dos cursos que oferece vai agora às ruas para fazer um doutor no Carnaval quando insiste em doutorar Caetano Veloso sobre um trio elétrico no meio da festa? Por que Caetano não haverá de receber seu título dentro do *campus* e não traz algo genuinamente novo para dentro de casa?

É muito positivo discutir-se o Carnaval na universidade, tanto quanto fazer de Caetano Veloso doutor e outras tímidas transgressões. Mas conferir um título de Doutor Honoris Causa em cima de um trio elétrico e colocar o bando na rua com o crachá da instituição é algo diferente. É, como disse o próprio Caetano a respeito de cantar em castelhano, como “para me sentir outro, mas também amplia o mercado”. Por que interessa mais à Universidade da Bahia ampliar seu mercado nesse momento do que resolver seus problemas internos? Há muita gente boa, muitos professores viajando para encontros internacionais, fazendo carreiras belíssimas. Há *curriculum vitae* de mérito, gente de extrema competência. Só que a instituição vai péssima, em representação, em cara, em destino, ao tempo em que precisa urgentemente enfrentar com inteligência um governo obscurantista que se recusa a qualquer diálogo, um presidente-professor que perdeu a língua, preso a seu pragmatismo aterrador.

Se o governo nos serve deliberadamente com chavões, do lado de cá, a mesma coisa. Há anos, a universidade repete, do mesmo modo, nas mesmas horas e com o mesmo vazio de imaginação e decisão, a eterna palavra de ordem que faz da gratuidade total sinônimo de universidade pública. Enquanto isso, desafora-se um doutorado, quando, se era para mudar, Caetano Veloso é que teria de entrar na universidade, e não a universidade ir, aqui sim, momencamente à rua, além do foro de sua própria cidadania.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Baiano nacional: particularismos culturais e pauta nacional. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, n. 8, p. 101-108, mar. 1993.

CELESTINO, Samuel. Pensem na Bahia. *A Tarde*, Salvador, 25 maio 1984.

COSTA, Nice Americano da. Universidade Federal Contemporânea da Bahia. *A Tarde*, Salvador, p. 6, 13 dez. 1997.

MONTEIRO, Antônio. Afoxés e negros unificados. *A Tarde*, Salvador, 2 mar. 1984.

BRASIL CAIPIRA¹

Duraram dias, na imprensa escrita e televisiva, os comentários sobre a declaração do presidente, feita em Lisboa numa reunião da comunidade da língua portuguesa, a propósito da caipirice brasileira. Num *frisson* caipiríssimo de brio nacionalista, muita gente reclamou. Alguns na defesa do respeito à verdadeira cultura caipira, que ninguém há de negar; outros, pela honra da nação! Pouquíssimos, como Darcy Ribeiro, com um manifesto de bom senso e lucidez. Mas a verdade é que Fernando Henrique Cardoso tem razão! O Brasil tem mentalidade caipira, caipiau, tabaréu, matuta, jeca etc., herança de uma constituição social perversa, que produziu não apenas o provincianismo privatista, mas também o analfabetismo, a subnutrição, a falta de saúde e a impotência política de uma imensa parcela de sua população. Depois da sustentação do real, o presidente prestou um grande serviço ao país: um choque de realidade. Se suas motivações e o lugar do feito não foram dos mais próprios, que o esnobismo da explicação de como ele veio a descobrir essa fraqueza brasileira fosse um pouco caipira e que a frase saísse em defesa de uma política de abertura econômica em vários pontos questionável não vem ao caso aqui. O caipira ocorre sob as melhores latitudes, mas lhe faltou dizer que a caipirice dos mais fortes – inglesas, francesas, americanas e paulistas –, cada um a seu tempo e em seu lugar, não foi e não é boa para o Brasil, por óbvias razões! É que todas as culturas nacionais – caipiras no bom sentido – só são grandes no quadro de uma verdadeira universalidade respeitadora dos direitos sociais e

1 Publicado em *A Tarde*, 20 set. 1996.

individuais e conscientes do valor das conquistas humanas. Mas negar que o Brasil como estrutura social é um anacronismo – herdeiro do escravismo e do latifúndio rentista – é outra coisa, e a caipirice no sentido pejorativo tem a ver com isso.

Como se sabe, a escravidão é uma avenida de mão dupla, em que escravo e senhor se degradam. A mão de ida é a coisificação do homem como escravo; a de volta, a formação de uma armadura de abusos em que se afundam todos os senhores. No conjunto da sociedade, o produto é uma nação aleijada por instituições e práticas absolutamente incapazes de vencer o ciclo inesgotável da negação do outro. A escravidão moderna, porém, é mais ainda. Como também se sabe, o escravo da era do *plantation* é ferramenta, uma espécie de equipamento – comprado, negociado, gasto e descartado, como parcela do parque físico da produção. Intimamente associada à grande propriedade e a um Estado patrimonialista, apesar de todas as alegadas “bondades” das relações escravistas no Brasil, a escravidão produziu uma maioria de menores.

Escravidão, latifúndio e patrimonialismo – o triângulo colonial tão caipiristicamente vivo ainda – proibiram a industrialização até a independência, impediram o desenvolvimento educacional, inviabilizaram o ensino superior, a ciência e a tecnologia, criaram a sinistra divisão entre trabalho dito manual e não manual e marcaram com uma sina maldita a necessária reforma agrária, já reclamada desde o movimento abolicionista. Se efetivada com seriedade, uma reforma patrimonial poderia ter permitido a formação de uma classe média rural, um campo menos adverso e cidades menos “desurbanas”. Onde o Brasil deu certo, ou menos inepto à contemporaneidade, como nos estados do Sul, à exceção do mundo da pecuária e da charqueada, não houve a grande propriedade ou a escravidão. O aparente êxito da revolução política do Ceará tem como panos de fundo a crise da produção do algodão em extensos latifúndios arcaicos e a afirmação de uma sociedade de mercadores e de pequenos negociantes que hoje conseguem governar-se com relativa modernidade em nível do estado e de várias prefeituras, inclusive a de Fortaleza. Onde não deu certo, exceto temporariamente para os poucos donos dos vários poderes, a começar com a cana e o açúcar, mas passando pela borracha na Amazônia, o fumo e o cacau na Bahia, o algodão no sertão cearense, a velha pecuária dos gerais e da margem do São Francisco, a mineração predatória do homem e da natureza, houve o latifúndio associado a modalidades pós-escravistas de servidão – o arrendamento mesquinho e precário, a parceria espoliativa, o assalariamento selvagem.

O Brasil tornou-se, em grande parte, uma senzala à sombra da casa-grande, um mar de mocambos ao lado de seus sobrados. Não adianta passar o mito dos vilões naturais – a seca, o besouro do algodão, a vassoura de bruxa – ou insistir na paranoia do inimigo externo – a competição das Antilhas e do açúcar de beterraba, da Malásia, e da borracha sintética, a proximidade da costa ocidental da África frente aos mercados consumidores do cacau. Desde os anos dourados daquelas e de outras produções no Brasil, não houve política do açúcar, Comissão de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Ceplac), Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste (Sudene) e dinheiro do Banco do Brasil que convencessem os senhores da terra a mudar um centímetro em seu conservadorismo – misto de ganância, cegueira e aversão ao trabalho. Todos compraram o melhor que os mercados de consumo, de dinheiro e de imóveis puderam oferecer aqui e afora. Só não fizeram foi permitir a formação, como na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália, de uma classe trabalhadora educada, consciente, nutrida e saudável. É que uma força de trabalho descartável como se instituiu no Brasil nunca precisou passar de uma fonte de energia bruta. Para o senhor, depois o padrão dos tempos pós-escravidão – das áreas de *plantation*, da pecuária extensiva, do extrativismo e da mineração –, o lucro sempre veio da renda da terra, do favoritismo governamental e da apropriação fiscal mais do que da mais-valia – aquela diferença que os clássicos assinalavam entre o preço pago pela compra da força de trabalho e a contribuição real do trabalho ao preço do produto. Por isso, o nível de qualidade do trabalho sempre foi menos importante que a submissão e a massa física de energia humana explorada.

Os impropriamente chamados homens-guabiru – que os mercados libertos do controle da sociedade vêm produzindo em todo o mundo e o real por si só não liquidará – continuam a se reproduzir neste país cada vez mais deserdados, driblados, famintos, doentes e analfabetos. A pobreza chegou ao ponto de condenar gerações inteiras de brasileiros à perda de sua autoestima, à total indigência cultural e à maior ingenuidade e impotência políticas, tão caras a certos patrões e a muitos políticos. Grande parte do Brasil de hoje cheira a senzala às vésperas do século XXI, sem ter conseguido sequer sair do século XIX, não porque somos um país com sangue negro, mas porque certa herança sinistra de nossa formação histórica se perpetuou a cada passo, a cada negócio político, a cada nova arquitetura institucional – contra os direitos humanos, contra o trabalho, contra a vida.

Quando se fala em tornar mais eficientes as máquinas públicas, em reduzir os privilégios das mordomias e punir a corrupção, num país que, todos sabem, tem um Estado desproporcionalmente privado – porque a serviço de poucos e para o benefício de ainda mais poucos –, o que resiste é o complexo da casa-grande.

Sem dúvida, a construção de uma moeda digna, respeitada como meio de troca, estável como medida e, sobretudo, uma efetiva reserva de valor, é fundamental. Mas cultura e educação, saúde e moradia decentes e expansão do emprego são inadiáveis. O que mete medo é o caipirismo das imposições, da pressa autoritária em partir céus e terras por reformas caipiristicamente simplistas – porque ignorando os custos sociais da destruição intempestiva de partes do tecido institucional. É o risco de fazer reforma agrária pela metade – sem revisão tributária eficaz e sem assistência técnica e crédito a produtores realmente comprometidos com a terra – apenas para reduzir os incômodos dos conflitos mais estridentes. O que mete medo é querer mudar, sem uma perspectiva humanista, universalista e não colonialista, como se fosse possível o milagre de construir o país para a contemporaneidade pela via reducionista da simples expansão do mercado. Caipira é desconhecer que, para a formação de uma nação com um mercado não selvagem, qualquer sociedade necessita instituir regras sólidas e agentes conscientes e éticos para esse mercado, coisa que a caipirice federal nem sempre favorece.

BLOCO III

Reflexões sobre a universidade

A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

definição e política governamental¹

INTRODUÇÃO

Aparentemente, nenhuma atividade relacionada com o ensino superior atraiu maior atenção das autoridades federais nos últimos anos do que a pós-graduação. O fenômeno é surpreendente diante da indiferença com que se assistira, até 1965, a esforços pioneiros e de grande mérito no sentido de se criar uma tradição de pós-graduação no país, como os da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na área das ciências humanas, da Universidade do Brasil, na área de engenharia, da então Escola de Agronomia de Viçosa, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos, e da Universidade Nacional de Brasília (UnB), em seus anos de implantação.

Além desses casos, realizavam-se, desde a década de 1950, numerosas iniciativas de treinamento em nível de pós-graduação na forma de cursos de especialização e aperfeiçoamento, com níveis de exigência superiores aos de muitos dos seus atuais equivalentes.

O fato é que, em 1975, por força de fortes incentivos federais, o número de mestrados e doutorados aproxima-se de 700, oferecidos por quase 50 diferentes

1 Texto produzido em 1975 e publicado no caderno *Universitas*, Salvador, n. 21, p. 27-43, 1978.

instituições de ensino superior, e encontra o mais unânime apoio nominal das administrações universitárias.

Entre esses sinais de aparente êxito de uma atividade, há tão pouco tempo quase ignorada pelo Governo Federal e que gradativamente se instalava no país por iniciativa de grupos pioneiros no meio acadêmico, ressalta-se um grande esforço de definição normativa e de consagração formal. É necessário compreender esse tipo de providência para que se avalie o significado das numerosas e crescentes iniciativas que vêm tornando os cursos de pós-graduação uma presença quase universal nas instituições brasileiras de ensino superior.

A identificação dessa definição e das medidas tomadas pelo Governo Federal nos últimos dez anos constitui o objeto deste trabalho.² Ao fim, colocam-se algumas observações que procuram sugerir o papel da política de pessoal do magistério e de pós-graduação na formação de um novo tipo de bacharel.

A DEFINIÇÃO FORMAL DA PÓS-GRADUAÇÃO

A situação do ensino de pós-graduação no Brasil deve ser avaliada, em primeira instância, na perspectiva da doutrina que se expressa nas disposições normativas relativas à pós-graduação. O caráter em grande parte instaurador da reforma, no tocante à pós-graduação, não pode desconhecer nem a existência de experiências anteriores à chamada legislação da reforma e até mesmo anteriores à década de 1960, nem a significação do movimento de reforma universitária já bastante vigoroso desde os anos 1950. Contudo, dado o reduzido número de programas existentes até o meado dos anos 1960, é possível dispensar-se, numa análise menos minuciosa, a consideração pela pós-graduação antes de 1965.

Aparentemente, 1965 constitui um ano crítico com referência à pós-graduação no Brasil. De um lado, pela primeira vez, são definidas em conteúdo tais

2 Este trabalho baseia-se na análise de documentos – legislação, catálogos de instituições, declarações de autoridades – e de dados secundários, realizada por ocasião da elaboração de parte referente à pós-graduação, do relatório de Avaliação da Implantação da Reforma Universitária, Salvador, Centro de Administração Pública, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 1974, e em observações diretas de vários programas de pós-graduação, particularmente na UFBA. Não foram, entretanto, utilizados aqui dados de campo colhidos especificamente em função do convênio referido acima. Este trabalho tem por referência a documentação disponível até o meado de 1975.

atividades em parecer aprovado pelo Conselho Federal da Educação (CFE) em dezembro do mesmo ano;³ de outro, parece que se inicia aí um período de menor interesse ou de menores possibilidades da parte das instituições universitárias em criar novos programas de mestrado e doutorado. Dados levantados em 1974, para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), revelam que, a partir daquele ano e até praticamente 1968, não chegou a duplicar o número de cursos existentes em relação ao total já em funcionamento em 1965.⁴

Convém registrar que não era insignificante o volume de diferentes atividades de pós-graduação já existentes em 1965, considerando a deficiência de recursos materiais e de pessoal e de incentivos como os que se apresentam hoje a partir de iniciativas do Governo Federal. Segundo levantamento realizado pela Capes naquele ano, existiriam, então, 96 cursos de pós-graduação propriamente ditos, além de 286 cursos de aperfeiçoamento e especialização.⁵ Recentemente, o citado levantamento de 1974 promovido pela Capes registrou, para 1965, apenas 62 cursos de pós-graduação em sentido estrito, 45 mestrados e 17 doutorados.⁶ É possível que a diferença para menos se deva à aplicação de critérios mais exigentes ou mais formalísticos na conceituação da pós-graduação em sentido estrito – mestrado e doutorado – e à descontinuidade de cursos que já então existiam ou se implantavam. O que se verifica é que, entre 1965 e 1970, mas, sobretudo, entre 1966 e 1968, retraem-se de modo radical as iniciativas de ensino a esse nível.

Não vem ao caso analisar as razões que levaram a essa espécie de involução de um processo que se desenvolvia com aparente naturalidade, como um movimento interno ao próprio meio acadêmico. A generalizada crise institucional do país? A aguda crise do próprio sistema universitário? A verdade é que somente ao

3 Parecer nº 977/65 da Câmara de Ensino Superior do CFE, aprovado em 3 de dezembro de 1965, com assinaturas de A. Almeida Jr., presidente da Câmara de Ensino Superior (CESu); Newton Supcypira, relator; Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Dermeval Trigueiro, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valmir Chagas e Rubens Maciel.

4 BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Cursos de pós-graduação*: Brasil, estágio atual. Brasília, DF: CAPES, 1974a.

5 BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1965 apud MACIEL, Rubens. Cursos de pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 47, n. 105, p. 91-101, 1967.

6 BRASIL, 1974, p. 8. Ver Tabela 5.

fim de 1965 tomou pela primeira vez o Governo Federal uma posição explícita a respeito da pós-graduação ao solicitar uma definição da matéria ao CFE.

Até o fim de 1965, apesar do crédito alcançado pelos doutoramentos realizados na USP, das experiências em nível de pós-graduação já existentes no início da década, ainda após a criação da UnB, com ênfase na pós-graduação como mecanismo de capacitação e renovação docente e de estímulo à pesquisa, e apesar do apoio a tais atividades prestado isoladamente pela Capes e pelo Conselho Nacional de Pesquisas (CNP), inexistia qualquer definição substantiva sobre o assunto na legislação brasileira.

Apenas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enumerava, em seu artigo 69, os tipos de curso a cargo das universidades, mencionando cursos de pós-graduação, porém se referindo a eles em termos puramente categóricos, como aqueles “[...] abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido respectivo diploma”.⁷ Mais tarde, o estatuto do magistério superior, dentro do espírito do modelo de docência superior contido na estrutura da UnB, vincularia de modo explícito, embora sumário, a pós-graduação ao magistério, deixando ao CFE a tarefa de conceituar tais cursos e fixar suas respectivas características.⁸

A coincidência entre um período de aparente retratação das iniciativas que até então se vinham realizando de modo mais ou menos espontâneo e o interesse manifestado pelo Governo Federal induz a questionar o significado da iniciativa do ministro da Educação e Cultura em obter um pronunciamento do CFE e, mais particularmente, do cuidadoso exame que faz da matéria o parecer resultante.

A verdade é que prevalecia, na década de 1960, extrema ambiguidade com relação à exata natureza dos programas de treinamento pós-graduação e que, de acordo com o citado artigo da Lei de Diretrizes e Bases, deveriam distinguir-se da especialização, do aperfeiçoamento e da extensão.

Assim, as razões da solicitação ao conselho, alegadas pelo ministro de Educação e Cultura, são “a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação [...] [e] a imprecisão, que reina entre nós sobre a natureza

7 BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

8 BRASIL. Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, DF, 10 dez. 1965. Art. 25.

desses cursos”, insistindo na necessidade de que se “[...] defina, e se, for o caso, regulamente, os cursos de pós-graduação a que se refere a letra b do Art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases”.⁹

Em trabalho apresentado no Seminário de Ensino Universitário de 1966, promovido pelo CFE, afirma-se que o termo “curso de pós-graduação” “[...] tanto é tomado em sentido estrito [...] como considerado em sentido lato e aplicado a qualquer curso em que a graduação prévia seja requisito obrigatório de ingresso”. E a mesma fonte acrescenta que, no levantamento realizado pela Capes, em 1965, 268 cursos, na verdade de especialização e aperfeiçoamento, eram dados por seus responsáveis em boa parte como de pós-graduação.¹⁰

A preocupação dominante da parte do Governo Federal parece nesse momento estar na conceituação das atividades de pós-graduação. Além da Capes, que já se revela interessada em distinguir pós-graduação propriamente dita de cursos de especialização e aperfeiçoamento, mesmo antes da solicitação do ministro, o CFE já havia levantado a mesma questão.¹¹

Por outro lado, a solicitação subentende a inexistência das atividades de pós-graduação, insistindo em “implantar e desenvolver” tais atividades, quando, na verdade, a pós-graduação, em forma mais ou menos estruturada e segundo modelos variados, se vinha difundindo a partir dos centros culturais mais avançados, embora não amplamente implantada, sobretudo nas universidades federais. Parece explícito que o que se tratava de implantar era a pós-graduação segundo um modelo determinado, em regime de cursos a constituírem dois ciclos sucessivos “equivalentes aos *masters* e *doctors* da sistemática americana”.¹² Como se sabe, coexistiam, então, o modelo de inspiração europeia, corporificado nos doutorados da USP e nas docências livres, até as formas mais estruturadas de cursos do gênero dos mestrados americanos representados pelos programas do ITA, de Viçosa e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), administrados pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) na área de engenharia.

9 CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Ensino Superior. *Parecer nº 977/65*. Brasília, DF, 3 dez. 1965. Termo de abertura do Parecer.

10 MACIEL, 1967, p. 91.

11 MACIEL, op. cit.; CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, op. cit.

12 CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, op. cit. Trecho introdutório do parecer.

Assim, o Parecer nº 977/65 ocupa-se em definir de modo minucioso um dos componentes críticos do movimento de reforma universitária, até então vacilante entre modelos mais ou menos permissivos de estruturação. E a propósito, é necessário observar que, daí até o meado de 1968, nenhuma outra providência de relevo foi tomada com referência à matéria.

O parecer estabelece, de acordo com os termos do artigo 69 citado, da Lei de Diretrizes e Bases, a pós-graduação como matéria de cursos regulares, de doutorado e mestrado, distintos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ao tempo em que firma o princípio de controle sobre tais cursos da parte do Ministério da Educação e Cultura, por meio do sistema de *accreditation* do tipo vigente nos Estados Unidos.

Em ambos os casos, a intenção formal do parecer é a de proteger a nova atividade emergente no sistema federal de ensino superior, e por ampliar-se de um modo geral no país, dos riscos da heterogeneidade e da baixa qualidade. Assim, aduz à referência especial da lei a cursos de pós-graduação em separado da referência a cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, à exigência de matrícula e à restrição a candidatos possuidores de diplomas de nível superior quanto aos primeiros, condições não exigidas para os demais tipos de curso. E conclui que a pós-graduação *sensu stricto* é “o sistema de cursos regulares que se superpõem à graduação, visando desenvolver [...] os estudos feitos nos cursos de graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico”.

Além disso, embora reconhecendo que “o Estatuto [do Magistério Superior] não confere privilégio e esses cursos para o exercício do Magistério”, dispensando-os de se submeterem à regulamentação, o parecer adverte em favor do estabelecimento de alguma forma de controle sobre sua criação e funcionamento, argumentando que, “a ser criada indiscriminadamente a pós-graduação, na maioria dos casos, se limitará a repetir a graduação, já de si precária, com o abastardamento inevitável dos graus de mestre e doutor”.¹³

Assumindo a tarefa de “caracterizar esses cursos em seus aspectos fundamentais, evitando-se estabelecer padrões rígidos que viessem a prejudicar a flexibilidade essencial a toda pós-graduação”, o parecer estabelece os seguintes princípios:

13 CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1965.

- a. escalonamento da pós-graduação em dois níveis, o de mestrado e o de doutorado;
- b. autonomia relativa entre mestrado e doutorado, não sendo obrigatoriamente o primeiro requisito para inscrição no segundo e podendo-se criar programas de doutorado sem que a mesma instituição mantenha mestrado na mesma área;
- c. distinção entre graus acadêmicos ou de pesquisa e graus profissionais, discriminados, em cada caso, de acordo com os respectivos *campi*;
- d. estratificação do programa de estudo em uma primeira fase de frequência a aulas e seminários e uma segunda de pesquisa e preparação da dissertação ou tese;
- e. estruturação curricular bipartite, compreendendo matérias da área de concentração e matérias complementares escolhidas de área afim ou domínio conexo;
- f. flexibilidade na composição dos programas individuais de estudo;
- g. fixação de duração mínima, em vez de duração uniforme, de modo a garantir mais flexibilidade na organização de programas individuais de estudo;
- h. fixação de carga máxima de trabalhos escolares não superior a 360 e 450 horas para mestrado e doutorado, de modo a conceder ao aluno certa margem de tempo para seus estudos e trabalhos de pesquisa individuais;
- i. regime de estudo com grande ênfase na participação ativa do aluno, daí a sugestão de realização da pós-graduação em tempo integral, pelo menos quando em sua duração mínima;
- j. rigorosa seleção intelectual dos candidatos;
- k. coordenação central da pós-graduação acadêmica ou de pesquisa;
- l. exigência de credenciamento do curso para que os diplomas possam produzir efeitos legais.

Em substância, o parecer confirma a concepção, em desenvolvimento no início da década de 1960, da pós-graduação como mecanismo de formação de professores para atender à expansão quantitativa e garantir a elevação dos níveis de qualidade do ensino superior, de estímulo ao desenvolvimento da pesquisa

científica, por meio da preparação de pesquisadores, e do treinamento de pessoal para as tarefas do desenvolvimento nacional, assinalando sua função precípua e permanente de “oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade das mais altas formas da cultura universitária”.

No intuito, entretanto, de precisar o teor pedagógico dessa atividade, o parecer lhe atribui o caráter de “regime especial de cursos” ou “ciclo de cursos regulares [...] sistematicamente organizados [...]”, cuja legitimidade deverá vir a ser condicionada à satisfação de critérios centralmente estabelecidos e verificados pelo Ministério de Educação e Cultura e fixa em definitivo a distinção entre cursos de pós-graduação *sensu stricto* (mestrado e doutorado) e *sensu lato* (aperfeiçoamento e especialização).

Somente em 1968 outro documento oficial expressivo voltaria a referir-se à pós-graduação. Trata-se do relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU),¹⁴ instituído em julho de 1968¹⁵ – documento semelhante ao Parecer nº 977/65, incorporando de modo definitivo a ampla implantação da pós-graduação às providências de reestruturação das universidades federais.

Com efeito, afirma o relatório, praticamente com as mesmas palavras do parecer:

[...] na Universidade moderna, a pós-graduação constitui, por assim dizer, a cúpula de estudos, o nível de cursos em que se desenvolve a pesquisa científica, se formam os quadros do Magistério Superior e se afirma a gratuidade criadora das mais altas formas de cultura universitária. A implantação dos estudos pós-graduados é condição básica para transformar a Universidade brasileira em centro criador de ciências, de cultura e de novas técnicas [...].¹⁶

14 BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. *Reforma universitária: relatório do Grupo de Trabalho sobre Reforma Universitária (GTRU)*. [Brasília, DF: Ministério da Educação e da Cultura], 1968c.

15 O GTRU foi instituído pelo Decreto-Lei nº 62.937, de 2 de julho de 1968. Mais tarde, decretos de 2 e 9 de agosto de 1968 designaram os seguintes membros: ministro Tarso Dutra (presidente), ministro Dr. João Paulo dos Reis Velloso, Pe. Fernando Bastos D’Ávila, reitor João Lira, Dr. Fernando Ribeiro do Val, professor Roque Spencer Maciel de Barros, professor Newton Sucupira, professor Valmir Chagas, deputado federal Haroldo Leon Peres, estudantes João Carlos Moreira Pessoa e Paulo Bouças.

16 BRASIL, 1968c.

No que concerne à universidade brasileira, os cursos de pós-graduação, em funcionamento regular, quase não existem. O resultado é que, em muitos setores das ciências e das técnicas, o treinamento de nosso cientista e especialista há de ser feito em universidades estrangeiras. Além disso, uma das grandes falhas de nosso sistema universitário está praticamente na falta de mecanismos que assegurem a formação de quadros docentes. Dessa forma, o sistema fica impossibilitado de se reproduzir sem rebaixamento dos níveis de qualidade. Daí a urgência de se promover a implantação sistemática dos cursos de pós-graduação a fim de que possamos formar nossos próprios cientistas, professores, bem como tecnólogos de alto padrão [...].¹⁷

É evidente que os resultados desse momento de tomada de posição explícita sobre o assunto foram, em primeira instância, a distinção entre as atividades de pós-graduação estrito e lato senso e, em seguida, a identificação das primeiras como mecanismo por excelência de formação de docentes de ensino superior.

A POLÍTICA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

As referências aos documentos oficiais feitas até agora indicam muito da orientação adotada pelo Governo Federal com referência à pós-graduação. Contudo, cumpre examinar algumas medidas expressamente voltadas para a concretização dessa orientação.

Em primeiro lugar, a solicitação pelo ministro de Educação e Cultura que resultou no Parecer nº 977/65 assinala a restrita experiência brasileira com o ensino pós-graduação. Contudo, foi o relatório do GTRU o primeiro documento a dirigir-se ao problema, colocando-o em termos de um dilema entre a necessidade de implantar o sistema e a precariedade de condições favoráveis a tal fim: “Inicialmente [afirma o relatório], defrontamos a opinião segundo a qual não poderemos pensar em desenvolver a pós-graduação se ainda não conseguimos elevar o nível de eficiência de nossos cursos de graduação. Faltar-nos-ia a infraestrutura necessária à implantação dos cursos pós-graduados”. Esse argumento nos conduz

17 Ibid, p. 39-40.

a verdadeiro círculo vicioso. Se a pós-graduação é o lugar, por excelência, onde se formam os professores qualificados do ensino superior, sem ela não poderemos melhorar nossos cursos de graduação. Ou então teríamos que recorrer indefinidamente à formação pós-graduada no estrangeiro, com o risco de perdermos nossos melhores cientistas como ocorre atualmente. Temos, portanto, de romper o círculo vicioso. Nas condições atuais, não podemos esperar que as universidades, por sua própria iniciativa, resolvam o problema a curto prazo. “[...] Daí a necessidade de se promover uma política nacional de pós-graduação que coordene esforços e mobilize recursos materiais e humanos”.¹⁸

Define-se, portanto, o GTRU em favor de uma ação que se propõe instaurativa, para usar uma expressão do professor Newton Sucupira, de um dos componentes críticos da reestruturação do ensino superior. Reconhece que “existem no Brasil, espalhados por várias universidades, pesquisadores capacitados, trabalhando isoladamente, e, muitas vezes, sem meios adequados [...]” e que “toda a questão é concentrar recursos em determinadas áreas”.¹⁹ E aponta como solução a ideia que viria a assumir considerável preeminência nos anos imediatos ao trabalho do grupo, entre as preocupações dos legisladores da reforma universitária: a criação de centros regionais de pós-graduação.

A ideia da criação dos centros conduziu a um esforço relativamente grande de definição normativa, tendo sido objeto do Decreto nº 63.343/68, que dispõe sobre a sua instituição, do Decreto nº 64.085/69, de constituição de uma comissão executiva do programa de implantação de tais centros, e do Decreto nº 67.350/70, que determina sobre a implantação dos centros em si.

As justificativas em favor da criação dos centros regionais, a enumeração de seus objetivos e outras disposições contidas nos decretos referidos contribuem para explicitar o conceito que se firmava, então, da pós-graduação entre as autoridades federais.

Com efeito, o Decreto nº 63.343/68 recorre, entre outros, a três argumentos em favor da criação dos centros:

[...] a importância fundamental da pós-graduação para pesquisa científica e a formação de professores do ensino superior e de tecnó-

18 BRASIL, 1968c, p. 41-42.

19 Ibid., p. 42-43.

logos de alto padrão; [...] a necessidade de se oferecerem adequadas condições aos cientistas brasileiros e de se estimular o retorno dos que se encontram no estrangeiro; [...] ser a existência de cursos de pós-graduação [...] matéria de interesse nacional, tendo em vista a expansão e o aprimoramento do ensino superior e a necessidade de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica [...].²⁰

Além de relacionar como objetivos dos centros regionais a formação de pessoal para o ensino superior, a preparação de pesquisadores e de técnicos e a criação de condições favoráveis ao trabalho científico, de modo a estimular a fixação dos cientistas no país, o Decreto nº 63.343/68 determina, no parágrafo 2º do artigo 3º, que, “na instituição dos centros, serão escolhidos prioritariamente setores vinculados à expansão do ensino superior e ao desenvolvimento nacional em seus diferentes aspectos”.²¹

A tentativa, praticamente nunca implementada da criação dos centros regionais, representa, assim, a primeira iniciativa de ordem prática ligada à política de pós-graduação no país.

A segunda providência ocupa-se do funcionamento de tais cursos, segundo a linha sugerida pelo Parecer nº 977/65 de se estabelecer um sistema de credenciamento ao modo do *accreditation* americano. Possivelmente, a principal motivação para tal providência derivou do surgimento de direitos que passaram a ser atribuídos aos portadores de graus de pós-graduação, por força da regulamentação da carreira do magistério.

Assim, a exigência de títulos e certificados de pós-graduação para o exercício da docência em nível superior fez-se acompanhar, à medida que se fazia expressa na legislação, da exigência de que os graus de mestre e doutor fossem obtidos em cursos regulares ministrados em instituições expressamente credenciadas para tal fim pelo Ministério de Educação e Cultura.

Já em 1968, a Lei nº 5.540 estabelecia que “o Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua orga-

20 BRASIL. Decreto nº 63.343, de 1 de outubro de 1968. Dispõe sobre a instituição de Centros Regionais de Pós-Graduação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 1968a.

21 Ibid.

nização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos credenciados por aquele órgão”.²²

O conselho evidentemente poderia dispensar-se, então, de conceituar tais cursos, já minuciosamente definidos quatro anos antes, no Parecer nº 977/65, porém faltava-lhe estabelecer as normas de seu credenciamento. E assim, na mesma data da assinatura do Decreto-Lei nº 465/69, relativo ao magistério superior, aprovava, sob a forma de parecer, o projeto de normas apresentado pelo mesmo relator do Parecer nº 977/65.

As normas de credenciamento contidas no Parecer nº 977/69 não só especificam requisitos para tal fim como completam o próprio entendimento da pós-graduação. Como requisito para o funcionamento de tais cursos, o parecer relaciona exigências relativas à demonstração de viabilidade dos cursos em termos da disponibilidade de pessoal docente qualificado, de recursos financeiros, de instalações, equipamentos, laboratórios e biblioteca e de regime didático conforme concebido no Parecer nº 977/65.

Além disso, o parecer admite a possibilidade, em caráter excepcional, de outras instituições, científicas e culturais, além da universidade, ministrarem tais cursos, não restringindo, portanto, a pós-graduação ao âmbito das instituições de ensino e muito menos das universidades. Nisso confirma-se a grande importância atribuída à associação entre pesquisa e ensino de pós-graduação, reiterada adiante na exigência de que, para o doutorado, “a instituição se encontre em condições de desenvolver programas de pesquisa avançada com participação de professores do curso”. Por outro lado, exige-se que pelo menos parte do corpo docente – 40% no caso de cursos com áreas básicas e 20% nas áreas técnico-profissionais – esteja em regime de tempo integral.

Embora o início da corrente década tenha assistido a um crescimento inédito do número de cursos em nível de pós-graduação, nenhuma outra medida relevante sobre o assunto foi tomada pelo Governo Federal até meados de 1973, com a constituição de um grupo de trabalho que, entre outras medidas, recomendou a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNP-G), instituído em janeiro

22 BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 nov. 1968b. Art. 24.

de 1974²³ como órgão interministerial, com as funções de formular a política geral de pós-graduação do conselho e de coordenar a sua execução. Especificamente, cumpre ao conselho fixar metas e prioridades e um orçamento unificado referente a esse nível de ensino.

A criação do CNP-G talvez represente de fato o primeiro passo para o estabelecimento e a implementação de uma política em sentido estrito, cuja ausência resultou numa série de inconvenientes apontados posteriormente no diagnóstico integrante do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), iniciativa do conselho logo após sua criação.²⁴

Além disso, enquanto preparava-se o PNPG, o Ministério da Educação em seu Departamento de Assuntos Universitários (MEC-DAU) elaborou o primeiro documento diretamente ocupado com a demanda previsível de pós-graduação, levando em conta basicamente as necessidades de formação de docentes.²⁵

O PNPG reafirma as ideias contidas no Parecer nº 977/65, insistindo em outras funções da pós-graduação além daquela enfatizada pela legislação a partir de 1968 com referência ao exercício do magistério superior. Assim, são assinadas, além do objetivo de formar professores de ensino superior, as funções de formar pesquisadores e incentivar a pesquisa em todos os campos e preparar profissionais de nível elevado. Contudo, conforme afirma, o objetivo fundamental do plano nacional “é transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes, o que será alcançado na medida em que o sistema de pós-graduação exerça eficientemente suas funções formativas”.

As inovações aparentemente mais significativas do plano parecem ser a concepção de sistema de pós-graduação – com vários níveis de articulação, desde aquela pela primeira vez, formalmente prevista entre o CNP-G, o CFE, o MEC-DAU, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

23 Houve apenas, nesse intervalo, um fato a assinalar: o primeiro Simpósio Nacional de Centros Regionais de Pós-Graduação, realizado de 18 a 20 de janeiro de 1972, por iniciativa da Comissão Nacional de Centros Regionais de Pós-Graduação sob o patrocínio do MEC-DAU. Essa reunião ocupou-se particularmente de problemas de formação em pesquisa de pós-graduado, da assistência personalizada por professores orientadores e da necessidade de associar pesquisa e ensino em nível de pós-graduação.

24 Aprovado em 11 de novembro de 1974.

25 BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Estágio atual da pós-graduação e necessidades de treinamento de professores universitários em nível de pós-graduação*. Brasília, DF: CAPES, 1975.

(CNPq) e outros órgãos com funções de apoio e estímulo à pesquisa e formação de recursos humanos, até o nível das instituições executivas – e a atenção dada à qualidade de tais atividades, assinalada pela preocupação com a seleção do corpo docente, com a organização administrativa, com as bases materiais e os recursos humanos mobilizáveis e com os processos de ensino e produção científica.

PÓS-GRADUAÇÃO E MAGISTÉRIO SUPERIOR

Na prática, apesar das frequentes referências à pesquisa científica e à necessidade de formação de profissionais de alto nível, parece evidente que a pós-graduação somente veio a expandir-se em função dos incentivos estabelecidos com referência ao magistério superior. Parte de um conjunto de mecanismos de acesso e promoção ligados ao serviço público, a pós-graduação passou a ser vista como uma necessidade inadiável desejada como condição de fixação e meio de afirmação, particularmente pelos novos docentes assimilados nos últimos cinco anos às instituições públicas.

Seria difícil imaginar o volume atual de cursos e a generalizada aceitação nominal da pós-graduação nas instituições brasileiras de ensino superior, sem a explícita valorização dos títulos correspondentes por parte da legislação ligada ao magistério.

Apesar da exigência genérica da pós-graduação para a docência em nível superior, contida no estatuto do magistério, além da importância atribuída à pós-graduação no Parecer nº 977/65 como mecanismo de formação do docente, o relatório do GTRU é o primeiro documento oficial a definir explicitamente o papel da pós-graduação na carreira docente.

Dentro do princípio de que não lhe cumpria:

[...] formular um diagnóstico da presente crise universitária, nem mesmo de traçar os delineamentos de uma reforma, e sim propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.²⁶

26 BRASIL, 1968c, p. 15.

O GTRU estabelece, em seu relatório, o princípio de “unidade da carreira docente” firmado na ideia de “indissolubilidade das tarefas de ensino e pesquisa”,²⁷ determinando: “Unificada, deve a carreira docente, nos seus vários níveis que os estatutos e regimentos universitários estabelecerão, vincular-se, em caráter preferencial, aos graus e títulos acadêmicos, bem como ao teor científico-cultural dos trabalhos dos que a percorrem”.²⁸

E declara, a seguir que:

[...] firmado o princípio [da unidade de carreira], foi possível, no caso do ensino superior federal, fixar desde logo os níveis da carreira e estabelecer exigências, ainda que sem fixação de prazos, para o ingresso e o acesso nela, na dependência da obtenção de títulos acadêmicos de mestre e doutor em centros de pós-graduação reconhecidos pelos órgãos competentes.²⁹

De modo inequívoco, o relatório assegura que, sendo a pós-graduação “o lugar, por excelência, onde se formam os professores qualificados do ensino superior, sem ela não poderemos melhorar nossos cursos de graduação”, indicando a necessidade de providências específicas a respeito por parte do Governo Federal.³⁰

Com efeito, menos de dois meses depois, em 1º de outubro de 1968, era assinado o decreto que instituía os centros regionais de pós-graduação, cujo primeiro dos objetivos explicitados seria o de “formar professorado competente para atender à expansão do ensino superior, assegurando, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade”.³¹

Por sua vez, a primeira lei sobre o ensino superior promulgada após o trabalho do GTRU, a Lei nº 5.539, de 27 de novembro seguinte, modificando a Lei nº 4.881-A/65, do estatuto do magistério superior, viria a estabelecer o prazo máximo de quatro anos para que viesse o auxiliar de ensino a obter “certificado de aprovação em curso de pós-graduação, sem o que seu contrato não poderá ser mais renovado”.

27 BRASIL, 1968c, p. 35.

28 Ibid., loc. cit.

29 Ibid., p. 36-37.

30 Ibid., p. 41-42.

31 BRASIL, 1968a. Art. 1, Alínea a.

Segue-se a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, chamada “lei da reforma universitária”, fixando as normas de organização e funcionamento do ensino superior e que estabelece que “[...] a formação e o aperfeiçoamento do pessoal docente de ensino superior obedecerão a uma política nacional e regional [...]”.³²

Embora omissa quanto à exigência de pós-graduação para a docência em nível superior, a Lei nº 5.540 cria as condições formais para tal exigência, atribuindo ao governo a tarefa de fixação de uma política sobre o assunto. Promulgada em concomitância com outros documentos normativos que fazem explícita referência à pós-graduação como condição para a docência universitária, a Lei nº 5.540 e outras disposições contemporâneas e subsequentes tendem a sugerir uma forte associação entre pós-graduação e docência.

Assim, pelos anos subsequentes, a pós-graduação *sensu stricto* passou a assumir o caráter de único meio reconhecido de qualificação de pessoal para o ensino superior.³³

Entretanto, a vinculação da docência à obtenção de título de pós-graduação e, mais ainda, em curso regular reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura, assume sua forma mais explícita no Decreto-Lei nº 465/69, que estabelece normas complementares à Lei nº 5.539/68 sobre o magistério superior. Os extratos a seguir, reproduzidos do referido decreto-lei, contêm as disposições pertinentes ao assunto:

Art. 2º - o cargo de professor assistente será provido mediante concurso público de títulos e provas, aberto a graduados no setor correspondente de estudos, que hajam concluído cursos de especialização ou aperfeiçoamento, constituindo títulos preferenciais o *diploma de mestre* e o estágio provatório como auxiliar de ensino.

Parágrafo único - o estatuto ou regimento fixará o prazo, não superior a seis anos, a partir do qual se exigirá dos candidatos ao cargo de professor assistente o *título de mestre obtido em curso credenciado*.

32 BRASIL, 1968b.

33 A propósito dos inconvenientes de tal associação, ver SANTOS, Roberto. A formação de professores para o ensino superior. In: CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Seminário de Assuntos Universitários*. Brasília, DF: CFE, 1973. Recentemente, a Capes tem assumido a mesma posição, incentivando e promovendo cursos de especialização e aperfeiçoamento para docentes de nível superior.

Art. 3º - o cargo de professor adjunto será provido mediante concurso de títulos a que poderão candidatar-se os professores assistentes, dando-se preferência, em igualdade de condições, aos que possuírem o *diploma de doutor obtido em curso credenciado*.

§ 2º - o professor assistente que obtiver o *título de doutor em curso credenciado* será automaticamente equiparado à condição de professor adjunto, recebendo gratificação correspondente à diferença entre as duas condições funcionais, até que haja vaga ou novo cargo criado.

Art. 4º - o *título de mestre ou doutor, obtido em curso credenciado*, constitui requisito para a inscrição em prova de habilitação à docência livre, ressalvados os direitos dos atuais docentes desta categoria.

Art. 5º - o *título de doutor, obtido em curso credenciado*, assegura direito à inscrição para provimento de qualquer cargo ou função na carreira do Magistério.³⁴

Em seguida, dentro do espírito do Decreto nº 63.343/68 sobre a instituição de centros regionais de pós-graduação, o Decreto nº 67.350/70, dispendo sobre a implantação de tais centros, confirma a atribuição a estes da função de “formar e aperfeiçoar pessoal docente para o ensino superior”.³⁵

Por fim, a Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, fixando a retribuição, entre outros, do grupo magistério, consagrou de modo inequívoco os títulos e certificados de pós-graduação, em sentido tanto restrito quanto lato, como base para a concessão de incentivos ao docente de ensino superior ligado às instituições federais.

Entre os incentivos salariais previstos, figuram três níveis de remuneração adicional correspondentes, respectivamente, à posse do grau de doutor ou título do livre docente, do grau de mestre e à de certificado de curso de aperfeiçoamento ou especialização. Tal incentivo, se aplicado a docentes em tempo

34 BRASIL. Decreto-lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 fev. 1969. Grifo nosso.

35 BRASIL. Decreto nº 67.350, de 6 de outubro de 1970. Dispõe sobre a implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 out. 1970. Art. 3º.

integral, ultrapassa, no caso de doutores e mestres, o volume da remuneração adicional devida por força de comprovação de produção científica ou técnica ligada ao ensino e à pesquisa.³⁶

Por outro lado, a mesma lei mantém a exigência do grau de doutor ou diploma de livre docente para o acesso aos cargos de professor adjunto e professor titular e o de mestre para o de professor assistente.³⁷

CONCLUSÃO

Como é fácil de constatar, a realidade dos cursos de pós-graduação está em grande parte longe de corresponder à imagem que a eles procuram impor depoimentos oficiais e documentos normativos a propósito. Discrepâncias desse tipo não são inéditas na evolução e na prática atual da vida institucional brasileira. E não são elas que interessam aqui. Este trabalho procurou ocupar-se da definição formal e dos aspectos explícitos da política governamental de pós-graduação como uma tarefa elementar, porém essencial, à compreensão da prática atual desse nível de ensino no Brasil.

Daí a uma análise dessa prática, vários outros elementos serão necessários, em particular a consideração pelos mecanismos gerais do sistema de classes sociais e pela estrutura interna de poder das universidades brasileiras. Contudo, vale a pena concluir com algumas observações que poderão encaminhar a proposição de outras questões e diagnósticos.

Apesar de definida com também outras funções, não resta dúvida de que é em seu caráter de atividade permanente e regulamentada de ensino – que a legislação fixou, a partir de 1969, e que a prática imposta pelas normas referentes ao magistério superior a concebe – que a pós-graduação constitui um componente significativo do conjunto de medidas adotadas, a partir de 1968, de reestruturação compulsória das universidades federais brasileiras.

36 BRASIL. Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974. Fixa a retribuição do Grupo-Magistério, do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1974b. Art. 5º, itens II, III, IV e V e tabela anexa.

37 *Ibid.*, Art. 12.

Tendo em vista os incentivos oferecidos ao docente que obtém grau ou certificado de pós-graduação, compreende-se em que medida podem e de fato prendem-se aos interesses de acesso e promoção entre candidatos ao magistério superior a aceitação e o empenho pela pós-graduação.

Além disso, incentivos semelhantes começam a se firmar entre órgãos administrativos governamentais, ao modo como se fixou a valorização praticamente irrestrita do diploma de nível superior no serviço público. Por outro lado, a expansão da pós-graduação vem nutrindo-se de um mecanismo circular. No que a legislação e a execução da política governamental procuram protegê-la e incentivá-la, introduz-se uma estratificação das atividades e do corpo docente de ensino superior, que tende a reproduzir-se e inclusive a aprofundar-se a curto prazo, à medida que os salários e outras formas de retribuição favorecem a minoria docente em controle desse nível de ensino.

Aparentemente, a revalorização de cursos que não sejam de mestrado e doutorado, tão enfaticamente desenvolvida pela Capes nos últimos dois anos, tem uma dupla função em relação à persistência desse padrão de estratificação.

Em primeiro lugar, a distribuição de tais certificados, obtidos em cursos com creditação, às vezes muito generosa em relação ao nível que alcançam e com critérios de seleção mais tolerantes, contribui para reduzir a competição pela pós-graduação *sensu stricto*. Em segundo, eles fortificam a fração docente ligada à pós-graduação, reforçando seu monopólio de ensino e conferindo-lhe maior influência e poder perante o restante do corpo docente.

A outra observação que ressalta da análise feita diz respeito à natureza das atividades compreendidas pelo mestrado e doutorado. Não resta dúvida de que, nesse ponto, as recomendações dos dois pareceres que ainda hoje regem mais diretamente a matéria – o nº 977/65 e o nº 977/69 – e do próprio PNPG consagraram um formato específico de pós-graduação: a pós-graduação americana na sua forma mais ritualizada.

Ao fazê-lo, ao lado de outras circunstâncias, como a ênfase da política federal em expandir a oferta de cursos e o déficit de pessoal docente formalmente qualificado para o ensino a esse nível, a atuação federal em favor da pós-graduação tendeu a reforçar a própria opção pelo modelo americano, na medida em que se passou a depender, na maior parte dos casos, da importação de pessoal americano e da utilização de instituições americanas para o treinamento de pessoal nacional.

Em última análise, dadas as peculiaridades atuais do mercado de trabalho universitário no Brasil, de certos mecanismos socioestruturais gerais e da estrutura de poder das universidades e da administração pública, a pós-graduação, ao que parece, veio introduzir uma nova versão de bacharelismo, possivelmente mais entrincheirado que o seu correspondente anterior, porque definido dentro de um universo de referência que tende a incorporar os escalões mais altos de mandarins e *literati* nacionais ao círculo de equivalentes fora do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Cursos de pós-graduação*: Brasil, estágio atual. Brasília, DF: CAPES, 1974a.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Estágio atual da pós-graduação e necessidades de treinamento de professores universitários em nível de pós-graduação*. Brasília, DF: CAPES, 1975.
- BRASIL. Decreto-lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 fev. 1969.
- BRASIL. Decreto nº 63.343, de 1 de outubro de 1968. Dispõe sobre a instituição de Centros Regionais de Pós-Graduação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 1968a.
- BRASIL. Decreto nº 67.350, de 6 de outubro de 1970. Dispõe sobre a implantação de Centros Regionais de Pós-Graduação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 7 out. 1970.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.
- BRASIL. Lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, DF, 10 dez. 1965.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 nov. 1968b.
- BRASIL. Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974. Fixa a retribuição do Grupo-Magistério, do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1974b.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. *Reforma universitária: relatório do Grupo de Trabalho sobre Reforma Universitária (GTRU)*. [Brasília, DF: Ministério da Educação e da Cultura], 1968c.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Ensino Superior. *Parecer nº 977/65*. Brasília, DF, 3 dez. 1965. Termo de abertura do Parecer.

MACIEL, Rubens. Cursos de pós-graduação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 47, n. 105, p. 91-101, 1967.

SANTOS, Roberto. A formação de professores para o ensino superior. *In: CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Seminário de Assuntos Universitários*. Brasília, DF: CFE, 1973.

NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO SOBRE A UNIVERSIDADE¹

A discussão referente às propostas do Governo Federal e de agentes externos sobre o ensino superior não pode se limitar a um movimento de negação apenas. O que interessa neste momento, com um atraso de muitos anos, é o debate do que fazer pelo melhor desempenho da universidade, com ideias que tenham caráter, marca, isto é, identidade. Além daí, a discussão se tornará mais uma vez um exercício ritualístico, e a mudança necessária acabará frustrada pelo rearranjo de interesses já estabelecidos e a mediocrização do sistema. O texto que segue visa o público interno e é intencionalmente crítico, exatamente para abrir o debate.

Quanto à situação das universidades federais, a crítica comum focaliza preferencialmente fatores externos às instituições em si – falta de autonomia, deficiência de recursos, baixos salários etc. – e aponta basicamente em direção a uma reforma para a qual se solicita a vontade política do poder central. Esse diagnóstico é em grande parte falso, e a solução é autoritária e ingênua. As dificuldades da universidade brasileira não podem ser reduzidas a uma questão de política de gastos públicos e remuneração de docentes e funcionários. Pelo contrário, ela precisa ser inserida no quadro da crise sociedade brasileira e de um de seus aspectos cruciais que é a vergonhosa situação educacional do país. A destruição que

1 Estas notas não haviam sido publicadas antes. Como explica a autora, serviram para uma discussão no âmbito interno da Universidade Federal da Bahia (UFBA). São contemporâneas do texto seguinte deste volume, esse sim já publicado, em 1985 (N. do O.).

os anos de ditadura e os pactos ainda vigentes entre o poder central e segmentos conservadores locais criaram torna pouco viável que possam partir apenas das universidades os conteúdos de definições de uma nova instituição. A universidade terá que se abrir para um debate com vários segmentos sociais e incorporar a temática de sua transformação à discussão dos problemas gerais da sociedade brasileira hoje.

Mas o mudar depende muito de uma vontade interna, que necessita do apoio da sociedade, mas que não pode deixar ao Estado – no caso, a União –, em articulação com grupos locais conservadores, a responsabilidade, ou melhor, os danos de mais outra safra de soluções por decreto. A reforma de 1968 e a eficácia do processo de desmoralização das universidades federais contaram com o apoio das próprias instituições.

O regime militar praticamente não mudou em qualidade as regras do poder, ainda que no bojo do pacto intrainstitucional, isto é, dentro das universidades, tenha mudado algo dos ocupantes dos cargos de autoridade. Com a desmobilização fomentada pelo governo e, mais tarde, o populismo que veio com a abertura política, as eleições produziram uma geração de administradores com visões de curto alcance, que muitas vezes se acomodaram às deficiências do sistema vigente, entenderam como transformação da universidade não mais do que sua assunção às posições de poder e as monocórdicas manifestações pela elevação dos salários e por maior disponibilidade de recursos orçamentários.

De outro lado, entre a década de 1970 e o meado dos anos 1980, a concomitância do arrocho financeiro da parte do Governo Federal e da repressão com o chamado “milagre econômico” levou as universidades federais a perderem, no mercado de pessoal de nível superior, para os governos estaduais, empresas públicas e grandes empresas privadas, os melhores de seus ex-alunos. O ensino universitário deixou de ser visto como oportunidade valorizada de carreira profissional. As universidades recrutaram mal, não necessariamente pelo nível intelectual do pessoal que assimilou, mas pelas motivações deste, muitas vezes alheias a uma verdadeira vocação para o ensino e a pesquisa. Assim, de um lado, as universidades tenderam a favorecer vocações conservadoras já a elas integradas e, de outro, a perder (ou não atrair) pessoal comprometido com seus objetivos básicos.

O regime militar passou, mas, de certo modo, suas sequelas persistem, apoiadas sobretudo no caráter conservador da sociedade e nas condições que cercam a

formação das classes médias no Brasil. Esses fatos estão, em grande parte, por detrás do autoritarismo, do ritualismo, do cooperativismo e do obscurantismo que marcam hoje a universidade. Mas, apesar do efeito dos fatores externos e, inclusive, por força da acumulação do processo da desmoralização e das dificuldades financeiras, estão em grande parte no interior das universidades sérios obstáculos a serem enfrentados. Se há algo a fazer urgente, é também a partir das instituições. Por isso, como todos nós sabemos, mas deixamos de dizer, os problemas das universidades vão além das questões que as declarações públicas apontam no rastro das reivindicações sindicais das associações de docentes e funcionários. A autocrítica é, portanto, essencial.

As universidades públicas vivem hoje, certamente, os reflexos da crise da sociedade brasileira, em particular o esvaziamento dos debates de fundo e a manutenção de arranjos conservadores. É fácil apontar os sinais de fraqueza do sistema universitário, mas parece evidente a falta de uma efetiva vontade de realmente mudar. Com eleições fundadas em discursos muito genéricos, realizadas ao largo do debate de questões centrais, as novas autoridades têm tido poucas condições para um trabalho corajoso de mudança. As queixas contra a falta de autonomia e de recursos recobrem muito do que há de autoritarismo, ineficiência e acomodação. Enquanto isso, faltam a autocrítica e a liberdade de experimentação essenciais a um processo de transformação. Somente isso poderá neutralizar o discurso imobilista, pouco franco e estéril que hoje permeia o debate sobre a universidade.

Na situação atual, persistem o particularismo na admissão de docentes, o personalismo das administrações, a acomodação e o alheamento da grande maioria dos melhores docentes frente a questões de substância. Mas há, para complicar, pelo menos dois novos vícios: o burocratismo, que entretém uma classe de professores-burocratas, em aliança com os grupos mais corporativos do funcionalismo administrativo, e o populismo, ou talvez melhor, um demagogismo primário, que mascara o conservadorismo autoritário de certas novas lideranças. A isso, soma-se a questão do financiamento da pesquisa e da extensão, que se encaminhou, muitas vezes, em direção à formação de sistema de escritórios praticamente privados de serviços – pesquisas, cursos, atendimento médico etc. – e, portanto, ao comercialismo que domina certos órgãos de extensão, às vezes sem maiores benefícios para a universidade.

Para mudar, será necessária a vontade política dos que, realmente ligados ao ensino superior e à pesquisa, estão, entretanto, fora do pacto de forças que hoje dominam certas modalidades das chamadas lutas pela universidade pública. A verdade é que, desmoralizadas e obscurantistas, grande parte das universidades públicas nunca viveu uma crise genuína no sentido que essa palavra designa: um momento de ruptura com as práticas que as mediocrizaram e de promessa de transformação. O laborismo, a superficialidade e monotonia das lutas sindicais afastaram os melhores dos seus quadros do processo político interno. Nessas condições, não se tem constituída uma questão universitária. Pelo contrário, em lugar de uma real crise de valores, é fácil suspeitar antes de uma crise de governabilidade, em que as autoridades se enfraquecem e as instituições perdem sua capacidade de captação de recursos e de uso eficaz do seu imenso patrimônio físico e de recursos humanos. Portanto, antes de tudo e o mais cedo possível, é necessário, pelo debate consistente e responsável, construir a questão da universidade pública brasileira, de modo a refazer-se o pacto interno, associando ao governo das instituições os docentes, alunos e técnicos, efetivamente comprometidos com os objetivos, do ensino superior e da pesquisa.

Sem desconhecer o efeito devastador de fatores externos, as deficiências resultam em grande parte de vícios da estrutura interna de poder. É necessário que se criem as condições que liberem potencialidades e necessidades que hoje estão reprimidas por essa estrutura. Mas a reestruturação da universidade exige, antes de tudo, o esclarecimento e a negociação de vários pontos que eliminem ou reduzam a possibilidade de desvirtuamento dos mecanismos democráticos que se pretende consolidar e tornar mais eficazes para a afirmação de suas finalidades culturais, educacionais e científicas. A leitura sem preconceitos, embora crítica, das propostas federais e outras pode ser um caminho para a formação de um novo discurso, capaz de permitir a articulação de novas alianças em favor de mudanças que não podem ser mais adiadas. A vantagem dessa tomada de posição, com lucidez e determinação, é que ela poderá remover as dificuldades de um discurso superficial e no fundo conservador.

RUMO A UMA NOVA UNIVERSIDADE¹

QUE UNIVERSIDADE?

O tema deste debate – a universidade que queremos – nos pega aparentemente de surpresa. É que, na verdade, não sabemos a universidade que queremos. E mais ainda: talvez não seja preciso saber, desde agora, que universidade poderá ser essa. Sabemos, sim, muito mais a universidade que não queremos. E por que nos precipitamos em definir em detalhe e de chofre um modelo de universidade? Se correremos com essa definição, enfrentamos o risco de entrar num processo autoritário que pode terminar por atropelar, antes que abrir, a procura de saídas não mutiladoras.

Começo, portanto, aqui, com a posição de que não há porque correr na formulação de um modelo, mas antes na colocação de questões que permitam pôr em xeque o aceitável e o inaceitável, o viável e o inviável.

Dentro dessa perspectiva, um segundo ponto a levantar é quanto à própria natureza do debate que hoje se trava sobre a universidade. O que ressalta neste debate é uma boa dose de voluntarismo. Pensa-se como se fosse possível fazer uma nova universidade a partir, por assim dizer, da “sala de aula”, isto é, de dentro, apenas de uma vontade interna à universidade. Aqui se colocam dois problemas: primeiro, a ingenuidade de ignorar a estrutura de poder que envolve

1 Texto publicado no *Boletim* 8, p. 17-26, ago. 1985, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O original indicado não pôde ser encontrado. A versão que publicamos é um avulso achado nos arquivos de Maria Brandão. Tomamos a decisão de publicar pela clareza, inteireza e qualidade do texto, além da atualidade do tema e da abordagem (N. do O.).

e se particulariza na universidade; segundo, a questão da viabilidade imediata de um processo de mudança a partir de uma instituição em que o poder não parece, pelo menos no momento, estar em xeque.

POR FORA DA QUESTÃO DO PODER

Pensar a universidade brasileira hoje e os rumos de uma nova universidade sem compreender muito bem as relações de poder que caracterizam a sociedade como um todo no Brasil é desconhecer os limites da transição por que passam o Estado e, dentro dele, a educação. É inócuo imaginar que é possível mudar a universidade sem reconhecer esses limites e sem conhecer as formas de articular interesses dentro e fora da comunidade acadêmica. E até o momento, a universidade parece alheia à problemática do poder na sociedade brasileira.

Como então abrir a questão de qual a universidade que se quer quando se passa ao largo da essência da questão nacional hoje, que é a de entender e operar sobre seus mecanismos de poder?

Porém, o segundo problema não é menor. A universidade brasileira não questiona a si própria como estrutura de poder. Há uma sensação de desconforto, há uma situação de calamidade, mas não há uma crise universitária. A universidade vive vegetativamente a crise da sociedade brasileira, porém sem uma crise própria. Tenho dito isso desde que se iniciou a última greve, em abril de 1984. Não cabe detalhar aqui o argumento, mas vale assinalar o essencial: discute-se quem ocupa o poder, questionam-se os mecanismos de acesso ao poder, na medida em que estes apontam obstáculos ao acesso às posições de poder, porém não na medida da representatividade desse poder.

Será possível mudar sem que uma crise de poder se explicita? Em outras palavras, é possível mudar quando não se questionam as regras do jogo, ainda que se discuta a composição do time?

AS QUESTÕES SEM QUESTÃO

Em resumo: primeiro, não parece que se saiba a universidade que se quer e, dadas as condições atuais, talvez seja mais democrático não correr nessa definição;

segundo, como mudar ignorando a questão de poder na sociedade como um todo e, ainda mais, quando internamente não há uma crise de poder na universidade? Há uma crise que se reflete na universidade sem que esta a assuma de modo criativo e ainda sem que produza a sua própria crise.

O que fazer? A meu ver, é necessário começar a abrir as questões que conduzam a universidade brasileira à sua crise. Ou seja, é preciso abrir as questões que levem a redirecionar a energia que se gasta num burocratismo infernal e num mal-estar generalizado, embora estéril, numa força de transformação.

Nesse ponto, não há receita prévia. Talvez seja menos importante o conteúdo do que se põe em xeque do que a radicalidade com que se questiona. Mesmo porque não há como produzir pela vontade, e muito menos pela vontade dos que estão dentro e numa situação de isolamento das questões que questionam. E o que falta à universidade – e que expressa a sua não crise, o seu marasmo hoje – é exatamente a incapacidade de se porem questões que a desafiem em seu interior. Temas como a falta de recursos, a dependência normativa do Governo Federal, o desencontro entre o serviço prestado e o mercado focalizam questões sobre a universidade, mas não fazem a substância de uma questão da universidade. Eles podem ser problemas a resolver, mas não são substitutivos para questões que toquem em essência a identidade da instituição.

DESMORALIZAÇÃO E CORPORATIVISMO

O que os governos militares fizeram foi alienar a universidade do processo político, balcanizar o corpo discente com as medidas da reforma de 1968 e superburocratizar os processos internos para esterilizar todo movimento real de confronto ao poder autoritário. Mas também se refletiram sobre a universidade as transformações mais amplas da estrutura social brasileira e da direção que tomou o Estado no Brasil. Por sua vez, esses dois processos – de um lado, a despolitização imposta pelo regime militar; de outro lado, a redefinição das relações universidade x sociedade – interagiram dentro da própria universidade e conduziram à desmoralização da comunidade acadêmica. Sobre essa terra arrasada, os únicos movimentos de resposta tomaram, inclusive por força da própria estrutura socio-política brasileira, um viés densamente corporativista que reforçou o isolamento e a despolitização da instituição.

Qual a saída hoje? Decretar a descorporativização? A desburocratização? A desalienação? Esse é o voluntarismo que não pode ser alimentado. De outro lado, a experiência mostra que a imposição de cima, como em 1968, de uma reforma que assimilou fragmentos isolados das reivindicações dos anos anteriores pode, mais uma vez, neutralizar as promessas de uma crise que talvez possa levar a universidade a um novo patamar. Na altura em que chegou o esfriamento interno, um passo para a construção de uma nova universidade é, antes de tudo, a análise das condições que a aprisionam em uma não crise, apesar das incontáveis deficiências que o discurso explícito aponta, desviando o foco das questões centrais.

A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Somente uma vontade política transformará a universidade brasileira. Mas a emergência dessa vontade aguarda o despontar de um enredo de vontades diferenciadas, um confronto de identidades assumidas. O saldo da desmoralização imposta pelo regime militar foi exatamente o de tirar as cores do espetáculo, foi o de apagar os contornos das máscaras. O processo político na universidade submergiu numa luta medíocre de atores sem persona, de diálogos sem questões, de interesses sem vontade. A luta por uma nova universidade requer, portanto, de início, a construção da identidade.

Não há regras para isso, senão a da liberdade de associação e expressão, menos através da compulsão pelo debate do que de um clima que legitime o questionar sem cerceamento. A liberdade necessária não é apenas aquela que permite as questões dadas, mas a que viabiliza as questões não pensadas.

Somente o tempo fará o momento de uma crise universitária, se essa crise realmente vier. Enquanto isso, serão as questões parciais, talvez “soltas”, de um *iceberg* imenso e diverso, que começarão a desenhar as identidades necessárias. Venham de onde elas vierem, e certamente muito a partir de fora da universidade, todas as questões servirão a esse processo. Não há por que atropelar, com a ansiedade por respostas, as dúvidas que começam a trincar mesmo as certas mais audazes. Se há algo a fazer por agora é cultivar o solo do questionar que conta.

O QUINHÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Sem repetir aqui os argumentos em defesa da universidade pública e gratuita, vale começar pela questão, sem dúvida central, quanto à universidade brasileira hoje, que é o que compete à universidade pública. A questão tem sua razão de ser, em primeiro lugar, pelo fato de que o ensino privado aí está e a luta pela universidade pública será ainda por muitos anos uma luta pela conquista de um largo espaço já ocupado, nos orçamentos públicos, pelo ensino privado. Em segundo lugar, essa luta, como se sabe, não é apenas brasileira. A crescente terceirização da economia e o avanço da informática e dos meios de telecomunicação redefiniram substancialmente o papel da educação. E esses próprios processos prometem rebater sobre os mecanismos de ensino, transformando-os em seu conteúdo teórico e organizacional. Os serviços educacionais são crescentemente comercializáveis. Como “mercadorias”, eles interessam ao capital. A luta, portanto, chegou para ficar.

Imaginar uma situação de absoluta exclusividade do ensino público é fantasia. A questão é saber qual ensino público. A meu ver, a questão está aberta. Será que interessa, do ponto de vista social, pelo menos a curto prazo, estatizar tudo que hoje entra no bolo do chamado ensino superior? Vale a pena que o Estado assumira todo e qualquer ensino diretamente ligado à produção, um ensino que se poderia dizer à porta da fábrica? Ou o que mais interessa é estatizar para tornar efetivamente públicos segmentos de pesquisa e ensino que se ligam a direitos cívicos básicos e a interesses nacionais historicamente significativos? Importa assegurar um processo crescente de universalização do acesso à educação em todos os níveis, como mecanismo de participação cultural e de valorização de interesses e da identidade de todos os grupos sociais. Nesse sentido é que a universidade deve ser aberta a todos. Essa universidade aberta, entretanto, não se deve submeter à perda de qualidade do ensino e da pesquisa e enfrentar o dilema da escolha entre tornar-se uma usina de cursinhos de segunda classe e manter a discriminação imposta pelos mecanismos de trânsito do segundo ao terceiro grau, pela violência dos horários incompatíveis com o trabalho, pela parcimônia das bolsas de manutenção do estudante sem recursos e pela concentração física das instalações disponíveis.

O que está em questão é a defesa de um ensino superior público e gratuito para que se caminhe na direção da universalização de todos os níveis de ensino e, portanto, na democratização dos meios de produção cultural. Por outro lado, o que também está em jogo é a questão da garantia de que a nação disponha de recursos e meios concentrados na universidade – para se fazerem associados ao ensino e à extensão – capazes de permitir a liberdade de investigação e o desenvolvimento da autonomia científica e tecnológica. Finalmente, o que está em pauta é também a luta pela socialização das definições de política científica e cultural e dos resultados da pesquisa.

Por tudo isso, neste momento, muito mais do que competir com a empresa privada pela gorda fatia de mercado dos cursinhos pagos, ainda que isso signifique a ampliação formal do acesso ao ensino público, cumpre à universidade pública um papel crítico na efetiva democratização do ensino superior, na valorização das carreiras docentes, na institucionalização da pesquisa e na democratização do processo de definição da política científica e cultural do país.

CRÍTICA E FANTASIA

O isolamento e a despolitização truncaram a universidade de sua história. Mas um golpe de poder sobre um conjunto de aspirações em crescendo não se sustenta sem a desmemoriação e a criação de um novo registro. A memória é o canteiro da ideologia. No processo dos últimos 20 anos, a universidade esqueceu, como a nação, muito do seu próprio processo, de sua vontade.

Hoje, a memória volta. Volta porque sem ela é impossível projetar o futuro, pelo simples fato de que a identidade social dos atores é essencial à ação histórica. E assim começamos a recontar, recriando a história do movimento estudantil, a história das pós-graduações incipientes, a história das lutas pelo desenvolvimento científico, pela desprovincialização e pela identidade da cultura brasileira. Mas a imaginação segue, maniqueísta, dividindo o tempo e o mundo em dois. O problema é que a luta por uma nova universidade não pode se dar ao luxo do falseamento. Dividir a história da universidade brasileira entre o antes e o depois de 1964, entre o bom de dentro (a própria comunidade acadêmica) e o mau de fora (o Estado e os grupos no poder), entre os que mandam e os que não mandam,

entre o professor e os alunos, traz o risco de se construir um falso registro que só servirá para alimentar o voluntarismo e entreter um verbalismo sem prática ativa.

A crítica da universidade exige a crítica da percepção do que se passou nesses 20 anos, sem o preconceito do tudo ou nada. A universidade não foi melhor antes, não é só caos agora. Não foi pior antes apenas por ter a cátedra vitalícia; não é melhor hoje com o vazio departamental de uma espécie de vitaliciedade sem cátedra. O fim da cátedra acabou decretando o fim da responsabilidade. O curso seriado não era o paraíso. Mas é falso desconhecer que o sistema de créditos balcanizou o corpo discente. Nem por isso é vantagem tornar a batalha pela volta ao seriado num equivalente da denúncia contra a cátedra vitalícia. Corre-se o risco de ficar a rigidez da série, escapando a flexibilidade da escolha para o aluno, da mesma forma como desapareceu a cátedra, esvaziando-se a responsabilidade da docência.

Não há por que exumar as bandeiras do passado, nem bandeiras nem as liturgias de combate. A luta é outra. A luta é nova. O tempo é outro, e o Brasil contemporâneo está por ser descoberto por mil memórias e por mil questões de hoje.

BLOCO IV

Resenhando pensamentos

MILTON SANTOS

poética e política¹

[...] somente as obras que revelam ao leitor o que ele pensava há muito 'sem saber', que o fazem consciente das implicações de sua própria visão do mundo, podem guardar, através do tempo, sua influência e sua ação.²

RETALHOS COSTURADOS

O trabalho de Milton Santos está entre duas vertentes em tensão e diálogo: a poética e a política – em substantivo. É entre elas que é possível compreender sua escrita, sua voz, seu testemunho. Não falo em obra – o texto escrito –, pois não quero a noção de coisa feita, concluída e fechada, mas a ideia do fazer, sem pretender aqui interpretar ou avaliar sua contribuição substantiva – teórica, interpretativa, política inclusive. Este há de ser sempre um território aberto à análise paciente e

1 Texto publicado no livro *Milton Santos e o Brasil*, organizado por Maria de Azevedo Brandão, pela Editora Fundação Perseu Abramo, em 2004, na coleção Pensamento Radical, p. 83-114. No livro citado, o editor anota que, a pedido da autora, o texto não deveria apresentar citações destacadas por meio de recuo. Os organizadores mantêm esta solicitação nesta reedição (N. do O.).

2 GOLDMANN, 1968, p. 40-41 apud SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 1, nota 1.

lúcida e à crítica disciplinada e criativa, aquelas que se dão de reger sob o rigor da epistemologia e do método e na experiência do real. Nem me ocupo da gênese de suas posições, sobre o que ele próprio fornece os dados, nas inúmeras referências e notas registradas em seus textos.

Colocando-me, por assim dizer, de fora, quero destacar o fazer do seu trabalho como exemplo e desafio. Com isso, espero chamar a atenção para duas dimensões centrais a todo saber responsável e sublinhar o combustível daquilo que ele costumava reclamar, com os olhos, daqueles que lhe quisessem também ouvir pelo olhar: a perplexidade perante a realidade e suas representações. Não estará aí o fundo de sua maiêutica, na tarefa a que se propôs e com que se deliciou, de pensar e fazer pensar?

Ao escrever como quem participa de uma conversa comum, tento mostrar, especialmente ao leitor jovem ou novo no pensar com alguém que, ao escrever – como Milton –, quer ser ouvido, o prazer e a importância da paixão intelectual e do conhecimento como compromisso político *lato sensu*; ou seja, a lição de trabalho de um intelectual por projeto. Vou preferentemente a suas entrevistas – pela capacidade de síntese que elas exigem e pela espontaneidade que contêm –, a introduções e prefácios de alguns de seus livros – pelo que são de discursos secundários, isto é, posfácios, escritos a partir do pensamento momentaneamente congelado na palavra escrita – e a crônicas de um tempo atrás, de um Milton de certo modo ainda livre da censura acadêmica. Creio que assim poética e política, análise e crítica expõem-se com mais vida, sem as concessões à retórica dita científica, ainda necessária à legitimação da obra e, por aí, à autoridade também necessária ao autor que se quer fazer ouvir no mundo de hoje. Nem por isso avanço mais do que os primeiros passos em um caminho que exige muito de objetividade, disciplina e, como sempre, para qualquer ato de criação, generosidade. É o que fica para quem aceita o desafio de percorrer, ele próprio, leitor, um trabalho intelectual por prazer e projeto.

O que se segue é uma espécie de depoimento feito de retalhos costurados, às vezes segundo a ordem do fazer, outras segundo a ordem da linguagem, com que vou propondo uma rota através da qual vejo mover-se o autor, no possível pela via do desejo, portanto da *poésis*, parte essencial do caminho do saber como projeto. Para isso, pontuo este trabalho com falas suas de linguagem mais coloquial que encontro, sabendo da falta de muitas outras, cuja pesquisa me paralisaria por agora. Creio que isso tornará mais fácil ler seus textos mais duros e, talvez com

precedência e maior percepção analítica, os textos mais recentes e de linguagem cada vez mais livre e literariamente mais cuidada, como *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1996). É para eles que Milton se dirige com uma produção que ultrapassa crescentemente os limites convencionais da geografia e mesmo de outras ciências sociais e da natureza – esta última sendo cada vez mais transformada e ressignificada pelo homem.

Minha rota poderá talvez não fazer plena justiça à sua própria, mas a vantagem é que eu – não geógrafa, nem filósofa – não lhe tomo a palavra para reescrevê-la a meu gosto.³ O que talvez me redima seja o fato de que uma das coisas que Milton Santos mais tenha a ensinar seja a capacidade poética que lastreia o seu trabalho e a determinação com que o conduz; trabalho que tem tanto a disciplina e o rigor de um monumento egípcio, tomando uma metáfora a respeito da Unity Church (1905-1907), de Frank Lloyd Wright no Oak Park, Illinois, Estados Unidos,⁴ como a explosão emocional, no diálogo, nas crônicas de mais jovem, nas introduções e prefácios – posfácios – e cada vez mais nos escritos e falas depois da volta ao Brasil. Aí, para citar um outro brasileiro, ele se torna um Villa-Lobos das *Bachianas brasileiras* e lembra também a exuberância plástica de um Gaudí do Parque Guell. Nenhum é só universal ou nacional, só razão ou emoção. Por intenção e por prazer, a minha escolha aqui é ir por este último rumo.

Milton Santos (1926-2001) vem de uma família urbana, integrante, principalmente pelo lado materno, de uma pequena classe média de origem africana e composta inclusive de “brancos”, puros ou não, estabelecida em Salvador, bem relacionada; pais cultos, professores que serviram em várias regiões da Bahia. Numa dessas estadas de trabalho fora da capital, em Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, nasce Milton, seu primeiro filho. “Não completei, naquela localidade,

3 Uso tanto quanto posso a palavra de Milton Santos neste texto, como também em notas de rodapé, não apenas como referência, mas como apoio e complemento necessário. Para orientação do leitor, registro o ano e a fonte de cada citação, indicando-os pelo ano da primeira edição, embora as páginas registradas sejam as das edições por mim utilizadas (ver relação das fontes citadas). No caso das entrevistas, indico, sempre que possível, o ano da realização, e não o da publicação. Nas referências, seus textos e entrevistas estão na ordem de produção ou realização, e não da edição usada para elaboração deste texto. A exceção faz-se nos casos para os quais não foi possível obter a informação pertinente. Estão entre colchetes os apostos introduzidos por mim nas citações feitas (Maria de Azevedo Brandão).

4 LAMPUGNANI, Vittorio Magnago (org.). *Encyclopaedia of 20th-Century Architecture*. Londres: Thames and Hudson, 1986. p. 364. Adaptação de original em alemão de 1963.

o meu primeiro ano de existência. Vindo para Salvador, os meus progenitores lograram transferir-se para cadeiras na Vila de Itapira, hoje cidade de Ubaitaba, então pertencente ao município de Rio de Contas (hoje Itacaré [município desmembrado de Rio de Contas]), onde se demoraram cerca de dois anos. Fomos então para Alcobaça, pequena cidade praieira do extremo sul do estado [...]”⁵

Em 1937, vem para Salvador, faz o exame de admissão ao ginásio no Instituto Bahiano de Ensino e permanece na capital baiana até depois de iniciar o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre 1944 e 1948.⁶

Tenho a suspeita de que alguns poderão achar que eu exagero ao tratar o trabalho de Milton com uma linguagem que às vezes se aproxima da retórica reservada à apreciação da obra de arte e com “desproporcionais” contrapontos com “nomes” e obras “consagradas” na cultura eurocêntrica. Por que o faço? Exatamente por isso. Primeiro, pelo vago limite emocional de subsolo entre qualquer criação cultural e, depois, por também suspeitar que as escalas das “glórias” mundiais e nacionais são geopoliticamente determinadas. Milton Santos é um autor em uma ciência pouco valorizada na esfera acadêmica, vindo de um lugar menor na escala de prestígio da vida intelectual do país, de origem modesta e “de cor” e, sobretudo, uma personalidade desviante dos padrões esperados a partir de “seu lugar” social e geográfico – Brasil, de início Bahia. É preciso nos acostumarmos com essa ideia maior.

A VOZ DE MILTON SANTOS

Recordando Milton Santos, ocorre-me um texto antigo de Susan Sontag, num artigo sobre o controverso crítico anarquista americano Paul Goodman, em vários aspectos tão pouco semelhante a ele, mas não distante de algumas de suas virtudes como intelectual. Ela diz algo que eu pensaria de Milton, com iniludível

5 Cf. nota autobiográfica manuscrita, Salvador, 1952, integrante do Acervo Thales de Azevedo.

6 Ver “Obra publicada” no final deste livro. Uma síntese biográfica e bibliográfica até parte de 1996 pode ser encontrada na coletânea em sua homenagem organizada por Maria Adélia Souza, *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*, de 1996. Outra lista bibliográfica mais recente está em *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*, de 2002. Vale observar que certas informações sobre o período pré-1964 nem sempre coincidem com a nota autobiográfica citada, nem com outros documentos e depoimentos de contemporâneos. Há também alguns artigos publicados com problemas semelhantes (Maria de Azevedo Brandão).

justeza: “A voz de Paul Goodman afetava tudo que ele escrevia com interesse, intensidade [...] O que ele escrevia era uma mistura excitante de rigidez sintática e felicidade verbal; ele era capaz de redigir frases de uma pureza maravilhosa de estilo e com uma vivacidade enorme no uso da linguagem, e também capaz de escrever tão relaxada e desajeitadamente que se poderia imaginar que o estava fazendo propositalmente. Era a sua voz, quer dizer, sua inteligência e a poesia de sua inteligência encarnada, que me mantinha uma aficionada fiel e apaixonada [...] [Goodman possuía] um sentimento intrépido sobre o que é a vida humana, uma superexigência e um alento de paixão moral”.⁷

Sem dúvida, Milton Santos pensava e escrevia-falando com uma “rigidez sintática e felicidade verbal” que lhe converteram em um escritor em grande estilo e não menos em um *causeur* fascinante. No rastro de seu gosto pela prosa com métrica e musicalidade que até o fim costumava buscar, é ele quem diz, sem rodeios, ao referir-se a seu tempo de estudante na Bahia: “[...] tentávamos imitar a métrica de Gilberto Freyre e de Jorge Amado, [...] reproduzir a prosa dos dois, que era muito musical. Até hoje busco pôr uma música no que eu escrevo, quando tenho tempo. Quando não tenho, vai como vai”.⁸

Ao pensar-falando, com sua métrica e sua musicalidade, lastreava-lhe, entretanto, uma teatralidade estratégica, por meio da própria voz, seja na condição de homem privado ou na de homem público, para usar uma noção da Bahia de seu tempo, que ele gostava de assinalar.⁹ Sedutor, mesmo nas observações mais platônicas, mais irônicas ou mais técnicas, Milton seria capaz de somar, ao olhar que também falava, uma veemência apenas paralela aos seus ímpetos de indignação moral. Foi assim na crítica ao jornalismo sensacionalista e torpe, ao

7 SONTAG, Susan. Sobre Paul Goodman. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. p. 9-14. p. 11-13. Edição original em inglês de 1972.

8 SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 88. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite.

9 SANTOS, Milton. Entrevista com o Prof. Milton Santos. [Entrevista cedida a]: Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. *Geosul*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 116-147, 1989.p. 117.

quase desaparecimento do editor exigente e criador,¹⁰ à produção universitária “gastrointestinal”,¹¹ ao encapsulamento da ciência e do cotidiano pela ideologia, ao consumismo e à deformação imposta à cultura popular pela mídia comercial e politicamente não comprometida com a sociedade no seu todo. Enfim, a tudo contra o que reclamou e por tudo por que exortou. E seria íntimo o olhar também falando, cúmplice, a voz serena – musical – na definição da amizade: “a amizade é tudo, isto é, querer bem e falar um pouquinho mal etc.”,¹² ou nas tantas vezes repetidas, entre os amigos, jocosamente e exigente de si, que não queria “a prosperidade mas a posteridade”.

Esse projeto começa ao amanhecer. Milton descobre a geografia ainda menino, no tempo do ginásio, com seu professor de geografia humana e o encontro com a obra de Josué de Castro. Começa a ensinar geografia em 1946, como professor substituto, e torna-se titular da cadeira em 1947 no Instituto Bahiano de Ensino, onde ele próprio estudara. Registra, já em 1952, as associações a que estava filiado e os congressos que acompanhara até então: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Centro de Estudos Etnográficos, Associação Municipal da Bahia, Associação Bahiana de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira de Geografia (sócio correspondente), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB); três reuniões anuais da AGB V (Belo Horizonte, 1950), VI (Nova Friburgo, 1951) e VII (Campina Grande, 1952) (Nota autobiográfica, 1952).

Através de colegas, professores de geografia, “[...] descubro a França... É quando começo a ler os geógrafos franceses, comprando seus livros aqui na Livraria Francesa. Eles me mandavam os livros e, a partir de cada obra recebida,

10 YÁZIGI, Eduardo. Milton Santos e a criatividade. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 396-425; SANTOS, Milton. *Entrevista com o Prof. Milton Santos*. [Entrevista cedida a] Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. *Geosul: revista do Departamento de Geociências, Florianópolis*, n. 7, ano 4, p. 116-147, 1989; SANTOS, 2000, p. 95. SANTOS, Milton. Espaço, mundo globalizado, modernidade. In: SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, HUCITEC, 1993. p. 169-188.

11 SANTOS, 1989, p. 144-145, 2000, p. 95-96.

12 Idem, 2000, p. 82.

descobria o livro anterior que eu devia ler”.¹³ Anos depois, ele informa que “[...] frequentava sistematicamente aqueles cursos de especialização do Conselho Nacional de Geografia [...]. Foi aí que conheci a AGB”. Em 1956, atende ao Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, e faz o curso que se segue ao congresso, organizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, com professores sobretudo franceses.¹⁴

TRÊS MOMENTOS

Conheci Milton Santos pelo final dos anos 1950, frequentando o Seminário de Antropologia, na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia,¹⁵ mas tive pouco tempo de contato direto com ele, desde o exílio e mesmo com a volta ao Brasil, quando várias condições o levaram ao Rio de Janeiro e depois a São Paulo. Recordo essa experiência marcada por três cortes muito nítidos, inclusive quanto à sua presença no país e ao seu trabalho, pelo que ela me ensinou, e poderá ensinar a outros, sobre ele. De início, foi no final de 1958, começo de 1959, quando, chegado do doutorado em Estrasburgo, ele montava o Laboratório de Geomorfologia da universidade e eu me preparava para estudar fora. Era um Milton espécie

13 Ibid., p. 90. No seu fascínio pela geografia, Milton já dizia há anos que “essa disciplina é uma das que melhor podem ajudar os institutos universitários no cumprimento do seu papel mais relevante, quero dizer, a contribuição que devem dar à resolução harmoniosa dos problemas coletivos, [...] medidas que atribuam, ao grosso da população, as possibilidades de também intervir, diretamente, na formação da riqueza coletiva, mas de modo que, como resultado, o bem-estar venha a ser repartido com maior número”. SANTOS, Milton. A nova geografia: imagens da Europa. *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1958.

14 SANTOS, 1989, p. 132-133.

15 Inicialmente, o coordenador do seminário, professor Thales de Azevedo, que já conhecia Milton Santos do jornal *A Tarde*, convida, talvez por sua influência, para a sessão de 16 de agosto de 1957, a Jean Tricart, da Universidade de Estrasburgo, com quem Milton trabalhava em uma consultoria para o Governo da Bahia. Depois, é Milton quem propõe uma comunicação junto com Tricart e colegas seus sobre “Estudos de áreas geográficas e humanas”, em 6 de setembro de 1957. De volta do doutorado, já diretor do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia e catedrático de geografia humana da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, Milton faz sua primeira comunicação individual no seminário As Ciências Sociais e a Geografia Humana na França, em 14 de agosto de 1958. Cf. SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA - FACULDADE FILOSOFIA, UNIVERSIDADE DA BAHIA. *O ensino da antropologia na Bahia*. [Salvador]: Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

de armador, com um agudo sentido de oportunidade, mobilizando colegas e alunos para produzir, escrevendo em *A Tarde*, dirigindo a Imprensa Oficial do Estado e publicando o possível de trabalhos seus e de terceiros sobre a Bahia.

Nessa época, até 1964, com o prestígio de *A Tarde* e de sua própria posição no jornal¹⁶ e com uma extraordinária acuidade quanto ao ambiente que o cercava, Milton participa crescentemente do mundo político local.¹⁷ É nesse período que, em missão do jornal na visita de Jânio Quadros a Cuba, antes da posse deste, ele se destaca entre as personalidades cogitadas para a representação diplomática do Brasil na África e acaba sendo nomeado subchefe da Casa Civil da Presidência, representando o presidente na Bahia. Depois da queda de Jânio, ocupa a presidência da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) do Governo do Estado, enquanto mantém-se ligado ao *A Tarde* e à vida universitária. Veio então o golpe militar de 1964. Ele se exila e, na França, começa a concentrar-se apenas no projeto da vida universitária.

Mais tarde, num segundo momento, ele na Venezuela, com meu convite para participar de uma mesa-redonda na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1976, em Brasília,¹⁸ encontro um Milton

16 Em 1949, Milton faz concurso para catedrático do Colégio Municipal de Ilhéus, Bahia. Com a tese *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas* (1948), começa a colaborar em caráter efetivo em *A Tarde*, assinando a crônica “Bilhetes de Ilhéus”, colaboração ampliada na seção Sul do Estado (cf. Nota autobiográfica manuscrita (1952), e depois, sob contrato, como membro da redação, de 1º de janeiro de 1956 a 3 de abril de 1964; cf. CALMON, Jorge. O jornalista Milton Santos. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 62), quando é detido imediatamente depois do golpe militar do mesmo ano.

17 “Quando eu me formei em direito e estava indo para Ilhéus, ele [Ernesto Simões Filho] me entregou a representação do seu jornal *A Tarde* em Ilhéus. Eu tinha uma coluna assinada no jornal sobre os fatos de Ilhéus, o que me deu uma enorme força política na região do cacau. Digamos que daí é que surgiu o meu envolvimento com a política; não com a política estudantil, mas com a política adulta, através do jornalismo que eu exerci até 1964 e que me ajudou a galgar várias posições na política baiana”. SANTOS, 1989, p. 127.

18 Também participaram dessa mesa Paul Singer, Elza Berquó, Rômulo Almeida, Gabriel Bolaffi e Anthony Leeds. Mas a dificuldade de contato com Milton na Venezuela fez demorar a confirmação de sua presença. Por isso seu nome não consta no programa da reunião e o financiamento de sua viagem ao Brasil foi feito com recursos obtidos na Bahia. Em 1978, Milton volta à SPBC, na 30ª Reunião, em São Paulo, a convite de Eva Blay, da Universidade de São Paulo (USP), e em 1979, na 31ª Reunião, em Fortaleza, a convite de Tereza Frota Haguette, Universidade Federal do Ceará (UFC).

no uso de sua teatralidade estratégica, diante de um auditório cheio, consciente do reconhecimento de sua obra fora do Brasil. Ele vinha com um nome feito, vários livros publicados, a passagem por diversas universidades como professor ou pesquisador visitante ou como conferencista e por consultorias junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Havia concluído *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, editado em primeira mão na França em 1975,¹⁹ já tinha uma presença significativa em periódicos de prestígio nas ciências sociais, sobretudo em geografia, e fazia sua segunda visita ao Brasil desde o exílio.²⁰ Finda a sessão, depois de uma exposição sobre a urbanização no Terceiro Mundo, ele estava cercado de gente, e lembro-me do espaço conquistado nos jornais do dia seguinte, em sua primeira apresentação, não só em uma das mais concorridas reuniões da SBPC ainda sob o regime militar, mas também à imprensa do Sul do país.

Pouco tempo depois, no segundo semestre de 1977, ao tentar reintegrar-se à vida brasileira passando alguns meses na Bahia, conheci o Milton coloquial, pontuando jocosamente as características da cultura baiana, lembrando antigos conhecidos, procurando velhos amigos, silenciosamente ciente do preço que lhe cobraria uma sociedade provinciana e autoritária como a Bahia ao ser um intelectual independente. Havia também a insegurança e o cansaço de vários anos em sucessivas mudanças,²¹ que lhe impediam de ter o seu lugar.²² Sua resposta a tudo isso foi trabalhar intensamente em sistematizar ideias lentamente amadurecidas ao longo dos anos – alguns trechos já prontos e redigidos – em um corpo unitário que constituísse os fundamentos de uma geografia crítica. Surge daí *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978), um texto denso, cortês e serenamente irado, submetido à árida retórica da produção acadêmica. Apesar de composto sobre “anosa fio de trabalho”, ele avisaria que

19 Esse livro tem uma edição em 1978 no Brasil e outra em 1979 na Inglaterra.

20 Em 1975, a convite de Manoel Berlink, Milton Santos dera um curso na Universidade de Campinas.

21 SANTOS, 1989, p. 135-136.

22 Nos anos fora do Brasil, Milton Santos passara pelas universidades de Toulouse, Bordeaux, Paris, Toronto, U. N. Ingeniería de Lima (Peru), U. Central de Venezuela, U. Zulia (Venezuela), Columbia University N.Y., U. Dar es Salam (Tanzânia), pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Cambridge, Estados Unidos, além de missões técnicas em órgãos internacionais.

seus resultados poderiam vir a ser “modestos”, diante da dificuldade da tentativa de construção de “um sistema global, [até então tentado na Geografia apenas] na obra magistral de Max Sorre”.²³ Esse é o seu primeiro livro escrito no Brasil depois de 1964, primeiro também da série que culminaria com *A natureza do espaço...* (1996), não mencionados artigos e outros textos publicados, sobretudo fora do país, em direção ao tema, desde *L'espace partagé: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés* (1975).

Milton contava, então, de certo modo, com o clima criado na AGB, com um movimento do qual ele fora uma das referências, pela reorientação da geografia feita no Brasil.²⁴ Mas logo percebe a fragilidade da repercussão mais ampla desse movimento e, com o seu sentido de oportunidade, sente a urgência de publicar quanto antes *Por uma geografia nova...* “sabendo que o Brasil é um país oral, onde as circunstâncias fizeram com que as pessoas leiam pouco, eu diria que para ser lido depois, teria que ser conhecido antes. E assim foi”.²⁵

Sua definitiva reintegração ao Brasil demoraria ainda. Sem maior interesse em reintegrá-lo, por parte da UFBA, e sobretudo cômico das limitações da vida fora de um centro com maiores recursos culturais, ele passaria dois anos em São Paulo, em consultoria obtida pela professora Maria Adélia de Souza, da USP, junto ao Governo do Estado, depois mais de três anos como professor visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se finalmente professor titular, por concurso, da USP a partir de 1983. Em 1981, quando o convidei a montar um ciclo de seis simpósios sobre “A crise mundial e a questão nacional” na 33ª Reunião Anual da SBPC, ele já era extremamente relacionado por todo o país. Milton não hesitou e, do Rio, mobilizou meio mundo e ainda me ajudou a recrutar alguns participantes para um outro ciclo proposto por mim sobre “As grandes concentrações urbanas brasileiras”, além de sugerir membros de outras mesas-redondas promovidas por meio de iniciativas partidas da

23 SANTOS, 1978, p. 3.

24 SANTOS, 1989, p. 142.

25 Ibid., loc. cit.

Bahia.²⁶ Vale registrar aqui que, talvez pela primeira vez, o tema do cotidiano²⁷ veio à praça pública, numa das reuniões mais provocativas da SBPC.

TRÊS ESCRITAS

Reverendo esse itinerário e lendo agora um pouco mais de seus trabalhos, descubro algo de sua estratégia política que se reflete na obra publicada e me faz ver sua escrita passar por três momentos. O primeiro corresponde a uma fase não plenamente acadêmica – sem que isso lhe seja um demérito –, que se estende além do doutorado na França, mesmo que já professor há anos no ensino médio, e depois somando ao ofício de jornalista o ensino universitário. Nesse período, ele usa de uma liberdade, por assim dizer, ingênua, porque talvez insuspeitada, que lhe permite escrever textos que são mais crônicas, meio ensaios, literariamente cuidados. E o período dos artigos para o jornal *A Tarde*, a exemplo de alguns enviados da França (1957-1958) e reunidos em *Marianne em preto e branco* (1960).²⁸

Nessa fase, Milton não esconde sua motivação estética: “estamos na Provença diante da qual Van Gogh pôde um dia pintar esses ‘magníficos terrenos vermelhos plantados de vinhas, tendo ao fundo o lilás das montanhas. E as paisagens [...] com os alvos cimos, contra um céu tão luminoso quanto a neve, exatamente como

26 No conjunto e com o apoio significativo da hoje presidente de honra, então secretária-geral da SBPC, professora Carolina M. Bori, convidamos à Bahia para os dois simpósios, entre outros, Severo Gomes, Ignácio Rangel, Antônio Houaiss, Luciano Coutinho, Luiz Gonzaga Beluzzo, Dércio Munhoz, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Francisco Weffort, Walnice Galvão, Roberto Schwarz, Bolívar Lamounier, Fábio Wanderley Reis, Hélio Ramos, Ladislau Dowbor, Alberto Passos Guimarães, Francisco F. Versiani, Sulamis Dain, Hésio Cordeiro, Silviano Santiago, Ana Clara Torres Ribeiro, Muniz Sodré, Rubem G. Oliven, Eduardo Diathay Bezerra de Menezes, Gilberto Velho, José Álvaro Moysés, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Wanderley Guilherme dos Santos, Antônio Otávio Cintra, Acácio Werneck, Gabriel Bolaffi, além de Rômulo Almeida e Fernando C. Pedrão, baianos de algum modo vindos de fora, pela experiência em trabalhos fora do Brasil. Cf. SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Programa [33ª reunião anual]*. São Paulo: SBPC, 1981. p. XII-XV.

27 Cf. Simpósio “O cotidiano e a crise”. SBPC, 1981, p. XV.

28 *Marianne em preto e branco* (1960) reúne crônicas sobre Paris e sobre suas excursões pelo interior da França, “branca”, e pela África Ocidental Francesa, “preta”, durante o doutorado em Estrasburgo (1957-1958), algumas publicadas na época em *A Tarde*, Salvador. Daí a discrepância entre a data da maioria dos textos citados (1957-1958) e do prefácio e da edição do livro (1960).

as paisagens do inverno do Japão'. Mas, é ainda cedo para tomar contato com o quadro que Cézanne traçou dessa bela porção da França Mediterrânea: 'Tetos vermelhos sobre o mar azul, [...] a silhueta dos objetos que se levantam, não apenas em preto e branco, mas em azul, em vermelho, em cinzento, em violeta' [...]'".²⁹

E vai, a falar dos cultivos novos: "Essa paisagem de *huerta* lembra um bonito brinquedo de armar, parcelas regulares enquadrando múltiplas tonalidades de verde". Na África Ocidental Francesa, em Bamako, capital do Mali, ele se extasia: "O mercado é um espetáculo para os olhos. No edifício reservado aos legumes, hortaliças e frutas, é de ver a *feerie*, riqueza de nuances do verde das folhas, os tomates, as mangas vermelhas, amarelas, as outras tantas frutas africanas. As mulheres que as vendem estão vestidas com os tecidos multicoloridos, xales e mantos de elaboração artesanal enfeitados com ricos balangandãs, colares, pulseiras e argolas do mais puro ouro do Níger ou do precioso âmbar".³⁰

Mas já no prefácio do mesmo *Marianne...* (1960), escrito depois da volta de Estrasburgo, ele anuncia um segundo momento, ao desculpar-se por frustrar certos leitores por: "não encontrar nas páginas que seguem o gênero da narração de viagens que prefere ou a que está acostumado... Minha condição de jornalista e geógrafo... se, de um lado, aliou a curiosidade das coisas ao desejo de as interpretar, [é bem possível que leve a] admitir que fui um temerário, abordando com leveza assuntos sérios".³¹

Milton se engana: essa leveza não é do ser jornalista ou do ser geógrafo, mas da disponibilidade poética em si e para a construção política, que apanha, entre outras, a imagem de movimento daquilo que ele definiria mais tarde como território, visto de uma colina nos arredores da Avignon: "eloquentes esses muros de pedra, pacientemente arrumados por gerações e gerações de agricultores, zelosos e amantes do seu palmo de terra, de sua eira de solo raso e pobre, nas encostas de montanhas abruptas! Como falam esses moinhos parados!"³²

29 SANTOS, Milton. *Marianne em preto e branco*. Salvador: Livraria Progresso, 1960. Aspas internas no original, sem indicação bibliográfica.

30 SANTOS, 1960, p. 29, 108-109.

31 *Ibid.*, p. 5.

32 *Ibid.*, p. 29.

O segundo momento vem de cheio ao voltar à França como exilado, em que crescentemente escreve no que chamaria mais tarde de “facultês”,³³ na busca de um lugar para ser ouvido, com uma retórica da qual ele timidamente escapa, talvez até sem querer, mas pela tensão poética que se impõe de dentro, em alguns prefácios e introduções. Ou talvez pela proximidade com os dados de uma realidade que o agredia, como no ciclo dos textos sobre a cidade nos países do Terceiro Mundo.³⁴ Mas ele ainda reprime aquela “poesia de sua inteligência encarnada”, para usar a expressão de Susan Sontag, até mesmo no literariamente bem cuidado *O espaço dividido* (1975), a síntese com que faz o trânsito daquele ciclo à interlocução entre uma disposição analítica cada vez mais inteira e a realidade mundial, a condição das comunidades nacionais, o cotidiano, a vida de todos nós.

O terceiro momento se anuncia com o que ele próprio assinala como um risco, em *Por uma geografia nova* (1978), que é a proposta de fazer uma crítica da geografia em direção à construção de uma teoria social. Mas essa é apenas a promessa do que se inauguraria com *Pensando o espaço do homem* (1982), reforçando-se em *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (1994) e revelando-se mais plenamente em *A natureza do espaço* (1996). *Por uma geografia nova* é ainda um texto mais para a academia, não por fraqueza, mas pela consciência de que só a partir daí seria possível ser ouvido fora, a céu aberto,³⁵ principalmente aqui, onde esse livro teve sua primeira edição. Em seguida, talvez pelo contato direto com o Brasil e também com outros países da América Latina, que lhe oferecem, na prática universitária, um diálogo mais largo e o começo da conquista de um público além-universidade, ele cresce na liberdade de escrever cada vez mais falando, com a “métrica e musicalidade” apreciadas desde o tempo de estudante. Mas também com a convicção, aprendida

33 “A gente já escreve numa língua própria, que é o facultês, e às vezes escreve numa língua ainda mais restrita, que é o coleguês. A gente escreve para ser apreciado pelo colega que vai nos julgar, que vai nos dar promoção. Isso é uma prisão muito forte”. SANTOS, Milton. *Entrevista com o Prof. Milton Santos*. [Entrevista cedida a] Marina Amaral, Sérgio Pinto de Almeida, Leo Gilson Ribeiro, Georges Bourdoukan, Roberto Freire, João Noro e Sérgio de Souza. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 17, ago. 1998a.

34 Ver, por exemplo, a abertura e a linha retórica geral de SANTOS, M. *Geografía y economía urbanas em los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-Tau, 1973. (Colección Ciencias Geográficas).

35 SANTOS, 1998a.

da leitura de Josué de Castro, de que “a elaboração do discurso [...] é a forma de chegar mais adiante”,³⁶ para ir além da “produção da ideia”.³⁷

EM SER PINTOR E NÃO VIDREIRO

Os artistas de profissão em geral sabem, por ofício, que seu trabalho é ver além do visível. Os acadêmicos, raramente. A frase de um dos pioneiros do cubismo, Juan Gris, é emblemática: “aquele que, ao pintar uma garrafa, pensa em expressar sua matéria melhor que em um conjunto de formas cobertas de cor merece ser vidreiro e não pintor”;³⁸ e Chagall insiste que “vemos a natureza como algo rotineiro. O artista há de vê-la e pintá-la como algo fantástico e fabuloso”.³⁹ Mas esses são também os mandamentos de raiz de qualquer poética, criação artística propriamente dita, construção científica ou política, que a ciência instalada – *established* – tantas vezes ignora. Milton o expressaria ao insurgir-se contra uma geografia-ideologia, num mundo de produção científica em que o método ficara “aquém da descoberta”.⁴⁰ E pronuncia: “a paisagem não é muda [mas lugar da fetichização], dela não temos direito senão a uma aparência”.⁴¹ “O geógrafo [...] está condenado a errar [...] se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas [...]”.⁴²

Com crescente ânimo, investe duramente contra a ideologia, segunda natureza que recobre e embebe cada vez mais os objetos no mundo contemporâneo: “ali mesmo, onde moro, frequentemente não sei onde estou [...] Vivemos em um mundo exigente de um discurso necessário à inteligência das coisas e das ações...

36 SANTOS, 1998a.

37 SANTOS, 2000, p. 13.

38 GRIS apud CRESPO, Francesc. *Como pintar marinas*. Barcelona: Parramon, 1987. p. 30 e 36.

39 CHAGALL apud CRESPO, 1987, p. 36.

40 SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 26. 1ª edição de 1982.

41 Ibid., p. 23.

42 SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996c. p. 57. 1ª edição de 1988.

Sem discurso, praticamente não entendemos nada”.⁴³ “O dramático é que o discurso se instalou nas coisas. Não está separado das coisas, nem das situações. Por exemplo, em dado momento falava-se das finanças e se imaginava – isso há poucos anos – que as finanças não eram a economia real. Será que não o são? Hoje, o que se diz é que tudo depende das finanças. Se estas forem mal, nada mais é possível. Nem falar, portanto, em bem-estar social, cidadania, solidariedade [...] Será que é mesmo assim? Será o dinheiro a única razão admissível?”.⁴⁴

“Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada, da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal”.⁴⁵

Milton propõe-se um outro discurso, como o de um quadro, conforme a advertência de Juan Gris ou Chagall, e pinta o mundo à moda de Picasso, Portinari, Van Gogh, Tarsila do Amaral, discurso de subsolo, atento à latência do real, inclusive já de muito, quando frente ao dom suntuoso e impaciente de uma Paris servida a ele ao vivo pela primeira vez. E vai, duplamente poeta, na forma e na imagem oferecida: “Quem conhece Paris dirá se eu minto. Ela se dá a todo o mundo, mas guarda os seus segredos. [...] é tão feminina e graciosa como as belas e incomparáveis mulheres que andam como garças pela Rua da Paz [...]. Há cidades que se entregam como amantes de um dia, a quem se dá as costas, depois, para nunca mais voltar. Há outras que não se entregam jamais. Paris é *coquette*, mas exige uma lenta conquista [...], sua graça é secreta: é uma questão de sensibilidade”.⁴⁶

O FANTÁSTICO COMO REAL

Mas a regra para a geografia, como também para a antropologia, a sociologia, ou o que quer que seja, entre as diferentes frações da ciência como instituição social, há de ser aquela para a mesma Paris: “Para entender Paris, amar Paris,

43 SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996e. p. 20. 1ª edição de 1994.

44 SANTOS, 2000, p. 14.

45 Ibid., p. 9.

46 SANTOS, 1960, p. 72-73.

é preciso trazer dentro de si mesmo aquela disposição [poética] antecipada que formamos, no coração e na mente, aquelas formas – tão bem estudadas desde a filosofia do tempo dos gregos – às quais adaptamos as realidades que tocamos ou mesmo pressentimos: ideias, pessoas, coisas e lugares”.⁴⁷

E se não for Paris, e se não vem dos anos finais da década de 1950, mas de um pouco adiante, e se for o Baixo Sul, as terras e águas litorâneas em seguimento à Baía de Todos os Santos, na Bahia, por que não ver com assombro e delícia a paisagem irmã de outros recôncavos?

“A montanha caindo escarpada sobre o mar; a paisagem dos manguezais; as barras movediças, as praias extensas; a luxuriante e multicolorida vegetação; e, sobretudo, essa mistura de mar e terras de cujo cruzamento surgiram, aqui como lá, tantos núcleos urbanos instalados, uns no cocuruto dos montes e outros anichados na parte mesma em que cessa, com a maré mais alta, aquela luta entre o oceano e os rios”.⁴⁸

São os mesmos tatos, os mesmos travos, os mesmos gostos, parelhos os aromas e as essências, os lenhos comuns: “Esses recôncavos [aquele – canavieiro e fumageiro – e estes – atlânticos e múltiplos] também se irmanam nas plantas que o homem encontrou, como o caju, a mandioca, o abacaxi, o abacate, o mamão, a goiaba e naquelas outras importadas da Ásia e da África pelas mãos de portugueses e africanos, como a jaca, o sapoti, o cajá, a manga, o abricó, a lima, a laranja, a tangerina, a fruta-de-conde, a jaca-de-pobre, a jabuticaba, a seriguela, o melão, a fruta-pão, o tamarindo, o cravo da Índia, o coco e a piaçava. E até mesmo as flores de todos os Recôncavos são as mesmas: a rosa, o jasmim, a violeta, o resedá, a sucupira, o jasmim selvagem [e os] lenhos da peroba, sucupira, cedro, louro, vinhático, maçaranduba, jacarandá e coração-de-negro”.⁴⁹

Aqui, a paisagem reconhecida é a paisagem sentida e se possível falada sob a sensualidade do prazer estético; na arte e na ciência também.

Qual o segredo? “Eu partia da região para a universidade e não de um artigo escrito para um ou outro, como hoje é comum. Grande parte dos trabalhos que a gente vê na faculdade é resultado da procura de demonstrar uma ideia

47 SANTOS, 1960, p. 72.

48 SANTOS, Milton. Os outros recôncavos. *A Tarde*, Salvador, 30 nov. 1963.

49 Ibid.

fragmentada deste ou daquele autor importante ou da moda”.⁵⁰ A verdade é que a leitura por Milton da “paisagem” nunca foi cientificamente ingênua. Sobre a região de Aigues-Mortes, na França, ele observa: “Ah!, os horizontes sem fim da Camarga – terras deltaicas que o Ródano e o Mediterrâneo constroem há milênios, [...] uma visão telúrica que nos restitui às paisagens do Nordeste, uma mistura de grandioso e bravio, uma terra que é hostil à presença do homem e o homem lutando por domá-la. A Camarga [...], ainda não se despediu completamente da sua velha legenda, do seu fundo bárbaro”.⁵¹

Na região de Lozère, na pequena aldeia de La Brousse, visitada em pleno inverno, “o acre cheiro do estrume verde não nos impressionou menos que a amável e bucólica promiscuidade em que viviam homens e bichos: jamais um *village* foi tão representativo e solidário com o gênero de vida do seu *terroir*”.⁵²

Porém, mais tarde, Milton faria uma dupla advertência: “se eu não aperfeiçoar os instrumentos analíticos não chegarei a lugar nenhum, porque só o discurso não permite a análise. A construção teórica é diferente do discurso. A construção teórica é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade e que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria. [Hoje...] no meu modo de ver, essa busca teórica foi, de alguma maneira, atrofiada”.⁵³

E, em vista da “violência da informação” e da importância da retórica *lato sensu*, no mundo contemporâneo, ele assinala que, “na era da televisão, a geografia não tem futuro fora da produção de um sistema de ideias próprio ao entendimento do mundo”.⁵⁴

50 “Eu creio que a outra forma [referência à sua ligação com *A Tarde*] de eu entrar na política [nos anos pré-1964] vem do fato de eu ter estudado muito a realidade baiana”. SANTOS, 1989, p. 129.

51 SANTOS, 1960, p. 35.

52 Ibid., p. 50, grifo do autor.

53 SANTOS, 1993, p. 171.

54 YÁZIGI, 1996, p. 425.

Em ser político

Talvez pareça mais fantástico dizer que o Milton intelectual foi visceralmente político do que o dizer poeta. Mas foi. Desde menino, em cada ato, em cada intuição. No reconhecimento da natureza da educação de casa: “[...] tive uma educação que me levou a não saber o que era o candomblé, da mesma maneira que me levou a jamais ter entrado num campo de futebol – até hoje não conheço, aliás, um estádio. Você [...] fala de negritude e ela está presente pela minha própria condição física, mas ao mesmo tempo tive toda a educação para ser um homem da corte, um homem da vida social plena”.⁵⁵

“Em minha casa, me ensinaram mais a olhar para frente do que para trás, uma educação para mandar, para ser um homem que pudesse, dentro da sociedade existente na Bahia, conversar com todo mundo”.⁵⁶ “A educação que me foi dada não foi a de obedecer, foi para me preparar para fazer parte dos que iam mandar. Como é que iria gostar de futebol? Não podia. Porque havia o risco de você se perverter no caminho”.⁵⁷ Não terá sido desses pais determinados, instruídos e lúcidos que ele aprendeu o que depois também ensinaria pela própria prática, ou seja, o senso de oportunidade necessário ao êxito do projeto de vida de cada um de nós?

Tanto quanto esse sentido de “fazer a hora” sem esperar acontecer, como diz a canção de Geraldo Vandré, é preciso a persistência e a disciplina. Isso Milton sempre teve. “Na França [durante o exílio], eu passei dois anos estudando Economia e mais dois anos estudando Sociologia, ambos sistematicamente. Na África, estudei Filosofia e Física, porque entendia que, para completar minha formação, era preciso fazer um investimento em outras disciplinas, o que está subjacente no meu livro *Por uma geografia nova*”.⁵⁸

Para quê? Para ser político em ser intelectual, engravidar-se do mundo pelo saber, para degustá-lo, entendê-lo e, no possível, ajudar a mudá-lo e convidar a outros a que também descubram que poderão fazê-lo, com alento poético e in-

55 SANTOS, 2000, p. 86.

56 SANTOS, 1998.

57 SANTOS, 2000, p. 76.

58 “Uma releitura desse livro vai mostrar o meu interesse pela Física, o que, aliás, fiz sozinho, lendo atabalhoadamente, para depois descobrir que o que eu deveria ler era Filosofia da Física, e que vai permitir, então, um trânsito mais fácil por categorias do marxismo”. SANTOS, 1989, p. 140.

sidiosa paixão política: “Esse é o problema: opor à crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as ideias que permitam mudar o mundo”.⁵⁹

Já nas crônicas de viagem em 1957 e 1958, de Avignon, no sul da França, além dos traços aparentes do *décor*, não lhe escapa a observação sobre a nova vida agrária em nascimento sobre os restos da velha, “o contacto entre dois mundos; menos o casamento, que a luta entre duas concepções de vida, melhor diríamos, entre duas soluções oferecidas ao homem [...] É a velha Provença, que pouco a pouco muda de vestimenta”.⁶⁰ E no mesmo espírito afirma, quanto ao Recôncavo: “o passado e o futuro se enfrentam. Caberá indagar se é possível, entre os dois, um casamento ou se a instalação de um pode representar o esmagamento do outro, com todas as consequências”.⁶¹ Essa é uma das questões primeiras rumo ao saber como projeto político, território da emoção e do significado, o fazer política, uma *poésis* política.

Que política? Para não confundir com a militância política rotulada e burocrática, tomo aqui a palavra de Sócrates, o atleta, também como intelectual: “Sempre achei que ação política tinha que ser apartidária. Tínhamos que juntar forças para tentar mudar o país. Estar juntos. Se lutasse por um partido especificamente, enfraqueceria o processo”.⁶² Nisso Milton é enfático. Falando de sua participação na vida política antes de 1964, ele diz: “tudo isso eu excluí do meu currículo. Nele, a atividade política não consta”.⁶³ E vai mais longe: “Minha relação com o mundo negro é muito complicada. Essa história de vida, de alguma forma, me marca até hoje. É possível que tenham cobrado, mas ninguém ousa me cobrar porque eu vou dizer não. Eu não sou militante de nada, seja da política, seja do racismo”.⁶⁴ O tema é recente em sua escrita, mas não se trata de uma demissão. Sobre a questão dita “racial”: “não se pode esconder que há diferenças sociais e econômicas estruturais e seculares, para as quais não se buscam remé-

59 SANTOS, 2000, p. 127.

60 SANTOS, 1960, p. 27-28.

61 SANTOS, 1963.

62 SÓCRATES. Papo-cabeça pra pensar. [Entrevista cedida a] Sócrates Brasileiro de Oliveira. *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, São Paulo, ano 5, n. 52, p. 20-23, jul. 2003. p. 21.

63 SANTOS, 2000, p. 97.

64 *Ibid.*, p. 85-86.

dios [...] Trata-se, na realidade, de uma forma de *apartheid* à brasileira contra a qual é urgente reagir se realmente desejamos integrar a sociedade brasileira de modo que, num futuro próximo, ser negro no Brasil seja, também, ser plenamente brasileiro no Brasil”.⁶⁵

Milton “insurge-se contra ‘as soluções encontradas no quadro do espontaneísmo, da caridade internacional ou inter-regional’, e contra os ‘emplastos localizados’”, diz Bernard Kayser,⁶⁶ seu amigo-irmão, da Universidade de Toulouse. Mas é na função da inteligência que está o cerne da transcendência que cumpre ao intelectual trabalhar e à política conduzir:⁶⁷ “este mundo opaco, tão comunicativo e tão fechado à visão dos outros, complica a tarefa do homem que está no Terceiro Mundo, que tem menos acesso a essas informações. Mas aumenta a responsabilidade de todo geógrafo, de todo cientista social”.⁶⁸ Hoje, “a brutalidade com que a informação inventa mitos, impõe mitos e suprime o que a gente chamava antigamente de verdade, essa violência da informação e das finanças, criou uma certa ideia tão forte do mundo atual que a gente fica desanimado diante da possibilidade de um outro futuro”.⁶⁹ “Somos cercados por coisas que são ideologia, mas que nos dizem ser a realidade. Isso nos constrange, porque forma um sistema muito forte; e qualquer discussão que indique ser aquilo ideológico é desqualificada. [...] Esse é o drama da globalização. É preciso desmontar essa ideologia. Primeiro, desfazê-la na ideia, por meio da análise [...] E depois desfazê-la politicamente”.⁷⁰

65 SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002b. p. 157-161. Artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, 9 jan. 2000.

66 KAYSER, Bernard. As raízes tolosanas de Milton Santos. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 98-101. p. 101.

67 Certa vez, “tive de dizer a um ministro, em público, que ele tinha que ficar na reunião, ele queria sair e eu disse: ‘Não, o senhor tem que ficar’, porque o homem político não tem que receber a interpretação que é obtida pelo estudo através dos seus assessores”. SANTOS, Milton. O retrato fiel (legendas baianas). [Entrevista concedida a] Linalva Maria de Souza e Gustavo Falcon. *Revista da Bahia*, Salvador, n. 9, p. 9, jun. 1998b.

68 SANTOS, 1993, p. 176.

69 SANTOS, Milton. *Um encontro [com Milton Santos]*. São Paulo, 1 set. 1996a. Entrevistador: Gilberto Gil. Republicada em: <http://www.posgeo.uff.br/um-encontro-gilberto-gil-e-o-professor-milton-santos>. Acesso em: 4 set. 2019.

70 SANTOS, 2000, p. 9.

A TESSITURA DO PROJETO

Milton Santos nunca escondeu a ambição por um saber transformador, pelo menos do próprio saber, mas não só! Em artigo escrito ainda durante o doutorado, ele reflete o clima de valorização da geografia na França dos anos 1950 e acrescenta seu ânimo demiúrgico: “Num mundo cada vez mais dominado pelas especializações e pela técnica, a missão do geógrafo é transcendente. Ele não é o técnico das generalidades, mas pretende atingir uma certa ‘filosofia das técnicas’, recolocando os problemas no seu conjunto, observando o nexos que existe entre os dados de uma questão, enfim, oferecendo, com o auxílio das demais ciências, naturais e humanas, a síntese indispensável que estas, por definição mesmo, não são capazes de empreender”.⁷¹

E já no resumo da dissertação para o doutorado, escrito para a comissão examinadora a que apresentou o seu trabalho (1958), ele avisara: “não saímos à procura de originalidades, [nosso objetivo é] oferecer uma contribuição à geografia urbana geral”.⁷² Com o tempo, a declaração de guerra: “a minha proposta é a revisão do que o mundo é, o entendimento do que o mundo é”.⁷³

Por que a importância de pensar a técnica, expressa ainda de modo não analítico, já desde o doutorado? Porque, ele responderia mais tarde: “[...] as técnicas é que trazem a definição da materialidade. Exagerando, diríamos que até a própria natureza poderia ser estudada do ponto de vista técnico – é um certo exagero, licença poética. E o evento, que é a sociedade, vai se encaixando nesses objetos. Temos então, de um lado, o tempo das ações e, de outro, o tempo da materialidade”.⁷⁴

Se do trabalho do filósofo e do cientista, e não apenas do artista, se falasse em sinfonia, este seria um adágio para chegar ao *alegre tranquilo* de todas as vitórias sobre nós mesmos – nesse caso, o entendimento por Milton dos requisitos de uma visão filosófica da técnica: “A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de

71 SANTOS, 1958.

72 BRANDÃO, Maria de Azevedo. Milton Santos: lugar, tempo, emoção. *Caderno CRH*, Salvador, n. 24/25, p. 307-310, jan./dez. 1996.

73 SANTOS, 1993, p. 173.

74 *Ibid.*, p. 182.

um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades); e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo”.⁷⁵

Quanto à noção de espaço, “preocupação dividida entre múltiplos especialistas”, e contra as ambiguidades e resistências de certos geógrafos, pela dificuldade de conceituá-lo para uma geografia que se ia tornando “viúva do espaço”, ele avança: “[a nós] interessa trabalhar sistemas de objetos e sistemas de ações. O espaço seria o conjunto dessas duas coisas. Isso daria uma visão de território, de paisagem, de lugar, e acrescentaria à visão dos outros cientistas sociais uma visão de materialidade que não constitui apenas um teatro da ação, mas é condição para a ação. O geógrafo interviria no processo de fazer a história, não [no] de interpretá-la. E o faria através de uma visão desse processo interativo entre objetos que são hoje extremamente dotados de intenção [...]. De alguma maneira trata-se de voltar à ideia de paisagem, de lugar, mas voltar com uma outra forma de ver. Pois quando falo em objetos tenho que distinguir, tenho que saber o que é cada objeto, no que ele difere, para saber o que permite, o que autoriza, o que proíbe. Teríamos que voltar a buscar na Sociologia, na Psicologia, na Política, na Economia, a realidade das ações que são contemporâneas de um dado tempo. Imagino que seja esta a singularidade do geógrafo entre os outros cientistas sociais”.⁷⁶

Entretanto, “falar sobre o espaço é muito pouco, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta. Falar simplesmente do espaço, sem oferecer categorias de análise, é também insuficiente”.⁷⁷ Trabalhando nessa linha, ele sintetizaria mais tarde o seu projeto: “Nosso desejo é a construção de um sistema de ideias que seja [...] ponto de partida para a apresentação de um sistema descritivo e um sistema interpretativo da Geografia”.⁷⁸ “Mas o que é uma boa descrição? Descrição e explicação são inseparáveis. Descrição é a vontade de explicação que supõe a existência prévia de um sistema. Ora, é a partir do espírito de sistema que emergem os conceitos-chave que, por sua vez, constituem uma base para a construção,

75 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996d. p. 20.

76 SANTOS, 1993, p. 177.

77 SANTOS, 1996d, p. 10.

78 *Ibid.*, p. 15.

ao mesmo tempo, de um objeto e de uma disciplina. Construir o objeto de uma disciplina e construir sua meta disciplina são operações simultâneas e conjugadas. [...] Propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.⁷⁹

Mas há um limite: “Uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral. É assim que se transcendem as realidades truncadas, as verdades parciais, mesmo sem a ambição de filosofar ou de teorizar. Todavia, transcender não é escapar. Para evitar essa transgressão, aqui a *démarche* é a oposta: no caso da transcendência, a regra da meta disciplina é a própria disciplina. A possibilidade de transcender sem transgredir depende estritamente de sabermos, e de sabermos muito bem, qual é a superfície do real de que estamos tratando ou, em outras palavras, qual é o objeto de nossa preocupação”.⁸⁰

COM A CABEÇA DO TERCEIRO MUNDO, MAS NÃO SÓ

Como assinala Eduardo Yáziqi: “no contexto da história um revertério não se dá a toda hora e nem permanece, como nova teoria, sem fortíssima sustentação contida em sua própria formulação. Queria saber contra o que, precisamente, Milton Santos se havia oposto, pois não se roem palácios de mármore com dentes de leite. Percebi então que o ponto de partida foi algo que se pode situar na mesma linha daquilo a que, em heurística, se dá o nome de *inversão lógica* e, em certos casos, de *deslocamento*. Ao fixar o olho na perspectiva do Terceiro Mundo, ou mundo emergente, se preferirem, assentado numa cultura específica do Brasil, Milton inverte o enfoque tradicional – o grande paradigma, como diz Thomas Kuhn. [...] É o descobrimento das Américas visto pelos índios ou as cruzadas vistas pelos árabes”.⁸¹

É o próprio Milton Santos quem diz: de início, “[...] minha presença na França foi muito importante na vontade de elaborar uma outra teoria da urbanização do Terceiro Mundo [...], uma outra forma de ver o Terceiro Mundo a partir de uma cabeça do Terceiro Mundo [...]. Dando aula na França, cheguei à conclusão de

79 SANTOS, 1996d, p. 16-18.

80 Ibid., 1996d, p. 17-18.

81 YÁZIGI, 1996, p. 397.

que aquilo que eu ensinava, lido na Escola Francesa, não me satisfazia [...], surgindo a vontade de criar uma outra forma de fazer geografia”.⁸²

“Nós, ocidentais e brancos, admitimos a visão de Estado que vem da Europa, não temos a visão de um Estado de uma tribo africana”.⁸³

Em diálogo com Gilberto Gil, ele acrescenta: “[...] depois, passei a ter um interesse mais teórico, mais epistemológico. Isso coincide com a minha distância do Brasil, quando o objeto concreto de trabalho não estava presente, a possibilidade de informação reduzida. Há dois abrigos para os homens: um é a terra e o outro o infinito. Eu me abriguei nessa área mais de pensar o mundo, de pensar os lugares [...]”.⁸⁴

Gil fala da Bahia e ele: “A Bahia é sempre o centro, mas eu creio que essa ruptura ocorre a partir do fim dos anos 70. Até os anos 70, eu estava na França. Não era minha terra, mas era um pouco minha terra. Depois eu tive que trabalhar nos Estados Unidos, no Canadá, na Tanzânia, na América Latina. É uma forma de desagregação, e a vontade de evitar a desagregação, essa retomada da unidade do homem, é que me jogou, no caminho da filosofia, junto à minha ignorância crescente do Brasil. Acho que foi sobretudo isso”.⁸⁵

Em *A natureza do espaço* (1996), ele revela as questões que marcam sua “antiga insatisfação”. “A primeira tem a ver com o próprio projeto do trabalho do geógrafo [...] O *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário... A discussão é sobre o espaço e não sobre a Geografia; e isto supõe o domínio do método [...] Um outro tema de nossa insatisfação é a famosa união espaço-tempo [...] O tempo aparece na prática separado do espaço, mesmo quando é o contrário que se afirma. A ideia de período e de periodização constitui um avanço [além de outros], mas a questão constitucional continua sendo uma lacuna”.⁸⁶

Outra é a questão do lugar e do espaço.

82 SANTOS, 1989, p. 137-138.

83 SANTOS, 1993, p. 178-179.

84 SANTOS, 1996a.

85 Ibid.

86 SANTOS, 1996d, p. 16.

A CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO

Nesse “roer palácios de mármore”, diz Yázigi, mudanças como essas “se dão a partir de uma certa historicidade da criação: uma sinfonia não pode aparecer a qualquer momento e em qualquer lugar: antes já existia a estrutura do soneto, o instrumento musical, a invenção da partitura [...]”.⁸⁷ Mas eu, leitora, quero saber: onde estão a estrutura do soneto, o instrumento, a partitura? Sim, porque não se fazem intelectuais em laboratório, mas sobre uma vontade cultivada e entre a disposição de conhecer o mundo e o acesso à transparência possível desse mesmo mundo, oferecida a partir de seus lugares mais iluminados pela informação e pela análise. No seu caso, a vontade cultivada vem de casa, a outra parte vem da vida, mas não só. Falando de suas viagens na França e na África, anos 1950, Milton registra os créditos do que aprendeu: “[É preciso] confessar que muito devo aos meus guias, num e noutra continente, a possibilidade de amarrar as observações da paisagem com dados e números [...], especialmente os professores Tricart e Julliard, [que] jamais se fatigaram de apontar os fenômenos marcantes das áreas percorridas. Nesse sentido este livro é também muito deles”.⁸⁸

Mais adiante, ele diz: durante o exílio, em 1971-1972, “[...] fiquei sem ter para onde ir [...] e, aproveitando um convite que me havia sido feito no ano anterior por Lloyd Rodwin, então diretor do Departamento de Estudos Urbanos do M.I.T. (Massachusetts Institute of Technology), eu fui como pesquisador. Penso que esse ano que passei no M.I.T. foi de extrema importância na minha afirmação ideológica. Cronologicamente, o primeiro grande momento dessa evolução ideológica foi a ida para a França para doutorar-me, o contato com a imprensa francesa que me deixou ver um outro mundo, a minha trajetória na política e as dificuldades [...] para fazer alguma coisa que fosse de interesse coletivo, porque eu não era um homem de esquerda científica, um esquerdista científico, mas era um homem de boa vontade, coisa que era própria de toda uma geração de intelectuais que ficavam entre o populismo e a esquerda. Nós éramos os jovens maduros dos fins dos anos 50, começo dos anos 60 e essa ida ao M.I.T. me permitiu ver a forma como se gestavam, se iam gerando, a partir dos intelectuais,

87 YÁZIGI, 1996, p. 401.

88 SANTOS, 1960, p. 5.

as ideias-força de comando do mundo. O M.I.T. tinha de um lado aqueles que deram o pontapé inicial nas ideias que iam ser as ideias do ‘Clube de Roma’ e no outro lado tinha Chomsky, o campeão das ideias contrárias e o porta-voz dos intelectuais opositores à guerra do Vietnã. [...] Nessa estada no M.I.T. avancei na redação do meu livro ‘O Espaço Dividido’. Livro que me custou uns oito anos de trabalho e que eu iria terminar na Universidade de Toronto, onde me foram dadas condições extremamente boas de trabalho”.⁸⁹

Por tudo isso, como outros de seus livros, *Por uma geografia nova* é tanto crítica quanto crédito. Ele cita suas fontes, utiliza-as, critica-as e as reconhece. É o primeiro de uma série de cinco livros projetados sobre “o espaço humano”.⁹⁰ Os títulos e a composição dos conteúdos nele prometidos podem ter mudado por força do próprio trabalho de avançar no tema e do mudar do próprio mundo, mas a palavra foi cumprida. E ele continua a registrar seus débitos. Em *Técnica, espaço e tempo...* (1996), por exemplo, diz que: “os resultados [...] apresentados muito devem a estímulos vindos de diversas fontes: convites para reuniões nacionais e internacionais, discussões com orientandos e com colegas etc.”.⁹¹ E no mesmo livro, compromete-se a ir mais adiante: “É certo que um projeto mais ambicioso continua em nosso espírito, isto é, a produção de um livro deliberadamente concebido para enfrentar, de forma sistemática, o conjunto de problemas que aqui estão sendo tratados de modo aparentemente fragmentário, [...] [atraso que] vem exatamente da dificuldade de transformar um projeto de pesquisa em um projeto de redação. Às vezes, quanto mais se pesquisa e se acumulam dados, inferências e ideias, mais se torna difícil encontrar a forma de expressão que, num dado momento, apareça como sendo capaz de incluir, de maneira hierárquica, todos os aspectos da problemática abordada”.⁹²

O livro então desejado seria *A natureza do espaço* (1996), cuja pesquisa “atravessa [...] quase um quarto de século, arrastando com ela as consequências conhecidas neste gênero de exercício. [...] O processo de redação também foi longo, [...] ele se inicia em janeiro de 1994, quando me beneficieei de uma bolsa pós-doutoral da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

89 SANTOS, 1989, p. 136.

90 SANTOS, 1978, p. 3.

91 SANTOS, 1996e, p. 11.

92 Ibid., loc. cit.

(Fapesp), que me permitiu fazer um estágio nos Estados Unidos e na França [e], durante o ano de 1995, [de] um estágio-sênior oferecido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)”.⁹³

E insiste nos créditos de colegas, outras instituições e bibliotecas, de Marie Hélène Santos, geógrafa também, e do economista Milton Santos Filho. “Quanto à interpretação da atualidade, sabemos, também, que, nestes tempos acelerados, o tropel dos eventos desmente verdades estabelecidas e desmancha o saber. Mas a moda avassaladora das citações frescas não pode eliminar os debates inspirados em ideias filosóficas cuja lição não é circunstancial”.⁹⁴

POLÍTICA, POÉTICA E RETÓRICA

Alguém dirá que “toda criatividade é necessariamente ruptura”.⁹⁵ Mas esse caminho não é direto. Uma outra ruptura vem antes, ela passa pelo exílio, que não precisa ser territorial, mas interior; o que, no caso de Milton, foi as duas coisas, ao fazer da contingência de um a oportunidade do outro. Falando de seu “primeiro exílio”, a vinda aos dez anos para o colégio interno em Salvador, onde seu pai ensinara, Milton registra a experiência íntima irreduzível de ter que “aprender a pôr uma meia nos pés”,⁹⁶ não por lhe faltarem antes, em casa, as meias e o cuidado de fazê-lo vesti-las, mas como expressão do fato de ter sido “extraído da família”, do ar livre de Alcobaça, onde então trabalhavam seus pais, no litoral sul da Bahia, e de experimentar aquela e outras novas maneiras de lidar com seu corpo ainda menino. E recordar para si a opulência de sentir o tato, o aprendizado de um novo fazer em desamparo, a memória de uma experiência inaugural de desarraigamento e autonomia.

De seu segundo exílio, para o doutorado em Estrasburgo, Milton ressalta a importância da ruptura na revelação do diverso. Ao abrir *Le Monde*, ele se pergunta: “o mundo é aquele que eu escrevo ou este outro? Foi esse o meu primeiro grande choque, a primeira grande mudança na minha visão de mundo e,

93 SANTOS, 1996d, p. 15.

94 SANTOS, 1996d, p. 11 e 13.

95 YÁZIGI, 1996, p. 397.

96 SANTOS, 2000, p. 74.

por conseguinte, da minha visão política”.⁹⁷ E o tema do exílio, da ruptura, volta mais outras vezes, como na observação positiva: “descobri a força de ser só [...] Quando você é só no mundo, você é sempre mais forte”.⁹⁸

Mas, na produção intelectual como projeto, é a vertente poética que inflama a política. Milton refere-se ao impacto da obra de Josué de Castro sobre ele menino, porque Josué: “[...] tomava partido claramente pela noção do possibilismo, quer dizer, o homem capaz de, frente ao meio, mostrar-se forte e modificá-lo [...]. Esse [...] aprendizado da generosidade, que aparece em Josué de Castro, essa vontade de oferecer uma interpretação não-conformista, isso cala no espírito do menino e do jovem, essa vontade de buscar outra coisa. Acho que ele teve sobre mim uma influência extremamente grande”.⁹⁹

Por outro lado, se a experiência de ruptura é que produz a política, emoção e política projetam-se em poética e também na procura da forma cuidada tão fundamental à política, uma retórica política que deve ser também uma espécie de poética. Na Bahia de seu tempo, “[...] todas as atividades ditas populares eram desaconselhadas, de forma não explícita, na produção do homem de elite, de bacharel. E o que é o bacharel? É um sujeito que pode ser advogado, promotor, juiz, jornalista, político, diretor de hospital. Isso é o bacharel. E que aprende a falar, o que era uma característica do mando e da política, saber fazer frases, saber amarrar uma ideia com a outra”.¹⁰⁰

Daí sua admiração pela capacidade de Josué de Castro no domínio da palavra, na elaboração do discurso, e a reiteração da mesma ideia mais tarde, sobretudo tão válida para hoje: “a retórica ganhou uma enorme importância [...], e talvez por isso a gente deveria aprimorar o nosso discurso [...] Não basta pensar, tem de poder dizer”. “Uma coisa é você ter as ideias e outra é a forma de exprimí-las. O trabalho intelectual não acaba com a produção da ideia, há que se buscar as palavras que levem a perguntas [...] E são poucos os que perguntam e muitos os que repetem. Então, é preciso escolher as palavras fortes que produzam o discurso da mudança”.¹⁰¹

97 Ibid., 2000, p. 99.

98 YÁZIGI, 1996, p. 425.

99 SANTOS, 1998a.

100 SANTOS, 2000, p. 76.

101 Ibid., p. 13.

POR FAZER FALAR O TERRITÓRIO

Comecei este texto recusando a ideia de obra – coisa feita. Tentei escrever-falando de um trabalho de vida como um ato de criação em marcha, uma leitura inacabada, aberta à posteridade de que fala o seu autor. Mas não quero perder o fio da meada: é possível, por isso mesmo, pensar teórica e politicamente sendo poeta, mesmo quando se tenha que assegurar a autoridade da palavra por meio de uma retórica acadêmica ainda pesada e muitas vezes opaca ao cidadão comum. Ganha essa autoridade e, voltando para viver o Brasil, Milton Santos foi rompendo com a liturgia da alta academia e retomou nossa língua cotidiana em sua riqueza plástica, insistindo, inclusive, na importância de uma outra retórica – para a política –, com “as palavras fortes que produzam o discurso da mudança”.

Passa por vários temas ligados ao seu projeto central de contribuir para uma estratégia metodológica de entender o mundo contemporâneo, de entendê-lo mesmo, e fala do território, nosso território: “Como geógrafo, creio que o território brasileiro é o melhor observatório do que está se passando no país. [...]; o território revela também a incapacidade de governo, quer dizer, a não-governabilidade do país, porque o Brasil é um país não-governado. [...] São as grandes empresas que fazem a política. Isso se vê no uso do território brasileiro”.¹⁰²

Ironicamente, no Brasil de hoje, “ficamos mais próximos das relações internacionais e mais distantes do mundo”.¹⁰³ “Quando a gente faz falar o território – que é um trabalho que creio que é o nosso, fazer falar o território, como os psicólogos fazem falar a alma, como Darcy Ribeiro quis fazer falar o povo, como Celso Furtado quis falar a economia, o território também pode aparecer como uma voz, [...] E uma boa parte dos brasileiros não se dá conta de que o país está, cada vez mais, sendo fragmentado, e numa fragmentação que não possibilita a reconstituição do todo. Porque o Estado nacional se omitiu, e o comando do território, naquilo que há de hegemônico, é entregue às grandes empresas. Então, a reconstituição do todo nacional, que os franceses chamam de *lien social*, a solidariedade, não existe mais no Brasil”.¹⁰⁴

102 SANTOS, 1998a.

103 SANTOS, 1993, p. 171.

104 SANTOS, 1998a.

Por isso, “o território brasileiro é esquizofrênico. Por quê? Porque de um lado, recebendo esses insumos de modernização globalitária, ele se fragmenta, se fragiliza. De outro lado, descobre que esse processo não lhe convém, e talvez lhe falte descobrir qual é a lógica mais geral que permite a produção de um discurso novo. Primeiro acadêmico, quando possível também da mídia, e depois o discurso político”.¹⁰⁵

Isso porque o mundo é “um conjunto de possibilidades e não apenas um conjunto de realidades [...] outros mundos poderiam ser criados a partir dos mesmos materiais”.¹⁰⁶ Diante disso, “a ordem universal frequentemente apresentada como irresistível é, todavia, defrontada e afrontada na prática, por uma ordem local, que é sede de um sentido e aponta um destino”.¹⁰⁷ É possível vê-lo: “[...] se a gente se detém a pensar na maneira como o mundo está funcionando, na maneira como os pobres se apropriam da tecnologia [...] e estão encontrando e defendendo ideias aí pelo mundo afora e de que a gente fala pouco [...] O drama é que tudo isso vem com a morte da política, pois os partidos se recusam a ser políticos, e querem ser apenas eleitorais, mesmo os partidos de esquerda se recusam a discutir a sociedade a partir do que ela é”.¹⁰⁸

Vale aqui outra advertência sua, que, aliás, resume a íntima relação entre política e conhecimento e, no conhecimento, entre crítica e análise: “quando a crítica não é acompanhada pela análise, ela permite a mobilização mas não a construção. A crítica deveria suceder à análise, mas o que acontece, na maioria dos casos, é que a necessidade de ser crítico opera como se o analítico fosse dispensável. Isto também é um fator de atraso. Aliás, é algo que atrasa também o trabalho dos partidos de esquerda, pois no Brasil estes partidos não são analíticos, são críticos”.¹⁰⁹

Igualmente, “a geografia crítica [...] não se pode contentar em ser apenas crítica. Para ser útil e utilizada, a crítica tem de ser analítica e não apenas discursiva”.¹¹⁰

105 SANTOS, 1998a.

106 YÁZIGI, 1996, p. 418 e 420.

107 SANTOS, 1996d, p. 22.

108 SANTOS, 1996a.

109 SANTOS, 1993, p. 172.

110 SANTOS, 1996c, p. 9.

E, mais, não é bastante estudar o particular, é preciso também ter em vista a totalidade.¹¹¹ “Mesmo que se divida a geografia – em política, econômica, cultural – não é possível trabalhar estes ramos sem o mundo. Não dá para trabalhar a geografia política, nem a econômica, ou cultural, sem o mundo. Muito menos a geografia crítica. O mundo globalizado é a grande novidade do nosso fim de século, e é uma alavanca para a mudança epistemológica de todas as disciplinas”.¹¹²

E outra vez, o elo entre teoria e política: “A ideia de bem comum – [...] deliberadamente confundindo-a com a noção de ética –, [...] supõe que reagrupemos, urgentemente, esses espaços formados de cacos: espaço econômico, espaço social, espaço cultural, espaço de fluxos, todas essas fragmentações [...] e reconsideremos a existência do espaço como um todo indissociável; esse espaço banal que era, no passado, a vocação dos geógrafos; o espaço do geógrafo”.¹¹³

BRINQUEDO DE ARMAR

Quem um dia falou de uma “paisagem de *huerta* [que] lembra um bonito brinquedo de armar [...]”¹¹⁴ tem direito a dizer em um livro – *A natureza do espaço* (1996) – que “deseja ser uma contribuição geográfica à produção de uma teoria social crítica [...]”,¹¹⁵ que o saber é também um brinquedo de armar, brinquedo em ser prazer, armar em ser vontade: “Nossa secreta ambição, a exemplo de Bruno Latour, no seu livro *Aramis, ou l’amour des techniques* (1992), é que esses conceitos, noções e instrumentos de análise apareçam como verdadeiros atores de um romance, vistos em sua própria história conjunta. Não será a ciência, tal como propôs Neil Postman ‘uma forma de contar histórias?’ [POSTMAN, 1992, p. 154] Nesse processo, levados pelo investigador, alguns atores tomam a frente da cena, enquanto outros assumem posições secundárias ou são jogados para fora. O método em ciências sociais acaba por ser a produção de um ‘dispositivo

111 SANTOS, Milton. A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia. In: SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 167-168.

112 SANTOS, 1993, p. 179.

113 YÁZIGI, 1996, p. 416-417.

114 SANTOS, 1960, p. 29.

115 SANTOS, 1996d, p. 20.

artificial' onde os atores são o que Schutz chama de marionetes ou homúnculos. Quem afinal lhes dá vida é o autor [...]”.¹¹⁶

E o leitor. Por que não?

Nesse jogo do desejo – mas também da intenção obstinada que é pensar –, por que não terminar com o próprio Milton, recordando o Recôncavo da Bahia, ou todos os recôncavos, com seus travos, seus aromas e seus lenhos? Ou, antes, com o anúncio-esperança de “outros mundos”, como certa primavera em Paris, com a “surpresa de um sol inesperado. Não é mesmo a primavera! As árvores ainda estão nuas, não há verde, nem flores. É somente um anúncio. Agradeço à natureza a tolerância: [...] uma primavera que teima em chegar antes da hora. É preciso festejar de alguma forma”.¹¹⁷

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Milton Santos: lugar, tempo, emoção. *Caderno CRH*, Salvador, n. 24/25, p. 307-310, jan./dez. 1996.

CALMON, Jorge. O jornalista Milton Santos. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 62-64.

CRESPO, Francesc. *Como pintar marinas*. Barcelona: Parramon, 1987.

KAYSER, Bernard. As raízes tolosanas de Milton Santos. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 98-101.

LAMPUGNANI, Vittorio Magnago (org.). *Encyclopaedia of 20th-Century Architecture*. Londres: Thames and Hudson, 1986. Adaptação de original em alemão de 1963.

LATOURETTE, Bruno. *Aramis, ou l'amour destechiques*. Paris: La Découverte, 1992.

POSTMAN, Neil. *Technopoly, the Surrender of Culture to Technology*. Nova York: Vintage Books, 1992.

SANTOS, Milton. *O centro da Cidade do Salvador*. Salvador: Universidade Federal da Bahia: Livraria Progresso Editora, 1959.

116 SCHUTZ, Alfred. Sur les réalités multiples. In: SCHUTZ, Alfred. *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1987. p. 157-158 e 18-19. Original em inglês de 1945.

117 SANTOS, 1960, p. 59.

- SANTOS, Milton. A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia. In: SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 163-168.
- SANTOS, Milton. *Um encontro [com Milton Santos]*. São Paulo, 1 set. 1996a. Entrevistador: Gilberto Gil.
- SANTOS, Milton. *Entrevista com o Prof. Milton Santos*. [Entrevista cedida a] Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira. *Geosul: revista do Departamento de Geociências, Florianópolis*, n. 7, ano 4, p. 116-147, 1989.
- SANTOS, Milton. Entrevista com Milton Santos. Entrevistador: Eduardo Yázigi. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996b. p. 412-425.
- SANTOS, Milton. *Entrevista com o Prof. Milton Santos*. [Entrevista cedida a] Marina Amaral, Sérgio Pinto de Almeida, Leo Gilson Ribeiro, Georges Bourdoukan, Roberto Freire, João Noro e Sérgio de Souza. *Caros Amigos*, São Paulo, n. 17, ago. 1998a.
- SANTOS, Milton. Espaço, mundo globalizado, modernidade. In: SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo, HUCITEC, 1993. p. 169-188.
- SANTOS, Milton. *Geografía y economía urbanas em los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-tau, 1973.
- SANTOS, Milton. *L'espace partagé: Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: Editions M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, Milton. *Marianne em preto e branco*. Salvador: Livraria Progresso, 1960.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996c. 1ª Edição de 1988.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996d.
- SANTOS, Milton. [Nota autobiográfica manuscrita]. 1952. Acervo Thales de Azevedo.
- SANTOS, Milton. A nova geografia: imagens da Europa. *A Tarde*, Salvador, 19 abr. 1958.
- SANTOS, Milton. Os outros recôncavos. *A Tarde*, Salvador, 30 nov. 1963.
- SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, Publifolha, 2002a. Coletânea de artigos publicados na *Folha de S. Paulo*, várias datas.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- SANTOS, Milton. O retrato fiel (legendas baianas). [Entrevista cedida a] Linalva Maria de Souza e Gustavo Falcon. *Revista da Bahia*, Salvador, n. 9, jun. 1998b.
- SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, Publifolha, 2002b. p. 157-161. Artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, 9 jan. 2000.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996e. 1ª edição 1994.
- SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite.
- SCHÜTZ, Alfred. Sur les réalités multiples. In: SCHÜTZ, Alfred. *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1987. p. 103-167. Original em inglês de 1945.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. *Programa [33ª reunião anual]*. São Paulo: SBPC, 1981.
- SÓCRATES. Papo-cabeça pra pensar. [Entrevista cedida a] Sócrates Brasileiro de Oliveira. *Almanaque Brasil de Cultura Popular*, São Paulo, ano 5, n. 52, p. 20-23, jul. 2003.
- SONTAG, Susan. Sobre Paul Goodman. In: SONTAG, Susan. *Sob o signo de Saturno*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. p. 9-14. p. 11-13. Edição original em inglês de 1972.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996a.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Por ouvir dizer e por querer saber. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996b. p. 26-34.
- YÁZIGI, Eduardo. Milton Santos e a criatividade. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 396-425. Incluída entrevista com M. Santos.

THALES DE AZEVEDO

ciclos temáticos e vigência na comunidade acadêmica^{1,2}

Escrever sobre alguém muito próximo é, pelo menos, embaraçoso. Como tratá-lo? Registrar mais ou menos méritos? Descer ou não a certos detalhes? Minha opção será a de aproveitar, no possível, documentos originais, inclusive também do acervo documental de minha mãe, Mariá David de Azevedo, e os dados de memória, por informação direta. Por outro lado, reconheço a possibilidade de falhas, sobretudo quanto a datas, devido à inconsistência entre alguns registros, à incompleta pesquisa em curso no gigantesco acervo Thales de Azevedo, ainda em fase de identificação, e ao fato de não se ter podido consultar outros arquivos.

Embora fiéis à documentação trabalhada, os dados a seguir são, por isso, ainda em parte incompletos, pelas razões mencionadas e pelo fato de que não dispomos ainda de um levantamento da fortuna crítica do autor, o que tornam escassas e talvez até impróprias algumas das minhas avaliações. Com essas advertências, começo com alguns dados biográficos e vou adiante por textos e temas, atividades e fontes citadas pelo autor e sua vivência no meio acadêmico. Listando ao máximo

1 Além da orientação inicial da professora Maria Cecília Cardoso, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), registro aqui a colaboração de Andréa Viana, Janaína Calaça de Sá e Luiz Fernando Calaça de Sá Junior nessa fase de identificação do material. A revisão e a normalização são da responsabilidade da autora.

2 Publicado em *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 299-311, maio/ago. 2005.

nomes de pessoas, procuro contribuir um pouco para permitir ao leitor a reconstrução do ambiente em que essa vida e sua história se passaram, sobretudo na Bahia.

O ano de 2005 marca o primeiro decênio do falecimento de Thales de Azevedo,³ nascido em Salvador, em 26 de agosto de 1904.⁴ Estudou, entre 1914 e 1919, no Colégio dos Jesuítas, o Antônio Vieira, ligando-se no final do curso ao grupo de estudantes, geralmente mais adiantados, ex-alunos e outros, liderados pelo padre Luiz Gonzaga Cabral, S. J., do qual participaram, entre outros, Herbert Fortes, Otacílio Lopes, Francisco Mangabeira Albarnaz, José de Faria Góes Sobrinho, Joaquim Araújo Lima, Carlos Cohim Ribeiro, Hélio Simões, Berilo Neves, Augusto Alexandre Machado, Antônio Bulcão e Jayme Cerqueira Lima. O Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica (CCEMA) atraiu personalidades como

3 Agosto de 2005 relembra, além disso, dois momentos significativos em referência a Thales de Azevedo: o cinquentenário da fundação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e os 40 anos do início da destruição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), duas instituições que tiveram sua intensa participação.

4 Thales Olympio Góes de Azevedo nasceu a 26 agosto de 1904, na Rua do Hospício – hoje Rua Democrata – em continuação ao Largo Dois de Julho, em Salvador, filho mais velho da professora Laurinda Góes de Azevedo, de família sergipana, e do farmacêutico Ormindio Olympio Pinto de Azevedo, fundador da antiga Farmácia Piedade, na Praça da Piedade – esquina da Rua da Forca, um dos pontos de encontro, no início do século passado, de médicos e outros profissionais da área de saúde. Teve quatro irmãos – Helena e Noélia, professoras, Renato Olímpio Góes de Azevedo, funcionário público, e Elvira, falecida na infância. Thales de Azevedo foi sobrinho de Ramiro de Azevedo, pioneiro na pesquisa e trabalho relativos à tuberculose, e teve por avô paterno José Olympio Pinto de Azevedo, catedrático de Química Médica e Mineralógica e um dos diretores da Faculdade de Medicina da Bahia no início do século XX, deputado provincial e diretor do Ginásio da Bahia e da Instrução Pública (como interino). Entre os irmãos, apenas Renato, casado com Edith Mendes de Aguiar Azevedo, teve quatro filhos: Renato Olympio Góes de Azevedo Jr., administrador de empresa e empresário; Luiz Henrique A. Azevedo, geofísico, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e empresário; Márcia Magno, artista plástica escultora, professora da UFBA (única residente na Bahia); e Miriam de Azevedo Sá Rego, administradora de empresa, especialista em Recursos Humanos. Casou-se com Mariá Freitas David, diplomada em piano, também de família baiana, com vários profissionais de nível universitário, na maioria integrados ao Exército como oficiais médicos e engenheiros, inclusive seu pai, médico que serviu no Alegrete, Rio Grande do Sul, onde ela nasceu. Somos oito irmãos: Maria David de Azevedo Rebouças Brandão, socióloga e professora da UFBA; Sylvania de Azevedo Rabello Leite, assistente social; Paulo Ormindio David de Azevedo, arquiteto, professor da UFBA e empresário; Isabel Maria de Azevedo Moreno e Augusta Maria de Azevedo Barnuevo, professoras; Thales Olympio Góes de Azevedo Filho, engenheiro e empresário; Firmo Augusto David de Azevedo, arquiteto, professor da UFBA e empresário; e José Roberto David de Azevedo, administrador de empresa e empresário. Sua descendência inclui, até o presente (outubro de 2005), 31 netos e mais 28 bisnetos, com a expectativa imediata de mais 3 bisnetos.

Sylvio Deolindo Fróes, Amélia Rodrigues, Theodoro Sampaio, Carlos Chiacchio e Egas Moniz de Aragão Júnior, tendo sido um dos seus presidentes Anísio Teixeira.⁵ Ainda segundo Thales, repetindo informação de Jorge Amado, este, quando estudante do colégio, também fora influenciado pelo padre Cabral.

Depois do curso secundário, Thales trabalhou por três anos – de março de 1919 a março de 1922 – na Casa Tude (Tude, Irmão e Cia), firma de exportação e importação de Plínio, seu padrinho de batismo, e Eudoro Tude. Ali conheceria, como seu supervisor, Frederico Edelweiss, mais tarde professor da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – hoje Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, integrante da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Dono do que viria a ser uma das mais valiosas bibliotecas particulares do estado, Edelweiss o apoia na decisão de fazer o curso superior (1922-1927)⁶ e o influencia em seu interesse por estudos de etnologia e história. Além disso, deve ter tido influência no futuro convite de Isaías Alves, que tornaria o próprio Thales professor de Antropologia da faculdade.

JORNALISMO E MEDICINA

Médico e professor, como costumava se identificar, Thales foi também homem de imprensa e começou a escrever, ainda estudante de Medicina, em um jornalzinho diocesano de Ilhéus e para as seções de estudo do CCEMA. Em 1924, realiza um estágio na Imprensa Oficial da Bahia, obtido do diretor do órgão, também docente da Faculdade de Medicina, professor José de Aguiar Costa Pinto, onde aprendeu, com Arthur Arésio da Fonseca, as notações usadas na revisão tipográfica. Pouco depois, ingressa no jornal *Diário da Bahia* (1925), onde trabalhou com Henrique Cândia, que logo o promoveu de revisor a noticiarista, e onde publicou o seu primeiro artigo de jornal, sobre as virtudes medicinais das águas de Caldas de

5 Em 1917, o padre Cabral passaria a coordenar a recém-criada Congregação Mariana Acadêmica (1916) e criaria o Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica (1917-1923), de que um dos presidentes fora Anísio Teixeira. Cf. AZEVEDO, Thales de. *Um momento da vida intelectual na Bahia (1917-1938)*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1986. Publicação 121.

6 Não só Edelweiss, mas o tio por afinidade, o dentista Elias Baptista, amigo de Frederico, e minha mãe, bem antes de casar-se, inconformados com a função de “caixeiro” para Thales, insistiram em sua desistência de vir eventualmente a fazer carreira no “comércio”.

Cipó, sertão da Bahia. Nesse período, teve por companheiros Jayme Junqueira Ayres e Adalício Nogueira, então estudantes de Direito. Entra em seguida para *A Tarde*, onde foi encorajado pelo fundador e diretor do jornal, Ernesto Simões Filho, a escrever. Ali convive com Aloysio de Carvalho – o também poeta Lulu Parola –, Antônio Marques Pinto, Aristóteles Gomes, Tadeu Santos, Jerônimo Sodré Vianna – “o temível (crítico irônico e homem de esquerda) *Jesovi*” –, Epaminondas Berbert de Castro, Wenceslau Galo, Gilberto Valente, Luiz Viana Filho e José Valladares.⁷

Para esse jornal, escreveu por mais de 60 anos, durante os quais acompanhou, com admiração, a direção sucessiva de três respeitados redatores-chefes – Armando de Campos, Ranulfo de Oliveira e Jorge Calmon, este desde 1949. Começara sem regularidade, mas acabou tornando-se um articulista de produção frequente e, por fim, semanal até a antevéspera de sua morte. Em 1975,⁸ com a reorganização do jornal, Simões Filho o incluiu entre os seis colaboradores permanentes de *A Tarde*.⁹ Na década de 1940, ele mesmo dirigira *A Semana Católica*, órgão local do que viria a ser a *Ação Católica Brasileira*, e, desde 1938, fora membro da Associação Bahiana de Imprensa (ABI). Sua sensibilidade pelo cotidiano e sua diversidade de interesses têm certamente, em parte, origem na atenção aos *faits divers* herdada dessa experiência jornalística.

Em 1927, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo distinção pela tese inaugural *Fibromyomas do útero: notas e estatísticas na Bahia*.

Durante o curso, foi “interno supranumerário” da Cadeira da Clínica Ginecológica do professor José Adeodato de Souza, na Enfermaria Santa Marta do Hospital Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia da Bahia – de abril de 1924 a dezembro de 1926 – e “interno efetivo” do Ambulatório de Ginecologia do mesmo hospital – de 17 de abril a 30 novembro de 1927 –, sob a direção do Dr. Galdino de Magalhães Ribeiro, experiências das quais derivou a tese mencionada.

A turma de médicos diplomados em 27 de dezembro daquele ano notabilizar-se-ia pelo frequente convívio entre alguns de seus membros, sob a designação de

7 Cf. AZEVEDO, Thales. *Memórias*. 1990/1991. Inédito.

8 Aqui há um equívoco quanto ao ano, pois Simões Filho faleceu em 1957 (N. do O.).

9 CALMON, Jorge. O jornalista. *A Tarde*, Salvador, 2 dez. 1993. Caderno Cultural, p. 1.

Núcleo de 27,¹⁰ e pelo destaque alcançado por vários deles. Dela participaram, além de Thales, José Silveira, famoso por seu trabalho em pesquisa e combate à tuberculose, Abrahão Pereira de Almeida, Aderbal Salles, Alcício Peltier de Queiroz, Augusto Públio Pereira, Álvaro Ferraz, Antônio Simões, Arnaldo de Assis Tavares, Benjamim Alves de Carvalho, Barbosa de Mattos, Bráulio Xavier Filho, Carlos Moraes, C. Costa, Diógenes Vinhaes, Eládio Lassere, Emanuel Motta, Flaviano Marques, Francisco de Borja Portella, Hamilton Velloso de Almeida, Hosannah de Oliveira, Jayme Saldanha, Joaquim Guedes de Mello, Jorge Valente, José Barbosa Negrinho, José de Figueiredo, José Moreira Pinto, Lourival de Freitas Carvalho, Luiz de França Ribeiro Barros, Luiz Passos, Luiz Rogério de Souza, Manoel Jerônimo Ferreira, Manuel Guimarães Correia, Mathias Mariani Bittencourt, Orville Velloso de Almeida, Oscar Gordilho, Paulo de Tarso Ribeiro Gonçalves, Pedro de Oliveira, Quintino Castellar da Costa, Raymundo Almeida Gouveia, Venício Boaventura, Walter Costa, Washington Landulfo,¹¹ Vivaldo Palma Lima, que se radicou na Amazônia, e Otacílio Lopes, que se tornou “respeitado clínico em Campinas”, São Paulo, conforme testemunho de Thales.¹²

Sua primeira tarefa como médico – identidade profissional mantida por mais de 40 anos e acumulada, a partir de 1943, com a de professor universitário, nomeado no ano anterior Catedrático de Antropologia (15 de dezembro de 1942) – foi em comissão, pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública do Estado da Bahia, no primeiro semestre de 1928, em campanha de vacinação no combate à peste bubônica no município de Itambé, sertão da Bahia.

10 Durante quase 60 anos, alguns dos colegas residentes em Salvador procuraram reunir-se para almoço, mensalmente nos dias 27, contando várias vezes com a presença de residentes fora da Bahia. Segundo professor José Silveira, a quem agradeço esses dados sobre os diplomados de 27, a história do núcleo deriva de uma iniciativa sua de criar a Semana do Doutorando, em que os formados fariam, perante alguns dos professores do curso, uma conferência demonstrando sua competência para o exercício da Medicina. Vários membros da turma de 27 participaram da primeira semana, mas estas não foram muito adiante. Silveira, entretanto, manteve os encontros mensais, realizados em restaurantes da cidade, que ele próprio frequentou até a década de 1980 e que teve como partícipes mais assíduos Antônio Simões, Raymundo Gouveia, Luiz Rogério de Souza e Thales de Azevedo. Lista parcialmente composta por Thales Azevedo, *Memórias*, complementada por dados publicados pelo jornal *A Tarde* à época.

11 Cf. Notas publicadas na ocasião em *A Tarde*. Lista sujeita a revisão.

12 Cf. AZEVEDO, 1990/1991.

Em seguida, clínica em Castro Alves, Agreste da Bahia (1929-1933), onde convive com o clínico local Rafael Jambeiro. Publica, mais tarde, um romance, narrando aspectos das lutas políticas na região – *Foi Deus não acontecer nada* (1984), com orelha escrita por Jorge Amado.¹³ Ali, foi também verificador de óbitos credenciado pelo Serviço Médico Legal do Estado da Bahia – de 27 de maio de 1932 a 21 de fevereiro de 1934 – e inspetor estadual de ensino (1930) nos municípios de São Félix, Cruz das Almas, São Felipe, Afonso Pena, Muritiba e Santa Terezinha, nas regiões Recôncavo e Agreste, designado pelo engenheiro Archimedes Pereira Guimarães, sergipano, que, por vários anos, residiu e trabalhou em Salvador. Nesse período, fez o seu primeiro curso de aperfeiçoamento – em aparelho digestivo e tuberculose – na 2ª Cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o baiano professor Clementino Fraga (1931).

Deixa Castro Alves no início de 1933 e começa a clinicar em Salvador (1933-1943), onde passa por uma série de curtos empregos em tempo parcial, até seu ingresso na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública. Em 1933, começa a ensinar Inglês no Colégio Nossa Senhora da Vitória (Maristas) e História Natural no Colégio Antônio Vieira.¹⁴ Nessa fase, faz estágio de cinco meses (1933-1934) na Clínica da Cadeira de Dermatologia e Sifilografia do professor Eduardo Rabello, da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde obtém o certificado de “Assistente”. Em 27 de outubro de 1934, torna-se o primeiro médico, como interino, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), Delegacia da Bahia, quando era delegado estadual o engenheiro Oswaldo Augusto da Silva. Em 1936, assume a função de médico-auxiliar do Serviço de Peste da Bahia, na 5ª Delegacia Federal de Saúde, pedindo exoneração do seu cargo no IAPM em 7 de janeiro de 1936, atendida em 1º de fevereiro de 1937.

Na Faculdade de Medicina, em 1º de abril de 1936, é nomeado assistente do curso de Botânica Aplicada à Farmácia, a convite do professor José A. Costa Pinto, e trabalha também como assistente da Cadeira de Zoologia e Parasitologia, tendo por catedrático o professor Alexandre Leal Costa, ambas disciplinas

13 Um engano registra aí a região de Castro Alves como parte do estado do Espírito Santo, e não da Bahia.

14 Não temos ainda registro do final desse período no ensino secundário.

do curso de Farmácia, então ligado à Faculdade de Medicina. Trabalha também como assistente extranumerário da Cadeira de Parasitologia (1937) do curso de Medicina, sendo catedrático o professor Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto, com quem divide consultório na Avenida Sete de Setembro – trecho de São Pedro, centro de Salvador. Em 1956, voltaria brevemente ao ensino em Medicina, tornando-se professor conferencista da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, a convite do fundador e diretor da escola, o otorrinolaringologista Orlando Castro Lima.

Inicia sua carreira de médico da saúde pública na Secretaria do Conselho de Assistência Social da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública, nomeado pelo secretário Agripino Barbosa. Com Isaías Alves como secretário, é transferido ao Gabinete, de onde solicita sua reclassificação para o quadro do Departamento de Saúde Pública, o correspondente à atual Secretaria de Saúde. Trabalhando como médico sanitário a partir de 2 de agosto de 1938, serve no 1º Centro de Saúde, na Vitória; no 3º Centro, na Calçada; e como analista e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (BA).

Em 1940, em comissão, faz o curso de extensão sobre alimentação e nutrição, na Universidade do Brasil, dirigido por Josué de Castro, de quem se tornaria amigo. A partir desse curso, intensificaria sua atuação como médico sanitário, com ênfase em questões de nutrição. Entre 1947 e 1949, foi médico da Inspetoria de Propaganda e Educação Sanitária, chefe da Seção de Higiene da Alimentação e assistente do diretor do Departamento de Saúde Eduardo Mamede – 20 de março de 1956. Em 26 de abril de 1966, solicita aposentadoria, obtida no início de 1968, então à disposição, desde alguns anos, da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, criada por Anísio Teixeira em 1950. Além de Eduardo Mamede, trabalhou na Saúde Pública, entre outros, com Cezar de Araújo, José Maria de Magalhães Neto, José Isidro Gadelha e Álvaro Bahia.¹⁵

15 Alguns documentos indicam que, nesse período, em 6 de novembro de 1947, Thales teria solicitado reintegração ao IAPM, requerendo aposentadoria em 24 de março de 1970, concedida em 2 de janeiro de 1972.

PROFESSOR E PESQUISADOR¹⁶

Como professor universitário, além de sua passagem pela Faculdade de Medicina, como assistente dos cursos de Farmácia e Medicina, lidera, em 1942 e 1943, a criação da Escola de Serviço Social da Bahia, instalada em 1944, unidade pioneira da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Foi diretor entre 1944 e 1954 e professor até 1967.¹⁷ Mas os marcos decisivos de sua dedicação ao ensino e à pesquisa foram o convite, em 1942, de Isaías Alves para integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia, criada em 1941, onde ensinou entre 1943 e 1968, aposentando-se, depois de férias e licença prêmio, em setembro de 1969;¹⁸ e o convite, em 1943, por Osvaldo Valente, então diretor do Arquivo Municipal de Salvador, para escrever o *Povoamento da Cidade do Salvador*, de 1949, um dos

16 Ver: CALMON, Pedro. Nós, os jovens (discurso no Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 28 ago. 1984). *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural, p. 8; OLIVEIRA, Waldir Freitas. Eterno Thales de Azevedo. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural, p. 7; CALASANS, José. Um grande velho. *A Tarde*, Salvador, 2 dez. 1993. Caderno Cultural, p. 1; AZEVEDO, Paulo Ormino de. História e memória. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico*, Salvador, n. 92, p. 49-55, 1996; PERES, Fernando da Rocha. Um sábio do Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural, p. 3; SENA, Consuelo P. Meu convívio com dois mestres das humanidades. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, ano 68, n. 12.696, p. 9-10, 26 abr. 1984; BOAVENTURA, Edivaldo M. Thales de Azevedo em três cenários. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico*, Salvador, n. 92, p. 43-48, 1996; BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo: a herança fecunda. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 43, p. 465-484, mar. 1998.

17 Thales conta aí com a colaboração de Dahyl Teixeira dos Reis, Marfisa Simões de Araújo, monsenhor Eugênio Veiga, Orlando Bahia Monteiro, Álvaro Bahia, Graziela Cerqueira Baggi, José Maria da Costa Vargens, Magno Valente, Agenor R. Almeida, José Newton Alves de Souza, Airton Bessa Cirino, padre Antônio Monteiro, Tomás de Araújo Correa e a participação de Tolstoi de Paula Ferreira, Ruth Silveira e Célia de Paula Ferreira – estes vindos de São Paulo para a implantação da escola. Constam ainda da lista de fundadores Henriqueta Martins Catarino, Anfrísia Santiago, cônego Eliseu S. Mendes, Dalva Matos, Guiomar de Castro Borges, Leocádia Sá M. Catarino, Laurinda Góes de Azevedo, Isabel Foepfel, Oráida Serbeto de Barros, Arnaldo S. P. Valente, Margarida Dultra, Almerinda M. C. Meireles, Almerinda Novis, Fernando de S. Paulo, João da Costa Pinto Dantas Júnior, Renato Bião, Mário Laert Moreira, Alberto do Rio, Jayme Cerqueira Lima, Didier do Rego Maciel Neto, Carlos Balalai de Carvalho, Benedito José Alves, Francisco dos Reis Beltrão, Dulcelino da França Monteiro, Júlia Gambôa Pereira de Carvalho, Armênia da Silva Reis, Helena Góes de Azevedo, Stela Santos Varjão, Antonieta Padilha de Souza, Marieta Pacífico Pereira, M. Angélica B. M. Catarino, Olímpio Teixeira de Carvalho e Marieta Alves. Cf. *Escola de Serviço Social da Bahia*. Bahia, 1945, primeira publicação informativa sobre a escola.

18 Ao deixar a direção da faculdade, em setembro de 1967, Thales viaja ao exterior, reassumindo sua função de professor entre 31 de janeiro e 2 de setembro de 1968, aposentando-se por idade (“compulsória”) em 6 de dezembro de 1969.

trabalhos da série Evolução Histórica da Cidade do Salvador, comemorativa do quarto centenário da cidade (1549-1949).

Devido à sua formação em Medicina, Thales de Azevedo foi encarregado da 1ª Cadeira de Antropologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, cuja matéria integrava os currículos de Geografia e História e de Ciências Sociais. Nela, ele deveria cobrir temas de antropologia física e evolução humana, mas a viesaria progressivamente para assuntos de antropologia social. Por sua vez, a preparação e o êxito da obra *Povoamento da Cidade do Salvador*,¹⁹ que se dão nesses anos iniciais de ensino na faculdade, significariam um salto definitivo em sua vida profissional, tornando-o um autor conhecido nacionalmente.

Outros de seus trabalhos foram também premiados, porém *Povoamento*²⁰ o foi por três vezes: a primeira foi com o grande prêmio criado pela Companhia de Seguros Aliança da Bahia, em comemoração do quarto centenário da Cidade do Salvador, para “a melhor obra, inédita ou não, sobre a Bahia”. Concorreram ao Prêmio Literário Aliança da Bahia (1950), além de *Povoamento*, 11 outros trabalhos de história – de Antônio Loureiro de Souza, Arnold Wildberger, Marieta Alves, Eduardo Tourinho, Belmiro Valverde, Humberto Bastos, J. F. de Almeida Prado, Pedro Calmon (dois trabalhos), Edgard de Cerqueira Falcão e Afonso Rui –, além de três obras de literatura – de Wilson W. Rodrigues, A. Soares de Azevedo e Mário Brandão Torres. A comissão julgadora, composta por Octávio Mangabeira (presidente), Lúcia Miguel Pereira (relatora), Augusto Frederico Schmidt, Alceu Amoroso Lima e Anísio Teixeira, selecionou inicialmente quatro trabalhos “que sobrepujaram sem a menor dúvida os demais” – *História da literatura baiana e história da fundação da Bahia*, de Pedro Calmon; *A Idade do Ouro da Bahia*, de J. F. Almeida Prado; e *Povoamento*, justificando o primeiro lugar para o último pela

[...] importância das pesquisas originais [...] Se não supera os outros (três) em méritos literários, tem sobre eles a vantagem de representar um estudo mais profundo e minucioso em torno de as-

19 *Povoamento* contém três partes ditas “capítulos”, integradas por 30 capítulos, citando 32 fontes documentais entre inéditas e publicadas e 291 publicações entre livros e artigos, incluindo dois índices: assuntos e locais e pessoas e autores citados.

20 BRANDÃO, Maria de Azevedo. *Povoamento da Cidade do Salvador: história de uma arquitetura social*. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 29, p. 16-21, jun. 1999.

sunto da maior relevância para o conhecimento da formação baiana.²¹ (Parecer da Comissão, 5 de dezembro de 1950).

O segundo prêmio foi conferido em abril de 1951, pelo Governo do Estado, Prêmio (Joaquim Monteiro) Caminhoá, criado para distinguir “a obra mais destacada do período”. Em seu parecer, a comissão julgadora – formada por João Américo Prager Fróes, José Antônio do Prado Valladares e Alberto Silva – afirma:

O livro do Dr. Thales de Azevedo, que tão merecidamente concorre ao Prêmio Caminhoá, constitui, diga-se de pronto e sem rebouços, um bom livro. Bom livro por várias razões: pelo plano elevado com que foi traçado e executado, pelos três capítulos magníficos em que está desdobrado, pela erudição queeres suma de suas citações, pela lógica que transnuda dos seus conceitos, pela honestidade que surde das suas conclusões, pelo volume de pesquisas beneditinas que valorizam as suas notas. Bom livro, enfim, pelo estudo sociológico e antropológico profundo, erudito, espriado pelos seus três capítulos, ponto alto do trabalho e razão do seu grande mérito.²²

Finalmente, no mesmo ano, *Povoamento* recebeu o Prêmio Cultural de Interpretação do Brasil e Portugal Larragoiti Junior, da Academia Brasileira de Letras (1951). *Povoamento* certamente pesou na outorga a Thales da Medalha Machado de Assis (1977) e da “distinção máxima”, o Prêmio Machado de Assis, ambos pela própria Academia, o último proposto por Jorge Amado.

Naquele mesmo período, trabalhando com Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde do estado, em 1949, foi encarregado de dar apoio ao Programa de Pesquisas Sociais do Estado da Bahia-Columbia University (1950-1953), de que logo em seguida tornou-se membro da coordenação, ao lado de Charles Wagley – Columbia University – e inicialmente também de Luiz de Aguiar Costa Pinto – Universidade do Brasil (1950-1951) –, acompanhando seus desdobramentos em vários estágios posteriores de treinamento e orientação de estudantes americanos na Bahia, ainda por mais de duas décadas.

21 Parecer da Comissão, 5 de dezembro de 1950.

22 Parecer da Comissão, abril de 1951.

Como um dos fundadores e membro do seu Conselho Diretor até 1967, ocupou vários cargos de direção²³ na Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (1950-1968), criada inicialmente para gerir os recursos destinados ao Programa Bahia-Columbia University. Na fundação, teve um papel decisivo no apoio a projetos de pesquisa e na concessão de bolsas de estudo a pesquisadores. Quando primeiro dos pró-reitores da UFBA, na qualidade de diretor do Departamento Cultural – 3 de julho de 1961 a 4 de janeiro de 1963 –, gestão Albérico Fraga, abriu a discussão entre o corpo docente sobre a reforma universitária, retomada quando diretor da Faculdade de Filosofia entre 10 de setembro de 1964 e 9 de setembro de 1967.

Com sua posição na reitoria, viabilizou a fundação e foi o primeiro diretor (1962-1964) do Instituto de Ciências Sociais (ICS), uma aspiração vinda de 1955 e 1956, quando tentou articular a formação de um centro de pesquisas sociais na Faculdade de Filosofia. O ICS foi um dos primeiros novos institutos básicos criados na UFBA, que associava pesquisa e ensino e promovia cursos pioneiros de pós-graduação em Ciências Sociais fora do Rio de Janeiro e São Paulo. Por razões políticas e resistências internas à UFBA, o instituto sofreu intervenção do Exército, no início de 1965.²⁴ Teve seus arquivos totalmente destruídos e esfacelada sua biblioteca, vindo finalmente a ser extinto no final da década de 1960. Nesse intervalo, Thales de Azevedo – que deixara a direção do instituto para dirigir a Faculdade de Filosofia – escreveria vários textos sobre ensino superior e reforma universitária.

23 Até o momento, não foi possível saber exatamente quais cargos, devido à destruição dos arquivos da fundação, cuja direção cabia ao presidente, vice-presidente e sobretudo secretário-geral, tendo sido Anísio Teixeira o primeiro secretário-geral.

24 Apesar da resistência do reitor Miguel Calmon Sobrinho, sua nova diretora, Maria de Azevedo Brandão – de setembro de 1964 a janeiro de 1965 –, foi afastada da direção, indiciada em dois processos policiais militares, um deles com pedido de prisão preventiva, exilando-se na Grã Bretanha.

O GOSTO DE ENSINAR²⁵

Como a pesquisa, o ensino foi uma atividade fundamental para Thales. Eram aulas meticulosamente preparadas, desenvolvidas mediante esquemas minuciosos, com indicações bibliográficas que divergiam da tradição do ensino na Bahia e talvez mesmo em outras partes do país. Mas ensino e pesquisa estiveram intrinsecamente associados ao estímulo ao debate e ao constante contato com a comunidade acadêmica.

Na Faculdade de Filosofia, Thales de Azevedo cria, em 1953, o Seminário de Antropologia, que perdurou com reuniões semanais pelo menos até parte da década de 1960 e cujas sessões eram sistematicamente anunciadas em cartões por ele próprio datilografados, colocados no quadro de aviso do saguão da faculdade. Por ele, passaram, segundo o registro das 100 primeiras sessões (de 1953 ao primeiro semestre de 1959), G. Herbert Blumer, Leon Bourdon, Edison Carneiro, John Friedmann, Wilson Martins, M. Herskovits, Juan Comas, Jean Tricart, Pierre Monbeig, os professores da própria universidade – Frederico Edelweiss, José Calasans, Jorge Calmon, Hélio Simões, Luiz H. Dias Tavares, José Valladares, J. Wanderley Pinho, Cora Pedreira e também jovens pesquisadores, como Cláudio Veiga, Dalmo Pontual, Waldir F. Oliveira, Maria de Azevedo Brandão, Milton Santos, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Teresa Cardoso, Nilda Guerra de Macedo, Antônio Cabral de Andrade e, na continuidade, artistas, escritores, outros professores e profissionais, além de colegas de outros estados e do exterior.

Cartões de anúncio de reuniões e notas dispersas indicam a realização de mais outras reuniões. Um cartão datado de 29 de maio de 1962, referindo-se ao décimo aniversário do Seminário, anuncia a 127ª reunião, a realizar-se em 1º de junho seguinte. Cartões e notas encontrados acrescentam, não repetindo pessoas já citadas, os nomes de Charles Wagley, Ryland R. Madison, Manoel Jerônimo Ferreira, Raimundo Duarte, Zahidê Machado Neto, William C. Boyd, Jean Dauvignaud, Valentin Calderon, Joaquim Batista Neves, Jacques Lambert, Pedro David (argentino)

25 Ver: OLIVEIRA, Waldir Freitas. Um ato de gratidão. *Universitas*, Salvador, n. 30, p. 25-31, maio/ago. 1982; CARDOSO, Suzana Alice. Um mestre na universidade. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural, p. 5; BRANDÃO, 1998; CONSORTE, Josildeth Gomes. Sentida ausência. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural, p. 10; IVO, Anete Brito Leal. Palavra de horizontes múltiplos. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural, p. 9.

e Geraldo Semenzato. Em uma relação, escrita por Thales, de encontros entre 1959 e 1962, há referência à 128ª reunião, em 14 de setembro de 1962, com Sara Gudschinsk, e à 129ª, em 3 de dezembro de 1962, com Paul T. Baker. Em nota nas memórias do autor, há uma referência à continuidade do seminário até 1967.²⁶

No ICS, de 1962 a 1967, por sua vez, manteria a tradição do Seminário de Antropologia, promovendo, nos três anos de sua existência antes da intervenção pelos serviços de segurança, cursos e debates de que participaram J. Medina-Echevarria, Frank Tannenbaum, Roger Bastide, Kátia Q. Mattoso, Caio Prado Jr., Pierre George, Hélio Jaguaribe, Alain Touraine, Rodolfo Stavenhagen, Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, recebendo visitas de Victor Uguidi, F. Henrique Cardoso, Anísio Teixeira, Marvin Harris, Jorge Ahumada, Gino Germani, Donald Warren, Gilberto Freyre, Arthur Neiva, José Midlin, I. Wallerstein, Sérgio Bernardes, Aníbal Vilela, Richard Graham e outros.

CICLOS TEMÁTICOS

A bibliografia de Thales de Azevedo inclui – além de uma persistente atividade de articulista, com mais de 1.600 artigos publicados em jornais diários ou semanais, sendo mais de 1.500 em *A Tarde* – mais de 200 textos em periódicos especializados e coletâneas de terceiros, 12 livros, incluídos dois casos de reedições com alteração e ampliação, e ensaios avulsos, 13 coletâneas de textos seus e 2 livros de ficção-memória.

Embora se tenha ocupado de um espectro muito amplo de assuntos, Thales de Azevedo desenvolveu alguns longos ciclos de pesquisa, em que se destacam os temas medicina, historiografia, relações raciais, imigração e aculturação, catolicismo popular, relações entre Estado e Igreja, caráter nacional e ideologia, cotidiano e temas de ensino e pesquisa. Antes da formatura em Medicina (1927), já havia escrito

26 É possível que Thales esteja aí confundindo as reuniões do seminário com os seminários que passaram a ser realizados a partir de 1962 no ICS-UFBA, até 1964. Por outro lado, como o ICS foi ocupado pelo Exército no início de 1965, é possível que ele tenha retomado o Seminário de Antropologia, até 1967, na faculdade. Vale registrar que falta aqui uma consulta ao arquivo funcional de Thales na faculdade, até o final do seu mandato como diretor, quando se ausentou da universidade por alguns meses, em meio ao clima de delações e perseguições a estudantes e vários professores, aposentando-se, como visto, em 1969 (ver nota 18).

dois textos de etnografia histórica ligados à medicina entre indígenas brasileiros. Formado, torna-se uma presença ativa em revistas médicas, somando mais de 30 artigos em medicina e saúde pública até 1950.²⁷ Mas inclina-se progressivamente para as ciências sociais.²⁸

Já em 1941, um artigo seu – “O rancho de gaúchos brasileiros e uruguaios” –²⁹ seria recebido por Gilberto Freyre com a afirmação:

todos os que vêm acompanhando as notas já publicadas pelo Sr. Thales de Azevedo sinceramente desejam que resulte um livro. Pois não será improvisado ou escrito só pela vontade de publicar coisas que pareçam sociologia ou ciência social. Será um livro que de fato reunirá esclarecimentos valiosos sobre aspectos ainda pouco estudados da formação social do Rio Grande do Sul.³⁰

O ciclo de trabalhos em historiografia teve seu marco mais expressivo em *Povoamento*. Convidado para escrever uma história demográfica da Cidade do Salvador, Thales produz “[...] um trabalho de história social”, como reconhece João Reis.³¹ Marisa Côrrea, da Universidade de Campinas, chama a atenção de que Thales de Azevedo “é um dos poucos antropólogos brasileiros que emprestou força à relação – tão moderna nos anos oitenta deste século – entre Antropologia e História”.³²

27 Sobre o trabalho de Thales de Azevedo em medicina, ver discurso de ingresso de Carlos Marcílio de Souza na Academia de Medicina da Bahia, 1998, ao ocupar a cadeira de Nina Rodrigues, na vaga de Thales de Azevedo: “De Nina Rodrigues a Thales de Azevedo: alargando os limites da medicina brasileira”. *Anais da Academia de Medicina da Bahia*, Salvador, jan. 1999. Thales publicou em *Brasil Médico* (Rio de Janeiro), *Mundo Médico* (Rio de Janeiro), *The Journal of the American Medical Association* (Chicago), *Anais da Sociedade de Medicina da Bahia* (Salvador), *Pediatria Prática* (São Paulo), *Pediatria e Puericultura* (Salvador), *Hora Médica* (Rio de Janeiro), *Arquivos Brasileiros de Nutrição* (Rio de Janeiro), *Revista Médica Brasileira* (Rio de Janeiro), *Anais da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia* (Rio de Janeiro), *Revista Brasileira de Medicina, Bahia Médica* (Salvador).

28 Ver: CONSORTE, Josildeth Gomes. Thales de Azevedo: desaparece o último dos pioneiros dos antropólogos brasileiros de formação médica. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 133-136, mar./jun. 1996; Discurso Carlos Marcílio de Souza, 1998, nota 23.

29 *Boletim de Educação e Saúde*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 30-33. jun. 1941.

30 *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1941.

31 REIS, João José. Historiador da cultura do cotidiano. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 19-22, dez. 1995.

32 Cf. Saudação, UFBA, Salvador, dez. 1993.

Além da edição original pela Prefeitura de Salvador, de 1949, com 415 páginas, *Povoamento* teria duas reedições: Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro, de 1955, volume 281 da Série Brasileira, com 504 páginas; e uma edição local em 1969, com 428 páginas. Escreveria, anos mais tarde, em colaboração com Edilberto Vieira Lins, uma das raras monografias brasileiras, na época, sobre a história de uma instituição financeira – *História do Banco da Bahia, 1858/1958* (1969), bem como vários outros textos que aprofundam questões históricas, sobretudo sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul e imigrantes italianos na Bahia, a história eclesiástica e as relações entre Estado e Igreja no Brasil e orientações ideológicas entre determinados círculos intelectuais e institucionais no país.

Thales de Azevedo dedicou anos de trabalho ao Rio Grande do Sul e, sobretudo, à imigração e aculturação de italianos. Desde 1941, depois de uma viagem a passeio para visitar parentes de minha mãe, começou a escrever sobre o Rio Grande, reunindo esses primeiros textos em *Gaúchos* (1943), e culmina com o premiado *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul* (com duas edições, de 1975 e 1982), recebendo o Primeiro Prêmio no Certame de Letras Biênio da Colonização e Imigração, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1975. Por extensão, estuda os italianos na Bahia – ver *Italianos na Bahia e outros temas* (1989) – e escreve um conto-memória, *A filha do alferes: nos arredores das Guerras do Sul* (1993), inspirado nas conversas da avó Adele sobre os pampas e as Guerras do Sul, como filha de José Roberto de Carvalho, sergipano, alistado na força expedicionária como alferes.

As sistemáticas notas de campo sobre os italianos no Rio Grande do Sul, para *Italianos e Gaúchos*, seriam mais tarde publicadas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) como *Os italianos no Rio Grande do Sul: cadernos de pesquisa* (1994), um raro volume no gênero entre as publicações brasileiras e fonte inestimável para o aprofundamento do estudo do Rio Grande do Sul e da imigração e aculturação de italianos no Brasil. Essa publicação deveu-se ao empenho dos professores Cleodes Piazza Ribeiro e José Clemente Posenato,³³ do Programa Elementos Culturais das Colônias Italianas do Rio Grande do Sul (Ecirs), daquela universidade.

33 Posenato, um descendente de italianos da região, viria a escrever em seguida o roteiro de *O quatrilha*, filme que focaliza a vida na região estudada por Thales de Azevedo.

Além dos estudos sobre o Rio Grande do Sul, a variada origem regional de sua própria família, os diferentes estados para onde migraram tios e primos seus e a descoberta de um Brasil diverso embora nacional, com a primeira viagem ao Rio Grande do Sul, levaram-no, desde cedo, ao interesse por variações culturais inter-regionais. Para o Programa Estado da Bahia-Columbia University, produz uma proposta de divisão regional do estado, de base sociocultural, com que fundamenta a escolha que seria feita das comunidades a serem estudadas no âmbito daquele programa, a começar das regiões Chapada Diamantina, Recôncavo da Bahia e Alto Sertão, a que se somaria, mais tarde, a Zona Cacaueira. Para a I Reunião Brasileira de Antropologia, seção da I Reunião Brasileira de Anatomia e Antropologia, Museu Nacional, Rio de Janeiro, em 1953, compromete-se a escrever sobre o tema “áreas regionais” e, em 1956, publica *As sub-culturas brasileiras: introdução ao estudo de suas áreas de distribuição geográfica*.³⁴

Outro ciclo de trabalho teve como foco o catolicismo no Brasil, uma série de trabalhos pioneiros iniciados com *Catholicism in Brazil: a personal evaluation* (1953).³⁵ Além dos ensaios sobre o catolicismo popular, em 1959, publica *Aculturação dirigida: notas sobre a catequese indígena no período colonial brasileiro*, apontando a catequese como um processo de imposição cultural. Outras versões desse tema seguem-se depois. Esse ciclo inclui também o estudo de outros aspectos das relações entre Estado e Igreja no Brasil, inclusive o premiado *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia* (1978), com o Prêmio Wanderley Pinho, Salvador, Bahia, e culmina com *A guerra aos párocos: episódios anti-clericais na Bahia* (1991).³⁶

Na década de 1950, integra-se à rede de pesquisadores sobre as relações interétnicas no Brasil. A recusa do preconceito racial tivera um antecedente inicial no artigo “Raças humanas superiores e raças inferiores” (1931), mais tarde retomada *en passant* em *Povoamento* e em *Civilização e mestiçagem* (1951). Mas o ciclo de estudos de relações raciais tem um marco decisivo no seu trabalho para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

34 TÉCNICA. Salvador: Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, n. 37, dez. 1956 [Separata].

35 Publicado no *Fordham University Quarterly*, New York, v. 28, n. 109, p. 253-274, verão de 1953.

36 HOORNAERT, Eduardo. Sociologia do Catolicismo no Brasil. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 12-18, dez. 1995.

(Unesco), *Les élites de couleur dans une ville brésilienne* (1953), editado em português como o volume 282 da Série Brasileira da Companhia Editora Nacional (1955)³⁷ e mais recentemente pela UFBA (1996), acrescido de um prefácio nosso e do artigo “Classes sociais e grupos de prestígio” (1956), texto importante para a compreensão desse trabalho.³⁸ Sobre esse tema, Thales ainda escreveria uma série de trabalhos até meados da década de 1970, particularmente a coletânea *Democracia racial: ideologia e realidade* (1975).³⁹

Com interesse nos estudos de caráter nacional, escreveu, sobretudo a partir da década de 1970, vários ensaios, como os reunidos em *Os brasileiros: estudos de caráter nacional* (1981), e fez uma análise da gênese e motivações da ideologia da segurança nacional dos anos 1960 e 1970, expressa em artigos que viriam a ser publicados em *A religião civil brasileira: um instrumento político* (1981).

Já desde *Povoamento*, ele fora atraído por temas do cotidiano, a exemplo da vida em família, da mancebia, da prostituição, da vadiagem, da alimentação, dos temperos, do sal, dos talheres, do sabão, dos jejuns, dos vomitórios, da morte.⁴⁰ Essa vertente expressar-se-ia mais tarde em textos como “Família, casamento e divórcio” (1960, 1961, 1965), “Namoro à antiga” (1970, 1975 e 1986), “Linchamentos no Brasil” (1974), “A francesia baiana de antanho” (1985), “Ciclos da vida; ritos e ritmos” (1987), “A praia: espaço de socialidade” (1988), “Pragas e chagas na poesia *et coetera*” (1992), “O sorriso do lagarto: preocupações bioéticas de João Ubaldo Ribeiro” (1991), entre outros. Recentemente, a Editora Massangana editou uma coletânea de textos seus nessa área,⁴¹ com ensaios de Roberto da Matta, M. Rosário Carvalho, Rita de Cássia B. Araújo, apresentação de Antonio Motta e um texto nosso sobre aquele ciclo e sua bibliografia sobre o cotidiano. De certo modo, fora o interesse pelo diverso que o levava aos estudos críticos sobre

37 Ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Estudos de relações raciais. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 23-27, dez. 1995; Idem. Quando mulatos embranquecem. *A Tarde*, Salvador, 9 nov. 1996. Caderno Cultural, p. 4; BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo, a institucionalização das Ciências Sociais na Bahia e o ciclo dos estudos das relações inter-étnicas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 213-229, 1996.

38 O artigo de 1956 parece ter sido originalmente esboçado para compor o livro, não tendo sido incluído em razão da orientação dada à série a que pertence *Les élites*.

39 Publicado pela editora Vozes.

40 REIS, 1995.

41 AZEVEDO, Thales de. *O cotidiano e seus ritos*. Recife: F. Joaquim Nabuco, 2004.

o catolicismo popular e a Igreja Católica no Brasil. Por outro lado, é possível ligar também, a esse campo do cotidiano, o interesse pelos estudos já citados sobre caráter nacional e ideologia.

Thales de Azevedo ocupou-se também da política de ensino e pesquisa, escrevendo vários textos inéditos sobre o tema já desde 1959, publicando *A reestruturação da universidade: estudo preliminar*, pela UFBA (1964), culminando com *Evasão de talentos*, de 1968, um documento-apelo por atenção à perda de pessoal qualificado por parte dos países pobres e uma crítica à política brasileira de ensino e pesquisa.⁴²

42 Sobre a contribuição de Thales de Azevedo em Ciências Sociais no Brasil, além das fontes citadas ver, entre outras: AZEVEDO, Thales de. *International Dictionary of Anthropologist*. New York: Garland Publishing, 1991; DAMATTA, Roberto. *Prefácio*. In: AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986; CORRÊA, Marisa. Thales de Azevedo e a fundação da antropologia no Brasil. *A Tarde*, Salvador, ago. 1995; CARVALHO, Maria Rosário. Herança da tradição antropológica. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 28-32, 1995; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma abordagem antropológica de valor no Brasil: a contribuição de Thales de Azevedo. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 7, 1996; DAMATTA, Roberto. A boa morte. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 10 ago. 1995; *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 1996. Caderno Cultural, p. 5; RIBEIRO, Renê. Minha percepção de Thales de Azevedo. *A Tarde*, Salvador, 28 ago. 1984; FERNANDES, Florestan. Perfil humano de um antropólogo. *A Tarde*, Salvador, 28 ago. 1984; FREYRE, Gilberto. Em louvor do mestre Thales de Azevedo. *Universitas*, Salvador, n. 6/7, maio/dez. 1970; LEEDS, Anthony. Thales de Azevedo's influence on Brazilian studies by North-Americans: a personal note. *Universitas*, Salvador, n. 6/7, maio/dez. 1970; WAGLEY, Charles; WAGLEY, Cecília Roxo. Serendipity in Bahia, 1950/70. *Universitas*, Salvador n. 6/7, maio/dez. 1970; BRANDÃO, 1996. Thales de Azevedo publicou, na área das ciências Sociais, em vários periódicos nacionais e estrangeiros, como a *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo), o *Boletim do Museu Nacional* (Rio de Janeiro), a *Revista do Museu Paulista* (São Paulo), *Sociologia* (São Paulo), *Verbum* (Rio de Janeiro), *Le Courier* (Unesco, Paris), *Thought: Fordham University Quarterly* (New York), *América Indígena* (México), *Anthropological Quarterly* (Washington), *Journal of Inter-American Studies* (Gainsville, USA), *The Furrow* (Maynooth, Irlanda), *American Anthropologist* (Menasha, USA), *Revista de Cultura Vozes* (Petrópolis), *Revista de História* (São Paulo), *Man* (Londres), *Cadernos Brasileiros* (Rio de Janeiro), *Universitas* (Salvador: UFBA), *Internationales Jahrbuchuer Religion – Sociologie* (Munster, Alemanha), *Revista Brasileira de Psiquiatria* (São Paulo), *América Latina* (Rio de Janeiro), *Revista de Cultura da Bahia* (Salvador), *Ciência e Cultura* (São Paulo), *Revista da Academia de Letras da Bahia* (Salvador), *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (Salvador), *Planejamento* (Salvador), *Cahiers du Monde Hispanique et Luzo-Brésilien Caravelle* (São Paulo), *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (São Paulo), *Archives des Sciences Sociales des Religions* (Paris), *Religião e Sociedade* (Rio de Janeiro), *Mensário do Arquivo Nacional* (Rio de Janeiro), *Revista de Antropologia* (São Paulo), *Anuário Antropológico* (Fortaleza), *Revista da Academia Rio Grandense de Letras* (Porto Alegre), *Revista da Bahia* (Salvador).

ATUALIDADE E VIGÊNCIA NA COMUNIDADE ACADÊMICA

Embora vivendo fora de centros maiores de intercâmbio, desde cedo Thales acompanhou a literatura científica em suas áreas de interesse. Ainda sem contato com o ensino universitário em ciências sociais, começa a escrever, como vimos, já no ano da formatura em Medicina (1927), sobre temas de etnografia histórica, baseado em viajantes e etnógrafos nacionais e estrangeiros, mediante o acesso à biblioteca do amigo e futuro colega na Universidade da Bahia, Frederico Edelweiss. Como em *Raças humanas superiores e raças inferiores* (1931), esses primeiros escritos já revelam familiaridade com a bibliografia científica da época. Por sua vez, a bibliografia de *Povoamento*, trabalho elaborado entre 1943 e 1948, desde sua primeira edição, indica o conhecimento de fontes contemporâneas, como Herbert Baldus, Roger Bastide, Ruth Benedict, Franz Boas, Gilberto Freyre, Alexander Goldenweiser, M. Halbwachs, Melville Herskovits, Sérgio Buarque de Holanda, Kurt Levin, Robert Lowie, Emílio Willems, Margaret Mead, Lúcio Mendieta y Nunes, Alfred Metraux, Robert Park, Roberto Simonsen, Arthur Ramos, Paul Rivet, Nelson Werneck Sodré, um elenco em grande parte inédito na historiografia baiana e mesmo brasileira. Na terceira edição de 1969, amplia e revê minuciosamente essas indicações, num prefácio especial para aquela publicação, na qual os longos índices remissivos das edições anteriores foram infelizmente subtraídos pela editora, à revelia do autor.

Outro exemplo de atualização quanto à bibliografia especializada liga-se ao empenho em criar um novo modo de ensinar, particularmente em firmar a antropologia na Bahia. No texto da aula inaugural da Faculdade de Filosofia de 1951 – “Cultural e biológico em antropologia”, publicado em *Civilização e mestiçagem* (1951) –, justifica sua posição não reducionista, com referências a dezenas de fontes, incluindo teóricos estrangeiros e cronistas e clássicos da ensaística e da historiografia brasileiras. O mesmo padrão repete-se a cada novo tema. Com isso, o registro dessas fontes pode contribuir para a reconstrução de vários aspectos da formação dos esquemas conceituais da história, sociologia e antropologia no Brasil, durante sua presença por mais de 50 anos em reuniões e publicações especializadas nessas áreas.

A atualidade e a presença desse médico e pioneiro em ciências sociais no Brasil expressam-se também em sua vigência como membro destacado de en-

tidades científicas e culturais. Como médico, entre outras associações, pertenceu ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, à Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, à Sociedade Brasileira de Alimentação, à Academia Brasileira de Ciências Médico-Sociais, ao Conselho Técnico-Administrativo do Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose (Ibit), hoje Fundação José Silveira, e à Academia de Medicina da Bahia.

Além da já mencionada participação na direção da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, participou ainda da Academia Brasileira de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Panamericano de Geografia e História, no México, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (correspondente), da Academia Rio-Grandense de Letras (correspondente), da Sociedade Brasileira de Sociologia, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da American Anthropological Association, tendo sido membro do Conselho Deliberativo do Centro de Estudos Afro-Orientais, da UFBA, nomeado em 1º de julho de 1963. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, foi vice-presidente em 1977 e presidente eleito sucessivamente por cinco biênios, entre 1978 e 1987.

A publicação em revistas especializadas e a presença em encontros profissionais, inicialmente em Medicina e em seguida em História, desdobraram-se sobretudo na participação ativa na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), desde antes de sua fundação, já nas reuniões precursoras de 1953 e 1955. Preside a reunião de 1953, I Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), no Museu Nacional (Rio de Janeiro) como vice-presidente, em substituição a Herbert Baldus, por força de um pequeno acidente deste. Dirige a comissão organizadora e preside a reunião de 1955, a II RBA, em Salvador, a primeira reunião especificamente nacional de antropólogos havida no Brasil, quando se funda a ABA. A partir daí, participa de todas as reuniões da associação, à exceção do encontro de 1971, devido às dificuldades do período militar, e integra continuamente seu conselho científico.⁴³ Em 1974 até 1976 assume a presidência,⁴⁴ organizando a décima reunião, em Salvador, e torna-se seu presidente de honra em 1988.

43 Além das informações contidas em CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília, DF: ABA, 2003. Agradeço a Mariza por várias informações passadas antes da publicação supra.

44 Ver: AGOSTINHO, Pedro. Uma luz no renascer da ABA. *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 1996. Caderno Cultural, p. 4, em que o autor se refere ao papel de Thales na retomada das atividades regulares da ABA a partir de 1974, culminando com a sua eleição para o biênio 1974-1976.

Ministrou cursos e/ou apresentou-se em seminários nas universidades Columbia (Nova York, outono/inverno de 1952 e outono/inverno de 1973), Wisconsin (Madison, Estados Unidos, 1960), Pedro Ruiz Gallo (Peru), Madrid e Lisboa, além de palestras em várias universidades brasileiras, no Instituto Joaquim Nabuco (Recife), na Universidade Católica da América (Washington), na Rutgers University (Nova Jersey, Estados Unidos), City University of New York e nas universidades de Coimbra, Fordham (Nova York), Quebec, Toronto e Laval (Canadá), Louvain (Bélgica), Paris, Bordeaux, Toulouse e Poitiers (França). Participou em bancas examinadoras de concursos e doutoramentos na Columbia University, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), nos quais foram examinados professores e pesquisadores, como Marina Vasconcelos (cátedra), Marvin Harris (doutorado), Egon Schaden (docência livre e cátedra), Octavio Ianni (doutorado), Fernando Henrique Cardoso (doutorado), Maria Isaura P. Queiroz (docência livre e professora associada), Florestan Fernandes (cátedra), João Batista B. Pereira (professor associado e professor titular), Maria Manuela Carneiro da Cunha (docência livre e professora titular) e Sérgio Micelli Pessoa de Barros (docência livre), Prêmio Banorte de Interpretação da Cultura Brasileira.⁴⁵

LIVROS, ENSAIOS AVULSOS E COLETÂNEAS DE THALES DE AZEVEDO

Livros e ensaios publicados separadamente⁴⁶

1. *Fibromyomas do útero: notas e estatísticas na Bahia*, Salvador, 1927. Tese Inaugural, para obtenção do doutorado em Medicina.

45 Na versão original deste texto, publicada em 2005, a autora esclarecia em nota que os dados deste último parágrafo estavam “sendo revisados, visando possíveis correções e/ou ampliações”. Entretanto, no livro por ela organizado e publicado em 2013, *Thales de Azevedo: antologia*, as informações não foram alteradas (N. do O.).

46 Dois títulos foram repetidos, por serem as reedições substancialmente revistas em relação às primeiras edições. Vale ainda notar que algumas coletâneas aqui listadas são efetivamente monotemáticas, embora não classificadas de princípio como tal, pelo fato de que seus textos foram construídos a partir de ensaios que se foram acumulando com o tempo e não redigidos em sequência.

2. *Povoamento da Cidade do Salvador*, Salvador, Prefeitura Municipal, 1949. 415 p. (1955 e 1969).
3. *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*, Paris, Unesco, 1953, 107 p. (1955 e 1996 em português).
4. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1955, 70 p. (2004).
5. Nelson de Souza Sampaio e Antônio Luiz Machado Neto, *Atualidade de Durkheim*, Introdução de Thales de Azevedo, Salvador, Universidade da Bahia, 1959, 131 p.
6. *Antecedentes do homem*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1961, 76 p.
7. *Social change in Brazil*, Gainesville, University of Florida Press, 1963, 83 p.
8. *As Ciências Sociais na Bahia: notas para sua história*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1964, 81 p.
9. *As funções da Faculdade de Filosofia*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia, 1966, 29 p.
10. *A evasão de talentos: desafio das desigualdades*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, 153 p.
11. com Edilberto Q. Vieira Lins. *História do Banco da Bahia (1858/1958)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, 271 p.
12. *Namoro à antiga: tradição e mudança*, Salvador, Edição do autor, 1975, 69 p.
13. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1975, 310 p. (1982).
14. *Igreja e Estado em tensão e crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*, São Paulo, Ática, 1978, 179 p.
15. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo, Ática, 1986, 146 p. (Edição revista e ampliada de *Namoro à antiga*, 1975).
16. *As Ciências Sociais na Bahia: notas para sua história*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 1984, 92 p. Edição revista e ampliada de *As Ciências Sociais na Bahia: notas para sua história*.

17. *Ciclos da vida: ritos e ritmos*. São Paulo, Ática, 1987, 87 p.
18. *Os italianos no Rio Grande do Sul: cadernos de pesquisa*, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1994, 560 p.

Coletâneas com textos exclusivos do autor

1. *Gaúchos: notas de Antropologia Social*, Salvador, Edição do autor, impresso na Tipografia Naval, 1943, 76 p. (1958 e 1993).
2. *Civilização e mestiçagem*, Salvador, Progresso, 1951, 69 p. (Ensaio, Série Miniatura, 6).
3. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1959, 18 p.
4. *Ensaio de Antropologia Social*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1959, 183 p.; e 1960.
5. *Cultura e situação racial no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, 199 p.
6. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1975, 107 p.
7. *Namoro, religião e poder*, Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1980, 143 p.
8. *Os brasileiros: estudos de caráter nacional*, Salvador, Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1981, 64 p.
9. *A religião civil brasileira: um instrumento político*, Petrópolis, Vozes, 1981, 142 p.
10. *Italianos na Bahia e outros temas*, Introdução, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1989, 112 p.
11. *A guerra aos párocos: episódios anticlericais na Bahia*, Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1991, 156 p.
12. *Pragas e chagas na poesia et coetera*, Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1992, 157 p.

13. *Cotidiano e seus Ritos: praia, namoro e ciclos da vida textos do autor e ensaios de Roberto da Matta*, Maria de Azevedo Brandão, Maria Rosário Carvalho, Rita de Cássia Araújo e Antonio Motta, Recife, Massangana, 2004, 384 p.

Ficção memória/documentário

1. *Foi Deus não acontecer nada*, São Paulo, Ática, 1984, 74 p. (Novela).
2. *A filha do alferes: nos arredores das Guerras do Sul*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993. (Conto e memória).

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Pedro. Uma luz no renascer da ABA. *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 1996. Caderno Cultural.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. História e memória. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico*, Salvador, n. 92, p. 49-55, 1996.
- AZEVEDO, Thales. *Memórias*. 1990/1991. Inédito.
- AZEVEDO, Thales de. *O cotidiano e seus ritos*. Recife: F. Joaquim Nabuco, 2004.
- AZEVEDO, Thales de. *International Dictionary of Anthropologist*. New York: Garland Publishing, 1991.
- AZEVEDO, Thales de. *Um momento da vida intelectual na Bahia (1917-1938)*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1986.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. Thales de Azevedo em três cenários. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico*, Salvador, n. 92, p. 43-48, 1996.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Povoamento da Cidade do Salvador: história de uma arquitetura social. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 29, p. 16-21, jun. 1999.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo: a herança fecunda. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, Salvador, n. 43, p. 465-484, mar. 1998a.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Thales de Azevedo, a institucionalização das Ciências Sociais na Bahia e o ciclo dos estudos das relações inter-étnicas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 213-229, 1996.
- CALASANS, José. Um grande velho. *A Tarde*, Salvador, 2 dez. 1993. Caderno Cultural.

- CALMON, Jorge. O jornalista. *A Tarde*, Salvador, 2 dez. 1993. Caderno Cultural.
- CALMON, Pedro. Nós, os jovens (discurso no Instituto Geográfico Histórico da Bahia, 28 ago. 1984). *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural.
- CARDOSO, Suzana Alice. Um mestre na universidade. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural.
- CARVALHO, Maria Rosário. Herança da tradição antropológica. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 28-32, 1995.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. Sentida ausência. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. Thales de Azevedo: desaparece o último dos pioneiros dos antropólogos brasileiros de formação médica. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 133-136, mar./jun. 1996.
- CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2003)*. Brasília, DF: ABA, 2003.
- CORRÊA, Marisa. Thales de Azevedo e a fundação da antropologia no Brasil. *A Tarde*, Salvador, ago. 1995.
- DAMATTA, Roberto. A boa morte. *Jornal da Tarde*, S. Paulo, 10 ago. 1995.
- DAMATTA, Roberto. Prefácio. In: AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: Ática, 1986.
- FERNANDES, Florestan. Perfil humano de um antropólogo. *A Tarde*, Salvador, 28 ago. 1984.
- FREYRE, Gilberto. Em louvor do mestre Thales de Azevedo. *Universitas*, Salvador, n. 6/7, maio/dez. 1970.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Estudos de relações raciais. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 23-27, dez. 1995.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Quando mulatos embranquecem. *A Tarde*, Salvador, 9 nov. 1996. Caderno Cultural.
- HOORNAERT, Eduardo. Sociologia do Catolicismo no Brasil. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 12-18, dez. 1995.
- IVO, Anete Brito Leal. Palavra de horizontes múltiplos. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural.
- LEEDS, Anthony. Thales de Azevedo's influence on Brazilian studies by North-Americans: a personal note. *Universitas*, Salvador, n. 6/7, maio/dez. 1970.

- OLIVEIRA, Waldir Freitas. Um ato de gratidão. *Universitas*, Salvador, n. 30, p. 25-31, maio/ago. 1982.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas. Eterno Thales de Azevedo. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural.
- PERES, Fernando da Rocha. Um sábio do Nordeste. *A Tarde*, Salvador, 16 set. 1995. Caderno Cultural.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma abordagem antropológica de valor no Brasil: a contribuição de Thales de Azevedo. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 7, 1996.
- REIS, João José. Historiador da cultura do cotidiano. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 20, p. 19-22, dez. 1995.
- RIBEIRO, Renê. Minha percepção de Thales de Azevedo. *A Tarde*, Salvador, 28 ago. 1984.
- SENA, Consuelo P. Meu convívio com dois mestres das humanidades. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, ano LXVIII, n. 12.696, p. 9-10, 26 abr. 1984.
- TÉCNICA. Salvador: Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, n. 37, dez. 1956 [Separata].
- WAGLEY, Charles; WAGLEY, Cecília Roxo. Serendipity in Bahia, 1950/70. *Universitas*, Salvador, n. 6/7, maio/dez. 1970.



Maria e Paulo Brândão

	COLOFÃO
FORMATO	18 x 25 cm
TIPOGRAFIAS	Charter Pluto
PAPEL	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO	Gráfica 3
TIRAGEM	300 exemplares

Foi professora da Universidade Católica do Salvador (UCSal) no período de 1957 a 1963, docente da UFBA entre 1962 e 1987 e professora visitante nesta instituição desde 1991. Em 1981, coordenou a comissão responsável pela organização da 33ª edição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Salvador. Foi membro da Diretoria da Sociedade de Estudos da Cultura Negra e, desde 1999, dedica-se ao Projeto de Preservação do Acervo Pessoal de Thales de Azevedo (Azevedo Prodata).

Exerceu inúmeras consultorias junto a diferentes órgãos e instâncias: Banco Nacional de Habitação (BNH), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Ministério da Educação (MEC), Governo do Estado da Bahia, Prefeitura Municipal de Salvador, Prefeitura Municipal de Camaçari (BA), Prefeitura Municipal de Manaus (AM), Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco). De 1993 a 1995, foi presidente do Centro de Planejamento Municipal da Prefeitura de Salvador.

É autora e/ou organizadora de 12 livros e inúmeros artigos e estudos publicados em jornais e revistas especializadas, além de ter vários trabalhos apresentados em congressos e seminários estaduais e nacionais. Entre suas publicações, destacam-se: *Planejamento: especial sobre habitação e urbanismo* (1978), *Perspectivas da América Latina* (1989), *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição* (1998), *Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber* (2004) e *Thales de Azevedo: antologia* (2013).

A ideia deste livro foi de Paulo Brandão. Amor e admiração: difícil dizer qual desses dois fortes sentimentos que nutria por Maria foi a motivação maior para que ele dedicasse a este projeto as melhores energias de seu espírito e muitas horas dos últimos anos da sua vida. Merecia ter visto a publicação, pois foi sempre diligente e determinado nessa direção. Mas essa vontade foi, assim como tudo nele, de uma firmeza suave, respeitosa com as possibilidades e os limites das pessoas a quem confiou a sua concretização. Ao menos viu a obra suficientemente avançada para usufruir, esperamos, do sossego da missão cumprida. Sim, fez tudo o que lhe coube, a seu modo íntegro de fazer tudo. Se não lhe devemos desculpas pelo que não lhe foi tempestivo é porque sabemos que perdoava, antecipadamente, seus devedores. Por outro lado, esta coletânea é mais do que reconhecimento devido a Maria de Azevedo Brandão. Pela qualidade da sua obra, é uma ação de interesse público. Dessa dupla dimensão, Paulo tinha inteira noção. Assim, esperamos que através dela esteja, afinal, sendo feita plenamente a sua vontade.

